UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um
estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana**

PAULO ROBERTO GONÇALVES SEGUNDO

v. 1

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um
estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana**

PAULO ROBERTO GONÇALVES SEGUNDO

Versão corrigida da tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutor em Filologia e Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

v. 1

São Paulo

2011

A Milena Slivnik Cozzo,
in memoriam.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, em toda a sua graça e magnitude, sempre se constituiu no meu grande orientador, guiando meus passos, iluminando caminhos e abrindo portas.

À minha orientadora, a professora doutora Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, pela dedicação, carinho e esforço em todos esses anos de orientação — desde a minha Iniciação Científica. Obrigado pela disponibilidade, pelas oportunidades e pela amizade.

À professora doutora Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, pelo diálogo sempre aberto, pela presença constante na minha vida pessoal e acadêmica e pelo reiterado apoio nesse percurso da ciência.

À professora doutora Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran, pelo incentivo à pesquisa, pelos valiosos comentários durante o processo de qualificação e pelas oportunidades concedidas quanto à minha participação no Projeto História do Português Paulista.

A meus pais, Francisca Colucci Gonçalves e Paulo Roberto Gonçalves, pelo amor e pelo apoio incondicional. Pelo incentivo reiterado e pela exigência sempre rigorosa. Pelo carinho obstinado e pelo zelo inabalável.

À minha irmã Yasmine Gabrielle Colucci Gonçalves, por ser a grande estrela da minha vida. Obrigado pelo diálogo, pelo amor e — devo acrescentar — pela intensa colaboração no processo de edição e revisão do *corpus* coletado para esta pesquisa.

À Araci Rodrigues de Oliveira, por ter participado ativamente da minha educação, acompanhando meu crescimento, tanto físico quanto intelectual, desde a minha infância.

À minha família — avós, tios e primos —, por sempre acreditar em mim, torcendo pelo meu sucesso pessoal, profissional e acadêmico. Obrigado pelo carinho!

À Juliana Monteiro de Alvarenga, minha querida amiga Bijou, agradeço por estar comigo em todos os momentos, por defender-me em qualquer circunstância e por me incentivar a todo instante.

À Priscilla Barbosa Ribeiro — minha grande amiga da graduação e, agora, da pós — por estar sempre ao meu lado, dialogando e discutindo não só a respeito de teorias linguísticas, mas principalmente acerca da vida, da arte, do riso e da dor. Obrigado, Pri!

À Cleide Lúcia da Cunha Rizério e Silva, pelo seu jeito sincero, pelo seu carinho e pelos intensos diálogos a respeito de inúmeros aspectos desta tese, levando-me a questionar e a refletir acerca das propostas. Cleidinha, muito obrigado mesmo!

A Marlene Alves dos Santos, Leonor Arminda Candelero Neves e Maria Aparecida Fratantonio Marchese, por terem me incentivado, constantemente, a aprofundar-me em meus estudos e por terem introduzido a arte da música na minha vida.

Às irmãs de Santo André, por me mostrarem a face de Deus, do amor e da caridade. Por me ensinarem o que a fé significa e o que ela é capaz de proporcionar ao homem.

Aos amigos Apolo Longhi, Lucas Sedrão, Luís Eduardo Manfrinati, Alessandro Silva de Araújo, Fabio Sasahara, Leopoldo Itsuzaki, Alessandro Nascimento, Paulo Henrique Ferreira, César Crivelaro, Henrique Crespo, Weslei D’Paula, Vitor Ramalho, Maria Garófalo Sasahara, pela compreensão e pelo carinho sincero. Obrigado por tudo!

À secretaria do DLCV, pelo atendimento competente e atencioso.

À redação da Folha da Vila Prudente, por ceder, gratuitamente, material para integrar o *corpus* desta tese.

À FAPESP, pelo apoio financeiro à primeira etapa desta pesquisa, e à CAPES, pelo financiamento da segunda.

RESUMO

Os estudos acerca dos modos de ação discursiva — especialmente, no que se refere aos gêneros discursivos — são marcados por uma grande pluralidade de abordagens, que tendem a enfatizar ora a polarização, ora a integração das noções de *estabilidade*, *dinamicidade*, *produto* e *processo* como princípios fundamentais de sua constituição. Nesta tese — por meio de um diálogo entre a Teoria da Estruturação (GIDDENS, 2009), a proposta crítico-discursiva (FAIRCLOUGH, 2007), a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004) e o conceito de Tradição Discursiva (KABATEK, 2004) —, concebe-se e analisa-se a ação discursiva a partir de seus processos de construção, apresentando uma proposta teórico-metodológica — calcada em procedimentos quantitativos e qualitativos que enfocam a apreensão de padrões semântico-discursivos de recursos linguísticos socialmente motivados e funcionalmente coesos, orientados em termos teleológicos e negociativos — que busca fornecer bases para o exame do embate fundamental, intrínseco às práticas discursivas, entre os processos de estabilização — geridos, principalmente, pelas coerções estruturais das distintas esferas dos sistemas sociais, que, por meio de sua deontologia, hierarquizam os padrões preferenciais de recursos linguísticos associados à realização de determinadas teleologias socialmente motivadas — e dinamização — promovidos pelos atores sociais em relação às instituições e das organizações diante da esfera, em uma atividade negociativa constante que atua na tensão entre padronização e inovação, entre resistência e complacência, entre hegemonia e alternatividade. Nessa perspectiva, tornou-se possível examinar o processo de negociação intersubjetiva empreendido nos editoriais da imprensa paulistana de bairro, o que permitiu apreender tanto suas idiossincrasias institucionais e identitárias, quanto as preferências deontológicas relativas à esfera e aos imperativos de comunicação contemporâneos, associados ao mercado simbólico. Desse modo, pôde-se constatar que a imprensa paulistana de bairro constitui-se em uma esfera multifacetada, cujos editoriais apresentam padrões preferenciais variados de construção discursiva, tanto em termos sintagmáticos quanto paradigmáticos, cumprindo diversas teleologias centrais — *criticar*, *exortar*, *exaltar* e *informar* —, de modo a perpassar múltiplas estratégias de construção de autoridade, credibilidade, intimidade e comprometimento, atualizadas segundo uma combinatória complexa de recursos interpessoais de *avaliatividade*, *envolvimento* e *exortatividade*.

Palavras-chave: Tradição Discursiva; negociação intersubjetiva; metafunção interpessoal; imprensa local; editorial.

ABSTRACT

The studies about the discursive ways of acting — specially, the ones which focus the notion of genre — are marked by a vast plurality of approaches, stressing either the polarization, either the integration of the notions of *stability*, *dynamicity*, *product* and *process* as fundamental principles of their constitution. This thesis — through a convergence between the Structuration Theory (GIDDENS, 2009), the critical discursive approach (FAIRCLOUGH, 2007), the Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004) and the concept of Discourse Tradition (KABATEK, 2004) — conceives and analyzes the discursive action considering its process of construction, proposing a methodological and theoretical approach — based on quantitative and qualitative procedures that emphasize the detection of discursive-semantic patterns of socially motivated and functionally cohesive linguistic resources, oriented in terms of teleology and intersubjective negotiation — which aims to provide basis for the investigation of the fundamental conflict between processes of stability — governed, mainly, by the structural coercions of distinct fields in the social systems, which, by means of their deontology, hierarchize the preferential patterns of linguistic resources associated with the execution of certain socially motivated functionalities — and dynamicity — promoted by social actors in interaction with institutions and by organizations towards their fields of activity, in a constant negotiative development that operates in the tension between standardization and innovation, resistance and compliance, hegemony and alternativity. Thus, it became possible to examine the process of intersubjective negotiation undertaken in São Paulo city's local press editorials, allowing the detection of not only institutional and identificational idiosyncrasies, but also of the deontological preferences associated with the field of activity and the contemporary imperatives of communication, which are intrinsically connected to the developments in the symbolic market. Hence, we could establish that the local press constitute itself as a multifaceted field, with editorials that hold several preferential patterns of discursive construction, encompassing both paradigmatic and syntagmatic compositionality, and fulfill diverse central functionalities — *criticizing*, *exhorting*, *praising* and *informing* —, achieved by the actualization of multiple strategies of authority, credibility, intimacy and commitment construal, allowed by a complex combination of interpersonal resources of *appraisal*, *involvement* and *exhortation*.

Keywords: Discourse Tradition; intersubjective negotiation; interpersonal metafunction; local press; editorial.

LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACD – Análise Crítica do Discurso	plu – abordagem plural
LSF – Linguística Sistemico-Funcional	AF – afeto
TD – Tradição Discursiva	J – julgamento
MNI – Modo de negociação intersubjetiva	ES – estima social
PST – Princípio de seleção temática	SS – sanção social
JNB – Jornal Nosso Bairro	AP – Apreciação
FVP – Folha da Vila Prudente	VA – Voz autoral
GZN – A Gazeta da Zona Norte	P (ou POS) – positivo
SPN – SP Norte	N (ou NEG) – negativo
CZS – Correio da Zona Sul	EDIT MED – Editorial médio
GP – Gazeta de Pinheiro	V – Vinculação
GL – Gazeta da Lapa	C – Captação
GVP – Gazeta da Vila Prudente	VC – Vinculação e Captação, com predomínio da primeira
OP – O Parque	CV – Captação e Vinculação, com predomínio da primeira
SPP – Superpapo	
NJ – Nosso Jornal	
OCC – O Cerqueira César	(+) = fraca relevância estatística
EX – exortativo	(++) = média relevância estatística
CR – crítico	(+++)= alta relevância estatística
XA – exaltativo	+ = alto índice de atualização/alta intensidade
IN – informativo	– = baixo índice de atualização/baixa intensidade
spo – sociopolítico	+/- = índice mediano de atualização/média intensidade
reg – regional	Ø = ausência de atualização/instanciação irrelevante
evs – evento significativo	≡ = atualização equivalente
bio – biográfico	
datc – data comemorativa	
niver – aniversário de bairro	
inmes – início de mês	
apj – apresentação de jornal	
glo – abordagem global	
esp – abordagem específica	

Sumário

Introdução	3
Capítulo 1. Tradição, dinamicidade e estabilidade na modernidade reflexiva: uma abordagem discursivo-social e linguístico-discursiva	13
1.1 Aspectos centrais da Teoria da Estruturação	14
1.2 O processo de produção discursiva segundo a Análise Crítica do Discurso	25
1.3 A abordagem sociológica da tradição	33
1.4 A abordagem linguístico-discursiva da tradição	53
1.5 Evolução histórica das Tradições Discursivas	81
1.6 Tradições Discursivas e Gêneros Discursivos: convergências e divergências	85
Capítulo 2 – O processo de tradicionalização da ação discursiva na sociedade contemporânea: uma proposta teórico-metodológica de descrição e análise	109
2.1 Tradições Discursivas: configuração em <i>continuum</i>	110
2.2 Funcionalidade e Motivação: complementaridade dos eixos de tradicionalização	127
2.3 A modalização motivacional: deontologia e inclinação como agentes de regulação da dinamicidade na construção da significação acional	134
2.4 Hegemonia e inovação na modernidade reflexiva: conflitos simbólicos nas práticas sociodiscursivas contemporâneas	139
Capítulo 3 – Abordagem sociosemiótica e discursiva da função interpessoal: considerações acerca do processo de negociação intersubjetiva nas práticas discursivas contemporâneas	144
3.1 Linguística Sistêmico-Funcional: pressupostos teóricos fundamentais	145
3.2 Metafunção interpessoal e discurso: propriedades fundamentais	152
3.2.1 Poder e solidariedade em uma perspectiva interpessoal: intersecções da LSF e da Sociosemiótica	158
3.3 Níveis de estratificação da metafunção interpessoal: do semântico-discursivo ao léxico-gramatical aplicado ao discurso	168
3.3.1 A Teoria da Valoração (ou Avaliatividade)	169
3.3.1.1 Modalidade, comprometimento e autoridade: uma proposta relacional	186
3.3.2 Negociação interpessoal e exortatividade	197
3.3.3 Envolvimento, vínculo e solidariedade em uma perspectiva interpessoal	206
3.3.3.1 Sistema de envolvimento e categorias analíticas	211
3.4 O modo de negociação intersubjetiva e a interface entre dinamicidade e estabilidade acional	223
Capítulo 4. O processo de negociação intersubjetiva em editoriais da imprensa paulistana de bairro	233
4.1 Apresentação do <i>corpus</i>	243
4.2 Procedimentos metodológicos gerais referentes à quantificação dos dados	246

4.3 Considerações deontológicas acerca dos parâmetros documentais	252
4.4 Padrões de Avaliatividade	268
4.4.1 Considerações metodológicas.....	268
4.4.2 Padrões Atitudinais — <i>Posturas (Stances)</i> como formas de composição negociativa.....	272
4.4.3 Considerações acerca do engajamento e da gradação	330
4.5 Padrões de envolvimento.....	339
4.5.1 Considerações metodológicas.....	339
4.5.2 Padrões de Coletivização e Envolvimento — <i>Vínculos</i> como formas de composição negociativa.....	340
4.6 Padrões de exortatividade.....	365
4.6.1 Considerações metodológicas.....	365
4.6.2 Padrões de Exortatividade — a <i>Incitação</i> como mecanismo de composição negociativa.....	366
4.7 O editorial da imprensa paulistana de bairro e sua organização intersubjetiva e teleológica.....	386
4.7.1 O editorial da imprensa paulistana de bairro: aspectos teleológicos	386
4.7.2 O editorial da imprensa paulistana de bairro: aspectos negociativos	388
4.7.3 O editorial da imprensa paulistana de bairro: aspectos representacionais e identificacionais.....	389
4.7.4 O editorial da imprensa paulistana de bairro: aspectos motivacionais.....	391
4.7.5 Proposta de previsibilidade composicional do gênero editorial na imprensa paulistana de bairro.....	392
Conclusão	415
Referências Bibliográficas.....	440

Introdução

*Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai do abismo de mim para o Outro.*
(Mário de Sá-Carneiro. 7)

O eu-lírico de Sá-Carneiro define-se como um ser em intermédio, situado em um *continuum* que interliga a sua existência à existência alheia. Apresenta-se como um pilar que sustenta uma estrutura de ligação e transporte — uma *ponte* —, construto este capaz de conectar o abismo pessoal, ou seja, o fosso identitário que o constitui, ao Outro, identidade possível e potencial, à qual o eu-lírico se vincula em diluição.

Essa insegurança ontológica, caracterizada pela construção processual, fragmentada e contraditória da identidade, emblemática na poesia de Sá-Carneiro, configura-se em um fenômeno psicossocial que se intensifica com as grandes democracias, com o processo paulatino de globalização — possibilitado, dentre outros fatores, pelo fortalecimento do capitalismo e pela evolução das tecnologias de transporte e comunicação — e com a gradual transformação estrutural das tradições diante do ceticismo inerente ao conhecimento técnico-científico, atingindo seu ápice na compulsória atividade de autoconfrontação identitária característica da contemporaneidade, denominada *reflexividade*.

Embora só se possa referir a uma *sociedade reflexiva* a partir da segunda metade do século XX e, em especial, da década de setenta, os processos que levaram à culminância dessa nova forma de autoconfrontação ontológica nascem das transformações que a sociedade capitalista ocidental vivencia principalmente a partir da emergência das sociedades burguesas.

O dinamismo inerente ao modo de produção capitalista e às práticas sociais que emergem nos novos contextos socioculturais e político-econômicos passam a exercer contínua pressão sobre as coerções sociais vigentes — garantidas, até então, pelas autoridades legitimadas das comunidades tradicionais e, posteriormente, do Estado, que visavam à manutenção de uma determinada estrutura social e, por conseguinte, das práticas sociodiscursivas a ela vinculadas — e começam a, paulatinamente, dinamizá-las e reestruturá-las.

A língua, como sistema sociossemiótico, longe de ficar isenta no que se refere ao processo de reestruturação, constitui-se em espaço de refração de uma multiplicidade de representações, ações e identidades que, em complacência ou oposição, interagem e

dinamizam a agência social humana e a constituição dos valores e posicionamentos das instituições que medeiam a ação individual em relação às instâncias decisórias e reguladoras do poder político, econômico, coercitivo e simbólico.

O *risco* passa a tornar-se constitutivo no que concerne à formação social e, por conseguinte, atua como mecanismo de propulsão de ambivalências, justamente a força motriz dos processos de dinamização social, que colocam em confronto as mais distintas ordens do discurso, compostas por seus estilos, discursos e gêneros preferenciais, permitidos, obrigatórios e bloqueados.

O resultado de tal confronto, na contemporaneidade, fica visível, por exemplo, na insegurança ontológica e no *déficit moral* que integram o agente social. Destituído de suas verdades formulares tradicionais, que lhe garantem padrões de representar, ser, agir no mundo, e, conseqüentemente, da capacidade — ou dificuldade — de distinguir, com nitidez, o certo e o errado, o útil e o inútil, o adequado e o inadequado, o indivíduo torna-se abismo, ser em intermédio — como aponta Sá-Carneiro, já no início do século XX —, instado a assumir um projeto simbólico de identidade capaz de atribuir coerência às múltiplas facetas e papéis sociais que deve cumprir na sociedade contemporânea, em uma aparente liberdade que, muitas vezes, propela os agentes sociais e as instituições a atuações ambivalentes e contraditórias.

A estabilidade deixa, então, de constituir-se em um pilar estabelecido que garante a reificação contínua de determinados padrões sociais e discursivos e passa a configurar-se em objetivo primário das instâncias de poder, que, sob permanente *risco* de contestação contra-hegemônica e alternativa, devem saber lidar com o dinamismo exponencializado que marca o mundo contemporâneo, contendo-o em maior ou menor grau.

Nesse novo quadro, conceber a língua como um sistema plenamente arbitrário, impermeável às intempéries constitutivas da estrutura e das práticas sociais, torna-se absolutamente incoerente, uma vez que é por meio de seu vasto potencial de opções de significação que se configuram os discursos, os estilos e os gêneros, que são atualizados nas interações humanas das mais distintas naturezas. Tais componentes interdiscursivos, por sua vez, constituem recursos simbólicos indissociáveis ao instável equilíbrio desses mesmos sistemas sociais, equilíbrio este que se torna cada vez menos dependente do poder coercitivo e cada vez mais enraizado no poder simbólico.

Nesta tese, propõe-se, portanto, examinar a construção do Significado Acional (modo de agir discursivo), levando em consideração sua potencial interface com o

Significado Identificacional (modo de ser discursivo), a partir de uma perspectiva que considera a dinamicidade como um princípio de geração organizado e não caótico de alternatividade e resistência a modelos hegemônicos de configuração interdiscursiva, capaz de engendrar novas possibilidades teleológicas às práticas discursivas e distintas potencialidades identitárias e negociativas aos atores sociais e instituições posicionadas na modernidade *reflexiva*.

Por conseguinte, ambos — dinamicidade e estabilidade — são concebidos como princípios constitutivos das práticas sociossemióticas, em uma relação de complementaridade e interatividade complexa, uma vez que se considera a dinamicidade como uma propriedade atrelada à natureza da prática, e a estabilidade, como resultado do conflito hegemônico entre as instâncias sociais situadas em uma mesma esfera de atividade, da necessidade de segurança ontológica dos diversos atores sociais e da garantia de um espaço marcado no mercado simbólico, econômico ou sociopolítico no que concerne às instituições.

Nesse sentido, visa-se, nesta tese, a descrever e analisar os mecanismos articuladores do dinamismo acional, tendo em vista a multiplicidade identificacional e representacional moderna, a partir de uma proposta teórico-analítica que integra modelos discursivos, linguísticos e sociológicos pertinentes e convergentes.

Sustentada a partir dos estudos sociológicos de Giddens (1991, 1997), Beck (1997) e Thompson (2008) e da proposta histórico-antropológica de Hobsbawn (1997), esta tese parte da premissa de que a contemporaneidade é marcada por uma mudança estrutural no caráter da tradição, potencializada pela ascensão da *reflexividade*. Desenraizada, passível de fixação e invocada à justificação, a tradição local ou comunitária passa a não se configurar na única possibilidade de socialização do indivíduo, de modo que as ordens do discurso dela derivadas entram em choque com outras ordens do discurso, advindas do contato individual com representações, ações e identidades associadas a locais e tempos diferentes — tudo isso possibilitado pelas invocações tecnológicas da comunicação e do transporte, pela capacidade de mobilidade social e pela democracia, dentre outros fatores —, o que acarreta a possibilidade de distintas vinculações entre atores sociais e comunidades não-locais, que podem até ser virtualmente constituídas.

Essa nova configuração instala a alternatividade e o contra-hegemônico como possibilidades reais, como potencialidades acessíveis aos atores sociais e instituições em face das redes de poder econômico, político, simbólico e coercitivo e, por conseguinte,

instaura uma instabilidade, um *risco*, que passam a ser constitutivos da estrutura e da prática social. Tal instabilidade, no âmbito discursivo, abriga-se justamente nas ordens do discurso, o que impinge os atores sociais com maior capacidade de mobilização de recursos e, portanto, poder a hierarquizar os parâmetros constitutivos dessas ordens do discurso, flexibilizando os mecanismos de controle da potencialidade de significação linguística. Como corolário, as ordens do discurso devem ser entendidas como detentoras de possibilidades discursivas, genéricas e estilísticas, hierarquizadas por meio de uma *deontologia*, que filtra tais componentes em distintos graus de explicitação projetados — *obrigatório*, *preferencial* e *permitido* —, como forma de enfrentar a alternatividade constitutiva contemporânea.

Assim, os atores sociais e as instituições da modernidade *reflexiva* e *pós-tradicional* produzem textos cerceados por identidades, ações e representações hierarquizadas de um ponto de vista da preferencialidade, de forma que cabe a cada indivíduo e organização realizar escolhas refletidas que culminem ou na aceitação dessa hierarquização deontológica — em uma relação de complacência às ordens do discurso vigentes pertinentes — ou na oposição em relação à deontologia — e, por conseguinte, em resistência a suas coerções.

Dotados de atitudes responsivas ou olhares avaliativos distintos, em um *continuum* entre resistência e complacência plenas, os atores sociais não podem ser concebidos como constrangidos, de modo absoluto, pela prática e pela estrutura social, uma vez que, por serem obrigados a escolher/decidir — atividade que pressupõe *reflexividade* e *posicionamento* —, os indivíduos acabam selecionando aspectos da deontologia representacional, acional e identitária em relação aos seus projetos simbólicos de identidade, ou seja, às suas inclinações — ou motivações individuais —, podendo inclusive inovar, até certo ponto, em sua produção discursiva. Nesse sentido, a deontologia assume caráter centrípeto, enquanto a inclinação assume teor centrífugo.

Desse embate entre aquilo que a instituição — no que se refere à esfera — e o ator social — no que concerne à instituição — selecionam e produzem diante da hierarquização preferencial das ordens do discurso, em um quadro de relações complexas, resulta o caráter dinâmico das práticas sociodiscursivas modernas. Por conseguinte, parece coerente que se dirija um olhar mais atento ao adjetivo — e forma de gradação — *relativa*, presente na famosa proposição do Círculo Bakhtiniano acerca *estabilidade* dos modos de agir ou gêneros discursivos, e as consequências dessa mudança de orientação. Esta tese assume essa nova orientação, na medida em que

propõe uma perspectiva teórico-metodológica que abarque a *relatividade*, procurando examinar alguns dos principais agentes de construção e organização do Significado Acional pós-tradicional, em sua interface com o Representacional e, especialmente, com o Identificacional, tendo em vista o embate constitutivo entre dinamicidade e estabilidade.

A fim de se atingir tal objetivo, a proposta crítico-discursiva de Norman Fairclough (1997, 2007) constituiu-se em um arcabouço teórico de extrema valia, uma vez que considera o nível discursivo como:

1. intermediário entre a estrutura social, suas práticas e eventos, por um lado, e o texto propriamente dito, resultado de escolhas semântico-discursivas, léxico-gramaticais e fonético-grafológicas, por outro; e

2. processo de produção verbal atravessado por ordens do discurso, capazes de controlar, em maior ou menor grau, a liberdade comunicativa dos atores sociais, minimizando o potencial de opções linguísticas, na medida em que são compostas por uma gama coercitiva de estilos, gêneros discursivos e discursos, ou seja, as facetas linguístico-discursivas das identidades, ações e representações sociais.

Como corolário, torna-se necessária a adoção de uma teoria linguística que permita estabelecer relações entre língua e discurso, por um lado, e discurso e sociedade, por outro, de modo que seja possível abordar os padrões de escolhas linguísticas como decorrência indireta, dado que se encontra atravessada pelo discurso, das formas de organização da estrutura social em sistemas sociais dotados de princípios estruturadores de significação, dominação e legitimação (Giddens, 2009). Assim, a proposta sistêmico-funcional de Halliday (2004), aliada às suas teorias subsidiárias, como a Teoria da Avaliatividade (Martin & White, 2005), constitui-se também em um dos pilares desta tese.

A partir da constatação de que o dinamismo se configura como potencial de instabilidade no seio das ordens do discurso, não se pode mais conceber tais agentes regulatórios da atividade verbal como mecanismos de coerção determinística. A própria hierarquização deontológica intrínseca às ordens do discurso pós-tradicionais já permite entrever que as práticas não seguirão sempre nem necessariamente os ditames preferenciais das instâncias de poder. A alternatividade constitutiva bloqueia o aspecto determinista da ordem do discurso, relegando-lhe uma função projetiva e probabilística.

O teor projetivo decorre do fato de que as instâncias hegemônicas, que modelam as ordens do discurso, projetam obrigаторiedades, preferências e permissões genéricas,

estilísticas e discursivas que não são necessariamente adotadas pelos atores sociais. Esses, por meio de sua inclinação, podem resistir a tais projeções, o que não é, no entanto, gratuito. A resistência às explicitações deontológicas pode acarretar fortes sanções sociais, na medida em que as inovações podem gerar olhares avaliativos negativos que se chocam com as expectativas sociais dos outros, o que implica uma potencial exposição e um intenso esforço interpessoal do agente resistente.

O caráter probabilístico, por sua vez, constitui-se em consequência do anterior. Uma vez que as explicitações deontológicas são projetivas e passíveis de resistência, as configurações linguísticas dos diversos estilos, gêneros e discursos só podem ser concebidas de um ponto de vista probabilístico, de modo que se pode afirmar apenas sobre a maior ou menor possibilidade de dados padrões de recursos ocorrerem em dada prática em um determinado contexto. O caráter probabilístico dos padrões discursivos apresenta, pois, duas facetas: ao mesmo tempo em que é resultado do dinamismo inerente às práticas discursivas modernas, configura-se no agente mais direto de construção e regulação da dinamicidade, gerindo as forças centrífugas no âmbito acional no sentido de pluralizar as possibilidades funcionais e motivacionais de dados modos de agir, sem, no entanto, desfigurar, contínua e intensamente, as teleologias inerentes às diversas práticas genéricas, já consolidadas como mecanismos de restrição e facilitação no âmbito do Significado Acional, o que está relacionado ao polo da estabilização da ação.

Nesse sentido, os diversos padrões linguístico-discursivos podem assumir, em si, um estatuto relativamente autônomo, uma vez que podem apresentar uma funcionalidade em dada sociedade, ratificada pelos membros de um grupo social e, portanto, motivadas pelas demandas e necessidades desse e/ou de outros agrupamentos sociais, configurando-se em tradições identitárias, representacionais ou acionais mais ou menos independentes da prática discursiva de origem.

Evidentemente, não se trata de tradições na mesma acepção de tradição que se podia conceber nas sociedades pré-modernas. No entanto, à medida que a tradição se modifica estruturalmente na contemporaneidade, especialmente devido ao caráter *reflexivo*, as funções que a caracterizavam — *hermenêutica, normativa, legitimadora e identificadora* (THOMPSON, 2008) — tendem a cindir-se e enfraquecer-se em sua própria constituição.

Uma vez que o hermenêutico se relaciona ao Representacional, e, portanto, ao discursivo; o identificador, ao Identificacional e, por conseguinte, ao estilo; e o

normativo ao Acional e, assim, aos gêneros discursivos; pode-se conceber que a contemporaneidade, embora estabeleça uma relação dialética entre esses elementos no seio da ordem do discurso, permite aos atores sociais e instituições atualizarem múltiplas representações, identidades e ações, de modo que a composicionalidade desses níveis interdiscursivos torna-se também constitutiva.

Tal composicionalidade, é claro, configura-se mediante os limites da deontologia e dos projetos simbólicos identitários, de maneira que traços de determinadas tradições e de determinadas ordens do discurso podem assumir valores autônomos e manifestarem-se em uma multiplicidade de práticas não antes previstas, exponencializando o potencial de dinamização.

Assim, os padrões realizam duas atividades concomitantes: 1. exercem coesividade interdiscursiva, na medida em que regularizam funcionalidades motivadas socialmente no que tange a identidades, ações e representações sociais; e 2. dinamizam as práticas discursivas, visto que imprimem diferentes possibilidades de atualização estilística, genérica e discursiva que acabam proporcionando maior variedade teleológica e negociativa às ações e, com isso, pluralizam os modos de configuração da *autoridade* e *credibilidade discursivas* — relacionadas ao aspecto *legitimador* das tradições.

Tal processo decorre do fato de que a *autoridade*, a *credibilidade* e a *legitimação* consistem nos alvos preferenciais da *reflexividade*, o que acarreta a necessidade constante de justificação para a manutenção desse *poder significar*. Desse modo, *autoridade*, *credibilidade* e *legitimidade* tornam-se resultado dos distintos modos pelos quais as diversas vozes autorais negociam a intersubjetividade — em muito dependente das representações e identidades construídas e posicionamentos valorativos assumidos — no discurso.

Nesse sentido, o aspecto interpessoal da linguagem, desdobrável em uma face identitária, em estreito relacionamento com os estilos e o Significado Identificacional, e em uma face relacional, diretamente ligada aos gêneros e à autoridade e, portanto, ao Significado Acional, consiste em um espaço privilegiado de análise no que concerne ao embate entre o dinamismo e estabilidade acional na modernidade *reflexiva*.

Os padrões linguístico-discursivos do interpessoal, que abrangem avaliatividade, envolvimento e negociação, tornam-se, portanto, redes parcialmente autônomas de configuração acional e identificacional, pressionando os gêneros a assumirem múltiplas teleologias e possibilidades negociativas, tornando-se, assim, Tradições Discursivas e,

por conseguinte, gerindo a regulação acional da prática como um todo, num enquadramento que é, ao mesmo tempo, dinamicista, dado que pluralista, e estabilizador, visto que cria redes de significação motivadas e funcionalmente coesas.

Nesse sentido, tal perspectiva teórico-analítica encontrou no modelo de Tradições Discursivas proposto pela Romanística Alemã (KABATEK, 2004, 2005; KOCH, 1997; OESTERREICHER, 2006; dentre outros) uma fértil inspiração teórica. Concebido no âmbito dos estudos ligados à Linguística Histórica, o conceito de Tradição Discursiva foi proposto por esses estudiosos para descrever e analisar a mudança linguística. Para tais pesquisadores, a mudança linguística não atinge diretamente o sistema linguístico e se processa, primeira e primariamente, em uma Tradição Discursiva, podendo ou não atingir o sistema como um todo, o que depende, estritamente, das necessidades e demandas sociais para tal.

Esse elo entre o histórico-social e o linguístico-discursivo, permitido pelo modelo alemão, constitui-se em um dos aspectos fundamentais para a adoção de tal conceito para uma abordagem sobre a construção do Significado Acional contemporâneo, conforme proposto nesta tese.

No entanto, o conceito de Tradição Discursiva ainda não apresentava uma metodologia clara de análise — com categorias bem definidas — voltada ao âmbito discursivo-textual, uma vez que o conceito se mostrava produtivo para a análise de fatores e questões eminentemente linguísticas a partir de um enfoque, em geral, diacrônico, orientado para a apreensão de estabilidades. Nesta tese, apropria-se de tal conceito a fim de reestruturá-lo, a partir de considerações sociológicas, crítico-discursivas e sistêmico-funcionais, com o objetivo de torná-lo mais produtivo para analisar e descrever o dinamismo acional, representacional e estilístico em sincronidades, sob um ponto de vista que privilegia o discursivo, assim como a interação entre esses níveis tanto intra- quanto inter-sincronidades, de modo que se possa abordar tal processamento a partir de duas perspectivas: a discursivo-social, por um lado, e a linguístico-discursiva, por outro.

Tal abordagem é aplicada a um conjunto de 118 editoriais publicados por diversos periódicos da imprensa paulistana de bairro, em duas sincronidades: 1. o período correspondente à ditadura militar e os primeiros anos de redemocratização; e 2. o período atual, equivalente ao século XXI. Todos os textos são analisados quantitativa e qualitativamente, tendo em vista os parâmetros e os pressupostos teóricos mencionados, para que se possam verificar aspectos concernentes à deontologia da

esfera, às diversas inclinações institucionais e seus possíveis agrupamentos identitários e às potenciais mudanças nas tradições que compõem o gênero, de modo que seja possível depreender o dinamismo tanto no seio de cada sincronicidade individualmente quanto de uma em relação a outra, o que possibilita analisar a evolução cronológica e social do Significado Acional sob análise.

Isso posto, pode-se afirmar que esta pesquisa se volta a duas frentes: 1. propor uma abordagem teórica e metodológica acerca do embate entre dinamicidade e estabilidade na configuração do Significado Acional, em face da pluralidade representacional e identitária que marca a modernidade *reflexiva*, a partir da releitura do conceito de Tradições Discursivas, da proposta teórica crítico-discursiva de Norman Fairclough e da noção-chave de instanciação da Linguística Sistêmico-Funcional; e 2. analisar de que modo a configuração do interpessoal dinamiza o componente teleológico e negociativo do Significado Acional e a maneira pela qual tais recursos constroem a intersubjetividade que relaciona produção e consumo textual, por meio de padrões de recursos linguísticos que instanciam posicionamentos coesos, funcionais e motivados de avaliação, negociação e envolvimento, uma vez que os modos de negociação da intersubjetividade consistem em componentes centrais do embate entre as deontologias e as inclinações.

Logo, o primeiro capítulo trata dos pressupostos teóricos centrais da Teoria da Estruturação, de acordo com Cohen (1999) e Giddens (2009). Em seguida, apresenta-se uma breve síntese do modelo faircloughiano de produção discursiva e da abordagem sistêmico-funcional para que se viabilize a proposta de aplicação do conceito de Tradição Discursiva para pesquisas de âmbito discursivo-social e linguístico-discursivo com categorias analíticas voltadas a essa perspectiva. Na sequência, aborda-se o conceito sociológico de tradição e o modo pelo qual a contemporaneidade se constituiu em uma sociedade *reflexiva* e *pós-tradicional*, apresentando as principais características de tal estrutura social e seu impacto nas instituições e atores sociais. A partir de tais premissas, apresenta-se, então, uma releitura do conceito de Tradição Discursiva e, por fim, realiza-se uma contraposição crítica entre este conceito em face da noção de gênero discursivo, buscando identificar que propostas genéricas podem ser frutíferas para o exame das Tradições Discursivas em âmbito linguístico-discursivo-social, tendo em vista a perspectiva de observar o fenômeno acional a partir de um olhar que enfoque a dinamicidade e os conflitos hegemônicos que instauram estabilidades pontuais.

O segundo capítulo apresenta uma possível metodologia de análise do processo de construção do Significado Acional, tendo em vista os pressupostos teóricos assumidos e defendidos no primeiro capítulo. Neste, expõem-se as categorias analíticas pertinentes, os níveis de análise que podem ser considerados para tal empreitada, assim como se examinam detalhadamente os conceitos de deontologia, inclinação, inovação, funcionalidade e motivação e de que modo eles podem configurar-se em fatores de análise.

O terceiro capítulo, por sua vez, enfoca a abordagem sistêmico-funcional, com especial pormenorização no que concerne à função interpessoal da linguagem e seus subsistemas — avaliatividade, negociação e envolvimento. O primeiro será abordado de acordo com a proposta de Martin e White (2005). O segundo subsistema será considerado conforme o ponto de vista da exortatividade, a partir da proposta a ser desenvolvida nesta tese. O terceiro componente também será descrito a partir de uma proposta desenvolvida por este pesquisador, que associa envolvimento à vinculação interpessoal e à captação do consumidor textual em relação ao texto. Por fim, será exposto o conceito de modo de negociação intersubjetiva como um nível de instanciação linguístico-discursivo ligado à dinamização teleológica e negociativa do Significado Acional.

O quarto capítulo, por sua vez, enfoca a análise dos dados. Ele apresentará, inicialmente, considerações e pressupostos teóricos acerca da constituição do jornalismo paulistano de bairro e suas características. Posterior e fundamentalmente, no entanto, o capítulo mostrará os resultados das análises quantitativas e qualitativas dos editoriais da imprensa paulistana de bairro, que congregam as Tradições Discursivas pertinentes ao gênero, depreendidas a partir dos padrões de recursos linguístico-discursivos concernentes à avaliatividade, negociação e envolvimento e aos parâmetros temáticos e identificacionais considerados, de modo a mostrar a plausibilidade da organicidade do dinamismo acional proporcionada pelos diversos modos de negociação intersubjetiva.

O último capítulo, por sua vez, apresentará as conclusões acerca da proposta teórico-metodológica que envolve a análise da dinamicidade acional em seu embate constitutivo com os processos de estabilização discursivos, levando em consideração o diálogo interteórico articulado no desenvolvimento desta tese, assim como os principais resultados do procedimento analítico e as possíveis ramificações e consequências de se enfatizar a descrição e análise dos processos de construção discursiva no que se refere à compreensão do complexo fenômeno de produção de sentido.

Capítulo 1. Tradição, dinamicidade e estabilidade na modernidade reflexiva: uma abordagem discursivo-social e linguístico-discursiva

Abordar regularidades discursivas a partir de uma relação que busque integrar língua, texto, discurso e sociedade não pode prescindir de aprofundar aspectos teóricos de, pelo menos, duas ciências a que esses elementos se referem: no caso, a Sociologia e a Linguística.

Especialmente no que concerne à tradição, foco deste capítulo e um dos elementos teóricos condutores da proposta a que esta tese se vincula, a Sociologia pode orientar algumas reflexões acerca do caráter tradicional de determinadas regularidades discursivas, o que permitirá um olhar crítico sobre o conceito de Tradição Discursiva (TD), proposto pela Romanística Alemã, buscando aplicá-lo, de modo mais profícuo, a análises discursivas de textos contemporâneos.

Nesse sentido, este capítulo tratará da questão a partir da seguinte estrutura: a) apresentação dos pressupostos teóricos centrais que envolvem a Teoria da Estruturação (Cohen, 1999; Giddens, 2009), que embasarão aspectos fundamentais da abordagem discursivo-social das TD; b) apresentação dos aspectos teóricos fundamentais da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Linguística Sistemico-Funcional (LSF), que funcionarão como norte para a abordagem linguístico-discursiva do Significado Acional; c) abordagem sociológica da tradição nas sociedades pré-modernas e modernas, atentando para a sua natureza na contemporaneidade; d) abordagem linguístico-discursiva das Tradições Discursivas como elementos intrínsecos à dinâmica do Significado Acional; e e) reflexões acerca da relação entre TD e gêneros discursivos.

Assim, este capítulo visa a constituir um referencial teórico sociológico-discursivo, orientado para a descrição, análise e explanação das relações e forças de estabilidade e dinamicidade inerentes às práticas e estruturas sociais e dos aspectos coercitivos associados a tal dinâmica no que concerne às representações, às identidades e, especialmente, às ações discursivas, a fim de fundamentar a proposta metodológica e as categorias analíticas apresentadas no segundo capítulo, que terão como foco os padrões linguístico-discursivos que fomentam o dualismo estabilidade-dinamicidade das práticas discursivas contemporâneas.

1.1 Aspectos centrais da Teoria da Estruturação

A Teoria da Estruturação, proposta por Anthony Giddens, consiste em um dos modelos teórico-metodológicos da Sociologia mais profícuos na contemporaneidade, sendo assimilado por diversas correntes de pensamento em Humanidades, especialmente nos estudos crítico-discursivos.

Segundo Cohen (1999: 402),

A ontologia estruturacionista está voltada exclusivamente para os potenciais constitutivos da vida social: as capacidades humanas genéricas e as condições fundamentais mediante as quais o curso e os resultados dos processos e eventos sociais são gerados e moldados numa multiplicidade de maneiras empiricamente discerníveis.

Nesse sentido, a proposta teórica de Giddens, em sua formulação acerca da Teoria da Estruturação, nega, veementemente, qualquer atribuição de prioridades trans-históricas a práticas ou processos de produção e reprodução social, assim como não são postuladas necessidades universais coletivas ou individuais, muito menos se assumem como válidas quaisquer trajetórias funcionais para a evolução social.

Trata-se, portanto, de um modelo teórico que se concentra na produção e na reprodução social realizada pelos próprios agentes sociais¹. Assim, há um interesse central no sujeito, visto como um ser racional e atuante — um ator. No entanto, o enfoque teórico-metodológico e analítico deve assumir como preocupação central a conduta social, e não, o sujeito em si.

Como agentes sociais, os indivíduos — responsáveis pela produção e reprodução social — são dotados da capacidade de agir em sociedade. Como corolário, a noção de *poder* ocupa um papel de destaque na teorização, entendido como a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de fazer diferença no seu desenrolar. Nessa perspectiva, o *poder* é concebido como anterior à subjetividade, e a ação é vista como resultado do exercício de poder, equiparando-se a capacidade transformadora.

O enfoque na ação e na conduta social requisita um modelo de agente que permita explicar de que modo os indivíduos, socialmente posicionados, são capazes de produzir e reproduzir a sociedade (sistema social) em suas atividades, em uma constante tensão entre a manutenção e a inovação da estrutura.

¹ Os termos *atores sociais*, *indivíduos* e *agentes sociais* serão utilizados como sinônimos, apesar da existência de diversas concepções para os mesmos na Antropologia, Sociologia e Análise do Discurso. Os conceitos vigentes para o termo serão expostos no decorrer desta tese.

Giddens (2009) propõe, então, um *modelo de estratificação do self*, que envolve três aspectos centrais da conduta: a monitoração reflexiva, a racionalização e a motivação da ação.

A monitoração reflexiva envolve o controle e a regulação contínua que os atores realizam tanto do fluxo de atividades em que estão envolvidos quanto dos aspectos contextuais que cerceiam a interação, esperando que os outros também o façam. A racionalização refere-se a uma espécie de entendimento teórico que os agentes sociais possuem acerca das atividades realizadas, de modo que, em geral, são capazes de explicitar as razões que envolvem as ações que praticam, muito embora tal entendimento nem sempre consiga ser apresentado discursivamente. Por fim, motivação refere-se às necessidades que instigam a ação, ao potencial para ação, e não ao modo pelo qual ela é executada. Em muitos casos, envolvem projetos globais e planos; em outros, encontram-se associadas a aspectos inconscientes. Como consequência, Giddens (2009) refere-se a três tipos de consciência, em substituição à proposta freudiana acerca de ego, superego e id. São eles: a consciência discursiva, a consciência prática e os motivos inconscientes. Especialmente entre os dois primeiros, o autor não busca traçar uma linha rígida de separação, visto que o ponto diferencial básico consiste naquilo que o agente pode dizer acerca de sua conduta e aquilo que é simplesmente realizado.

Assim, um aspecto distintivo da conduta ou da ação social encontra-se no fato de que elas sempre estão, em maior ou menor grau, sob o controle do agente social, de modo que não há nada, em princípio, que o impeça de agir, em algum momento da prática, de modo diferente do que, de fato, se realizou ou pretendeu.

Por outro lado, tal postulado não equivale a asseverar que a ação humana é plenamente livre e que não haja regularidades ou fontes de coerção que limitem a ação social. Sim, elas existem e em grande número, o que também não implica concluir que pelo fato de existirem inúmeros comportamentos e condutas rotinizadas e regularizadas na vida social haja também princípios trans-históricos de uniformidades sociais ou mecanismos funcionais de regulação das atividades, que levem a conduta humana a um caminho e/ou resultado pré-determinado.

Em outros termos, a Teoria da Estruturação rejeita ambos os polos acerca da concepção de determinismo ou liberdade do sujeito. Por um lado, nega a liberdade, uma vez que a conduta social envolve poder, ou seja, a capacidade de intervir nos acontecimentos. Poder envolve a mobilização de recursos, e os sistemas sociais tendem a regularizar relações de autonomia e dependência entre os atores sociais em contextos

de interação, que, inevitavelmente, envolvem um acesso assimétrico a determinados recursos e, portanto, à sua manipulação. Disso decorre a necessária influência da ação de um ator social sobre o comportamento de outro, tornando-se, assim, teoricamente contestável a noção de liberdade plena aplicada a qualquer agente social. Por outro lado, a proposta estruturacionista não aceita o determinismo radical, na medida em que é o ator social que reproduz e produz as estruturas sociais em sua agência, de modo que nada o obriga a agir continuamente em consonância com o passado, uma vez que este só proporciona meios de iniciação das ações presentes, e não, garantias da manutenção de dadas condutas que podem ser modificadas mediante erros, abstenções ou inovações relacionadas a diferentes motivações individuais para a ação.

Segundo Giddens (2009: 58), o principal aspecto motivacional relaciona-se à garantia de segurança ontológica, que envolve uma “*autonomia do controle corporal no âmbito de rotinas previsíveis*”, que permitem ao ator social vislumbrar uma coesão identitária capaz de exercer controle sobre seus mecanismos de ansiedade básica².

Turner (1999), por outro lado, apresenta outros aspectos motivacionais de intensa importância que, apesar de sua não filiação à proposta estruturacionista — aliás, em posição diametralmente oposta, em certos aspectos —, devem ser abordados pormenorizadamente, uma vez que serão relevantes para a formulação ulterior do conceito de *inclinação*, proposto nesta tese, acerca do caráter motivacional que envolve a dinamicidade do Significado Acional.

O autor destaca, em consonância às propostas interacionistas, processos motivacionais relacionadas à manutenção da autoconcepção nuclear, ou seja, ao esforço de sustentar uma concepção de si mesmo como um certo tipo de pessoa e, assim, garantir a auto-estima. Outro processo motivacional estaria ligado a propostas da economia utilitarista ou do behaviorismo, uma vez que envolve os esforços dos indivíduos no que se refere a aumentar seus recursos. Por fim, o autor ainda assinala os esforços relacionados a garantir a presunção de que o mundo apresenta uma ordem e caráter factuais, partilhados entre os atores sociais, o que constituiria um último grande eixo motivacional.

² De forma sucinta, tal controle relaciona-se ao desenvolvimento psicossocial do indivíduo, que envolve três fases. Nessas, o ser humano deve lidar com três dualidades centrais: 1. Confiança básica x desconfiança; 2. Autonomia x vergonha e dúvida; 3. Iniciativa x culpa. Em outros termos, os aspectos motivacionais básicos orientam-se no sentido de evitar a vergonha e a culpa e garantir a auto-estima e a autonomia, o que preservaria a capacidade de iniciativa.

Entretanto, independentemente da quantidade de processos motivacionais verificáveis, é possível depreender um denominador comum a todos eles: a tentativa de exercer controle sobre os mecanismos de ansiedade que, de um modo ou outro, podem, sim, afetar a segurança ontológica individual.

Isso posto, deve-se passar a examinar as questões que concernem à limitação da conduta do agente social e de que modo a Teoria da Estruturação se propõe a explicar a atuação do sujeito, a partir de uma visão descentrada do ator e focada tanto na produção e na reprodução social quanto na regularização e rotinização das práticas sociais.

Repare-se que Giddens (2009) considera que a segurança ontológica envolve a autonomia sobre o controle do corpo em relação a rotinas previsíveis. Nesse sentido, a rotinização, diretamente relacionada ao aspecto motivacional central da ação social humana, deve ocupar uma posição privilegiada na teorização e, de fato, consiste em um dos conceitos-chave para a noção de estruturação.

Segundo o autor, a *rotinização* baseia-se na consciência prática e integra a continuidade da personalidade do agente, uma vez que as rotinas processam o caminho das atividades cotidianas e institucionais em que o ator social se envolve, de modo que a própria manutenção das estruturas institucionais encontra-se decorrente da contínua reprodução das rotinas associadas à sua atuação social.

Por meio dessa concepção, torna-se mais fácil compreender o complexo conceito-chave da teoria, denominado *dualidade da estrutura*. A *dualidade da estrutura* refere-se ao fato de a estrutura ser entendida como meio e resultado da conduta que o ator social organiza e realiza contínua e recursivamente. Nesse sentido, pressupõe a monitoração reflexiva da conduta e a integração dos atores sociais, o que implica, por sua vez, reciprocidade de práticas, tanto de autonomia quanto de dependência, em contextos de co-presença física ou não.

Devem ser diferenciados três conceitos para o entendimento da dinâmica da *dualidade da estrutura*: a noção de *estrutura* propriamente dita, de *sistema social* e de *estruturação*. Iniciar-se-á pela noção de *estrutura*.

Primeiramente, *estrutura* não se equipara a coerção, embora seja sempre restritiva e facilitadora. Ela consiste no conjunto de regras e recursos recursivamente organizados como propriedades de sistemas sociais. Nesse sentido, a *estrutura* não possui uma coordenada espaço-temporal nem apresenta natureza subjetiva, uma vez que está ‘ausente de sujeito’. Como corolário, ela só existe em forma de traços mnêmicos,

no conhecimento que os atores sociais possuem a respeito de suas atividades, ou na sua instanciamento, possibilitada pela conduta social propriamente dita.

Já os *sistemas sociais* consistem nas relações reproduzidas entre atores e coletividades, organizadas em práticas sociais regulares, nas quais a estrutura se encontra recursivamente implicada. Nesse sentido, os sistemas sociais estão diretamente relacionados às atividades localizadas dos agentes sociais e, portanto, apresentam coordenadas espaço-temporais específicas.

Uma consequência fundamental dessa concepção reside no fato de agentes e estruturas não serem tomados como fenômenos independentes, mas sim, duais, uma vez que a estrutura não é exatamente externa aos indivíduos, visto que, por um lado, é instanciada nas ações individuais e, por outro, encontra sobrevivência na memória social, na atividade cognoscente dos seres humanos. Uma outra implicação importante da relação anteriormente estabelecida encontra-se no fato de que as propriedades estruturais dos sistemas sociais assumem uma relação de meio e fim no que se refere às práticas que elas organizam. Tais propriedades estruturais referem-se aos aspectos mais duradouros da vida social, a características institucionalizadas, que proporcionam uma sensação de solidez à estrutura no decorrer do espaço-tempo.

Por fim, a *estruturacão* deve ser compreendida como as condições que governam a continuidade ou a mudança de estruturas, ou seja, a reprodução dos sistemas sociais. Assim, a conduta ou a atividade humana é concebida como um momento de reprodução tanto da estrutura em si quanto das condições que tornam possíveis as ações realizadas, uma vez que a estrutura não possui uma existência emancipada do conhecimento que os atores sociais possuem acerca dela.

Cabe, no entanto, definir claramente o conceito de *regras* e *recursos*, dentro do enfoque estruturacionista, para que se possa esclarecer, nitidamente, o significado de *estrutura* e se possam abarcar as dimensões estruturais e suas modalidades no processo de estruturacão e reprodução social.

Cohen (1999) destaca que as *regras*, na Teoria da Estruturacão, não devem ser entendidas como regulamentos ou códigos legais formulados discursivamente, uma vez que se referem a “procedimentos sociais entendidos tacitamente” (COHEN, 1999: 413), marcados por dois aspectos definidores: o *semântico* e o *normativo*. O primeiro diz respeito ao significado qualitativo e processual das práticas, assim como das localidades associadas e dos resultados prováveis. O segundo refere-se aos modos legítimos ou não,

apropriados ou não, de se executar uma prática, além dos direitos e deveres de cada ator social envolvido.

Recursos, por outro lado, envolvem as facilidades ou meios a que o agente tem acesso para poder manipular as atividades em que se encontra inserido, a fim de influenciar no seu desenvolvimento. A mobilização de recursos sempre envolve os aspectos semânticos e normativos das regras, ao mesmo tempo em que a natureza dos recursos fornecem diretrizes para a aplicação e o caráter das regras.

Recursos podem ser divididos em duas categorias: *autoritativos* e *alocativos*. Os primeiros consistem em meios de se exercer comando sobre as pessoas, o que inclui, segundo Cohen (1999), oportunidades de vida, posicionamento espaço-temporal e relação interpessoal. Os últimos, por sua vez, referem-se aos meios que geram comando sobre objetos materiais, como matérias-primas, meios de produção e bens produzidos.

Assim, as *estruturas* envolvem todo o conjunto possível de regras e recursos, organizados recursivamente pelo processo de estruturação, a partir do qual as ações dos atores sociais instanciam as condições de materialização dessas mesmas atividades, organizadas em sistemas sociais localizados. Esses sistemas são, por sua vez, responsáveis pela institucionalização de características estruturais e, portanto, pela rotinização das práticas, processo que se encontra estreitamente ligado à manutenção da segurança ontológica.

Tal como estão elaborados, os conceitos de *regra* e *recurso* deixam entrever uma assimetria constitutiva e permitem conceber a existência tanto de estruturas significativas, relacionadas à organização dos sistemas sociais, quanto de estruturas de dominação, uma vez que o acesso aos recursos não é simétrico, e ainda de estruturas de legitimação, relativas à regulação da aplicação das regras e dos recursos, como forma de garantir, em maior ou menor grau, a reprodução social e a consequente segurança ontológica, ligada à rotinização.

Giddens (2009) concebe, então, o conceito de *modalidade* como um mecanismo de estruturação que relaciona as capacidades cognoscitivas dos agentes sociais às propriedades estruturais anteriormente mencionadas, relativas aos sistemas sociais. Em termos das estruturas de significação, Giddens propõe os esquemas interpretativos como modalidade, considerando a comunicação o princípio interacional. No que se refere às estruturas de dominação, a facilidade é concebida como modalidade, e o poder, como princípio interacional, ao passo que, nas estruturas de legitimação, a modalidade é a

norma, e o princípio interacional, a sanção. Nesta tese, devido à sua ênfase linguístico-discursiva, enfatizar-se-á a análise das estruturas de significação.

Para tal, cabe introduzir, no entanto, o conceito de *coerção*, tal qual proposto pela teoria, de modo que se possa esclarecer a natureza da inter-relação entre a atividade individual e a reprodução da vida social, antes de se focalizar as operações ator-estrutura propriamente ditas.

Já se expôs que, nesta perspectiva, a estrutura consiste em uma propriedade dos sistemas sociais, de certo modo “contida”, em caráter “latente”, nas práticas reproduzidas e inscritas no eixo espaço-temporal. Os sistemas, por sua vez, encontram-se organizados não só hierarquicamente, mas latitudinalmente, dentro de totalidades sociais, nas quais as instituições ocupam papel central, uma vez que consistem em conjuntos articulados de práticas que rotinizam, em maior ou menor medida, a vida social, estando ligadas à continuidade da práxis.

Nesse sentido, embora se possa inferir que os sistemas sociais sejam exteriores aos indivíduos, deve-se frisar que sua existência está necessariamente ligada à agência humana. O que se deve ressaltar, no entanto, é que tais sistemas não são criados pelos agentes humanos — estes reproduzem ou transformam os sistemas, por meio de sua agência e das potenciais consequências impremeditadas de sua ação, reelaborando o que já estava realizado na continuidade da práxis. Desse modo, a coerção estrutural encontra-se logicamente ligada tanto à restrição — uma vez que, quanto mais as instituições se fixam no espaço-tempo, maior se torna a resistência à manipulação e transformação do agente individual — quanto à facilitação — na medida em que o fechamento de determinadas possibilidades acarreta, necessariamente, a abertura de alternativas de ação, que permitem o exercício de poder pelos atores sociais. É lícito ressaltar, no entanto, que de tal postulado não decorre a existência de uma simetria entre o caráter facilitador e restritivo das coerções estruturais.

Assim, coerção estrutural difere de coerção material e de sanção, e tal distinção deve ser estabelecida para que se possa sustentar o conceito de *deontologia*, proposto posteriormente neste capítulo, no que se refere à caracterização das ordens do discurso contemporâneas, ligadas às estruturas de significação.

Coerção material refere-se às restrições à ação impostas pela natureza do mundo material e das qualidades físicas do corpo do agente individual. As *sanções*, por sua vez, derivam do caráter coercitivo do poder e, portanto, estão associadas à punição. Em geral, dependem da aquiescência daqueles que são a elas submetidos. Por outro lado,

ocorre, diversas vezes, um enraizamento profundo das relações de poder nos sistemas sociais, por meio de uma justificação discursiva ou um ocultamento das motivações inerentes a tais sanções, que acabam se tornando parte integrante da conduta em determinados contextos institucionais, o que torna a noção de aquiescência um pouco discutível, dado que o ator social não está, de fato, plenamente consciente do caráter punitivo da ação a que é submetido. Por fim, a *coerção estrutural*, cuja compreensão é fundamental para esta tese, pode ser definida como “*a fixação de limites à gama de opções a que um ator, ou pluralidade de atores, tem acesso numa dada circunstância ou tipo de circunstância*” (GIDDENS, 2009: 208, grifo do autor).

Isso não implica, no entanto, que as coerções estruturais — ou os princípios estruturais dos sistemas sociais, de caráter coercitivo — atuem sobre o ator social, compelindo-o a comportar-se, obrigatoriamente, de determinada maneira. Novamente: elas restringem e facilitam. Em outros termos, as coerções estruturais estão sempre associadas à agência humana e não se realizam ou operam de modo autônomo em relação às razões ou os motivos da conduta de cada ator social, estreitamente interlaçada ao uso de determinados recursos para fazerem as coisas acontecerem, de modo intencional ou não, com consequências premeditadas ou não. Por conseguinte, “os princípios estruturais podem ser entendidos como os princípios de organização que permitem formas reconhecivelmente consistentes de distanciamento tempo-espaco com base em mecanismos definidos de integração social” (GIDDENS, 2009: 213-214).

Nesse sentido, torna-se visível o elo entre o conceito de *coerção estrutural* e *princípio estrutural* com a noção de *dualidade da estrutura*. Nos termos de Cohen (1999: 418),

[...] desprezar a reprodução de regularidades na prática torna impossível determinar como as propriedades estruturais resistentes são geradas e mantidas; inversamente, desprezar as propriedades estruturais torna impossível determinar as circunstâncias que os agentes requerem para reproduzir tais regularidades.

É nesse ponto que o conceito de *modalidade*, como mecanismo que intermedeia a atividade cognoscitiva e prática do ator social e as propriedades e princípios estruturais, assume um papel precípua, uma vez que a regularização das práticas está diretamente associada à atividade rotinizada dos atores sociais em coletividade, o que implica algum mecanismo de intermediação e de contextualização que imprima condições para a reprodução social.

Assim, os esquemas interpretativos, como *modalidades* que intermedeiam a agência individual, na ação comunicativa, à reprodução e/ou transformação das estruturas de significação dos sistemas sociais, são entendidos, por Giddens (2009: 34) como “modos de tipificação incorporados aos estoques de conhecimento dos atores, aplicados reflexivamente na sustentação da comunicação”. Nesse conceito, o autor engloba o importante aspecto de que tais esquemas devem incorporar características contextuais, uma vez que associa a contextualidade às rotinas sociais e discursivas, afirmando que o contexto — que inclui as características espaço-temporais e físicas — não apenas influencia a conduta, mas é mobilizado e categorizado no curso da interação social. Como corolário, a reprodução social requisita que os dados contextuais possam ser reatualizados nas atividades dos atores sociais, de modo que os esquemas interpretativos tenham de ser concebidos como capazes não só de mobilizar os modos preferenciais de conduta discursiva propriamente dita, mas também do reconhecimento e categorização *online* dos elementos pertinentes do contexto situacional e dos princípios estruturais de dados sistemas sociais que permitam, pelo menos, em potencial, a manutenção de dada estrutura, embora, frise-se novamente, esse mesmo processo possa acarretar a transformação social, devido a alguma ação de consequência premeditada ou impremeditada, proporcionada por leituras levemente diferenciadas dos parâmetros contextuais ou da inovação propriamente dita do ator social. Por essas razões, vê-se a necessidade de acrescentar, em paralelo aos esquemas interpretativos, como modalidades de significação, a noção de esquemas produtivos, relativos não só ao reconhecimento, mas à ação propriamente dita do ator social em contextos interacionais, tendo em vista a monitoração reflexiva da conduta.

Nesta tese, consideram-se as *ordens do discurso*³ como potenciais semântico-discursivo-contextuais, associados às estruturas de significação, a partir das quais os esquemas interpretativos derivam. Nesse sentido, as *ordens do discurso* assumem caráter coercitivo de um ponto de vista estrutural e devem, portanto, ser entendidas como elementos de atuação restritiva e facilitadora, uma vez que comportam modos tipificados de ser, agir e representar discursivamente, que não necessariamente ocorrem e que só são instanciados mediante a ação social humana motivada e racional, intencional ou não. Novamente, não se trata de forças causais que impelem o agente social a agir de determinada maneira.

³ O conceito de *ordem de discurso* será definido em termos faircloughianos (2007) na próxima seção. Entretanto, a visão inicial proposta neste momento se coaduna perfeitamente à conceituação do linguista.

Um conceito giddensiano importante para o entendimento da estruturação ou da reprodução social associado aos princípios de significação é o de *localidade*. Segundo Cohen (1999), a noção de *localidade* corresponde aos diversos modos pelos quais os aspectos materiais dos cenários sociais — circunstâncias físicas e artefatos humanos — são atualizados e utilizados pelos agentes sociais no curso das rotinas sociais institucionalizadas. Em termos discursivos, considerando-se a significação, torna-se essencial, entretanto, que a essa noção de *localidade* esteja associada uma noção de *negociatividade*, relativa aos diversos modos pelos quais as relações sociais são construídas e negociadas no curso das rotinas sociais, envolvendo, assim, identidades e um espectro diverso de direitos, deveres e posicionamentos hierárquicos em um contínuo de possibilidades.

Assim, as *ordens do discurso* também devem comportar aspectos de reconstrução contextual, permitindo a recuperação de parâmetros mínimos associados à *localidade* e à *negociatividade* a fim de que potenciais ligados a modos de ser — *estilos* —, de agir — *gêneros* — e de representar — *discursos* — possam ser mobilizados pelos atores sociais, em sua atividade reflexiva monitorada, mediante suas razões e motivações, e constituam marcos iniciais de uma conduta social que irá assumir caráter reprodutório ou transformador na continuidade da práxis, ou seja, das práticas institucionais.

No entanto, apenas focar nas estruturas de significação e seus elementos associados — *ordens do discurso* e *esquemas interpretativos e produtivos* — não permite uma compreensão global dos princípios estruturais, uma vez que a significação encontra-se, constitutivamente, atrelada à dominação e à legitimação.

Conforme se mencionou, as estruturas de dominação estão intrinsecamente associadas ao exercício do poder, que, segundo Giddens (2009), é anterior à subjetividade. Nesse sentido, a dominação pode ser entendida como condição de existência de códigos de significação, ou seja, línguas, uma vez que essas consistem também em meios de realizar atividades, de exercer a capacidade transformadora humana e, portanto, torna-se elemento indissociável e imprescindível para a configuração da consciência discursiva, envolvida na monitoração reflexiva da ação e, portanto, da própria reprodução social.

Além disso, a legitimação, associada à sanção e às normas, também deve ser entendida, em termos relacionais, com os outros princípios estruturais. Os elementos normativos dos sistemas sociais consistem, na visão estruturacionista, em alegações

contingentes consideradas na mobilização de sanções nos contextos interacionais reais. Sanções estão constitutivamente atreladas a assimetrias de dominação e estão condicionadas a diferentes níveis de comprometimento em relação às normas que as originam. Nesse sentido, estão diretamente associadas à negociatividade, uma vez que a instauração e negociação de relações sociais encontram-se vinculadas à legitimação das ações e às normas que regulam os diversos posicionamentos discursivos e materiais dos atores sociais e as possíveis sanções — morais ou legais — associadas a desvios em relação a essas normas.

Assim, na concepção estruturacionista, a ideologia torna-se um dos elementos que conecta os três princípios estruturais, na medida em que ela é concebida como assimetrias de dominação que interligam a significação à legitimação de interesses de determinados grupos sociais.

Nessa perspectiva, a dominação tornar-se-ia intermediária entre a significação e a legitimação, de modo que o poder, de caráter coercitivo e facilitador, estaria na raiz que subjaz à legitimação das normas e sanções, relacionadas ao olhar avaliativo dos atores sociais, por um lado, e na raiz das coerções estruturais de produção discursiva e mobilização de modos de ser, agir e representar discursivamente, tendo em vista os distintos acessos a recursos autoritativos e alocativos e a possibilidade de manipulação diferencial das regras que estão envolvidas na aplicação de recursos a fim de garantir a marcação da autonomia estratégica do ator social em relação à atuação dos outros, o que é denominado *estratégia de controle*.

A próxima seção abordará o processo de produção discursiva segundo a Análise Crítica do Discurso, um campo heterogêneo e interdisciplinar que enfoca a análise discursiva a partir de um ponto de vista que valoriza a agência individual. A exposição detém-se, precipuamente, no modelo faircloughiano (1997; 2007), que em muito se coaduna e se embasa na proposta estruturacionista, além de estabelecer um elo teórico com a proposta linguística sistêmico-funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), que, por sua vez, consiste no pilar para as análises linguístico-discursivas empreendidas nesta tese.

1.2 O processo de produção discursiva segundo a Análise Crítica do Discurso

Para Hodge e Kress (1993), o maior objetivo da Linguística deve ser a unificação, em uma única empreitada, de um referencial teórico e analítico que permita abranger as relações entre língua e sociedade, por um lado, e entre língua e mente, por outro. Nesse sentido, eles defendem que a língua seja vista como um agente vital para o processo de construção social da realidade.

De modo análogo, Fairclough (2007) concebe a linguagem verbal como um elemento irreduzível da vida social, tomando o discurso como uma prática inserida no seio de uma estrutura social, que permite a emergência de textos com efeitos causais — ou seja, capazes de proporcionar mudanças tanto cognitivas e valorativas, em termos de conhecimentos, crenças, posicionamentos e valores individuais, por um lado, quanto materiais, na medida em que discursos podem impingir os indivíduos à ação, por outro.

Nesse sentido, o foco da Análise Crítica do Discurso (ACD) — área dos estudos linguísticos que abrange nomes como Gunther Kress, Robert Hodge, Ruth Wodak, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Theo van Leeuwen, dentre outros — reside justamente na investigação de como elementos do sistema linguístico funcionam para a representação de eventos, para a construção de relações sociais e identidades e para a estruturação, confirmação e contestação de hegemonias no discurso.

Desse modo, trata-se de um modelo teórico-analítico que não se preocupa diretamente com a interioridade do sistema linguístico propriamente dito, mas sim, com a relação dialética entre língua e sociedade no que tange à atividade discursiva. Por conseguinte, coaduna-se a uma perspectiva funcionalista da linguagem, uma vez que esta postula que a língua possui funções externas ao sistema e que essas mesmas funções são as responsáveis pela organização interna da língua.

Para Fairclough (2007), a abordagem linguística que mais se ajusta às particularidades teórico-analíticas da ACD é a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Michael Halliday (1978). De acordo com este autor, a linguagem verbal — entendida como um *potencial de significado* — teria evoluído para seu estado atual devido às demandas impostas a serviço de um determinado número de funções, expostas na sequência:

1. A língua deve interpretar o conjunto de nossa experiência, reduzindo a variedade indefinida de fenômenos do mundo ao nosso redor, e também do nosso mundo interior, além dos processos de nossa própria consciência, para um número de classes e fenômenos gerenciáveis: tipos de processos, eventos e ações, classes de objetos, pessoas e instituições, dentre outros;
2. A língua deve expressar certas relações lógicas elementares, como ‘e’ e ‘ou’ e ‘se’, assim como aquelas criadas pela própria lingual, como ‘isto é’, ‘diz’ e ‘significa’;
3. A língua deve expressar nossa participação, como falantes, na situação discursiva; os papéis que nós assumimos e impomos aos outros; nossos desejos, sentimentos, posicionamentos e julgamentos;
4. A língua deve fazer todas essas coisas simultaneamente, de modo que ela relacione o que está sendo dito ao contexto do que está sendo dito, ambos em relação ao que já foi expresso e ao ‘contexto situacional’; em outras palavras, ela deve ser capaz de ser organizada em um discurso relevante, não somente em palavras e frases de uma gramática ou dicionário (HALLIDAY, 1978: 21-22)⁴.

Assim, para Halliday (1978), a linguagem verbal apresenta três metafunções, atualizadas em qualquer formulação textual de uma pessoa adulta: a função ideacional (subdividida em experiencial e lógica, respectivamente, 1 e 2, da citação anterior); a função interpessoal (item 3) e a função textual (item 4).

Tais funções emergem do contexto — ou tipo situacional —, que pode ser interpretado como uma estrutura sociossemiótica constituída de três dimensões: o *campo*, as *relações* e o *modo*⁵. A primeira refere-se, grosso modo, ao que está acontecendo, à atividade em que se está engajado; a segunda, aos participantes e às relações estabelecidas entre eles; e a terceira, à maneira pela qual os significados são realizados.

É possível notar, portanto, que a LSF descreve a linguagem verbal como um elemento intrinsecamente ligado à prática social, de modo a dela derivar, uma vez que é a construção semiótica do contexto social que irá determinar seleções dentro do

⁴ “1. Language has to interpret the whole of our experience, reducing the indefinitely varied phenomena of the world around us, and also of the world inside us, the processes of our own consciousness, to a manageable number of classes of phenomena: types of processes, events and actions, classes of objects, people and institutions, and the like.

2. Language has to express certain elementary logical relations, like ‘and’ and ‘or’ and ‘if’, as well as those created by language itself such as ‘namely’, ‘says’ and ‘means’.

3. Language has to express our participation, as speakers, in the speech situation; the roles we take on ourselves and impose on others; our wishes, feelings, attitudes and judgements.

4. Language has to do all these things simultaneously, in a way which relates what is being said to the context in which it is being said, both to what has been said before and to the ‘context of situation’; in other words, it has to be capable of being organized as relevant discourse, not just as words and sentences in a grammar-book or dictionary” (tradução livre).

⁵ No original, respectivamente, *field*, *tenor* e *mode*. Anteriormente, traduzia-se o termo *tenor* por ‘teor’; no entanto, recentemente, houve uma modificação na tradução do termo pelos especialistas em LSF, devido ao fato de que o termo ‘teor’, em língua portuguesa, não refletia adequadamente a base do conceito, que é, no caso, a língua em ação, a língua como elemento de estabelecimento de relações sociais.

potencial significativo de uma língua, levando à instauração de registros — combinação de padrões de recursos interpessoais, textuais e ideacionais — diferenciados.

Fairclough (2007), por sua vez, reformula a teoria hallidayana, configurando-a segundo os pressupostos da ACD. Concebendo também os textos como multifuncionais, o autor distingue três grandes tipos de significados (inter)discursivos: os gêneros, os discursos e os estilos — equivalentes, respectivamente, a modos discursivos de agir, representar e ser⁶ —, tomando-os como as três principais maneiras pelas quais o discurso se constitui em prática social. Assim, tem-se:

1. o Significado Acional (Action), que abarca, em termos discursivos, os recursos linguísticos concernentes tanto à função interpessoal de Halliday, tendo como ênfase a (inter)ação em eventos sociais e o estabelecimento de relações sociais, quanto à função textual, a qual Fairclough não considera separadamente;

2. o Significado Representacional (Representation), que abrange os recursos relativos à função ideacional da LSF;

3. o Significado Identificacional (Identification), que abarca os aspectos de constituição da identidade do sujeito no discurso, estando ainda ligado, portanto, à função interpessoal⁷.

Por conseguinte, gêneros são concebidos como modos de ação; discursos, como modos de representação do mundo; e estilos, como modos de identificação. *Ação* está relacionada, em linhas gerais, à relação com os outros, à ação sobre eles e ao poder; *representação* diz respeito ao conhecimento, mas também ao controle sobre as coisas; enquanto *identificação* está ligada às relações individuais de cada um, à ética, ao sujeito moral.

Assim, discursos são instanciados⁸ em gêneros e inculcados em estilos, enquanto ações e identidades são representadas em discursos. Nesse sentido, os três tipos de significado apresentam entre si uma relação dialética constitutiva, e é justamente o modo de instauração singular dessa dialética que irá configurar uma determinada prática social.

⁶ *Ways of acting, ways of representing and ways of being*, respectivamente (FAIRCLOUGH, 2007: 27).

⁷ Deve-se ressaltar também que Fairclough (1997) subdivide a função interpessoal de Halliday (1978) em duas: a identitária, relacionada ao modo pelo qual as identidades pessoais e sociais são constituídas textualmente; e a relacional, que concerne à construção textual das relações sociais entre os participantes de uma interação.

⁸ Opta-se, neste trabalho, em consonância com Meurer (2005: 81), a traduzir a forma verbal *to enact* por *instanciar, realizar ou engendrar*.

A consequência mais imediata dessa concepção pode ser depreendida do fato de que o discurso⁹ é concebido como um nível intermediário, mediador entre o texto em si e o contexto social. Para Fairclough (2007), o contexto social é constituído por aquilo que ele denomina *relações externas ao texto* — as estruturas sociais, as práticas sociais e os eventos sociais. Nestes últimos, estão incluídas as ações e as relações sociais, a identificação e identidades potenciais dos atores sociais e as representações de mundo. O texto em si, por sua vez, é constituído por aspectos semântico-discursivos, léxico-gramaticais e fonético-fonológico-grafológicos, conjunto que representa as chamadas *relações internas ao texto*.

Disso decorre o fato de que é no nível discursivo que relações externas e internas se imbricam, de modo que é a associação de elementos linguístico-textuais às determinações do contexto social que fazem emergir gêneros, discursos e estilos diferenciados. Nas palavras de Fairclough (2007: 37),

Discursos, gêneros e estilos são tanto elementos textuais quanto sociais. Em textos, eles são organizados conjuntamente em relações interdiscursivas, relações nas quais gêneros, discursos e estilos podem ser ‘misturados’, articulados e textualizados de modos particulares. Como elementos sociais, eles são articulados conjuntamente em modos particulares de ordens de discurso — o aspecto linguístico das práticas sociais pelos quais a variação linguística é controlada¹⁰.

Isso posto, cabe esclarecer de que modo o autor concebe a inter-relação entre esses elementos e sua atualização na produção textual. Para ele, há duas forças causais que constituem os textos: de um lado, as estruturas e práticas sociais; de outro lado, os agentes sociais, envolvidos em eventos sociodiscursivos.

Estruturas sociais são entidades bastante abstratas, que definem um potencial ou um conjunto de possibilidades. Eventos não são, por sua vez, um resultado simples e direto das estruturas sociais; eles são intermediados pelas práticas sociais, que podem ser entendidas como modos de se controlar a seleção de certas possibilidades

⁹ É importante diferenciar o uso do termo ‘discurso’ como modo de representação, ao lado de gênero e estilo, como modos de ação e identificação, respectivamente, e de ‘discurso’ como uma prática social ou um momento de uma prática social, relacionada a uma estrutura social dada e ao potencial de atuação dos agentes sociais em um evento determinado e, portanto, ao próprio processo de geração e constituição de sentido. No caso, trata-se desta última acepção.

¹⁰ “Discourses, genres and styles are both elements of texts, and social elements. In texts they are organized together in interdiscursive relations, relations in which different genres, discourses and styles may be ‘mixed’, articulated and textured together in particular ways. As social elements, they are articulated together in particular ways in orders of discourse — the language aspects of social practices in which language variation is socially controlled” (tradução livre).

estruturais, por meio da sua exclusão ou retenção através do tempo, em campos específicos da vida social (FAIRCLOUGH, 2007: 23-24).

Nesse sentido, as línguas, por definirem potenciais e possibilidades, são tomadas dentre as estruturas sociais e, por isso, constituem-se em elementos passíveis de incorporação nas práticas e eventos sociais, nos quais são realizadas atividades de depuração das possibilidades e potenciais de significado desta estrutura, tendo em vista os objetivos comunicativos dos indivíduos e as ordens do discurso pertinentes.

Como corolário, textos se configuram em eventos intermediados por essas ordens de discurso, que atualizam concretamente seleções do potencial numa materialidade linguística com objetivos determinados. Por isso, ordens do discurso não podem ser constituídas de elementos linguísticos propriamente ditos, como frases, lexemas, morfemas, etc., mas sim por gêneros, discursos e estilos, de modo a exercer um controle social sobre a variação linguística¹¹.

Em uma leitura estruturacionista, a estrutura — abstrata e delimitadora de potenciais — consiste no conjunto de regras e recursos. Por isso mesmo, não é atualizada diretamente em eventos, uma vez que estes se relacionam à atividade localizada do ator social, conduzida pela monitoração reflexiva, e que pode reproduzir ou transformar aspectos da prática social, entendida como a regularização das atividades dos agentes sociais, institucionalizadas, mediante *modalidades* de significação, dominação e legitimação.

Os agentes sociais, por sua vez, referem-se aos indivíduos que se engajam em práticas discursivas, ou seja, que se envolvem em eventos sociais. Devido às coerções das estruturas e práticas sociais, eles não são totalmente livres, o que não implica afirmar que sejam totalmente subordinados ao social, característica já amplamente debatida na seção anterior. Os atores sociais possuem seu próprio poder causal, sendo capazes de criar e mudar a realidade em seu entorno, ainda mais em uma sociedade global, marcada pela reflexividade.

¹¹ Nessa perspectiva, variação linguística não deve ser entendida em termos de variantes diatópicas, diastráticas ou diacrônicas, tendo em vista que tais formas atravessam as diversas produções discursivas e as inserções dos atores sociais nos seus diversos contextos de atuação na vida cotidiana e institucional. O termo variação, no caso, aproxima-se da noção de ‘registro’ de Halliday (1978) e refere-se às possibilidades de seleção de recursos ideacionais, interpessoais e textuais no âmbito de uma atividade discursiva.

Sobre os agentes sociais, Resende e Ramalho (2006: 79) afirmam que

em sua experiência de mundo, as pessoas são posicionadas involuntariamente como agentes primários pelo modo como nascem e sobre o qual são impossibilitadas, inicialmente, de operar escolhas – isso inclui as noções de gênero e classe social. A capacidade de agentes sociais transformarem sua condição nesse posicionamento primário depende de sua reflexividade para se transformarem em agentes incorporados, capazes de agir coletivamente e de atuar na mudança social.

Tal reflexividade pode ser entendida de duas maneiras. De um modo geral, como o próprio processo de monitoração reflexiva da ação. De um modo mais específico, como o processo de reflexividade inerente à modernidade — que será abordado pormenorizadamente na seção seguinte —, entendido por Giddens (1991) como um fenômeno diretamente envolvido com a contínua geração de autoconhecimento sistemático. Nesse sentido, tem-se na atualidade um sistema pelo qual o pensamento e a ação são constantemente refratados entre si, de modo que as práticas sociais são continuamente examinadas e reformadas em razão das informações renovadas sobre essas próprias práticas, o que permite ao ator social alterar, sucessivamente, caso julgue pertinente, o caráter e a natureza dessas mesmas práticas. Como corolário, postula-se que “todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas” (Giddens, 1991: 45). Desse modo, a identidade dos indivíduos torna-se resultado de uma construção reflexiva, de caráter autoconfrontador, baseada nesses saberes sobre as práticas sociais e nos valores associados a elas, de modo que o agente social vê-se impingido a posicionar-se, discursivamente, mediante esse sistema, contestando, chocando-se com, confirmando ou mantendo as classificações, posturas, atitudes e ações engendradas nas práticas em que se envolve.

É desse possível choque ou reafirmação dos elementos constitutivos das práticas sociais, constantemente atualizados nos eventos (textos), que emerge o poder causal dos agentes, o que referenda a posição de que eles não são totalmente subordinados à estrutura social.

Toda prática social é constituída por quatro momentos — 1. discurso ou semiose; 2. atividade material; 3. relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações) e 4. fenômeno mental (crenças, valores e desejos, ideologia) —, de cuja articulação resulta a criatividade discursiva e, por conseguinte, o embate hegemônico e ideológico.

Assim, Fairclough (1997; 2007) afirma que a estrutura social deve ser concebida de modo dialético em relação às práticas sociais, na medida em que consiste tanto no

meio pelo qual estas se estruturam, mas também como resultado dos diversos gêneros, discursos e estilos atualizados nessas mesmas práticas. Tal processo é ainda mais acentuado e visível na globalidade contemporânea, em que decisões individuais podem impingir transformações na ordem global, enquanto essa atua como mecanismo de coerção das atitudes dos atores sociais posicionados, que acabam sendo responsáveis pela produção e reprodução ou pela transformação da organização social, processos estreitamente ligados a questões que concernem poder, ideologia e hegemonia.

No entanto, cabe ressaltar que tal dialética consiste, na verdade, no processo de estruturação propriamente dito, em que a estrutura social é instanciada nas práticas sociodiscursivas localizadas na ordem dos sistemas sociais. Ao mesmo tempo, esse conjunto de regras e recursos provém a potencialidade que gerencia, em maior ou menor grau, a liberdade de ação do agente social, de modo que a estrutura se encontra implicada na própria ação, uma vez que ela é atemporal e a-espacial e está associada à atividade cognoscitiva dos indivíduos. Fairclough (1997; 2007) aponta um conceito de estrutura que privilegia a significação e, nesse sentido, os aspectos materiais e os recursos alocativos não são considerados de modo privilegiado, embora sejam indissociáveis da prática discursiva em si.

O autor trata do conceito de hegemonia, partindo da concepção gramsciana do termo. Gramsci (1971; *apud* FAIRCLOUGH, 1997: 76) define hegemonia como “liderança assim como dominação através das esferas econômicas, políticas, culturais e ideológicas da sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo, exercido pela aliança de classes fundamentais definidas economicamente (como um bloco) com outras forças sociais, mas nunca atingido mais do que parcial ou temporariamente, constituindo-se em um ‘equilíbrio instável’”¹².

Esse autor concebe os sujeitos como estruturados por diversas ideologias, que estão implícitas em suas práticas sociais, o que lhes proporciona um caráter compósito. Além disso e em decorrência de tal concepção, o senso comum é visto tanto como depósito dos diversos efeitos de conflitos ideológicos anteriores, quanto como alvo de reestruturação contínua no que concerne aos conflitos presentes, tendo em vista que, nele e por meio dele, as ideologias são naturalizadas ou automatizadas.

¹² “Hegemony is leadership as well as domination across the economic, political, cultural and ideological domains of a society. Hegemony is the power over society as a whole of one of the fundamental economically defined classes in alliance (as a bloc) with other social forces, but it is never achieved more than partially and temporarily, as an ‘unstable equilibrium’” (tradução livre)

Nesse sentido, ideologias devem ser entendidas como representações de aspectos do mundo que contribuem para estabelecer ou manter relações de poder, dominação e exploração, podendo ser instanciadas em modos de agir (gêneros) e inculcadas em identidades (estilos) (FAIRCLOUGH, 2007). Por essa razão, instauram-se no nível discursivo (representacional) da produção textual e integram as ordens do discurso, o que se coaduna perfeitamente à proposta estruturacionista, que a toma como naturalização discursiva legitimada de assimetrias de dominação.

A partir desta posição, referir-se a hegemonia no âmbito discursivo-ideológico implica a existência e atualização de uma cadeia de práticas sociais associadas de uma tal maneira que os atores nela envolvidos, por meio de sua produção comunicativa, sejam constrangidos aos efeitos de discursos particulares, automatizados ideologicamente, de forma que as relações sociais e as formas de interação nela existentes sejam instanciadas de um modo particularmente opressor, o que implica uma máxima complacência dos atores sociais posicionados em dado sistema, esfera ou instituição em relação às ordens do discurso vigentes. Nessa perspectiva, modelos de ação seriam fixados, assim como estilos e posicionamentos identitários seriam inculcados e assumidos como formas de pertencimento preferenciais ou obrigatórias àquele domínio social, naturalizadas e opacas ao ponto de praticamente inviabilizar a necessidade de justificativa de tais condições. Em consequência disso, um alvo significativo do conflito hegemônico — que opõe dominados e dominadores, situados em um *continuum* de alteridade, na acepção deste trabalho — é justamente a desnaturalização das convenções e discursos presentes em dados sistemas sociais, esferas ou instituições com o objetivo de substituí-los por outros.

É, portanto, no embate advindo da disputa hegemônica que práticas discursivas e sociais são modificadas, de forma que a mudança social e linguística deva ser compreendida em íntima conexão com conflitos ideológicos no interior das ordens de discurso, validados e sustentados pelo poder causal de agentes que contestam os modos de representar, agir e ser dominantes ou *preferenciais* em um determinado sistema social¹³.

Isso posto, pode-se notar que esta abordagem discursiva busca, por meio do elo entre a análise linguística de textos, realizada com base na LSF, e teorias sociais que

¹³ E, conforme se abordará no tópico seguinte, o alvo da disputa serão as TD associadas aos modos de ser, agir e representar de um grupo social inserido, precipuamente, neste caso, em uma esfera institucional determinada.

estudam as relações entre poder, ideologia, hegemonia e discurso, descrever, analisar e desvelar os processos de dominação, exploração e desigualdade, patentes na sociedade, no que se refere à esfera semiótica e comunicativa. Trata-se de uma ciência interdisciplinar por definição, em que Cognição, Sociologia, Linguística, Economia, História, dentre outras, coadunam-se e interligam-se com fins de crítica social.

A próxima seção abordará o conceito de tradição, a partir de uma perspectiva sociológica, de modo a embasar a análise do desenvolvimento e da dinamicidade do Significado Acional na modernidade pós-tradicional e a validade e pertinência do conceito de Tradição Discursiva como mecanismo de regulação e composição das ações discursivas a partir de um ponto de vista discursivo-social e linguístico-discursivo.

1.3 A abordagem sociológica da tradição

O estudo das tradições é caro tanto à Sociologia quanto à Antropologia, especialmente por abranger desde questões relativas à identidade de indivíduos e de grupos a mecanismos de coerção social e formas de autoridade, chegando, inclusive, à normatização da ação. Assim, tornou-se objeto de diversas abordagens teóricas, ora convergentes, ora divergentes, que buscaram descrever seus aspectos constitutivos e seu impacto na estruturação da vida humana nos diversos períodos históricos, em geral, assumindo a pré-modernidade como o contexto ideal para sua emergência e prevalência, e a modernidade, como o momento ideal para seu enfraquecimento.

Assim, a tendência do pensamento social clássico é a de assumir que a ascensão e o desenvolvimento das sociedades modernas teriam provocado um crescente desgaste da tradição, de modo que ela teria cessado de desempenhar algum papel relevante na vida cotidiana dos atores sociais a partir desse período. Contudo, muitos teóricos contemporâneos, como Giddens, Thompson e Hobsbawn¹⁴, têm realizado reflexões importantes acerca desse fenômeno, colocando em xeque a concepção simplista de definimento da tradição. Esta tese atentará, principalmente, para essas novas abordagens.

Segundo Giddens (1997), a tradição, nas sociedades pré-modernas, era sustentáculo do poder do Estado, que se impunha sobre sujeitos passivos. A

¹⁴ Apesar de os autores citados pertencerem a tradições diferentes do pensamento em Humanidades, defende-se que seja extremamente válido analisar comparativamente suas propostas a fim de que se possa traçar um quadro geral do estatuto da noção de tradição nos estudos contemporâneos. Deseja-se ressaltar, inclusive, que Giddens (1997) e Thompson (2008) reconhecem um ao outro como fontes de análises acuradas do fenômeno na atualidade.

modernidade, ao possibilitar maior possibilidade de agenciamento social propriamente dito, somada a uma intensa institucionalização da vida social, teria permitido uma resistência potencial mais sólida e ampla aos parâmetros que sustentavam o funcionamento da sociedade tradicional. Tal processo, no entanto, não teria resultado, necessariamente, no definhamento da tradição, mas teria se constituído de modo ambivalente e bilateral, promovendo, por um lado, a reconstrução da natureza e do caráter da tradição e, propiciando e alavancando, por outro, sua dissolução.

Duas perguntas importantes podem ser feitas a esse respeito: de que modo esse processo ambivalente teria se articulado e quais as motivações para tal desenvolvimento?

Para responder a esses questionamentos, torna-se necessário analisar algumas mudanças significativas ocorridas na modernidade, que permitem um olhar crítico e analítico sobre o fenômeno. Em primeiro lugar, pode-se apontar a radicalização do processo de globalização e a difusão extensiva das instituições. Em segundo lugar, torna-se inegável constatar o papel crescente da mídia como espaço privilegiado de acesso a informação, conhecimento e material simbólico para a construção da(s) identidade(s) e das representações sociais. Em terceiro lugar e ainda relacionado ao anterior, destaca-se a emergência da reflexividade, inerente à contemporaneidade, que permite ao indivíduo construir sua identidade — melhor ainda, suas identidades ou identificações — a partir de uma vasta gama de estilos de vida e tradições disponíveis. Em quarto lugar, mas não menos importante, deve-se destacar a prevalência da ciência e do sistema de especialistas como instrumentos de questionamento da autoridade moral e da verdade formular tradicional, de caráter inquestionável, o que acarreta, em variados graus, resistência e/ou rejeição em relação às formas tradicionais de autoridade e representação de mundo.

De acordo com Giddens (1997), há uma nova relação dialética na modernidade, baseada no eixo local/global, em consequência da globalização. Nesse novo contexto sociopolítico, decisões individuais acarretam consequências globais, ao passo que as ordens globais influenciam e constroem, em maior ou menor peso, as decisões individuais, o que leva a reflexividade a assumir um caráter cada vez mais central na sociedade contemporânea.

Para o autor, a reflexividade — que não deve ser confundida com monitoração reflexiva da ação, condição essencial do modelo de estratificação do *self* e inerente à atividade social humana — pode ser definida, grosso modo, como um fenômeno de

autoconfrontação inerente à pós-modernidade global, por meio do qual os atores sociais configuram sua(s) identidade(s) — mas também seus discursos e ações — mediante um conhecimento advindo de diversas fontes sociais, de modo que são levados a posicionarem-se diante das práticas e estruturas sociais a que estão submetidos. Assim, a formação da(s) identidade(s) extrapola o local e a relação hierárquica imediata da comunidade em que a pessoa está inserida e passa a ser um efeito do processo reflexivo dinâmico realizado pelo ator social no que se refere às diversas alternativas de identificação com que ele tem contato, especialmente pela mídia.

Nesse sentido, os estilos de vida, os discursos e as ações individuais, adotadas mediante o processo de reflexividade, tornam-se peças centrais na dinâmica global, já que podem repercutir, graças ao desenvolvimento das técnicas de comunicação e transporte, muito além do local em que são praticados. Tal fato fica ainda mais acentuado quando esse indivíduo possui um papel de poder na sociedade, sendo capaz, pela assimetria de acesso a determinados recursos, de fazer assegurar determinados resultados em detrimento da agência de outros.

Tal processo encontra-se relacionado à capacidade acional de cada indivíduo e do modo como essas ações são coordenadas e submetidas ao escrutínio da própria sociedade, mediante sua adesão, em maior ou menor grau, aos parâmetros coercitivos dos sistemas sociais, dotados de estruturas de significação, dominação e legitimação, que relacionam as capacidades cognoscitivas dos agentes a características estruturais, atuando no sentido de reconstruir, processualmente, a estrutura social.

A tradição, como elemento de caráter sociossemiótico, está vinculada às estruturas de significação dos sistemas sociais, que se encontram, por sua vez, estreitamente relacionadas às estruturas de dominação, que envolvem poder e, portanto, manipulação de recursos, e às estruturas de legitimação, que envolvem normatização e sanção, abrangendo todo o conjunto de práticas sociais em dada comunidade. Assim, a tradição invade a experiência cotidiana de modo a dotá-la de justificativas inquestionáveis e invioláveis, garantindo uma maior estabilidade a dado sistema social e seus princípios estruturais subjacentes, de modo que as regras, tanto em seu caráter qualitativo e normativo, acabam apresentando-se como extremamente fechadas, suprimindo, largamente, alternativas regulatórias.

É, portanto, essa capacidade de restrição da alternatividade, relacionada ao processo de atingir, especialmente, as experiências cotidianas — em constante mutação — que permite compreender o papel fundamental da tradição como elemento de caráter

fortemente estabilizador nas sociedades pré-modernas. Por essa razão, Giddens (2007) afirma que as tradições exercem uma conexão com a solidariedade social, agindo no sentido de solidificar os preceitos e premissas válidos e aceitos em dado sistema social.

Desse modo, o caráter inquestionável das representações sociais — a verdade formular — constituía-se em elemento intrínseco e forçosamente constitutivo das tradições pré-modernas, responsáveis por garantir, concomitantemente, a autoridade comunitária local, por um lado, e a segurança ontológica do indivíduo, por outro, dado que se possuía pouco ou nenhum acesso a formas alternativas de vida que permitissem ao ator social confrontar as coerções da tradição que operava em sua comunidade.

Thompson (2008) destaca os elementos essenciais que constituem a tradição e examina seu impacto nas sociedades humanas, propondo concebê-la a partir de quatro aspectos centrais: 1. o hermenêutico; 2. o normativo; 3. o legitimador; e 4. o identificador.

O aspecto *hermenêutico* da tradição relaciona-se ao conjunto de pressupostos de fundo, ou seja, às crenças, valores e julgamentos aceitos pelo indivíduo ao conduzir sua vida cotidiana, transmitidos de geração em geração.

O aspecto *normativo* refere-se às pressuposições, crenças e padrões de conduta originários do passado que norteiam as ações e crenças presentes. Por conseguinte, as práticas tornam-se rotineiras e são justificadas por referência à tradição em si, prescindindo de reflexão. Trata-se justamente de um aspecto de reificação, em que as práticas são concebidas como naturais, quando, de fato, não o são.

O aspecto *legitimador* relaciona-se ao exercício do poder e da autoridade. Desse modo, a obediência ao guardião da tradição é mantida devido ao seu caráter sagrado, uma vez que este se constitui no detentor da sabedoria e da verdade formular. É neste aspecto que as tradições podem assumir, para o autor, caráter ideológico, dado que justificam relações assimétricas de poder ou dominação.

Por fim, o aspecto *identificador* concerne à capacidade de a tradição fornecer material simbólico para a construção da identidade individual e da identidade coletiva, esta entendida como a visão que o indivíduo possui de si mesmo como membro pertencente a um grupo.

A concepção de Thompson (2008) oferece uma visão bem acurada do funcionamento da tradição e dos seus mecanismos constitutivos. No entanto, não apresenta as razões para que as tradições se constituam de tal forma. A busca dessas

causas consiste numa das preocupações centrais de Giddens (1997), cuja visão do fenômeno se coaduna, de modo geral, à do precedente teórico.

Giddens (1997) aponta que a Antropologia vê a repetição como ideia fundamental da tradição, mesclando-a à noção de coesão social. Para o autor, não há conexão necessária entre esses dois elementos, de modo que o caráter repetitivo da tradição deve ser explicado, e não, tomado como suposto¹⁵. Assim, a rotinização, inerente ao aspecto normativo da proposta de Thompson (2008), deve também ser abordada de modo mais profundo.

A repetição constitui-se em uma forma de fazer o futuro voltar ao passado e aproximar o passado para a reconstrução do futuro. Nesse sentido, a tradição configura-se em uma orientação para o passado construída para exercer forte influência sobre o presente. Concomitantemente, corresponde a uma maneira de organizar o tempo futuro. Assim, a tradição torna-se fonte e resultado das representações, ações e identidades hegemônicas em dada comunidade, restringindo o sujeito aos limites de uma ontologia cerceada por um modo de vida que se pretende único e justificado, a partir de sua sacralidade inexplicada, muitas vezes, mítica, mas fundamental e paradigmática.

Nesse sentido, fica fácil entender a invenção de tradições, fenômeno que se proliferou, segundo Hobsbawn (1997), durante os séculos XVIII e XIX, na Europa, como formas de tanto restringir a possível extensão da ontologia do sujeito quanto proporcionar coesão social, dada a recente origem do estado-nação e a consequente necessidade política de proporcionar um sentido de pertencimento e identificação étnica ou nacional a toda uma coletividade abrigada sobre um mesmo território, sob a autoridade de um monarca, cujo poder não deveria ser, em tese, questionado, sendo, portanto, legitimado.

Assim, as tradições inventadas referem-se, para Hobsbawn (1997), a um passado histórico artificial¹⁶, constituindo-se em reações a situações novas que requisitam uma justificativa social e que podem ser relacionadas a situações anteriores¹⁷, estabelecendo, muitas vezes, seu próprio passado por meio de uma repetição quase obrigatória. Assim,

¹⁵ Trata-se de uma reflexão relevante no que concerne à definição de Tradição Discursiva e à sua aplicabilidade no âmbito discursivo-textual, questão que será debatida na próxima seção.

¹⁶ A artificialidade ou não desse passado histórico não modifica, em hipótese alguma, a análise do fenômeno. Que a tradição se refira a um passado real ou a um passado inventado não altera sua natureza constitutiva, apesar de que, para Hobsbawn (1997), haja algumas distinções acerca da especificidade ou generalidade dos valores associados a tais tipos de tradição. No entanto, este trabalho assume a mesma posição de Giddens (1997): não há tradição que não seja inventada, de modo que essa artificialidade torna-se constitutiva.

¹⁷ Trata-se do que Kabatek (2006) denomina *evocação*, no âmbito das práticas linguístico-discursivas.

elas se comporiam exatamente na tensão entre as inovações e as mudanças constantes do mundo moderno, por um lado, e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável certos aspectos da vida social, por outro, que adquiririam, no processo, um caráter de legitimação.

Tal imutabilidade e invariabilidade correspondem ao objetivo da tradição, segundo o historiador. Esse aspecto é fundamental para que, ainda de acordo com Hobsbawn (1997), seja possível distinguir tradição de costume, na medida em que este, em vez de objetivar a invariabilidade, acaba atuando como motor e volante, de modo que as inovações não são, necessariamente, rechaçadas, e sim, tornam-se possibilidades concretas de realização, não obstante sofram a sanção do precedente, que requisita uma compatibilidade pelo menos aparente entre o novo e o velho.

O autor ainda afirma que o costume não pode ser invariável porque a vida social não o é. Ele cita um exemplo interessante:

‘Costume’ é o que fazem os juízes; ‘tradição’ (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado. A decadência do ‘costume’ invariavelmente modifica a ‘tradição’ à qual ele geralmente está associado (HOBBSAWN, 1997: 10).

Note-se que a definição de Hobsbawn distancia-se da concepção de Giddens (1997) e Thompson (2008), delineadas até o momento. Mais do que isto: reduz a concepção de tradição, minimizando aspectos acionais, uma vez que assume que o costume, de caráter prático, apresenta maior dinamismo e consiste em recurso de direcionamento relativo da tradição, mais identificatória e, talvez, representacional.

Hobsbawn ainda trata da distinção entre tradição e rotina ou convenção. Para ele, estas não possuem nenhuma função simbólica ou ritual importante, embora possam adquiri-la eventualmente. Assim, uma prática social, a fim de que seja transmitida com maior facilidade, pode se tornar convencional ou rotineira, por conveniência ou eficiência. Suas justificativas são práticas, e não, ideológicas. Note-se, ademais, que o autor não considera a rotinização e regularização das práticas como aspecto da reprodução social e mecanismo de estruturação, muito menos, relaciona-as às motivações e razões individuais, o que se explica por seu posicionamento de origem marxista. Assim, de acordo com Hobsbawn (1997: 11),

As redes [de convenção] são criadas para facilitar operações práticas imediatamente definíveis e podem ser prontamente modificadas ou abandonadas de acordo com as transformações das necessidades práticas, permitindo sempre que existam a inércia, que qualquer costume adquire com

o tempo, e a resistência às inovações por parte das pessoas que adotaram esse costume.

Por conseguinte, tradição e rotinas pragmáticas ocupam posições diametralmente opostas.

Tal apresentação permite entender que, para este autor, as tradições comportam necessariamente um caráter ideológico. Chama a atenção a relação criada entre rotina e costume, a partir da qual se pressupõe que rotinas possam integrar costumes. Assim, rotinas seriam modos repetitivos de realização de operações práticas, transformadas em hábitos, que integram costumes. Estes, por sua vez, são dinâmicos, adaptando-se às demandas sociais, embora se encontrem, em regra, cerceados pela sanção do precedente, que requisita uma compatibilidade entre a ação nova e a continuidade histórica envolvida. Por fim, costumes podem modificar as tradições a que estão associados, apesar da invariabilidade pretendida por estas últimas¹⁸.

Mesmo que tal estruturação não tenha sido formulada no texto de Hobsbawn, é possível depreender que o autor enxerga um diálogo entre esses elementos, de modo a conceber as tradições como um espaço epistemológico mais amplo e estável que os costumes, e estes, por sua vez, mais amplos e estáveis que as rotinas, as quais assumiriam um caráter pontual.

Tal concepção de tradição situa a noção no *polo da estabilidade*; contudo, abre espaço para compreender o fenômeno relacionalmente, uma vez que ele é concebido em ligação com os costumes e as rotinas, capazes de modificar sua natureza e seus aspectos constitutivos, muito embora o autor não afirme — e defende-se que realmente não seja possível — que tradições sejam compostas por costumes e rotinas, mas sim, estruturadas em consonância a esses elementos.

Nessa perspectiva, torna-se compreensível a insistência no caráter repetitivo da tradição, tendo em vista que a estabilidade de uma prática ou estilo, nas sociedades pré-modernas ou mesmo no início da modernidade, dependia da sua fixação nesse mesmo grupo social e sua consequente e provável ritualização. No entanto, tal concepção parece muito lógica e potencialmente viável em relação a este tempo pretérito, em que os modos de transmissão de conhecimento e informação estavam, em grande medida, circunscritos às interações face a face e aos limites da comunidade. Logo, questiona-se:

¹⁸ O texto também permite supor que existam costumes não associados a tradições. Tal parece ser o caso, por exemplo, dos hábitos associados à compulsividade, tal qual formulado por Giddens (1997), a ser tratado ainda nesta seção.

o mesmo poderia ser afirmado em relação às sociedades globais, em que redes de transporte e comunicação interligam o mundo de modos cada vez mais rápidos e/ou imediatos?

Defende-se que não. Thompson (2008) aponta que o desenvolvimento da mídia permitiu aos atores sociais um nível de relativo distanciamento das interações face a face e das autoridades comunitárias como fontes únicas e invioláveis de material simbólico — ou representações (discursos), em termos faircloughianos (2007) — para a construção da identidade. Nessa perspectiva, “o processo de autoformação tornou-se mais reflexivo e aberto, no sentido de que os indivíduos recorriam cada vez mais aos próprios recursos e ao conteúdo simbólico transmitido pela mídia para chegarem a identidades coerentes para si mesmos” (THOMPSON, 2008: 160).

Nesse sentido, a estabilidade das tradições, transmitidas oralmente, em interações face a face na comunidade — o que inclui religião, família, escola, etc. — passa a sofrer interferências dos discursos circulantes na mídia de tal modo que a natureza dessas tradições acaba sendo transformada. Livres da coerção da autoridade local e da interação face a face, as tradições podem se desritualizar, perdendo ancoragem na vida cotidiana, o que não implica que ela perca seus meios de sobrevivência, mas permite que elas sejam questionadas e estejam sujeitas a justificação e olhar avaliativo social.

Tendo isso em vista, cabem os seguintes questionamentos: quais as razões que permitem afirmar que a mídia colabora — e, até certa medida, determina — o desenraizamento e a desritualização das tradições? E de que maneira tal processo ocorre?

Primeiramente, a partir do momento em que a mídia fornece representações ou material simbólico proveniente de outras culturas, nações, estilos de vida, aos quais o indivíduo não teria acesso em seu cotidiano, os meios de comunicação permitem ao ator social, reflexivo, adotar estilos de vida distintos e variados, o que, nas sociedades pré-modernas, não fazia sentido algum, dado que o indivíduo assumia uma identidade cerceada quase na totalidade pelas tradições locais de caráter segregacionista.

A possibilidade de escolher estilos de vida e de formar identidades¹⁹ coerentes a partir de uma multiplicidade de discursos leva a um gradual declínio da autoridade

¹⁹ Identidades são concebidas, neste trabalho, a partir dos traços de complexidade, contraditoriedade, processualidade e dinamicidade, resultado da reflexividade e dos diversos posicionamentos sociais que os indivíduos assumem na vida cotidiana e institucional (MOITA LOPES: 2002).

tradicional, não mais reconhecida como única fonte de conhecimento e de verdade para a segurança ontológica do indivíduo. Como corolário, o aspecto *legitimador* da tradição perde importância significativa na contemporaneidade.

Outro processo moderno associado ao declínio da autoridade tradicional pode ser creditado à prevalência da ciência e dos sistemas de especialização. A especialização distingue-se da tradição, no sentido de que é intrinsecamente desincorporada e, portanto, desvinculada de um local determinando, uma vez que se baseia em princípios impessoais capazes de descontextualização — caso contrário, princípios e metodologias técnicas ou científicas só poderiam ser aplicadas no local e na época em que foram formuladas, o que constitui um absurdo em termos do que a ciência se propõe, embora não se pretenda, com isso, afirmar-se o universalismo temporal dos métodos científicos.

Além disso, ela é descentralizada e não se liga à verdade formular — ao conhecimento inquestionável e, quiçá, sagrado —, mas sim à possibilidade de avanço, progresso e correção pela busca contínua de conhecimento. Desse modo, é a posse desse conhecimento, de caráter universalizador, e da suposta imparcialidade científica, que garante a confiança — em variados graus — dos indivíduos nos especialistas, os quais, dotados de tais habilidades, acabam assumindo deveres em relação à sociedade. Nesse sentido, as especializações e a ciência interagem com o mecanismo de reflexividade.

Giddens (1997) destaca que, nesse ponto, há uma grande distinção entre tradição e especialização. A primeira só existe na medida em que se separa das outras, dos modos de vida diferenciados, que podem transformá-la ou levar à sua extinção. A especialização, por outro lado, por seu caráter universalizador, tem na discórdia e na crítica o seu motor de progresso e empreendimento. Em outros termos, o ceticismo torna-se, ao mesmo tempo, traço positivo e fundamental da ciência e traço negativo da tradição, posto que a autoridade tradicional, de caráter sagrado, não admite para si uma postura cética do indivíduo.

Por conseguinte, o desenvolvimento técnico-científico contribui para o declínio da autoridade tradicional, já que possibilita ao ator social maior compreensão dos mecanismos que regem a natureza, o indivíduo e a sociedade, libertando-o da opressão advinda da obediência a uma única fonte de autoridade. Por outro lado, o caráter renovador da ciência, em constante processo de revisão de seus paradigmas e descobertas, acaba ocasionando uma certa insegurança ontológica ou uma crise de facticidade, visto que as ‘verdades’ científicas não são constantes.

Nesse sentido, apesar de levarem a um enfraquecimento da autoridade, os sistemas de especialistas não garantem uma confiança plena do indivíduo em suas formulações, na medida em que não proporcionam verdades inquestionáveis. Assim, abre-se um espaço de resistência e permanência das formas tradicionais, como se pode verificar, por exemplo, na relação entre os indivíduos e as religiões na contemporaneidade. Em muitos casos, os atores sociais mantêm laços tanto com estruturas tradicionais, que lhes garantem uma maior segurança ontológica, quanto com a ciência, compatibilizando, em variados graus, suas representações, regras e recursos subjacentes. Por conseguinte, mantém-se forte o aspecto *hermenêutico* da tradição, que, conjuntamente com a ciência, proporciona ao indivíduo um sentido de mundo.

Obviamente, o conhecimento técnico-científico depende da mídia para atingir uma grande massa de indivíduos, especialmente por meio de seus gêneros de divulgação e telejornais, que proporcionam ao indivíduo informação e conhecimento para o seu processo de formação identitária. No entanto, o desenvolvimento da mídia não possui um efeito transformador concernente apenas ao aspecto *legitimador* da tradição. Ele também tem impacto no aspecto *normativo*.

A rotinização rígida das práticas sociais nas sociedades pré-modernas — além da constitutiva ligação com a reprodução social, garantia da segurança ontológica e dominação pela reificação legitimada de práticas — estava ligada à impossibilidade ou minimização da reflexividade de cada ator social, dado que novas possibilidades de estilo de vida não lhe eram acessíveis, o que limitava ou impedia a autoconfrontação. Assim, agia-se unicamente em referência à tradição e em respeito e lealdade em relação à autoridade comunitária, com quem o indivíduo estabelecia laços de natureza afetiva.

O caráter reflexivo, exponencializado pelo desenvolvimento da mídia, possibilitou, conforme já se expôs, acesso a novos estilos de vida, discursos e formas de ação no mundo. Assim, à medida que 1. o modelo capitalista permite aos indivíduos uma maior mobilidade social, 2. a autoridade tradicional declina, 3. a educação secular se expande e 4. as instituições se proliferam, invadindo a vida cotidiana em patamares nunca antes vistos, as formas de ação e rotinas tradicionais tornam-se elementos limitantes do desenvolvimento individual, embora, muitas vezes, estejam associadas à garantia de segurança ontológica. Passível de mobilidade, o ator social busca novas formas de ação no mundo, pertinentes a seu projeto identitário, proveniente de sua capacidade reflexiva.

Muitas vezes, tais modos de ação novos configuram, na verdade, alterações ou reformulações de formas tradicionais locais associadas a, por exemplo, modos de ser, agir e representar tradicionais de outras localidades, veiculados pela mídia. Assim, a mídia também colabora e cumpre papel relevante na transmissão de tradições ou de aspectos tradicionais inerentes a diversos estilos de vida e práticas associadas²⁰. No entanto, ela acaba, em meio a esse processo, modificando a natureza de tais elementos. Cabe, então, uma pergunta fundamental, antes de prosseguir na análise da relação entre mídia e tradição: em que medida determinados conteúdos midiáticos podem ser configurados como tradicionais?

Uma vez que a mídia possibilita ao indivíduo acesso a material simbólico proveniente de qualquer parte do mundo, sobre as mais distintas épocas históricas, desde fatos cotidianos a novas pesquisas científicas, os meios de comunicação permitem ao indivíduo ter acesso a, por exemplo, gêneros discursivos²¹ distintos, estilos de vestir-se diferenciados, modos de se comportar em público variados, visões de mundo contraditórias, que podem, sim, possuir caráter tradicional, posto que estão associadas a identidades coletivas ou ideologias determinadas, apresentando-se como recursos de continuidade do passado no presente, vinculadas a representações específicas tidas, em muitos casos, como verdades.

Segundo Giddens (1997), uma tradição torna-se mais forte à medida que não é percebida como tal, e seu caráter invasivo é tamanho que fica difícil distingui-la de outras formas de ação ou conduta. Assim, muito do que a mídia transmite possui, sim, um caráter tradicional, e mesmo que alguma prática, estilo ou discurso não o seja, este pode contribuir para alguma modificação nas tradições assumidas pelos consumidores dos produtos midiáticos.

²⁰ Torna-se complexo, em muitas situações, diferenciar *tradição* de *formas* ou *aspectos tradicionais*, especialmente porque a tarefa de delimitar todos os aspectos constitutivos de determinadas práticas, construindo fronteiras nítidas entre o que é parte ou todo em um sistema tradicional, consiste em uma tarefa epistemológica e metodologicamente complexa e, provavelmente, de resultados contraditórios e diversos. Ademais, tradições não tendem a ser assimiladas como um todo na contemporaneidade, salvo os casos de fundamentalismo, que prima, em essência, pelo apagamento das outras possibilidades identitárias, acionais e identificacionais. Nesse sentido, o que parece ser incorporado ou modificado são aspectos tradicionais de determinados estilos de vida ou princípios estruturais de significação institucionais ou nacionais, que podem ser concebidos como tradições em si, desde que não se procure associar todos os quatro aspectos da formulação de Thompson (2008) a eles, o que parece lícito na modernidade pós-tradicional, em que a natureza da tradição propriamente dita encontra-se reestruturada, conforme se expõe nesta tese. Além disso, deseja-se frisar que os estilos de vida e as práticas a eles associadas constituem-se em elementos intrínsecos à tradição, atualizando-a nos sistemas sociais.

²¹ Os termos *gêneros textuais*, *gêneros discursivos* e *tradições discursivas acionais* serão utilizados como sinônimos nesta tese.

Um exemplo talvez se faça necessário²². A Igreja Católica, nas duas últimas décadas, no Brasil, tem assistido a uma proliferação dos chamados ‘padres-cantores’, que, de certo modo, exerceram uma função importante no fortalecimento do movimento de Renovação Carismática e na transformação da prática da missa, que passou a incluir bandas, cantos mais alegres, acompanhados com gestos e, em alguns casos, uma participação mais ativa dos fiéis no culto, inclusive durante a homilia do celebrante, o que revela uma mudança sensível em aspectos negociativos da construção de tal gênero.

A transmissão dessas missas ao grande público, pela televisão, por exemplo, modificava a estrutura interacional da prática, já que se processava uma mudança de público-alvo. O espectador também era um partícipe do culto religioso e, embora não estivesse presente *in loco* e não pudesse, presencialmente, participar da comunhão, tornava-se central na disposição da organização do evento. Essa expansão do público-alvo e o seu contato com essa inovação gerou uma situação conflitiva na Igreja, estreitamente relacionada ao olhar avaliativo do grupo social participante: rejeitar, aceitar ou adotar a inovação tornou-se ponto de debates e discórdias, dividindo polemicamente as audiências desta prática sociodiscursiva até hoje.

Num processo que ainda será explicado posteriormente, a inovação, quando regularizada, pode adquirir caráter tradicional e promover uma cisão em uma tradição tão rigorosamente implantada, como ocorreu, em certa medida, na missa católica. Assim, é possível verificar que a mídia pode, de fato, exercer pressão na adoção ou resistência a uma tradição e mesmo transmiti-la, com maior ou menor grau de inovação, cindindo ou coagindo os atores sociais em identidades, representações e ações diversificados.

Um dos aspectos centrais de tal processo é que a mídia necessariamente fixa o conteúdo simbólico, dotando-o de uma materialidade atemporal, já que este pode ser transmitido em qualquer dia, a qualquer hora, a qualquer espaço, com óbvias restrições relativas ao gênero e à captação da audiência²³.

Dada a capacidade de fixação do conteúdo simbólico e, portanto, das possíveis tradições transmitidas, o caráter repetitivo, que lhes é potencialmente inerente, torna-se prescindível, desligando a manutenção da tradição à sua reconstituição prática contínua.

²² Embora não integre a tradição dos estudos discursivos tratar de um exemplo não coletado em termos de *corpus*, acredita-se que, dada a natureza sociológica da exposição realizada nesta seção, a manutenção deste exemplo seja válida a fim de esclarecer a questão que abarca a relação entre mídia e tradição.

²³ Não seria lógico, em termos mercadológicos, por exemplo, a transmissão de uma missa dominical numa terça-feira, embora haja possibilidade para tal.

É claro que, no caso de certas tradições, como a missa, é inclusive estratégico o estabelecimento da necessidade de regularidade e repetição até como forma de garantir a adesão dos atores sociais àquela instituição religiosa; no entanto, a participação *in loco* do indivíduo torna-se mais flexível.

Em outros casos, as formas tradicionais de ação ou de representação não necessitam mais da repetição contínua, dado que podem ser gravadas e retransmitidas por TV, rádio ou internet, armazenadas em livros ou arquivos de dados, de modo que a sobrevivência da tradição não depende mais unicamente da interação face a face e da transmissão oral. Essas novas condições, por sua vez, constituem uma ameaça potencial ao significado original dessa mesma tradição, visto que a mudança do contexto de apropriação ou recepção do conteúdo simbólico transmitido pode acarretar uma modificação da tradição em si, tendo em vista o processo de reflexividade e a possibilidade de os valores, crenças e pressupostos dos consumidores do material gravado alterarem aspectos de significação dos elementos tradicionais, uma vez que o consumo textual é menos passível de controle nas interações mediadas.

Tal possibilidade desritualiza a tradição e, nesse sentido, rompe com o caráter rotineiro que lhe era constitutivo nas sociedades pré-tradicionais. No entanto, e isto deve ser frisado, tal caráter não é eliminado, conforme apontado no exemplo da missa.

Assim, o aspecto *normativo* da tradição perde relativa importância, mas à semelhança do *legitimador*, não desaparece completamente. O teor *hermenêutico*, por sua vez, permanece sólido, mas passa a ser constituinte tanto da tradição quanto da ciência, proporcionando níveis de segurança ontológica diferenciados. Contudo, o que se pode afirmar acerca do caráter *identificador*? A respeito disso, Hobsbawm (1997) traz uma contribuição relevante.

O autor distingue as tradições em três categorias superpostas, elencadas na sequência:

- a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBBSAWN: 1997, 17).

Note-se que as categorias propostas pelo historiador britânico assemelham-se, de certo modo, à proposta de Thompson (2008). As categorias b) e c) correspondem, estreitamente, aos aspectos *legitimador* e *identificador* deste último; no entanto, a primeira categoria parece situar-se na intersecção entre os aspectos *hermenêutico* e o

identificador novamente. O caráter *normativo* não é inserido neste contexto em Hobsbawn, já que se constitui em condição *sine qua non* para a própria conceituação de tradição.

O que se destaca, no entanto, é que o historiador aponta que a categoria a), denominada, nesta tese, *agregatória*, teria prevalecido, de modo que as outras duas — certamente inventadas²⁴ — acabam-lhe sendo tributárias ou dela derivadas, a partir de um sentido de identificação com uma comunidade ou instituição que as representam. Por outro lado, indica que, à medida que a modernidade se torna cada vez mais permeada por organismos sociais maiores, dotados de hierarquias, as tradições que passam a sofrer maior impacto são as de caráter *agregatório* (a) e *legitimador* (b), já que as de caráter *identificador* (c) seriam inculcadas pelo processo de socialização geral.

Nota-se, portanto, que Hobsbawn (1997) também considera que o aspecto *legitimador* sofra uma transformação durante a modernidade. Chama a atenção, no entanto, o destaque ao caráter *agregatório*, relacionado ao sentido de pertencimento do indivíduo, tomando-o como o elemento a partir do qual derivam as outras categorias.

O sentido de pertencimento é essencial para a segurança ontológica do indivíduo e constitui traço central do processo de reflexividade moderno, estando diretamente relacionado tanto à identidade — concebida como compósita, contraditória, processual e discursivamente construída — quanto às diversas ideologias a que o ator social é submetido. Assim, encontra-se nitidamente ligado ao aspecto *identificador*.

Nessa perspectiva, infere-se que o pertencimento e a identificação tornam-se os dados mais relevantes para a apreensão da tradição. Pela concepção do autor, que vê na invariabilidade e, especialmente, na ritualização e na descontextualização prática os traços fundamentais da tradição, o pertencimento e a coesão de grupo tornam-se, clara e necessariamente, condições ideais e imprescindíveis tanto para o estabelecimento quanto para a manutenção de uma tradição.

Em consequência disso, uma prática ou estilo só se tornaria tradicional se, por um lado, indivíduos — tendo inculcado certos valores, ideias e padrões pelo pertencimento inicialmente prático a alguma instituição e/ou comunidade — adquirissem um sentido de participação ativa no grupo, a ele se integrando, e, por outro, se essa coesão de grupo resultasse em uma espécie de ritualização desses padrões e em uma

²⁴ Deve-se ressaltar que o texto de Hobsbawn (1997) refere-se, como já apontado, às tradições inventadas e a investigação da natureza dessas tradições. No entanto, reitera-se que tal caráter não modifica os elementos estruturais da noção como um todo.

identificação individual em relação a esses mesmos elementos, de forma a garantir a estabilidade da tradição em questão, pela conduta monitorada motivada e racional que reproduzisse as condições e as práticas institucionalizadas e reificadas. Caso o sentido de pertencimento fosse questionado, as práticas e os estilos também o seriam, de modo que a tradição — já consolidada ou não — correria o risco de rompimento, uma vez que o caráter coercitivo das tradições, instaurado por modalidades estruturais (esquemas produtivos e interpretativos fechados, visto que refratam modelos hegemônicos reificados), não impinge os atores às ações, e sim, consistem em modelos cognoscitivos e práticos associados à reprodução de aspectos duradouros na continuidade da práxis passíveis de resistência.

Tal posicionamento provoca, no entanto, um questionamento: se o aspecto *agregatório* sofre transformações na modernidade, por que motivo um dos aspectos dele derivados, o *identificador*, não teria sido afetado do mesmo modo, enquanto o *legitimador* — outro derivado — sim?

O autor explica que a possibilidade de mobilidade social, os conflitos de classe e a ideologia dominante²⁵ impossibilitaram a universalização das tradições, tendo em vista que as entidades sociais maiores, por não serem comunitárias, abrigavam hierarquias que bloqueavam a adoção de estilos, práticas e representações iguais para todos os indivíduos integrados social e sistemicamente.

Por conseguinte, as tradições *agregatórias* e *legitimadoras* realmente seriam mais afetadas, já que a coesão de grupo não poderia ser estendida a todos, posto que tal universalidade não era pertinente nem desejável numa sociedade em que a competição por poder político, econômico e simbólico tornava-se cada vez mais premente. Dessa maneira, a garantia e a manutenção de autoridade seriam derivadas da tentativa de submeter o ator social, inserido numa multiplicidade de grupos, com práticas, estilos e discursos diferenciados, a uma determinada deontologia discursiva. No entanto, a própria natureza pluri-institucional do período agiria de modo contraditório, permitindo ao ator social comparar e construir seu próprio projeto de atuação, com graus variados de *subordinação* ou *subversão*, em um *continuum*, o que, de fato, afeta a *legitimação*. No entanto, as tradições c) — *identitárias* — seriam, realmente, menos afetadas, uma vez que a socialização geral inculcava, segundo o autor, os mesmos valores a todos os indivíduos da nação, e as socializações específicas — como a adoção de determinada

²⁵ Neste trabalho, seria preferível referir-se a ideologias dominantes, no plural. No entanto, aponta-se o termo utilizado pelo historiador britânico.

religião em vez de outra, por exemplo — não sofreriam, em geral, interferências recíprocas.

Não obstante a plausibilidade, tal argumento parece anacrônico se tomado a partir da segunda metade do século XX e, em especial, ao século XXI. O desenvolvimento da mídia e o processo de globalização certamente interferem nas socializações específicas, de modo que se torna cada vez mais necessária a justificação discursiva das tradições existentes. Do mesmo modo, é difícil defender que a socialização geral inculque os mesmo valores a todos os indivíduos da nação.

Talvez tal processo fosse possível até o início do século XIX — o mais tardar ao início do XX, já com restrições —, em que as possibilidades de comunicação e deslocamento ainda eram restritas. No entanto, a partir do momento em que o alcance das comunicações e transporte se alarga, torna-se altamente complexo falar em socialização geral ou nacional, dado que o processo reflexivo inerente à modernidade possibilita a adoção de identidades múltiplas e de valores extrínsecos à nação, de modo que o próprio conceito de nação se torna muito mais fluido.

Nesse sentido, crê-se que todos os aspectos levantados por Hobsbawn (1997) — *agregatório, legitimador e identificador* — tenham sofrido transformações sérias com o advento da modernidade e o avanço da tecnologia de comunicação e transporte, embora não se possa negar que o aspecto *identificador* mantenha sua importância central e, desse modo, o pertencimento também se constitua em elemento primordial para o entendimento de tradição.

Assim, despida de autoridade, ou seja, de seus guardiães, e de sua necessária repetição ou rotinização, a tradição despersonaliza-se, adquirindo uma certa autonomia e uma autoridade em si mesma, na medida em que, graças ao poder de fixação e transmissão da mídia, transforma-se em um conjunto de crenças, valores e pressupostos relativamente autônomos associados a modos de agir, ser e representar distintos, podendo ser transmitida entre as gerações, sem a necessidade de interação face a face, garantida pela integração de sistemas²⁶. Como corolário, as tradições se deslocam,

²⁶ O caráter afetivo da tradição, segundo Giddens (1997), poder-se-ia revelar, portanto, em um empecilho a tal processo, tendo em vista que a transmissão mediada poderia não proporcionar o vínculo necessário para sua sobrevivência. No entanto, a mídia construiu, especialmente no final do século XX e no XXI, mecanismos importantes de estabelecimento de intimidade não recíproca à distância (THOMPSON, 2008), que são capazes de estabelecer tal vinculação. Um exemplo é a relação dos fãs com seus ídolos e da adoção por aqueles de práticas, estilos e discursos destes, que, caso alargadas e reflexivamente adotadas por grupos de pessoas, podem tornar-se tradicionais e livres das fronteiras territoriais ou de interação face a face.

desenraizando-se de seus locais de origem, atingindo múltiplos atores sociais em locais e tempos diferenciados.

No entanto, a relação que a tradição estabelece com o espaço-tempo é diametralmente oposta à relação que os mecanismos de globalização, como a mídia, exercem.

Tradição diz respeito à organização do tempo e, portanto, também de espaço: é o que ocorre também com a globalização, exceto pelo fato de que uma corre em sentido contrário à outra. Enquanto a tradição controla o espaço mediante seu controle de tempo, com a globalização o que acontece é outra coisa. A globalização é, essencialmente, a “ação à distância”; a ausência predomina sobre a presença, não na sedimentação do tempo, mas graças à reestruturação do espaço (GIDDENS, 1997: 118).

Assim, à medida que os meios de comunicação e a indústria midiática veiculam ou fabricam tradições — ou estilos de vida e práticas com aspectos tradicionalizados —, transmitindo-os através das redes de comunicação global, o espaço da tradição também se alarga, contaminando-se pela presença ausente, típica da globalização, de modo a criar um espaço de pertencimento que não é mais comunitário, local, nacional, em sentido estrito, mas de contornos virtuais, não necessariamente ligados à vida cotidiana prática do indivíduo. Pessoas nos mais diferentes cantos do mundo, desde que tenham possibilidade de acesso aos recursos midiáticos e capacidade de mobilidade advinda da estrutura sociopolítica e econômica dos territórios em que habitam, podem identificar-se com os mesmos discursos, práticas, estilos — tradicionais ou não — dos mais diferentes lugares e tempos.

Assim, a tradição deve envolver 1. memória coletiva; 2. ritual; 3. noção formular de verdade; 4. guardiães; e 5. conteúdo moral e emocional. Além disso, pressupõe persistência; integridade e continuidade resistentes à mudança, embora seja alvo de constante transformação; organicidade, no sentido de que se desenvolve, amadurece, enfraquece, morre; e autenticidade (GIDDENS, 1997).

Já se apontou de que modo a modernidade dilui o caráter ritual da tradição, desmistifica a verdade formular pelo conhecimento científico e especializado e, conseqüentemente, desautoriza a figura do guardião. No entanto, a questão da memória coletiva e do conteúdo moral e emocional chamam a atenção e merecem destaque.

A memória relaciona-se à organização do passado em relação ao presente. Nesse sentido, trata-se de um processo parcialmente individual, mas fundamentalmente social e ativo, diferindo-se da lembrança. A tradição atua na organização dessa memória

coletiva, e sua integridade não deriva da persistência temporal, mas essencialmente da sua capacidade de contínua interpretação dos laços que ligam presente e passado.

Na pré-modernidade, tal laço era concretizado e garantido pelo ritual, que atribuía uma carga denotativa às crenças, práticas e objetos tradicionais, proporcionando-lhes uma autonomia temporal. Ademais, o ritual só era plenamente compreendido pelos guardiães e apenas parcialmente dominado pelos iniciados, ou seja, pelos indivíduos inseridos naquele grupo, naquela comunidade.

Nessa perspectiva, os critérios de verdade e, especialmente, de validade acabam sendo aplicados aos acontecimentos, e não, ao conteúdo proposicional e à argumentação — justamente os critérios que, atualmente, embasam o conhecimento técnico-científico —, de onde deriva a necessária vinculação entre moralidade e normatividade na tradição pré-moderna, que prescreve o que deve ser feito em uma dada sociedade, em nome da lealdade e confiança em relação ao guardião, agente que personifica a própria tradição em si.

Com o advento do Estado Moderno e seus mecanismos de vigilância e poder coercitivo e político, as populações ligam-se, paulatinamente, a outros sistemas de integração, que ultrapassam as fronteiras comunitárias. Novos tipos de autoridade surgem, ligadas tanto a instituições econômicas, religiosas, educacionais, dentre outras, quanto à burocracia do capital e da política.

Disciplina e controle tornam-se moles do Estado, e o capitalismo alimenta uma onda de hedonismo, marcada pelo consumismo. Assim, inventam-se novas tradições que supram as lacunas criadas pelo advento dos novos pilares de valores da sociedade e das necessidades de legitimação dos novos sustentáculos de poder político e econômico, ao mesmo tempo em que a repetitividade desprende-se de uma autenticidade moral. Tem-se, portanto, uma tentativa de reorganização dos esquemas interpretativos e produtivos, assim como das ordens do discurso, com o objetivo de legitimar assimetrias de dominação e, nesse sentido, as tradições inventadas acabam atuando de forma ideológica, muitas vezes, reificando práticas sociais como naturais e inescapáveis, proporcionadas, em especial, pela rotinização.

Essa rotinização vazia, típica da sociedade moderna, visto que não há verdade formular que justifique a conduta repetitiva ou regularizada, torna-se elemento de compulsividade. Giddens (1997) compreende a compulsividade como a repetição que se põe no caminho da autonomia, uma vez que não a estimula. Os vícios são exemplos claros do processo, como o tabagismo, o alcoolismo, dentre outros.

Nesse sentido, a compulsividade revela-se como a confiança congelada, constituindo-se no inverso da tradição, já que esta possui uma autenticidade definida a partir de seus valores inquestionáveis, enquanto o vício carece de uma motivação social que assegure a segurança ontológica do indivíduo. Assim, o vício acaba configurando-se como um índice negativo do processo de ‘destraditionalização’, visto que a capacidade de se poder viciar em quase qualquer coisa denota a diminuição do impacto da normatividade das tradições na vida de cada ator social na contemporaneidade, substituída por uma nova forma de rotinização, de caráter ilegítimo e, de certo modo, explicada pelo hedonismo, que apenas mascara uma segurança ontológica que nunca se supre.

No entanto, não se deve conceber ‘destraditionalização’ como o fim das tradições ou mesmo como um processo que culmine em sua extinção, mas sim como uma sequência de desenvolvimentos responsável pela mudança da natureza e do papel das tradições na modernidade, tendo em vista o contexto sociocultural, político, econômico e técnico do período em questão e as mudanças na articulação da sociedade, conforme já se foi exposto.

Por esses motivos, a sociedade global deve ser entendida, em consonância com Giddens (1997), como a primeira sociedade pós-tradicional. Nessa sociedade, ninguém é, de fato, estrangeiro, e as tradições pré-existentes estão em constante contato com outros estilos de vida alternativos, o que acarreta a necessidade da justificação discursiva dos estilos, representações e ações associadas a elas.

O que se torna relevante é o fato de que, dada tal necessidade, as tradições passam a competir numa espécie de mercado de valores, chocando-se contra uma pluralidade de discursos, práticas e estilos na virtualidade midiática, de modo que podem florescer, modificar-se ou mesmo desaparecer.

A defesa discursiva — que, antes, seria foco de entrave à tradição, pois esta, dado seu caráter sagrado, era inviolável e, portanto, inquestionável, tendo em vista que era a própria integridade do ‘eu’ que estava em jogo neste possível debate — constitui-se, na atualidade, em possibilidade de diálogo intercultural, multiplicador das possibilidades de identificação e mobilidade, não comprometendo a suposta verdade comportada pelas tradições.

Obviamente, o diálogo e o debate nem sempre são as respostas encontradas pelas diversas ‘comunidades’ ou grupos sociais, que, muitas vezes, em nome de uma preservação fervorosa da tradição local — visto temerem a minimização de seu alcance e

de sua verdade formular em seus domínios geográficos —, recorrem a formas de fundamentalismo, que, grosso modo, consistem na asserção da verdade formular tradicional sem se considerar as consequências de tal posicionamento, bloqueando a possibilidade de validação das alternativas existentes. Trata-se, assim, de um processo de construção de uma hegemonia interdiscursiva artificial, de negação da alternatividade como potencial de identificação e de uma tentativa de reificação absolutista de certa visão de mundo.

Por outro lado, quando a tradição, nesse embate discursivo, desliga-se da verdade formular, ela torna-se costume ou hábito. Giddens (1997) define *hábito* como uma forma puramente pessoal de rotinização, com certo grau de força unificadora, devido à simples repetição regular. Ele assume, no entanto, importância relevante para a segurança ontológica, já que estrutura a continuidade da vida cotidiana nos diferentes meios de ação. Hábitos, por sua vez, podem coletivizar-se — pelo contato face a face ou por ação midiática — por meio da reflexividade.

Aliás, a reflexividade torna-se, ao mesmo tempo, a principal adversária da tradição e um poderoso mecanismo psicossocial capaz de garantir, potencialmente, sua sobrevivência. Em outros termos, ela pode ser vista como adversária, uma vez que possibilita ao indivíduo, no contato com a multiplicidade de estilos de vida, adotar e modificar diferentes tradições, tendo em vista seu projeto simbólico de identidade, o que a torna uma ameaça à continuidade de determinados aspectos tradicionais das práticas e estilos de vida institucionalizados. Por outro lado, trata-se do meio pelo qual se viabiliza a defesa discursiva da tradição, uma vez que se torna possível comparar e agir responsivamente, de modo complacente ou resistente, em relação àquilo que se adota e àquilo que lhe é alternativo, o que garante, pelo menos, potencial e fragmentariamente, a sobrevivência de padrões tradicionais na contemporaneidade e proporciona, em certa medida, facticidade e segurança ontológica ao indivíduo.

Nesse sentido, tem-se, resumidamente que:

1. A tradição consiste em um conjunto de práticas e representações sociais que operam local e coercitivamente, assumindo uma orientação para o passado, que exerce forte influência sobre o presente, de modo a atuar também como meio de organização do futuro. Pressupõe persistência, integridade, organicidade e autenticidade, envolvendo memória coletiva, ritual, verdade formular, guardiães e conteúdo moral e emocional.

2. Define-se a partir de quatro aspectos: o hermenêutico, relacionado à esfera representacional (ideacional) e à atribuição de um sentido ao mundo; o normativo,

concernente à esfera acional e à rotinização das práticas; o legitimador, referente à esfera acional e interpessoal e ao estabelecimento e reconhecimento de autoridade e poder; e, por fim, o identificador, que se relaciona tanto à esfera estilística e interpessoal identitária quanto ao processo de formação da identidade individual e coletiva.

3. As transformações sociais advindas da formação do Estado Moderno e, mais recentemente, do processo de globalização, acentuado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, acarretaram um enfraquecimento dos aspectos normativo e legitimador da tradição, dado que se questiona a verdade formular e, conseqüentemente, a rotinização e as autoridades associadas a ela. Assim, a tradição vê-se convocada a justificar-se discursivamente, e o diálogo ou o fundamentalismo consistem em suas formas preferenciais de defesa.

4. O desenvolvimento midiático, por outro lado, ao expandir o processo de difusão, altera a natureza da tradição, já que a dota de meios de fixação, despersonalizando-a e acentuando seu processo de desenraizamento. Em consequência disso, possibilita a criação de ‘grupos comunitários’ virtuais, livres das fronteiras espaciais, que podem adotar — total ou fragmentariamente, em um *continuum* — estilos de vida ou tradições diferentes daquelas com que convivem na vida cotidiana, o que lhes proporciona a possibilidade de transformar, manter, recriar e/ou abandonar seus próprios estilos de vida, mediante a autoconfrontação constitutiva do processo reflexivo.

Resta, então, examinar de que modo os recursos linguístico-discursivos se articulam na formação de tradições acionais ligadas aos princípios estruturais de significação e em que medida o conceito de Tradições Discursivas, tal qual proposto pela Romanística Alemã, consiste num aparato teórico que permite a análise de textos e práticas discursivo-sociais, levando em consideração o dinamismo da sociedade pós-tradicional tanto em perspectiva diacrônica quanto sincrônica. Este será o tema da próxima seção.

1.4 A abordagem linguístico-discursiva da tradição

O conceito de Tradição Discursiva (TD) origina-se a partir do desenvolvimento da Linguística Textual e da Romanística alemãs, sob uma perspectiva que procura aliar descrição e análise linguísticas à história das sociedades e seu desenvolvimento.

Segundo Kabatek (2005), o modelo parte da diferenciação coseriana da atividade linguística em três níveis do falar: *o falar em geral, o histórico e o textual* (COSERIU,

1988: *apud* Kabatek, 2005). O primeiro constitui-se na atividade comunicativa universal humana, ou seja, no dispositivo geral por meio do qual os seres humanos podem comunicar-se e designar o mundo de acordo com a sua experiência. O segundo nível, o *histórico*, apresenta-se como um filtro do primeiro, já que, nele, o falar universal é atualizado em uma determinada língua, um sistema de comunicação historicamente dado e situado, mediante regras de organização sintático-semântica específicas daquele sistema e coerções de uma determinada norma. Por fim, o nível *textual*, ou dos discursos concretos, configura-se naquele em que o *falar* é realizado por meio de um discurso específico, único, original e irreprodutível, originando um texto²⁷ com finalidade e sentido particulares.

Deve-se atentar para o fato de que a separação desses níveis consiste apenas em uma atividade de caráter teórico-metodológico, uma vez que não se pode falar de modo universal sem que já se o faça discursivamente a partir de um sistema e normas linguísticas específicas, o que permite postular a simultaneidade de atualização dos três níveis.

Koch (1997) e Oesterreicher (1997), então, propõem que, além das línguas históricas e suas normas, o falar também seja filtrado por formas tradicionais e recorrentes de texto, alocadas no nível histórico do modelo coseriano²⁸, ligadas a finalidades mais complexas e variáveis segundo a cultura. Desse modo, a atividade linguística poderia ser observada sob a seguinte perspectiva:

Esquema 01: Processo de produção de um enunciado (KABATEK, 2004: 04)

Assim, pode-se assumir que a existência do enunciado está vinculada a duas historicidades distintas: 1. a primeira, ligada a uma variante linguística determinada, constituída por coerções advindas de uma comunidade linguística; e 2. a segunda, ligadas a esquemas e tipos textuais específicos (as TD), determinados por regras

²⁷ É importante destacar que, neste modelo, *discurso* é tomado como processo, como o lugar da atividade comunicativa, e não, como o produto em si. Este será denominado *texto*.

²⁸ Ressalva-se que a alocação das TD no nível histórico não é consensual entre os especialistas. Neste trabalho, porém, adota-se esta posição, o que será explanado em momento pertinente.

relativas a grupos culturais distintos. Nesse sentido, depreende-se que, dada a realização concomitante dos três níveis, é impossível falar sem que se esteja, necessariamente, enquadrado em uma ou mais TD específicas.

Tal proposta é pertinente, mas carece de uma explicitação não só acerca dos fenômenos linguísticos envolvidos e o modo pelo qual eles assumem o *status* de TD, mas também e principalmente de uma discussão sobre a natureza das regras envolvidas na formação de TD e sobre o caráter desses grupos culturais, o que permitiria um esclarecimento mais fino acerca da amplitude do conceito.

Kabatek (2004: 05), outro teórico da Romanística alemã, avança nesse sentido e procura traçar uma definição mais acurada do conceito. Segundo este autor, “o traço definidor das TD é, então, a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior: uma relação temporal com *repetição* de algo”. Contudo, destaca que não é toda repetição que pode ser tomada como TD, arrolando uma série de critérios para tal classificação.

Primeiramente, ela deve ser linguística. Em segundo lugar, deve constituir-se em uma combinação particular de uma série de formas linguísticas com “possibilidade inerente” (KABATEK, 2004: 06) de repetição. Não se constituem, portanto, em TD a repetição de palavras como *o, uma, que, pode*, etc., na medida em que elas ocorrem nas mais diversas circunstâncias em língua portuguesa, integrando o vocabulário gramatical básico para a construção de sentenças/enunciados. A terceira condição, e a mais esclarecedora, refere-se à noção de *evocação*.

Pela noção de *evocação*, o aspecto textual da conceituação de TD alia-se ao social e, para o autor, relaciona-se diretamente ao “conteúdo” das TD. Nesse sentido, para que uma combinação de formas linguísticas se configure em tradicional, ela deve estar ligada a uma situação concreta que se repita e que evoque esse determinado texto, tendo em vista sua inserção numa determinada constelação discursiva. Kabatek (2004) cita um exemplo esclarecedor. O fato de encontrar um conhecido na rua pela primeira vez no dia configura uma situação que evoca uma determinada tradição: a saudação. O modo pelo qual essa saudação se processa, no entanto, variará mediante o grupo linguístico e cultural nos quais os atores sociais estão envolvidos.

Independente dessa variação, é possível depreender que o mecanismo de *evocação* é essencial para a categorização de uma sequência de elementos linguísticos como tradicionais. Tal mecanismo, no entanto, não possui somente embasamento situacional. Essa evocação pode ter sua origem ligada a instituições e suas

representações e também a diferentes meios ou canais de comunicação, como o telefone, o SMS, o e-mail, além de fenômenos naturais e tradições culturais. Como exemplo, é possível citar a tradição cultural do Natal, que origina TD específicas, como as felicitações.

O gráfico abaixo ilustra essa relação:

Esquema 02: TD e evocação (KABATEK: 2004: 07)

Note-se que o eixo horizontal representa a relação de uma TD com a constelação discursiva que a evoca, enquanto o vertical, a repetição propriamente dita da TD, embora essa repetição não seja, necessariamente, uma reprodução idêntica do texto anterior, produzido mediante um contexto análogo. Tal situação decorre do fato de as TD poderem envolver qualquer elemento linguístico significável, ou seja, tanto conteúdo, quanto formas ou esquemas textuais (como o soneto) e combinações de determinadas palavras.

Além disso, de acordo com Kabatek (2004), a concomitância de dois fatores definidores de TD permite que o quadro exposto seja completado mesmo na ausência de um dos elementos. O autor cita novamente como exemplo a saudação. Nesse caso, não saudar o colega ou amigo que se encontra na rua é significativo justamente pela não realização da TD esperada, o que transmite ao silêncio um sentido especial. O mesmo poderia ser dito, por exemplo, acerca do caso anteriormente mencionado sobre o Natal. Não felicitar alguém em uma ceia de Natal, dentro da tradição cristã brasileira, também evoca um silêncio significativo, a partir do qual a pessoa não felicitada procurará uma razão que justifique o ocorrido.

Assim, Kabatek (2004: 07) define TD como

a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados.

Tal definição e as considerações introdutórias realizadas pelo autor merecem, contudo, algumas observações, para que se possa definir, a partir de uma abordagem linguístico-discursiva, por um lado, e discursivo-social, um conceito de TD que seja, ao mesmo tempo, fiel às suas origens, mas aplicável de modo mais explicativo aos fenômenos discursivos e textuais da modernidade reflexiva.

1. Kabatek (2004) e Koch (1997) concebem a repetição como elemento precípua e determinante para a apreensão de uma TD, vista como reatualização de um texto ou de uma forma ou conteúdo textual em um determinado momento histórico. O primeiro ressalva que a repetição não precisa ser idêntica, podendo ser apenas parcial ou constituir-se apenas na estrutura textual. Em outros termos, um poema em forma de soneto, cujo conteúdo é totalmente diferente de outro, insere-se numa mesma TD.

Giddens (1997) alerta, conforme já mencionado, para o fato de a repetição ser tomada como elemento intrínseco à tradição, sem que tal relação seja justificada ou explicada. Obviamente, pode-se argumentar que tradições, do ponto de vista sociológico, e as TD, elementos de caráter linguístico-discursivo, são de natureza diversa. No entanto, tal postulação parece, pelo menos, minimamente equivocada.

A natureza das tradições e das práticas sociais são, em grande parte, linguístico-discursivas, de modo que a rotinização e a regularização do discurso constituem-se em facetas fundamentais das diversas tradições. Observando de outra perspectiva, as TD, por inscreverem-se no nível histórico da linguagem, apresentam uma necessária correlação aos sistemas sociais e seus princípios estruturais, especialmente no que se refere à significação e, nesse sentido, são reproduzidas pelas atividades localizadas dos atores sociais. Assim, parece artificial criar uma linha divisória espessa entre as duas acepções.

A reflexão do sociólogo é pertinente, pois lança luz a questões fundamentais. Primeiramente, já se discutiu que a repetição e rotinização eram extremamente relevantes para a manutenção das práticas sociais em sociedades pré-modernas, dada a inexistência de formas de comunicação globais e de fixação do conteúdo simbólico, a necessidade de se garantir a segurança ontológica individual e a sacralidade da autoridade local, uma vez que a reflexividade não se constituía em propriedade constitutiva dessas sociedades.

No entanto, a modernidade não comporta mais tais características, de modo que a repetição propriamente dita não pode ser tomada como parâmetro principal para o estabelecimento de uma TD na atualidade — ao menos, no nível discursivo —, visto

que os fatores que justificavam sua permanente atualização foram severamente modificados.

Muitos estudiosos em TD aplicam o conceito a formas textuais ou sintáticas presentes em textos da Idade Média ou do início da modernidade (KABATEK, 2004; OESTERREICHER, 2002; dentre outros), em que as condições sociais eram idênticas ou semelhantes às ilustradas anteriormente, de modo que a repetitividade constituía-se, sim, em parâmetro de maior funcionalidade.

Na sociedade pós-tradicional, contudo, o conceito de *repetição* parece não se adequar completamente. Ele remete a uma rotinização, ou mesmo uma ritualização da atividade discursiva, o que não é necessariamente uma regra nos dias atuais, mas sim, uma possibilidade. Nessa perspectiva, o termo *regularidade* parece muito mais produtivo. E talvez seja ainda melhor o termo *regularidade dinâmica*. A democracia, o sistema capitalista, a liberdade religiosa e a expansão da educação secular possibilitaram aos indivíduos adotar estilos de vida e práticas não locais, além de permitir o surgimento de instituições formadas por diversos grupos sociais, ligadas ou não às instâncias hegemônicas de poder político, simbólico, econômico ou coercitivo — processo que se acentuou à medida que se aproxima da atualidade —, de modo que discursos, práticas e estilos alternativos passaram a conviver com as suas respectivas formas hegemônicas.

Essa coexistência de múltiplos modos de representar, agir e ser é inerente à pós-modernidade e possui como base a reflexividade institucional e a expansão dos meios de comunicação e sua capacidade de divulgação das mais diversas formas e conteúdos comunicativos.

Assim, por exemplo, instituições jornalísticas de grande capital econômico e simbólico — o que, muitas vezes, lhes garante traços de poder político — acabam estabelecendo parâmetros para os discursos, práticas e estilos de produção discursiva para os diversos periódicos do país, dado seu alto escopo de atuação, divulgação e consumo. Tal é o caso de jornais como *A Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*. No entanto, ao mesmo tempo em que atuam como modelos, servem como fomento de contra-discursos, contra-estilos e contra-gêneros — em graus distintos de um *continuum* de alteridade —, que permitem a esses outros veículos, voltados a públicos diferenciados e talvez mais homogêneos, produzir textos com características

distintas²⁹, que marquem seu espaço de individualidade numa sociedade de mídia global e, em geral, massificada.

Todavia, não se pretende, com isso, afirmar que 1. não possa haver periódicos que procurem se associar ao máximo em relação aos parâmetros das instituições hegemônicas; do mesmo modo que 2. não haja formas, em tese, alternativas que tenham surgido sem o necessário contato com as contrapartes hegemônicas, embora isso seja, de fato, bastante contestável tanto na teoria quanto na prática, no que concerne à sociedade global hodierna³⁰.

No entanto, a distinção não se encontra somente na comparação entre mídias, discursos, estilos e gêneros hegemônicos, por um lado, e alternativos, por outro — em seu *continuum* de alteridade —, mas ocorrem também sensíveis diferenças no próprio seio das instituições hegemônicas e alternativas em si, pois a economia capitalista impõe condições de consumo no mercado simbólico que levam as indústrias da mídia a acentuar seu grau de singularidade como forma de garantir um mercado de leitores/ouvintes/espectadores fiel, de modo que a pluralidade tende a se instaurar em todos os níveis³¹. O mesmo pode ser afirmado em relação a outras esferas de atividade, como a religião, a educação, etc., embora haja, em cada caso, parâmetros mais ou menos flexíveis de possibilidade de inovação e diferenciação.

²⁹ Quer-se destacar a noção de *continuum* de alteridade discursiva, visto que não se pretende aqui criar uma nova dicotomia. O hegemônico não se opõe diametralmente ao alternativo ou contra-hegemônico, tendo em vista que esses se constituem em relação àquele e com ele estabelecem diferentes graus de continuidade e afastamento tanto no nível discursivo, quanto acional e identitário, de modo que há recursos e estruturas linguístico-discursivas, além de motivações, que são comuns a eles, não obstante serem também visíveis as distinções em todos os níveis.

³⁰ A esse respeito, cabe uma consideração. O termo *alternativo* refere-se, por definição, a uma outra possibilidade. Dado que é outra, pressupõe-se a existência da forma primeira. Em geral, visto que tradições não surgem *ex nihilo*, a forma alternativa dialoga, em maior ou menor grau, com a primeira. Isso não nega, no entanto, a possibilidade de que surja uma prática, estilo ou discurso em uma determinada coordenada espaço-temporal que seja funcionalmente semelhante, mas com traços constitutivos diferenciados, em relação a outras práticas, estilos e discursos numa mesma potencial esfera de atividade e que, com esta, nunca tenha travado contato. Contudo, tal possibilidade parece anacrônica, tendo em vista o potencial de difusão global da mídia na atualidade, processo exponencializado pela internet. Caso, no entanto, alguma forma dessa natureza tenha surgido sem contato, só se poderia afirmar que esta seria a forma hegemônica daquela localidade. É só o contato entre elas que poderia definir o que seria o hegemônico e o alternativo.

³¹ Referir-se à pluralidade na mídia pode parecer, para muitos, um absurdo, na atualidade, tendo em vista a aparente padronização (ou sensação de padronização) de diversas práticas comunicativas atuais, dentre as quais se destacam os produtos televisivos. Quer-se destacar que padronização não se choca com pluralidade — esta se relaciona ao modo como as atividades discursivas e multimodais se processam, com a multiplicidade de discursos, estilos e práticas, que, em geral, diferenciam-se de uma instituição para outra. A realidade brasileira deixa essa relação bastante clara. A padronização parece-me, em tese, análoga ao exemplo de Kabatek (2004) acerca do soneto — esquema semelhante que garante a filiação à mesma TD, mas cujo conteúdo pode variar, em maior ou menor grau, de um poema para outro, podendo chegar à distinção completa. Assim, pode haver repetição em um nível, e regularidade e inovação, em outro.

Por conseguinte, o que identifica tais práticas é a regularidade, e não, exatamente, a repetição. Esta consiste em uma das possibilidades de regularização, o que permite postular a existência de graus de regularidade, inseridos num *continuum* que se estabelece em três marcos prototípicos: o *padrão*, a *repetição* e a *fórmula*.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a proposta de Kabatek (2004) permite inferir uma interpretação de regularidade, muito embora os exemplos citados sempre abarquem repetições integrais. O que se deve ressaltar, no entanto, é que, quanto mais se move ao nível discursivo-textual, afastando-se das categorias de teor gramatical propriamente dito, mais os processos de tradicionalização encontram-se cerceados pela regularidade, caracterizada a partir de um traço fundamental de *coesividade funcional* ou *teleológica*, associado a dados padrões de recursos linguísticos *motivados*, nos quais a regularização formal propriamente dita é menos relevante. Voltar-se-á a este ponto posteriormente.

Ainda sobre os graus de regularidade das TD, referentes a seu aspecto formal, pode-se afirmar que as fórmulas, ainda não abordadas nesta seção, constituem-se no grau máximo do *continuum* de regularização, visto que se aproximam de ritualizações vazias, operando de modo análogo aos vícios na Sociologia de Giddens (1997). Desprovidas, na maioria das vezes, das motivações sociais de origem e cumprindo apenas um papel de filiação a um discurso hegemônico de uma instituição rígida ou aos imperativos representacionais ligados ao exercício de uma prática — associados, grosso modo, ao *campo* —, de modo a apresentar uma relativa dependência no que concerne a uma inserção pragmática concreta usual, as fórmulas tendem a esvaziar-se de caráter estratégico, de modo que os produtores textuais acabam reproduzindo essas estruturas como meio de garantir pertencimento e vinculação a um grupo e indicar conhecimento acerca das regras constitutivas de tal comunidade³², o que diminui o risco de sanção social.

³² O termo constitutivo parece adequado para descrever uma situação formulaica. Searle (1969) diferencia dois tipos de regras: as constitutivas e as reguladoras. As primeiras seriam inerentes à atividade e a definiriam, de modo que a modificação dessas regras alteraria a prática em si. Por exemplo, se o futebol possibilitasse o uso de mãos por qualquer jogador, toda a atividade seria modificada, como fica fácil imaginar. No entanto, a mudança em uma regra reguladora não acarreta necessariamente alterações na atividade. Assim, se, no futebol, a lei do impedimento fosse abolida, a prática em si não mudaria. As equipes apenas teriam que adaptar sua estratégia de jogo para não deixar nenhum atacante adversário em contato direto com o goleiro, sob risco de derrota praticamente certa. Trata-se de uma distinção interessante que coloca uma luz ao conceito de regras relativas a grupos culturais, conforme proposto por Koch (1997) e mencionado no início desta seção. Parece-me que as TD podem emergir de regras — ou coerções — das duas naturezas, e inovações tendem a surgir a partir de possibilidades comunicativas ligadas, inicialmente, a regras reguladoras. Assim, fórmulas tendem a estar mais estreitamente relacionadas a TD advindas de coerções constitutivas, enquanto regularidades, de regras reguladoras. Isso

Por conseguinte, as fórmulas encontram-se fortemente associadas à legitimação, uma vez que consistem, de modo geral, em recursos acionais³³ cuja atualização pelo ator individual encontra-se associada a uma postura complacente do indivíduo em relação aos parâmetros hegemônicos das ordens do discurso, minimizando seu potencial de alternatividade e colaborando para a manutenção da reprodução das estruturas vigentes de significação, conduzida por uma monitoração conservadora da ação discursiva.

No entanto, são as regularidades — ou melhor, os padrões de recursos linguístico-discursivos de atualização regular — depreendidas pela semelhança de funcionalidade no discurso, que se constituem nos mecanismos preferenciais que permitem aos leitores/ouvintes/espectadores reconhecerem modos tradicionais de dizer/escrever/agir, atualizados de forma mais ou menos estratégica pelos produtores textuais.

Assim, como será proposto na análise dos editoriais da imprensa paulistana de bairro, é a regularização da funcionalidade motivada dos julgamentos negativos como forma de avaliar o *status quo*, a fim de garantir as premissas para o processo de convencimento do público-leitor diante de uma dada representação e posição valorativa, por exemplo, que permitirá entender tal *postura* como uma TD acional no seio de um determinado conjunto de editoriais — este grupo, em si, uma outra TD³⁴, denominada *crítica*. Em outros termos, não é a repetição propriamente dita de alguma forma textual ou conjunto de adjetivos, por exemplo, que configura o caráter tradicional do padrão discursivo, mas sua coesão funcional e sua motivação social comum. Tais padrões tradicionais podem surgir em diferentes momentos da prática discursiva e constituírem-se em lexemas distintos e estruturas sintáticas diferenciadas, o que lhes garante caráter dinâmico e possibilita, no eixo temporal, margem para mudança.

A figura seguinte aborda justamente os aspectos *funcionais* da constituição das TD. Nesse sentido, o quadro busca apresentar aspectos centrais prototípicos relacionados à regularização de padrões funcionais, que, por sua vez, envolve a distribuição extensiva e probabilística de recursos, a coesão funcional de sua atualização e a integração de tais padrões de recursos na constituição da ação discursiva. Ademais,

acarreta consequências importantes para o conceito de visibilidade evocativa, para a relação entre TD e processos de hegemonia e para a noção de deontologia, a serem explicitados posteriormente.

³³ Ressalva-se que pode haver fórmulas que estejam associadas a elementos identitários ou representacionais.

³⁴ Questões concernentes à hierarquização e interação entre as diversas TD constituintes das produções discursivas serão abordadas em seção e capítulo posteriores.

deseja-se ressaltar que o quadro deve ser concebido em termos de um *continuum* cujas fronteiras apresentam caráter fluido³⁵.

Quadro 01: Aspectos funcionais da constituição das TD

Semelhança de Funcionalidade/Aplicabilidade em âmbito teleológico		
<i>Padrão</i>	<i>Repetição</i>	<i>Fórmula</i>
+ Estratégico + Motivado + Dinâmico + Potencial de Resistência		- Estratégico - Motivado - Dinâmico - Potencial de Resistência
- Rotinizado - Automatizado - Estável - Potencial de Complacência		+ Rotinizado + Automatizado + Estável + Potencial de Complacência
<i>Padrão</i>	<i>Repetição</i>	<i>Fórmula</i>

Assim, o *padrão* tende ao estratégico, no sentido de que seu uso implica um domínio acerca da atividade exercida pelo produtor textual, que atualiza uma gama de recursos funcionalmente semelhantes para alcançar um determinado objetivo discursivo, promovendo determinada orientação negociativa ou representacional não obrigatória e não diretiva em relação ao que as imposições interdiscursivas determinam. A *fórmula*, por outro lado, é mais rotinizada, visto que sua atualização e reiteração é de natureza quase-obrigatória (ou obrigatória), constituindo, muitas vezes, uma etapa teleológica específica em dado gênero ou cumprindo alguma exigência específica da atuação de dada esfera, que prescinde, em alguns contextos, do conflito inerente à conquista de mercado simbólico, como é o caso de certas tradições jurídicas, escolares, ou mesmo, cotidianas, como a saudação.

Ao mesmo tempo, o *padrão* apresenta maior motivação, pois há uma razão depreensível no que tange à sua instanciamento no discurso. Logo, pode-se afirmar que os produtores envolvidos apresentam, pelo menos potencialmente, um certo teor de consciência acerca da funcionalidade do recurso no texto e conhecem, em maior ou menor grau, as expectativas, valores, crenças e posições valorativas dos

³⁵ Os sinais + e – indicam maior e menor intensidade de correlação entre o grau de regularização e a propriedade que o caracteriza. Nesse sentido, padrões tendem a apresentar alto nível de estratégia, motivação, potencial de resistência e dinamicidade, ao passo que a fórmula exacerba rotinização, estabilidade, automatização e potencial de complacência. A repetição consiste no caso intermediário, em que não há correlações necessárias explícitas entre a tendência polar de uma propriedade e o grau de regularização.

leitores/ouvintes, de modo que reconhecem a necessidade e/ou vantagem de se utilizar ou não tais formas continuamente, constituindo um dado padrão. Muitas vezes, os *padrões* revelam tratar-se de coerções discursivas institucionais, cuja atualização cumpre papel importante na configuração acional de um discurso em termos de captação, vinculação ou negociação intersubjetiva. Nesse sentido, os atores sociais podem ser capazes de justificar a escolha de dados recursos em maior ou menor grau.

A *fórmula*, por sua vez, representa grau mínimo de motivação, tendo em vista que seu uso não parece se circunscrever a alguma possível vantagem ou necessidade discursiva projetada pelo produtor³⁶, embora seja inegável que sua ausência acarrete uma possível sanção negativa do consumidor textual, dada a tradicionalidade de sua atualização, ligada à reprodução hegemônica contínua do procedimento. Além disso, em muitas situações, a *fórmula* atua teleologicamente, cumprindo algum papel central na validação ou no desenvolvimento retórico de dado gênero. Nesses casos, sua motivação está associada às obrigações institucionais projetadas, constituindo um espaço em que a voz autoral propriamente dita acaba tendo pouco poder para modificar. Trata-se do caso das assinaturas, por exemplo.

Ademais, o *padrão* é dinâmico, pois não implica o uso de recursos linguísticos idênticos, similares, ou mesmo de esquemas textuais fixos, mas sim a atualização de padrões de recursos linguístico-discursivos funcionalmente semelhantes e socialmente motivados e, portanto, permissivos em relação a inovações³⁷. A *fórmula*, por representar um elemento de cristalização, é bem menos permissiva no que se refere a inovações, e os recursos linguísticos implicados são, em geral, idênticos.

Desse conjunto de aspectos, decorre que os *padrões* estão mais associados à resistência que à complacência, embora isso não implique que eles sejam, de fato, de

³⁶ Deve-se ressaltar que tal ponto de vista não consiste na única possibilidade, embora pareça constituir-se na mais provável. Não se rejeita, portanto, casos em que a atualização de fórmulas possa estar associada a algum uso estratégico, especialmente se os consumidores textuais presumidos pareçam adequar-se a uma postura complacente diante de dada realidade, o que poderia facilitar o desenvolvimento da solidariedade e autoridade discursivas.

³⁷ A relação entre regularidade dinâmica e possibilidade de inovação pode não parecer clara. No entanto, defende-se que o elo seja constitutivo. Na medida em que a regularidade se constitui por semelhança de funcionalidade, acarretada por uma motivação social determinada, outros recursos linguísticos, que não os prototipicamente associados a tal função, podem ser introduzidos no cumprimento dos estágios necessários para suprir essa mesma motivação, o que abre espaço para mudanças em longo prazo. Ao mesmo tempo, elementos que exercem, prototipicamente, outras funcionalidades podem ser utilizados para o exercício de outra finalidade. Há ainda a possibilidade de uma mudança na demanda social exigir uma mudança na funcionalidade de certos textos, recursos ou etapas retóricas, o que pode pressionar a instituição e os atores sociais a impingirem mudanças em certos aspectos linguístico-discursivos destes mesmos textos, garantida pelos mecanismos de monitoração reflexiva e pela força causal da agência individual/coletiva em sua relação com a integração social ou de sistemas.

teor alternativo ou contra-hegemônico, mas sim, que apresentem uma relação mais estreita com as possibilidades permitidas pelas ordens do discurso e, portanto, associadas aos diferenciais interinstitucionais ou interindividuais; em outros termos, à *inclinação* institucional. Por outro lado, as *fórmulas* sempre apresentam-se em complacência e consistem em exemplares máximos da adesão do ator social aos parâmetros coercitivos das ordens do discurso, reproduzindo, fielmente, os padrões de recursos requisitados para o exercício de dado aspecto da construção do Significado Acional, especialmente. Refere-se a adesão máxima e complacência, embora, conforme já se expôs, as fórmulas possam ser estrategicamente atualizadas com o objetivo de simular tal adesão e complacência. Por isso mesmo, tal nível de regularidade encontra-se fortemente associado à manutenção dos parâmetros constitutivos de dado Significado Acional.

A *repetição*, por sua vez, constitui-se no caso intermediário e configura-se no trajeto óbvio da migração de um *padrão* para uma *fórmula* — ou vice-versa. No primeiro caso, a funcionalidade estratégica e motivada atravessa um processo de fixação, geralmente ligado ao exercício do caráter hegemônico de alguma instituição em relação a uma prática discursiva determinada, e acaba assumindo um caráter normativo rígido, migrando, eventual e potencialmente, ao aspecto formular, cuja atualização decorre da complacência do ator social a dado aspecto significacional das práticas situadas em uma determinada instituição ou esfera. No segundo caso, mudanças, em geral, decorrentes de reconfigurações nas práticas sociais e, por conseguinte, relacionadas à demanda por determinadas formas de ação, acabam diminuindo a produtividade desses elementos cristalizados, reduzindo seu escopo probabilístico de atualização. Em consequência disso, potencializa-se uma maior liberdade em sua formulação, podendo atingir, em muitos casos, o grau de regularidade e, em outros, o desaparecimento. Nesse processo, é possível depreender uma intensificação da resistência aos valores hegemônicos, de caráter central, processo que pode, inicialmente, contar ou não com a anuência institucional.

2. A segunda consideração acerca do conceito de TD refere-se à noção de *evocação* como um todo e à relação que este fenômeno estabelece entre o texto e a constelação discursivo-situacional a que ele se vincula.

Kabatek (2004) aponta como exemplo da relação entre atualização textual e contexto a TD de saudação. Nesta tese, apontou-se outra: as felicitações de Natal. Ambos os casos apresentam uma inserção pragmática concreta, em que um

acontecimento da vida cotidiana — no primeiro caso — e um evento da vida cristã — no segundo — fazem emergir situações que evocam nitidamente a realização de uma forma textual. Assim, poder-se-ia aceitar que o conceito de evocação realmente pareça relacionar-se estreitamente ao que o autor denomina *conteúdo*, embora haja um esquema textual mais ou menos fixo de como agir nessas situações. Ou seja, nesses contextos específicos, torna-se praticamente inquestionável a prevalência da relação texto-situação como o gatilho para a produção de determinadas formas discursivas e textuais — processo possibilitado pela interdiscursividade, na acepção de Koch (1997)³⁸.

O próprio Kabatek (2004), no entanto, ressalva que esta não se constitui na única possibilidade de formação de TD e aponta que, na evolução das culturas, ocorre a produção de textos autônomos.

Na evolução das culturas podemos observar frequentemente como as línguas vão criando textos autônomos, textos que eles mesmos criam os seus contornos extralinguísticos como meios textuais, internalizando assim a evocação acima descrita, fazendo-a inseparável de um segundo elemento: no interior do texto, superfície textual e criação da realidade extralinguística são fundidas (KABATEK, 2004: 08).

Embora a ideia de internalização da evocação pareça coerente, crê-se que ela não atinja diretamente a gênese da tradição nem seja suficientemente clara para explicar o fenômeno. Segundo a exposição de Kabatek (2004), tal processo pode ser entendido de dois modos:

a) O primeiro modo refere-se à construção discursiva do contorno extralinguístico no texto. O termo contorno extralinguístico é um tanto vago, já que pode incluir tanto elementos psicossociais e históricos quanto físicos. No entanto, pensa-se que está relacionado aos mesmos elementos capazes de instaurar a relação de atualização entre texto e situação, anteriormente enunciados.

Se assim o for, a evocação seria, de fato, intratextual, visto que haveria uma textualização do entorno e essa mesma textualização engendraria a produção de formas discursivas tradicionais, dado que haveria a situação para embasar os padrões a ela associados. Em termos práticos, a TD editorial teria como princípio evocativo o fato ou evento nele textualizado, em relação ao qual a voz autoral se posicionaria e avaliaria,

³⁸ Na acepção de Koch (1997), a interdiscursividade refere-se à relação de pertencimento de um discurso individual a uma ou mais TD. Neste trabalho, adota-se interdiscursividade como a relação dialógica de um texto a discursos, gêneros e estilos anteriores, regulados por ordens do discurso (FAIRCLOUGH, 2007), no seio das quais TD podem se instaurar.

tendo em vista os imperativos de posicionamento institucional aplicáveis a dados associados a pertinências temáticas específicas. Pode-se imaginar, também, um texto literário em que se descreve a situação que embasa a atualização de uma saudação.

b) No segundo modo de entender, é o próprio texto que cria, no sentido de inventar, seu contorno extralinguístico, de modo que este inexistiria sem o texto, ou seja, trata-se de um processo pelo qual o discurso tornaria visíveis e depreensíveis os aspectos do entorno que seriam pertinentes ao projeto de produção textual do ator social, de modo que o contorno e o discurso de fato se fundem e se tornam codependentes e coalimentados. Em outros termos, é o discurso que constrói socialmente os elementos relevantes da estrutura, dos eventos ou das práticas sociais, de modo a fundi-los no processo de significação.

Ou seja, nesse caso, é a escrita do editorial que faz emergir um dado entorno extralinguístico a partir da sua criação, que fornece aos leitores categorias ideacionais e representações que alteram sua visão do contexto, de modo que a evocação se processa na medida em que a relação situação-texto encontra-se fundida e viabilizada no próprio texto. A diferença entre o modo de entender a) e b) processa-se numa distinção semelhante a *off-line* e *on-line*, *a priori* e *durante*.

Independentemente da forma de entender a internalização da evocação, nenhuma das possibilidades interpretativas permite compreender os aspectos concernentes à motivação da produção do editorial, da notícia, ou de outras tradições. Ambas as hipóteses referem-se à justificação discursiva da realização da tradição, o que é, inegavelmente, importante, tendo em vista que, na atualidade, segundo Giddens (1997), a sobrevivência das formas tradicionais está atrelada à necessidade de justificação argumentativa.

Mas o que, em primeira instância, relaciona-se à produção desses textos, de modo que, posteriormente, haja a necessidade de se criar o entorno — *online* ou *off-line* — no texto para embasar essa mesma produção, justificando-a? Talvez essa seja uma questão pertinente para a qual a Teoria da Estruturação e a proposta faircloughiana possam lançar alguma luz.

A produção dos denominados ‘textos autônomos’ parece estar vinculada à cultura da escrituralidade, resultado do letramento. À medida que as sociedades se distanciam da cultura da oralidade e passam a organizar-se em instituições que regulamentam as práticas sociais a partir da documentação escrita, além do óbvio desenvolvimento das técnicas de imprensa, de modo que a hierarquia social esteja não

somente atrelada ao *status* — hereditário ou monetário —, mas também ao domínio da atividade da escrita, da especialização e do poder simbólico, passam a surgir textos burocráticos, jurídicos, escolares, religiosos, jornalísticos, dentre outros, que não necessariamente estejam inseridos numa dada situação pragmática que funcione como motor da atualização de uma forma ou conteúdo textual recorrente. Além disso, tal elo situacional nem é sempre possível, necessário ou mesmo desejável, uma vez que o entorno extralinguístico não deve estar sempre atualizado intratextualmente como forma de justificação discursiva para seu funcionamento na sociedade.

Assim, muitos dos textos vinculados à atuação institucional relacionam-se a um imperativo da representação que a instituição possui acerca de sua função e que a sociedade reitera, em maior ou menor grau, em relação a essas mesmas funções e deveres, de tal modo que a justificativa não é intradiscursiva, mas interdiscursiva, calcada nas representações sociais que se possui acerca das práticas associadas a dado sistema social e nos direitos e deveres dos atores sociais que participam das práticas em questão.

Em outros termos, instituições encontram-se vinculadas a práticas regularizadas e reproduzidas pelos diversos atores sociais, que, por sua vez, instanciam, localizada e negociativamente, a estrutura social. Dado que envolvem sistemas sociais, a emergência de determinadas TD — em especial, as acionais — relaciona-se aos esquemas interpretativos e produtivos associados à conduta monitorada da ação praticada por cada ator social no que tange à realização de determinados objetivos comunicativos e práticos, mobilizando recursos mediante adequação a determinadas normas. Assim, são vinculados aspectos de dominação a legitimação, de modo a buscar garantir a sustentação dos posicionamentos e funções sociais associadas àquela instituição determinada, uma vez que a monitoração é sempre multilateral e envolve produção e consumo num constante processo de reconstrução dos direitos, deveres e identidades individuais, coletivas e institucionais, que sempre põe em *risco* as parametrizações hegemônicas.

Isso posto, não é somente ou exatamente a situação o elemento que atua como gatilho das TD, mas sim, a vinculação necessária de determinados objetivos comunicacionais e práticos a determinados modos de ser, agir e representar discursivamente, motivados social e interdiscursivamente, regulados a partir de padrões de recursos linguístico-discursivos funcionalmente coesos, originários das diversas

ordens do discurso, que fornecem esquemas interpretativos e produtivos relativos a esses modos de significar, associando-os a princípios de *localidade* e *negociatividade*³⁹.

Dado o caráter plural da contemporaneidade, marcada pelo embate alternativo-hegemônico que se instaura no seio das ordens do discurso, fato possibilitado, especialmente, pela reflexividade, a emergência de TD encontra-se relacionada às *deontologias interdiscursivas*, que correspondem, grosso modo, à hierarquização de significados estilísticos, representacionais e acionais — vinculados às ordens do discurso — que cerceiam a produção discursiva em nível cotidiano e, principalmente, institucional, sendo responsáveis pelo controle, maior ou menor, daquilo que é *preferível* em termos de atualização do potencial de significado da linguagem no texto. A *deontologia*, inclusive, abrange, como estrutura de significação, esquemas interpretativos e produtivos que regulam a negociação de relações interpessoais, por um lado, e esquemas interpretativos e produtivos que privilegiam determinada apreensão e reatualização de categorias contextuais, associadas a *localidades*, e que, portanto, favorecem o reconhecimento de dados da inserção pragmática concreta, e, assim, do mecanismo de *evocação*, foco da discussão presente.

Em sentido comum, o termo *evocação* remete a um elo entre a realidade presente e a passada, trazido à lembrança mediante alguma semelhança entre ambas. Assim, embora tal acepção apresente uma validade dificilmente questionável no âmbito individual, ela apresenta uma sensível deficiência em termos sociais, na medida em que o conceito de lembrança não satisfaz as exigências de um mecanismo de reiteração ou regularização de atualização de padrões de significados, por se tratarem de coerções sociossemióticas de natureza coletiva. Assim, torna-se mais produtivo valer-se do conceito de memória coletiva, inicialmente proposto por Halbwachs (1990).

³⁹ Faz-se necessário um comentário geral a respeito desse posicionamento. Ao postular que a emergência de TD se encontra atrelada à vinculação de objetivos comunicativos ou práticos a padrões identitários, representacionais e acionais, advindos das coerções estruturais das ordens do discurso e de suas deontologias associadas, poder-se-ia acusar esta pesquisa de estar apenas distorcendo a própria proposta coseriana e kabatekiana, que já prevê o objetivo comunicativo como o ponto de origem do enunciado, alocado no nível do *falar em geral*. No entanto, o que se quer marcar aqui é o fato de que os objetivos comunicativos — e práticos também — são também responsáveis pelo surgimento, manutenção ou mudança de TD, uma vez que a própria emergência de objetivos práticos e comunicativos encontra-se ligada à existência de TD prévias, que criam necessidades sociais ou desejos, com os quais os atores sociais travam contato pelo processo de integração. Ademais, até que ponto se torna possível separar a dimensão dos objetivos comunicativos da historicidade dos sujeitos sociais posicionados? Assim, isolar objetivo de TD pode ser, em muitos casos, artificial, do mesmo modo que afirmar que toda TD vincula-se a um objetivo. TD são sempre interdiscursivamente motivadas, mas pode-se questionar, em que medida, determinadas tradições estilísticas ou representacionais são atualizadas, de modo consciente, no cumprimento de determinados objetivos pelos atores sociais. Isso equivaleria a afirmar que toda ação humana é premeditada ou racionalizada, o que equivaleria a ignorar as motivações inconscientes do modelo de estratificação do *self*.

Conforme Giddens (1997), a memória coletiva comporta, indubitavelmente, uma faceta individual, mas sua natureza precípua é, necessariamente, social. Por meio dela, o passado é reconstruído, tendo como base o presente. Logo, trata-se de um processo ativo, e não, passivo, de modo que tal reconstrução não se vincula à reprodução mecânica do passado, mas à sua reelaboração cerceada pelas características e imperativos do presente⁴⁰.

Por outro lado, a memória coletiva implica coesão social e, nesse sentido, resiste a mudanças bruscas que romperiam com tal coesividade, de maneira que a tradição acaba operando como um mecanismo de organização desta memória. Por conseguinte, a integridade da tradição está diretamente relacionada à sua capacidade de interpretar a realidade, de forma que passado e presente tenham uma relação de identificação, o que se concretiza a partir de práticas sociais regulares, e não de sua permanência ou continuidade temporal — curta ou extensa.

Caprino & Perazzo (2008: 122), baseadas em Halbwachs (1990), abordam a memória coletiva como “o resultado de compartilhamentos, supondo-se uma multiplicidade de tempos coletivos uma vez que grupos separados, ou culturas específicas, possuem ritmos e espacialidades particulares, retendo do passado somente aquilo que for capaz de permanecer na consciência do grupo que mantém a memória coletiva”. Nessa perspectiva, a memória coletiva consiste em um substrato de representações sociais, associado ao processo de socialização e inserção social, a partir do qual as identidades são construídas.

Assim, essa inserção do ator social nas diversas instituições da sociedade pós-moderna, a pluralidade da experiência cotidiana e o seu contato com uma multiplicidade de discursos, práticas e estilos, advindos tanto dessas inserções quanto do consumo de produtos midiáticos, formam, a partir do processo de autoconfrontação reflexiva, as identidades dos indivíduos — compósitas, heteróclitas, contraditórias e processuais. Tais atores sociais, em suas distintas e fluidas identidades, assumem discursos e práticas diferenciadas, e, nesse processo, acabam sofrendo coerções de uma rede de expectativas, sempre dinâmica e diferenciada, mediante contextos de participação distintos, que incidem tanto sobre eles quanto deles em relação a outros, de modo que as tradições institucionais, familiares, dentre outras, acabam organizando a vida social e

⁴⁰ Nesse sentido, a memória social ou coletiva pode ser associada aos traços mnêmicos da estrutura social que integram a cognoscitividade dos atores sociais e são responsáveis, em potencial, por parametrizar, em maior ou menor grau, as práticas individuais dos agentes posicionados, passíveis de institucionalização e regularização, instanciando, assim, a estrutura social.

determinando os elementos pertinentes à memória coletiva, ao mesmo tempo em que esta estabelece coerções não-obrigatórias, mas preferenciais, aos diversos modos de atuação dos indivíduos.

Na modernidade, a expansão das possibilidades de identificação torna a memória coletiva mais flexível e plural, de modo que não se pode mais concebê-la de forma tão fechada e estabilizada quanto nas sociedades tradicionais. Assim, as práticas atuais tornam-se muito mais fluidas. Em consequência disso, é lícito inferir a ocorrência de uma flexibilização nas redes de expectativas que envolvem a produção e consumo textual, que podem, inclusive, modificar-se, tornando o processo evocativo mais ou menos visível, e a dinamicidade, mais comum e menos passível de sanção avaliativa negativa. Em outros termos, dissocia-se a rigidez da legitimação associada a determinadas estruturas de significação, ampliando a possibilidade de mobilização de recursos a grupos alternativos, que se valem de esquemas interpretativos e produtivos relativamente resistentes em relação aos parâmetros hegemônicos, o que, de fato, potencializa a dinamicidade.

Repare-se que tal concepção apoia-se na necessidade de conceber o ator social como um agente cognoscente, dotado da capacidade de monitorar tanto sua conduta quanto a conduta do outro, a partir de uma rede de expectativas e esquemas interpretativos e produtivos relacionados a seu fazer, ser e representar discursivamente. Assim, torna-se necessário assumir um ponto de vista não determinista nem totalmente libertário acerca dos limites da ação do sujeito, tal qual postula a Teoria da Estruturação (GIDDENS, 2009).

Isso posto, pode-se definir *evocação*, de um ponto de vista sociossemiótico, como uma relação dialética de atualização e realimentação entre o texto e a memória coletiva — organizadora das práticas sociais e base de reconstrução do passado no presente, por meio de um laço de identificação que deve ser suficientemente forte para que haja uma interpretação de continuidade deste passado em relação ao presente, fenômeno que, inclusive, se relaciona à segurança ontológica do sujeito social —, capaz de promover a instanciamento de determinadas formas de ser, agir e representar tradicionais nos discursos concretos, uma vez que se relaciona aos esquemas interpretativos e produtivos das estruturas de significação. Como a identificação entre passado e presente não pressupõe reprodução, uma vez que as identidades são múltiplas, os imperativos do presente se alteram e a reconstrução das relevâncias contextuais pelos atores sociais estão sempre sujeitas a conflito — muito embora esteja sempre implicada

uma semelhança de funcionalidade ou parametrização teleológica motivada socialmente como forma de continuidade e organização da vida social —, torna-se necessário conceber a regularidade demandada e dinâmica como parâmetro essencial na constituição das TD.

Assim, o resultado do processo evocativo, em âmbito discursivo-textual, é a atualização de formas ou conteúdos linguístico-discursivos que tenham sua regularidade funcional ou teleológica sancionada pela demanda ou necessidade social, advinda da vida cotidiana ou institucional, o que é, aqui, denominado *motivação social*. Em tese, quanto mais cotidiano, mais passível encontra-se o processo *evocativo* de relacionar-se à inserção pragmática concreta, o que pode até ser justificado por sua relação aparentemente mais visível com a oralidade concepcional⁴¹.

É nessa perspectiva que se deve entender a questão anteriormente pontuada acerca da visibilidade do processo evocativo. À medida que os sistemas sociais passam a se flexibilizar e lidar com as múltiplas potencialidades acionais, identitárias e representacionais que marcam a modernidade, de modo que a institucionalização maciça torna-se característica fundamental do processo de rotinização das práticas, menos a inserção pragmática torna-se relevante, uma vez que a cultura da escrituralidade, associada à emergência de demandas e imposições sociais relativas à mobilização de poder simbólico, econômico ou político, fazem emergir discursos e textos associados à própria constituição e manutenção de espaço nos diversos mercados e esferas a que estão associados, prescindindo de uma necessária coordenada contextual como gatilho, embora, é claro, toda ação seja contextualizada e este incida, em maior ou menor grau, na produção discursiva. Entretanto, torna-se também nítida a diferença do impacto da inserção pragmática concreta entre a produção de uma saudação e de uma bula de remédio. Assim, quanto mais institucionalizada se torna a realidade e TD menos dependentes de inserção pragmática concreta se estabelecem, torna-se mais comum que os aspectos deontológicos das práticas sejam atualizados sem que os atores sociais tenham clara consciência ou consigam nitidamente racionalizar determinadas escolhas discursivas. O discurso se reifica e, com isso, as motivações de origem tornam-

⁴¹ Tal asserção não permite inferir que não haja traços de oralidade concepcional, muitas vezes, até marcantes e recorrentes, nos discursos institucionais. Pelo contrário. Fairclough (1997, 2007) aponta para as tendências de conversacionalização do discurso institucional, em que, como forma de minimizar a assimetria de poder entre cliente e instituição, os funcionários são treinados para interagir de modo a atualizar recursos de oralidade concepcional, ligados à proximidade e ao envolvimento comunicativos. Do mesmo modo, há práticas institucionais fortemente cerceadas pela inserção pragmática concreta, como procurações, reclamações, solicitações de matrícula em universidades, etc.

se invisíveis, acarretando, em tese, a necessidade de se justificar discursivamente a realização de tal prática, o que, em muitos casos, não ocorre, visto que as esferas de poder nem sempre conseguem legitimar discursiva e abertamente determinadas formas de ser, agir e representar. Esconder suas motivações é, portanto, uma estratégia ideológica de manutenção de hegemonia e minimização de olhares avaliativos resistentes.

Assim, pode-se notar como o nível deontológico, associado às estruturas interpretativas e produtivas e, portanto, à monitoração reflexiva da ação, adotada pelos atores sociais, consiste em elemento fundamental do processo de evocação. Como consequência, tem-se que a demanda social erige-se da memória coletiva, das representações dos indivíduos em sua pluralidade identitária e acional, da sua capacidade de reconstrução do contexto e das práticas e estruturas sociais, que, inversa e dialeticamente, lhes impõe uma *deontologia interdiscursiva* como mecanismo restritivo e facilitador da produção e recepção textual, inerente à formação das *ordens do discurso* da modernidade reflexiva.

Desse modo, a *deontologia interdiscursiva* deve ser entendida como um elemento organizador da multiplicidade interdiscursiva das diversas ordens do discurso, hierarquizando seus elementos constitutivos e, assim, criando padrões probabilísticos de atualização semântico-discursiva e textual de formas tradicionais ratificadas⁴². Assim, as *deontologias* explicitam graus de adesão e distanciamento de padrões em relação ao centro hegemônico de instituições ou esferas ligadas ao poder simbólico, político, coercitivo ou econômico, associando-os a *localidades* e aspectos *negociativos* específicos, de modo a fazer emergir e consolidar *obrigações*, *preferências* e *permissões* no que tange a determinados modos de agir, ser e representar em sociedade. Como corolário, devem ser entendidas como mecanismos de coerção estrutural e, portanto, dependentes da conduta monitorada da ação realizada pelos atores sociais.

Assim, os padrões inerentes à deontologia constituem-se em regularidades dinâmicas, visto que não são necessariamente impositivos nem estanques e, sim, passíveis de inovação, logo, plásticos, uma vez que dependem da ação localizada dos agentes sociais na sua multiplicidade identitária. Por conseguinte, o grau de *preferência*, associado às *deontologias* diversas, encontra-se em constante processo de embate social, tendo em vista diferentes interesses seccionais a ele relacionados e a luta por espaço no

⁴² Questões relativas a padrões probabilísticos de atualização semântico-discursiva serão abordadas, pormenorizadamente, nos capítulos seguintes.

mercado simbólico ou político, o que resulta em diferentes justificações discursivas em relação à sua atualização, advindas de posturas tanto hegemônicas quanto alternativas — em *continuum* de alteridade — no que se refere aos parâmetros constitutivos das práticas em questão.

A *deontologia* não afeta, entretanto, apenas o ator social no nível institucional. Uma saudação, por exemplo, que pode estar associada à esfera do cotidiano, é realizada, primária, mas não obrigatoriamente, porque coerções hermenêuticas, identificacionais e acionais imputam tal prática como preferencial, de modo que a sua não realização rompe com a rede de expectativas, requerendo justificação, e engendrando possível olhar avaliativo negativo dos outros atores sociais, muito embora seja sempre possível, em teoria, que o ator social aja de modo diferente do previsto.

Logo, a existência de qualquer TD, oral ou escrita, está ligada a uma *deontologia*, de teor hegemônico ou alternativo. Essa *deontologia*, obviamente, não oprime o ator social ao ponto de fazer coincidir sua identidade individual à social, suas motivações pessoais às motivações institucionais, ou seja, há sempre um espaço aberto para o dinamismo, para a manifestação individual, que é, inclusive, a fonte primária para a mudança das práticas, estilos e discursos e, portanto, alfa e ômega da tradição.

Segundo Cohen (2009: 434, *italico do autor*), “*não há nenhuma garantia de que os agentes irão reproduzir regularidades de conduta do modo como o fizeram anteriormente*”, uma vez que toda ação implicada na continuidade do passado e, portanto, das premissas deontológicas, constituem apenas meios para a iniciação da ação. Nada impede que os agentes possam errar, abster-se de realizar a reprodução ou inovar. Toda reprodução social assume caráter contingente e histórico e, portanto, não deve ser tomada como necessária, inescapável e totalitária.

Nesse sentido, a inserção pragmática concreta — referida pelos romanistas alemães — apenas funciona como gatilho que ativa os elementos pertinentes de uma dada *deontologia*, uma vez que esta associa *localidade* e *negociatividade* a padrões linguístico-discursivos identitários, acionais e representacionais, de modo a atualizar as TD adequadas. Essas, por sua vez, sempre deixam aberto um espaço de inovação que, mediante a reflexividade, capacitam o ator social a assumir, reprimir, reproduzir ou rejeitar essas mesmas tradições, em variados graus, tendo ele ou não plena consciência dos impactos positivos ou negativos de suas opções, o que pode possibilita a emergência de consequências impremeditadas da ação, um dos grandes motores da mudança social (GIDDENS, 2009) e — acrescenta-se — discursiva.

Assim, entende-se a *inserção pragmática concreta* como uma dada coordenada contextual metafuncional que atua como referência presente do indivíduo, permitindo-lhe selecionar as práticas, estilos e discursos preferenciais pertinentes à situação. Em geral, tal inserção permite depreender elementos interpessoais, ideacionais e textuais⁴³, ou seja, o registro pertinente e os modos de ação — gêneros, posturas, etapas retóricas, atos de fala, etc. — potencialmente adequados, embora, é claro, possa haver discordâncias entre os atores sociais em interação acerca dos componentes pertinentes a esses elementos, o que pode causar conflitos.

Tais discordâncias decorrem, especialmente, da reconstrução contextual de parâmetros deontológicos distintos no que se refere a determinadas *localidades* e formas *negociativas*, tendo em vista diferenças nos modos de ser, agir e representar dos atores sociais envolvidos, dado que a multiplicidade dos recursos simbólicos permite a formação de ordens do discurso diversas em uma mesma esfera ou mesmo formas alternativas no seio de uma mesma ordem do discurso ou instituição. Por outro lado, pode ocorrer também a tentativa de inovação da parte de alguns dos participantes, o que não implica que toda inovação seja causadora de conflito. No entanto, sempre haverá divisões, o que se relaciona ao eixo gradual e contínuo entre *hegemonia* e *alternatividade*.

Nessa perspectiva, torna-se imperativo admitir que nem todo texto possui uma inserção pragmática concreta como gatilho, especialmente os de âmbito institucional, relativos à escrituralidade concepcional. Por outro lado, ela não se configura como uma exclusividade das práticas cotidianas, embora esteja preferencialmente associada a elas, especialmente no campo da oralidade concepcional. Ademais, as inserções parecem relacionar-se estreitamente à visibilidade do processo evocativo, que, por sua vez, apresenta extrema relevância no que concerne ao efeito de sentido da ausência em uma determinada TD.

Em linhas gerais, e o exemplo da tradição das felicitações de Natal ajuda a explicar o caso, quanto maior a importância da inserção concreta como gatilho para a TD, mais visível se torna o processo evocativo — já que, geralmente, todo e qualquer indivíduo sob a coerção da mesma deontologia sabe o que deve preferencialmente fazer e quando, monitorando o seu entorno —, de modo que a não realização da prática cria um efeito de sentido inusitado, que, conforme já afirmado, requisita justificação. Por

⁴³ Os conceitos de *metafunção*, *ideacional*, *interpessoal*, *textual* e *registro* serão explanados, pormenorizadamente, no terceiro capítulo.

outro lado, quanto menos a inserção é importante, caso de certas práticas jornalísticas, como artigos de opinião ou editoriais, menos visível se torna o processo evocativo, que pode apenas se assentar no deontológico, de modo que a sua ausência se torna menos significativa, não requisitando, muitas vezes, justificativa.

Contudo, mesmo gêneros que, em princípio, minimizem a inserção pragmática podem apresentar necessidade potencial de justificção diferenciada, tendo em vista a relação da instituição da qual emerge o modo de ação discursivo com a esfera de atividade humana que integra. Alguns jornais de bairro, por exemplo, não apresentam editoriais, enquanto, na grande imprensa, a produção de tais textos parece constituir-se em obrigatória. Muito provavelmente, no primeiro caso, a ausência pode ser considerada irrelevante, dada a natureza da imprensa local, não requisitando justificção; o mesmo, no entanto, dificilmente poderia ser afirmado acerca do jornalismo mais amplo, em que tal procedimento, com certeza, exigiria uma justificção.

Assim, busca-se afirmar que a necessidade de justificção discursiva relativa à atualização e, muitas vezes, à configuração das TD, na atualidade, consiste em uma realidade intrínseca à estrutura social contemporânea. Contudo, parece que as formas tradicionais que apresentam menor visibilidade evocativa tendem a ser menos sancionadas negativamente, pelo olhar do consumidor textual, nos casos em que não são atualizadas. Devido ao fato de as motivações sociais para a prática estarem obscurecidas, vários atores sociais podem simplesmente ignorar sua ausência ou atribuir à sua atualização um caráter facultativo.

Assim, *visibilidade* ou *invisibilidade* da evocação relaciona-se ao conhecimento que os atores sociais posicionados em suas atividades cotidianas ou institucionais possuem a respeito da motivação de determinados modos de ser, agir e representar, visto que, quanto mais conhecimento acerca de tal processo possuem, mais significativa será a sua ausência. Nesse sentido, está ligada à capacidade de reconhecimento de estruturas de significação já previamente ou potencialmente legitimadas e, portanto, assumidas como naturais pelos agentes de maior poder em dado domínio de atuação, que, não necessariamente, reatualizam as justificativas ou motivações para a manutenção de determinadas TD.

Muitas vezes, o processo de conflito hegemônico consiste em, justamente, buscar a invisibilidade da evocação, de modo que a atualização e a ausência de determinada TD fiquem a critério de um uso estratégico da instituição, minimizando as

possibilidades de dissensão interna — e, às vezes, também externa — no que concerne a tal prática. Ao mesmo tempo, como forma de aparentar reduzir ou, de fato, minimizar o autoritarismo, uma instituição pode lançar mão de mecanismos de esclarecimento do processo evocativo, apresentando as motivações para tal, alterando, potencialmente, sua imagem diante de seus clientes, consumidores, etc.

O quadro seguinte sintetiza e ilustra o exposto:

Quadro 02: Aspectos motivacionais da constituição das TD

Semelhança de Motivação Social <u>Deontologia(s) Interdiscursiva(s) Constitutiva(s)</u>	
+ Inserção pragmática concreta	- Inserção pragmática concreta
+ Visibilidade do processo evocativo	- Visibilidade do processo evocativo
+ Ausência significativa	- Ausência significativa
<i>Cotidiano Preferencialmente</i>	<i>Institucional</i>
<i>Preferencialmente</i>	

Assim, tem-se que o mecanismo evocativo possui duas premissas básicas: a semelhança de motivação social e a estrutura deontológica. Trata-se de fatores interdependentes, na medida em que a deontologia hierarquiza os parâmetros preferenciais de atualização linguística e de interpretação de coordenadas associadas à *localidade* e à negociação de relações sociais, responsáveis pela instanciação de determinados modos de agir, ser e representar, socialmente motivados, associados a uma demanda ou necessidade social para sua vigência.

O eixo institucional/cotidiano comporta variáveis que podem ora tender ao polo positivo, ora ao negativo, embora, prototipicamente, o cotidiano se situe mais no marco positivo, e o institucional, no negativo. No entanto, tal dicotomização seria falsa, e, conforme já se afirmou e explanou, existem processos discursivos que permitem garantir a visibilidade e invisibilidade da evocação independente do nível de alocação — cotidiano ou institucional.

3. O terceiro ponto a ser destacado acerca da definição de TD e suas consequências, pela Romanística Alemã, refere-se à relação entre TD, por um lado, e variedades linguísticas (diatópicas, diastráticas e diafásicas), por outro. Segundo Kabatek (2004), o saber relacionado às variedades encontra-se condicionado pelas TD, ainda que as duas não devam ser tomadas como sinônimos nem apresentem uma relação necessariamente direta. Aliás, para o autor, “o conjunto do saber que nos indica a seleção dos elementos gramaticais e variacionais e as TD adequadas é o que se pode

chamar a nossa *competência comunicativa*” (KABATEK, 2004: 08). Ele cita como exemplo o discurso dos “Enarcas” franceses, parlamentares que estudaram juntos na mesma escola e que possuem como variedade diafásica o uso do imperfeito do subjuntivo. Tal uso seria tradicional desse grupo cultural e, por isso, constituir-se-ia em uma TD. O que não se poderia afirmar, no entanto, é que TD sejam o mesmo que uma variedade. Trata-se apenas de uma possibilidade.

Tal perspectiva ajusta-se, com ressalvas, à proposta aqui apresentada. Os ‘Enarcas’, parlamentares que, provavelmente, por terem estudado na mesma escola, compartilham certo discurso, advindo de sua formação e, portanto, de uma identidade coletiva construída a partir daquela vivência institucional partilhada, adotam, nas suas práticas políticas, marcas estilísticas repetitivas — no caso, o imperfeito do subjuntivo. A realidade evocatória, então, provém da inculcação estilística — advinda da coerção deontológica de dada ordem do discurso — e se manifesta a partir da inserção pragmática concreta dos discursos oficiais no Parlamento como forma de marcar espaço pela singularidade e pelo pertencimento a um determinado grupo ideológico e identitário no âmbito político.

Trata-se, contudo, de um caso que não se constitui em regra. Um estilo individual não poderia ser descrito como TD, tendo em vista que não há uma relação com a memória coletiva e com o processo de inculcação estilística ou engendramento acional, motivados pela ação individual complacente em relação aos parâmetros deontológicos. Assim, nada impede que haja apenas inserção pragmática concreta — um falante pode muito bem utilizar-se de determinados recursos linguísticos regularmente em uma dada situação, o que, no entanto, não torna tal regularidade uma TD, mas simplesmente uma manifestação reiterada de uma gama de recursos linguístico-discursivos associadas a um registro daquele falante⁴⁴.

Por mais que a produção enunciativa esteja cerceada por elementos advindos da estrutura e das práticas sociais, não se pode afirmar ou mesmo admitir que o ator social seja incapaz de inovar ou imprimir suas marcas individuais em seus enunciados. Pelo contrário, é justamente a ação individual que abre espaço para a mudança nas TD em quaisquer níveis linguísticos. Se tais inovações irão, no futuro, integrar novas TD e serem incorporadas por outros atores sociais, constitui outra discussão, que leva em

⁴⁴ Não se pretende com tal afirmação associar *registro* a *variedade*. *Variedades* perpassam *registros*, dado que aquelas se situam no nível histórico da norma, enquanto estes são variáveis do nível discursivo, advindos da adaptação a diferentes contextos sociossemióticos de interação.

conta embates contra formas hegemônicas de ser, representar e agir, e capacidade de difusão de tais inovações, especialmente pela mídia.

O que se quer destacar com isso é o fato de que variedades, a menos que intencionalmente utilizadas ou inculcadas via representação, não podem constituir-se em TD, na medida em que carecem de aspecto motivacional ligado a alguma teleologia ou funcionalidade coesa, e perpassam qualquer atividade linguística do indivíduo. Nesse sentido, as variedades estariam no mesmo nível que o sistema e a norma linguísticos, em um eixo separado das TD. Por essa razão, no entanto, questiona-se até que ponto, realmente, o saber acerca das variedades é condicionado pelas TD, conforme propõe Kabatek (2004). Parece que, condicionado pelas TD, talvez esteja o saber relativo a *registros*, uma vez que estes se interligam a *localidades* e *aspectos negociativos*, que, por sua vez, estão associados a estilos, discursos e gêneros preferenciais.

Uma variação diafásica, como a anteriormente descrita, constitui-se em caso exemplar, tendo em vista que ela está ligada a um processo motivado regularizado, que marca a constituição de uma identidade coletiva, fator associado à memória coletiva. Um dialeto, por exemplo, só se configuraria em TD caso um conjunto de falantes, por compartilhar representações semelhantes de aspectos da realidade, se sentisse pertencente a uma mesma “comunidade”, criando laços de identidade, e passasse a utilizar marcas desse dialeto em dados contextos e *localidades*, como forma de marcar sua identidade diante dos outros — como ocorre com os ‘Enarcas’. Note-se que, nessa situação, a regularidade ou repetição se aliaria a uma motivação discursivo-social, adquirindo determinada coesividade funcional, o que a tornaria uma TD, provavelmente, de âmbito identitário.

4. Uma quarta questão concerne à relação entre TD e gênero discursivo. Kabatek (2004) afirma que, apesar de TD também poderem ser constituídas por formas textuais específicas, estas não podem ser confundidas com gêneros discursivos. Gêneros discursivos são sempre TD, no entanto, nem toda TD é um gênero discursivo, conforme já se pôde observar, inclusive, pelos exemplos e explanações anteriores.

A relação entre TD e gênero constituir-se-á em tema de uma seção posterior desta tese. Contudo, algumas considerações são necessárias por ora. Inicialmente, parece indiscutível o fato de que gêneros discursivos — por serem formas recorrentes de texto, organizadoras da vida social, tanto no cotidiano quanto nas instituições, apresentando demanda social, funcionalidade, regularidade e motivação —, sejam concebidos como TD.

O que se quer debater, no entanto, é que tal afirmação não pode ser aceita sem que haja uma teorização que busque explicar a relação das TD com os gêneros e em que medida TD não só se constituem em gêneros, mas também se integram na estrutura genérica como elementos composicionais. Em outros termos, busca-se conhecer como essa relação se processa epistemologicamente e como o modelo e a teoria das TD permitem entender o conceito de gênero, que está longe de ser consensual nos estudos textuais e discursivos.

Nessa perspectiva, questiona-se em que medida gêneros discursivos são sempre TD, levando em consideração que há distintas concepções de gênero e posicionamentos teóricos de base — tanto linguísticos, quanto discursivos e até mesmo sociológicos. Ou ainda mais: seriam as teorias de gênero existentes suficientes ou mesmo adequadas para serem aliadas ao conceito de TD?

Esta tese não pretende apresentar soluções para todas essas questões, mas busca, sim, uma possível resposta — ou, pelo menos, levantar hipóteses — para tais questionamentos, tomando como apoio os resultados das análises do *corpus* levantado e as propostas da ACD, da LSF e dos estudos sociológicos de Giddens (1997), Thompson (2008), dentre outros.

Primeiramente, deve-se observar que a relação entre TD e outras instâncias de nível discursivo, como, no caso, os gêneros, é complexa, já que o conceito de TD permite abarcar recursos e categorias linguísticas dos mais diversos níveis e de amplitude bem diferenciadas.

Tal plasticidade é metodológica e teoricamente eficiente, na medida em que, a partir do conceito, é possível depreender as regularidades dinâmicas motivadas e funcionais de fenômenos discursivos acionais, representacionais e identitários — ou mesmo gramaticais — e sua interação. Por outro lado, dificulta a tarefa do analista e do teórico em estabelecer os limites e o imbricamento entre tal conceito e as outras categorias analíticas pertinentes ao nível do texto-discurso.

Assim, pode-se postular que a interação e a hierarquização de TD é constitutiva das práticas discursivas, de modo que é a multiplicidade e não a unicidade que se configura em regra. Nessa perspectiva, uma prática discursiva, como um editorial jornalístico, que pode ser tomado como uma potencial TD — dada sua motivação social, vinculação a uma deontologia interdiscursiva, ratificada por uma semelhança de funcionalidade e valor teleológico latitudinal, ocupando-se de publicar o posicionamento valorativo do veículo diante de aspectos considerados relevantes da

realidade social em um dado período —, é constituído por um feixe de diversas outras TD, de nível hierarquicamente inferior — tais quais regularidades advindas de uma atualização funcional e coesa de recursos interpessoais (*as posturas*) e mesmo *etapas retóricas preferenciais*, dentre outras possibilidades —, que o constituem e permitem delimitá-lo, não obstante o espaço sempre aberto para a inovação e dinamismo, o que permite entender as TD como um *campo plástico de coerções interdiscursivas* de caráter *estrutural*.

Tal possibilidade de interação entre as TD é denominado por Kabatek (2004) *composicionalidade*. O autor distingue dois tipos de composicionalidade: a paradigmática e a sintagmática. A primeira refere-se à presença de diferentes TD em uma mesma porção de texto; assim, um poema pode pertencer às TD “soneto” e “poema de amor” concomitantemente. A segunda, por sua vez, concerne à sucessão de TD dentro de um mesmo texto. Um programa de auditório, se tomado como TD no Brasil, configura-se em um exemplo de composicionalidade sintagmática, uma vez que comporta entrevistas, debates, narrativas, etc.

É óbvio que composicionalidade paradigmática e sintagmática se imbricam, de modo que nada impede que, em um programa de auditório, cada TD que o integre, como entrevistas, debates, etc., seja formada por outras TD — pelo contrário, a composicionalidade paradigmática é constitutiva, o que implica a interação entre diversas TD no seio de cada uma das outras TD acionais (gêneros) envolvidas.

Kabatek (2004) ainda ressalta que é a partir da composicionalidade paradigmática que se pode observar a transformação de uma TD, concebendo tal variabilidade como decorrente de sanção social, o que se ajusta à proposta aqui apresentada.

Por fim, terminadas as considerações acerca da definição proposta pela Romanística alemã, é possível estabelecer um mapa conceitual que defina TD e interrelacione os eixos de funcionalidade e motivação anteriormente propostos.

Desse modo, TD são concebidas, nesta tese, como regularidades linguístico-discursivas funcionalmente coesas, socialmente motivadas e intrinsecamente dinâmicas, que constituem um campo plástico de coerções estruturais de significação, aberto a inovações, capazes de estabelecer uma relação de evocação originária dos aspectos deontológicos de uma estrutura de significação de um dado sistema social ou esfera, mais ou menos dependentes de uma inserção pragmática concreta. Relacionadas à memória de um determinado grupo social, TD atualizam padrões probabilísticos de

recursos acionais, identitários e representacionais com capacidade de reconstrução do passado com base nos imperativos do presente, tendo em vista sua capacidade de refratar dados associados a *localidades* e *aspectos negociativos*.

Por isso mesmo, são passíveis de refratar a estrutura e as práticas sociais, sofrendo impacto das formas de hegemonia, poder e ideologia advindas do âmbito interdiscursivo — em relação às ordens do discurso —, de modo que seu grau de fixação, regularização e visibilidade evocativa encontram-se em função da capacidade hegemônica das instituições às quais estão vinculadas promoverem a adesão complacente dos atores sociais a monitorarem suas ações de forma a reproduzir aspectos discursivo-sociais dominantes associados a dada esfera ou domínio institucional em cada evento ou interação realizada.

Assim, os eixos de motivação — referente à evocação — e de funcionalidade — concernente ao aspecto formal da tradição — tendem a se relacionar de modo complexo, uma vez que tanto regularidades, quanto repetições e fórmulas podem ser atualizadas nos mais diversos níveis linguísticos e se situarem nos mais distintos polos de motivação, de modo que é possível encontrar, por exemplo, fórmulas de alta visibilidade no cotidiano, como saudações — *Bom dia, Boa tarde*, etc. —, e de baixa visibilidade, nos níveis institucionais, como modelos de introdução de circulares — *Vimos por meio desta(e)*, dentre outros.

Dessa maneira, o modelo teórico permite promover uma estrutura de previsibilidade acional, depreendendo os elementos pertinentes constituintes à análise das TD no âmbito discursivo-textual, atentando-se aos processos da construção discursiva. A próxima seção buscará descrever o modo pelo qual as TD podem evoluir no tempo e no espaço, tendo em vista os processos discursivo-sociais anteriormente mencionados, relacionados a hegemonia, poder e solidariedade.

1.5 Evolução histórica das Tradições Discursivas

Uma vez que se constituem em filtros concernentes ao nível histórico do processo enunciativo, as TD encontram-se numa relação de alta susceptibilidade em relação à estrutura e às práticas sociais em que estão inseridas, de modo que a sua estruturação em termos de ação, temática e estilo se verifica intensamente cerceada pelos imperativos da deontologia advindos das instituições que os atores sociais integram em sua agência social. Nesse sentido, mudanças advindas de reestruturações

inerentes ao desenvolvimento histórico, sociopolítico, cultural e tecnológico podem acarretar reorientações, transformações, ratificações, abandonos ou rejeições de determinadas TD.

É possível, portanto, conceber as TD — em perspectiva discursivo-textual — como um ponto em que os princípios estruturais dos sistemas sociais e a língua se imbricam — duas historicidades distintas, porém fortemente entrelaçadas, tendo em vista que 1. a história é constituída a partir de uma disputa entre diferentes discursos e que 2. a língua se modifica e se reestrutura a partir do seu uso pelos diversos atores sociais nas suas interações, sob coerções das práticas em que ela se faz necessária, o que resulta em uma relação de profunda intersecção, que permite postular a mudança linguística como um resultado primeiro de transformações que se processam no seio das TD.

Essa relação entre TD e mudança linguística constitui-se em um dos pilares dos estudos acerca do tema na Romanística Alemã e crê-se que a proposta procede por uma série de razões posteriormente elencadas, o que implica, no entanto, um posicionamento funcionalista da abordagem gramatical.

Primeiramente, parece óbvio que um aspecto de mudança qualquer, por exemplo, sintático, comece a se processar no seio de alguma TD específica, a partir da aceitação e regularização de alguma inovação, possivelmente motivada por alguma demanda social nova ou por alguma modificação da estrutura contextual de sua ocorrência. Contudo, tal processo de regularização e aceitação não necessariamente se processa. Isso dependerá de um conjunto de fatores de ordem sociodiscursiva, que concerne a questões de hegemonia, poder, ideologia, divulgação, autoridade, dentre outros, que permitirão, endossarão ou bloquearão — seletiva ou radicalmente — tais inovações.

É exatamente por esse conjunto de fatores associados que as interações cotidianas, baseadas na oralidade concepcional, constituem-se em eventos cujos textos são mais permeáveis a inovações e talvez ao surgimento e desaparecimento mais rápido de TD, enquanto as institucionais tendem a ser mais resistentes. Independentemente de tais considerações — que requisitam estudos mais aprofundados —, vê-se que um aspecto de inovação, de qualquer natureza, primeiro se processa no seio de uma TD e

depende de seu estabelecimento nesta para que possa atingir novas tradições e, posteriormente, a língua como um todo⁴⁵.

Desse modo, as TD podem ser tomadas como elementos que *cadenciam*, *organizam* e *gerenciam* o processo de mudança linguística. *Cadenciam*, uma vez que a mudança ocorre paulatinamente no seio de uma TD antes de transmigrar para outras, processo que não é obrigatório ou necessário; *organizam*, na medida em que cada uma delas comporta um sistema mais ou menos hierarquizado, dado socialmente, que garante maior ou menor permeabilidade à mudança, tendo em vista o grau de hegemonia ou aceitação de determinada deontologia interdiscursiva por seus atores sociais participantes, considerando a dialética interdiscursiva que envolve tanto a inculcação estilística quanto o engendramento acional; e *gerenciam*, visto que é por meio da TD que se dá a atualização do discurso do indivíduo em texto, regulando o que é permitido, preferencial e coerente em uma determinada interação, possibilitando ou não inovações em maior ou menor grau, tendo em vista o contexto, as finalidades comunicativas, sua motivação e funcionalidade, além da própria estrutura da tradição.

Assim, a transformação de uma TD advém, primeiramente, de uma inovação em algum dos seus fatores constituintes — ideacionais, interpessoais, textuais, estruturais, dentre outros. Tal inovação, permitida pela plasticidade que lhes é inerente, como campos de regularidades dinâmicas, pode ser aceita e tornada regular pela prática discursiva de outros indivíduos, caso ela apresente funcionalidade e motivação compatíveis com a demanda social e/ou a deontologia vigentes naquele grupo em que a inovação foi introduzida.

No entanto, a compatibilidade em relação à deontologia não é, em tese, necessária. É, aliás, bem provável que, no curso da história, inovações tenham-se chocado, diversas vezes, com a deontologia vigente, muito embora houvesse demanda social para tal inovação. Nesse caso, a existência da demanda implica compatibilidade em relação a outros discursos, de modo que uma forma alternativa de tradição, fortemente contestadora, pode começar a se formar, integrando, caso bem-sucedida, uma nova deontologia, que tenha potencial para justificar esta prática e garantir sua sobrevivência, legitimando, assim, sua funcionalidade e motivação social.

⁴⁵ Não se pretende aqui enfatizar tais aspectos, visto que a mudança linguística está ligada, principalmente, a elementos gramaticais que fogem ao escopo deste trabalho, que busca analisar e descrever as TD do ponto de vista da sua construção discursiva. Entretanto, considerações iniciais e hipotéticas, baseadas inclusive nos postulados da Romanística Alemã, principalmente Kabatek (2004), parecem necessários para o estabelecimento do quadro teórico que aqui se procura proporcionar.

Em muitos casos, as tradições originais perdem importância e não encontram espaço para sobreviver, tendo em vista que a funcionalidade e a motivação da forma alternativa a suplanta em termos de demanda social, processo que pode ser acentuado pelo poder de difusão midiático, hegemônico, dentre outros⁴⁶.

Por outro lado, podem permanecer nas novas TD vestígios disfuncionais das antigas, que acabam por ser, em muitos casos, estetizados. Um exemplo claro são as rimas, o ritmo e a métrica nas poesias, que, nas sociedades orais, encontravam-se ligados ao processo de memorização do texto e, posteriormente, com o advento da escrita e da fixação dos textos em meio gráfico, acabaram assumindo um papel estético da lírica (KOCH, 1997).

Há inúmeros meios pelos quais as tradições — discursivas e culturais — podem evoluir, segundo Koch (1997):

1. uma única tradição pode dar origem a duas ou mais tradições diferenciadas. Um exemplo fornecido pelo autor configura-se no culto cristão, que se diferencia em católico romano, ortodoxo, luterano, anglicano, dentre outros;

2. duas ou mais tradições diferentes, por um processo de aproximação e fusão, podem originar tradições distintas e únicas, devido a uma intersecção imprevisível de seus elementos constituintes. Koch (1997) cita como exemplo o *rock'n roll*, que teria surgido, nos anos 20, pela combinação do *rhythm & blues* e do *country*;

3. duas tradições também podem convergir e aproximar-se, de modo que fiquem extremamente semelhantes. É o que acontece hoje na mídia televisiva, conforme apontam vários autores (KOCH, 1997; FAIRCLOUGH, 2007). Há uma tendência de os programas, que antes assumiam características bem diversificadas, serem atualmente

⁴⁶ A menção constante à mídia, às instituições e à noção de hegemonia podem dar a falsa impressão de que a teorização exclui as TD cotidianas. No entanto, deve-se ter em mente que, na sociedade moderna, mesmo a vida cotidiana sofre intensa interferência da atividade midiática — tendo em vista o próprio processo de autoconfrontação reflexiva — e da natureza invasiva das instituições resultantes, no ocidente, da democracia, do papel intervencionista do Estado e do capitalismo, de tal modo que tais aspectos também incidem no cotidiano. Entretanto, não se pode afirmar contundentemente que nada escapa a tais coerções. Nesse sentido, a resistência imposta às inovações depende claramente das deontologias interdiscursivas, especialmente do campo representacional, ligadas à ética, moral, prazer, dentre outros, que incidem sobre as práticas cotidianas e que lhes justificam e/ou sancionam de diferentes modos. Como, na esfera cotidiana, tais elementos são muitos mais flexíveis, variados e plurais que nas instituições, inovações tendem, pelo menos, em tese, a aparecer e desaparecer com muito mais facilidade e rapidez. Contudo, trata-se apenas de uma consideração hipotética. Estudos acerca das interações cotidianas e seus aspectos tradicionais devem ser realizados a fim de que tal hipótese possa se confirmar ou não. Trata-se de uma proposta que foge ao escopo deste trabalho e que não será alvo de maiores debates.

muito semelhantes, tendo em vista os imperativos comunicativos recentes de atração de público⁴⁷;

4. tradições também podem desaparecer, na medida em que se tornam disfuncionais em uma determinada sociedade, não atendendo mais às necessidades socioculturais de um determinado grupo e, assim, perdendo espaço na estruturação deontológica nas ordens do discurso.

A próxima seção apresentará uma leitura de convergências e divergências entre a proposta aqui desenvolvida, acerca de processos de tradicionalização discursiva do Significado Acional, considerando o embate constitutivo entre dinamicidade e estabilidade, e algumas propostas de concepção de gênero discursivo, a fim de que se possa esclarecer o embasamento teórico a partir do qual será proposta uma abordagem metodológica para a análise da construção discursiva do Significado Acional na sociedade contemporânea.

1.6 Tradições Discursivas e Gêneros Discursivos: convergências e divergências

Toda interrelação conceitual deve ser realizada com cautela, a fim de que se possam evitar eventuais leituras incompatíveis entre modelos que, na superfície, parecem se coadunar, mas que, muitas vezes, apresentam incongruências em suas premissas epistemológicas.

Isso posto, afirmar que todo gênero discursivo se constitui em uma TD, tendo em vista a multiplicidade de abordagens do fenômeno genérico, que abrangem desde seu entendimento até as rotulações textuais, pode levar a uma redução um tanto quanto simplista de ambas as propostas.

Defendeu-se aqui, grosso modo, que as TD devem ser concebidas como regularidades funcionais, dinâmicas e motivadas, constituintes de um campo plástico de coerções estruturais, organizadas mediante uma deontologia interdiscursiva e uma possível inserção pragmática concreta.

Nesse sentido, as TD englobam, nos mais distintos níveis de atualização, uma série de recursos, coesos entre si, que, dotados de funcionalidade e motivação — em

⁴⁷ No entanto, semelhança não implica reprodução, e sim, regularidades funcionais e motivadas com distinções, pelo menos, identitárias.

variados graus de visibilidade —, regularizam-se em uma associação de potencial teleológico. Assim, podem ser tradicionais em âmbito discursivo-textual:

1. elementos da “forma composicional de um gênero”, como se denominará por ora, como o *lead* das notícias, a moral nos contos de fada, dentre outros;

2. determinados padrões probabilísticos de recursos interpessoais, ideacionais ou textuais, que cumprem funções precípuas no desenvolvimento de processos teleológicos inerentes às práticas discursivo-sociais, como as *posturas avaliativas*, que caracterizam os diversos modos de negociação intersubjetiva nos editoriais da imprensa paulistana de bairro, conforme será proposto nas análises pertinentes a esta tese;

3. marcas identitárias de um grupo, institucional ou não, que utilizam, como elementos de sinalização de copertencimento a uma mesma “comunidade”, determinados padrões de recursos linguísticos, como o imperfeito do subjuntivo, citado por Kabatek (2004), no caso dos Enarcas;

4. determinadas formas de representação, comumente denominadas “discurso capitalista norte-americano” ou “discurso neoliberal” ou mesmo “discurso fundamentalista islâmico”, dentre outros. No caso, trata-se de uma TD representacional. Essas tradições são, em tese, especiais, visto que estão associadas ao processo de justificação discursiva, assumindo uma relação dialética mais visível e premente com as outras TD (acionais e identitárias), estando vinculadas, inclusive, ao conceito de ideologia. Nesse caso, o que as torna tradicionais é a regularização ideacional, ou seja, a maneira de organizar linguística e discursivamente a experiência de mundo;

5. práticas discursivas socialmente ratificadas, demandadas pelos grupos sociais em suas vidas cotidianas e institucionais, cuja regularização e motivação encontram-se justificadas, em maior ou menor grau, pelos imperativos práticos do presente, de modo a cumprir determinada teleologia, em um grau maior ou menor de complacência, em relação aos objetivos comunicativos dos atores sociais. Trata-se do que, grosso modo, se denomina, em geral, gênero discursivo.

Assim, pode-se verificar que TD abarcam representações (4), estilos (3) e ações (1, 2 e 5). Nestas últimas, a manifestação do fenômeno assume um caráter heteróclito e compósito mais visível, tendo em vista que o campo acional refere-se diretamente aos meios de se realizar discursivamente os objetivos comunicativos pretendidos em face das coerções estruturais institucionais, que restringem e facilitam o desenvolvimento de tais objetivos, por meio de uma organização deontológica que esquematiza motivações sociais associadas a funcionalidades e modos preferenciais de realização. Nesse sentido,

tanto a ação discursiva em si (5), quanto suas etapas constituintes (1) e mesmo os padrões probabilísticos de recursos linguísticos regulares que atuam com alguma função potencialmente necessária para a realização dos objetivos pretendidos em dado discurso (2) configuram TD acionais.

Isso posto, questiona-se: de que maneira a abordagem genérica poderia contribuir para o entendimento tradicionalização do Significado Acional e, em outra perspectiva, de que forma o modelo e a teorização das TD poderia contribuir para uma visão diferenciada dos gêneros discursivos, especialmente na pós-modernidade? Trata-se, justamente, das perguntas a que esta seção se dispõe a debater.

Para tal, serão analisadas três propostas sociossemióticas — de Hasan, Martin e Fairclough —, duas propostas sociorretóricas articuláveis — Bazerman e Miller — e uma proposta sociodiscursiva — Bakhtin —, além dos valiosos comentários de Marcuschi acerca da complexidade genérica e da noção de suporte, procurando examinar a sua pertinência e compatibilidade em relação ao conceito de TD e de que modo tais propostas podem contribuir para o entendimento das TD como modos de ação tradicionais, regulares, funcionalmente coesos, socialmente motivados e intrinsecamente dinâmicos⁴⁸.

Uma das propostas genéricas mais aceitas e estudadas e que assume no Brasil uma posição privilegiada é a bakhtiniana. Segundo Marcuschi (2008), Bakhtin⁴⁹ consiste em um autor que fornece subsídios teóricos macroanalíticos e categorias amplas e, portanto, pode ser assimilado pelas outras diversas correntes de pensamento sobre gênero de forma proveitosa, representando uma “espécie de bom-senso teórico em relação à concepção de linguagem” (MARCUSCHI, 2008: 152).

De fato, a proposta teórica do Círculo Bakhtiniano (1978, 1993, 2003, dentre outras) apresenta um conceito de gênero bastante produtivo, desenvolvido a partir de quatro macrocategorias que permitem explicar — não obstante uma certa polêmica a esse respeito — o funcionamento dos gêneros discursivos circulantes na sociedade.

⁴⁸Uma ressalva deve ser realizada inicialmente acerca da proposta desta seção. Qualquer aproximação que vise a debater inúmeras propostas conceituais relacionamente se mostrará, de certo modo, reducionista, pois torna-se bastante complexa a tarefa de examinar detidamente cada proposta concernente a gênero discursivo e, com certeza, não se fará menção a outros autores que, embasados nos anteriores, tenham avançado determinados aspectos da teoria. Assim, esta proposta visa apenas a delinear, sucintamente, múltiplas vertentes do conhecimento sobre o fenômeno, mapeando seus traços fundamentais, de modo a se buscar conceber qual seria a melhor abordagem para se dialogar proficuamente com a proposta teórico-metodológica aqui desenvolvida. Não se procura com isso, portanto, invalidar qualquer uma das propostas consideradas.

⁴⁹Deve-se ressaltar que a menção a Bakhtin, na verdade, inclui todo o círculo a que o autor se vincula, no qual se inserem outros nomes, como Medvedev e Voloshinov.

Bakhtin (2003: 262) define gênero discursivo como “*tipos relativamente estáveis de enunciado*”, determinados pelas especificidades de uma dada esfera (ou campo) da atividade humana, cuja realização se manifesta na construção ou forma composicional, na temática e no estilo.

Nesse sentido, cada campo delimita um modo específico de refratar a realidade, especialmente no que tange às demandas de base socioeconômica, orientando-a à sua própria maneira, visto que cada esfera tem uma função determinada na vida social. Dessa forma, o campo se constitui em “um espaço de refração que condiciona a relação enunciado/objeto de sentido, enunciado/enunciado, enunciado/co-enunciadores” (GRILLO, 2005: 175). Em outros termos, a esfera refrataria o ideacional, o textual e o interpessoal, respectivamente. A religião, a escola, o jornalismo, a publicidade são exemplos clássicos de campos (ou esferas).

A forma composicional, por sua vez, refere-se à estrutura da obra, que funciona como agente organizador do material discursivo em um determinado gênero (BAKHTIN, 1993: 22-5). Trata-se da categoria por meio da qual o gênero é reconhecido, na medida em que consiste no elemento que pode ser mais facilmente depreendido na configuração textual.

Esse componente, intrinsecamente ligado à esfera, é também extremamente sensível à escolha temática, que se constitui em um elemento determinante para a adoção de determinada forma composicional. Entende-se por temática de um gênero os princípios de seleção dos assuntos, as formas definidas de ver e conceituar a realidade, o que inclui a profundidade e a orientação da abordagem (BAKHTIN & MEDVEDEV, 1978: 131).

Por fim, o estilo⁵⁰ pode ser definido como a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais de uma língua, aplicados a um texto, sob a coerção da forma composicional e da temática, elementos que, por sua vez, determinam o grau de liberdade expressiva concernente a um determinado gênero.

A proposta bakhtiniana é profícua e plenamente aplicada por uma série de pesquisadores no mundo todo. No entanto, Bazerman (2005), Fairclough (2007), dentre outros, defendem que ela não é suficiente para dar conta da complexidade genérica

⁵⁰ O conceito de *estilo* bakhtiniano não deve ser tomado na mesma acepção que Fairclough (2007) faz do termo. Para o último, o estilo está intimamente ligado à noção de identidade, ao modo de ser do produtor no discurso e, portanto, ligado ao nível social, uma vez que as identidades são inculcadas por meio de representações sociais. Em Bakhtin, apesar de o estilo também ser marcado se configurar em uma categoria social, ele é concebido como uma propriedade intrínseca do gênero discursivo em si.

atual, especialmente no que se refere à relação entre os elementos linguístico-discursivos e a realidade social. De acordo com Bazerman (2005: 50), “a compreensão de gênero de Bakhtin fornece apenas pistas mínimas para descrever o alcance, a história e os mecanismos da interação social”.

A crítica de Bazerman baseia-se essencialmente no fato de a proposta não estar ligada a uma teoria sociológica subjacente que consiga dar conta da realidade atual. Acredita-se que a crítica proceda. No entanto, deve-se considerar que os escritos bakhtinianos datam de uma época histórica e localização geográfica idiossincráticas, que, certamente, foram tomados como premissas para suas propostas. A questão da reflexividade, premente na modernidade tardia, não poderia ser prevista e, obviamente, levanta questões não abordadas nas propostas iniciais e cujos seguidores da perspectiva dialógica, aplicada ao gênero, devem considerar para a própria evolução do quadro teórico.

Um dos exemplos básicos que ilustra a necessidade de adaptação e evolução do quadro teórico é a possibilidade de atualização de aspectos multimodais nas produções discursivas, ou seja, o sincretismo de recursos audiovisuais e textuais em uma imensa gama de práticas discursivas na atualidade. Trata-se de um aspecto da contemporaneidade, não abarcado originalmente pela teoria, que deve ser considerado e que exige reflexão, uma vez que se deve optar por integrá-lo à estrutura composicional ou por propor um novo componente de estruturação genérica.

No entanto, o que parece central — e, muitas vezes, é pouco discutido e usado como escudo — é justamente o fato de a definição postular uma *relativa* estabilidade, relatividade esta que não é precisada claramente e que, dado o processo de reflexividade, democratização e maior possibilidade de acesso a recursos eletrônicos de gravação e fixação de conteúdos simbólicos verificados na atualidade, constitui-se em elemento fundamental da conceituação e, por essa razão, requisita um exame detalhado.

Esses fatores citados, característicos da modernidade, possibilitaram a emergência de múltiplas formas diferenciadas de produzir texto, advindas de discursos, estilos e ações alternativas, que se afastam em maior ou menor grau das formas hegemônicas, de modo que conceber os gêneros como formas dotadas de estilo, temática e forma composicional estreitamente entrelaçadas pode ser problemático. Nesse sentido, torna-se essencial verificar a incidência do *relativamente* nos próprios fatores constitutivos da definição de gênero e examinar pormenorizadamente os

aspectos relativos a essa instabilidade pressuposta no advérbio como mecanismos de engendramento da dinamicidade.

O próprio *corpus* aqui analisado tornar-se-á um exemplo de tal fenômeno. A imprensa paulistana de bairro — mesmo em se tratando de uma imprensa regional, circunscrita a um território bem delimitado — apresenta, em seu seio, diferenças sensíveis em termos de representações, estilos e ações, o que reflete diretamente em sua produção textual. Muitas vezes, em seus editoriais, há aproximações estruturais, mas afastamentos quase diametrais em termos temáticos ou estilísticos. Há distintos modos de negociação de intersubjetividade, abordagem temática, princípios de seleção, possibilidades identitárias, que relativizam, sobremaneira, o gênero. Tais índices *relativizadores* constituem-se em mecanismos de dinamicidade e crê-se que se configuram em aspectos essenciais inerentes aos Significados Acionais na modernidade, que, muitas vezes, acabam sendo negligenciados pelas pesquisas.

Assim, conforme já se expôs na introdução a esta tese, um dos objetivos desta pesquisa encontra-se justamente em propor uma abordagem que dê conta desse *relativamente*, ou seja, dos aspectos e elementos discursivo-sociais e linguístico-discursivos que permitam explicar e caracterizar o dinamismo genérico, muito mais premente neste período histórico, em face das forças de estabilidade acional inerentes ao conflito hegemônico. E, para isso, uma abordagem que considere as TD instanciadas no seio dos gêneros, como recursos de composição, ativados no desenvolvimento da significação acional, como as *etapas retóricas* e as *posturas avaliativas*, por exemplo, podem constituir uma solução para o aparente — e deseja-se frisar *aparente* — caos da dinamicidade.

No caso do *corpus* em análise, constituído por editoriais da imprensa paulistana de bairro, torna-se tarefa inglória procurar descrevê-los, buscando uma apreensão sistemática de elementos composicionais, temáticos e estilísticos, enclapsulados e derivados da estrutura genérica, a menos que se recaia numa postura subjetivista de traços, que pouco definem e muito permitem, ou numa atitude objetivista de idiossincrasias, que subdividirá as práticas discursivas em um número indefinido — e bastante alto — de classes genéricas repletas de prefixos *sub*.

Um conceito extremamente produtivo proveniente do Círculo e que deve ser explorado de modo mais denso, como categoria de cunho social, capaz de engendrar deontologias, é o de esfera da atividade humana (*campo* ou *domínio discursivo*). No entanto, esse conceito carece de uma teorização específica e uma metodologia que

inclua categorias analíticas pertinentes que permitam prever e entender, em maior ou menor grau, de que modo esses espaços de refração interdiscursiva e intersubjetiva influem na configuração do gênero e dos seus elementos constitutivos, de modo que se permita analisar até que ponto eles se encontram tão indissociavelmente ligados.

A nova dinâmica social e identitária dos indivíduos modifica a relação dos atores sociais com as práticas sociais, menos rotinizadas, mais desencaxadas de seus contextos originais de produção e, em geral, mais abertas à inovação — o que varia, obviamente, conforme a hegemonia das instituições ou o grau de rigidez de uma determinada esfera —, de forma que se torna essencial abordar a dinâmica genérica a partir de uma perspectiva que enfoque o dinamismo na sua interface com a potencial demanda ou desejo de estabilidade, por parte das esferas ou instituições posicionadas. Por conseguinte, uma possível mudança de perspectiva descritivo-analítica parece fundamental para os textos atuais: focalizar os agentes de dinamismo em embate com as coerções de estabilidade, dirimindo a égide da descrição cristalizada das práticas, o que pode ser mais próximo à realidade de tempos anteriores, mas está longe de ser real na maioria das práticas acionais pós-década de 70.

Além disso, a proposta de análise das ações discursivas deve considerar o fato de que a agência social não deve ser entendida como marcada pela passividade. Em outros termos, gêneros discursivos ou TD consistem em elementos abstratos. Textos *não são* gêneros, e sim, produtos linguísticos, discursivos e sociais que atualizam potencialidades genéricas. Cada ator social instancia padrões regulares e necessariamente probabilísticos, em um *continuum deontológico*, de acordo com a sua capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e produzir textos que relacionem seus objetivos comunicativos ou práticos aos recursos discursivo-sociais possibilitados pela estrutura social, em constante reprodução, que vincula modos preferenciais de realização teleológica a motivações sociais ratificadas e demandadas que, *de modo algum*, anulam a subjetividade individual e a inovação potencial do ator social. Assim, cabe considerar, tendo em vista a dualidade da estrutura, um posicionamento teórico-metodológico que interligue agente e princípios estruturais, observando o gênero como um construto teórico ligado ao processamento da significação acional localizada, negociada, motivada e propositada.

Nessa perspectiva, a proposta de Bazerman (2005) parece suprir algumas das lacunas sociológicas mencionadas — relativas à integração do fenômeno genérico à estrutura social — e que foram, no seu entender, ignoradas pela proposta do Círculo

Bakhtiniano. O autor concebe os gêneros como fenômenos de reconhecimento psicossocial que integram processos de atividade socialmente organizados. Nesse sentido, são os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas mesmas e pelos outros, elementos pelos quais as pessoas coordenam atividades e compartilham significados com vistas a finalidades práticas.

Para o teórico, agir de modo típico constitui-se em uma maneira de orientar, facilitar e coordenar melhor as atividades humanas. Assim, ele define tipificação como o “processo de mover-se em direção a formas de enunciados padronizados, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias, e de uma compreensão padronizada de determinadas situações [...]” (BAZERMAN, 2005: 29-30). Tal processo emergiria da interpretação de situações novas como análogas a outras anteriores, de modo que o *tipo* seria criado a partir da produção de uma resposta retórica a tal situação, manifestada a partir de uma regularidade, que, segundo Miller (*apud* Carvalho, 2005) — cuja postura teórica se compatibiliza estreitamente à de Bazerman —, manifesta-se tanto na forma quanto na substância do discurso.

Como consequência, Bazerman (2005) afirma que as regularidades discursivas e os encontros sociais tanto fornecem orientação às situações quanto permitem a realização dos elementos básicos da ordem social. Como corolário, os eventos sociais criados por agentes individuais acabam sendo concebidos como concretizações da estrutura social, que é constantemente refeita a cada interação.

Dessas noções, decorrem algumas propostas relevantes em estreito diálogo com o que se propôs nesta tese acerca da dinâmica das TD:

1. o autor vislumbra não só a produção do gênero, mas também o seu consumo/recepção, tendo em vista que o processo de tipificação também cerceia a compreensão do texto. Trata-se de uma concepção produtiva, na medida em que o reconhecimento das regularidades e de sua funcionalidade deve ser vista como constitutiva da atividade linguístico-discursiva. Nesse sentido, o gênero, caracterizado pela tipificação, incide não somente na produção, mas também na compreensão. Entretanto, não se deve assumir que tal processo ocorra a partir de uma visão de assujeitamento máximo do ator social, conforme já se ressaltara nesta tese.

2. Por conseguinte, a noção de padronização de Bazerman (2005) não implica — nem poderia fazê-lo, como, não obstante, poder-se-ia deduzir do exposto — uma coerção totalitária ao indivíduo, mas sim, uma “deontologia do preferencial”, nos termos aqui utilizados na descrição das TD. O processo de padronização, portanto,

relaciona-se à produção e à compreensão preferencial de enunciados. Ora, uma produção e compreensão preferencial só pode advir de regularidades motivadas e funcionais e, portanto, relacionadas à memória social por meio de esquemas interpretativos e produtivos que intermedeiam a atividade do agente social em face da estrutura social, o que se coaduna, em grande parte, às concepções aqui apresentadas. A noção de finalidade/funcionalidade decorre, por sua vez, da compreensão do gênero como ação social, derivada de uma situação retórica.

3. Miller (*apud* CARVALHO, 2005) concebe o gênero como uma ação retórica tipificada que atua como resposta a situações recorrentes e definidas socialmente. Além disso, avança, ao afirmar que a situação retórica não deve ser vista apenas no que se refere às “características do contexto ou das demandas situacionais identificadas pelos usuários e dentro das quais operam, mas também a motivação dos participantes do discurso, assim como os efeitos por eles pretendidos e/ou percebidos” (CARVALHO, 2005: 133).

Nota-se, portanto, que o interpessoal — tanto em sua instância relacional quanto identitária — assume um papel crucial na conceituação de situação retórica, de onde emergiriam os gêneros. Chama a atenção a utilização do termo *motivação*, em consonância à proposta aqui apresentada. No entanto, deve-se ter em mente que o termo é utilizado pela autora em uma instância individual, ligada, portanto, à identidade do indivíduo e aos objetivos e/ou efeitos por ele visados na interação e, portanto, relacionado a um dos níveis do *modelo de estratificação do self*. Assim, difere-se do conceito de *motivação interdiscursiva* aqui proposto, que se refere ao reconhecimento individual das razões sociais que justificam o estabelecimento de determinada TD na sociedade, ou seja, às demandas sociais e imperativos do presente que impingem o ator social posicionado e inserido em dada deontologia e ordem do discurso a agir, preferencialmente, de determinada maneira, mediante a sua atitude responsiva tática, complacente ou resistente, derivada de seu projeto identitário, no que tange ao desenvolvimento e construção da significação acional em dado contexto⁵¹.

4. Esse processo de reconhecimento das demandas situacionais e das características contextuais emana da inserção dos indivíduos em *comunidades retóricas*,

⁵¹ A proposta aqui apresentada distingue entre dois tipos de motivação, a serem elaborados no próximo capítulo: a motivação interdiscursiva, já explicitada, referente às razões socialmente ratificadas que justificam determinada prática discursiva ou TD, e a motivação individual, que será denominada, inclinação discursiva — em analogia ao eixo da inclinação, proposto como campo das modalidades referentes ao desejo, ansiedade e determinação hallidayanas (2004). O termo utilizado por Miller parece aproximar-se da noção de *inclinação* que será aqui desenvolvida.

entidades virtuais presentes na memória humana e concretizadas pela linguagem, sendo, portanto, invocadas, representadas e desenvolvidas pelo discurso, concebido como intrinsecamente retórico. O elo entre os indivíduos inseridos numa comunidade retórica reside na semelhança de visão de mundo — ou seja, representação —, de forma que, para se compreender as ações de uma dessas comunidades, torna-se imperativo compreender as regras epistemológicas, ideológicas e sociais que as mantêm coesas.

A noção de *comunidade retórica* aproxima-se da proposta aqui apresentada, tendo em vista que se trata de um conceito que alarga a visão geográfica da noção de comunidade, subjacente à tradição pré-moderna, postulando o nível representacional ou hermenêutico como determinante para a construção do copertencimento e identificação coletiva. A consequência óbvia dessa posição epistemológica é conceber tal comunidade como um conjunto de atores sociais reflexivamente identificados, que constrói e reconstrói — compósita, interseccionada e recursivamente — uma ordem do discurso e uma deontologia comuns, resultantes de abstrações e reelaborações das suas diversificadas atitudes responsivas em relação às múltiplas ordens do discurso com as quais tiveram contato.

Talvez por isso a proposta genérica dos autores se assemelhe tanto ao conceito kabatekiano de TD. Segundo Carvalho (2005: 136),

estabelecemos propósitos comunicativos e cuidamos para que sejam alcançados, dando-lhes forma segundo nossa percepção de semelhanças, gerais ou específicas, entre a situação atual e outras situações que julgamos análogas. As regularidades na forma e conteúdo desses textos seriam reflexo de outros tipos de regularidade subjacentes, a indicar que, por exemplo, as práticas de produção e/ou recepção desses textos também apresentem regularidades passíveis de ser identificadas.

É possível depreender, na proposta acima, uma aproximação da autora em relação ao conceito de *evocação* por inserção pragmática concreta e a noção de regularidade referente a forma e conteúdo. O que se destaca, no entanto, é a conexão explicativa entre as regularidades linguístico-discursivas e regularidades subjacentes, indicativas de elementos sociais, advindos, por exemplo, das práticas institucionalizadas dos sistemas sociais, de modo que o linguístico seria uma espécie de espaço de refração dessas outras regularidades, o que se coaduna à proposta apresentada nesta tese, que realiza uma interface entre o linguístico-discursivo e o sociológico, com base estruturacionista.

Tal elo entre o gênero e a realidade social, de modo a mostrar como este fenômeno se constitui em elemento-chave na realização dos eventos sociais, configura-se em aspecto central da proposta sociorretórica, que entende o fenômeno como *ação social* capaz de acarretar impactos diretos na estrutura social⁵².

A proposta sociorretórica, no entanto, apesar da crítica inicial ao elo considerado frágil entre gênero e estrutura social proposto pelo Círculo Bakhtiniano, apresenta, em relação a este grupo, intensas aproximações e convergências quanto aos componentes estruturais do gênero. Para Bazerman (2005: 69), “cada gênero facilita a representação de universos particulares de objetos; e a particularidade de qualquer enunciado tem a ver, em parte, com os objetos particulares do tipo apropriado que se escolhe colocar naquele universo representado”. Assim, todo gênero implica um processo de *tradução*, que consiste na realização de uma forma apropriada no que concerne a uma ação específica.

Nesse sentido, o universo da representação encontra-se em estado de coerção em relação ao gênero, de modo que os universos particulares de objetos e a perspectiva adotada sobre eles — o que constitui, grosso modo, a noção de temática bakhtiniana (1978) — são resultado da escolha genérica e provenientes, geralmente, de outros textos, numa relação interdiscursiva, no seio da qual o locutor/escritor se torna responsável pelas representações criadas em seu texto.

Assim, os gêneros são vistos como elementos que moldam intenções, motivos, expectativas, atenção, percepção e afeto, além do quadro interpretativo da interação, de modo a dar forma às relações e às identidades dos participantes. Nesse sentido, Bazerman (2005: 106) concebe identidades e formas de vida como constituídas dentro de espaços sociais em desenvolvimento, que são, por sua vez, identificados por atos reconhecíveis, tipificados, ou seja, por gêneros.

Em relação a esses postulados de natureza discursivo-social, cabem alguns questionamentos e considerações que permitirão filtrar aquilo que a perspectiva

⁵² Deve-se ressaltar, neste ponto, que a ACD, de acordo com o modelo de Fairclough (2007), não concebe uma relação direta entre eventos sociais e estrutura social, concebendo esta última como um elemento cuja dinamicidade é extremamente restrita, sujeita a mudanças muito graduais. A relação entre a estrutura e os eventos é mediada pelas práticas sociais (que constituem os diversos sistemas sociais), de modo que são essas os elementos que, concomitantemente, sofrem influência dos eventos e os constroem. Desse modo, são mudanças paulatinas nas práticas sociais que poderão levar — ou não — a mudanças na estrutura, tendo em vista o embate hegemônico que tomará lugar no momento da prática discursiva de uma certa prática social. Independentemente disso, é lícito afirmar que a *ação social* instancia a estrutura social e, nesse sentido, a proposta sociorretórica se adequa ao que aqui se propõe.

sociorretórica traz de proveitoso para uma concepção dinamicista acerca da construção do Significado Acional.

Em primeiro lugar, deve-se admitir que o processo de *tradução* a que Bazerman (2005) se refere pode ser assumido em uma perspectiva de tradicionalização da significação acional, uma vez que os modos de ação discursiva, ou gêneros, de fato, delimitam um espaço discursivo que constrange a constelação representacional, uma vez que o próprio caráter teleológico do gênero, associado aos objetivos comunicacionais dos atores sociais, constituem *filtros* potenciais daquilo que se deve, pode ou quer dizer/escrever/significar em dada situação. Somam-se a isso as coerções do registro, que preveem, dentre outras, seleções do componente ideacional da linguagem, intrinsecamente ligado ao eixo temático-representacional.

Em segundo lugar, no entanto, deve-se questionar em que medida gêneros realmente *moldam* intenções, motivos, expectativas, atenção, percepção, afeto e o quadro interpretativo da interação. Assim, uma consideração inicial deve ser tecida acerca do termo *moldar*.

O verbo *moldar* remete a uma padronização, a uma adequação coercitiva da atividade discursiva do ator social a um modelo de ação linguística ratificado, tipificado, contextual e retoricamente articulado. Embora não se possa negar que, de fato, o gênero, como um componente constitutivo das ordens do discurso, partilhe com ela um caráter coercitivo de um ponto de vista estrutural, tal perspectiva não pressupõe que ele *molde* toda a atividade discursiva, de forma que seja possível compreender que todos os elementos anteriormente elencados — de intenções a quadro interpretativo — sejam resultados da coerção genérica.

Assim, levando em consideração a monitoração reflexiva da conduta e o fato de a estrutura social ser instanciada nos sistemas sociais pelas práticas humanas localizadas no processo interacional, torna-se mais coerente aplicar a noção de *filtragem*, e não, de *modelagem* ao processo, a menos que não se entenda tal termo como determinista. Um gênero é instanciado mediante a ativação de esquemas produtivos e interpretativos que associam parâmetros de *localidade* e *negociatividade* a modos de ação discursiva preferenciais segundo uma dada deontologia, em um processo contínuo e processual, de ordem multifuncional, sempre com espaço aberto a inovação.

Nesse sentido, o gênero assume um caráter centrípeto, uma vez que restringe e facilita o alcance de determinados objetivos, pelo controle, maior ou menor, da liberdade discursiva do agente individual, que deve, também em distintos graus em um

continuum, posicionar-se complacente ou resistentemente aos parâmetros deontológicos, assumindo uma posição mais hegemônica ou mais alternativa. Nesse sentido, o gênero assume uma função de *filtro* das potencialidades linguístico-discursivas, uma vez que algumas são preferencialmente incluídas, e outras, preferencialmente excluídas.

Nessa perspectiva, gênero deve ser entendido como um potencial que filtra probabilisticamente a ação discursiva humana, segundo uma multiplicidade representacional e identitária prévia à prática discursiva em si, de modo a organizar a atualização de recursos linguístico-discursivos preferenciais para a sua teleologia inerente, mediante o marco hegemônico de determinada TD.

Por outro lado, na medida em que tal processo de *filtragem* ocorre, é inegável admitir que o gênero realiza alguma espécie de formatação no modo de dizer ou escrever — uma vez que isso é inerente a uma coerção estrutural —, mas não necessariamente uma *moldagem*, que se associa a um determinismo que minimiza a possibilidade de resistência individual.

Além disso, deve-se destacar o fato de Bazerman (2005) conceber o gênero como o espaço discursivo em desenvolvimento no qual se manifestam representações e identidades. Tal aspecto merece uma aproximação minuciosa. Tal como formulado pelo autor em questão, o gênero — relacionado à ação — assume posição privilegiada e apresenta-se como fonte de emergência de identidades. É óbvio que marcas identitárias manifestam-se em estilos e que esses só ocorrem no desenvolvimento de um Significado Acional, mas, inversamente, o desenvolvimento da significação acional está sempre atrelada à prática de um ator social que, simultaneamente, desenvolve um Significado Identificacional — estilo — e Representacional — discurso —, que revelam aspectos de sua(s) identidade(s). Assim, não são exatamente os gêneros que consistem em espaços de desenvolvimento identitário, e sim, os textos, o discurso propriamente dito.

Contudo, como os três tipos de Significado exercem, entre si, uma relação dialética, nada impede que padrões representacionais ou identitários acabem associados a determinados padrões acionais, acarretando um *acoplamento discursivo* e/ou *estilístico*, de modo que a instanciação de determinado gênero passe a estar intrínseca e estreitamente vinculada a determinado padrão estilístico ou discursivo. Tal parece ser o caso de algumas TD acionais jurídicas, de gêneros discursivos associados a esferas cuja manifestação hegemônica pode chegar ao fundamentalismo, ou de práticas

comunicativas ligadas a sociedades tradicionais, pré-modernas ou totalitárias, uma vez que, nessas, normas e sanções — associadas à legitimação — podem ser diretamente acopladas, de modo coercitivo até, às estruturas de significação, maximizando as facilidades e o poder dos agentes e instituições hegemônicas. O que se quer destacar, portanto, é que a confluência de *estilos e representações* em *gêneros* constitui uma possibilidade, e não uma regra, especialmente no que tange à modernidade reflexiva.

Todavia, é bastante pertinente a afirmação de que o gênero incide sobre as relações entre os participantes do evento comunicativo, dando-lhes forma. Diferente das identidades, que são, simultaneamente, prévias e discursivamente construídas, as relações sociais — por seu próprio caráter multilateral — encontram-se inescapavelmente vinculadas ao processo interacional e, nesse sentido, estão ligadas a parâmetros negociativos e locais que incidem diretamente no modo de articulação da ação discursiva. Agir envolve poder; poder, por sua vez, envolve tanto interferir no curso dos acontecimentos dos quais outros também participam quanto mobilizar recursos alocativos e autoritativos para atingir os objetivos pertinentes. Assim, a construção de relações sociais perpassa a aplicação de poder e solidariedade e é discursivamente construída pelos gêneros, que posicionam os atores sociais em termos de intimidade, credibilidade, autoridade, comprometimento, esferas ligadas a poder e solidariedade discursivas, conforme se discutirá no terceiro capítulo.

Tal processo negociativo, associado à construção de relações sociais, consiste em um dos aspectos centrais da dinâmica do Significado Acional e encontra-se sob o arcabouço dos traços definidores do gênero discursivo. Assim, é possível afirmar que todo gênero apresenta modos preferenciais de negociar a intersubjetividade, ou seja, as relações sociais e seus correlatos sociossemióticos — autoridade, credibilidade, intimidade, comprometimento, poder e solidariedade —, atualizados a partir de padrões probabilísticos — filtrados — de recursos interpessoais que sancionam diferentes potencialidades teleológicas a esses modos de ação discursiva.

Isso posto, devem-se examinar as propostas sociossemióticas, que apresentam, em seu arcabouço, um aparato teórico que considera a teleologia e a hierarquização de possibilidades acionais aspectos centrais da configuração genérica. Apesar disso, tais abordagens, principalmente as de base sistêmico-funcional, são concebidas por muitos autores como regidas pela égide da estabilidade, tendendo, portanto, a se concentrar em análises linguísticas de características textuais (CARVALHO, 2005). Crê-se, no

entanto, que tal interpretação seja, de certo modo, equivocada, pelo menos no que se refere a Martin (2005).

Martin (2005) concebe gênero como um processo social constituído por etapas e orientado para a consecução de objetivos. Nesse sentido, o gênero consiste em uma estrutura de caráter teleológico, um sistema que relaciona meio e fim e cuja incompletude resulta num sentido de frustração pela não realização do objetivo pretendido (VIAN JR. & LIMA-LOPES, 2005).

O autor considera a cultura como um sistema de gêneros e, desse modo, o acesso de um falante a um gênero torna-se tributário dos diversos contextos, discursos e instituições com que trava contato. Ademais, o gênero atua como um sistema que constringe configurações de campo, relações e modo que se manifestam em estágios recorrentes de discurso — ou seja, trata-se de um elemento que pré-seleciona variáveis do registro, impedindo a combinação aleatória das variáveis do contexto, o que, em tese, possibilitaria um sem-número de registros e práticas.

Nessa perspectiva, o gênero torna-se uma estrutura esquemática, de forma que é o objetivo comunicacional do gênero que determina as funções das etapas ou estágios que o constituem, do mesmo modo que é a função de cada etapa que condiciona a atualização dos recursos linguístico-discursivos pertinentes.

Tal determinação não assume teor determinista, mas sim probabilístico, de modo que se torna possível, nos termos aqui utilizados, descrever padrões preferenciais de recursos interpessoais, ideacionais e textuais inerentes às práticas. Segundo Vian Jr. e Lima-Lopes (2005), o modelo de Martin é marcado por duas importantes propriedades: a predição e a dedução contextuais, tendo em vista que a associação teórico-metodológica entre registro e gênero permite ao analista tecer uma rede de relações entre as práticas genéricas e sociais, que não seria explicada somente pela noção de registro ou tipo situacional, e delinear distinções funcionais entre os mais variados gêneros.

A proposta de Hasan (*apud* MOTTA-ROTH e HEBERLE, 2005) — teoricamente paralela à de Martin, tendo em vista sua filiação sistêmico-funcional — também tece uma relação entre registro e gênero; no entanto, para esta, são as diferentes combinações situacionais que criam uma estrutura esquemática potencial que se manifesta, pela linguagem, por meio dos gêneros.

Assim, para a autora, as diferentes combinações de campo, relações e modo determinam uma configuração contextual, que abarca um conjunto de relevâncias que

motivam o uso da linguagem para a realização de certos objetivos, o que implica a filtração de recursos da língua, entendida como potencial de significado.

Desse modo, a configuração contextual teria a capacidade de permitir prever os elementos que constituem ‘em potencial’ um texto, na medida em que a atividade discursiva é mediada por práticas textuais recorrentes, tendo em vista a similaridade nas relevâncias motivadoras, de caráter contextual, que fazem necessário o uso da linguagem.

Surge, então, a noção de *estrutura potencial de gênero* (EPG), que comportaria elementos obrigatórios, opcionais e iterativos, constituintes de um modelo abstrato de construção acional. Nessa perspectiva, os elementos obrigatórios são concebidos como derivados do campo, enquanto a variação estrutural é tomada como derivada do modo e das relações. “O objetivo da EPG é dar conta do leque de opções de estruturas esquemáticas específicas potencialmente disponíveis aos textos de um mesmo gênero [...], de tal forma que as propriedades cruciais de um gênero possam ser abstraídas e qualquer exemplar desse gênero possa ser representado” (MOTTA-ROTH e HEBERLE, 2005: 19).

Veja-se, portanto, que as duas propostas procuram dar conta da relação entre o contexto situacional e o contexto cultural, de modo que a relação gênero-sociedade-indivíduo possa ser explicada em função tanto da inserção do indivíduo na estrutura social quanto no evento comunicativo.

No entanto, a proposta de Hasan acaba tornando-se extremamente rígida, uma vez que tomar a configuração contextual como ponto de partida para a configuração genérica implica ignorar o contexto cultural, ou, em outros termos, as ordens do discurso e suas deontologias como fonte primária das motivações e funcionalidades socialmente ratificadas para as práticas sociodiscursivas. Ao fazer isso, o contexto situacional acaba constituindo-se no elemento fundamental e, assim, a autora acaba criando uma proposta enrijecida, caracterizada apenas por estruturas textuais prototípicas, de modo que a descrição genérica não se volta a abarcar os elementos de organização da dinamicidade, e sim, precipuamente, os elementos gerenciadores da estabilidade.

Por outro lado, defende-se que o conceito de ‘estrutura potencial’ seja produtivo, uma vez que pressupõe um caráter não determinista da configuração genérica. No entanto, acredita-se que ele deva ser ampliado para que considere as estruturas organizadoras do dinamismo genérico.

Nesse sentido, a proposta de Martin, que concebe as variáveis contextuais — e o registro — como padrões inseridos no seio de um padrão hierarquicamente mais alto — o gênero — parece condizer mais com a realidade comunicativa atual. Por outro lado, sua concepção apresenta uma limitação central.

O autor toma apenas o *gênero* como elemento do *contexto da cultura*, em estrato superior ao *contexto situacional*, a partir do qual se depreendem os diversos *registros*. Tal noção privilegia o acional em detrimento do representacional e identificacional, posição não partilhada nesta tese, que defende a multissignificação como intrínseca à atividade discursiva, que apresenta caráter processual, dinâmico, multidirecional e até contraditório na sua realização por atores sociais em interações localizadas. Desse modo, os registros são constrangidos por uma pluralidade de Significados, e não, apenas pelo gênero.

Uma outra questão a ser levantada refere-se ao caráter teleológico do gênero. Esta tese partilha dessa perspectiva, desde que esta seja explicada a partir de uma conexão com a estrutura social mais ampla e que preveja a capacidade de manipulação individual do caráter instrumental do Significado Acional. Nessa perspectiva, cabem algumas considerações.

Em primeiro lugar, o caráter teleológico do gênero relaciona-se à associação de uma motivação social, em geral, institucionalmente ratificada, a uma gama de recursos linguístico-discursivos funcionalmente coesa, que, concomitantemente, se reforça e ratifica, à medida que os atores sociais, em sua monitoração reflexiva, agem de modo complacente em relação aos padrões hegemônicos de construção do Significado Acional. Dessa maneira, o caráter “instrumental” do gênero se manifesta, uma vez que ele se torna o meio pelo qual o ator social localizado pode alcançar seu objetivo comunicativo ou prático. Entretanto, na medida em que a própria institucionalização das práticas prevê essa relação, torna-se inegável inferir que as próprias finalidades comunicativas ou práticas encontram-se cerceadas pelo método utilizado para alcançá-las, de modo que o gênero não só se torna apenas meio para se atingir um fim, mas se configura em um recurso de poder — no sentido estruturacionista —, ligado às estruturas de significação e dominação, que limita e orienta a própria extensão da finalidade ou objetivo comunicativo individual/coletivo.

Em segundo lugar, no entanto, cabe questionar em que medida a concepção teleológica é válida para gêneros que se situam em esferas mais cotidianas, uma vez que, nestas, os parâmetros deontológicos são mais frágeis, compósitos e menos

restritivos — conforme será pormenorizado no capítulo seguinte. Assim, torna-se complexo, às vezes, associar uma motivação social clara a algum padrão funcionalmente coeso de recursos linguísticos no que tange, por exemplo, a alguma conversa cotidiana. Parece que, nesses casos, o aspecto motivacional deriva muito mais do individual que do social, do império da *inclinação* sobre a *deontologia*, do psicológico sobre o sociológico, num laço estreito com o próprio modo pelo qual a integração social e sistêmica se articulam. Em consequência disso, a distribuição da coesão funcional de recursos torna-se ainda mais aberta e, provavelmente, mais associada ao Identificacional e ao Representacional em termos de correlação explicativa.

Fairclough (2007), teórico filiado à ACD, que utiliza a LSF como teoria gramatical aplicada à análise discursiva, apresenta uma visão um pouco diferenciada da realidade genérica — embora um tanto vaga —, que merece, apesar disso, ser destacada nesta seção, devido ao fato de suas observações poderem ser aplicadas, em maior ou menor grau, nesta tese, especialmente no que concerne a determinadas críticas a aspectos considerados, muitas vezes, centrais nas diversas propostas de análise do gênero discursivo.

O autor distingue três grandes tipos de gêneros: pré-gêneros, gêneros desencaixados e gêneros situados⁵³. Os primeiros referem-se a categorias mais abstratas, como ‘narrativa’; os segundos, a componentes menos abstratos, como a ‘entrevista’, que podem migrar de um certo contexto e prática social para outros campos e escalas, o que constituiria, aliás, uma tendência da pós-modernidade capitalista; e os últimos, a gêneros específicos concernentes a uma rede particular de práticas, como a ‘entrevista etnográfica’.

O teórico apresenta uma visão da relação entre gênero e estrutura social muito semelhante à de Bazerman (2005), com a grande ressalva de que este último não toma as práticas sociais como elementos intermediários entre os eventos e as estruturas em seu modelo, conforme citado em nota anterior.

Para Fairclough (2007: 69),

Qualquer forma de atividade social está aberta à criatividade e, de fato, à transgressão por agentes individuais [...] eventos reais (textos, interações) não estão ‘em’ um gênero específico, eles não instanciam um gênero particular — eles nutrem-se dos recursos genéricos disponíveis socialmente de modos potencialmente bem complexos e criativos. Os gêneros associados

⁵³ No original, *pre-genres*, *disembedded genres* e *situated genres*.

a uma rede de práticas sociais específica constituem um potencial que é variavelmente atualizado em textos e interações *reais*⁵⁴.

Nesse sentido, o autor revela uma visão bem particular acerca da noção de gênero. Ao afirmar que textos e interações não instanciam um determinado gênero, e atentando para sua visão de gênero como ‘modos de (inter)agir’, pode-se concluir que reside justamente no modo criativo de atualizar os diferentes recursos genéricos potencialmente existentes em uma prática o caráter constitutivo das ações discursivas contemporâneas e, por conseguinte, é nesta intersecção que se encontra a origem da mudança social e linguístico-discursiva.

Tal noção é, em particular, essencial para a proposta aqui apresentada. Tem-se reiterado, nesta tese, que gêneros consistem em modos de ação discursiva relacionados à construção do Significado Acional, que apresenta, por definição, caráter composicional — de um ponto de vista paradigmático (KABATEK, 2004) — e associação não biunívoca — salvo exceções ligadas a práticas extremamente rígidas, como as jurídicas, ou de caráter prescritivo, como receitas — entre uma dada motivação, social e/ou individual, e redes de recursos linguístico-discursivas funcionalmente coesas, associadas a objetivos retóricos ou práticos.

Nesse sentido, a atividade linguística construirá significados mediante as restrições e facilitações promovidas pelas ordens do discurso, tendo em vista a possibilidade de inovação e a realidade subjetiva de cada ator ou grupo social, que dispõe de um conjunto potencial de padrões — tradicionalizados ou não — para construir uma dada ação discursiva, que, caso ratificada como meio para se alcançar finalidades previstas, pode assumir estatuto genérico, do ponto de vista do reconhecimento psicossocial.

Assim, reforça-se a ideia de que um texto não é um determinado gênero. Um texto atualiza, probabilisticamente, padrões linguístico-discursivos funcionais associados a dadas motivações, que, composicionalmente, realizam o Significado Acional de modo complexo, processual, dinâmico e criativo. Assim, uma das grandes questões concernentes à hegemonia interdiscursiva e institucional consiste, justamente, na tentativa de associar biunivocamente dada motivação a dado padrão de recursos

⁵⁴ No original: “Any form of social activity are open to the creativity and indeed transgression of individual agents [...] actual events (texts, interactions) are not ‘in’ a particular genre, they do not instantiate a particular genre — rather they draw upon the socially available resource of genres in potentially quite complex and creative ways. The genres associated with a particular network of social practices constitute a *potential* which is variably drawn upon in *actual* texts and interactions” (tradução livre).

linguístico-discursivos, de modo que se possa controlar, o máximo possível, o alcance dos objetivos comunicativos individuais ou grupais, limitando a resistência dos agentes sociais e, assim, a potencial alternatividade.

Fairclough (2007) apresenta três categorias de análise genérica, problematizando-as. São elas: 1. a Atividade (o que as pessoas estão fazendo); 2. as Relações Sociais (como e quais são as relações sociais engendradas entre os participantes do evento discursivo); e 3. as Tecnologias de Comunicação (de que tecnologia comunicativa o evento depende — caso dependa); elementos que remetem diretamente às variáveis contextuais *campo*, *relações* e *modo*, respectivamente.

O autor afirma que muitas teorias genéricas tendem a analisar o gênero focalizando, por um lado, a função social e, por outro, a estrutura composicional. Em relação ao primeiro tipo de abordagem, o autor problematiza a questão da monofuncionalidade de um gênero, na medida em que a complexidade social pode tornar a multifuncionalidade um aspecto constitutivo do fenômeno, de modo que parece inócuo procurar defini-lo em termos de um objetivo comunicativo singular. E defende-se que, de fato, o seja, salvo exceções já mencionadas. Além disso, o autor questiona se a lógica funcional é sempre válida, conforme se apontou anteriormente acerca dos gêneros cotidianos.

No entanto, o linguista cita Habermas (1984) a fim de explicitar um processo que julga inerente à modernidade contemporânea e que se baseia em dois conceitos polarizados: o de ação comunicativa e o de ação estratégica. O primeiro está relacionado às interações orientadas a se chegar a um entendimento, enquanto o segundo concerne às interações orientadas para a obtenção de resultados⁵⁵.

De acordo com Fairclough (2007), tem havido uma migração dos recursos e das estruturas ligadas à ação estratégica em direção à ação comunicativa, a qual, em tese, não deveria se encontrar cerceada pela égide da finalidade, o que poderia ser justificado por um movimento ideológico de extensão da racionalidade instrumental à racionalidade cotidiana. Assim, a esfera institucional estaria colonizando a esfera não institucional com elementos de sua(s) deontologia(s), minimizando, na visão aqui proposta, a possibilidade de surgimento de discursos alternativos, possivelmente diminuindo as possibilidades de projetos identitários resistentes. Acredita-se, no entanto, que tal aspecto mereça ainda estudos muito aprofundados para que tal

⁵⁵ A proposta teleológica de Martin (2005) parece encontrar neste último tipo de ação um *locus* intensamente pertinente de aplicação.

conclusão seja considerada, de fato, como real, além do fato de que a subdivisão entre ação comunicativa e estratégica talvez se baseie em noções idealizadas da atividade linguística e comunicativa, parecendo opor *convencimento* e *persuasão*, quando, na maior parte dos casos, eles coocorrem, muito embora possa haver gradientes e dominâncias, como se mostrará nas análises empreendidas nesta tese.

No que tange ao segundo foco de análise genérica — a estrutura composicional —, o linguista argumenta que a modernidade apresenta uma forte tensão entre o controle social, a estabilização e a ritualização pretendidas pelas instituições, por um lado, e a instabilidade, variedade e flexibilidades, advindas dos agentes de resistência, por outro, de modo que a estrutura genérica não se encontra mais tão potencialmente demarcada na pluralidade discursiva contemporânea quanto era anteriormente, posição também assumida neste trabalho.

Quanto às relações sociais, os agentes podem se envolver nas ações de forma conjunta ou individual, estabelecendo entre si relações de poder e/ou solidariedade, que marcam proximidade ou distância comunicativa, maximizando ou minimizando traços de hierarquia social. De modo geral, a comunicação entre organizações e indivíduos tende a manter maior distância e hierarquia, na medida em que atuam em escalas globais, com maior poder decisório, exercendo, em geral, poder sobre os agentes individuais.

No que concerne às tecnologias comunicativas, o autor as categoriza como bidirecionais não mediadas (conversação face a face), bidirecionais mediadas (telefone, etc.), monodirecionais não mediadas (palestra, etc.) e monodirecionais mediadas (televisão, etc.)⁵⁶. Ademais, ressalta a tendência à multimodalidade, ou seja, a atualização de diferentes modalidades semióticas nos textos — vídeo, áudio, fotografia, linguagem verbal, etc. —, o que amplia o espectro de possibilidades comunicativas, exercendo pressão para o surgimento de novas práticas textuais e gêneros.

Sobre este aspecto, os estudos de Marcuschi (2008) trazem contribuições relevantes, tendo em vista a preocupação do autor acerca do impacto do suporte nas características de um gênero. Para ele, suporte de um gênero é o “*locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto*” (MARCUSCHI, 2008: 174; *itálico do autor*), de modo que se constitui em uma superfície que suporta, fixa e mostra um texto.

⁵⁶ No original, *two-way non-mediated*, *two-way mediated*, *one-way non-mediated* e *one-way mediated* (FAIRCLOUGH, 2007: 77)

Thompson (2008) já se referia ao impacto que as novas tecnologias de divulgação e fixação do conteúdo simbólico acarretavam no que tange às tradições. O mesmo se dá em relação aos gêneros, tendo em vista que estes não são indiferentes em relação ao meio em que se desenvolvem, de modo que mudanças na natureza estrutural do meio podem acarretar transformações relevantes de ordem textual e interpessoal na interação, o que, em última instância, podem afetar a hierarquização deontológica das diversas ordens do discurso.

No entanto, assim como a esfera, ainda não há uma teoria que permita explicitar de que modo o suporte incide sobre a configuração genérica e de que maneira uma mudança na natureza do suporte pode modificar gêneros já consagrados em um determinado meio. Reformulando de outra maneira: qual seria o alcance dessa interferência em termos ideacionais, interpessoais e textuais? Trata-se de uma pergunta a que esta tese não pretende se deter, mas que necessitaria de estudos aprofundados para que a questão fosse tratada a partir de uma perspectiva menos simplista.

Tendo isso em vista, acredita-se que o presente percurso sobre diferentes posições acerca do fenômeno genérico permitiu lançar um olhar mais ou menos geral sobre as diferentes propostas de análise e concepção da significação acional, no que se refere às diversas abordagens desta realidade linguística nos estudos discursivos e textuais, permitindo assim vislumbrar quais postulados teóricos seriam mais pertinentes em relação ao modelo e aos posicionamentos aqui apresentados, que se fundam nas noções de *motivação interdiscursiva*, *coesividade funcional*, *teleologia*, *deontologia*, *inclinação*, *tradicionalização discursiva de padrões linguísticos*, *dinamicidade*, *estabilização e probabilística*.

Nesse sentido, para que um gênero possa ser tomado como uma TD, considerando a proposta aqui apresentada, ele necessita estar articulado a uma teoria que se baseie nos seguintes pressupostos:

1. O gênero deve apresentar funcionalidade(s) socialmente motivada(s) e se instaurar como recurso de reconhecimento psicossocial, a partir do embate constitutivo entre dinamicidade e estabilidade nas práticas. Por conseguinte, configura-se a partir da influência coercitiva estrutural da(s) deontologia(s) e da possibilidade de inovação proporcionada pelas inclinações individuais. Assim, uma teoria genérica que não permita abarcar as relações entre sociedade, indivíduo, história e discurso ou proporcione categorias analíticas que tornem tal tarefa factível não pode dar conta nem

do caráter tradicional das práticas nem do seu dinamismo e, muito menos, ser aplicada de modo convincente na análise de textos hodiernos;

2. O gênero deve ser descrito como circunscrito a um ou mais grupo(s) social(is) que o ratifique(m), mediante uma certa deontologia, e que preveja a possibilidade de posturas de resistência e aceitação no que se refere a essa prática, o que o torna elemento de potencial instabilidade constitutiva. Nesse sentido, um conceito similar ao de comunidade retórica ou discursiva, como apresentado por Miller (*apud* CARVALHO, 2005), mostra-se extremamente profícuo para explicar a sua gênese, manutenção ou contestação;

3. A teoria deve abarcar o gênero como um espaço de articulação dialética entre a inserção pragmática concreta e a deontologia interdiscursiva, de modo que a relação entre a estrutura social e a estrutura do evento comunicativo esteja teoricamente prevista, como se pode verificar em Martin (2005);

4. A prática discursiva deve ser vista como passível de atualizar diversos recursos genéricos, de modo que a produção discursiva não seja compreendida como uma atividade mecanicista ou pré-programada, não estando, portanto, necessariamente cerceada a um único gênero nem a um conjunto fixo e determinista de padrões discursivos. Gêneros constituem-se, portanto, em modos de ação discursiva potenciais, inerentes a uma determinada deontologia, de modo que o discurso pode ser construído a partir de uma combinação compósita de diferentes elementos constitutivos dos gêneros, configurados a partir de padrões probabilísticos de recursos interpessoais, ideacionais e textuais, que lhe são pertinentes, conforme se propõe aqui em consonância ao modelo de Fairclough (2007) e às propostas de Halliday (2004);

5. Estrutura composicional, temática e estilo devem ser concebidos como elementos constitutivos potenciais do gênero, e não, como fatores universais aplicados a toda e qualquer realidade acional, cotidiana ou institucional. Nesse sentido, devem-se considerar os contextos sociais, históricos, econômicos e culturais que viabilizam o *acoplamento de estilos e discursos aos gêneros*, de modo que aqueles passem a se encontrar intrinsecamente ligados a este, em um processo de reificação que resulta do conflito hegemônico. Desse modo, mantém-se a preocupação em diferenciar os três níveis interdiscursivos, tornando a questão do estabelecimento dos fatores constitutivos do gênero alvo de investigação empírica, e não, postulado teórico *apriorístico*.

6. A estrutura de um gênero pode ser concebida como derivada tanto de etapas funcionais e motivadas, quanto dos graus de explicitação deontológica impostos —

permissões, preferências e obrigatoriedades —, de modo que a proposta de Hasan pode ser proveitosamente incorporada, desde que não se tome a configuração contextual como fonte primária da estrutura nem se a conceba como passível de universalização interdeontológica construída sobre a égide da estabilidade. Contudo, a noção de obrigatoriedade, opcionalidade e iteratividade, inerente às etapas, pode ser profícua, embora, nesta tese, opte-se por se referir a obrigação, preferencialidade e permissividade potenciais e probabilísticas.

Desse modo, tendo em vista o delineamento do campo teórico acerca do conceito de tradição, tradição discursiva e gênero discursivo adotados nesta tese, pode-se propor uma metodologia de análise que permita descrever e analisar TD em âmbito discursivo-textual em sua interface com a sociedade pós-tradicional e reflexiva, focalizando no caráter processual, multidirecional e composicional inerente à construção do Significado Acional, instaurado no embate entre dinamicidade e estabilidade.

Capítulo 2 – O processo de tradicionalização da ação discursiva na sociedade contemporânea: uma proposta teórico-metodológica de descrição e análise

Giddens (1997) aponta a ciência como uma nova fonte de ‘verdade’ e autoridade na pós-modernidade. O especialista tem um dever na sociedade. Exige-se dele competência, e sua credibilidade encontra-se em direta proporcionalidade à sua capacidade de exercer sua função em contínua produtividade, resistindo ao escrutínio crítico de outros especialistas.

Diferente da tradição, a ciência, na sociedade reflexiva, não garante ao indivíduo plena segurança ontológica, dado que os pilares que sustentam as descobertas e os fundamentos científicos sucumbem aos avanços inerentes ao seu próprio método, que se movimenta a partir de uma espiral de discursos convergentes e divergentes.

O ceticismo é seu motor. Uma ciência sem discordância, conforme lembram Hodge e Kress (1993), é uma ciência a caminho da morte, pois o olhar crítico sobre os fenômenos naturais, sociais, individuais ou abstratos é o que move o ser humano rumo a um maior controle sobre sua própria existência, sobre a sociedade e sobre a natureza.

Avaliar é, portanto, uma atividade intrinsecamente humana. O olhar avaliativo, consciente ou não, configura-se em um dos pilares que sustentam as práticas sociais, as identidades e os discursos dos diversos atores sociais, situados nas mais distintas esferas de atuação — desde as interações de concepção oral do cotidiano até as produções intelectuais científicas de concepção escrita. É, portanto, um mecanismo que, ao mesmo tempo, encontra-se cerceado por ordens do discurso determinadas, mas também é incorporado pelo ator social como sujeito capaz de modificar a realidade ao seu redor, baseado em seu próprio projeto simbólico e poder de mobilização de recursos em face de seus objetivos.

Nesse sentido, analisar as práticas discursivas inerentes às sociedades humanas implica um olhar que focalize tanto as coerções estruturais e os princípios que estruturam os sistemas sociais no que concerne à reprodução social quanto as inclinações dos atores, grupos sociais e organizações posicionados nos diferentes contextos e eventos comunicativos, de modo que se possa dar conta da relação dialética entre as identidades individuais/coletivas e as coerções estruturais acionais, representacionais e identitárias que são impostas aos agentes sociais.

Este capítulo visa, portanto, a propor uma metodologia de análise da construção discursiva do Significado Acional, a partir de uma abordagem que focalize a

constituição das TD e seu caráter composicional nas práticas sociodiscursivas da contemporaneidade, levando em consideração a complexa relação entre deontologia e inclinação e o exercício dinâmico resultante desse embate constitutivo.

Ressalva-se, contudo, que o foco na contemporaneidade não invalida a aplicação das propostas aqui apresentadas a textos pré-modernos; todavia, requisita, indubitavelmente, uma abordagem matizada de uma série de considerações levantadas.

O capítulo será subdividido em quatro grandes seções, que abarcam pressupostos da Teoria da Estruturação de Giddens (2009), além das propostas acerca de tradição, de um ponto de vista sociológico (GIDDENS, 1997; THOMPSON, 2008), e os pressupostos teóricos da LSF (HALLIDAY, 2004; MARTIN & WHITE, 2005) e da ACD, segundo Fairclough (2007). A primeira parte concerne à estrutura das TD e seu aspecto composicional. A segunda abarca a noção de complementaridade entre os eixos da motivação e funcionalidade e as categorias analíticas pertinentes. A terceira refere-se à deontologia e à inclinação como parâmetros de análise. A quarta seção, por sua vez, envolve a noção de inovação e sua interação com o processo de padronização e o conflito hegemônico.

2.1 Tradições Discursivas: configuração em *continuum*

Um texto, devido a seu caráter multifuncional e multissignificacional, capaz de engendrar modos de ser, agir e representar discursivos, encontra-se necessariamente composto e atravessado por uma série de regularidades advindas da incorporação de esquemas interpretativos e produtivos — originários da integração social ou sistêmica — pelos atores sociais que o produzem e consomem.

Nesse sentido, o discurso é intrinsecamente composto por uma gama de TD que não encontra, em um único texto ou gama de textos teleologicamente similares, um contorno definido, de modo que TD presentes em um determinado texto podem e irão ser instanciadas em outros. Assim, um dos primeiros aspectos que configuram a noção e a atualização das TD consiste na sua composicionalidade e no caráter fluido, plástico e, em geral, alimitado de seus contornos.

Nessa perspectiva, pode-se entender que a estrutura textual encontra-se atravessada por um conjunto de TD, tanto de caráter acional — como o gênero, etapas retóricas particulares, atos de fala e padrões probabilísticos de recursos linguístico-discursivos associados às suas diversas teleologias —, quanto não acional — padrões

estilísticos e representacionais —, igualmente atualizados nos diversos discursos produzidos em sociedade.

Em princípio, a quantidade de TD que coocorrem em um determinado texto é impossível de ser prevista *a priori*; no entanto, em teoria, há — abstraindo as tradições referentes a níveis inferiores ao discursivo —, em geral, potencial remissão a três: uma acional, uma representacional e uma identitária, mesmo em uma produção de texto tão simples quanto um “E aí, beleza?”, produzido por um adolescente ao encontrar um colega, pela primeira vez no dia, no corredor da escola, ou mesmo *online*, em uma conversa desenvolvida em algum comunicador instantâneo pela internet.

A produção desta forma textual insere-se numa tradição acional — a da saudação, ou cumprimento —, que se encontra em alta dependência de uma situação pragmática concreta. Ao mesmo tempo, identifica o ator social em sua relação de pertencimento a algum grupo social, vinculando a produção a uma tradição identitária — no caso, a jovem. Por fim, atualiza uma tradição representacional, na medida em que refrata uma demanda social e um discurso a ela associado — ligado à polidez, por exemplo —, cujo conteúdo fica implícito nessa construção discursiva⁵⁷.

Em textos mais complexos, como bilhetes, notícias, conversas, editoriais, teses, conferências, vídeos *online*, dentre outros, um número muito maior de TD é invocado e atualizado nesses três níveis, de forma que a sua coincidência formal em uma expressão linguística dificilmente ocorrerá. Não obstante, nada impede que tal fato aconteça, especialmente nos recursos linguísticos que se situam no limiar entre esses tipos de significado, como, por exemplo, as avaliações, que remetem, especialmente, ao identitário e ao representacional, mas podem se tornar elementos constitutivos de subfunções de uma determinada prática, configurando recursos acionais, conforme as análises empreendidas nesta tese irão mostrar.

Uma grande ressalva faz-se necessária, contudo. A remissão a três TD mínimas e potenciais em um evento discursivo-social consiste em uma preferenciabilidade, mas não numa realidade sempre observável. Nem todo padrão de recursos linguístico é

⁵⁷ Obviamente, tais considerações devem ser aplicadas no que concerne a práticas sociodiscursivas tomadas como um todo. Um “E aí, beleza?” pode constituir-se em um evento discursivo completo. Um “alô” dado ao telefone, isoladamente, não. Haverá, conforme afirma Martin (1992, *apud* VIAN JR. e LIMA-LOPES, 2005) uma sensação de incompletude ou frustração derivada do não cumprimento dos objetivos comunicativos pretendidos ou da teleologia inerente à prática. Nesse sentido, esse “alô” não pode ser analisado como um enunciado que potencialmente atualiza ou remete às três TD mínimas potenciais citadas. Isso só ocorreria caso a conversa telefônica tivesse se desenvolvido.

discursivo-tradicional, uma vez que há, por exemplo, padrões estilísticos, inerentes a cada falante/escritor, que não podem ser encarados como advindos da estrutura deontológica. No entanto, é inegável admitir que a matéria-prima para tais padrões pode ser encontrada em outros discursos e TD, esses sim, de caráter social, ligados a ordens do discurso diversas.

Em decorrência disso, é possível postular — em consonância ao que se afirmara anteriormente — que uma TD não se esgota no âmbito de um único texto, pois, se assim o fosse, não assumiria caráter social, mas sim, individual. Entretanto, tal característica não permite concluir, como já se asseverou diversas vezes, que as coerções de um texto sejam, em geral, rígidas e deterministas a ponto de bloquear um espaço de inovação, muito embora toda produção discursiva se encontre atravessada por regularidades discursivas estruturalmente coercitivas oriundas de múltiplos níveis significacionais. A possibilidade de inovação configura-se em um aspecto constitutivo das práticas sociodiscursivas da contemporaneidade. Seu bloqueio potencial deriva do conflito hegemônico e de fortes sanções e normas, inerentes a sistemas sociais altamente coercitivos, a contextos sociopolíticos e culturais muito específicos, em geral, totalitários, mantidos por um período de tempo instável.

Por outro lado, não obstante nenhuma TD apresente espaço de atualização reduzido a um único texto, nada impede que esta se encontre circunscrita a uma prática social e discursiva determinada, embora não pareça ser essa a regra geral. A possibilidade de atualização de padrões linguísticos discursivo-tradicionais na composição de outras TD acionais ou gêneros é uma característica fundamental da produção discursiva. As práticas sociais são intrinsecamente multifuncionais, e o Significado Acional, como construto sociossemiótico cooperativo, negociado e localizado, é marcado por uma convergência de estruturas significativas composicionais que cumprem, retoricamente, aspectos da teleologia genérica em combinação com os objetivos comunicativos individuais, o que permite caracterizar o próprio processo de construção acional como um campo de conflito entre padrões interdiscursivos tradicionais diversos.

Assim, as relações verificadas entre o texto produzido e as TD que o compõem constituem-se no *primeiro nível de análise* do Significado Acional em termos de seus processos de tradicionalização e dinamicidade. Nesse sentido, pode constituir-se em interesse do analista verificar em que medida um determinado conjunto de textos atualiza os padrões tradicionais esperados e até que ponto o espaço de inovação é

ampliado ou minimizado no material coletado. Trata-se, portanto, da análise da composição intratextual, considerando o processo de inovação e tradicionalização inerentes à ação humana no que se refere à reprodução social.

Contudo, para que tais análises possam ser empreendidas, torna-se imprescindível o conhecimento prévio da interrelação entre uma constelação de textos semelhantes em termos funcionais e motivacionais e TD hierarquicamente superiores, com estatuto genérico, no seio de uma mesma instituição ou ordem do discurso. Tem-se, assim, o *segundo nível possível de análise* do Significado Acional, que focaliza a constituição de um potencial acional, por meio da análise dos padrões que gerenciam a composição textual, realizada a partir da apreensão das regularidades intertextuais.

Acerca desse nível, entretanto, cabem algumas considerações iniciais, a fim de que se possa traçar um quadro sólido de premissas epistemológicas capazes de fundamentar o conjunto de categorias analíticas posteriormente propostas.

Em primeiro lugar, a interação texto-gênero discursivo não corresponde, sempre, a uma relação matemática tal que aquele esteja contido neste, ou mesmo que aquele se constitua em um *token* deste *type* determinado. Todo texto tem potencial de extrapolar os limites genéricos por meio de seu espaço de inovação. Nesse sentido, o gênero — resultante do processo de reprodução social e estruturação associado à significação acional em dada esfera — deve ser compreendido como um potencial probabilístico de realização ideal, conforme projeto inerente a dada deontologia, capaz de realizar certa estrutura teleológica, tendo em vista os interesses e expectativas tanto institucionais quanto individuais ou coletivos.

De tal consideração, deriva a segunda. Do mesmo modo que os textos não se encontram totalmente circunscritos ao modo de agir inerente ao gênero, eles também não se encontram em uma relação de coincidência plena entre si, mesmo no seio de uma mesma TD acional, o que possibilita depreender que qualquer produção discursiva é irreprodutível e distinta de outra, o que configura um *lugar comum* dos estudos discursivos, plenamente coerente, real e aceito.

Nesse sentido, o que se deve destacar é que os atores sociais não atualizam o gênero propriamente dito, mas constroem uma significação acional — assim como identitária e representacional — a partir de um potencial interdiscursivo, instanciado pela adequação maior ou menor das condutas individuais, monitoradas, associadas a esquemas interpretativos e produtivos, aos princípios e coerções estruturais, dentre os quais se encontram os gêneros. Como consequência, é possível postular a ocorrência de

um desvio constitutivo na atualização de padrões linguístico-discursivos no âmbito de uma prática em relação aos parâmetros coercitivos de dada ordem do discurso, de modo que certos padrões tornar-se-ão mais prováveis de instanciação que outros em contextos cotidianos ou institucionais diversos, por atores sociais distintos. Assim, pela análise dos textos, é possível depreender zonas de intersecção textuais, que permitirão ao analista depreender o estatuto deontológico de cada padrão em potencial.

Por conseguinte, é por meio da análise das intersecções textuais que se torna possível detectar semelhanças acionais, representacionais, estilísticas — e mesmo contextuais — em relação a um grupo de textos funcional e motivacionalmente semelhantes. A região correspondente — idealmente — à intersecção entre a maioria e/ou todos os textos produzidos em dada ordem do discurso corresponde ao grau de *obrigatoriedade* de uma determinada deontologia no que tange àquela prática tradicional específica. As regiões interseccionadas por uma grande quantidade de textos, mas nunca por todos, corresponde ao grau médio da deontologia — a *preferência*. As regiões imbricadas por apenas poucos textos equivalem aos graus de *permissão*, já distantes daquilo que se pode considerar o “núcleo duro” da prática, e que já representa um certo grau de alternatividade em relação aos traços dominantes. Além disso, há uma região não interseccionada, que corresponde aos traços característicos de cada texto, que atualizam recursos concernentes à inclinação inerente àquele produtor discursivo. Evidentemente, a elasticidade dos graus mais baixos de configuração acional — *inovação* e *permissão* — depende, essencialmente, da capacidade hegemônica das instituições e da esfera de atividade humana em que as práticas são realizadas.

O conceito de *intersecção* aqui apontado transcende o estatuto matemático do termo, uma vez que se refere a um imbricamento *dialético*, *integracionista* e *refratário*. Em outros termos,

1. são as regularidades presentes nos textos que permitem compor as respectivas zonas de intersecção discursivas, mas são essas regiões interseccionadas que fornecem material simbólico para a composição dos esquemas produtivos e interpretativos que coagem os atores sociais a atualizarem recursos linguístico-discursivos regulares nas produções textuais concretas em que eles são pertinentes — o que abarca a noção de *dialético*. Em outros termos, os padrões linguístico-discursivos tradicionais são resultado de um uso regular desses recursos em uma determinada atividade discursiva, coesa do ponto de vista motivacional e funcional, ao mesmo tempo em que são essas formas tradicionais, sancionadas deontologicamente, que exercem coerção sobre os

produtores discursivos, instando-os a atualizá-las para o cumprimento da teleologia inerente a determinada ação;

2. a relação que se estabelece entre os recursos dos diferentes textos não é apenas de convergência, mas de integração. A convergência de padrões de recursos acarreta a integração desses mesmos recursos à estrutura da prática sociodiscursiva, de modo que a regularidade desses elementos interseccionados passa a compor a dinâmica da ação, da representação ou do estilo de determinada prática;

3. a atualização de padrões de recursos regulares, mesmo que convergentes e similares, não corresponde, reflexivamente, às *obrigações*, *preferências* ou *permissões deontológicas* propriamente ditas, mas sim, a refrações desses graus de explicitação inerentes à deontologia, uma vez que a subjetividade e a inclinação dos produtores e dos receptores/consumidores do texto filtram tanto a atualização dos recursos quanto as coerções discursivas, modificando-as de alguma maneira, sem que tal alteração, via de regra, seja capaz de alterar-lhes a natureza funcional e motivacional mais básica ou fundamental. Quando tal alteração se realiza, por sua vez, tem-se o passo inicial para uma mudança na estrutura do Significado Acional sob análise.

O diagrama abaixo ilustra a proposta:

Diagrama ilustrativo do processo de explicitação deontológica

Tendo em vista o exposto, cabe pormenorizar as propriedades dos diversos graus de explicitação deontológicos diante da noção de intersecção apresentada.

A região central — dada pela intersecção potencial da maioria ou de todos os textos associados a determinada prática — abarca os padrões de recursos linguístico-discursivos, paratextuais, multimodais e/ou as funções sociocomunicativas envolvidos na construção do Significado Acional, no que se refere ao *grau de obrigatoriedade deontológico*. A probabilidade de ocorrência dos padrões é alta, e a distribuição dos recursos ou formas textuais em relação à teleologia associada é pouco maleável, de modo que a ausência de sua instanciação ou a alteração qualitativa ou quantitativa nos seus padrões distribucionais costumam ser tomadas como desvio, o que, em geral, potencializa uma atitude responsiva resistente da parte dos atores sociais participantes.

Em decorrência disso, o agente envolvido na instauração do desvio é instado a atribuir uma justificativa que procure dar sentido à transgressão. Muitas vezes, esse caráter de alternatividade, que muito se afasta do grau de obrigatoriedade, pode acarretar uma sanção social do grupo coprodutor ou consumidor, tendo em vista a provável avaliação resistente das esferas de poder institucional ou dos outros participantes em relação a tal atitude. Em tese, a sanção parece tanto maior quanto mais o ator social se afasta das funções tidas como centrais ao desenvolvimento daquele modo de ação discursiva, não cumprindo, portanto, etapas retóricas fundamentais ou mesmo negociando a intersubjetividade de modo inesperado.

No entanto, não é sempre que a transgressão é passível de avaliação resistente. Muitas vezes, o distanciamento da suposta obrigatoriedade ocorre em um contexto de permissividade, cujo teor se encontra diretamente relacionado ao eixo interpessoal. Assim, em muitos contextos, o ator social transgressor pode ter estreitado de tal maneira o vínculo interpessoal, negociando a intersubjetividade com ênfase no envolvimento e na solidariedade, que os seus desvios relativos aos parâmetros deontológicos podem receber um olhar avaliativo menos resistente ou até complacente, uma vez que autoridade e credibilidade estão constitutivamente associadas ao olhar avaliativo, e ambas são construídas, centralmente, a partir dos recursos da metafunção interpessoal, na composição do Significado Acional. Desse modo, é possível notar que o interpessoal pode incidir diretamente naquilo que é considerado obrigatório, de modo que a sanção da ausência pode ser minimizada ou apagada.

Por conseguinte, torna-se relevante considerar a questão identitária, especialmente no que se refere à identidade coletiva, que assume valor central na

modernidade reflexiva — constituindo-se em parâmetro essencial para a instanciamento dos diversos *modos de ser discursivos*, os *estilos* —, e pode apresentar-se como um mecanismo potencial de dinamicidade acional. Em outros termos, a identidade social pode acarretar a tradicionalização de determinados *estilos*, que, por sua vez, podem reformatar e/ou reformular, em maior ou menor grau, aspectos relativos aos padrões acionais, com impactos potencialmente relevantes no que tange à elasticidade dos graus de explicitação deontológicos e o possível olhar avaliativo dos agentes sociais envolvidos na prática. A análise do material que compõe o *corpus* desta tese mostrará alguns aspectos relativos a essa possibilidade, especialmente no que se refere ao impacto dos agrupamentos identitários no que tange a preferências temáticas e negociativas.

A região medial — correspondente às *preferências* —, por sua vez, configura-se na principal região de conflito hegemônico desenvolvido no seio das práticas genéricas. A deontologia que hierarquiza os parâmetros interdiscursivos de uma ordem do discurso relevante para um grupo social em dado contexto explicita uma rede de *preferências* que constrange as instituições e/ou os atores sociais a atualizar padrões linguístico-discursivos de caráter não obrigatório, mas de atualização esperada, que, em regra, não deveriam acarretar sanção negativa maciça em caso de ausência. De modo geral, a sua realização estreita o vínculo do ator social em relação ao grupo a que a prática está associada, levando, em tese, a uma maior adesão a tal aspecto deontológico, de modo que o processo de engendramento acional e inculcação estilística se torna cada vez mais intenso e, quiçá, idealmente inescapável — do ponto de vista institucional⁵⁸.

Considerando este segundo nível de análise da construção acional, a partir de uma determinada deontologia, é justamente a tentativa de atribuir uma força hermenêutica e legitimadora mais intensa, diretamente relacionada à sensação de maior pertencimento ao grupo (componente identificacional), que impulsiona a tentativa de tornar os padrões linguístico-discursivos *preferenciais* em formas de atualização

⁵⁸ Um processo levemente diferenciado deve ser considerado nas interações cotidianas, que também são passíveis de incidência deontológica. A(s) deontologia(s) cotidiana(s) se assemelha(m) àquilo que Bakhtin/Voloshinov (2004) denominam *ideologia do cotidiano*, fonte e matéria-prima dos chamados gêneros primários. Na concepção aqui proposta, tais deontologias consistem, de fato, em formas bastante complexas de interação de uma multiplicidade de deontologias externas — advindas de representações familiares, políticas, religiosas, culturais e também ligadas ao âmbito artístico, esportivo, científico, etc. —, interseccionadas de modo seletivo pelos atores sociais em seu projeto identitário. Assim, as interações cotidianas seriam, em tese, aquelas em que os atores sociais teriam maior liberdade de construção discursiva a partir da elaboração original de um mosaico deontológico que equivaleria, de maneira mais próxima, às suas inclinações.

obrigatórias, de modo a expandir a região idealmente interseccionada entre todos os textos. Nesse sentido, pode-se afirmar que, mesmo em uma única instituição e deontologia, há sempre um embate hegemônico interno, relacionado à capacidade institucional de manter credibilidade e poder em sua própria esfera de atuação e produção, ampliando os *modos preferenciais* de *produção e interpretação*, garantindo o alcance de finalidades *previstas*.

As regiões de *permissão*, por outro lado, constituem um espaço de ação social de caráter *quase livre* ou *pseudo-autônomo*. Trata-se dos padrões de recursos linguístico-discursivos passíveis de tradicionalização, dado que motivados e funcionalmente semelhantes, cuja atualização não é necessária nem esperada, mas também não sancionada de modo preferencialmente resistente. Trata-se de uma *preferência negativa*, na medida em que a instituição ou esfera esperam que eles não ocorram, mas a sua atualização não agride ou fere a normatividade, a legitimidade ou mesmo as representações pretendidas e projetadas pelas instâncias coercitivas.

As *permissões*, em geral, parecem acarretar valorações táticas, dividindo os atores sociais envolvidos na prática quanto à sua aceitação ou resistência, permitindo possíveis avaliações no que tange ao eixo gradual de alteridade em termos de *reacionários* ou *revolucionários*. Recursos ligados a esse grau de explicitação tendem a ocorrer em menor número e podem constituir-se em marcas identitárias de determinados atores sociais no seio de uma instituição, ou, conforme logo se mencionará, como marcas ideológicas e estilísticas de algumas instituições — identitariamente associadas — em relação a outras, processo que, em última instância, pode levar a um *acoplamento estilístico* de determinados padrões linguísticos à ação discursiva. De todo modo, o grau de *permissão* revela uma posição de teor relativamente alternativo — embora ainda se trate de uma alternatividade prevista pela instituição ou esfera —, que possibilita ao ator social/instituição uma sensação de *pseudo-autonomia* — e em cujo seio repousa um embate hegemônico de caráter contraditório, relativo à sua incorporação como *preferência* ou à sua expropriação como *interdição (obrigação negativa)*.

Por fim, a região não interseccionada corresponde ao espaço de *inovação*, que pode advir tanto da *inclinação* do(s) ator(es) social(is) inseridos numa prática genérica específica quanto de novas demandas exigidas de uma instituição (e, assim, de uma *deontologia* superior ou da própria *inclinação* institucional). O caráter da inovação será, no entanto, explicado pormenorizadamente em seção posterior. Por ora, basta afirmar que a *inovação* é caracterizada pela incorporação de recursos acionais, representacionais

ou identitários advindos — integral, parcial ou compositamente — de outras práticas, sancionadas positiva ou negativamente por uma determinada deontologia, em cuja atualização imprevista reside o caráter de originalidade ou novidade.

Por essa razão, a inovação constitui-se em *alfa* e *ômega* para uma deontologia — em extensão ao que a reflexividade constitui para a tradição, tendo em vista que ambas estão correlacionadas. Assim, ela assume uma função destrutiva, na medida em que pode opor-se a alguma *preferência* ou *obrigatoriedade*, chamando-as à justificação, o que, muitas vezes, não é desejável pela instituição, que pode apresentar uma motivação frágil, em termos de aceitação ou demanda social, para a manutenção da prática. Com isso, torna-se possível a ocorrência de desarticulações nos discursos, estilos ou gêneros dominantes, desde que, obviamente, haja motivação para que tais inovações sejam socialmente reproduzidas pela conduta localizada dos atores sociais. Por outro lado, quando se coaduna à deontologia e representa um salto qualitativo na capacidade de identificação, representação ou ação daquela instituição diante de seus objetivos sociais, a inovação pode passar por um processo de regularização e tornar-se uma forma preferencial, que distingue tal instituição de outras por especificidades de sua prática discursiva, proporcionando-lhe um estatuto especial no mercado simbólico.

Tais reflexões podem ser estendidas, com certas reconsiderações, para o terceiro e próximo nível hierárquico de relações entre textos: o das TD acionais funcional e motivacionalmente semelhantes em relação às práticas discursivas de diferentes instituições (ou deontologias) em uma determinada esfera de atividade.

A primeira observação pertinente a respeito desse nível consiste na noção de que uma TD atua como um filtro de caráter refratário e regularizador. Assim, em âmbito genérico, ela se apresenta como mecanismo de refração dos elementos pertinentes a uma dada deontologia, em seus respectivos graus de explicitação, de modo que sua manutenção depende, em maior ou menor grau, da regularização dos seus padrões constituintes, embora sempre deixe aberto um espaço de inovação, inerente à produção humana e resultado do poder causal do agente social, exponencializado pelo processo reflexivo de constituição identitária, o que acarreta a produção de um texto sempre inédito.

Desse modo, uma prática genérica é sempre instável e dinâmica, suscetível às pressões da inclinação e da inovação dos atores sociais nela envolvida, de tal modo que a comparação de textos provenientes de diferentes deontologias, mesmo que, em princípio, possuam coesividade funcional e motivação social semelhantes, sempre

possibilitará ao analista depreender diferenças sensíveis e relevantes, pois o filtro genérico encontra-se intimamente associado a esquemas interpretativos e produtivos, que, por sua vez, são subsidiários à estrutura deontológica e aos processos de integração social e sistêmica.

Nesse sentido, a proposta aqui defendida e apresentada coaduna-se à ideia de Martin (2005), que abarca a noção de gênero como padrão de padrões; em outros termos, como um regularizador plástico de coerções discursivas prévias e presentes. Prévias, pois há tradições que o precedem e que constroem sua produtividade. Presentes, pois o contexto impõe outras possibilidades e restrições, dialeticamente operadas em relação à deontologia no momento da enunciação, e cuja interferência varia mediante o grau de dependência entre a prática, o gênero e a situação pragmática concreta.

Isso posto, a apreensão de um determinado gênero pelos diversos atores sociais que consomem textos de uma esfera específica advém da abstração das especificidades discursivas, estilísticas e acionais — geralmente inerentes ao espaço inovativo, subjetivo e permissivo de uma dada deontologia — e da seleção pertinente dos elementos preferenciais e obrigatórios de um determinado modo de agir discursivo, de um ponto de vista interinstitucional, capacidade advinda da estrutura das modalidades cognitivas, que associam a interação localizada e negociada aos princípios estruturais relativos à continuidade da práxis.

Assim, o embate hegemônico intragenérico situado em uma esfera de atividade relaciona-se à capacidade de uma instituição ou grupo de instituições — cujas deontologias sejam semelhantes a tal ponto que se possa viabilizar a busca por objetivos comuns — definir socialmente quais recursos tradicionais são preferenciais ou obrigatórios, de modo a constituírem uma espécie de modelo de ação, representação e estilo para as outras instituições, que, necessariamente, terão de se posicionar em relação de complacência ou resistência — tática ou estratégica — no que se refere a tais práticas⁵⁹.

⁵⁹ Por essa razão, torna-se uma tarefa bastante questionável e, talvez, inócua, procurar generalizar descrições e análises referentes às TD genéricas (ou acionais) na contemporaneidade sem circunscrevê-las a uma esfera determinada. Questões como as citadas, além das inovações tecnológicas e da pluralidade discursiva e identitária, não permitem generalizações simples, advindas da análise de um conjunto limitado de textos, especialmente se circunscritos a um ou dois periódicos. No máximo, serão descritas especificidades genéricas de ambos, o que se situa no segundo nível de relações aqui proposto, e, quiçá, um vislumbre mínimo do terceiro nível.

Isso não implica que tais trabalhos sejam problemáticos. Pelo contrário. São de fundamental importância para as análises de segundo nível, que se constituem em pilares para os estudiosos que se

Tal capacidade deriva, por sua vez, da autoridade e da penetração da instituição na sociedade, fatores estreitamente relacionados ao seu poder político, econômico e/ou simbólico, que passa a exercer uma pressão latitudinal sobre as práticas sociodiscursivas dos atores sociais e de outras instituições que se situam no mesmo domínio, adquirindo legitimidade para tentar determinar os padrões preferenciais e/ou obrigatórios.

Por conseguinte, torna-se central abordar a questão do domínio discursivo ou da esfera de atividade para realizar uma reflexão pertinente em relação a este nível de análise acional.

Não se pretende aqui desenvolver uma teoria da esfera, embora tal empreitada seja de necessidade premente para os estudos discursivos e comunicacionais. No entanto, uma aproximação inicial que se coadune à proposta aqui apresentada faz-se imprescindível no momento.

A esfera deve ser compreendida como um componente de caráter discursivo-social, vinculada aos sistemas sociais, na medida em que constituem redes de práticas sociais e comunicativas que atuam como fontes primárias de reconhecimento psicossocial, capazes de dotar os esquemas interpretativos e produtivos de parâmetros potenciais e abstratos associados a modos de agir, ser e representar. Entretanto, a esfera não pode ser concebida como o somatório de instituições que realizam determinada prática, socialmente demandada e motivada, mas como o conjunto de propriedades estruturais que regula, organiza e intermedeia a relação entre a ação localizada do agente social e os princípios de estruturação dos sistemas sociais.

A instituição — concebida, neste momento, de modo análogo a organização⁶⁰ — consiste em um elemento de materialização física que corporifica e executa as coerções da esfera e as necessidades físicas e psicossociais dos indivíduos. Sua existência é condição primeira para o estabelecimento de uma esfera, mas a natureza do domínio discursivo encontra-se vinculada à deontologia.

dedicam ao terceiro patamar. O que não se deve propor, no entanto, é que tais análises tenham caráter globalizante, pois isso requer uma análise intragênero e intraesfera e, dependendo dos objetivos, intragênero e interesferas, o que constitui um quarto possível nível de análise interdiscursiva do Significado Acional.

⁶⁰ Uma ressalva sociológica faz-se necessária. Freire (2009) distingue, assim como outros autores, instituição de organização, tomando a primeira como valores, símbolos, normas, papéis constitutivos de uma esfera, orientada a satisfação das necessidades dos atores sociais que nela atuam, conceito bem próximo ao aqui desenvolvido, e a segunda como uma associação formal de atores sociais voltados ao exercício de finalidades específicas, assumindo um caráter concreto, passível de interação direta e prática, fundada a partir de uma instituição. Giddens (2009) refere-se à instituição, por sua vez, como um conjunto de práticas regulares, associadas à formação dos sistemas sociais, reproduzidas socialmente. Neste momento, instituição e organização são tomadas como sinônimos.

Comportando permissões, expectativas/preferências e obrigações, as instituições são dotadas de deontologias diferenciadas. No entanto, as demandas sociais e a concorrência no mercado econômico, político e simbólico, inerentes à democracia e ao capitalismo — especialmente no que se refere ao Ocidente pós-tradicional —, inserem múltiplas instituições em campos de atividade semelhantes. Estas, por sua vez, são movidas pelo paradoxo de suprir as necessidades advindas das demandas sociais — o que constitui uma atividade regularizadora — e o imperativo de inovar, de modo que o produto ou serviço de cada instituição seja individualizado e possa diferenciar-se dos outros concorrentes, ganhando mercado.

Desse modo, pode-se afirmar que essas deontologias encontram-se, novamente, em uma relação de intersecção não coincidente, de forma que há, por um lado, projeções coletivas de caráter interinstitucional no que concerne a obrigações, preferências e permissões — muitas delas reguladas, inclusive, pela lei — e, por outro, variações e distinções decorrentes do olhar avaliativo e das propostas idiossincráticas de atuação, significação e apresentação de cada instituição.

A esfera situa-se, portanto, no seio de uma miríade deontológica entrecruzada e, por isso, seus contornos se tornam difusos, podendo inclusive apresentar, com o tempo, alteração na explicitação de seus graus deontológicos constitutivos: obrigações que se tornam preferências, preferências que se tornam permissões, permissões que se deslocam a preferências, etc., mediante pressões advindas tanto das demandas sociais quanto do embate simbólico interinstitucional e da capacidade hegemônica dos grupos de maior poder — ou seja, com maior capacidade de mobilização de recursos — em formar modelos.

A esfera, nesse sentido, atua como um campo de coerções estruturais relativas, principalmente, às práticas projetadas como inerentes a ela. Uma mínima unidade representacional e identitária (no sentido de identidade coletiva) configura-se em condição *sine qua non* para a integridade de uma esfera e, de modo dialético, o domínio discursivo constrange instituições e atores sociais a assumirem, preferencialmente, determinados discursos e estilos; no entanto, são as práticas e as ações que consistem nos elementos sobre os quais a esfera incide de modo mais efetivo, já que os atores sociais envolvidos em atividades institucionalizadas poderiam agir de modos variados para a consecução de objetivos projetados similares, e exercer controle sobre as práticas torna-se um dos mecanismos de estabilização acional no mercado cultural, simbólico e comunicativo contemporâneos mais produtivos de um ponto de vista da manutenção do

poder e da própria legitimidade das atividades institucionais. Em um mundo de pluralidade representacional e identificacional, as coerções acionais podem constituir-se, de fato, em um dos pilares sob os quais as instituições dominantes tentam exercer mais claramente sua hegemonia.

Por operar especialmente sobre as práticas, as coerções da esfera incidirão primariamente em dois elementos da estrutura discursiva: na teleologia e, por conseguinte, na estruturação retórica do gênero; e nos modos de articulação da negociatividade, ou seja, no processo de negociação intersubjetiva, que se encontra associado ao posicionamento discursivamente construído da interrelação entre voz autoral e consumidor textual.

Como corolário, o domínio discursivo afeta os gêneros, na medida em que o surgimento de uma prática discursiva — motivada por uma demanda social determinada e por uma projeção institucional reflexiva acerca de uma necessidade social, produzida de modo regular —, cria, potencialmente, uma procura ou demanda, de modo que tal atividade pode passar a constituir-se em uma ação institucionalizada necessária ou, pelo menos, desejável, com funcionalidade ratificada pela estrutura social. Nesse sentido, as outras instituições pertencentes à mesma esfera são coagidas a suprir a lacuna em suas atuações, tendo em vista a ação prévia da instituição em que a prática se erige, buscando um modo de agir semelhante, em relação interdiscursiva com o anterior, e, portanto, capaz de, simultaneamente, remeter a ela, mas também dela se distinguir.

A esfera assume, portanto, um caráter normativo, legitimado pela construção de uma credibilidade interna ao próprio domínio por meio de uma atuação institucional condizente em relação à demanda social. Por outro lado, essa normatização não é absoluta, pois a sobrevivência da própria esfera deriva da diferenciação constitutiva entre as práticas de seus componentes, a partir das quais se poderão depreender os aspectos estilísticos e representacionais distintivos, tendo em vista a relação dialética entre os elementos que integram as ordens do discurso.

Se atua sobre as práticas, a esfera necessariamente incide sobre a relação entre a produção e o consumo de textos, ou seja, na relação entre os atores sociais envolvidos na interação. Desse modo, o domínio discursivo instaura parâmetros de negociação entre os indivíduos que integram as práticas sociais sob seu escopo, estabelecendo padrões de demanda e oferta de informações e bens-e-serviços.

O tipo de negociação interpessoal que se estabelece entre uma Igreja e seus adeptos, entre o jornal e seus diferentes gêneros em relação aos leitores ou entre a escola

e os alunos, por exemplo, apresenta diferenças sensíveis, advindas tanto da natureza dessas instituições quanto dos posicionamentos exercidos pelos atores sociais inseridos nesses contextos. Essas diferenças constitutivas no modo de negociação intersubjetiva não advêm apenas da instituição, mas também das projeções sociais dos participantes ‘clientes’ acerca da atuação institucional e das obrigações e preferências advindas da intersecção entre as deontologias das diversas instituições que atuam no mesmo setor. Em outros termos, elas têm origem na esfera e se reproduzem por meio da conduta monitorada embasada pelos esquemas interpretativos e produtivos.

O domínio discursivo assume, portanto, um papel bidirecional precípuo: 1. como agente regularizador de práticas discursivas e genéricas, especialmente no que concerne às funções e à estrutura dos textos — o que inclui as TD obrigatórias e preferenciais principalmente; e 2. como organizador das formas de relação interpessoal, socialmente sancionadas, entre os agentes posicionados, tendo em vista alguma função, em geral prática, relativa a algum aspecto da vida social considerado relevante em dada época histórica por algum grupo social.

Desse modo, a análise das esferas como pontos de convergência entre as deontologias interinstitucionais permite ao analista depreender o que a sociedade projeta como relevante em dada época, o que permitirá explicar tanto os aspectos motivacionais das TD quanto, por meio de um mecanismo de abstração, explicitar certas propriedades da prática e da estrutura social.

O levantamento de tais aspectos permite postular, por conseguinte, a existência de um *quarto nível de análise interdiscursiva acional* relevante: trata-se da relação de um gênero com as distintas esferas em que se adota uma prática funcional e motivacionalmente coesa e semelhante. Este nível é, em especial, complexo e requisita uma aproximação cuidadosa, para que generalizações assistemáticas não sejam realizadas.

Primeiramente, torna-se questionável a própria aplicação da noção de uma mesma TD genérica para esferas distintas, uma vez que a diferenciação deontológica é marcante no que tange à mudança de esferas, especialmente pela ocupação diferenciadas de posições nos diferentes mercados simbólicos, fator que incide, conforme afirmado anteriormente, especialmente sobre a estrutura retórica e a teleologia acional, além do(s) modo(s) de negociação intersubjetiva possíveis.

No entanto, deve-se esclarecer que não é toda e qualquer esfera que se intersecciona na vida social, produzindo gêneros semelhantes, mas sim, aquelas que

partilham, em níveis de atuação diferenciados, um nicho comunicativo em um dado campo do mercado simbólico, o que, em geral, não implica concorrência direta, não obstante possa acontecer.

A imprensa escrita pode fornecer um exemplo interessante. O gênero *notícia* ou *editorial* é praticado pela imprensa escrita de modo quase geral — há algumas exceções no que se refere à produção de editoriais, tendo em vista que nem todo periódico os produz. No entanto, trata-se de TD de caráter obrigatório ou preferencial na imprensa escrita brasileira.

No entanto, jornais de bairro, jornais municipais e jornais nacionais — caso da *Folha de S. Paulo*, do *Estado de S. Paulo*, d'*O Globo* — não produzem editoriais tão padronizados quanto se imagina. As formas tradicionais que compõem esses gêneros nem sempre são as mesmas para cada uma dessas esferas. Há regularizações funcionais e motivacionais, muitas vezes, distintas para cada um desses domínios, embora seja inegável haver uma convergência entre eles, tendo em vista que se filiam, inevitavelmente, a uma deontologia superior, de ordem jornalística, capaz de constranger o conjunto desses periódicos, de modo a viabilizar a emergência de similitudes na prática e na negociação intersubjetiva inerentes aos textos desses variados domínios.

Não obstante, suas deontologias específicas permitem diferenciá-las em nível de atuação, tendo em vista uma representação e uma identidade específicas, que incidem diretamente sobre a produção textual e o público-alvo dessa mesma imprensa. Nesse sentido, a abordagem de temáticas diferentes, a atualização de recursos avaliativos, modais e exortativos operando em funcionalidade e grau de regularização diversos, além do engendramento de modos de negociação intersubjetiva distintos são exemplos de elementos idiossincráticos que permitem a individuação das ações dessas instituições nas diversas esferas sociais.

Nesse sentido, o que haveria em comum entre esses gêneros que permitiria uma nomeação idêntica ou similar à prática? Trata-se justamente daquilo que a deontologia superior define como necessário ou preferencial — no caso do editorial, o posicionamento avaliativo argumentado do periódico acerca de um dado da realidade considerado relevante pela instituição em um certo período, que varia de acordo com a frequência de publicação da mídia. Nesse sentido, o fator comum encontra-se na teleologia regularizada, sancionada por demanda e por projeção deontológica das obrigações das instituições situadas na esfera, de modo que a motivação é justificada, no

caso, pelo próprio papel que o domínio atribui aos seus elementos constituintes, projetados como veículos de informação, conscientização e exercício de poder político-simbólico — mesmo que muitos desses elementos não se coadunem exatamente com a prática concreta das instituições posicionadas, o que constitui uma discussão que invade o terreno dos processos ideológicos, associados à legitimação de determinadas estruturas de significação como meio de manutenção da dominação.

Por fim, o *quinto nível de análise da construção do Significado Acional* — levando em consideração que a abordagem de níveis superiores a este se encontram no domínio dos estudos sociológicos e antropológicos propriamente ditos — abarca a análise da relação intergenérica em face da esfera de atividade humana⁶¹, permitindo ao pesquisador depreender os aspectos estruturalmente coercitivos de uma dada esfera em dada coordenada espaço-temporal.

Assim, a partir dos modelos hegemônicos de cada gênero no interior de uma esfera e do conhecimento dos aspectos permitidos no seio de cada prática — atravessada por regularidades linguístico-discursivas, também funcionais e motivadas em termos acionais, representacionais e identitários —, pode-se inferir as coerções funcionais, estruturais e interpessoais inerentes a uma dada esfera de atuação, de modo que é a partir da análise intergenérica interinstitucional que se permite explicitar as propriedades e coerções do domínio discursivo, como um elemento estruturado a partir de representações e de uma identidade coletiva minimamente comum, voltado a objetivos práticos convergentes, com capacidade de regularização orientada fundamentalmente para a função e a estrutura das práticas e para o modo de negociação intersubjetiva entre os atores sociais nelas envolvidos.

⁶¹ Poder-se-ia postular a existência de um sexto nível: das relações intergenéricas interesféricas. No entanto, para tal, dever-se-ia: 1. aprofundar as teorizações acerca da formação e da configuração das esferas e de suas possibilidades de intersecção; 2. aprofundar e, possivelmente, reexaminar o olhar às relações intergenéricas e o chamado hibridismo, tendo em vista os novos imperativos comunicativos contemporâneos, que permitem, talvez, creditar a este fenômeno uma característica constitutiva — excluindo, quiçá, gêneros extremamente rígidos, como procurações, por exemplo; 3. considerar a análise de uma gama extremamente variada de gêneros em diversas esferas com potencial de convergência acional para que se possam estudar os modos de articulação entre esses elementos, o que constitui uma tarefa para uma equipe de pesquisadores alinhada sob uma mesma perspectiva teórica, ou seja, trata-se de um trabalho que extrapolaria o campo dos estudos discursivos, tangenciando a perspectiva de estudos culturais e sociológicos. No entanto, tratar-se-ia de uma tarefa bastante produtiva para um maior entendimento das práticas e estruturas de significação das sociedades humanas.

2.2 Funcionalidade e Motivação: complementaridade dos eixos de tradicionalização

Funcionalidade e motivação constituem-se em eixos complementares para a formação de uma TD e encontram-se, muitas vezes, de tal modo entrelaçados, numa relação estreita de interdependência, que a distinção teórica e metodológica de tais componentes torna-se extremamente complexa.

Conforme se afirmou em capítulo anterior, a funcionalidade refere-se aos graus de regularização de determinada rede de recursos linguístico-discursivos — que abarcam desde padrões de avaliação ou aspectos de estrutura composicional a um gênero em si —, que cumprem uma função, um objetivo determinado, socialmente sancionado em uma certa gama de textos. Motivação, por sua vez, refere-se à natureza do processo de evocação, ou seja, à justificação ou aos elementos socialmente reconhecidos que atuam como gatilho, sendo responsáveis por restrições e facilidades associadas ao alcance dos objetivos visados pelos atores sociais no que tange à realização de práticas interacionais localizadas e negociadas, adquirindo, com isso, legitimação.

Nesse sentido, a funcionalidade está para a normatividade assim como a motivação está para a legitimidade, justamente os dois aspectos que Thompson (2008) aponta como fragilizados na tradição pós-moderna, tendo em vista uma mudança estrutural em sua natureza que se processou nas últimas décadas.

No entanto, essa mudança estrutural não apaga a pertinência de tais aspectos. Ela apenas torna-os essencialmente opacos, no sentido de que a potencial elasticidade e flexibilidade discursivas, advinda dos novos parâmetros sociais e da reflexividade, ressalta os aspectos hermenêuticos e identitários das tradições. Estes, ao serem recombinaados pela capacidade de autoconfrontação individual, mediante o projeto simbólico do indivíduo, permitem, em tese, aos atores sociais maior sensação de liberdade, da qual resulta o *déficit moral* da sociedade hodierna, conceituado por Thompson (2008: 171) como a incapacidade do homem moderno de tratar questões éticas fundamentais sobre a sua vida, dado o caráter relativista que se imprime na modernidade ocidental, desprovida de verdades formulares.

Uma consequência dessa alteração no caráter da tradição encontra-se no fato de a normatividade e o exercício de autoridade acabarem sendo, muitas vezes, associados a formas de totalitarismo ou autoritarismo, que se opõem à possibilidade de formação

autônoma do agente social. No entanto, normatividade e legitimidade não estão necessariamente vinculadas a totalitarismo, uma vez que são exercidas por meio de coerções restritivas — e facilitadoras — de caráter organizacional que viabilizam as práticas sociais e discursivas. A grande distinção contemporânea no que tange a essas propriedades se situa, portanto, na necessidade de se justificar esses dois aspectos, dado que, sim, na ausência desta, poder-se-ia referir-se a totalitarismo.

Por essas razões, as TD são constitutivamente chamadas à justificação, e suas motivações são, por definição, socialmente estabelecidas. No entanto, a motivação exige uma manifestação regularizada, para que o produto concreto da demanda social ocupe um espaço simbólico na sociedade e se torne objeto de procura e meio de realização de objetivos comuns no que tange aos atores sociais, integrados social ou sistemicamente, sob uma determinada deontologia. Nesse sentido, a funcionalidade constitui-se no substrato do qual deriva a materialidade da motivação, de modo que mudanças em um desses eixos são capazes de acarretar reestruturações em outro, numa relação de tal modo entrelaçada que se torna possível concebê-los como complementares.

Entretanto, nem sempre a motivação torna-se pública, uma vez que pode não ser desejável para as instituições que o processo evocativo seja plenamente visível. Assim, muitas organizações procuram ocultar as motivações que embasam as práticas a fim de não desvelarem aspectos centrais da reificação de seus modelos acionais a seus consumidores textuais, o que poderia gerar avaliações nem sempre complacentes no que tange à atuação institucional, especialmente se ficassem claros os meandros opacos relacionados ao poder econômico, político ou simbólico de determinadas organizações.

De modo geral, quanto maior a posição hierárquica da TD, maior a facilidade de isolar motivação de funcionalidade. Uma saudação, por exemplo, tem sua motivação na deontologia cotidiana (ou mesmo institucional) relacionada à polidez, por exemplo, e encontra-se cerceada por uma inserção pragmática concreta, que atua como gatilho da evocação, de modo que esta se torna visível. No caso de uma notícia, a sua produção está conectada à deontologia jornalística acerca da necessidade de informação do público sobre os fatos recentes transcorridos em determinadas regiões — o que mudará de acordo com a capacidade de divulgação e atuação do periódico — e da projeção que este público faz a respeito dos deveres do jornal, além de, é claro, da deontologia do capital — que atravessa a maior parte das produções sociodiscursivas institucionais modernas. Nesse caso, não há uma situação pragmática concreta, como na saudação, que atue como gatilho da evocação. Obviamente, contudo, o seu discurso estará

cerceado por um contexto, mas deve-se deixar claro que contexto — constitutivo de qualquer produção textual — não é sinônimo de inserção pragmática concreta, tal qual se concebe na Romanística Alemã. Esta está diretamente relacionada a um tipo situacional relevante para a produção de um ato de fala ou gênero (ou qualquer outra TD) por analogia a outro. Trata-se de casos bem específicos.

Contudo, quando a TD se refere a um padrão de recursos linguístico-discursivos, como procedimentos recursivos de avaliação que integram uma etapa constitutiva de estrutura genérica de um determinado conjunto de textos, seu aspecto motivacional e funcional encontram-se fortemente entrelaçados, de modo que a motivação relaciona-se ao cumprimento do necessário ou esperado estágio do gênero, enquanto a funcionalidade refere-se à regularização de um tipo de recurso que cumpre a função prevista pelo estágio.

Note-se que os eixos se entrelaçam intensamente, de forma que fica difícil para o analista distingui-los, especialmente porque, nesses casos, a motivação tem sua origem na própria prática discursiva em si, que encerra uma *teleologia*, em geral, *compósita e múltipla*. Apesar disso, ainda é possível manter a integridade teórica dos eixos, na medida em que o analista pode questionar-se acerca da pertinência dos estágios retóricos diversos no âmbito da teleologia mais ampla do gênero, o que, inevitavelmente, tangenciaria — ou, de fato, mergulharia — no campo da Sociologia e/ou da Psicologia Social, e a sua relação, necessária, preferencial ou permitida, com o padrão de recursos semióticos que os realizam.

Por conseguinte, não se pode postular a coincidência dos eixos propostos — não obstante a complexidade de isolá-los em muitos casos —, tendo em vista que uma etapa genérica, evocada por uma motivação projetada pela prática — como no caso dos editoriais de modo de negociação intersubjetiva *crítico*, no *corpus* em análise, em que o julgamento negativo do *status quo* constitui-se em premissa para o convencimento do público acerca da impertinência de uma dada situação — pode ser realizada por uma pluralidade de recursos linguístico-discursivos passíveis de responder a tal demanda. Ou seja, a relação motivação-funcionalidade pode estar estreitamente entrelaçada, mas ela não corresponde a uma relação biunívoca, de modo que a apenas um recurso funcional corresponda uma motivação. Em regra, o ator social dispõe de inúmeros recursos linguísticos que podem exercer determinada funcionalidade, de modo a suprir as motivações associadas à prática. No entanto, nem todos esses recursos tornar-se-ão regulares e se constituirão em padrões socialmente incorporados; em outros termos,

nem todos se tornarão TD. Trata-se, inclusive, de um dos mecanismos de inovação a atualização de recursos não regulares e potencialmente imprevistos que cumpram a função de uma determinada TD em relação a uma dada motivação.

O *corpus* deste trabalho apresenta um exemplo significativo a esse respeito. Grande parte dos jornais tematizam questões sociopolíticas, que são, em geral, tomadas pela sociedade e projetadas pela deontologia jornalística como relevantes o suficiente para serem avaliadas pela voz institucional do periódico por meio do gênero editorial. E mesmo a imprensa de bairro, que atua em uma subesfera do jornalístico, vale-se desse procedimento, embora, muitas vezes, o faça em relação ao campo das subprefeituras, e não, do estado ou do país como um todo.

Desde o começo dos anos 80, na imprensa de bairro da capital paulista, esses textos costumam integrar-se à tradição crítica, que apresenta julgamentos negativos acerca da atuação política nacional naquele período, buscando denunciar, especialmente, o oportunismo, o cinismo e a corrupção políticas por meio de uma série de recursos linguísticos e argumentos diretamente relacionados aos atores sociais ou à conjuntura política — considerada negativa — pelo jornal.

No entanto, em dois textos do ano de 1982, a Gazeta de Vila Prudente inova, construindo um editorial alegórico, que, em vez de se referir diretamente à situação política daquele momento e aos respectivos candidatos, descreve as atitudes de uma tribo indígena corrupta — fictícia —, liderada pelo cacique Mané Oca, em uma estrutura narrativo-avaliativa, que permite ao leitor transferir as situações nela descritas e comentadas para a estrutura social vigente naquele momento⁶².

Ou seja: a motivação do editorial mantém-se. O que justifica a sua produção continua intacto. O que se altera é a rede, o tipo e os padrões de recursos linguístico-discursivos instanciados. O editorialista não se vale das TD comumente associadas a esse gênero e atualiza uma outra forma — inovadora —, mas cuja funcionalidade se encontra fortemente ligada à das formas tradicionais, de modo que se consegue, inclusive, reconhecer a crítica subjacente.

Por outro lado, uma mesma gama de recursos linguístico-discursivos, que atue coesivamente do ponto de vista funcional em dada constelação discursiva, pode também ser atualizada em outros gêneros, discursos e estilos, não se circunscrevendo a uma única prática. Por exemplo, pode-se supor que as mesmas regularidades concernentes

⁶² Trata-se dos textos GVP01 e GVP04, localizados às páginas 105 e 111 dos anexos.

aos julgamentos negativos relativos ao *status quo* — integrando uma *postura de condenação* da realidade — possam integrar discursos de líderes estudantis acerca da realidade política brasileira, a fim de convencer seu público no que tange a uma dada realidade. A funcionalidade será semelhante — inclusive do ponto de vista representacional —, no entanto, a motivação é outra, tendo em vista que a prática genérica é diferente, a deontologia é outra e talvez a visibilidade seja mais depreensível.

Nesse caso, se a motivação e, por conseguinte, a prática genérica, são outras, trata-se da mesma TD? Defende-se que não. A TD comporta necessariamente duas facetas: a motivação e a funcionalidade. Deslocamentos em qualquer um desses eixos implicam uma nova TD, o que não acarreta, necessariamente, uma desvinculação entre tais modelos interdiscursivos.

Em outros termos, torna-se necessário diferenciar *pertencimento*, *filiação* e *remissão* a uma TD. Duas regularidades funcionais pertencem à mesma TD, quando possuem semelhança de motivação interdiscursiva, mesmo que em práticas genéricas distintas, o que pressupõe uma correlação deontológica. Exemplo: despedidas em conversas face a face, telefonemas ou comunicadores instantâneos. Em todas elas, pode-se despedir utilizando as expressões “Abraço(s)”, “Beijo(s)”, “Falou”, dentre outras, que se modificam, especialmente tendo em vista a relação interpessoal e mesmo genérica — no sentido social: masculino-feminino — e a identidade individual dos atores sociais envolvidos. No entanto, a motivação — relacionada à polidez e/ou à própria estruturação interna das práticas em questão, como uma etapa constituinte do gênero — não parece modificar-se no que concerne aos três atos de fala acima, de modo que se pode defender uma relação de *pertencimento*.

Por outro lado, no caso anteriormente citado, em que determinado padrão de recursos avaliativos com funcionalidade similar é atualizado em gêneros discursivos a partir de motivações diferenciadas, uma vez que as deontologias se modificam e os objetivos comunicacionais dos atores sociais são outros, tem-se *filiação* a uma mesma TD, o que implica mudança de TD, mas não desvinculação. TD filiadas mantêm relações interdiscursivas, mas estabelecem nexos distintos em termos representacionais, acionais e estilísticos entre produtores e consumidores. Contudo, nota-se que há demanda socialmente ratificada para sua atualização. É possível que, em muitos casos, tenha até havido, anteriormente, uma tradição matriz comum.

Remissão a uma TD concerne às situações em que uma produção discursiva, em qualquer nível — representacional, acional ou identitário —, apenas aponte ou mesmo

se valha de recursos de uma TD sem que haja demanda social para tal. Trata-se de uma instanciamento de padrões originária, exclusivamente, da *inclinação* do ator social. Por exemplo, há inúmeras TD acerca do sentimento amoroso, regularizadas e motivadas, principalmente em relação ao campo da literatura. Assim, em uma conversa, falar sobre amor de um ponto de vista romântico não implica que a conversa estabeleça uma relação de pertencimento ou filiação à TD discursiva representacional do “amor romântico”. Não há demanda social para isso. A motivação interdiscursiva, central para o estabelecimento do caráter tradicional dos padrões discursivos, não consiste em um conceito individual. Contudo, não se pode negar que o discurso tenha origem em uma tradição de se conceber o amor, advinda do Romantismo; logo, tem-se uma relação de *remissão* à TD amorosa romântica. De modo análogo aos anteriores, a relação interdiscursiva se mantém, mas não, a demanda social e a consequente vinculação teleológica.

Isso posto, pode-se afirmar que são categorias analíticas pertinentes à *motivação*:

1. Estrutura, sistema e práticas sociais — entendidas na acepção de Fairclough (2007) e Giddens (2009).

2. Esfera de atividade humana — concebida como campo compósito de deontologias interseccionadas, baseadas em representações e identidades sociais minimamente comuns, que atuam em relação estruturalmente coercitiva sobre a ação, o que envolve a teleologia e, por conseguinte, a estruturação retórica do gênero, por um lado, e o processo de negociação intersubjetiva, associado ao posicionamento discursivamente construído da interrelação entre voz autoral e consumidor textual, por outro.

3. Ordens do discurso e sua hierarquização deontológica — segundo teorização proposta nesta tese.

4. Contexto — analisado sobre dois aspectos: a) o contexto propriamente dito, que abarca a noção sistêmico-funcional de tipo situacional (Halliday, 2004) e b) a noção de inserção pragmática concreta, conforme KABATEK (2004) e as considerações aqui levantadas.

5. Evocação e visibilidade — segundo a teorização aqui apresentada.

Já as categorias analíticas pertinentes à *funcionalidade* são:

1. Grau de atualização — referente à regularização, repetitividade e formulaicidade relativas aos padrões de recursos linguísticos associados a dada prática.

2. Natureza da atualização — concernente ao grau de explicitação deontológica de uma rede de recursos linguístico-discursiva como obrigatória, preferencial ou permitida.

3. Nível de atualização — diz respeito ao componente discursivo a que a regularidade integra: acional, representacional e/ou estilístico, com possibilidade de intersecção.

4. Efeito da atualização — refere-se à avaliação ou leitura tática, resistente, complacente ou estratégica da forma tradicional⁶³.

5. Hierarquia da atualização — corresponde ao grau de integração da forma tradicional na prática, que abrange: a. as regularidades linguístico-discursivas integrantes de uma etapa genérica; b. as etapas retóricas ou genéricas propriamente ditas; c. a prática genérica em si; e d. o modo de negociação intersubjetiva⁶⁴. Trata-se de um componente-chave, na medida em que a posição hierárquica de uma tradição incide diretamente sobre a terceira categoria — o nível de atualização —, que variará de configuração mediante a hierarquia da TD. De modo geral, quanto maior a hierarquia, mais complexa a descrição da representação, ação e estilo, comportando mais elementos de análise.

Isso posto, deve-se analisar de que maneira, nas interações concretas, os atores sociais manifestam as coerções da deontologia e, ao mesmo tempo, discursivizam suas inclinações e subjetividade, de forma a garantir o dinamismo das práticas sociais intra e interdeontologias.

⁶³ Trata-se de uma categoria que exige um estudo da recepção do texto. Os estudos linguísticos primam, na atualidade, por um exame, muitas vezes, metucioso da produção, mas, dificilmente, se focam na recepção ou no consumo, de modo que pouco se sabe ou estuda acerca dos efeitos “reais” do discurso na audiência, que, diversas vezes, é tomada como passiva ou mesmo incapaz de se deixar manipular pelas estratégias dos produtores. Tal nível de análise visa a justamente verificar o grau de adequação entre a suposta demanda social por determinada tradição e o grau de resistência dos consumidores. Trata-se de uma tarefa que não será empreendida neste trabalho, mas consiste em um nível de análise pertinente que deveria ser repensado pelos estudos desta área.

⁶⁴ Esses quatro elementos propostos — recursos, etapas, modo de negociação intersubjetiva e gênero — podem ser acrescidos de outros componentes, caso se verifique uma materialidade linguística e uma necessidade e pertinência teórica para tal. Não se trata de uma proposta fechada. Aliás, tem-se plena consciência de que a proposta aqui desenvolvida foca, primariamente, o Significado Acional, especialmente no que tange à estrutura, à teleologia e ao aspecto relacional da função interpessoal. Provavelmente, há outras categorias representacionais e identitárias pertinentes a uma proposta de hierarquização; no entanto, para tal, tornar-se-ia necessário analisar outros *corpora*, outras deontologias e outras esferas que permitissem um detalhamento maior desses componentes. A teorização aqui considerada parte de um olhar avaliativo-modal das práticas discursivas e, portanto, interpessoal, o que, necessariamente, acarreta reducionismos, assim como qualquer proposta teórica.

2.3 A modalização motivacional: deontologia e inclinação como agentes de regulação da dinamicidade na construção da significação acional

De acordo com o modelo proposto, a deontologia e a inclinação podem ser concebidas como dois componentes-chave no processo de constituição e mudança das práticas discursivas de um ponto de vista acional, identitário e representacional.

Ambas representam facetas complementares do processo de produção textual. Por um lado, a *deontologia* propõe uma hierarquização probabilística das tradições discursivas inerentes a uma dada ordem do discurso. Por outro, a *inclinação* determina os aspectos diferenciais relativos aos atores sociais e às instituições posicionadas nas diversas ordens do discurso. Nesse sentido, enquanto a deontologia se situa no âmbito da coletividade, da restrição e da facilitação, a inclinação refere-se ao individual, ao subjetivo e ao criativo.

Ambas as categorias podem ser concebidas a partir de um gradiente de atualização, baseado na proposta de Halliday (2004) acerca da modalidade, fenômeno da ordem do interpessoal. Halliday divide a obrigação e a inclinação em três graus, já referidos aqui: permitido/esperado(preferencial)/exigido, no que se refere à primeira; e desejo/ansiedade/determinação, no que tange à última.

Defende-se, nesta tese, que as relações modais relacionadas aos enunciados possam ser estendidas às relações sociossemióticas estabelecidas entre os atores sociais, entre eles e as instituições e entre as instituições e as esferas, constituindo parâmetros fundamentais de realização da deontologia e da inclinação no âmbito do Significado Acional. É nesse sentido que se denomina aqui tal proposta como modalização motivacional.

De um ponto de vista estruturacionista, a proposta encontra validade, na medida em que a intermediação entre a ação individual e os princípios estruturais dos sistemas baseia-se na capacidade de atualização processual e constante de redes de recursos linguísticos associadas a esquemas interpretativos e produtivos — originários da atividade cognoscente do ator individual, cuja matéria-prima consiste nas próprias práticas institucionalizadas dos sistemas sociais, que instanciam as regras e recursos previstos na estrutura social, em um *continuum de alteridade* que polariza hegemonia e alternatividade.

Assim, na medida em que as ordens do discurso são deontologicamente organizadas, na modernidade pós-tradicional, como forma tanto de resistência quanto de

manutenção de poder em face da reflexividade e da possibilidade do recrudescimento ao fundamentalismo, ocorre, necessariamente, a atuação de forças de caráter centrípeto e centrífugo que, em um embate contínuo, pressionam a construção dos diversos significados interdiscursivos em direção aos distintos polos do *continuum de alteridade* supramencionado.

Desse modo, resistência e complacência consistem em atitudes responsivas estrategicamente atualizadas pelos atores sociais, tendo em vista as restrições e facilidades operadas pelos sistemas sociais, que associam funcionalidades a motivações, orientando o alcance dos objetivos individuais às necessidades e interesses institucionais ou coletivos. Por outro lado, esses mesmos atores sociais podem manipular os recursos deontológicos mediante a sua inclinação, agindo em resistência ao que é esperado de sua atividade social posicionada, o que acarreta, necessariamente, uma posição não determinista da construção da significação.

Tanto os atores sociais em relação às instituições, quanto as organizações em relação às esferas encontram-se em constante processo de relativização entre o que lhes é projetivamente imposto e aquilo que é possível fazer como meio de marcar sua individualidade e seu espaço. Assim, no que se refere à interação ator social-instituição, as raízes do embate se fundamentam na construção da segurança ontológica, da busca por recompensas, na tentativa de garantir a facticidade do mundo ou manter a autoconcepção nuclear. No que tange à relação instituição-esfera, por sua vez, destaca-se — dentre outros fatores possíveis — a luta por espaço e poder simbólico, econômico, político ou coercitivo,

Por conseguinte, ambos — atores sociais e instituições — organizam seus objetivos, racionalizando-os e projetando-os mediante graus de explicitação que, na interação complementar dos eixos motivacionais, sempre resultarão em atividades inéditas e irreprodutíveis, mas suficientemente regulares para serem reconhecidas como institucionalizadas e integrarem aspectos mais ou menos estabilizados e estabilizáveis das práticas associadas aos diversos sistemas sociais.

Os gráficos seguintes permitem entender as relações que se processam, tanto em esferas institucionais quanto no âmbito cotidiano, no plano da motivação. As setas cinzas, direcionadas para baixo, correspondem à deontologia, ao passo que as setas brancas, que apontam para cima, representam a inclinação.

Esquema 03: Modalização Motivacional no plano institucional

Esquema 04: Modalização Motivacional no plano cotidiano

Note-se, no primeiro gráfico, a existência de três níveis mínimos de atualização e análise⁶⁵. O nível mais alto considerado consiste na esfera, que apresenta uma determinada deontologia, que é filtrada pelas instituições pertinentes segundo sua inclinação, a qual também exerce pressão sobre a esfera.

Do mesmo modo, os atores sociais inseridos em âmbito institucional sofrem coerção da deontologia institucional — mas não da esfera diretamente, ou as práticas sociodiscursivas atingiriam graus extremamente altos de similaridade —, enquanto pressionam os elementos identitários, representacionais e acionais da instituição a partir de pressões discursivas de sua inclinação.

Deve-se atentar, também, para o fato de que, no plano institucional, o espaço da inclinação encontra-se mais fortemente cerceado pelas coerções deontológicas que no plano cotidiano, o que é representado pelas larguras diferenciadas das setas associadas à deontologia e à inclinação nos diferentes gráficos.

⁶⁵ Um esquema completo exigiria a alocação dos sistemas sociais acima do nível da esfera. Entretanto, trata-se de um grau de refinamento desnecessário para o que se objetiva tratar nesta seção.

Em outros termos, as instituições limitam, em maior grau, a atuação da inclinação de seus atores sociais, o que garante maior estabilidade a suas representações, ações e identidades. Por outro lado, é essa mesma inclinação que garante a cada instituição um posicionamento diferenciado diante de tantas outras existentes no mercado simbólico, cultural, político e econômico contemporâneos.

Além disso, destaca-se que, como nível intermediário, a instituição encontra-se sob a atuação de quatro motivações. Por um lado, ela sofre coerção da deontologia da esfera — em geral, de caráter conservador —, ao mesmo tempo em que é pressionada pelo dinamismo da inclinação dos atores sociais, que pode gerar inovações. Por outro lado, ela constrange a liberdade discursiva dos atores sociais posicionados em sua área de atuação e, desse modo, minimiza a potencialidade da inclinação individual, ao mesmo tempo em que pressiona a esfera por meio de sua inclinação, derivada de seu potencial de distinção em relação às outras instituições e de sua capacidade de inovação e captação de mercado simbólico⁶⁶.

Assim, é possível compreender a natureza dos gêneros de caráter institucional. Eles sofrem uma padronização advinda de TD ratificadas pela deontologia da esfera — e, portanto, por outras instituições, o que é consequência da assimilação ou aceitação de modelos de ação, representação e identidade —, que são, por outro lado, filtradas pela inclinação institucional. Tal filtro consiste na atividade de diferenciação, que permite distinguir práticas de diferentes instituições, numa atividade de embate interdiscursivo.

O embate entre a inclinação institucional e a deontologia da esfera resulta, portanto, numa deontologia institucional, que age coercitivamente em relação aos atores sociais posicionados naquela instituição — tanto em relação a seus agentes ratificados quanto a seus clientes —, que, por sua vez, podem reagir, por meio da reflexividade inerente à contemporaneidade, e exercer pressão sobre tal deontologia, gerando, assim, novos *inputs* na inclinação institucional, que podem até chegar a atingir a esfera e sua deontologia, numa relação dialética.

⁶⁶ Deseja-se ressaltar que as constantes referências a instituições e à esfera como agentes de processos verbais correspondem apenas a um processo de facilitação da compreensão e minimização da necessidade de se referir constantemente a grupos de atores sociais que, na verdade, realizam determinadas práticas e, por meio do processo de estruturação, regularizam certos aspectos de sistemas sociais e instanciam a estrutura social, que, por sua vez, age de modo restritivo e facilitador no que se refere à ação humana. Em nenhum momento, portanto, afirma-se que entidades abstratas coagem os atores sociais. Sanções, normas e acesso diferenciado a recursos alocativos e autoritativos podem coagir, e tais elementos referem-se sempre à atuação de indivíduos sobre outros indivíduos; alguns com maior poder, outros com menor poder.

Já no que se refere às práticas cotidianas, veja-se que o esquema apresenta uma simplificação, por prescindir do nível intermediário. Ressalva-se que interações cotidianas, como conversas de corredor, bilhetes, *chats*, etc., podem ocorrer em ambientes institucionais e, dependendo do contexto, tal situação poderá provocar algumas modificações nessas interações; no entanto, elas ainda apresentarão como propriedade fundamental uma maior importância da inclinação sobre os marcos deontológicos.

Aliás, é justamente este aspecto que distingue a construção da significação acional na esfera cotidiana em relação à institucional. Naquela, a incidência da inclinação é maior e, portanto, os gêneros associados são, em geral, menos permeáveis a uma tradicionalização mais incisiva. Os *gêneros primários* bakhtinianos parecem constituir-se a partir desta relação e, por isso, segundo o autor, encontram-se estreitamente ligados à ideologia do cotidiano (BAKHTIN: 2004).

Não se trata, no caso, de gêneros escritos ou orais. Há gêneros institucionalizados orais e gêneros cotidianos escritos e vice-versa. O aspecto diferencial reside na origem de organização interna, que advém de coerções diferenciadas. Os gêneros institucionais apresentam uma maior fixidez de tradições discursivas e um espaço menor de possibilidades de inovação, devido a um cerceamento, de ordem hegemônica, da potencialidade da inclinação; os modos de ação cotidianos, por outro lado, caracterizam-se pelo oposto. Por estarem menos suscetíveis às restrições e facilidades deontológicas, a inclinação ocupa um espaço discursivo maior, o que permite um maior índice de inovação e liberdade, manifestado pela instanciamento de recursos acionais, representacionais e identitários menos previsíveis.

Isso não implica, no entanto, que o cotidiano seja desprovido de uma ordem do discurso ou alguma deontologia. Pelo contrário. O cotidiano é formado por uma multiplicidade de ordens do discurso e deontologias em intersecção; no entanto, trata-se de uma deontologia que, por possuir caráter, constitutiva e necessariamente, compósito, abre espaço para que a inclinação individual selecione traços que julga mais pertinentes, de modo que se cria uma liberdade discursiva maior, especialmente no mundo ocidental contemporâneo. Um grande exemplo disso são os textos publicados pela internet. Mesmo que, muitas vezes, assumam pretensões ou formas próximas a gêneros institucionalizados, as produções eletrônicas publicadas em *blogs*, *redes sociais*, etc. associam-se à esfera e à lógica cotidiana de modo muito mais premente e, por isso,

apresentam configurações menos rígidas, possibilitando o surgimento de reiteradas inovações.

Segundo Bakhtin/Voloshinov (2004), os sistemas ideológicos do cotidiano — conceito que se assemelha à noção aqui proposta de *ordem do discurso* e *deontologia cotidiana* — assumem caráter de responsabilidade e criatividade, uma vez que refratam mais rápida e distintamente as modificações da estrutura social. Nesse sentido, os embates discursivos situados no nível da esfera cotidiana são concebidos como agentes potenciais de mudanças significativas primárias e primeiras nas ordens de discurso institucionais.

De fato, as interações cotidianas podem fomentar pressões nas diversas deontologias institucionais. Um exemplo encontra-se naquilo que Fairclough (2007) denomina *conversacionalização do discurso*, em que traços das interações de concepção oral, ligadas à proximidade comunicativa, passam a ser atualizados estrategicamente em interações institucionais com objetivos claros de captação e vinculação do consumidor textual. De modo análogo, tradições acionais, representacionais e identitárias tipicamente cotidianas podem colonizar as práticas institucionais, como se percebe, atualmente, em determinados ambientes escolares ou pedagógicos. Assim, a interação entre as deontologias cotidianas e institucionais consiste em alvo relevante de estudos a fim de que se possa depreender em que medida se encontra o alcance das inclinações individuais e institucionais no processo de dinamização e estabilização das práticas discursivas.

2.4 Hegemonia e inovação na modernidade reflexiva: conflitos simbólicos nas práticas sociodiscursivas contemporâneas

Um dos postulados centrais da proposta aqui apresentada refere-se ao embate constitutivo entre dinamicidade e estabilidade, inerente às práticas discursivas contemporâneas, especialmente na denominada sociedade ocidental. Garantido pela reflexividade, pela democracia, pela tecnologia de transporte e comunicação, pela mobilidade social, tal dinamismo decorre de um complexo conflito que envolve disputas entre discursos, estilos e gêneros hegemônicos, alternativos e contra-hegemônicos. Em outros termos, deontologias e inclinações estão em constante interação, ora se complementando, ora se integrando, ora se chocando.

Especialmente no que se refere à mídia e às indústrias ou instituições ligadas ao poder simbólico e ao capital cultural, esse embate é fundamental para a sua própria existência. Rossetti (2008: 71), baseada em Morin (2005), destaca que, no contexto social da cultura de massa,

coexistem, em tensão, produção padronizada e inovação, compreendida como invenção e criação. As forças dessa tensão são reguladas, em certo sentido, por esse público [de massa]. A relação é paradoxal, pois a padronização restringe a invenção ao mesmo tempo em que necessita dela para fazer surgir novos produtos culturais e, assim, manter a dinâmica do mercado de consumo. [...] O papel social da adaptação do público às inovações é determinante da dinâmica da cultura de massa.

As observações de Rossetti são relevantes e se ajustam ao que se propõe neste trabalho, embora considerações necessitem ser realizadas. O processo de padronização em que a produção cultural massiva se envolve não pode ser confundido com o processo de regularização, inerente à tradicionalização das representações, ações e identidades e ligado à reprodução social das práticas institucionalizadas. A padronização assume contornos econômicos, ligados a uma indústria cultural, com fortes imperativos de captação de público, o que permite afirmar que é essa mesma indústria que cria o público de massa que a consome.

Ao contrário do que, muitas vezes, se acredita ou propõe, o processo de padronização não implica formulaicidade — ou seja, o grau máximo de regularização formal no que tange à funcionalidade dos padrões linguístico-discursivos. Isso se deve, principalmente, ao imperativo de originalidade e diferenciação inerente às múltiplas instituições no que concerne à captação do público para o sucesso de seu empreendimento, tanto do ponto de vista simbólico, quanto político e econômico. Por conseguinte, padronizar deve sempre pressupor alguma forma de diferenciação.

Por outro lado, essa dinâmica que envolve padronização-inovação é reflexo de um processo mais amplo, relativo justamente ao embate entre a deontologia e a inclinação, de um ponto de vista discursivo. Deontologia — de caráter coercitivo, regulador e modelador — e inclinação — de teor inovador, resistente e criativo — consistem também em forças motivacionais instáveis e constitutivas das práticas discursivas contemporâneas, das cotidianas às custosas produções da indústria cultural ou da mídia, passando pelos discursos institucionalizados, como os jurídicos ou acadêmicos.

Assumem, portanto, papel fundamental para a sobrevivência, renovação e adaptação das práticas às necessidades, ao contexto e aos desejos dos atores sociais

posicionados sócio-historicamente. Nesse sentido, a inovação consiste em elemento fundamental do processo de dinamismo discursivo e não pode ser negligenciada nos estudos da área.

Giacomini Filho e Santos (2008) destacam a importância da inovação no que se refere aos estudos em Comunicação Social. Em um artigo no qual apresentam inúmeras propostas teóricas para a compreensão da inovação na comunicação, os autores preocupam-se, especialmente, em conceituar o termo e apresentar inúmeras vertentes de tratamento da questão na contemporaneidade.

Torna-se relevante, para este trabalho, algumas considerações fundamentais. Primeiramente, que a inovação deva ser concebida como um “processo público, social e comunicativo ao invés do ato privado, intelectual e psicológico” (GIACOMINI FILHO e SANTOS, 2008: 16). Além disso, não necessita representar algo, de fato, novo, mas algo que seja reconhecido pela sociedade como novo, causando transformações de ordem psicossocial.

Em segundo lugar, torna-se central questionar: 1. quem inova?; 2. como se inova?; 3. o que é inovado?; e 4. por que se inova? Uma vez que se concebe a atividade de inovação como fruto da inclinação, é essencial saber de que instituição ou atores sociais ela parte, de que modo ela se propaga pela esfera e pela sociedade, em que consiste tal inovação, se ela encontra respaldo no sistema social em questão, recebendo olhares avaliativos complacentes ou resistentes, táticos ou estratégicos, que lhe proporcionem espaço para incorporação nas diversas deontologias (ou na deontologia de uma determinada esfera), e quais são os motivos que a levaram à situação de aceitação e incorporação ou rejeição.

De um ponto de vista discursivo, tais indagações permitem observar as necessidades representacionais, acionais e identitárias dos atores sociais e que instituições são mais ou menos capazes de realizar mudanças nas diversas ordens do discurso e deontologias sociais. E talvez o mais importante seja questionar de que modo e por que razões a incorporação deontológica fora realizada com sucesso. Embora a pergunta oposta também possa ser feita e ser alvo de trabalhos: por que tal inovação não foi incorporada pelas ordens do discurso? De que modo ela foi realizada e reproduzida?

Em terceiro lugar, os autores destacam as características intrínsecas à sociedade contemporânea como de fundamental importância para a proliferação de inovações.

A configuração da sociedade em rede, potencializada pelo uso das tecnologias digitais e virtuais, colocam a comunicação social sobre a

perspectiva da sociedade da informação, cujas inovações alcançam todas as esferas sociais, ambientais e de conhecimento. A convergências das mídias, o novo desenho da família, a diversidade étnica, o embate regional e global, são apenas alguns dos pontos críticos que frequentam as discussões sobre a sociedade mundial no plano contemporâneo. Nesse sentido, as inovações têm propiciado inclusão e exclusão social, colaborando com mudanças sucessivas na (sic) formas de criar, criticar e refletir a comunicação (GIACOMINI FILHO e SANTOS, 2008: 23).

Isso posto, pode-se conceber a sociedade pós-tradicional como um grande palco para o dinamismo das práticas comunicativas, que possui como um de seus protagonistas o processo de inovação.

Morin (2005:19, *apud* ROSSETTI, 2008: 72) afirma que “tudo que é inovador sempre se opõe às normas dominantes da cultura”. A afirmação do autor é categórica e é representativa de um posicionamento coerente, especialmente se tomada a indústria cultural massiva, que procura, até por meio de capital político e econômico, sustentar seus modelos bem-sucedidos de ação, representação e identificação, além de suas estratégias de captação de público.

Por outro lado, uma boa parte das inovações também parece se originar dessas mesmas instituições hegemônicas, o que remete a uma situação paradoxal, conforme o próprio Morin observa. Tais inovações seriam oriundas de novas exigências do consumidor, provavelmente provenientes do esgotamento de captação do público relativo aos modelos anteriores.

No entanto, devem-se considerar também as inovações oriundas das instituições não-hegemônicas, que, muitas vezes, por atuarem em setores mais específicos ou possuírem uma parcela menor e mais homogênea de público-consumidor, acabam utilizando recursos diferenciados de representação, ação e identificação, inovando em seu segmento.

Tal parece ser o caso da imprensa de bairro, cujos editoriais são alvo de análise desta tese. Seria complexo defender que tal imprensa não seja influenciada pelos modelos da grande imprensa que, na capital paulista, possuem na *Folha de S. Paulo* e no *Estado de S. Paulo* dois nomes relevantes. No entanto, seria também inocente conceber que os gêneros praticados por essas duas modalidades de imprensa apresentassem características similares em todos os níveis.

Contudo, não consiste em objeto desta tese analisar as similaridades ou afastamentos entre os editoriais da grande imprensa e da imprensa de bairro. No entanto, a constatação de que diferenças existem no seio da própria imprensa de bairro,

conforme se mostrará no capítulo quarto, permite ratificar a proposta aqui apresentada, de modo que se torna possível observar e analisar os mecanismos diferenciais da constituição do editorial da imprensa de bairro paulistana e as inovações que surgiram e se integraram, com o passar do tempo, nos textos atuais, especialmente no que se refere aos aspectos retórico-teleológicos e a seus correlatos negociativos.

Logo, no próximo capítulo, procurar-se-á definir em que consiste a abordagem da negociatividade discursiva e da articulação dos modos de negociação intersubjetiva, fundamentando-se a partir da descrição da metafunção interpessoal da linguagem, orientada para a análise do processo de construção do Significado Acional, apresentando os principais sistemas e abordagens dos parâmetros interpessoais considerados para a análise dos editoriais da imprensa paulistana de bairro.

Capítulo 3 – Abordagem sociosemiótica e discursiva da função interpessoal: considerações acerca do processo de negociação intersubjetiva nas práticas discursivas contemporâneas

Segundo Halliday (2004), as línguas naturais ocupam-se, basicamente, de duas grandes atividades: 1. construir a experiência humana, nomeando os seres, os objetos, as coisas, formalizando categorias, taxionomias, de forma a torná-la significativa em uma dada sociedade; e 2. representar as relações pessoais e sociais dos indivíduos posicionados nos sistemas sociais. Dessa forma, a língua é concebida não só como reflexão (embora se prefira aqui referir-se a refração), mas também como ação.

Dentre essas duas atividades centrais, esta tese focaliza, especialmente, aquela que toma língua como ação, em uma concepção de enunciado como intercâmbio ou troca. Em outros termos, assume-se um ponto de vista teórico-analítico precipuamente interpessoal, justificado pela própria concepção de Significado Acional proposta e pela necessária vinculação entre construção da ação discursiva e as esferas de dominação e legitimação, que envolvem, necessariamente, a construção de relações sociais e o posicionamento dos atores sociais engajados em interação em um *continuum* que opõe *poder e solidariedade, alternativo e hegemônico, complacência e resistência*.

Assim, defende-se que as diversas redes de padrões probabilísticos de recursos interpessoais podem constituir, em um entrelaçamento compósito e complementar, modos específicos de configuração textual, imprimindo, assim, um filtro em relação às possibilidades dos seus diversos sistemas (negociação, avaliatividade e envolvimento), de modo a configurar-se em um elemento-chave para a descrição e a compreensão das TD acionais ou gêneros discursivos, uma vez que se relacionam tanto à configuração teleológica da ação discursiva quanto à estrutura negociativa de posicionamento discursivo-social dos indivíduos em interação.

Isso posto, o capítulo será organizado em quatro grandes partes, que buscarão considerar a interpessoalidade em sua natureza linguística e discursiva, atentando para as suas consequências sociosemióticas. Nesse sentido, a primeira parte do capítulo apresentará as bases de uma abordagem sistêmico-funcional da linguagem. A segunda seção focalizará o interpessoal na linguagem, levando em consideração as categorias sociosemióticas de poder e solidariedade. A terceira parte abordará os sistemas de avaliatividade, negociação — enfatizando a exortatividade — e envolvimento, além de suas subcategorias, conforme a perspectiva aqui adotada. A quarta parte abarcará a noção de modo de negociação intersubjetiva como um dos níveis de instanciação dos

recursos interpessoais e suas propriedades fundamentais como meios de composição e integração da significação acional, constituindo-se, assim, em um dos principais padrões tradicionalizáveis das práticas discursivas.

3.1 Linguística Sistêmico-Funcional: pressupostos teóricos fundamentais

A Linguística ou Gramática Sistêmico Funcional (LSF ou GSF) consiste em um modelo teórico-analítico que procura abarcar a realidade linguística em sua completude, integrando em sua proposta categorias analíticas que consigam descrever tanto a língua em uso, na produção textual, quanto a língua em seu potencial de significação, como sistema.

Para Halliday (2004: 23), o próprio nome sistêmico, inerente à teoria, refere-se ao fato de que “a língua é um recurso para produzir significado, e o significado reside em padrões sistêmicos de escolhas⁶⁷”. Nessa perspectiva, sistemas são concebidos como padrões paradigmáticos, redes de escolhas caracterizadas por oposições, com diferentes graus de refinamento (*delicacy*).

Assim, textos configuram-se em produtos de uma seleção contínua e processual realizada no seio de uma vasta rede de sistemas, ao passo que a língua, como potencial de significado, é constituída, de modo bruto, na forma de redes de sistemas, que estabelecem padrões de ordenação sintagmáticos — as estruturas.

Essas estruturas organizam-se em camadas ou níveis composicionais configurados a partir de uma relação de integração (“ser parte de”). Como exemplo, pode-se citar o domínio da escrita, no qual sentenças são compostas por subsentenças, que são compostas por palavras, que, por sua vez, são compostas por letras ou grafemas. Dentro desses níveis, a estrutura de cada unidade assume uma configuração orgânica, de modo que cada parte tenha uma função distintiva em relação ao todo. Além disso, algumas dessas unidades devem possibilitar o estabelecimento de formas complexas, que, numa sequência iterativa, configurem uma unidade mais ampla de análise.

⁶⁷ No original: “A language is a resource for making meaning, and meaning resides in systemic patterns of choice”.

Além da organização estrutural e sistêmica, a teoria considera central o aspecto funcional — ou melhor, metafuncional — da linguagem. Segundo Martin e White (2005: 07)⁶⁸,

[...] a LSF é um modelo multi-perspectivo, designado para prover os analistas de lentes complementares para a interpretação da língua em uso. Uma dessas mais básicas complementaridades encontra-se na noção de tipos de significado — a ideia de que a língua é um recurso para concatenar significados ideacionais, interpessoais e textuais uns nos outros em virtualmente qualquer ato de comunicação.

Esses tipos de significado correspondem às metafunções, abordadas superficialmente no primeiro capítulo — ideacional, interpessoal e textual —, postuladas por Halliday como intrínsecas à linguagem humana. De acordo com o autor, “a arquitetura completa de uma língua está organizada de acordo com linhas funcionais” (HALLIDAY, 2004: 31)⁶⁹.

Nessa perspectiva, a língua deve, em primeiro lugar, construir a experiência humana, nomeando, categorizando e rotulando as coisas (*things*, no original), além de ser capaz de integrar tais elementos em sequências que imprimam nexos de sentido diferenciados, como tempo, causa, concessão, etc. Em outros termos, “a língua fornece uma **teoria** da experiência humana” (HALLIDAY, 2004: 29; **negrito do autor**)⁷⁰, dedicando uma gama de recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais para o cumprimento dessa função, denominada *ideacional*.

Em segundo lugar, a língua deve ser capaz de representar os relacionamentos pessoais e sociais dos indivíduos no que se refere aos outros atores sociais, de modo que o enunciado seja entendido não apenas como representação possível da realidade — de um ponto de vista ideacional —, mas também como intercâmbio. Assim, a língua oferece recursos que permitem dar e demandar informações e bens e serviços, além de proporcionar meios para a construção da (inter)subjetividade dos atores sociais envolvidos em eventos sociodiscursivos. Trata-se, portanto, da função *interpessoal*.

Em terceiro lugar, a língua deve fornecer mecanismos para construir a experiência e estabelecer relações sociais de modo inteligível, por meio de sequências organizadas de discurso, permitindo, assim, um gerenciamento do fluxo discursivo, de

⁶⁸ No original: “[...] SFL is a multi-perspectival model, designed to provide analysts with most complementary lenses for interpreting language in use. One of the most basic of these complementarities is the notion of kinds of meaning — the idea that language is a resource for mapping ideational, interpersonal and textual meaning onto one another in virtually every act of communication”.

⁶⁹ No original: “[...] the entire architecture of language is arranged along functional lines”.

⁷⁰ No original: “[...] language provides a **theory** of human experience [...]”.

forma a estabelecer coesão e continuidade ao longo da produção textual. Trata-se da concepção de enunciado como mensagem, o que configura a função *textual* da linguagem.

Nesse sentido, a arquitetura da linguagem deve ser capaz de fornecer recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais capazes de garantir o relacionamento do indivíduo com o mundo exterior, tanto em termos ideacionais quanto interpessoais. Tal imperativo faz da língua um sistema semiótico complexo e multi-estratificado (ou nivelado).

O nível mais concreto corresponde à fonologia e à grafologia e está diretamente relacionado ao estrato da expressão. O segundo nível corresponde à léxico-gramática e integra, juntamente com o último nível — o semântico-discursivo —, o estrato do conteúdo. A LSF propõe que a relação entre os níveis seja viabilizada pelos conceitos de recodificação e realização. Cada nível superior recodifica os padrões do nível inferior, o que corresponde a dizer que os potenciais de significado do nível inferior são retrabalhados no superior, formando outros significados, com estrutura e hierarquia particulares e diferenciados do inferior. Em outros termos, o nível superior não é constituído pelo inferior; ou seja, a léxico-gramática não é constituída por elementos fonológicos, nem o semântico-discursivo é constituído por elementos léxico-gramaticais. Os níveis superiores são mais abstratos e são apenas realizados pelos níveis inferiores.

Tal dimensão da linguagem é denominada *estratificação* e é regulada justamente pelo princípio da *realização*. Por meio dessa dimensão, é possível conceber a língua como “uma série de redundâncias por meio das quais ligamos nosso ambiente ecossocial a distúrbios não-aleatórios de ar (ondas sonoras)” (HALLIDAY, 2004: 26), construindo, nesse processo, a experiência de mundo e os relacionamentos sociais⁷¹.

Nesse sentido, a semântica opera do contexto para o significado; a léxico-gramática, do significado para a construção dos enunciados; a fonologia, da construção dos enunciados para a composição; e a fonética, da composição para a formulação sonora dos enunciados.

Tal estratificação permite um olhar mais complexo da língua, capaz de abarcar a sua realização como um todo, considerando os aspectos de cada estrato em relação ao quadro total, que inclui todos os níveis de realização. Assim, um componente fonético-

⁷¹ No original: “A language is a series of redundancies by which we link our ecosocial environment to nonrandom disturbances in the air (soundwaves)”.

fonológico, como entonação, deve ser entendido não só sob o ponto de vista deste estrato — no qual serão descritas suas características e propriedades —, mas também de sua influência na léxico-gramática e na semântica discursiva, buscando descrever e depreender seu impacto geral na significação.

Tal perspectiva deve, portanto, considerar a língua não apenas em seu estatuto sistêmico, mas também a língua como texto, já que ela só se realiza, concretamente, por meio destes. O conceito proposto por Halliday (2004) para abarcar tal aspecto da linguagem humana é denominado *instanciação*.

Segundo Martin e White (2005: 23), “enquanto a realização consiste em uma escala de abstração, envolvendo a recodificação de um padrão de significados em outro [...], a instanciação constitui-se em uma escala de generalização, envolvendo nossa perspectiva sobre inércia e mudança”⁷². Assim, a instanciação deve ser concebida como uma escala que abrange diferentes padrões de generalização e regularidades que medeiam ou filtram, reiterada e consecutivamente, o potencial de significado da língua até a sua atualização em textos.

Na concepção sistêmico-funcional, o sistema de uma língua é instanciado em forma de texto. Por conseguinte, não se pode conceber de modo independente e autônomo a língua como sistema e a língua como conjunto de textos. A metáfora hallidayana de tempo e clima ajuda nesse entendimento.

O autor afirma que clima e tempo não são fenômenos distintos, mas fenômenos observados de pontos de vista diferenciados. O clima consistiria no tempo visto a partir de uma extensão cronológica mais ampla. Ele instanciaría o tempo. Nessa perspectiva, o clima constituiría o sistema, enquanto o tempo, o texto.

É o tempo que afeta os seres humanos e o planeta diariamente, agradando, perturbando, colocando obstáculos à vida diária, assim como é por meio de textos que os atores sociais interagem na vida cotidiana ou institucional, instanciando uma certa gama de recursos do potencial de significado da língua.

Ao mesmo tempo em que o clima é a teoria do tempo, uma entidade virtual, que possui uma existência separada, mas não autônoma, o sistema da língua consiste na teoria dos textos. Ele — o sistema — não consiste em uma soma de todos os textos possíveis, mas uma entidade virtual, de caráter semiótico, a partir do qual é possível

⁷² No original: “Whereas realisation is a scale of abstraction, involving the recoding of one pattern of meanings as another [...], instantiation is a scale of generalisation, involving our perspective on inertia and change”.

inferir certas propriedades com poder explicativo no que tange à comunicação humana e à produção de textos.

Nessa escala, há, basicamente, cinco graus, conforme indicam Martin e White (2005), que podem ser abstratamente definidos a partir da sequência abaixo, que parte do nível mais geral para o mais específico⁷³:

Quadro 03: Níveis de instanciação linguístico-discursivos

1. sistema (potencial de significado generalizado) → 2. registro (subpotencial semântico) → 3. tipo de texto (real generalizado) → 4. texto (ocorrência real) → 5. leitura (significado subjetificado).

Primeiramente, deve-se entender o nível inicial — sistema — não necessariamente como o da língua em si, generalizada, mas como cada um dos diversos sistemas, no seio da rede de opções que compõe a língua. Assim, por exemplo, a Avaliatividade (ou Valoração), que será tratada posteriormente, ocupa um papel de sistema, dentro da metafunção interpessoal, atualizando componentes nos cinco graus de instanciação.

Em segundo lugar, cabe esclarecer alguns dos conceitos presentes na escala, dada a sua importância para a abordagem discursiva do interpessoal que se empreenderá nesta tese.

A noção de registro é de central importância no que se refere aos estudos sistêmico-funcionais e se relaciona, em termos da escala de *instanciação*, ao conceito de modo de negociação intersubjetiva, que será apresentado ao final deste capítulo.

Para Halliday (2004: 27; **negrito do autor**), “um registro é uma variedade funcional da linguagem [...] — os padrões de instanciação do sistema geral associados a um dado tipo de contexto (um **tipo situacional**)⁷⁴”. Nessa acepção, o registro pode ser representado como uma configuração particular de probabilidades sistêmicas.

Para Martin e White (2005), o registro consiste em um nível de análise mais abstrato que o semântico-discursivo, tendo em vista que ele envolve padrões de padrões discursivos e se refere diretamente às categorias contextuais de campo, relações e modo⁷⁵, as quais serão pormenorizadas posteriormente.

⁷³ Deve-se ressaltar que, apesar da proposta de cinco patamares, o número exato de níveis de instanciação depende, em última instância, do grau de refinamento de padrões de recursos desejados pelo analista.

⁷⁴ No original: “A register is a functional variety of language [...] — the patterns of instantiation of the overall system associated with a given type of context (a **situation type**)”.

⁷⁵ Tais categorias foram explanadas, de modo sucinto, no primeiro capítulo.

Nesse sentido, registros, como subpotenciais sistêmicos, derivados de categorias contextuais determinadas, envolvem configurações de probabilidades mais institucionalizadas referentes a determinadas opções de recursos de construção de significados.

O terceiro item da escala, o tipo de texto, deve ser concebido como padrões de configuração de probabilidades de ocorrência de certos recursos linguísticos em um determinado conjunto de textos comparáveis, o que envolve uma institucionalização mais tênue de regularidades. Em geral, os tipos de texto envolvem a atualização de determinados padrões de um registro, associados a objetivos retóricos específicos.

Por fim, o último nível, a leitura, é de importância fundamental. Um único texto, mesmo que constituído a partir de múltiplos filtros do potencial de significado da língua, ainda é dotado de significações e sentidos suficientes para possibilitar múltiplas leituras a seu respeito, o que, em geral, acarreta reações (ou atitudes responsivas) diferenciadas em função da identidade de cada consumidor textual.

Nesse sentido, Martin e White (2005) concebem as leituras como complacentes, táticas ou resistentes. Uma leitura complacente consiste naquela em que o leitor/ouvinte assume e se identifica com as representações, as avaliações e os argumentos do texto. Em geral, o leitor complacente coincide com o leitor ideal construído e evocado pela voz autoral em seu discurso. Uma leitura resistente, por sua vez, configura-se naquela em que o leitor/ouvinte rejeita as representações, avaliações e argumentos veiculados em determinado discurso, o que afeta diretamente a autoridade ou a credibilidade da voz autoral, em termos sociosemióticos. Por fim, uma leitura tática constitui-se naquela em que o leitor/ouvinte consome o texto visando a objetivos diferenciados, como é o caso do analista textual, que lê textos jornalísticos, por exemplo, a fim de compreender seus processos de geração de sentido, não assumindo o papel de consumidor visado pela instância produtora. Entretanto, considerar-se-á, nesta tese, um outro tipo de leitura, denominada estratégica, que se refere à atitude de filtragem e seleção de aspectos das representações, avaliações e argumentos desenvolvidos em um texto — ora em oposição, ora em acordo —, levando em consideração sua compatibilidade em relação à inclinação e às representações do ator social, o que parece ser mais natural de ocorrer e servir como um motor — gradual, processual, contraditório e compósito — da mudança discursivo-tradicional, genérica, identitária e representacional na sociedade contemporânea.

Por fim, a abordagem sistêmico-funcional trata das relações entre língua e contexto, desenvolvendo, desse modo, uma abordagem intrínseca e extrínseca do funcionamento linguístico. As categorias contextuais — campo, relações e modo — estão diretamente correlacionadas às metafunções linguísticas.

Tal elo e suas implicações podem ser resumidos do seguinte modo:

1. O *campo* consiste em uma categoria contextual que concerne a um conjunto de seqüências de atividades orientadas em relação a algum objetivo institucional global. Essas atividades englobam participantes, processos, circunstâncias, locais, que são categorizados mediante as necessidades e exigências de cada campo e de seus integrantes. A noção de *campo* está associada à noção de comunidades retóricas ou discursivas (CARVALHO, 2005). Comunidades discursivas categorizam o mundo a seu modo, representando-o de acordo com seus valores, suas opiniões, posições, avaliações, numa relação dialética que as aloca como fonte e resultado dos elementos que compõem o(s) campo(s) a que estão associadas. Assim, o *campo* pode ser entendido como uma recodificação de padrões discursivos da metafunção *ideacional*, dando origem a uma concepção de enunciado como *representação*. Por conseguinte, o principal sistema léxico-gramatical que lhe é associado é o da *transitividade*, que consiste na gramaticalização da construção da experiência de mundo por meio de um conjunto de tipos processuais, subdivididos em *materiais*, *comportamentais*, *mentais*, *verbais*, *relacionais* e *existenciais*.

2. O *modo* concerne à canalização da comunicação, ou seja, à textualização do fluxo informacional nos diversos meios semióticos, o que envolve, na contemporaneidade, as diversas tecnologias comunicativas (papel, SMS, e-mail, rádio, televisão, *sites*, etc.). Nesse sentido, relaciona-se também ao peso de cada modalidade semiótica em relação ao discurso produzido, assim como o grau de dialogicidade ou monologicidade⁷⁶ inerentes aos tipos de interação em que os atores sociais se envolvem, o que está diretamente relacionado à tecnologia comunicativa empregada, assim como fatores interpessoais, como poder. Por conseguinte, o *modo* recodifica os padrões da metafunção *textual*, acarretando uma concepção de enunciado como *mensagem*. Em termos léxico-gramaticais, tal nível assume como principal categoria a estrutura

⁷⁶ O termo *monologicidade* refere-se, aqui, à ausência de participação efetiva do outro em dada produção discursiva. Não se refere, portanto, ao dialogismo constitutivo das interações verbais e, portanto, não o nega.

temática — tema-rema, dado-novo —, responsável pelo controle do fluxo informacional do enunciado.

3. As *relações*, por sua vez, envolvem o conjunto de relações sociais significativas entre participantes, tanto no que se refere a seus atributos permanentes quanto aos próprios papéis assumidos por eles em dada interação (HALLIDAY, 1978). Nesse sentido, as *relações* abarcam tanto os caracteres concernentes à autoridade, à credibilidade, à intimidade e ao comprometimento do ator social em relação aos outros e ao que enuncia, quanto os dados específicos e pontuais de um dado evento social, em suas diversas etapas, como os papéis discursivos relacionados a dar ou demandar informações e bens-e-serviços. As *relações* envolvem duas variáveis-chave — o *poder* e a *solidariedade* (MARTIN e WHITE, 2005) —, consideradas, respectivamente, as dimensões vertical e horizontal das relações interpessoais humanas. Nessa perspectiva, tal nível é concebido como recodificador, no estrato contextual, dos padrões discursivos da metafunção *interpessoal*, que estabelecem uma concepção de enunciado como *troca* ou *intercâmbio*⁷⁷. Em termos léxico-gramaticais, destacam-se três sistemas: a *negociação propriamente dita*, o *envolvimento* e a *valoração (avaliatividade)*.

Isso posto, a próxima seção buscará abarcar as propriedades da metafunção interpessoal e dos seus principais sistemas, procurando observá-la de uma perspectiva discursivo-textual e discursivo-social.

3.2 Metafunção interpessoal e discurso: propriedades fundamentais

A metafunção interpessoal da linguagem refere-se à negociação da intersubjetividade entre os atores sociais engajados em um evento discursivo. Nesse sentido, o interpessoal deve abarcar uma gama de recursos linguísticos de caráter semântico-discursivo e, por conseguinte, léxico-gramatical e fonético-fonológico, que possibilite aos falantes/escritores construírem uma identidade referente a si mesmos e ao outro, além de permitir que os produtores formatem seu posicionamento discursivo-social perante os outros atores sociais, o que confere ao interpessoal duas dimensões: uma, de caráter identitário; outra, de caráter relacional (FAIRCLOUGH, 1997).

Assim, o interpessoal, muito mais que o ideacional, assume papel privilegiado na construção de significados acionais e identitários, tendo em vista que seus recursos

⁷⁷ Neste trabalho, a função interpessoal é concebida sob esta acepção. No entanto, prefere-se utilizar o termo *negociação* a *intercâmbio*, conforme se explanará na seção pertinente.

atuam diretamente tanto na formação do *estilo*, ou seja, do *modo de ser* de cada ator social, quanto de seu *modo de agir*, revelado, dentre outros recursos, pelo modo como o ator social negocia o *status* discursivo de si e do(s) outro(s) no processo interacional.

O termo-chave para a compreensão do interpessoal é *negociação*. *Negociar* implica um intercâmbio de *valores*; implica dar, demandar, receber, rejeitar. Halliday (2004: 30) concebe tal função como fundadora de uma concepção de *língua como ação*. Por meio de seus recursos, o falante/escritor torna-se *intruso* no jogo discursivo, assumindo uma função participativa na linguagem (HALLIDAY, 1978).

Nessa perspectiva, trata-se de um agir sobre o outro e sobre si mesmo na construção de uma (inter)subjetividade que é demandada ou oferecida ao(s) outro(s) nas diversas formas de interação a que os indivíduos encontram-se engajados na vida cotidiana e institucional.

Martin & White (2005: 01) apresentam um posicionamento extremamente acurado acerca do escopo teórico da análise do interpessoal quando se referem à avaliatividade, um dos sistemas relacionados a essa metafunção. Assim, para os autores, a abordagem da avaliatividade — e, na posição aqui adotada, do interpessoal como um todo — refere-se à

[...] presença subjetiva dos escritores/falantes nos textos no que tange à adoção de posicionamentos relativos tanto ao material que apresentam quanto àqueles com quem se comunicam [...] Concerne à construção, por textos, de comunidades de sentimentos e valores compartilhados, e com os mecanismos linguísticos atualizados para compartilhar emoções, gostos e avaliações normativas. A abordagem envolve também o modo pelo qual falantes/escritores constroem para si mesmos identidades autorais particulares ou personas, a maneira pelo qual se alinham ou desalinham em relação a respondentes reais ou potenciais e o modo pelo qual constroem em seus textos uma audiência visada ou ideal⁷⁸.

Martin e White (2005) ressaltam que sua abordagem se relaciona diretamente à análise da presença subjetiva dos atores sociais nos textos. Esse fazer-se presente não é aleatório nem secundário no ato linguístico. Todo ato linguístico apresenta marcas subjetivas relativas a quem o enuncia, com maior ou menor comprometimento, com maior ou menor exposição de seus traços identitários, com graus variados de

⁷⁸ No original: “[...] the subjective presence of writers/speakers in texts as they adopt stances towards both the material they present and those with whom they communicate. [...] It is concerned with the construction by texts of communities of shared feelings and values, and with the linguistic mechanisms for the sharing of emotions, tastes and normative assessments. It is concerned with how writers/speakers construe for themselves particular authorial identities or personae, with how they align or desalign themselves with actual or potential respondents, and with how they construct for their texts an intended or ideal audience”.

estabelecimento de poder e solidariedade, revelando, em diversas intensidades, aspectos da construção discursiva da autoridade, da intimidade e da credibilidade entre os atores sociais.

Nessa perspectiva, o outro torna-se essencial e imprescindível, uma vez que toda essa gama de recursos linguístico-discursivos só faz sentido na existência do consumidor textual. Não haveria necessidade de negociar poder, solidariedade, autoridade, credibilidade, comprometimento ou intimidade em relação a si mesmo. O fato de a língua comportar recursos que se destinam a tal finalidade é um indício claro de que a inscrição da subjetividade tornou-se imperativa para as sociedades humanas e, por essa razão, o interpessoal constitui-se em uma metafunção intrínseca à constituição das línguas naturais.

Por conseguinte, o ato linguístico deve ser, de fato, concebido como um *interato*, em consonância com Halliday (2004: 107), tendo em vista que, dado seu caráter negociativo, ele sempre implicará o outro, envolvendo, assim, dar e receber, demandar e obter algo em resposta — mesmo que tais atos ou respostas não sejam, exatamente, os que se esperam, uma vez que negociações nem sempre são bem sucedidas.

Deve-se ressaltar que tal olhar concerne a uma concepção de enunciado como *intercâmbio*, como *negociação*, com enfoque no interpessoal. Conforme já mencionado, um enfoque ideacional focalizaria uma concepção *representacional* de enunciado, enquanto um enquadramento textual implicaria uma concepção de *mensagem* no que tange ao enunciado. Não obstante, trata-se apenas de uma questão de perspectiva analítica. O enunciado é, por natureza, multifuncional. As representações, instanciadas por recursos do ideacional, recebem um trabalho (inter)subjetivo dos recursos do interpessoal, que procedem à negociação dessa subjetividade em relação ao outro. Esse amálgama — representação mais intersubjetividade negociada — é organizado em um fluxo discursivo, em um enunciado-mensagem, por meio dos recursos da metafunção textual, que incluem coesividade, estruturação tema-rema, dentre outros⁷⁹.

Analisar o enunciado — na perspectiva negociativa — torna-se, portanto, uma tarefa complexa, pois recursos ideacionais, textuais e interpessoais encontram-se, muitas vezes, sincretizados, em termos de realização, na superfície linguística. Assim, recursos

⁷⁹ Não se pretende, a partir da explanação, propor que haja uma hierarquização e que a ordenação da composição do enunciado assuma, necessariamente, tal configuração: ideacional > interpessoal > textual. São necessários estudos cognitivos para que se possa afirmar, claramente, algo desta natureza. No entanto, trata-se de uma posição possível e compartilhada por autores, como Fairclough (2007), que postulam o nível representacional — relacionado ao ideacional — como ponto de articulação das ações e das identidades — associadas ao textual e ao interpessoal.

fonéticos, como os prosódicos, podem ocupar valor textual e interpessoal simultaneamente. O mesmo pode ocorrer em outros níveis, como o léxico-gramatical, entre as diversas metafunções. Isso permite deduzir que o sistema linguístico, apesar de multifuncional e de capitalizar recursos especializados em relação a cada função, não necessariamente os isola em uma única funcionalidade. Em outros termos, há pontos de contato entre os recursos semântico-discursivos, léxico-gramaticais e fonético-fonológicos (e grafológicos) inerentes a cada função. Por conseguinte, cabe ao analista decidir sob que aspectos serão abordados os diversos fenômenos linguísticos e discursivos.

O foco adotado nesta tese refere-se ao *interpessoal* e, nesse sentido, será tomada uma concepção de enunciado como *intercâmbio negociativo*, que envolve, de um ponto de vista semântico-discursivo, recursos de:

1. *negociação propriamente dita*, englobando as noções de intercâmbio e função discursiva (HALLIDAY, 2004);
2. *avaliatividade* (ou *valoração*), abarcando as categorias de atitude, engajamento e gradação (MARTIN e WHITE, 2005);
3. *envolvimento*, levando em consideração os eixos de vinculação e captação, conforme proposta a ser aqui desenvolvida, considerando aspectos relevantes de Oesterreicher (1996), Tannen (2007), dentre outros.

Todos esses sistemas semântico-discursivos compartilham uma característica inerente aos componentes do interpessoal: uma estruturação prosódica. Diferentemente da estrutura ideacional, por exemplo, os componentes da função interpessoal possuem fronteiras indefinidas. O significado interpessoal se espalha pelos enunciados, assumindo um efeito cumulativo, assim como a prosódia se espalha por diversos segmentos fonológicos, caso da harmonia vocálica, ritmo, entonação.

Martin e White (2005) definem esse efeito prosódico a partir de três tipos de realização: *saturação*, *intensificação* e *dominação*.

A *saturação* diz respeito ao caráter oportunista da prosódia, que se manifesta onde é possível, podendo gerar um efeito de acúmulo, tal qual ocorre na harmonia vocálica. Nesse sentido, um recurso interpessoal, como a modalidade, pode manifestar-se em várias posições no enunciado, de modo reiterado ou não.

A *intensificação*, por outro lado, concerne à amplificação, geralmente por meio de repetições de vários recursos linguísticos que aumentam o efeito de uma dada

avaliação e de uma certa estratégia de envolvimento. Em termos prosódicos, a analogia encontra-se no volume de voz.

A *dominação*, por sua vez, refere-se ao fato de os significados interpessoais se associarem a outros significados sob seu escopo, dominando o enunciado.

Propõe-se aqui, no entanto, uma quarta categoria — a *contaminação*. Trata-se de um processo similar ao que se denomina assimilação em fonética-fonologia. Um recurso interpessoal contamina os significados de outros recursos interpessoais, diminuindo ou aumentando-lhes a carga subjetiva, reduzindo ou ampliando o comprometimento autoral, ou mesmo direcionando o consumidor textual para um ou outro posicionamento intersubjetivo. Em outros termos, um julgamento negativo em certo ponto de um texto pode acarretar uma leitura também negativa de um fato que lhe é associado e que, na ausência da avaliação anterior, poderia ter recebido uma leitura neutra ou favorável, por exemplo.

Para ilustrar a validade da noção de efeito prosódico e seu funcionamento, analisar-se-á um trecho do editorial *Saudade é para lembrar*, do Jornal Nosso Bairro, de 29 de julho a 04 de agosto de 2006, a fim de que sejam esclarecidos seus princípios fundamentais:

Por fim, penso que devemos sempre que possível matar a saudades. Seja como for, o importante mesmo é lembrar que a saudade existe [...] (JNB 04 – p. 05⁸⁰)

Note-se como os recursos interpessoais aparecem em distintos posicionamentos na estrutura enunciativa por meio de formas léxico-gramaticais diversas, como verbos, advérbios, adjetivos, o que exemplifica seu caráter prosódico de *saturação*.

Em termos intersubjetivos, no entanto, deve-se atentar para a oscilação no tocante ao comprometimento da voz autoral em relação às suas propostas e proposições, que, de modo geral, tendem ao descomprometimento, com exceção do último trecho — *o importante mesmo é [...]*.

Primeiramente, por meio da forma verbal *pensar*, em primeira do singular, a voz autoral relativiza o comprometimento com a proposta que se segue, visto que calca sua validade em seu próprio universo de representações, desuniversalizando-a. Na sequência, pelo modal deôntico *devemos*, adota um teor de sugestão, possibilitado, por

⁸⁰ A tabela explicativa referente às siglas dos jornais encontra-se tanto na seção 4.1, que apresenta o *corpus* e seus parâmetros documentais, quanto no sumário dos anexos. O número de página indica a localização do texto integral nos anexos.

contaminação, pelo modal anterior — *pensar* —, que minimiza o potencial teor de obrigatoriedade e autoritarismo intenso que poderia resultar do uso modal.

A forma de habitualidade *sempre que possível*, ao mesmo tempo em que marca constância, atualiza uma concepção de oportunidade, associando a sugestão proposta (*matar a saudades [sic]*) às oportunidades surgidas, o que reduz o caráter de controle inerente ao componente deôntico. A forma *Seja como for* viabiliza para o leitor a possibilidade de não levar em consideração o enunciado anterior — ou seja, a voz autoral busca solidarizar-se com qualquer possível consumidor textual, discordante ou concordante —, de modo a limitar seu caráter de autoridade diante do enunciado. Tal expressão assume um caráter contaminador premente, minimizando o esforço interpessoal em rejeitar a proposta, por exemplo.

No entanto, tal procedimento não é aleatório e, muito menos, implica uma total desautorização do autor. A avaliação de importância que se segue, acompanhada da forma *mesmo*, assume um teor de contração dialógica, visando a limitar ou reduzir as possibilidades de alternativas dialógicas, ou seja, de visões distintas às da voz autoral em relação à proposição seguinte — *lembrar da existência da saudade*. Nesse sentido, desautoriza-se a proposta de *matar a saudade*, mas não a de lembrar; esta, ao contrário, é veiculada com intenso comprometimento, *amplificado* pelo recurso de gradação *mesmo*.

Assim, ao se descomprometer em relação à proposta e, desse modo, projetar um grau de solidariedade maior, para, em seguida, comprometer-se em relação à proposição, a voz autoral possibilita maior adesão potencial a esta. Por conseguinte, torna-se inegável que se trata de uma negociação; no caso, um intercâmbio que pressupõe, em primeiro lugar, um ceder para ganhar adesão, para, assim, autorizado, impor-se diante do público.

É possível observar, portanto, que os recursos do interpessoal, ao instaurar posicionamentos (inter)subjativos, reconfiguram as representações instanciadas pelo componente ideacional, envolvendo-as num campo negociativo que exige atitudes responsivas dos ouvintes/leitores. Nesse sentido, trata-se de um componente em que a dialogia torna-se parâmetro fundamental.

Deve-se destacar, conforme a análise anterior procurou exemplificar, que a abordagem do interpessoal não fica circunscrita apenas aos recursos léxico-gramaticais; ela vai além. Por meio da análise de tais recursos, é possível depreender efeitos semântico-discursivos no que tange a negociação, valoração e envolvimento e, a partir

desses efeitos, deduzir suas implicações nos campos sociossemióticos de poder e solidariedade, que envolvem relações de autoridade, credibilidade, comprometimento e intimidade. Assim, conforme postula Halliday (2004), as escolhas realizadas em um dos níveis de estratificação geram, constitutivamente, efeitos em outros níveis.

Nesse sentido, a abordagem do interpessoal deve ocupar-se de, pelo menos, dois olhares:

1. de uma perspectiva sociossemiótica, deve orientar-se para a análise das questões direcionadas ao poder e à solidariedade e suas implicações no discurso e na sociedade;

2. de uma perspectiva linguística, deve focalizar a descrição e análise das categorias e dos recursos semântico-discursivos, léxico-gramaticais e fonético-fonológicos pertinentes e seu impacto na construção discursiva, tendo em vista os limites do *corpus* e os interesses do analista.

Além disso, deve levar em consideração o nível de instanciamento, focalizando no sistema, na instância ou no processo que interliga os polos em perspectiva *top-down* e/ou *bottom-up*. No caso desta tese, a perspectiva é processual, uma vez que se focaliza a apreensão de padrões tradicionais de instanciamento de recursos interpessoais associados ao mecanismo de negociação intersubjetiva, e direciona-se, especialmente, para o caminho *bottom-up*, da instância ao sistema, embora sejam tecidas considerações variadas acerca da possibilidade *top-down*, tendo em vista, precipuamente, uma concepção que considere o interpessoal nos significados Acional e Identificacional.

3.2.1 Poder e solidariedade em uma perspectiva interpessoal: intersecções da LSF e da Sociossemiótica

Halliday (1978) define a língua como um potencial de significado, e a realidade social ou a cultura, em um edifício de significados, um sistema semiótico em si mesmo. Nessa perspectiva, a língua pode ser concebida como um dos principais sistemas semióticos que constitui a cultura.

Kress (1997) ressalta que a Linguística, em muitas de suas áreas, ainda permanece formalista, e não, semiótica, tendo em vista que perpetua a dicotomia língua-contexto. Nesse sentido, abstraindo do contexto — que inclui a sociedade, a história e os atores sociais engajados em interação —, a Linguística torna-se incapaz de analisar a articulação e o desenvolvimento das práticas sociodiscursivas.

Uma Linguística que assuma um estatuto semiótico deve levar em consideração, portanto, que o signo linguístico apresenta, sim, uma relação de motivação entre significante e significado, diferente do que se verifica no postulado fundante de Saussure no que se refere à arbitrariedade do signo linguístico⁸¹.

Nessa perspectiva, o signo linguístico constitui-se em um construto histórico, resultado de uma atividade linguística em que atores sociais de diferente acesso a mobilização de recursos e exercício de capacidade decisória — e, portanto, com graus variados de poder, autoridade, credibilidade, etc. — contribuem para a atualização de distintos e conflitivos sentidos aos aspectos da realidade social — em instabilidade constitutiva, embora possam apresentar uma estabilidade aparente, naturalizada pelo exercício do poder e da legitimação via normas —, o que permite conceber a relação significante-significado como um processo motivado pelas diferentes representações, ideologias e interesses dos atores sociais posicionados.

Por conseguinte, o signo torna-se um recurso de significado social e histórico, integrando o sistema linguístico, que, inevitável e conseqüentemente, assume as propriedades de seus elementos constituintes. Assim, a língua — potencial de significado social e historicamente condicionado — não pode ser concebida como plenamente arbitrária, já que sua própria evolução e variação envolve a variação e evolução das necessidades comunicativas das diversas sociedades humanas.

Obviamente, pelo próprio fato de a língua ser um produto histórico e social e um potencial de significado em constata instabilidade, o signo linguístico torna-se mais ou menos opaco, dado que é produzido e interpretado a partir das diferentes ideologias e representações sociais. Assim, de modo análogo ao que se afirmou acerca do processo de invisibilidade da motivação inerente a uma gama de Tradições Discursivas, o signo linguístico tem sua motivação — ou seja, a percepção das razões que levam a uma dada associação entre significado/significante — ocultada, de forma que o ator social não é, sempre, capaz de realizar uma leitura totalmente transparente do signo, o que permite postular a existência de uma escala de transparência/opacidade relativa à recepção dos signos linguísticos.

Nessa concepção, o signo torna-se, portanto, produto de um processo metafórico, em que, do ponto de vista do produtor, pode ser estabelecida uma identidade

⁸¹ Deve-se ressaltar que a negação da arbitrariedade não se refere à relação, de caráter obviamente arbitrário, entre o significante e sua referência extralinguística. Realmente, não há, em princípio, relação entre o *objeto cadeira* e o *significante cadeira*, mas, com certeza, há disputas pelos diversos significados preferenciais associados ao *significante*, o que constitui um processo motivado.

entre dois elementos de seu universo semiótico — um determinado significante e um determinado significado. Assim, o ponto de vista instituído torna-se efeito das historicidades e das particularidades dos diversos momentos enunciativos, além de, segundo Kress (2004), tornar-se o fundamento do signo linguístico. Por conseguinte, este acaba configurando-se como palco de disputas de poder, ou seja, de conflitos de pontos de vista, representações, o que interrelaciona estruturas de significação a estruturas de dominação e legitimação.

Tal caráter, inerente ao signo e extensivo à linguagem, permite conceber as línguas naturais como construtos sociossemióticos, ou seja, como potenciais de significado que emergem das necessidades sociais, de modo que seus elementos constitutivos apresentem-se como resultado de operações motivadas de associação significacional, tendo em vista as diversas representações da realidade social. Esta, por sua vez, opera dialeticamente, na medida em que, ao mesmo tempo, configura os sistemas semióticos e é por eles e, em especial, pela língua, configurada.

Nesse sentido, as diversas metafunções linguísticas não podem ser analisadas a partir de um ponto de vista essencialmente linguístico. Elas devem dialogar com as características inerentes aos sistemas sociais, de modo que os aspectos referentes a estes — que envolvem ideologias, instituições, processos hegemônicos, econômicos, culturais — possam ser analisados em face do material linguístico disponível como um sistema de escolhas motivadas, a partir do qual seja possível analisar não só os aspectos referentes à forma ou ao conteúdo linguístico, mas também a seus efeitos de sentido, tanto da perspectiva do produtor quanto do consumidor, tendo em vista os imperativos deontológicos e as confrontações inerentes ao seu embate com as inclinações.

Assim, apesar de serem, principalmente, as representações o palco de disputa de poder para a manutenção ou contestação das hegemonias pela (des)naturalização das convenções sociais e do senso comum, é especialmente por meio de recursos linguísticos do interpessoal que as relações de poder, solidariedade, comprometimento, autoridade e credibilidade são instanciadas, fatores que incidem diretamente nas diversas atitudes responsivas associadas às representações, pontos de vistas e posições valorativas assumidas pelos produtores textuais.

Como nível que, por um lado, recodifica padrões semântico-discursivos de envolvimento, avaliatividade e negociação e, por outro, realiza parâmetros e condicionamentos da categoria contextual *relações*, o interpessoal permite ao escritor/falante invadir o discurso, construindo sua subjetividade em face dos outros, de

modo a demarcar limites no que se refere a si mesmo e aos outros atores sociais, com fronteiras mais ou menos nítidas, de forma a estabelecer graus variados de dialogicidade, e, assim, configurar um espaço de instanciamento de recursos que permite ao ator social identificar-se e relacionar-se com o outro, contratual ou polemicamente, inscrevendo na e pela língua meios de marcar poder e solidariedade.

Martin e White (2005), baseados em Poynton (1985), identificam o poder e a solidariedade como princípios-chave no que concerne ao nível das *relações*. Nessa perspectiva, o poder é concebido como uma dimensão vertical de relações interpessoais, enquanto a solidariedade é entendida como a dimensão horizontal da interpessoalidade.

Nas sociedades modernas, de acordo com os autores, são basicamente cinco os fatores que posicionam os atores sociais em relação aos outros: geração, gênero, etnia, capacidade e classe.

Por geração, referimo-nos a desigualdades associadas à maturação; gênero cobre diferenças baseadas em sexo e sexualidade; etnia concerne a raça, religião e outras divisões ‘culturais’; capacidade refere-se a habilidades e inabilidades de vários tipos; classe se baseia na distribuição de recursos materiais e constitui-se, potencialmente, em uma das dimensões mais fundamentais, tendo em vista que é dessa divisão que ordem econômica pós-colonial, no final das contas, depende (MARTIN e WHITE, 2005: 29)⁸².

Diferentemente de outras épocas, no entanto, a sociedade reflexiva contemporânea, especialmente a ocidental, conforme já se apontou, abre um espaço maior para a manipulação desses fatores posicionais, o que permite que as configurações impostas pelo nascimento sejam modificadas ao longo da vida do ator social, mediante seu projeto simbólico de identidade. Obviamente, tal projeto dependerá, em última instância, das possibilidades de realizá-lo, o que envolve, invariavelmente, poder e solidariedade relacionais.

No que se refere ao poder, Poynton (1985, *apud* MARTIN e WHITE, 2005) considera como parâmetro fundamental a reciprocidade de escolhas. Atores sociais de *status*⁸³ similar constroem igualdade por poderem fazer escolhas de mesma natureza, diferente de sujeitos sociais de *status* diferenciado, que não têm possibilidade de fazer o mesmo tipo de escolha.

⁸² No original: “By generation we refer to inequalities associates with maturation; gender covers sex and sexuality based difference; ethnicity is concerned with racial, religious and other ‘cultural’ divisions; capacity refers to abilities and disabilities of various kinds; class is based on the distribution of material resources and is arguably the most fundamental dimension since it is the division on which our post-colonial economic order ultimately depends”.

⁸³ A autora refere-se a *status* para poder, e *contato* para solidariedade.

O termo *escolha* ('choice', no original) relaciona-se ao termo *opção*, caro à LSF, no que se refere às redes de opções derivadas de algum sistema linguístico, conforme já se apontou. Trata-se de uma abordagem que privilegia o paradigmático, embora não abra mão do sintagmático, por razões óbvias. No entanto, talvez o termo *escolha* não seja plenamente explicativo no que se refere à perspectiva social. Assim, contrastá-lo à noção de *decisão* parece proporcionar uma visão mais ampla da questão.

Escolher é diferente de decidir. Giddens (1997) ressalta que os termos não são sinônimos e que decidir implica poder, conhecimento especializado, estando presente em todos os domínios da vida social. No entanto, são poucos os atores sociais que têm direito a decidir, uma vez que decisões repercutem de modo global nos agentes sociais envolvidos nas instituições em que são tomadas.

É claro que decisões, no fundo, consistem em escolhas — no entanto, trata-se de escolhas realizadas por indivíduos imbuídos de caracteres ligados a autoridade e credibilidade, capazes de decidir *o quê* será realizado e *como* será realizado, estando, inclusive, legitimados para tal. Escolhas propriamente ditas, todavia, referem-se à necessidade — talvez o imperativo — de se optar por algo: um determinado produto, um determinado modo de se vestir, um estilo de vida. Escolhas relacionam-se à autonomia individual, mas não implicam necessariamente relações de poder que afetam, substancialmente, outros atores sociais posicionados nas mesmas esferas e instituições. Decisões têm o poder de alterar aspectos da deontologia; escolhas, por sua vez, referem-se à inclinação e raramente modificam a deontologia direta e imediatamente. Em outros termos, decisões ligam-se a estruturas legitimadas de dominação; escolhas relacionam-se aos imperativos de realização de práticas sociais pelo ator individual, associados à própria monitoração reflexiva da conduta.

Os fatores posicionais anteriormente expostos — geração, gênero, etnia, capacidade e classe — são elementos de inegável importância no que se refere ao poder e, portanto, ao acesso a diferentes tipos de escolhas e decisões. Hierarquias de valores associadas a esses elementos constroem o potencial de opções dos atores sociais posicionados em escalas inferiores de poder, enquanto amplificam o potencial daqueles que detêm maior poder. Interações patrão-empregado, professor-aluno, aprendiz-mestre, crente-sacerdote são alguns exemplos, dentre muitos, que podem ser citados para ilustrar a questão⁸⁴.

⁸⁴ Ressalva-se que se trata de uma generalização. Em muitos casos, os padrões preferenciais de estabelecimento de poder podem ser invertidos, em maior ou menor grau, pela resistência dos atores

Assim, distinções hierárquicas relativas ao poder podem acarretar distinção de *status*, a faceta visível e identitária do exercício do poder. Fairclough (1997: 02), em uma abordagem discursiva sobre a questão, define *poder* tanto como as “assimetrias entre participantes de eventos discursivos, quanto em termos de capacidade desigual de controlar como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos (e, assim, o formato dos textos) em contextos socioculturais específicos”.

Tal assimetria pode, em algumas situações, resultar em uma relação que imponha determinados direitos e obrigações interacionais entre os agentes sociais, o que limitará a rede de opções e/ou recursos linguísticos e discursivos disponíveis para a interação, criando diferenças de *status*. No entanto, nem sempre tal processo de limitação é verificado, o que permite entender que a marcação do *status* não se configura em uma consequência necessária do exercício do poder.

O mesmo Fairclough, posteriormente (2007: 41), concebe o poder a partir de uma contextualização mais ampla. Observe-se:

A produção da interação como significativa acarreta uma contínua e ativa ‘negociação’ das diferenças de significado; as ‘normas’ de interação como uma ordem moral são orientadas e interpretadas de modo diferente pelos atores sociais, e essas distinções são negociadas. Poder, em seu sentido mais geral de ‘capacidade transformadora da ação humana’, de capacidade ‘de intervir em uma série de eventos para alterar o seu curso’, depende de ‘recursos ou habilidades/facilidades’ que estão disponíveis de modo distinto aos atores sociais; e poder no sentido ‘relacional’ de ‘capacidade de assegurar resultados em que a realização desses resultados dependa da agência de outros’ é também disponível, de modo distinto, aos variados atores sociais⁸⁵.

A concepção de Thompson (2008: 21) não é diferente, na medida em que o autor concebe poder como “a capacidade [do indivíduo] de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências⁸⁶”.

Note-se, portanto, que as concepções em consideração partem, todas, das noções de assimetria e desigualdade de acesso, o que implica hierarquização explícita ou

sociais com menor capacidade de mobilização de recursos, que podem, inclusive, com o tempo, ganhar legitimidade para realizar tal embate.

⁸⁵ No original: “[...] The production of interaction as meaningful entails active and continual ‘negotiation’ of differences of meaning; the ‘norms’ of interaction as a moral order are oriented to and interpreted differently by different social actors, and these differences are negotiated. Power in its most general sense of ‘the transformative capacity of human action’, the capacity to ‘intervene in a series of events so as to alter their course’ depends upon ‘resources or facilities’ which are differentially available to social actors; and power in the ‘relational’ sense of ‘the capability to secure outcomes where the realization of these outcomes depends upon the agency of others’ is also differentially available to different social actors”. Note-se como esta formulação de Fairclough (2007) já incorpora conceitos da Teoria da Estruturação.

⁸⁶ Colchetes nossos.

implícita de valores, capaz de limitar a liberdade de escolha não só no potencial de significado, que constitui a língua, como também nas ações praticadas pelos indivíduos. Assim, é possível depreender que tais noções de poder, na verdade, relacionam-se à maior capacidade de mobilização de recursos autoritativos, principalmente, e alocativos, e, conseqüentemente, da manipulação das regras que subjazem à mobilização dos diversos tipos de recursos nas interações.

Entretanto, o caráter meritório dos apontamentos de Poynton (1985) e de Martin e White (2005) reside em propor uma abordagem que permita, a partir do nível semântico-discursivo e, por consequência, de sua realização por meios léxico-gramaticais e fonético-fonológicos (e grafológicos), analisar e depreender os recursos linguísticos que possibilitam o exercício de poder, em seus variados graus, na comunicação humana — ou seja, de que modo este poder, que é intrínseco às relações humanas, pode se manifestar no discurso cotidiano ou institucional, marcando, em maior ou menor grau, esse teor interacional assimétrico e, assim, construindo, de modo complacente, tácito, estratégico ou resistente, autoridade, credibilidade, comprometimento, ampliando, reduzindo ou direcionando as possibilidades responsivas do outro.

Nessa perspectiva, torna-se inegável admitir que a configuração do poder, embora esteja intimamente ligada à manutenção de determinadas representações como naturalizadas, envolve, em primeiro plano, uma negociação de valores, hierarquias e avaliações, que, por sua vez, também se encontram associadas à construção de envolvimento, persuasão, convencimento, emotividade, categorias que estão intimamente ligadas ao eixo das *relações*, constituindo, portanto, recursos fundamentais da metafunção interpessoal.

A solidariedade, por sua vez, consiste na dimensão horizontal das relações sociais e sua caracterização opõe-se, em grande medida, ao que se estabeleceu acerca do poder, embora as duas categorias devam ser entendidas em complementaridade, e não, em oposição, já que ambas se manifestam como variáveis-chave do interpessoal discursivo.

Novamente baseados em Poynton (1985), Martin e White (2005) definem a solidariedade a partir de dois princípios básicos de realização, sem, no entanto, deixar explícita uma definição do termo. Tais princípios consistem na *proliferação* e na *contração*.

Proliferação refere-se à ideia de que quanto mais próximo se está de alguém, mais significados estão disponíveis para o intercâmbio. [...] Contração concerne à quantidade de trabalho necessária para negociar significados, e à ideia de que quanto melhor se conhece alguém, menos explicitação se faz necessária (MARTIN e WHITE, 2005: 30-31)⁸⁷.

A proposta é significativa e relevante. Parece sensato afirmar que, quanto mais e melhor se conhece alguém, mais possibilidades tópicos surgem e mais pessoais as interações podem tornar-se, de modo que passam a se construir graus de intimidade que permitem, por exemplo, a instanciamento de avaliações afetivas em relação a indivíduos próximos, assim como julgamentos acerca de determinados padrões de comportamento, muitas vezes até preconceituosos, dentre outras possibilidades. Nesse sentido, a *proliferação* constitui-se, de fato, em uma propriedade intrínseca à solidariedade nas relações sociais, estando intimamente ligada àquilo que se pode significar.

Por outro lado, a *contração* refere-se ao modo pelo qual se significa. O maior conhecimento do outro possibilita uma menor explicitação de determinados recursos interpessoais ou significados. Isso pode ser claramente exemplificado por situações cotidianas na vida dos atores sociais. Amigos íntimos que partilham de alguma interação com outros indivíduos acabam, muitas vezes, com uma simples troca de olhar ou com algum comentário aparentemente desconexo, avaliando determinada situação, indivíduo ou representação, sem que tenham que explicitar claramente tais valorações.

Nessa perspectiva, a *contração* e a *proliferação*, como princípios de realização inerentes à solidariedade, devem ser entendidas como “recursos semióticos para a negociação de intimidade e distância, tendo em vista que relacionamentos são processos dinâmicos que se desenvolvem com o tempo” (MARTIN e WHITE, 2005: 31)⁸⁸.

Desse modo, a *solidariedade* pode ser definida como um recurso sociosemiótico de construção de *relações* e, portanto, pertinente ao nível do registro, responsável por instanciar a construção em *continuum* da intimidade e da distância social, por meio da elaboração da simetria de direitos e de potencialidades interpessoais, capazes de minimizar os efeitos do poder.

⁸⁷ No original: “Proliferation refers to the idea that the closer you are to someone the more meanings you have available to Exchange [...] Contraction refers to the amount of work it takes to exchange meanings, and the idea that the better you know someone the less explicitness it takes”.

⁸⁸ No original: “[...] semiotic resources for negotiating intimacy and distance, since relationships are dynamics processes unfolding over time”.

Hodge e Kress (1993) afirmam que a solidariedade representa o mundo de um modo que ofusca as diferenças, antagonismos e conflitos de interesse, ao passo que o poder exacerba a hostilidade, a diferença e a superioridade. Nesse sentido, torna-se válido assumir que todo o aparato semântico-discursivo do interpessoal, responsável pela construção (ou recodificação) das *relações* deva operar com redes de escolhas que, por um lado, construam poder e/ou, por outro, construam solidariedade, de modo que o sistema possa proporcionar adaptações à variada gama de relações sociais a que os falantes/escritores estejam envolvidos.

A partir do momento em que se concebem poder e solidariedade como categorias sociossemióticas para a construção de relações sociais, torna-se imprescindível entendê-las de um ponto de vista interdiscursivo, na acepção faircloughiana (2007) do termo, ou seja, cabe perguntar qual é o seu papel na modelação ou formatação das ordens do discurso e dos significados a elas associados.

É claro que os Significados Representacionais, por estarem ligados às ideologias — definidas, grosso modo, como sistemas de crenças e representações sociais definidoras de um determinado grupo, a partir das quais se categorizam indivíduos, ações, valores, pontos de vistas em termos de uma relação gradual de complacência ou resistência aos parâmetros de outro(s) grupo(s) (VAN DIJK, 2006) ou mesmo como as assimetrias de dominação legitimadas por meio de estruturas de significação (GIDDENS, 2009) —, apresentam categorizações relativas a hierarquizações e padrões de intimidade e distância social em relação aos diversos atores sociais. No entanto, é especialmente por meio dos Significados Acionais e Identificacionais que as esferas do poder e da solidariedade se manifestam explicitamente no discurso.

As formas de ação em seus diversos estratos — gêneros, etapas retóricas, e as regularidades intrínsecas a essas etapas retóricas, independentemente do grau de explicitação deontológica — apresentam uma configuração advinda da combinação estruturada e complementar de recursos da metafunção textual e interpessoal, especialmente no que se refere à negociação intersubjetiva e aos modos preferenciais de agir retórica e teleologicamente. Em outros termos, as formas de ação discursiva selecionam, preferencialmente, os posicionamentos sociais e interacionais que devem ser assumidos em um determinado evento discursivo por produtores e consumidores textuais.

Ora, como filtros do relacional, os Significados Acionais estão intrinsecamente ligados ao interpessoal e, nesse sentido, irremediavelmente imbricados aos recursos

semióticos do poder e da solidariedade. Assim, os modos de ação discursiva engendram uma prefiguração de distância social, intimidade, assimetria e alocação de capacidade decisória, o que não garante, no entanto, que tal configuração seja, de fato, a realizada durante o evento sociodiscursivo, dada a capacidade de resistência individual às configurações hegemônicas.

Relações interpessoais — como o próprio nome permite entrever — ocorrem entre atores sociais, e não, entre textos e significados. O discurso instancia relações de poder e solidariedade e, portanto, estas se tornam um efeito daquele. Efeito este que se dá sobre o indivíduo, que passa a retrabalhar — ou reengendrar — um novo posicionamento identitário em vista da nova relação instaurada.

Por conseguinte, tais recursos semióticos estão também diretamente relacionados aos Significados Identificacionais, ou seja, ao modo de ser dos indivíduos, tanto no que tange à identidade social (ou relacional) quanto à identidade individual (ou pessoal), o que reflete diretamente em seus estilos.

Nessa perspectiva, os diversos estilos carregam marcas de poder e solidariedade inerentes ao projeto simbólico de identidade do ator social, que se encontra, por sua vez, ligado ao embate instável de sua inclinação em face das deontologias inerentes às diversas ordens do discurso a que se encontra submetido em suas práticas institucionalizadas (ou cotidianas). Obviamente, mediante o contexto e a forma de ação, tais estilos podem variar, especialmente devido ao fato de que a identidade pessoal e a social estão em constante interação, e os posicionamentos, tanto sociais quanto discursivos, dos indivíduos variam e muito diante da situação, da instituição e das diversas deontologias.

Nesse sentido, ao se analisarem as questões de poder e solidariedade, de um ponto de vista interpessoal, visando à sua interação com os Significados Acionais, Representacionais e Identificacionais, deve-se considerar a complexa relação dialética que esses elementos engendram entre si, de modo que se possa identificar as prefigurações inerentes a cada um desses significados, a fim de não se incorrer a generalizações que levem a considerar que a construção semiótica, tanto do poder, quanto da solidariedade, e, por conseguinte, das *relações*, encontra-se centrada em apenas um aspecto, quer seja no gênero, quer seja na identidade, quer seja na representação.

3.3 Níveis de estratificação da metafunção interpessoal: do semântico-discursivo ao léxico-gramatical aplicado ao discurso

A construção discursiva do poder e da solidariedade apresenta implicações claras no que se refere aos diversos tipos de significado que compõem as ordens do discurso, as quais, por sua vez, controlam, em maior ou menor grau, por meio de suas deontologias, a instanciamento desses mesmos recursos semióticos.

Esse olhar direcionado ao efeito não é, entretanto, suficiente. Embora muitos trabalhos em estudos discursivos privilegiem os efeitos de sentido e as implicações sociais, tais como manipulação, construção de imagens, ou mesmo, imposição de poder, a abordagem do interpessoal proposta nesta tese visa a estabelecer de que modo os recursos linguístico-discursivos associados a esta metafunção constroem Significados Acionais — sem ignorar potenciais impactos relevantes na significação representacional e identificacional —, de modo a ressaltar o papel do linguístico das TD que compõem o acional como formas de construção de *relações* no discurso, propondo tomar a negociação intersubjetiva como um nível de instanciamento relevante para a análise do dinamismo acional.

Assim, torna-se necessário uma abordagem de natureza causal também. Em outros termos: o que está causando, ou seja, realizando tal construção de poder e solidariedade? Como ela se processa? De que forma os recursos dos diversos sistemas interpessoais — valoração ou avaliatividade, negociação e envolvimento — constroem autoridade, credibilidade, comprometimento e intimidade? A partir de que critérios esses diversos recursos são organizados de modo a se constituírem em veículos tanto da organicidade funcional e motivada das formas de ação discursiva quanto do gerenciamento de aspectos fundamentais de sua dinamicidade?

Tais questões serão abordadas nesta e na última seção deste capítulo, que tratarão, justamente, do aspecto linguístico da metafunção interpessoal aplicada ao discurso.

3.3.1 A Teoria da Valoração (ou Avaliatividade⁸⁹)

A possibilidade de construir subjetividade no discurso — explícita ou implicitamente — consiste em propriedade fundamental da linguagem humana, ativada por uma rede de recursos sistêmicos derivadas da metafunção interpessoal. A proposta de Martin e White (2005), direcionada às questões da avaliatividade, busca abordar essa rede de recursos, tendo em vista três grandes eixos de análise: a *atitude*, o *engajamento* e a *gradação*.

A abordagem centra-se, fundamentalmente, nos modos de construção linguístico-discursivos da presença subjetiva de escritores ou falantes em relação tanto às representações engendradas quanto aos outros atores sociais com quem interagem em dado evento discursivo.

Assim, a valoração encontra-se diretamente associada aos Significados Identificacionais (tanto individual quanto social/coletivo), tendo em vista que a identidade se manifesta discursivamente por estilos, que, por sua vez, relacionam-se, intimamente, à rede de recursos interpessoais, na medida em que as avaliações instanciadas, o grau de comprometimento do ator social em relação ao que enuncia e as suas estratégias de construção de poder e solidariedade constituem-se em aspectos centrais de seu modo de ser na sociedade.

Além disso, a avaliatividade encontra eco nos Significados Acionais e Representacionais. Nos primeiros, os padrões de recursos de *engajamento*, *atitude* e *gradação* atuam, funcionalmente, na construção da intersubjetividade, instanciando relações sociais no discurso, de modo a exigir atitudes responsivas diversas dos consumidores textuais, além de serem responsáveis pela realização ótima de determinadas etapas retóricas em diversos gêneros ou tradições discursivas. Já a interligação entre a metafunção interpessoal e o Significado Representacional pode ser atribuída ao fato de a avaliatividade estar indissociavelmente ligada ao ideacional, ou seja, às próprias representações engendradas no discurso e ao ponto de vista da voz autoral, de modo que a inscrição de uma avaliação em determinado ponto do texto pode afetar e direcionar a leitura representacional dos enunciados a ele associados.

⁸⁹ No original, o termo utilizado pelos autores para se referir à valoração é *appraisal*. Ainda não há consenso acerca da tradução do termo para o português. Avaliatividade e valoração são os termos ratificados pelo glossário sistêmico-funcional em língua portuguesa, disponível em: <http://www2.lael.pucsp.br/~tony/sistemica>. Página consultada em 19 mai. 2011.

Apesar dessa indissociabilidade, não se pode afirmar que a avaliatividade seja um componente de teor ideacional propriamente dito. Sua semântica é prosódica, conforme já apontado; seus recursos estão associados, principalmente, à negociação de poder e solidariedade na relação com os outros atores sociais, reais ou potenciais em um dado evento discursivo; e envolve elementos de modalidade, polaridade, intensificação, atenuação e heteroglossia, recursos intimamente associados a uma visão de enunciado como, por um lado, intercâmbio e, por outro, como negociação de subjetividade no discurso.

Nesta tese, embora sejam realizadas diversas menções aos aspectos Identificacional, principalmente, e ao Representacional, de modo secundário, é a atividade dos recursos interpessoais como mecanismos de articulação da negociação intersubjetiva na construção acional que são alvo de análise e teorização e, nesse sentido, os recursos interpessoais serão considerados na interface com a teleologia, a argumentação e a autorização inerentes ao gênero.

O primeiro sistema semântico-discursivo intrínseco à valoração consiste na *atitude*. A *atitude* recobre três grandes dimensões relacionadas ao posicionamento subjetivo diante da realidade, envolvendo, de modo geral, o emocional, o comportamental e o estético, que instanciam, respectivamente, valores de *afeto*, *julgamento* e *apreciação*.

O componente atitudinal abarca significados graduáveis que comportam uma análise em *continuum* de intensificação. Além disso, podem ser realizados explícita ou implicitamente nos textos — avaliações inscritas ou invocadas, respectivamente — e assumir conotação positiva ou negativa — em geral, categorizadas mediante o senso comum (considerando, também, os efeitos de sentido *contaminados* no decorrer do texto).

O *afeto* consiste na categoria que apresenta a maior pluralidade léxico-gramatical de realização potencial. Ele pode ser inscrito por meio de:

1. epítetos: “[...] um dos momentos mais *aterrorizantes* da sua história [...]” (FVP12 – p. 37);
2. atributos: “E você como parte integrante da comunidade [...], que está *preocupado* com a alimentação, o trabalho, o salário [...]” (SPP1 – p. 119)
3. advérbios circunstanciais: “[...] a garantia de poderem estudar *tranquilamente*, sem o medo de serem mortos [...]” (SPN13 – p. 69)

4. nominalizações de qualidades (substantivos): “[...] a garantia de poderem estudar tranquilamente, sem o *medo* de serem mortos [...]” (SPN13 – p. 69)

5. processos/formas verbais, em geral, mentais ou comportamentais: “[...] o Brasil *chorou* a morte de um ancião venerando [...]” (CZS20 – p. 94)

6. adjuntos modais: “Em meio a tantas más notícias que *infelizmente* dominam o cenário nacional [...]” (FVP10 – p. 35)

Envolve, por regra, um participante consciente, sobre o qual repousa a validade modal da *atitude*. Além disso, também abarca, usualmente, um fenômeno responsável pela ativação da emoção, denominado *gatilho*.

Afetos podem ser tidos como positivos ou negativos, tomando, como referência, o senso comum ou dada representação/ideologia que cerceia um determinado discurso — por exemplo, *feliz* (positivo) e *triste* (negativo). Além disso, conforme já mencionado, atualizam possibilidades de gradação em *continuum* — *gostar, adorar, estar louco por, amar*.

Eles podem ser subcategorizados em eixos de *inclinação, felicidade, segurança e satisfação*:

1. *inclinação*: relaciona-se a avaliações acerca da desejabilidade de algo. Exemplo: “Conhecemos, finalmente, um ancião santo e querido que deixou a mais profunda *saudade* nos nossos corações” (CZS20 – p. 94)

2. *felicidade*: envolve uma rede de significados ligados, grosso modo, à alegria/tristeza e à afeição/antipatia. Exemplo: “[...] tentou roubar um pote de manteiga para dar com pão ao filho de dois anos que *chorava* de fome” (FVP06 – p. 31)

3. *segurança*: abarca sentimentos de paz/ansiedade e confiança/desconfiança em relação ao ambiente que cerca os atores sociais, o que inclui os indivíduos e as ações com os quais os agentes se envolvem. Exemplo: “[...] podemos dizer, *com segurança*, que a Folha tem um saldo absolutamente positivo de suas ações [...]” (FVP 05 – p. 30)

4. *satisfação*: concerne às valorações de interesse/tédio e prazer/descontentamento em relação às atividades em que os atores sociais estão engajados. Exemplo: “[...] mesmo que tudo seja desfavorável a concretização dos sonhos, não se pode *desanimar*” (JNB16 – p. 17)

Os *julgamentos*, por sua vez, dizem respeito às avaliações de caráter comportamental, relativas aos diversos modos de agir dos atores sociais. Em geral, associam-se a valores aos quais o senso comum se refere como inerentes ao caráter ou à personalidade de um indivíduo.

Julgamentos baseiam-se em regras, convenções e regulamentos sociais e, portanto, são originários das diferentes representações oriundas das diversas comunidades discursivas. Subdividem-se em duas grandes categorias — a *estima social* e a *sanção social*.

As avaliações de *estima social* relacionam-se a valores compartilhados pelos indivíduos em sua integração plural e multifacetada a diversas redes sociais e instituições, responsáveis por criar hierarquias de comportamentos práticos desejáveis e indesejáveis. Trata-se, portanto, de valores que integram o processo mais básico de integração social e são regulados por meio da cultura oral, do convívio mais íntimo, estando mais estreitamente ligados a comportamentos não passíveis de punição, mas sim, de admiração, estranhamento, menosprezo ou reconhecimento.

A *sanção social*, por outro lado, abarca avaliações usualmente codificadas pela cultura da escrituralidade, por meio de decretos, regras, regulamentos e leis, responsáveis pela vigilância da sociedade por meio de instituições que possuem, em geral, poder coercitivo ou simbólico fortemente marcados, como o Estado e as Igrejas. Nesse sentido, os valores compartilhados relacionam-se às obrigações morais e éticas, à cidadania e à filiação institucional (religiosa, por exemplo). Por essas razões, os julgamentos de *sanção social* implicam atitudes não de admiração ou estranhamento, mas sim, de louvor/destaque ou condenação/recriminação.

De modo análogo ao *afeto*, *julgamentos* são graduáveis e polarizados em termos de valores positivos e negativos. Além disso, podem constituir-se em metáforas gramaticais em relação às instâncias de modalidade. O esquema a seguir aponta as subcategorizações dos julgamentos e a sua relação com a modalidade:

Tabela 01: Tipologia de julgamentos

Tipos de julgamento	Categorias	Definição	Exemplos	Analogia modal
Estima Social	<i>Normalidade</i>	Grau de especialidade ou usualidade	natural, familiar, estável, previsível, elegante, obscuro, excêntrico.	Usualidade (às vezes/ frequentemente/ sempre)
	<i>Capacidade</i>	Grau de capacidade ou competência	robusto, saudável, maduro, educado, ingênuo, estúpido, ignorante.	Dinâmico (poder/ conseguir/ ser capaz de)
	<i>Tenacidade</i>	Grau de resolução ou perseverança	corajoso, cuidadoso, paciente, confiável, flexível, perseverante, tímido, fraco, dependente, teimoso.	Inclinação (querer/ ansiar/ estar determinado a)
Sanção Social	<i>Veracidade</i>	Grau de honestidade ou sinceridade	honesto, franco, sincero, puro, discreto, traiçoeiro, mentiroso, direto, manipulador.	Probabilidade Epistêmico (possível/ provável/ certo)
	<i>Propriedade</i>	Grau de transparência ética ou civismo	bom, modesto, caridoso, respeitoso, altruísta, imoral, corrupto, injusto, avarento, arrogante.	Obrigaçã Deontico (permitido/ esperado/ exigido)

Em termos léxico-gramaticais, *julgamentos* são, em geral, realizados por formas adjetivas — *epítetos* e *atributos* —, formas adverbiais circunstanciais e nominalizações/substantivos. Formas verbais são raras no que se refere a tal parâmetro, e, nesses casos, seu estatuto como *julgamento* pode ser questionado.

Em termos de *afetos*, por exemplo, afirmar *Eu me alegrei com o seu sucesso* ou *Eu fiquei alegre com o seu sucesso* inscrevem nítidas reações afetivas relativas ao eixo da *felicidade*. Elas possuem a voz autoral como fonte de validade modal, e o sucesso constitui-se no gatilho emocional. No entanto, ao afirmar-se *Lucas teimou comigo* e *Lucas é teimoso* ou mesmo *Lucas respeita os mais velhos* e *Lucas é respeitoso com os mais velhos*, as primeiras ocorrências não inscrevem julgamentos, e sim, expõem comportamentos acerca dos atores sociais tematizados, embora permitam inferir potenciais avaliações de *tenacidade negativa* e *propriedade positiva*, respectivamente. Contudo, a marcação do julgamento não é explícita e sua interpretação não é, em tese,

exigida. Por esse motivo, o estatuto verbal dos *julgamentos* deve ser analisado com cautela e caso a caso.

Por fim, as *apreciações* constroem avaliações, em geral, de caráter estético ou de valor social. Incidem sobre fenômenos semióticos ou naturais, de acordo com os valores de determinado campo. Nesse sentido, envolvem critérios e parâmetros, diferente das regras, leis e regulamentos que governam os *julgamentos*.

São subcategorizadas em três grandes grupos:

1. *Reação*: avaliação estética baseada na afeição emotiva ou desiderativa, destituída de um gatilho emocional. Trata-se da construção discursiva de uma propriedade intrínseca a determinado objeto ou processo. Em termos de afeição emotiva, tem-se as *apreciações de impacto* — *fascinante, dramático, intenso, sensacional, entediante, monótono* — e, na desiderativa, as de *qualidade* — *bom, esplêndido, chamativo, feio, repulsivo*.

2. *Composição*: avaliação estética relacionada à percepção e à organização. Subdivide-se em duas categorias: *equilíbrio* — *simétrico, lógico, consistente, falho, contraditório, distorcido* — e *complexidade* — *simples, elegante, claro, rico, extravagante, plano, monolítico*.

3. *Valor Social*: avaliação baseada na utilidade, importância, eficácia ou risco para os indivíduos de dada atitude ou de certo fenômeno semiótico ou natural. Relaciona-se, em muitos casos, a *julgamentos de propriedade*. Exemplos: *importante, original, autêntico, real, útil, insignificante, comum, falso, convencional, perigoso*.

Em termos léxico-gramaticais, *apreciações* consistem, no geral, em epítetos, atributos adjetivais, em formas adverbiais circunstanciais e nominalizações. Formas verbais relativas a *apreciações de reação* tendem a realizar instâncias de afeto.

Nem sempre, no entanto, as fronteiras entre as categorias atitudinais são claras. Há casos de ambiguidade ou dupla inscrição, além de formas linguísticas que sofrem uma mudança em seu estatuto avaliativo mediante o contexto. O adjetivo *bom*, por exemplo, pode instanciar *julgamentos de propriedade* ou *apreciações de qualidade*. O termo *orgulho*, por outro lado, instancia, em muitos casos, simultaneamente, *afeto* ligado a *satisfação* e *julgamento de propriedade*, pois está relacionado a reações a comportamentos que se aprovam ou desaprovam.

Diferente da *atitude*, todavia, os sistemas de *engajamento* e *gradação* não se referem à instanciação de posições valorativas no discurso, mas aos “recursos linguísticos por meio dos quais falantes/escritores adotam um posicionamento diante

das posições valorativas que são referenciadas pelo texto e em relação àqueles a que se dirigem” (MARTIN & WHITE, 2005: 92)⁹⁰.

Tal perspectiva baseia-se na noção de heteroglossia do Círculo Bakhtiniano. Segundo Bakhtin/Voloshinov (2004: 123),

[...] pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido amplo, isto é, não apenas como comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. [...] Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado.

Nesse quadro, o enunciado é concebido como uma estrutura intrinsecamente respondente a outros enunciados. Como corolário, ele entra em alguma forma de engajamento — resistente ou complacente — em relação aos discursos, ações e representações de outros atores sociais e/ou instituições. Isso implica tomar o texto como um produto discursivo que sinaliza de que maneira as vozes autorais esperam que suas proposições, propostas e posições valorativas sejam lidas pelos consumidores textuais.

Nesse sentido, a abordagem do *engajamento* e da *gradação* oferecem “os meios para caracterizar o estilo interpessoal de falantes/escritores e suas estratégias retóricas de acordo com o fundo heteroglóstico de outras vozes e pontos de vista alternativos que eles constroem em seus textos e segundo o modo com que se engajam em relação a esse fundo⁹¹” (MARTIN & WHITE, 2005: 93).

Em outros termos, a perspectiva foca em dois aspectos centrais. O primeiro relaciona-se ao papel que os recursos linguísticos assumem na constituição do posicionamento intersubjetivo, no sentido de permitirem à voz autoral construir alinhamento ou desalinhamento em relação ao consumidor textual potencial ou real no que tange aos seus posicionamentos atitudinais, suas crenças ou suas suposições acerca do mundo natural, social, histórico e cultural. O segundo aspecto concerne à negociação de tal alinhamento no que se refere à construção discursiva do leitor ideal ou visado e de

⁹⁰ No original, “[...] the linguistic resources by which speakers/writers adopt a stance towards to the value position being referenced by the text and with respect to those they address”.

⁹¹ No original, “[...] the means to characterize a speaker/writer’s interpersonal style and their rhetorical strategies according to what sort of heteroglossical backdrop of other voices and alternative viewpoints they construct for their text and according to the way in which they engage with that backdrop”.

que maneira os recursos linguísticos operam na confrontação ou na identificação de valores com esse leitor ideal antecipado pela voz autoral.

Nesse sentido, torna-se nítido o diálogo que tal abordagem realiza em relação às variáveis *poder* e *solidariedade*, especialmente a última. *Solidariedade* torna-se, nessa perspectiva, distinta de concordância, uma vez que essa não é necessária e não se constitui em sinônimo de alinhamento. Ela envolve, precipuamente, tolerância por pontos de vista alternativos e o reconhecimento da diversidade de alternativas dialógicas como natural e legítima. Quando a solidariedade envolve apenas o alinhamento a determinado ponto de vista, instaura-se a polêmica, tendo em vista a potencial possibilidade de leituras resistentes que atualizam as primeiras faíscas de um jogo de poder.

O *engajamento* subdivide-se em duas grandes categorias: a *monoglossia* e a *heteroglossia*. Uma proposição/proposta é considerada monoglósica quando ela é construída de modo a criar um efeito de sentido tal que impeça, potencialmente, a abertura de alternativas dialógicas a serem reconhecidas ou engajadas. Trata-se da denominada *modalidade categórica* (FAIRCLOUGH, 2007).

Deve-se atentar que o caráter monoglósico se constitui em efeito discursivo de construção de poder e autoridade — em muitos casos, autoritarismo —, embora, em certas situações, tais recursos estabeleçam solidariedade com o leitor ideal, uma vez que tendem a basear-se em uma relação de complacência com as representações projetadas deste. Tal solidarização torna-se, no entanto, forma de explicitação de contornos ideológicos ou identitários do outro, de modo a excluir potenciais discordantes, na famosa dicotomização *nós/eles* (VAN DIJK, 2006) inerente à ideologia, e que, como corolário, constrói poder e exclusão.

Um dos efeitos mais visíveis das construções monoglósicas se refere à pressuposição de aceitação de dadas avaliações ou fatos. Veja-se um exemplo:

No decorrer desta semana, o Brasil chorou a morte de um ancião venerando, bom, humilde, verdadeira adoração da criança que morava na mesma rua e imediações, no Rio de Janeiro (CZS20 – p. 94)

Note-se que a construção monoglósica, encabeçada pela forma verbal comportamental *chorar*, veiculadora de *afeto*, não coloca em questão os julgamentos associados ao ancião falecido nem a relação de adoração estabelecida com as crianças. Isso é dado como pressuposto e aceito, o que possui forte efeito ideológico na construção de um leitor ideal que compartilhe as representações e posições valorativas

da voz autoral. Por outro lado, tal caráter assertivo pode acarretar fortes leituras de resistência exatamente por marcar o máximo de comprometimento modal em relação ao enunciado. Nesse sentido, toda afirmação monoglóssica constrói, em geral, um risco potencialmente maior de resistência, dado que não constrói explicitamente a solidariedade, mas a pressupõe como obtida.

O cerne da proposta do *engajamento*, no entanto, concentra-se nos recursos heteroglóssicos, ou seja, naqueles que possibilitam à voz autoral alinhar-se ou desalinhar-se, em variados graus, em relação aos consumidores textuais visados ou ideais. Tal rede de recursos subdivide-se em *expansão* e *contração dialógicas*.

A rede de recursos de *expansão dialógica* refere-se às opções do sistema interpessoal concernentes ao reconhecimento e aceitação de vozes e posicionamentos dialógicos alternativos nos textos, enquanto os recursos de *contração dialógica* relacionam-se aos meios de desafiar, restringir ou rejeitar alternativas dialógicas no discurso.

Os recursos de *expansão dialógica* subdividem-se em duas grandes categorias:

1. *Consideração*⁹²: abrange os recursos linguísticos por meio dos quais a voz autoral se posiciona de modo solidário, ou seja, não autoritário, de maneira que sua proposta ou proposição seja entendida como uma possibilidade dentre vários posicionamentos valorativos alternativos, o que abre espaço para a tolerância acerca de outros pontos de vista.

Tal opção, geralmente, está ligada ao fato de a voz autoral pressupor a existência de uma divisão polêmica da audiência acerca de um determinado tópico ou avaliação, de modo que diminuir o comprometimento em relação a uma certa posição valorativa ou representação atua como forma de reduzir a possibilidade de crítica ou de leituras resistentes.

Obviamente, em muitos casos, tais recursos marcam possibilidades dedutivas ou mesmo incerteza, o que não nega o estatuto de expansão dialógica; afinal, ainda se trata de uma possibilidade dentre várias. Tal domínio agrega, principalmente, os fenômenos da modalidade⁹³, da evidencialidade e certos tipos de perguntas retóricas.

Seguem alguns exemplos:

⁹² No original, *entertain*. Adota-se aqui a tradução proposta em White (2004).

⁹³ Devido à sua importância como recurso de construção de comprometimento e autoridade, além de se constituir em categoria imprescindível para a análise das formas de exortação, inerentes ao sistema de *negociação*, a modalidade será descrita de modo mais aprofundado nesta tese, ainda nesta seção.

A frequência, ainda baixa, do Parque da Juventude pode estar ligada à recente história da Casa de Detenção, que durante décadas foi uma referência de fugas, rebeliões e violência com repercussão em todo o mundo (GZN16 – p. 56).

Para nós, para o jornal e a bem da comunidade são pessoas que devem permanecer nos seus postos, embora sejam mudadas as regras do jogo e outros superiores queiram, porventura, substituí-los. (GVP05 – p. 112).

Observe-se que, no primeiro caso, ocorre uma modalização epistêmica que, ao reduzir o comprometimento da voz autoral com a posição de que a frequência baixa de visita ao parque esteja ligada à história do local como penitenciária, o editorialista reconhece a existência de outros posicionamentos alternativos. Assim, não constrói sua posição como a única válida, estabelecendo solidariedade com um grupo maior de leitores, devido a uma possível pressuposição de divisão polêmica dos consumidores em relação a tal representação, o que poderia acarretar leituras de resistência, aparentemente indesejáveis, no que se refere a tal tópico.

No segundo exemplo, a forma adverbial *porventura* isenta a voz autoral de uma afirmação categórica acerca dos desejos de substituição dos superiores, construindo tal processo como possível, o que permite ao leitor conceber outra alternativa — a de que os superiores não queiram substituir as pessoas em questão —, aumentando a solidariedade com os potenciais consumidores textuais.

2. *Atribuição*⁹⁴: trata-se das formulações em que se atribui a uma fonte externa uma proposição ou proposta, que, em geral, não é assumida pela voz autoral interna em termos de responsabilidade ou validade modal. A distinção mais evidente entre essa rede de recursos e a rede de opções de *consideração* reside no fato de que aquela apresenta a voz autoral como fonte de validade, enquanto esta apresenta atores sociais externos.

A *atribuição* subdivide-se em *reconhecimento* e *distanciamento*. Ocorre *reconhecimento* quando a voz autoral cria uma ilusão de neutralidade no que tange ao seu posicionamento diante do discurso relatado, e tem-se *distanciamento* quando o escritor/falante rejeita explicitamente tornar-se responsável pela proposição, maximizando, assim, o espaço de alternativas dialógicas.

No entanto, não se deve conceber que os recursos de *atribuição* assumam sempre um teor de democracia vocal. Em muitos casos, as proposições citadas atuam no sentido de ratificar algum posicionamento da voz autoral, alinhando-se a esta, de modo a favorecer uma leitura complacente do leitor a respeito de alguma valoração fundamental

⁹⁴ No original, **attribution**.

do escritor/falante. Tal processo, obviamente, está ligado à própria credibilidade da fonte externa. No caso de agentes sociais de alto prestígio para determinada comunidade discursiva, a leitura complacente torna-se favorecida; na situação oposta, aumenta-se a probabilidade de atitudes responsivas resistentes.

Pertencem ao domínio dessa rede os recursos associados ao discurso relatado: os verbos de elocução, os verbos de processamento mental, nominalizações desses processos, adjuntos adverbiais conformativos e formulação de *hearsay* ('ouvir dizer'), como *supostamente*, *dizem que* e certos usos de aspas.

Abaixo seguem alguns exemplos:

Segundo seu filho, Otávio Frias Filho, "a qualidade editorial conquistada foi nomeada por seu pai de "independência", tornando-se sua maior preocupação". Seu pai trouxe para a imprensa da época uma mentalidade empresarial, colaborando para que as empresas jornalísticas deixassem de ser meros instrumentos de poder político e prestígio mundano [...] (SPN07 – p. 63)

A falta de habilidade em liderar, os faz desrespeitar cargos e hierarquias, alegando, quando questionados sobre suas atitudes, estarem cumprindo regras de um código de conduta, que, na verdade, é unilateral [...] (SPN03 – p. 59)

No primeiro caso, tem-se uma ocorrência de *reconhecimento*. A voz autoral cita o filho de Octavio Frias de Oliveira, expandindo o dialogismo pela incorporação de vozes externas ao texto de modo aparentemente neutro, para, posteriormente, alinhar tal declaração à sua posição valorativa, relativa à nova mentalidade empresarial da imprensa, proporcionada por Frias.

No segundo exemplo, ocorre *distanciamento*. A forma verbal *alegar* marca, explicitamente, a rejeição da voz autoral em relação ao discurso da fonte externa — *estar cumprindo regras de um código de conduta* —, o que possibilita vincular resistência do escritor em relação às proposições da fonte, de modo a procurar alinhar o leitor a também resistir às posições valorativas desses atores sociais — no caso, *os políticos*. Note-se, portanto, que, neste exemplo, a expansão dialógica traz outras vozes ao discurso, outras alternativas de posicionamento, visando desqualificá-las.

A *contração dialógica*, por outro lado, apesar de construir um fundo de vozes alternativas, atua no sentido de restringir ou anular o escopo de tais alternativas no desenvolvimento subsequente do evento discursivo, de modo a induzir a adesão do consumidor a determinado ponto de vista. Também se subdivide em duas categorias:

1. *Refutação*⁹⁵: trata-se da rede de recursos de engajamento que maximiza o teor de contração, tendo em vista que se refere às formulações que invocam um enunciado

⁹⁵ No original, **disclaim**.

anterior ou uma alternativa dialógica para, então, rejeitá-la, substituí-la ou tomá-la como insustentável. Há duas subcategorias: *negação* e *concessão/contra-expectativa*.

Em termos dialógicos, a *negação* não se opõe direta e simplesmente à afirmação, tendo em vista que ela necessariamente invoca o afirmativo, mas não o oposto. Um exemplo segue abaixo:

Pluralista, apartidária, democrática e principalmente independente, a **Folha não** pertence a grupo empresarial, não é braço de comunicação velada de políticos e tampouco extensão de igreja ou fé religiosa. (FVP05 – p. 30)

Note-se que as instâncias de *negação* invocam as alternativas positivas ou afirmativas — *pertencer a grupo empresarial, ser braço de comunicação levada de políticos e extensão de igreja ou fé religiosa* —, mas as rejeitam explicitamente, determinando uma orientação retórica e representacional a se seguir. Em outros termos, a possibilidade dialógica é vislumbrada; todavia, o leitor é conduzido a tomá-la como inaplicável em relação à **Folha**, mas não a outros periódicos.

Em termos de solidariedade, a *negação* pode operar de múltiplos modos: como desalinhamento em relação a vozes de terceiros, como desalinhamento em relação a possíveis visões resistentes do leitor/ouvinte no que se refere às posições valorativas da voz autoral (justamente o caso do exemplo), como simples correções — diferente das confrontações relativas aos casos de desalinhamento citados —, dentre outras possibilidades.

As instâncias de *contra-expectativa*, por sua vez, envolvem as formulações que apresentam uma proposição que substitui ou suplanta a possibilidade dialógica invocada, que, por sinal, consiste na esperada. É comumente realizada por conjunções concessivas ou adversativas, além de algumas formas adjuntivas, como *mesmo*, *só*, *ainda*, *já*.

Em geral, as estruturas de *contra-expectativa* constroem alinhamento com o consumidor textual, na medida em que a invocação dialógica é construída como esperada tanto pela voz autoral quanto pelo leitor ideal, de modo que é a proposição que acaba atuando como elemento de surpresa ou exceção para ambos. É evidente, no entanto, que haverá forte resistência para aqueles leitores/ouvintes que não compartilharem da invocação dialógica esperada, ou seja, não comungando com aquela rede de valores e representações pressuposta.

Segue abaixo o exemplo:

[...] Escolas, vagas, cadê? mas mesmo que existissem temos que trabalhar desde os 10, 12 anos para ajudar a família [...] (NJ 01 – p. 120)

Observe-se que a voz autoral, por meio dos recursos de *contração* ‘mas’ e ‘mesmo que’, invoca a possibilidade alternativa de que *a existência de escolas e vagas nessas instituições deveria minimizar ou impedir o trabalho das pessoas desde os 10, 12 anos para ajudar a família*. Tal possibilidade é, conforme afirmado, pressuposta como aceita pelo consumidor textual, de modo a que a proposição em si figure como excepcional, construindo surpresa, e instando o consumidor a aderir a ela, uma vez que ocorre rejeição da pressuposição aplicada ao caso enunciado.

2. *Declaração*⁹⁶: estão incluídas nesta categoria as formulações que limitam o escopo das alternativas dialógicas que podem ser desenvolvidas no curso do evento discursivo. Nesse sentido, atuam de modo bem distinto da refutação, que rejeita ou invalida posicionamentos diversos. Os recursos de *declaração* subdividem-se em *concordância*, *afirmação* e *endosso*.

A primeira — *concordância* — diz respeito à veiculação explícita do alinhamento da voz autoral em relação a um parceiro dialógico projetado, por meio de uma rede de recursos linguísticos que constrói determinada opção valorativa ou representação como universal, óbvia, evidente em si mesmo, de modo a exigir alto esforço interpessoal de um ator social que vise a rejeitá-la ou substituí-la. Formas adverbiais, como *naturalmente*, *obviamente*, e perguntas retóricas que não pressupõem resposta — pela intrínseca obviedade — constituem exemplos de tal categoria.

Em muitos casos, ela ocorre em conjunção a recursos de *contra-expectativa*. Nessas situações, a voz autoral constrói seus enunciados pressupondo certo grau de resistência do leitor/ouvinte em relação a seu argumento ou posição valorativa central, de modo que, como primeiro passo, estabelece-se a concordância em termos de alinhamento, para, na sequência, expor o argumento central — que encontra resistência — buscando, assim, por uma solidariedade pré-estabelecida, envolver o leitor na aceitação daquela alternativa dialógica, e não, outra.

Seguem abaixo exemplos:

Esperamos, pois, o apoio de todo mundo. Não só o apoio, mas também a compreensão, no sentido de que, evidentemente, como obra humana, teremos falhas, que pedimos que sejam perdoadas. (CZS01 – p. 75)

[...] o grande desafio dos atuais governantes (e dos futuros) é oferecer qualidade de vida aos cidadãos. Pessoas que, certamente, amam e se orgulham da cidade em que vivem, mas, pagam um preço caro por isso, como passar horas do dia em congestionamentos sem fim. (FVP08 – p. 33)

⁹⁶ No original, **proclaim**.

Note-se, no primeiro exemplo, que a forma adverbial de *concordância* ‘*evidentemente*’ contrai o dialogismo, na medida em que constrange o consumidor textual a assumir a mesma representação, de modo que a alternativa dialógica — *a de que as obras humanas poderiam não ter falhas* — torna-se praticamente bloqueada, dado que ela é construída como se fosse universal e clara para todas as comunidades discursivas possíveis. Repare-se que, diferente da *refutação*, a alternativa dialógica não é rejeitada, mas a identificação potencial de um ator social a ela constitui ameaça direta à solidariedade discursiva.

No segundo exemplo, o advérbio *certamente*, de valor *epistêmico alto*, contrai o dialogismo, numa estratégia de *concordância* que atua como elemento fiador da garantia de adesão da comunidade leitora ao pressuposto relacionado à posição afetiva de *amor* e *orgulho* diante da cidade de São Paulo, de modo a construir tal posicionamento como dado.

Assim, com a adesão construída como *certa*, a voz autoral cria um enunciado encabeçado pelo operador argumentativo *mas*, recurso de contração dialógica, que invoca a alternativa de que *quem paga um preço caro por viver em determinada cidade não deveria amá-la e se orgulhar dela*. Por meio deste recurso, o editorialista constrói o paulistano como um cidadão excepcional, como um grupo identitário cujo posicionamento se choca com aquilo que seria plenamente concebível no senso comum, expresso pela alternativa dialógica. Observe-se, portanto, que a estratégia de interrelacionar *concordância* e *contra-expectativa* atua no sentido de a voz autoral buscar um alinhamento prévio para sustentar o dado novo, o argumento central, estimulando uma identificação excepcional da instância leitora com os valores autorais diante da situação tematizada, o que, de certo modo, também marca uma estratégia de envolvimento por captação⁹⁷.

Os recursos de *afirmação*, por sua vez, envolvem a ênfase do produtor textual na formulação do enunciado, de modo que a proposição/proposta sofra direta intervenção ou interpolação autoral no sentido de encaminhar dado posicionamento valorativo, tendo em vista a pressuposição de resistência do escritor/ouvinte, associada a uma alternativa dialógica contrária.

Assim, há construção de solidariedade quando a confrontação inerente à afirmação é direcionada a terceiros e, inversamente, há ameaça à solidariedade quando a

⁹⁷ Os recursos de *envolvimento* serão tratados exaustivamente em seção pertinente.

alternativa dialógica rejeitada é constitutiva do consumidor textual. Expressões como *O fato é que..., defendo que..., a verdade é que...* e intensificadores de escopo oracional, como *de fato, de verdade, realmente*, são exemplos de tal componente.

Observe-se:

Ou paga-se-lhes o que querem, o que impõem ou não haverá as coisas imprescindíveis à manutenção. E é assim em todos os sentidos. Ou aluguéis, por exemplo, estão em níveis clamorosos. A verdade é que não há mais limite para a ganância. (CZS15 – p. 89)

A construção em destaque invoca a alternativa oposta — o que é auxiliado pela *negação*⁹⁸ —, desafiando aqueles que com ela se identificam. O processo de ênfase coloca pressão contrária a tal possibilidade, calcando sua validade na voz autoral, embora tal processo possa ser obscurecido por construções objetivas, em que o sujeito modal não é explicitado — conforme ocorre no exemplo. Assim, busca-se ou maximizar a solidariedade com um leitor que já partilhe de tal concepção ou convencer o consumidor textual em relação a essa atual posição valorativa, uma vez que, ao se fiar como garantia, a voz autoral aumenta o potencial efeito de credibilidade, fator relevante para o processo de convencimento como um todo.

Nesse sentido, cabe mencionar que é justamente a atividade de enfatizar que coloca peso na credibilidade autoral, de modo que se pressupõe que tal destaque só seja realizado, em tese, diante de um posicionamento coerente, dado que o desmascaramento de uma possível incoerência repercutiria de modo extremamente negativo na autoridade do editorialista, reduzindo a solidariedade.

A terceira categoria concernente à *declaração* consiste no *endosso*. Tal rede de recursos abarca as formulações por meio das quais a voz autoral assume responsabilidade modal em relação à proposição/proposta de uma fonte externa, tomando-a como válida ou inegável. Nesse sentido, difere do *distanciamento*, pois, neste, a responsabilização e identificação entre os posicionamentos externo e interno não se verificam. Os verbos *mostrar, demonstrar, provar* são exemplos típicos da categoria.

Segue abaixo um exemplo:

As cenas e os depoimentos exibidos ao longo da cobertura da visita religiosa histórica foram uma demonstração de que ainda resta serenidade e esperança, apesar da violência, da corrupção e de outras mazelas que atingem a população dia após dia. (FVP 12 – p. 37)

⁹⁸ No entanto, a ausência da *negação* invocaria, do mesmo modo, uma alternativa dialógica a ser rejeitada. Repare-se: em *A verdade é que há limite para a ganância*, instancia-se, do mesmo modo, a alternativa dialógica. Obviamente, nesse caso, trata-se da alternativa negativa— *a de que a ganância poderia ser ilimitada*.

Nesse caso, a voz autoral alinha-se com as cenas e os depoimentos, assumindo-os como fontes válidas de representações e posicionamentos valorativos e inscrevendo seu posicionamento em pleno vínculo ao que as fontes externas demonstraram — *serenidade e esperança*. O *endosso* consiste em *contração dialógica*, na medida em que a voz autoral utiliza uma fonte externa como prova para seus posicionamentos valorativos, ratificando-os como verdades, de modo que as alternativas dialógicas sejam duplamente bloqueadas: pela autoridade da produção textual e pela autoridade de uma fonte externa, em geral, construída como mais objetiva — no caso, *cenas e depoimentos*.

O sistema de *gradação*, por sua vez, está conectado tanto ao *engajamento* quanto à *atitude* e concerne à intensificação ou atenuação das posições valorativas. Trata-se de um recurso interpessoal, na medida em que o grau de intensificação de determinadas posições incide diretamente sobre o comprometimento da voz autoral em relação a suas proposições e propostas, de modo a construir, com maior ou menor intensidade, solidariedade ou poder no que concerne aos outros atores sociais em interação. Assim, trata-se de recursos associados, primariamente, ao ser, ao estilo e, portanto, à configuração identitária.

A *gradação* opera por meio de dois eixos: o *foco* e a *força*. O primeiro concerne ao grau de comprometimento da voz autoral em relação à precisão ou à prototipicalidade das categorias com que opera. O segundo, por sua vez, relaciona-se à intensificação e à quantificação das categorias.

Nesse sentido, o *foco* aplica-se a elementos lexicais que, de um ponto de vista experiencial, não se constituem como escalares. Por essa razão, sua rede de recursos opera no sentido de tornar as categorias mais nítidas, ressaltando a prototipicidade, ou mais obscuras ou amenas, revelando um grau de comprometimento menor em relação a tal posição valorativa ou categorização, instaurando uma relação de pertencimento marginal.

Segue um exemplo:

O povo — sempre tão subjugado — deu um verdadeiro exemplo de organização e civilidade durante a visita do papa Bento XVI (FVP12 – p. 37)

Note-se que o elemento de apreciação *verdadeiro* atua no sentido de aumentar o comprometimento da voz autoral em relação à sua posição valorativa no que concerne à relação entre *povo* e *exemplo*. Em outros termos, o elemento de gradação ressalta a

identidade da atitude do *povo* no que se refere ao protótipo do *exemplo de organização e civilidade*.

De modo geral, os casos de *acentuação* de foco alinham o leitor/ouvinte a partilhar de determinada posição valorativa, enquanto os casos de *ofuscamento* revelam um baixo comprometimento da voz autoral com a posição, permitindo leituras alternativas, de forma a aumentar a solidariedade com um grupo maior de potenciais consumidores. Por outro lado, a autoridade para convencer ou persuadir é, em geral, diminuída.

A *força*, no entanto, opera com categorias escaláveis por natureza. Nesse sentido, recobre posturas autorais relacionadas a intensidade e quantidade. Por conseguinte, possui sob seu escopo a rede de recursos atitudinais, os processos verbais e mesmo as formas modais. Manifesta-se por meio de formas adverbiais, derivação por grau, repetição, pronomes indefinidos e adjetivos.

Segue um exemplo abaixo:

Considerada pela Prefeitura como a mais adequada área para abrigar acontecimentos de grande concentração popular, pela sua considerável extensão, os arredores do Campo de Marte passaram a concentrar os maiores eventos da cidade, o que trouxe um alto custo para a região. (GZN06 – p. 46)

Note-se como a voz autoral intensifica uma série de categorias, criando um efeito prosódico hiperbólico que ressalta, simultaneamente, o papel central da Zona Norte no acolhimento dos eventos e as consequências negativas desse mesmo papel. Trata-se da área *mais* adequada, ou seja, do local em que os eventos devem, portanto, ser realizados, uma vez que adequação é parâmetro primordial para o *poder* e o *dever fazer*. Os outros recursos de intensificação — *grande*, *considerável* e *maiores* — ressaltam o tamanho tanto da concentração de indivíduos, quanto da área para abrigá-la, o que destaca a capacidade da região. Tal construção hiperbólica, de alto comprometimento modal, visa a solidarizar-se com o morador da região, de quem, portanto, se espera que compartilhe das mesmas representações, por viver tal realidade no cotidiano. Assim, torna-se possível intensificar o valor do *custo* — *alto* —, que se constitui no argumento central do trecho, justamente aquilo sobre o que se pretende convencer o leitor. Em outros termos, é o *alto custo* resultante da concentração *intensa* de eventos na região que se configura no núcleo de convencimento valorativo. Repare-se, portanto, como os elementos de *gradação* podem ocupar um papel fundamental na configuração retórica, tanto no âmbito do convencimento e da persuasão, quanto do comprometimento e autoridade, intimamente conectados aos dois processos anteriores.

Nesse sentido, a fim de analisar mais detidamente a configuração dos fatores sociossemióticos de poder e solidariedade, a partir de seus componentes auxiliares — comprometimento, autoridade e credibilidade —, passar-se-á examinar o papel da modalidade na construção da interpessoalidade. Para isso, far-se-á um breve percurso teórico acerca do fenômeno, que se insere numa perspectiva dialógica e valorativa e, portanto, ainda integrado ao subsistema da avaliatividade.

3.3.1.1 Modalidade, comprometimento e autoridade: uma proposta relacional

A rede de recursos modais constitui-se em uma das opções mais recorrentes e fundamentais para a construção discursiva do comprometimento nas línguas naturais. No Português Brasileiro, isso não é diferente. Ora tomada como inerente ao sistema de evidencialidade, ora entendida como um componente paralelo a este, as diversas abordagens funcionalistas compreendem e conceitualizam a modalidade de modo variado, procurando explicá-la tanto do ponto de vista sintático-semântico quanto semântico-discursivo, por vezes, relacionando-as a aspectos (socio)cognitivos e pragmáticos.

Apesar de este trabalho situar a modalidade como um componente do sistema de avaliatividade — mais especificamente, como um recurso do subsistema de *engajamento* —, defende-se que reduzi-la apenas a um papel de abertura (ou fechamento) dialógico e de atuação mais íntima no que concerne à variável sociossemiótica da solidariedade significa amputá-la de um de seus papéis fundamentais: o da construção da identidade discursiva.

É evidente que a construção discursiva da identidade liga-se ao dialogismo, pois só se estabelece quem se é no discurso a partir do contraste do posicionamento individual em relação a uma rede de alternativas multivocais. Não obstante, a modalidade — assim como os outros recursos de engajamento e gradação —, ao lidar com o dialógico de um ponto de vista linguístico-discursivo, assume, de uma perspectiva discursivo-social, papel central na constituição do comprometimento e, por conseguinte, da identidade pessoal e coletiva e do posicionamento enunciativo-social.

Nesse sentido, o que se vem denominando *comprometimento* nesta tese — e, muitas vezes, *comprometimento modal* — refere-se ao grau de responsabilização ou validação assumido pela voz autoral em relação às posições valorativas e representações

por ela instanciadas no texto. O grau de comprometimento é, em geral, mais alto quanto menor for a abertura dialógica, o que implica uma construção de uma identidade mais autoritária/polêmica. Por outro lado, quanto menor o comprometimento, em geral, maior a abertura dialógica, o que colabora para a construção de uma identidade contratual/relativista.

Desse modo, torna-se nítido o impacto do comprometimento modal em relação a parâmetros que envolvem tanto o modo de ser do produtor textual quanto a negociação de sua relação com os outros atores sociais no discurso. Ao comprometer-se, o ator social revela facetas de si no discurso — suas representações, ações e estilos preferenciais — e isso incide diretamente tanto sobre a credibilidade que passa a possuir quanto sobre a força de sua autoridade diante da leitura ou atitude responsiva do consumidor textual.

Nesse sentido, o comprometimento torna-se efeito das opções linguísticas realizadas no sistema da gradação e do engajamento — especialmente no que se refere à rede de recursos modais —, assumindo papel central na constituição da autoridade e da credibilidade, entendidos como efeitos discursivo-sociais projetados e derivados dos atores sociais com quem se está discursivamente engajado.

Assim, o comprometimento opera tanto identitária quanto relacionalmente, integrando a construção tanto dos estilos quanto das ações discursivas, visto que está implicado no processo de negociação intersubjetiva e, portanto, em estreita associação à rede de recursos da metafunção ao interpessoal. Obviamente, não se quer, com isso, afirmar que a credibilidade e autoridade sejam fenômenos integralmente derivados do interpessoal — isso seria, no mínimo, ilusório. O ideacional é fundamental. O que dizer/escrever é central pra que o ator social se imponha como autoridade e se torne crível. No entanto, o enquadramento das representações por meio de recursos interpessoais, de modo a interligar o *representar* ao *ser* e ao *agir*, é de fundamental importância para a realização do processo de construção de autoridade e credibilidade como um todo.

Tendo isso em vista, esta seção busca expor uma breve revisão da literatura sobre o fenômeno da modalidade e a posição aqui adotada sobre essa rede de recursos em uma perspectiva tanto linguístico-discursiva quanto discursivo-social.

Primeiramente, deve-se destacar que os estudos acerca da modalidade são amplos e variados, partindo de pressupostos teóricos de diferentes áreas e abordagens, que incluem o Funcionalismo em suas diversas vertentes, a Semântica, a Pragmática, a

Semiótica, os estudos discursivos e a Filosofia da Linguagem, conforme já asseverado no início desta seção.

Todas essas propostas contribuem para uma compreensão mais global do fenômeno e procuram descrever seu funcionamento em relação aos objetivos centrais dessas respectivas áreas, o que permite inferir a riqueza inerente a tal componente linguístico.

A filosofia da linguagem, de inspiração aristotélica, divide a modalidade em *alética* (relacionada à verdade das proposições), *epistêmica* (relacionada às crenças dos falantes) e *deôntica* (relativa à conduta dos atores sociais).

Halliday & Matthiessen (2004), em sua proposta sistêmico-funcional, caracterizam a *modalidade* como um fenômeno linguístico que concerne ao enunciado como troca/intercâmbio e, nesse sentido, como elemento integrante da função interpessoal da linguagem. Seu funcionamento está vinculado à construção de uma região escalar de incerteza (ou imprecisão) entre o polo positivo e o negativo, constituída a partir de três graus — baixo, médio e alto.

Assim, em proposições (ou trocas de informação), esses graus correspondem à probabilidade (possível, provável, certo) e à habitualidade (às vezes, frequentemente, sempre) e, em relação a propostas (trocas de bens e serviços), equivalem à obrigação (permitido, esperado, exigido/obrigatório) e à inclinação (desejo, ansiedade, determinação).

O autor ainda destaca o papel da polaridade — positiva ou negativa — em relação ao sistema modal. A polaridade negativa assume um papel diferenciado no que concerne à *modalidade*, tendo em vista que pode instalar-se tanto na proposição em si quanto na modalidade. Observe-se a tabela abaixo, que ilustra o fenômeno em termos do eixo da probabilidade:

Tabela 02: Valor e Polaridade Modais

	Baixo ['possível']	Médio ['provável']	Alto ['certo']
Negativo [na proposição]	É possível que ele não saia mais cedo	É provável que ele não saia mais cedo	É certo que ele não sairá mais cedo
Negativo [na modalidade]	Não é certo que ele sairá [saia] mais cedo	Não é provável que ele saia mais cedo	É impossível [Não é possível] que ele saia mais cedo

A tabela permite depreender uma compatibilidade semântica entre as duas sentenças que compartilham a mesma coluna. Nesse sentido, há uma similaridade inegável entre as construções — *É possível que ele não saia mais cedo* e *Não é certo que ele sairá [saia] mais cedo*. O mesmo pode ser afirmado sobre as outras duas colunas.

O que chama atenção, no entanto, é o fato de que o adjetivo modal *possível*, que atualiza, em regra, o valor *baixo*, assume um teor *alto* quando a polaridade negativa se associa a ele, ou seja, incide sobre a modalidade. Tal inversão de valor também ocorre no caso do adjetivo *certo*, que, ao receber polaridade negativa, assume um valor *baixo*, oposto à sua natureza positiva *alta*. Todavia, o escopo de incidência da polaridade parece não afetar, em grande medida, a semântica do nível médio. Halliday & Matthiessen (2004) postulam que tal característica é inerente a todos os eixos modais — *probabilidade, habitualidade, obrigação e inclinação*.

No entanto, tomando como ponto de vista a avaliatividade e considerações mais finas a partir de uma perspectiva discursivo-dialógica, pode-se notar algumas diferenciações importantes. Tome-se como exemplo o primeiro par: *é possível que ele não saia mais cedo* x *não é certo que ele sairá [saia] mais cedo*. A construção *é possível* atualiza um recurso do sistema de *engajamento*, situado no subsistema de *consideração*. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de atualização de vozes alternativas a tal construção, ampliando a solidariedade. A forma de polaridade negativa *não*, por outro lado, contrai o dialogismo. No entanto, ao incidir sobre a proposição, e não, sobre o modal, é a alternativa dialógica *sair mais cedo* que é contraída e rejeitada. Isso permite pressupor uma orientação argumentativa voltada à negação da ação — cuja alternativa positiva pode ser projetada no leitor/ouvinte —, mas construída a partir de uma solidariedade que pode marcar incerteza, insegurança, em um posicionamento não polêmico ou contratual. Não é o caso da segunda construção. A expressão *É certo* consiste em um recurso de *engajamento* de *contração dialógica*, localizado no subsistema da *concordância*, que atua no sentido de direcionar o leitor a excluir as outras alternativas, construindo-a a partir de um certo grau de obviedade, dirimindo as possibilidades alternativas de contestação. No entanto, a polaridade negativa também constitui-se em mecanismo de *contração*. A dupla *contração dialógica* pode, em termos lógicos, ser concebida como *expansão* e, por isso, ocorre uma compatibilidade semântica. Por outro lado, a possibilidade de se *contrair* um enunciado já *contraído* tem que revelar um matiz diferenciado em relação à opção de se *expandir* apenas. É

exatamente a questão do vínculo interpessoal que difere. Ao incidir sobre a modalidade, a polaridade negativa contrai a alternativa dialógica *é certo que ele sairá mais cedo*, pressupondo um leitor/ouvinte que assuma tal posição valorativa. Nesse caso, a voz autoral se assume polêmica, pois se choca com uma visão contraída, o que requisita um esforço interpessoal bem maior. A solidariedade pode ser muito mais facilmente ameaçada.

Assim, nota-se como a visão da modalidade apenas do ponto de vista semântico pode deixar passar certos matizes discursivos e heteroglóssicos indispensáveis para a sua total compreensão. Além disso, a abordagem do fenômeno a partir de um ponto de vista da avaliatividade e da argumentatividade permite inferir sua importância para o gerenciamento das relações sociais e identidades. Voltar-se-á a isso posteriormente.

Halliday & Matthiessen (2004) ainda destacam que, além do valor e da polaridade, o sistema modal comporta uma determinada orientação, que pode ser: 1. subjetiva ou objetiva; 2. explícita ou implícita.

A primeira oposição relaciona-se ao papel assumido pelo falante/escritor como referência de validade ou responsabilidade perante a proposta/proposição enunciada. Tem-se, portanto, orientação subjetiva quando o próprio falante/escritor assume a validade da proposição/proposta, e objetiva, quando minimiza ou anula seu envolvimento com o enunciado.

A segunda oposição concerne, por sua vez, à codificação da modalidade em proeminência na oração matriz ou como elemento no interior da estrutura oracional. Ocorre, no primeiro caso, modalidade explícita, e no segundo, implícita.

O cruzamento desses eixos conduz ao esquema abaixo⁹⁹:

Tabela 03: Orientação modal

	Subjetivo	Objetivo
Implícito	Isso <i>deve</i> estar correto.	Isso está <i>provavelmente</i> correto.
Explícito	<i>Estou incerto</i> de que esteja correto/ <i>Acho provável</i> que esteja correto.	<i>É provável</i> que esteja correto.

Assim, pode-se deduzir que a visão hallidayana/matthiesseniana (2004) sobre modalidade atua especialmente em dois níveis: o semântico e o léxico-gramatical. Por

⁹⁹ Exemplos fictícios.

consequente, o discursivo acaba tornando-se secundário e distinções mais finas entre as opções do sistema — principalmente, no que concerne ao engendramento de relações sociais e identitárias — acabam sendo excluídas, o que, todavia, não inviabiliza a proposta, mas a torna apenas ponto de partida para as reflexões acerca de tal componente.

Palmer (1986), por sua vez, não entende modalidade como um fenômeno de natureza relacional. Para o autor,

a modalidade na linguagem concerne [...] às características subjetivas de um enunciado, e ainda poderia ser proposto que a subjetividade é um critério essencial para a modalidade. A modalidade poderia, em outros termos, ser definida como a gramaticalização dos posicionamentos e opiniões (subjetivos) do falante (PALMER, 1986: 16)¹⁰⁰.

O autor divide o sistema modal em três grupos: deôntico, epistêmico e dinâmico. O primeiro corresponde ao eixo da obrigação de Halliday & Matthiessen (2004), e o segundo, ao eixo da probabilidade. A modalidade dinâmica, por sua vez, envolve a capacidade ou disposição do sujeito modal — não da voz autoral — em relação ao que enuncia.

Palmer (1986) associa a modalidade epistêmica a qualquer sistema modal que sinaliza o grau de comprometimento do falante/escritor em relação ao enunciado. Por essas razões, o autor inclui o sistema dos evidenciais no escopo do sistema epistêmico. Além disso, relaciona as declarações a essa mesma modalidade, afirmando, em acordo com Lyons (1977), Halliday & Matthiessen (2004) e Fairclough (2007), que não há afirmação epistemicamente mais forte que a asserção categórica.

Halliday & Matthiessen (2004) justificam tal posicionamento pelo fato de a modalidade cobrir uma região situada entre os polos positivo e negativo, de modo que ela sempre será mais fraca que a opção categórica positiva ou negativa. Fairclough (2007) associa os enunciados sem marcas explícitas de modalização, traço que ele denomina *modalidade categórica*, ao processo de universalização de discursos/representações particulares, ressaltando seu papel no estabelecimento da hegemonia e da naturalização dos valores e das representações sociais.

No que se refere à modalidade deôntica, Palmer (1986) ainda destaca que a voz autoral pode assumir diferentes níveis de envolvimento em relação ao enunciado, tendo

¹⁰⁰No original: “Modality in language is [...] concerned with subjective characteristics of an utterance, and it could even be further argued that subjectivity is an essential criterion for modality. Modality could, that is to say, be defined as the grammaticalization of speaker’s (subjective) attitudes and opinions”.

em vista que não é necessariamente o falante/escritor que se configura na origem da imposição de determinada obrigação; ele pode ser apenas um membro da sociedade que instiga a ação, cuja motivação, em princípio, seria externa.

Hoye (1997), por sua vez, define o fenômeno como um campo semântico de coerções, realizado lexical, gramatical e prosodicamente, envolvendo, em geral, a construção de um mundo possível, no qual as coisas são concebidas de modos diferenciados, ou seja, em contraste com o mundo real atual. Desse modo, as relações estabelecidas entre o mundo possível e o atual são construídas em um *continuum* de abstração.

Nessa perspectiva, o sistema epistêmico é concebido como uma avaliação, baseada no conhecimento ou crença da voz autoral, sobre a possibilidade ou a necessidade de um estado particular de coisas existir. O sistema deôntico, por sua vez, refere-se à possibilidade ou à necessidade de um estado de coisas ocorrer, o que se relaciona com a atitude da voz autoral em atribuir permissão ou obrigação em termos de ações futuras.

Devido a tal concepção, o autor afirma que a modalidade está intrinsecamente ligada à noção de *autoridade* — de natureza relacional e sociossemiótica, nos termos aqui adotados. Para Hoye (1997:63),

[...] a modalidade concerne à autoridade do falante ou escritor, independentemente da dimensão particular envolvida. Isso permite duas interpretações distintas. A autoridade pode estar associada literalmente com o poder que um indivíduo ou coletividade pode exercer sobre outro indivíduo ou coletividade. Por outro lado, ela pode ser definida em termos de reivindicação de ‘conhecimento’ que o falante deixa implicada ao pronunciar seu julgamento ou opinião¹⁰¹.

Tal consideração é de extrema importância, pois relaciona os aspectos linguísticos e interpessoais intrínsecos aos modais ao seu papel discursivo-social na instauração de relações de poder. Trata-se de uma visão complementar à que se postula na Teoria da Valoração (MARTIN & WHITE, 2005), que, ao conceber a modalidade, de modo geral, no campo da *expansão dialógica*¹⁰², associa-a, mais estreitamente, ao campo da solidariedade. Entretanto, a modalidade atua sempre nos dois eixos, tendo em

¹⁰¹ “[...] modality is concerned with speaker or writer authority, irrespective of the particular dimension involved. This allows for two possible interpretations. Authority may be associated quite literally with the power which an individual or collectivity can exert over another individual or collectivity. Alternatively, it may be defined in terms of the claim to ‘knowledge’ the speaker implies when voicing a judgement or an opinion” (tradução livre).

¹⁰² Deve-se ressaltar que o valor epistêmico alto *certo* e suas metáforas gramaticais são considerados recursos de *contração dialógica*, no campo da *concordância*.

vista que o comprometimento a ela inerente atua tanto no sentido de vincular-se — solidariedade — quanto de impor-se — poder — em relação aos outros atores sociais. Tanto a vinculação a determinados valores e representações quanto a sua imposição constituem-se em processos ligados à construção da autoridade discursiva e, nesse sentido, tanto poder quanto solidariedade devem ser entendidos como recursos sociossemióticos de configuração identitária e negociativa.

Além disso, Hoye (1997) aponta para uma interpretação bipartida da noção de autoridade: por um lado, relaciona-a ao exercício do poder de um ator social sobre outros; por outro, ao conhecimento implicado no processo de assumir uma posição valorativa determinada. Assim, a autoridade vincula-se a um *saber* e a um *poder*.

Ora, ambos — *saber* e *poder* — são construídos por meio do discurso e, por isso mesmo, são mantidos, ratificados e confrontados por meios discursivos. Assim, a manutenção da autoridade está estreitamente ligada à construção da credibilidade do ator social, que se deve fazer crível, para que possa exercer, em maior ou menor grau, seu *poder significar*.

Esta tese já abordou as mudanças constitutivas, de um ponto de vista sociológico, acerca da autoridade na contemporaneidade. No entanto, nada se afirmou claramente acerca de seu estatuto linguístico-discursivo. Sob este ponto de vista, a construção da autoridade está ligada a dois aspectos modais relacionais básicos: um, de caráter deôntico; e outro, de caráter dinâmico.

A autoridade discursiva é resultado de operações linguístico-discursivas no potencial de significado da língua que visam a instaurar, no que concerne ao elo entre o produtor e o consumidor textual, uma relação hierarquicamente favorável a uma ou outra instância, em geral, o próprio produtor — embora nada impeça e possa ser até mesmo estratégico que a voz autoral instancie uma gama de recursos linguísticos que visem a desautorizá-la em certa medida, no que tange a algum posicionamento. Esse processo implica, por um lado, uma construção deôntica de permissão — um produtor textual de autoridade consiste naquele que possui permissão para negociar proposições e propostas e assumir posições valorativas diante de determinada comunidade discursiva — e, por outro lado, resulta de uma construção modal dinâmica — a autoridade configura-se como o agente social que sabe e tem capacidade de negociar informações e bens e serviços, assumindo posições valorativas coerentes em termos da deontologia e das representações de mundo de determinada comunidade e/ou instituição.

De tal intersecção, resulta a legitimidade da atividade discursiva do ator social, que lhe permite, especialmente, convencer os consumidores textuais a aderir a determinadas posições valorativas e representações ou persuadi-los a exercer determinada postura ou ação no mundo material. Nesse sentido, o exercício da autoridade discursiva está intimamente ligada ao controle do olhar avaliativo e, portanto, das atitudes responsivas.

Assim, o controle do grau de comprometimento e da construção identitária advinda do gerenciamento interacional (MIRANDA, 2005) permitido pelas instâncias modais possibilitam, em associação com outros recursos interpessoais, como o envolvimento, construir discursivamente a autoridade nas diversas produções textuais, o que está intimamente ligado ao sucesso ou insucesso potencial dos efeitos retóricos de persuasão e convencimento.

A partir de um posicionamento sociocognitivista, compatível com as noções e conceitos expostos nesta tese, Miranda (2005) postula que a modalidade age como gerenciadora da interação e a relaciona com o conceito de *face* e *identidade*. Não se irá explorar esta primeira faceta nesta tese. No entanto, em relação à segunda, cabe mencionar algumas considerações da autora.

Para Miranda (2005), a linguagem tem estatuto estritamente interacional. A fim de explicitar tal posicionamento, a autora define interação como uma ação conjunta gerenciada por meio dos recursos modais. “O processo de modalização promove a negociação de identidades, a representação do drama, removendo-se barreiras ou impondo-se forças em relação ao interlocutor” (MIRANDA, 2005: 180).

Tal concepção deve ser considerada em relação a duas consequências fundamentais. Se a interação consiste em ação conjunta, ela deve ser entendida a partir de uma perspectiva relacional e negociativa. Assim, deve-se atentar, primeiramente, ao caráter negociativo, de teor discursivo-social, da modalidade; e, em segundo lugar, à questão das barreiras e das forças, de caráter linguístico-cognitivo.

Assim, sob o primeiro enfoque, a modalidade é concebida como responsável pelas relações de alinhamento e desalinhamento entre os atores sociais, atuando no campo representacional e na dinâmica de papéis sociais, na medida em que promove alterações nas condições de validação dos enunciados, o que acarreta impactos severos no olhar avaliativo dos atores sociais em relação ao produtor textual e da própria voz autoral em relação a si mesma.

Sob o segundo enfoque, a modalidade é entendida como a faceta semântico-linguística da construção relacional da identidade tanto de um ponto de vista mental quanto físico-social. Assim,

[...] como **agentes intencionais**, os sujeitos se projetam em contraparte, constroem suas identidades através do outro [...]. A metáfora de causa como imposição de forças/suspensão de barreiras, é, pois, a configuração semântico-linguística dada a esse drama, de modo a fazê-lo simbolicamente representar-se diante do outro. Assim, para alcançar seus interlocutores e fazê-los compreender as diferentes imagens projetadas de si mesmos no fluxo das interações, os sujeitos franqueiam ou bloqueiam-lhes a passagem através dessa construção metafórica promovida pela linguagem: a modalidade. Recorta-se, dessa forma, um processo definidor de diferentes alinhamentos do sujeito (neutralidade, positividade e negatividade), de acordo com a verificabilidade ou com a validade de suas enunciações [...] (MIRANDA, 2005: 185; negrito da autora)

A consequência mais básica dessa visão é o entendimento da modalidade deôntica como um trabalho relacionado à ação físico-social do ator social, e da modalidade epistêmica como um trabalho mental. A maneira de modalizar provocará diferentes acessos às imagens projetadas do agente social, permitindo, assim, o engendramento de diferentes configurações identitárias. Curiosamente, nessa perspectiva, o comprometimento modal acaba tornando-se, ao mesmo tempo, o filtro pelo qual a identidade social é construída e o agente de externalização da construção da individualidade identitária. Trata-se, portanto, de uma rede de opções linguísticas de tensão entre o interpessoal relacional e o identitário.

Nesse sentido, a modalidade deôntica equivale, em termos sociocognitivos, à imposição de forças ou suspensão de barreiras no domínio da ação, de modo a impedir, por um lado, os interlocutores de assumir determinada conduta ou, por outro, a levá-los a adotá-la, enquanto a epistêmica corresponde às forças de imposição e às barreiras de suspensão advindas de um corpo de premissas (causas) que compele o raciocínio do interlocutor em determinada direção (MIRANDA, 2005).

Isso posto, propõe-se, nesta tese, que a modalidade seja concebida de modo abrangente, uma vez que o fenômeno é considerado tanto do ponto de vista linguístico-discursivo quanto discursivo-social. Desse modo, ela deve ser entendida como um campo semântico, pragmático e discursivo, realizada por meio de recursos léxico-gramaticais e fonético-fonológicos que executam operações heteroglóssicas (MARTIN & WHITE, 2005), de modo a marcar tanto o posicionamento do enunciador em relação ao enunciado, quanto a si mesmo e ao outro no processo de construção discursiva, revelando, assim, diversos graus de comprometimento autoral diante da realidade

representacional e valorativa apresentada. Por conseguinte, assume importância fundamental no gerenciamento das identidades (MIRANDA, 2005; FAIRCLOUGH, 2007), na construção da autoridade (HOYE, 1997), no estabelecimento de solidariedade (MARTIN & WHITE, 2005) e no desenvolvimento da persuasão e do convencimento, ocupando, como corolário, papel central no componente interpessoal da linguagem (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004).

Nesta tese, o componente modal é analisado a partir das categorias elencadas na sequência, focalizando nos verbos, adjetivos e advérbios modais, além de metáforas gramaticais (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004) que instanciam valores interpessoais associados às categorias pertinentes¹⁰³:

1. *Modalidade deôntica*: relativa aos graus de obrigatoriedade. Relaciona-se ao mundo físico-social e ao eixo das propostas (bens e serviços). São três graus básicos: *permitido/esperado (ou obrigado)/exigido (ou requerido)*. As formas verbais mais comuns, associadas, respectivamente, a tais valores, são: *poder/dever/ter que*.

2. *Modalidade epistêmica*: relativa aos graus de possibilidade/probabilidade. Concerne ao campo mental e ao eixo das proposições (informações). Possui três graus básicos: *possível/provável/certo*. As formas adjetivas são mais comuns que as verbais. No entanto, os principais verbos são: *poder/dever*. Não há uma forma verbal claramente associada ao grau alto. Note-se que as mesmas formas verbais ocupam as posições baixa e medial nas modalidades deôntica e epistêmica. Há uma série de fatores que permitem determinar a modalidade dominante, embora haja, em muitas situações, ambiguidades interpretativas altamente dependentes do olhar avaliativo. Em outros casos, o contexto e o cotexto dissolvem potenciais ambiguidades¹⁰⁴.

3. *Habitualidade*: refere-se aos graus de frequência, realizados, em geral, por formas adverbiais: *às vezes/frequentemente/sempre*.

4. *Inclinação*: refere-se à disposição autoral no que tange à execução de ações. Os três graus básicos consistem em *desejado/ansiado/determinado*. A realização é, em geral, adjetiva, com exceção do grau baixo, que se manifesta, regularmente, tanto em forma adjetiva quanto verbal no *corpus* em análise. Tal eixo difere do deôntico na medida em que a inclinação, em regra, refere-se a uma pulsão interna em relação à ação

¹⁰³ Os valores apontados referem-se à polaridade positiva. A polaridade negativa, em geral, inverte os valores alto e baixo, conforme já explanado. Em alguns casos, muda-se a denominação do patamar. O grau alto da modalidade deôntica de polaridade negativa é *não permitido* ou *interdito*.

¹⁰⁴ Não consiste em objetivo desta tese examinar tais fatores. Por essa razão, não serão discutidos os contextos de emergência de leituras epistêmicas ou deônticas dos modais.

no mundo material, enquanto a modalidade deôntica implica, em geral, um agente ou força externa de poder que viabiliza ou exige, em graus variados, determinada ação.

5. *Modalidade volitiva*: adota-se esta denominação em relação aos casos específicos de utilização da forma verbal *esperar*, que, em língua portuguesa, assume uma ambiguidade entre *desejo* e *obrigatoriedade média*, resolvida, em alguns casos, contextualmente. Grosso modo, a modalidade volitiva envolve um vínculo interpessoal projetado entre a voz autoral e o sujeito modal da proposição, o que faz desse recurso um mecanismo de exortação de funcionamento baseado em vínculo identificativo¹⁰⁵.

6. *Modalidade dinâmica*: concerne à capacidade dos atores sociais no que tange à realização de ações. Postula-se, nesta tese, a existência de três graus básicos. Adotam-se, para tal, algumas metáforas gramaticais: *poder/conseguir/ser capaz de*. A gradação é empírica, mas parece sustentar-se sem grandes polêmicas. Na comparação entre formas hipotéticas, como *Eu posso nadar x Eu consigo nadar x Eu sou capaz de nadar*, parece coerente afirmar que há maior comprometimento autoral na explicitação da capacitação para a ação na forma *ser capaz de* em comparação a *conseguir*, e desta em relação a *poder*.

Isso posto, pode-se passar a analisar os recursos de negociação, cujo enfoque será direcionado às formas de exortação, para cuja categorização tornam-se essenciais os recursos modais anteriormente explicitados e seu envolvimento com os fenômenos de autoridade e de comprometimento discursivos.

3.3.2 Negociação interpessoal e exortatividade

A noção de negociação, de um ponto de vista sistêmico-funcional, relaciona-se aos aspectos interativos da produção verbal, às diversas funções discursivas de um enunciado e à estrutura do intercâmbio comunicativo (MARTIN & WHITE, 2005).

Para Halliday & Matthiessen (2004), a função interpessoal atualiza uma concepção de enunciado como *intercâmbio*. Todo intercâmbio requisita um objeto de troca — denominado *bem*¹⁰⁶. Em um evento comunicativo qualquer, os enunciados assumem determinados papéis no que se refere a tal estrutura de intercâmbio de *bens*, de modo que todo texto é composto por uma variedade de funções discursivas, que podem

¹⁰⁵ Voltar-se-á a este ponto na próxima seção.

¹⁰⁶ No original, *commodity*.

ser agrupadas em, basicamente, dois eixos: 1. dar/oferecer e demandar/requisitar; e 2. informações/proposições e ofertas/bens e serviços.

A tabela a seguir, adaptada de Halliday & Matthiessen (2004:108), explicita as possíveis relações entre os eixos, de um ponto de vista tanto da produção textual quanto das atitudes responsivas prototípicas¹⁰⁷:

*Quadro 04: Funções Discursivas e Atitudes Responsivas*¹⁰⁸

		Iniciação/produção	Atitude Responsiva	
			Esperada	Arbitrária
Dar/Oferecer	Bens e serviços	Oferta <i>Quer que eu te sirva salada?</i>	Aceitação <i>Quero.</i>	Recusa <i>Não, obrigado.</i>
Demandar		Ordem/Comando <i>Coma toda a salada!</i>	Submissão <i>Já vou.</i>	Rejeição <i>Não (vou).</i>
Dar/Oferecer	Informações	Declaração <i>Você come salada.</i>	Reconhecimento <i>(Es)tá vendo?</i>	Contradição <i>Não, não como.</i>
Demandar		Pergunta/Questão <i>O que você gosta de comer?</i>	Resposta <i>Salada.</i>	Desvio/Renúncia <i>Não sei.</i>

Assim, para Halliday & Matthiessen (2004), denominam-se *proposições* os enunciados em que há demanda ou oferecimento de informações, enquanto se denominam *propostas* os enunciados em que se realiza um intercâmbio de bens e serviços, de qualquer natureza. A grande distinção se situa no fato de que, em proposições, a negociação se concentra em elementos verbais, oriundos da própria língua, enquanto, nas propostas, o objeto de negociação consiste em algum bem material ou alguma ação a ser realizada por um dos atores sociais — o falante/escritor, no caso de ofertas, e o ouvinte/leitor, em ordens ou comandos.

O sistema linguístico propicia um conjunto muito amplo de recursos para construir as diversas funções discursivas, incluindo possibilidades de gradação — tanto em termos de iniciação quanto de resposta —, uma vez que envolvimento, autoridade, comprometimento e credibilidade interagem de modo complexo no estabelecimento da

¹⁰⁷ Exemplos hipotéticos.

¹⁰⁸ Optou-se por traduzir *response* como *atitude responsiva* e *answer* como *resposta*.

funcionalidade negociativa dos enunciados. Os recursos modais, por exemplo, podem minimizar o aspecto autoritário inerente ao imperativo, em boa parte dos comandos.

Nesta tese, o componente denominado *negociação* é concebido de modo mais amplo — como uma categoria linguística, situada no domínio semântico-discursivo, mas, ao mesmo tempo, como um processo discursivo acarretado de uma propriedade textual mais ampla, a *negociatividade* —, tendo em vista que se entende que toda forma de ação verbal (gênero ou TD) implica distintos modos de se negociar a intersubjetividade, o que permite postular a existência de uma *negociatividade* inerente às ações comunicativas humanas¹⁰⁹, oriundas da própria estruturação das práticas sociais pela conduta monitorada dos agentes sociais.

Por ora, no entanto, interessa nesta seção descrever um importante componente do sistema da negociação, que integra o subsistema de gradação do eixo dos comandos/ordens, do ponto de vista da iniciação/produção. Trata-se das *formas de exortação*.

É claro que uma abordagem em *continuum* de todas as possibilidades de negociação interpessoal — declarações, comandos, ofertas e perguntas — é indispensável, a partir de um ponto de vista linguístico-discursivo. Entretanto, devido à natureza do *corpus* em análise, constituído por editoriais da imprensa paulistana de bairro, são as diferentes formas de comandar que se constituem em elementos de fundamental importância para a caracterização dessas TD acionais.

A *exortatividade* é um parâmetro de essencial relevância para grande parte dos editoriais em análise, de modo que a sua presença, ausência e distribuição quantitativa e qualitativa constituem-se em fatores centrais para a negociação da intersubjetividade nos textos analisados e para a configuração dos diversos modos de incitação que integram a construção tradicional deste Significado Acional em particular.

Assim, as formas de exortação integram o sistema da negociação na medida em que se constituem em uma rede de recursos linguísticos que exige dos atores sociais uma atitude responsiva de submissão ou rejeição da ação incitada, o que as leva a integrar a função discursiva dos comandos.

Tais recursos linguísticos constituem-se em um feixe gradual — e, portanto, em *continuum* — de possibilidades de incitação, capaz de abarcar elementos relacionados ao *envolvimento* e à *avaliatividade*, proporcionando modos de construir maior ou menor

¹⁰⁹ Tal aspecto será detalhado na última seção deste capítulo, quando será tematizado o *modo de negociação intersubjetiva*.

comprometimento, autoritarismo e vínculo/intimidade em relação à instância consumidora dos textos.

A abordagem proposta leva em consideração três categorias principais, que integram a rede sistêmica dos comandos:

1. **Estrutura da Exortação:** refere-se aos recursos verbais associados à exortação. Subdivide-se em três grandes grupos:

a. *Imperativa:* trata-se das formas de exortação cujo núcleo verbal é imperativo. Consideram-se também nesta categoria os comandos em que o verbo *ir* é utilizado como auxiliar para uma proposta imperativa. Exemplos: [...] *Plante uma árvore, colha os flores e sinta o aroma da época que se aproxima* [...] (JNB09 – p. 10); [...] *Vamos evitar de andar à-toa, sem um motivo imperioso* [...] (CZS07 – p. 81).

De modo geral, as exortações imperativas tendem a ser as mais autoritárias, uma vez que constituem as formas prototípicas associadas aos comandos. No entanto, seu grau de autoritarismo só pode ser avaliado e analisado mediante toda a série de recursos interpessoais instanciada no texto, na medida em que tais elementos podem, por efeito prosódico, amenizar o teor autoritário relacionado a este modo verbal.

Além disso, recursos de envolvimento, como o uso de primeira pessoa do plural inclusiva — caso do segundo exemplo —, por incluírem a voz autoral, minimizam o autoritarismo, já que o escritor também se compromete em relação à ação, o que ressalta seu teor benéfico (tendo em vista que se pressupõe que os atores sociais não queiram ou proponham fazer algo que prejudique a eles mesmos intencionalmente) e, assim, acentua a tendência à potencial submissão do consumidor textual¹¹⁰.

b. *Modal:* corresponde às formas de exortação cuja ação é incitada por meio de uma instância modal, em geral, deôntica ou volitiva. Considera-se também como pertinente a tal categoria as instâncias exortativas em que o modal *volitivo* encontra-se em elipse. Exemplos: [...] *É necessário que se faça uma reflexão mais profunda antes de optar pelos que vão nos representar*. [...] (FVP12 – p. 37 – deôntica); [...] *Esperamos que os nossos leitores não se deixem ‘contagiar’ pela burocracia paralisante de nossos governantes e continuem espalhando o bem*. [...] (FVP10 – p. 35 – volitiva); [...] *Que a Páscoa, uma das mais importantes datas do calendário cristão, seja comemorada com muita paz e alegria* [...] (GZN03 – p. 43 – volitiva optativa).

¹¹⁰ O termo *submissão* está sendo utilizado em analogia à atitude responsiva esperada — positiva — em relação a um *comando/ordem*.

As formas de exortação deônticas constituem também incitações de alta intensidade. Porém, diferente dos imperativos, elas podem implicar alto ou baixo envolvimento da voz autoral em relação à proposta, de modo que se torna possível camuflar a origem social da exortação — como um desejo/ordem da voz autoral ou como uma imposição social em relação à atuação do leitor/ouvinte.

As formas volitivas podem, a princípio, ser vistas como não-exortativas. Tal análise, no entanto, pode verificar-se equivocada em muitas instâncias. A forma verbal *esperar* adquire teor exortativo na medida em que pressupõe um vínculo interpessoal tal com o agente exortado que este se vê compelido a agir segundo a proposta instanciada sob risco de decepcionar — fazer o que não deveria — ou frustrar — não fazer o que deveria — a voz autoral. Trata-se de uma projeção de expectativas que torna o uso da modalidade volitiva uma estratégia mais emotiva de incitação à ação, ou, em outros termos, baseada num estreitamento de vínculo interpessoal.

As formas optativas operam de modo análogo às volitivas. Na maioria dos casos, assumem o significado acional de *votos*, em um ato de fala que também focaliza expectativas de ação. Trata-se de meios mais amenos de exortação, pois, potencialmente, o leitor ou não se concebe como membro do grupo e, portanto, não se vê incluído no grupo exortado, ou é instado a concordar, com a pressuposição autoral de leitura complacente, uma vez que a exortação se baseia em posicionamentos, em geral, advindos do senso-comum. Tornam-se, portanto, formas de incitação mais genéricas e menos diretivas.

c. *Finitas*: refere-se aos recursos de exortação nas quais o verbo ou locução verbal cuja significação esteja associada à ação propriamente dita apresente forma infinitiva. Nesses casos, atualiza-se, na oração matriz, ou uma forma nominal ou uma forma verbal de caráter não modal. Por isso mesmo, trata-se de uma categoria em que se torna complexo definir, *a priori*, a intensidade exortativa. Exemplos: [...] *Diante desse quadro, resta à população continuar cumprindo com o seu dever, redobrando a atenção em eliminar qualquer ponto de água parada, seja em um recipiente deixado no quintal, numa laje sem total escoamento da água ou num simples pratinho deixado embaixo do vaso de planta. [...]* (GZN05 – p. 45); [...] *É hora de nós fazermos uma economia de gasolina por conta própria. [...]* (CZS07 – p. 81).

Note-se que o teor exortativo deriva, especialmente, da forma verbal ou nominal presente na oração matriz — *resta* e *hora*. A primeira constrói o cumprimento do dever como última alternativa possível, ressaltando a importância da ação e, assim, deixando

pressupostos os efeitos negativos da não execução do comando. A segunda forma realça a urgência da ação, destacando sua importância no presente, o que constitui um poderoso recurso de envolvimento, associado à captação, uma vez que incita a realização da atividade proposta.

Ainda há formas de exortação mais raras realizadas por recursos distintos, como formas nominalizadas e determinados verbos que assumem, em alguns poucos contextos, teor exortativo. Tais casos foram considerados separadamente e rotulados, para a contabilização quantitativa, como casos de estrutura alternativa (*outros*). Quando relevantes, tais formas foram analisadas de um ponto de vista qualitativo.

2. Polaridade da Exortação: um recurso exortativo pode ser instanciado no sentido de incitar a realização de determinada proposta ou evitar/impedir determinada ação. Nesse sentido, a polaridade divide-se em duas categorias:

a. *Positiva:* concerne às exortações que incitam um ator social ou grupo de atores sociais a realizar determinada proposta. Exemplos: [...] *Vamos todos as urnas para mais uma vez decidirmos os rumos do nosso Brasil.* [...] (JNB13 – p. 14); [...] *Precisamos apoiar e salvar o trabalho dos bem intencionados que marcam sua presença correta, honesta e realizadora* [...] (SPN10 – p. 66).

b. *Negativa:* diz respeito aos recursos que exortam os atores sociais a não agirem segundo uma proposta alternativa, projetada como desejada, possível ou cogitada por eles. Trata-se, portanto, da enunciação de uma *interdição potencial*. Toda forma de exortação desta categoria apresenta necessariamente uma marca de polaridade negativa. Exemplos: [...] *Por isso, ninguém pode se omitir dessa decisão ou mesmo anular o voto* [...] (JNB13 – p. 14); [...] *O povo não pode deixar, por isso, de aplaudir as metas do seu governo, dando-lhe todo o apoio, para que os fins visados sejam alcançados, em benefício da coletividade brasileira.* [...] (CZS04 – p. 78)

As exortações negativas tendem a ser mais autoritárias, pois, em geral, denotam interdição, pressupondo que o leitor/ouvinte estivesse inclinado a agir de outro modo. Nesse sentido, tais exortações estão intimamente ligadas ao processo de persuadir o consumidor textual a agir de outro modo, pressupondo uma divisão polêmica da audiência. Assim, a construção da autoridade no discurso torna-se, em tese, muito mais necessária e, por isso, mais explícita, em textos que culminam em exortações negativas.

As exortações positivas, por outro lado, variam muito em termos de carga autoritária, visto que a polaridade positiva parece ser neutra (não marcada) no que concerne a tal aspecto, que deriva fortemente do caráter estrutural da exortação.

3. **Alvo da Exortação:** trata-se do subsistema responsável pela representação do ator social ou do grupo de atores sociais que são incitados a realizar uma determinada proposta. Subdivide-se em dois grandes grupos:

1. *Direto:* concerne às formas exortativas em que se explicitam os agentes sociais envolvidos na proposta. Em geral, refere-se:

a. ao leitor/ouvinte individualizado, com uma referência estabelecida pelo pronome *você*. Exemplo: [...] *Plante essa idéia que certamente a natureza agradecerá [...]* (JNB12 – p. 13).

b. à coletividade que inclui a voz autoral e a comunidade leitora/ouvinte, com uma referência estabelecida pelo pronome *nós* inclusivo/genérico. Exemplo: [...] *Cabe a nós resgatarmos nossos direitos e continuarmos acreditando em que nossa cidadania vem em primeiro lugar e não se limita aos interesses de partidos políticos ou de pessoas mascaradas de líderes* (SPN15 – p. 71).

c. a algum agente social externo, individual ou coletivo, que a voz autoral incita à ação. No *corpus* em análise, trata-se, em geral, de propostas que beneficiam a comunidade leitora. Exemplo: [...] *Na impossibilidade de dar casa própria a todos, que habitam as favelas, o governo precisa tomar medidas efetivas para minorar a situação ou mesmo erradicar o mal, protegendo esses pobres moradores dos casebres sub-humanos* (CZS06 – p. 80).

2. *Indireta:* trata-se das formas em que o alvo da exortação não é claramente explicitado no texto, precisando ser depreendido do cotexto. Muitas vezes, torna-se difícil o estabelecimento de uma referência identificacional precisa. Em geral, abarca:

a. referentes coletivos genéricos, sobre os quais não há clareza acerca da identidade. Exemplo: [...] *Esperamos, pois, o apoio de todo mundo. Não só o apoio, mas também a compreensão, no sentido de que, evidentemente, como obra humana, teremos falhas, que pedimos que sejam perdoadas [...]* (CZS01 – p. 75).

b. formas verbais impessoais e, portanto, infinitivas, nas quais cabe ao leitor definir a referência, em geral, bastante genérica. Exemplo: [...] *É preciso direcionar as atitudes e interpretar os obstáculos. É preciso ser novo a cada novo amanhecer [...]* (JNB01 – p. 02)

c. referentes específicos e identificáveis em termos de grupo ou indivíduo, mas que foram suprimidos da exortação por meio de estruturas de ocultamento, como nominalizações ou voz passiva. Incluem também os casos em que o referente poderia ter sido explicitado, mas não é, forçando o leitor a depreendê-lo pelo cotexto. Exemplos:

[...] Nosso voto, em qualquer eleição, tem que ser respeitado e isto só será conseguido se nós mesmos respeitarmos o valor de nossas escolhas (SPN11 – p. 67); [...] Aos respectivos eleitores resta a esperança de que seus escolhidos sejam suficientemente bons para cuidar de tamanhas demandas e que sejam éticos a ponto de não deixarem os interesses pessoais se sobreporem aos coletivos. Além da esperança, vale também muita atenção para os próximos atos (FVP04 – p. 29).

Em geral, quanto mais direta uma forma de exortação é, mais autoritária ela se torna, tendo em vista que envolve, de modo mais explícito, os atores sociais implicados na proposta. Em consequência disso, tal opção sistêmica acarreta um maior risco potencial de leituras resistentes, uma vez que toda exortação se choca, em tese, com a inclinação dos atores sociais, de modo que a incitação à ação sempre deve lidar com a polemicidade, intrínseca à sua textualização. Brown e Yule (2008) tratam da questão como uma ameaça à *face negativa*, ou seja, ao desejo de independência e autonomia do ator social adulto.

As exortações indiretas, por acarretarem uma necessidade de interpretação contextual ou mesmo por não explicitarem o referente exortado, apresentam um risco menor de resistência, dado que a identificação do ator social como objeto da exortação depende, em última instância, de sua própria interpretação como alvo. Trata-se, portanto, de um mecanismo sutil de incitação, dado que a voz autoral ameniza sua diretividade, relegando ao leitor/ouvinte o papel de atribuição do referente.

Algumas importantes observações devem ser realizadas acerca do sistema exortativo. Primeiramente, poder-se-ia questionar se tal categoria analítica é, realmente, necessária, tendo em vista que o imperativo pode ser tratado como a função discursiva prototípica do comando, e a modalidade já constitui um parâmetro de análise consolidado — inclusive, nesta tese.

A resposta é sim. Trata-se de uma categoria analítica pertinente. E há alguns motivos para isso. A primeira razão refere-se à própria delicadeza ou refinamento do sistema. As formas de exortação estão, evidentemente, ligadas ao sistema de comandos. No entanto, tal sistema necessita ser refinado a fim de que possa ser utilizado como ferramenta abrangente tanto de um ponto de vista sistêmico quanto de uma perspectiva discursivo-textual.

A segunda razão encontra-se no fato de que nem todo imperativo e nem toda instância modal — deôntica ou volitiva — é exortativa. O conceito de exortação aqui proposto está ligado à incitação à ação. Isso é claro. No entanto, deve-se ressaltar um

aspecto inerente à exortatividade, que é a sua dependência em relação a um processo mais global de persuasão. A exortação consiste no aspecto culminante de um processo de desenvolvimento retórico que visa à persuasão do outro.

Assim, a mãe que simplesmente diz à filha “Arrume já seu quarto” não está exortando a garota a realizar a proposta, mas sim, ordenando-a, comandando-a apenas. A menina estaria sendo exortada caso a mãe argumentasse a favor da necessidade de arrumação, utilizando-se de estratégias discursivas — ideacionais, textuais e interpessoais — e retóricas para tal, de modo que a forma de exortação consistisse no ponto fundamental de iniciação de um processo acional derivado de uma argumentação anterior. Assim, comando não é sinônimo de exortação. Exortações configuram-se em um subtipo de comando, associado a um desenvolvimento retórico e, portanto, à solução de uma dada situação-problema.

Tal consideração parece já invadir o escopo do segundo questionamento possível. Ao se propor a análise de formas de exortação, que também se interseccionam com a modalidade, não haveria uma sobreposição de categorias? Sim, há. Mas não em todos os casos. Nem toda instância modal é exortativa e não só devido a questões argumentativas, como as acima mencionadas, mas pelo fato de que nem sempre o uso da modalidade deôntica ou volitiva implica uma incitação à ação.

Observe-se o exemplo abaixo:

[...] A idéia parece simples, mas para a efetivação em todo o município e realização dos objetivos pretendidos serão necessários muito investimento financeiro, foco político e envolvimento de outros setores da sociedade. Além disso, será imprescindível o comprometimento das futuras gestões para a obtenção de resultados reais, para os quais é necessário bem mais de quatro ou oito anos. O projeto está lançado, isso é um fato. Seus objetivos no entanto, estão por ser alcançados nos próximos anos. A população espera poder colher o fruto através da formação de nossas crianças e jovens e do aproveitamento do espaço dos clubes municipais, que já passaram por muitas dificuldades para a própria manutenção ou funcionamento adequado. [...] (GZN11 – p. 51)

Este parágrafo mostra três casos de modalidade — duas deônticas e uma volitiva — que não assumem teor exortativo. Trata-se de constatações de necessidade e de expectativas populacionais que não implicam uma incitação a que determinados atores sociais realizem tais ações. Em outros termos, essas modalidades ainda cumprem função argumentativa para uma exortação que pode ou não vir a ocorrer posteriormente, mas não consistem, elas mesmas, em formas exortativas propriamente ditas. Nesse sentido, torna-se válido analisar tanto as modalidades quanto as exortações, e é óbvio que, no caso de exortações modais, haverá uma sobreposição categorial que não inviabiliza a análise de nenhuma das duas redes de recursos.

Isso posto, deve-se considerar a terceira e última grande rede de recursos interpessoais analisada nesta tese, o *envolvimento*, que está intimamente relacionada à solidariedade, e, portanto, ao vínculo entre produção e consumo textual, e à captação desse consumidor textual em relação ao que se enuncia, o que influi diretamente na construção da autoridade discursiva.

3.3.3 Envolvimento, vínculo e solidariedade em uma perspectiva interpessoal

De modo análogo ao conceito de *modalidade*, a noção de *envolvimento*, na Linguística, constitui-se em alvo de inúmeras abordagens epistemológicas diferenciadas, embora elas assumam, de modo geral, que o conceito esteja intimamente ligado às questões concernentes ao *continuum* fala-escrita. A proposta sistêmico-funcional, no entanto, consiste em uma das exceções.

Segundo Martin e White (2005:33), o envolvimento foca em “recursos não-graduáveis para se negociar relações, especialmente solidariedade¹¹¹”. Nesse sentido, integram sua rede de recursos léxico-gramaticais os nomes próprios, o léxico técnico e especializado, gírias e palavras de baixo calão. Todos esses elementos possuem em comum o fato de sinalizarem afiliação a determinado grupo social, ou seja, de se constituírem em recursos que constroem uma identidade social ou coletiva, o que está intimamente ligado à formatação de um *modo de ser — estilo —*, responsável, em maior ou menor grau, pela noção de pertencimentos dos atores sociais a determinadas comunidades discursivas.

É evidente que tais recursos, de fato, colaboram para a identificação social, mas reduzir o conceito de *envolvimento* a apenas os recursos supramencionados equivale a ignorar toda uma rede de opções linguísticas e discursivas que são responsáveis por duas grandes tarefas de teor interpessoal, indispensáveis para o processamento da solidarização, intrínseca à identificação social: 1. a captação do leitor/ouvinte em relação aos enunciados e 2. a vinculação produtor-consumidor-texto. Cabe, portanto, examinar em que medida as diversas posições teóricas sobre o conceito abrangem essas duas atividades fundamentais.

¹¹¹ No original, “[...] non-gradable resources for negotiating tenor relations, especially solidarity.”

Scollon e Scollon (1995) relacionam o conceito de envolvimento¹¹² à noção de polidez positiva. Assim, o envolvimento é concebido como resultado de um uso estratégico de recursos linguísticos que enfatizam a proximidade entre os atores sociais engajados em um evento discursivo. Tendo em vista que a face positiva se relaciona aos direitos do indivíduo em autodeterminar-se como um agente social, o que abarca o desejo de aprovação social e a construção da autoestima, o envolvimento torna-se um dos mecanismos utilizados para minimizar, ou mesmo eliminar, a sensação de poder ou distância social entre os participantes. Para os autores, as estratégias típicas consistem no uso de nomes e apelidos, além da instanciamento de opiniões, sentimentos e conhecimentos comuns/partilhados.

Note-se que a proposta de Scollon e Scollon (1995) apresenta sensíveis distinções em relação à proposta sistêmico-funcional e crítico-discursiva. Nestas, os recursos de envolvimento são concebidos como responsáveis por estabelecer coesão identitária. A proposta dos autores supramencionados, por outro lado, enfatizam o interacional e o individual no seio do jogo de poder e solidariedade instaurado no encontro social, de modo que sua abordagem se limita aos contornos do evento comunicativo. Trata-se de uma elaboração estreitamente ligada aos estudos conversacionais e à Pragmática e, por isso, o enfoque não extrapola o evento interacional para uma possível interpretação sociossemiótica.

No entanto, as propostas possuem em comum a noção de partilha, de construção de uma comunhão, de uma proximidade interpessoal entre os agentes de um evento discursivo. A noção de proximidade parece, portanto, relevante e deter-se sobre ela pode revelar-se profícuo.

Urbano (2006) propõe que o envolvimento esteja relacionado justamente à noção de proximidade, considerando-se a distinção entre concepção e meio em termos de oralidade e escrituralidade, conforme consideradas pela Linguística Alemã (OESTERREICHER, 2006).

Para Oesterreicher (2006), existe uma relação complexa entre fala e escrita — o que, aliás, é resultado de inovações tecnológicas e da própria evolução social das necessidades comunicativas, ligados ao âmbito sociopolítico e cultural —, de modo que pode haver uma atualização não prototípica de características de uma das modalidades em outra.

¹¹² Ou solidariedade. Os autores não distinguem os termos.

Assim, a noção de *meio* corresponde à manifestação física do discurso — oral, por meio de sons (fones), ou escrita, por meio de símbolos fixados em determinado suporte (grafemas). A *concepção*, por sua vez, refere-se aos recursos linguísticos prototipicamente associados a tais formas, tendo em vista o modo como o evento discursivo fora concebido ou estruturalmente planejado, de forma a revelar graus em um *continuum* entre proximidade e distância comunicativa.

Tal *continuum* é caracterizado, segundo Oesterreicher (2006), a partir de uma perspectiva antropológica, a qual o autor também aplica para a caracterização das TD, em sua perspectiva¹¹³. Segue abaixo o quadro:

Quadro 05: Perfil Concepcional dos Eventos Discursivos – Adaptado de Oesterreicher (2006: 255)

+ Oralidade	+ Escrituralidade
Caráter privado de comunicação	Caráter público de comunicação
Intimidade ou familiaridade interpessoal; maior conhecimento partilhado	Ausência de intimidade ou familiaridade; menor conhecimento partilhado
Forte participação emocional	Falta de participação emocional
Inserção do discurso no contexto situacional	Não inserção do discurso no contexto
Referencialização direta (<i>ego-hic-nunc</i>)	Referencialização indireta
Intensa cooperação	Fraca cooperação
Dialogicidade	Monologicidade
Espontaneidade	Reflexão
Pluralidade temática	Fixação temática

Note-se que a proposta de Oesterreicher (2006) procura abarcar toda a realidade acional a partir de perspectivas relacionadas a condições de produção comunicativas universais. Os componentes arrolados na tabela são potenciais e marcam pontos em um *continuum* que, na extrema esquerda, corresponderia a uma conversação espontânea entre pessoas íntimas (proximidade comunicativa) e, na extrema direita, ao discurso acadêmico ou jurídico escritos, por exemplo (distância comunicativa).

¹¹³ Para o autor, as TD apresentam um perfil associado ao *continuum* concepcional entre oralidade e escrituralidade, ligado a condições mais ou menos universais de condicionamentos sociais ou antropológicos, conforme se observa na tabela. A partir desses condicionamentos, são propostos correlatos linguístico-discursivos, capazes de atualizar as diferenças entre os condicionamentos, nos textos reais, proporcionando uma visão global que assume um caráter de previsibilidade no que tange aos modos de ação discursiva.

Tais parâmetros, embora não sejam tomados como exaustivos pelos próprios autores e possam ser questionados — o parâmetro emocional ou a noção de dialogicidade e monologicidade são exemplos —, parecem constituir um arcabouço teórico bastante coerente para se definir redes de recursos linguísticos associados à proximidade e à distância comunicativas.

Nesse sentido, a proposta de Urbano (2006) acerca do envolvimento revela um posicionamento que abarca o conceito a partir da noção do uso estratégico de recursos associados à proximidade comunicativa, o que pode ser verificado tanto em textos de meio fônico ou gráfico.

A construção discursiva da proximidade, então, atuaria no sentido de promover captação dos atores sociais envolvidos em dado evento discursivo, por meio de recursos que instaurem uma situação dialógica similar à fala concepcional, de modo a tornar presentes, para o interlocutor, padrões linguísticos que lhe são familiares e cotidianos, colaborando para o entendimento, para a vinculação e posterior identificação.

Gumperz (1982) postula que entendimento pressupõe envolvimento, o que inclui capacidade de atrair e manter a atenção do outro. Para o autor, que enfoca o nível conversacional, o envolvimento torna-se resultado de inferências bem sucedidas tanto em termos globais, ou seja, acerca da natureza da interação e da atuação de cada participante, quanto em termos locais, isto é, a respeito do sentido de cada enunciado. Assim, tal processo encontra-se cerceado por uma comunicação quase que necessariamente intracultural¹¹⁴.

Entretanto, a aplicação de tal conceito torna-se extremamente complexa em uma sociedade reflexiva, na qual a pluralidade representacional, acional e identitária permitem a formação de uma miríade compósita de “culturas”. No entanto, a não consideração das diferenças potenciais referentes aos três níveis do interdiscursivo pode, de fato, comprometer a solidariedade, instaurada, em grande parte, por elementos concernentes ao envolvimento.

Chafe (1985: *apud* TANNEN, 2007), por sua vez, faz referência a três tipos de envolvimento: o auto-envolvimento do falante, o envolvimento interpessoal entre falante e ouvinte e o envolvimento do falante em relação ao que diz. Tannen (2007) ressalva que se deveria tratar também do envolvimento do ouvinte em relação ao

¹¹⁴ Termo utilizado por Gumperz (1982). Trata-se de uma denominação interessante, uma vez que a obra de Scollon e Scollon (1995) é intitulada *Intercultural Communication*. Note-se, portanto, que uma boa parte da bibliografia sobre o tema advém de estudiosos que se associam a um olhar etnometodológico das interações humanas.

discurso, mas argumenta, sem explicitação, que tal procedimento instauraria uma outra dimensão ao paradigma. Tal dimensão é justamente um dos focos da proposta que aqui é construída.

Por conseguinte, o envolvimento, nos termos aqui visados, refere-se principalmente à rede de recursos linguísticos e discursivos que constroem a captação do leitor/ouvinte em relação ao texto e a sua vinculação em relação a determinado *modo de ser*, por meio de um processo de identificação que constrói solidariedade. Assim, interessa, estreitamente, as noções de envolvimento interpessoal de Chafe (1985) e a dimensão externa — ouvinte-discurso — mencionada por Tannen (2007).

Tannen (2007: 27) aponta que as concepções de Chafe e Gumperz estão relacionadas, embora haja uma diferença central sensível entre elas. “Para Gumperz, o envolvimento descreve uma participação ativa e observável na conversação [...] um estado observável de ser em interação coordenada, distinta de uma mera co-presença. [...] Para Chafe, ele descreve um estado mais psicológico, interno que se mostra em fenômenos linguísticos observáveis¹¹⁵”. E conclui com seu ponto de vista:

Minha própria concepção de envolvimento está mais próxima, eu acho, daquela de Chafe: uma conexão interna, emocional até, que os indivíduos sentem e que os ligam a outras pessoas, assim como lugares, coisas, atividades, idéias, memórias e palavras. Entretanto, minha concepção de envolvimento também engloba a de Gumperz, visto que eu o vejo não como dado, mas como uma conquista na interação conversacional (TANNEN, 2007: 27)¹¹⁶.

Note-se que tal grupo de estudiosos enfoca a conversação. No entanto, suas observações podem ser estendidas também a textos de concepção escrita. O ponto central das ideias de Tannen (2007) reside no fato de se conceber o envolvimento a partir de dois pontos de vista: como resultado de uma atividade conjunta e cooperativa entre a instância produtora e consumidora e como estabelecimento de vínculos interpessoais e/ou valorativos.

Ora, se o envolvimento é entendido como resultado de uma atividade discursiva ligado ao estabelecimento de vínculos interpessoais ou valorativos entre os atores

¹¹⁵ “For Gumperz, involvement describes an observable, active participation in conversation [...] an observable state of being in coordinated interaction, as distinguished from mere co-presence. [...] For Chafe, it describes a more psychological, internal state which shows itself in observable linguistic phenomena” (tradução livre).

¹¹⁶ “My own sense of involvement is closer, I think, to that of Chafe: an internal, even emotional connection individuals feel which binds them to other people as well as to places, things, activities, ideas, memories, and words. However, my sense of involvement also encompasses Gumperz’s, as I see it as not a given but an achievement in conversational interaction” (tradução livre).

sociais e a realidade intra e extralinguística, torna-se claro que tal categoria conecta-se, por um lado, ao sistema de *negociação* interpessoal e, por outro, ao sistema de *valorização*, o que permite, de fato, entendê-lo como de natureza interpessoal.

Além disso, se é uma conquista interacional, a língua deve prover recursos para que tal empreitada seja bem-sucedida. Assim, tais opções sistêmicas não podem ser vistas apenas como *marcas*, mas sim como recursos que permitem uma atualização *estratégica*, na medida em que são instanciadas para atingir determinado objetivo interacional.

Segundo Tannen (2007:28), “coerência e envolvimento são a meta — e, em frequentes ocorrências felizes, o resultado — quando o discurso é bem-sucedido em criar significado por meio de estratégias familiares”. A familiaridade, ligada à proximidade e ao conhecimento partilhado, resultado da inserção em comunidades discursivas semelhantes, de deontologias mais ou menos comuns, torna-se, portanto, elemento central para a captação do consumidor textual e sua vinculação às posições valorativas e representações textuais.

Isso posto, pode-se definir *envolvimento* como um sistema de recursos linguísticos e discursivos que permite criar solidariedade e identificação social, a partir da captação do consumidor textual e de sua vinculação às posições valorativas e representações textuais por meio de estratégias linguísticas que atualizam proximidade, familiaridade, pessoalidade, destaque e novidade.

Diferente dos outros sistemas interpessoais, a abordagem do *envolvimento* aqui desenvolvida abarca categorias que não só englobam o nível léxico-gramatical e fonético-fonológico, mas também segmentos discursivos e tipos textuais determinados. Na sequência, expor-se-á o sistema de envolvimento proposto nesta tese e suas categorias analíticas.

3.3.3.1 Sistema de envolvimento e categorias analíticas

Diferente do modelo de Oesterreicher (2006), dentre outros, a abordagem do *envolvimento* aqui desenvolvida enfoca uma caracterização — que não pretende ser exaustiva — da rede de recursos linguísticos e discursivos que permite à voz autoral, por um lado, vincular-se ao leitor/ouvinte e, por outro, captá-lo, criando, assim, intimidade e identificação. Nesse sentido, não se tratará o conceito a partir de uma polarização entre recursos que instaurem *envolvimento*, por um lado, e que estabeleçam

distanciamento, por outro. Trata-se de tarefa imprescindível para a abordagem da construção discursiva dos diversos tipos de Significado; no entanto, não será esse o objetivo da proposta aqui desenvolvida.

Assim como o fazem Martin e White (2005) acerca do *engajamento*, o sistema de *envolvimento* será subdividido em duas grandes categorias iniciais — por um lado, os recursos de *vinculação* e, por outro, os de *captação*. Conforme já mencionado, o foco reside numa concepção interpessoal de envolvimento que abarca, precipuamente, a atitude responsiva do leitor/ouvinte em relação às posições valorativas e representações instanciados pela voz autoral, considerando os diversos meios que a voz autoral pode mobilizar no sentido de envolver os consumidores em relação ao discurso e a si mesma, como instância produtora.

Nesse sentido, os recursos de *vinculação* concernem às opções do potencial de significado da língua que permitem à voz autoral solidarizar-se com o consumidor textual, por meio da construção de graus variados de intimidade e/ou identificação. Os recursos de *captação*, por sua vez, referem-se aos meios que possibilitam à voz autoral destacar suas posições valorativas e representações, de modo a facilitar o processo de entendimento e chamar a atenção do leitor/ouvinte para o texto e para o ator social que o produz.

Desse modo, a atualização estratégica de formas de *vinculação* e *captação*, capazes de construir graus de intimidade e destaque, acaba tornando-se uma poderosa ferramenta para a construção da identificação do leitor/ouvinte em relação às posições valorativas do texto. Por conseguinte, o *envolvimento* associa-se à construção discursiva da *autoridade*.

Vinculação e *captação* não devem ser tomadas como categorias polarizadas ou mesmo intangíveis. Pelo contrário. Embora haja recursos que se encontrem em uma relação mais estreita com uma ou outra rede de opções, há variadas estratégias que constroem, simultaneamente, *vinculação* e *captação*. Nesse sentido, propõe-se que as categorias de envolvimento sejam concebidas como graduáveis, assim como todo o sistema interpessoal, e que haja uma região de intersecção entre modos de construção de intimidade e destaque/entendimento.

O esquema a seguir ilustra a proposta:

Esquema 05: Vinculação (V) e Captação (C)

<i>Vinculação</i>				<i>Captação</i>			
V1	V2	V3	VC4	CV4	C3	C2	C1

O esquema permite entrever um conjunto de três grandes redes de recursos associadas prototipicamente à *vinculação* — V1, V2 e V3 — e à *captação* — C1, C2 e C3. Além disso, é possível observar uma região de intersecção — tracejada — em que se encontram duas categorias híbridas, que constroem concomitantemente *vinculação* e *captação*, sem que se possa, claramente, associar tais recursos a uma das formas prototípicas isoladamente. No entanto, o mesmo gráfico permite entrever uma dominância — VC4 pressupõe uma dominância da vinculação, enquanto CV4, da captação.

Isso posto, expor-se-ão, na sequência, os recursos linguístico-discursivos associados a cada categoria, partindo das formas de *vinculação*:

V1. *Compartilhamento*: trata-se da rede de recursos linguísticos e discursivos que constroem pressupostos e posições valorativas comuns entre a voz autoral e o leitor/ouvinte. Nesse sentido, tal categoria tangencia a noção de *engajamento* (MARTIN & WHITE, 2005). Todavia, a concepção é distinta, na medida em que o engajamento está ligado à construção de fundos heteroglóssicos no texto e à maneira pela qual a voz autoral se posiciona em relação a tal rede de opções alternativas. O *compartilhamento* está, por outro lado, ligado somente ao fundo heteroglóssico pressuposto como comum e dado entre produtor e consumidor. É, portanto, esse fundo que importa; é ele que se torna o objeto de análise. Por conseguinte, trata-se da construção de representações supostamente aceitas, compartilhadas em termos axiológicos, entre os atores sociais em um evento discursivo. Destacam-se os *pressupostos* e seus *marcadores* como principais recursos.

De modo geral, quanto mais posições e representações complacentes são construídas como dadas, maior se torna a sensação de conhecimento mútuo e intimidade, o que colabora para o reconhecimento da voz autoral como uma *autoridade*.

Mais um atraso no plano de desburocratização do Governo acompanha o mais recente desrespeito aos beneficiários do Inamps que é a ordem de serviço nº 43.8, de sete de abril último. Por essa ordem, os atendimentos de urgência foram restritos a 15% do total de consultas mensais. Além disso, cada médico deve examinar no máximo quatro pacientes por hora [...] (GL02 – p. 103)

Note-se que o editorialista constrói como dado e compartilhado com o público-leitor o fato de ter havido outros atrasos no plano de desburocratização do Governo, assim como o fato de os beneficiários do Inamps serem alvo de constantes desrespeitos. Tais posições valorativas não são colocadas em discussão e atuam no sentido de construir um leitor ideal em complacência no que se refere às posições e representações

instanciadas no texto. Tal processo possibilita criar identificação entre as instâncias produtora e consumidora do texto, de modo a vinculá-las ao mesmo universo representacional e, assim, facilitar o desenvolvimento do(s) processo(s) de convencimento e/ou persuasão próprio(s) daquele discurso.

V2. *Coletivização*: concerne às opções do sistema linguístico que permitem à voz autoral construir corresponsabilidade e covalidação a suas representações e posições valorativas, evitando isolar-se em seus posicionamentos, o que poderia afetar a sua credibilidade e autoridade. A *coletivização* manifesta-se, principalmente, pelo uso do pronome pessoal de primeira do plural — *nós* e *a gente*. Há três principais campos de abrangência semântica da primeira do plural — *nós exclusivo*, *inclusivo* e *genérico* —, em crescente de abrangência, embora seja a forma *inclusiva* a que pareça constituir-se na mais forte em termos de envolvimento. Vejam-se as definições e os exemplos:

I. *Nós exclusivo*: trata-se do uso da primeira do plural que atribui covalidação e corresponsabilização enunciativa apenas à voz autoral e ao grupo por ela representado. Nesse sentido, dissolve-se o isolamento do produtor textual, tornando mais pessoal a proposição ou proposta, mas ainda não se instancia forte vinculação com o leitor/ouvinte.

[...] A partir dessa matéria, esperamos poder esclarecer melhor nossos leitores de que maneira a arborização deve ser planejada em cada região [...] (GZN 12 – p. 52)

Note-se que o uso da primeira do plural exclusiva abrange o editorialista e o jornal como um todo, excluindo o leitor, que, por sinal, neste caso, nem poderia ser incluído, dada a natureza das representações e posições valorativas enunciadas. Por outro lado, tal estratégia torna tais declarações mais próximas do universo do consumidor textual, aproximando-o em relação ao enunciado. A voz autoral se pessoaliza, criando uma ilusão de “desinstitucionalização”.

O possessivo constitui-se em um caso especial. Sua vinculação tende a ser forte, na medida em que constrói uma relação de posse que, em casos como o anterior, se associa à afetividade, à proteção e à manutenção da fidelidade¹¹⁷. O leitor/ouvinte é instado a sentir-se membro de determinado grupo. Sua adesão é pressuposta e, com isso, visa-se a vinculá-lo às posições enunciadas.

¹¹⁷ Evidentemente, há casos em que se destaca uma possessividade autoritária. Nessas situações, há risco para a solidariedade, mas o envolvimento se mantém, na medida em que a contra-expectativa e o afeto se constituem em fortes recursos de *captação*. Em outros termos, trata-se de um dos raros contextos em que envolver não implica solidarizar-se.

II. *Nós inclusivo*: concerne aos usos de primeira do plural em que o consumidor textual ou o conjunto de atores sociais envolvidos no evento encontram-se incluídos na proposição/proposta. Em geral, trata-se da forma mais forte de vinculação por *coletivização*, uma vez que se encontra estreitamente ligada a processos de *pessoalização*.

[...] E para informar deste e de muitos “algo novos”, a partir desta semana passo a escrever o editorial do Jornal Nosso Bairro com a idéia de mostrar o que realmente o “nosso bairro” tem a nos oferecer e a revelar [...] (JNB 01 – p. 02).

[...] Mas para que o projeto frutifique e dê resultados é necessário que as forças vivas da comunidade — imprensa, entidades sociais, políticas, religiosas, culturais — se unam em torno da idéia, Agindo assim, estaremos legando aos pósteros um bairro digno de se viver e de conviver. (FVP09 – p. 34)

Note-se, no primeiro exemplo, como as instâncias pronominais de primeira do plural incluem o leitor no escopo das proposições. O leitor é instado a integrar a representação instanciada, de modo que acaba envolvido no mesmo grupo social que a voz autoral. Tal processo acentua a vinculação entre essas instâncias e facilita a promoção do editorialista como autoridade.

No segundo exemplo, a forma inclusiva assume um caráter comissivo, uma vez que leitor e escritor são construídos como envolvidos na tarefa de promover um bairro digno de se viver e conviver. Propostas podem ser potencialmente ameaçadoras e encontrar resistência, uma vez que se chocam com a liberdade de atuação individual. A inclusão da voz autoral na proposta ameniza o caráter autoritário e ressalta a possibilidade de execução das ações.

III. *Nós genérico*: consiste na forma pronominal que, em seu semantismo, abrange uma totalidade de indivíduos que extrapola a voz autoral e a comunidade leitora, podendo, inclusive, no grau mais amplo, referir-se à humanidade como um todo.

[...] O ser humano é moldado pelo movimento constante de aprender e descobrir com o novo. Para termos o novo é preciso tecer o presente tendo em vista as dificuldades e as realizações. É preciso direcionar as atitudes e interpretar os obstáculos. É preciso ser novo a cada novo amanhecer. Novo como um dia que inicia ou como uma nova lua que surge, não importa as considerações, pois a essência continuamente será a descoberta e a realização de algo que queremos ou pretendemos concretizar [...] (JNB 01 – p. 02)

Trata-se de uma forma de envolvimento, na medida em que cria vinculação e identificação. É mais fraca que a forma inclusiva, já que a identificação se dá com a humanidade ou com um grupo identitário de traços genéricos a que, em geral, se está inequivocamente associado. Nesse sentido, age como procedimento de vinculação, mas com baixa intensidade de identificação com a voz autoral em si.

Muitas vezes, é difícil categorizar uma instância de *vinculação* pronominal a uma ou outra categoria, visto que a ambiguidade semântica manifesta-se em variados contextos. Assim, na análise quantitativa, optou-se por rotular tais casos como *ambíguos*.

V3. *Pessoalização*: concerne à rede de recursos que constrói os enunciados de modo a torná-los mais pessoais e/ou emotivos, atribuindo à voz autoral e às suas posições valorativas um maior realce no evento discursivo. Trata-se de formas de instauração de envolvimento, na medida em que a emotividade e a expressão explícita da subjetividade pessoal sinalizam intimidade e identificação — elementos relacionados à contração e à proliferação, inerentes à solidariedade, conforme proposto por Poynton (1985, *apud* MARTIN & WHITE, 2005).

Subdivide-se em duas redes de recursos:

I. *Pronominalização de 1ª e 2ª pessoa do singular*: os pronomes de primeira e segunda do singular configuram-se, em muitos casos, como recursos de envolvimento, uma vez que aquela marca explicitamente a validade ou a responsabilidade da voz autoral em relação a suas propostas e proposições, deixando clara aos participantes do evento discursivo a fonte do discurso e, assim, instando-os a posicionar-se em relação ao enunciado, enquanto a segunda pessoa exige do outro participante do evento discursivo um posicionamento acerca do que se representa sobre ele, configurando um recurso de envolvimento ainda mais forte, já que o leitor/ouvinte é potencialmente levado a assumir uma leitura complacente ou resistente acerca do que se enuncia a seu respeito.

Tais recursos assumem uma força de vinculação ainda mais forte quando não estão prototipicamente associados à prática discursiva em desenvolvimento, tendo em vista que instanciam, nesses casos, formas de *captação*, do âmbito da *contra-prototipicidade*.

[...] Eu como editor (jornalista responsável) do meio de comunicação assegura que aqui, Agosto não será dos “cachorros loucos” nem tão pouco dos “desgostos” [...] (JNB05 – p. 06)

Você pensa que com você não vai acontecer, mas acontece. Quem precisou viajar de avião nos últimos meses, já deve ter passado por diversos dissabores e pensado, muitas vezes, quando não há um oceano no meio do caminho, que é melhor ir de ônibus ou outro veículo, mais confiáveis atualmente, tanto em questão de segurança quanto de pontualidade [...] (SPN17 – p. 73)

Veja-se como, no primeiro exemplo, a voz autoral se posiciona como fonte de validade da proposição, assumindo posição de autoridade diante da responsabilidade assumida. Trata-se de um mecanismo de envolvimento, na medida em que há um claro

comprometimento do editorialista em relação ao que enuncia, o que abre espaço para um potencial vínculo de confiança.

No segundo exemplo, a atualização da segunda pessoa, por meio do pronome *você*, insta o consumidor textual a posicionar-se, tendo em vista que este é construído como participante da representação veiculada. Tal recurso é especialmente forte, uma vez que exige do consumidor uma reação avaliativa diante do enunciado. A complacência — que consiste, em geral, na postura esperada nesses casos — permite solidarização e, por conseguinte, intensifica a autoridade da voz autoral¹¹⁸.

Note-se que, por se tratar de textos escritos prototipicamente associados à distância comunicativa, ambas as formas atuam de maneira a se chocar com as expectativas de tais práticas, o que permite tomá-las, também, como elementos que instauram *captação*, conforme se explicitará posteriormente.

II. *Linguagem afetiva*: a linguagem afetiva, tanto do ponto de vista positivo quanto negativo, configura-se em recurso de envolvimento e avaliatividade. Na verdade, o envolvimento consiste em um resultado possível da instanciación desse tipo de avaliação. Em geral, trata-se dos casos em que se suscita uma reação afetiva do consumidor textual, da indignação ao constrangimento. As atitudes, conforme já mencionado, ligam-se à negociação das subjetividades e, por isso mesmo, acabam, em muitos casos, demarcando as fronteiras da subjetividade individual, atuando como mecanismo potencial de construção de intimidade.

Incluem-se nessa categoria as derivações de grau — recursos de *gradação* —, as reticências, certos tipos de hesitação, entonação e determinados tipos de julgamento e afeto, em geral, associados ao leitor/ouvinte, à voz autoral ou a grupos a que esses se identificam ou rejeitam, de modo explícito.

Fraga (2001) destaca o importante papel das expressões de insulto e injúria — recursos, em geral, do âmbito do *julgamento* — como elementos importantes para a análise do envolvimento em textos escritos.

Segue abaixo um exemplo:

Saudade é um sentimento? É um pensamento? Uma lembrança? Não sei, mas sei que dói e dói muito... Quem nunca sentiu uma saudadezinha? Todo ser humano que “vive” sente saudades, não importa

¹¹⁸ Deve-se ressaltar que, em muitos casos, o *você* é atualizado como marcador de indeterminação. Nessas situações, o grau de envolvimento e solidarização é diminuído, mas ainda é superior ao de uma impessoalização clássica, pelo uso do pronome *se*, que constrói distanciamento. No exemplo anterior, é possível ler a instanciación do pronome como forma de *indeterminação*; no entanto, a construção ideacional favorece uma leitura associada à experiência individual no que tange a tal vivência, o que atualiza uma atitude responsiva de maior solidarização, pelo menos, em potencial.

do que ou de quem, mas sente... No fundinho, sempre sentimos. Não importa, ela está lá, sempre presente... [...] (JNB 04 – p. 05)

Note-se que a sequência de perguntas retóricas e a negação de conhecimento criam um efeito de dúvida e questionamento acerca da natureza da saudade. O uso da primeira pessoa, recurso de pessoalização, associado ao elemento *dor*, de caráter afetivo, assumem a função fundamental de suscitar no leitor um papel projetivo — colocar-se no mesmo lugar da voz autoral.

A nova pergunta retórica — *Quem nunca sentiu uma saudadezinha?* —, que apresenta, inclusive, uma derivação de grau diminutiva, confirma o efeito projetivo e cria um panorama afetivo mais intenso, que sofre, por efeito prosódico, reforço, por meio de construções com indefinido — *Todo ser humano* — e habitualidade alta — *sempre sentimos, sempre presente*.

A voz autoral parece tentar solidarizar-se com o público-leitor, levando-o a admitir que sentir saudade consiste em uma atividade inerente ao ser humano, objetivando, com isso, a adesão de tal público a suas representações e, assim, construir-se como autoridade para, depois, exortar.

Os recursos de *captação*, por outro lado, diferente dos elementos de *vinculação*, baseiam-se no realce, no destaque e no grau de novidade de determinada posição valorativa ou representação para o leitor/ouvinte, de modo a buscar despertar o interesse no consumo do texto. Por esse motivo, tais formas não se encontram direta, mas sim, indiretamente associadas à construção da autoridade, uma vez que se encontram fortemente ligadas à construção do interesse, do entendimento e da atenção. Além disso, embora enfatizem solidarização, há casos em que a *captação* pode colocar em risco a identificação entre produção e consumo textual. Há também três categorias principais.

C1: *Contra-prototipicidade*: refere-se à atualização de recursos prototípicos de uma das modalidades concepcionais em textos que estão associados, de modo mais direto, à outra modalidade. Em geral, o efeito é mais forte quando recursos de oralidade concepcional são utilizados em textos que se situam no polo da distância comunicativa, como é o caso, via de regra, dos editoriais.

Na categoria, podem ser incluídos, tendo em vista o *corpus* analisado, o par perguntas-e-respostas, as perguntas retóricas, o uso de primeira e segunda pessoa do singular, dêiticos, linguagem coloquial, estruturas sintáticas de tópico-comentário, interjeições, dentre outros recursos típicos da proximidade comunicativa.

Seguem, abaixo, os exemplos:

[...] Mas, o pior disso tudo é ver seu candidato, aquele em que você acreditou, sair aos tapas, socos, pontapés, “cabeçadas” com seus colegas, apenas por divergência de opiniões, ou melhor, total falta de argumentação em defesa de um projeto, valendo-se, então de atos violentos, reveladores da falta de autocontrole ou de preparo desses parlamentares. [...] (SPN09 – p. 65)

Você já ouviu falar em benfeitor de passagem? Pois bem, está é uma figura que, pelas atitudes, bem poderia receber tal denominação, pois se destaca nos meios públicos, políticos e sociais, só aparecendo durante comemorações com determinadas características [...] (SPN14 – p. 70)

[...] Afastamento por motivos de saúde tão frequente aos parlamentares quando envoltos em crises “familiares” são mais bem aceitos do que em situação inversa, quando, um trabalhador, que realmente necessita usufruir desse direito, que para muitos se tornou um privilégio, não pode se ausentar de seu trabalho ou tem um atendimento de saúde precário. Ao final tornam-se intocáveis, Ah! Os pobres perseguidos [...] (SPN15 – p. 71)

É possível verificar nos exemplos: linguagem informal, gírias, marcadores conversacionais e interjeições. Trata-se de formas claramente ligadas à oralidade concepcional, que, em tese, não se constitui na modalidade prototípica de editoriais, da imprensa de bairro ou não. Por isso mesmo, a presença de tais elementos na estrutura textual se choca em relação às expectativas e, ao instaurar um espaço de oralidade no texto, cria um destaque, um realce a determinadas representações, de modo a envolver o leitor em relação ao que se enuncia.

C2: Presença: concerne à rede de recursos linguísticos e discursivos que visam a tornar presentes para o consumidor textual determinadas posições valorativas e representações, em geral, buscando efeitos retóricos.

Segundo Reboul (2004), a figura constitui-se em um recurso que permite uma expressão livre — já que não se é obrigado a utilizá-la para comunicar-se — e codificada — tendo em vista que cada uma possui uma estrutura conhecida, repetível e transmissível. Seu fim é retórico e, segundo o autor, está estreitamente ligada ao *pathos*, ou seja, à manipulação dos valores, crenças, sentimentos e posições do público-consumidor ou auditório.

Tannen (2007) também partilha dessa concepção e propõe a análise das figuras como fortes componentes do envolvimento. Para a autora, toda forma de linguagem poética pode ser concebida como recurso de envolvimento, abarcando as possibilidades gráficas, fônicas, sintáticas e semânticas.

[...] Não foi só. E as domésticas?

Quem se lembrou dessa classe humilde, porém, útil e necessária? Hoje, graças também, a esse Presidente de espírito altamente humano, a sombra benfazeja da lei já abrange essas criaturas contra a canícula do desamparo. Os seus direitos foram, também, acolhidos pela lei que lhes era madrasta ou pura e simplesmente as ignorava. Médici foi criterioso e imparcial. Rasgou o chão brasileiro estendendo sobre ele qual infinito tapete a incrível realidade da Transamazônica; uniu a Guanabara a Niterói com soberba e espetacular ponte, transformando esta última em cidade-gêmea do Grande Rio, facilitando, entre as duas capitais, maior facilidade para a permuta de valores [...] (CZS13 – p. 87)

Note-se como os enunciados sublinhados atuam no sentido de captar o leitor para a sua própria formulação, ressaltando os aspectos positivos da atuação do presidente Médici em relação à negatividade da situação anterior das domésticas. As figuras retóricas atuam, no caso, como meios metafóricos que potencializam a ação do presidente, ao mesmo tempo em que suscitam a emotividade do leitor e a sua adesão em relação às proposições. Eis uma importante faceta dos recursos de *captação*: destacar e, com isso, obter complacência e adesão à posição autoral.

C3: *Novidade*: abarca os recursos linguístico-discursivos atualizados pela voz autoral no sentido de reforçar o grau de novidade e/ou urgência de determinada proposta ou proposição. Integram tal categoria as formulações adversativas e concessivas — revelando uma nova imbricação com o sistema de *engajamento*, dado que ambas operam com uma suposta quebra das expectativas do leitor/ouvinte, destacando o caso de exceção —, além de recursos lexicais que denotam novidade ou urgência, como os dêiticos *agora*, *aqui*, *já*, dentre outros.

[...] A história ultrapassou o tempo e faz-se presente nas ocasiões mais importantes e festivas, mostra sua força e sua linguagem representativa.

Mas, atualmente não há tanto espaço para comemorações. Vivemos cercados de anseios e dúvidas que muitas vezes, fazem com que acontecimentos únicos sejam simplesmente deixados de lado. Devemos comemorar a vida. Comemorar desde a fatia de bolo até as velas acesas e pelo vento apagadas [...] (JNB08 – p. 09)

[...] O certo é que temos mais do que pensamos e é através deste poder (o voto) que podemos e vamos mudar o presente político brasileiro. Essa é a hora de mudar. Agora e já. (JNB07 – p. 08)

O primeiro exemplo demonstra o caráter de novidade trazido pela construção de contração dialógica com o operador *mas*. A contração rejeita a alternativa dialógica e, com isso, instaura a proposição da voz autoral como novidade, como um conhecimento a que a comunidade leitora ainda não teve acesso e que se constitui na representação acerca da qual se deve convencer o público. Nesse sentido, tal operação de contração atua tanto como mecanismo avaliativo quanto como forma de envolver o leitor acerca de tal posição ou representação, visto que esta se choca com o que, pressupostamente, se concebia anteriormente.

O segundo exemplo, por sua vez, atualiza elementos dêiticos de urgência, de modo a instar o leitor a uma reação complacente ou resistente em relação às exortações realizadas. Tais componentes, também contra-prototípicos em editoriais, destacam a necessidade de ação e, no caso específico, da solidariedade entre a comunidade no sentido de agir mediante um objetivo coordenado.

Por fim, as categorias híbridas — VC4 e CV4 — são representadas pelas narrativas. Segundo Moita Lopes (2002), as narrativas constituem-se em instrumentos utilizados pelos indivíduos para atribuir sentido ao mundo e, nesse sentido, assumem um funcionamento hermenêutico. Narrativas pessoais, em especial, tornam-se meios refratários das concepções de mundo e posições valorativas dos narradores. Desse modo, os conhecimentos que se constroem sobre a vida social são, na verdade, marcados pela ação dos atores sociais nas histórias vividas, ouvidas e contadas pelos indivíduos.

As narrativas assumem, assim, um importante papel de legitimação e controle da realidade e dos atores sociais, uma vez que tanto as histórias quanto o ato de contá-las — ao posicionarem alguns personagens em relação aos outros da mesma forma que os atores sociais reais se posicionam em relação a seus interlocutores, numa estratégia de extensão alegórica — acabam justificando certos sentidos e relações de poder em contextos institucionais específicos.

Três características das narrativas são destacadas pelo autor:

1. uma narrativa implica, em geral, a quebra de um cânone cultural, isto é, rompe com as expectativas culturais do grupo para o qual a história é narrada, uma vez que se conta uma história para se entender um evento de cunho excepcional, a fim de se refletir sobre a vida social;

2. ela relata o drama da vida social, já que envolve atores, ação, cenário, instrumento e problema, permitindo que se fale do passado no presente, criando ocasião para a auto-observação e correção; e

3. a narrativa possui natureza avaliativa. É por meio da avaliação que a negociação do significado social da história contada se estabelece no plano moral de ‘como o mundo deve ser’, revelando também aspectos identitários acerca do falante e dos interlocutores. A função central da avaliação é representar o falante de modo positivo. Caso ela seja negativa, a narrativa visa, em geral, a remediar um erro cometido, na medida em que ela quebra um cânone e uma ordem moral, e, assim, relaciona-se ao reconhecimento de erro por parte do falante. Caso seja positiva, constrói a voz autoral como excepcional e, assim, colabora no processo de construção da autoridade. Nessa perspectiva, as histórias contadas servem para criar um sentido de pertencimento e de solidariedade a um determinado grupo, o que permite entendê-las como fortes recursos de envolvimento.

Obviamente, ao se referir a narrativas, abarca-se uma categoria textual, de extensão variável, sobre a qual podem incidir todos os outros mecanismos de envolvimento. Nesse sentido, poder-se-ia questionar se outros tipos textuais não seriam igualmente envolventes. A questão é: não são os mecanismos internos da narrativa em si, os recursos que nela se manifestam que se tornam envolventes, mas sim, a sua própria estruturação e papel social, conforme mostra Moita Lopes (2002). O modo de contar narrativo apenas exponencializa o seu potencial envolvente.

O hibridismo da categoria, como forma de vinculação e captação, justifica-se na medida em que a narrativa instaura solidariedade e identificação — *vinculação* — e chama atenção dos consumidores por meio de seus elementos constitutivos estruturais e padrões semântico-discursivos, que atualizam *presença* — por meio da riqueza figurativa — e *novidade* — por meio das quebras de expectativa.

A diferença essencial entre narrativas pessoais e narrativas sobre terceiros reside na dominância da captação ou da vinculação. Em geral, narrativas pessoais apresentam dominância de vinculação, possibilitando uma identificação maior dos consumidores textuais em relação às posições valorativas e às representações do narrador e sua pessoa, de modo que este se constitui em uma autoridade por exemplo. Em narrativas não-biográficas, predomina a captação sobre a vinculação, na medida em que a autoridade é construída sobre um julgamento acerca do conhecimento/saber do narrador.

Veja-se o exemplo:

[...] O que seria de nossas vidas sem a comemoração?

Fiz-me esta pergunta na última quinta-feira (24), data de comemoração aos 52 anos do Mercado Municipal da Lapa. Naquele momento, cercado por inúmeras pessoas de diferentes locais, profissões e idades — pessoas diferentes e ao mesmo tempo tão parecidas — percebi que um dos diversos “segredos da vida” é a comemoração.

Certa vez, li sobre a história do significado do bater das palmas – sim as palmas do tradicional “Parabéns pra você”. Na passagem o escritor descrevia as palmas como algo milenar, usado pelo seres mortais para invocar os deuses na antiga Grécia. Os gregos antigos enxergavam a vida em quase tudo o que os cercavam, e buscavam explicações para tudo. Bastava ler os sinais da natureza, para conseguir seus objetivos.

A história ultrapassou o tempo e faz-se presente nas ocasiões mais importantes e festivas, mostra sua força e sua linguagem representativa [...] (JNB 08 – p. 09)

Note-se que narrativa introduz a experiência pessoal da voz autoral como resposta à pergunta, que aparenta constituir-se em retórica, revelando um posicionamento acerca da comemoração e das palmas, que se supõe não ser partilhado pelos consumidores, assim como não o era para a voz autoral.

Nesse sentido, o editorialista busca identificar-se com esse público-leitor, que é avaliado como não detentor de tal “segredo da vida”, ao mesmo tempo em que, como

agente revelador de tal segredo, constrói-se como autoridade diante desse mesmo público. A voz autoral apresenta-se como indivíduo dotado de conhecimento e experiência pessoal para quebrar o cânone e motivar a adesão do público a essa nova representação, o que é essencial para o processo de persuasão e exortação a que o texto acabará induzindo.

Assim como ocorre com a avaliatividade e a negociação, o envolvimento manifesta-se de forma prosódica no discurso, de modo que seus efeitos se espalham pelos enunciados, instando graus variados de intimidade interpessoal e destaque/realce textual em relação à instância consumidora dos textos.

Nessa perspectiva, é possível postular a existência de padrões probabilísticos de recursos de envolvimento que se manifestam em práticas discursivas diversas, atendendo aos fins retóricos pertinentes a cada atividade comunicativa. Como corolário, trabalha-se, nesta tese, com a noção de *vínculo*, como um nível de instanciação de padrões funcionalmente coesos e regulares de formas de envolvimento com fins retóricos determinados. Tais vínculos abarcam tanto formas de *vinculação* quanto *captação* e serão analisados de modo mais detido no próximo capítulo.

3.4 O modo de negociação intersubjetiva e a interface entre dinamicidade e estabilidade acional

Conforme já se explicitou no primeiro e no segundo capítulo, a construção do Significado Acional encontra-se intrinsecamente cerceada por um embate entre a dinamicidade inerente à conduta monitorada e criativa dos agentes sociais e os princípios estruturais dos sistemas sociais, que, projetados nas estruturas cognoscitivas dos agentes sociais integrados social ou sistemicamente, permitem e possibilitam a manutenção de determinados modos de agir discursivamente. Na modernidade reflexiva, no entanto, as novas configurações tecnológicas, sociais, antropológicas e econômicas exponencializaram a capacidade de autoconfrontação do ator individual, de modo que os processos hegemônicos de tradicionalização e, muitas vezes, de padronização mercadológica se chocam diretamente com os processos de resistência de caráter inovador e contra-hegemônico, que instauram a alternatividade como constitutiva das práticas discursivas.

Como corolário, os modos de agir discursivo apresentam um maior grau de liberdade em sua estruturação linguística, uma vez que sua potencial estabilidade

encontra-se em função da capacidade hegemônica de determinadas instituições ou da própria teleologia genérica, que, em alguns casos, favorece a adoção de TD composicionais formulares, como ocorre em muitos gêneros de traços prescritivos, como manuais, bulas e receitas.

Nesse sentido, o gênero configura-se em uma estrutura de significação intrinsecamente dinâmica, mas relativamente estabilizado e estabilizável como resultado do embate entre forças discursivo-sociais centrípetas e centrífugas envolvidas nas práticas sociais em que tal Significado Acional é exigido. Em termos linguísticos, o efeito de tais confrontos encontra-se no caráter probabilístico da rede de recursos sistêmicos que compõe os diversos modos de ação discursiva contemporâneos, que, de modo geral, apresentam índices mínimos de determinismos.

Outra consequência direta dessa concepção relaciona-se, justamente, ao caráter processual da construção do Significado Acional. Do mesmo modo que os Significados Representacionais e Identificacionais, os gêneros ou TD acionais são construídos ao longo da produção discursiva dos atores sociais envolvidos em dado evento interacional, tendo como base o interdiscurso e, portanto, os esquemas interpretativos e produtivos que integram a capacidade cognoscitiva humana. Nesse sentido, os gêneros devem ser entendidos como fenômenos discursivos de ordem abstrata, virtual, integrando os esquemas como possibilidades de realização de determinados objetivos comunicativos, socialmente motivados e funcionalmente coesos, capazes de oferecer coordenadas para a atuação humana na sociedade em dado contexto. Por conseguinte, tornam-se recursos linguístico-discursivos simultaneamente restritivos e facilitadores e, portanto, dotados de características coercitivas de um ponto de vista estrutural.

A terceira consequência fundamental é que um determinado texto, como um editorial de um jornal de bairro ou uma procuração, consiste apenas em uma instanciamento de um ou mais potenciais genéricos. Do mesmo modo que a língua é um potencial de significado, os diversos gêneros consistem em potenciais de significação acional associados à vida cotidiana e institucional dos atores sociais, capazes de relacionar objetivos individuais ou coletivos a formas socialmente ratificadas que proporcionem, em maior ou menor grau, a realização desses objetivos, com o mínimo de impacto — tanto resistente quanto complacente — de cada instanciamento no que se refere à integridade do processo de reprodução social como um todo.

Desse modo, como potenciais e coerções estruturais associados a aspectos teleológicos, as diversas TD acionais envolvem necessariamente:

1. uma determinada esfera de atividade, a que os objetivos individuais e as motivações sociais estejam atrelados, de modo a poder, dialeticamente, engendrar e garantir a atualização de determinados recursos linguístico-discursivos funcionalmente coesos, mais ou menos regularizados, que proporcionem a continuidade da *práxis*;

2. um determinado conjunto de atores sociais, que se inter-relacionam mutuamente e que, cooperativamente, constroem tanto a necessidade de manutenção quanto modificação ou mesmo extinção de determinados padrões probabilísticos de recursos linguísticos associados ao desenvolvimento dos aspectos retóricos e/ou teleológicos das ações discursivas;

3. possíveis canais de execução da ação discursiva, uma vez que a contemporaneidade possibilita diversas formas materiais de construção discursiva, que abarcam o fônico e o gráfico, o face-a-face e o mediado, o *online* e o *off-line*, dentre outros.

Note-se, portanto, que os três elementos necessários envolvidos no aspecto estruturalmente coercitivo do Significado Acional encontram-se intimamente associados aos três componentes contextuais, em uma concepção sistêmico-funcional — o *campo*, as *relações* e o *modo*, respectivamente. Tal constatação permite explicar — de um modo diferenciado — por que Martin (2005) aloca o gênero como elemento que recodifica os parâmetros do contexto situacional, concebendo aquele como elemento do contexto da cultura, embora não explicita, claramente, que outros componentes poderiam também integrar este último tipo de contexto.

Entretanto, o que cabe destacar é o fato de que, por envolver necessariamente os parâmetros contextuais, os esquemas interpretativos e produtivos genéricos devem, também, abranger a capacidade de o ator social reconstruir relevâncias situacionais, filtrando, dentre as mais variadas possibilidades oferecidas pelos diversos contextos, aqueles aspectos essenciais que concernem à realização de determinada ação. Nessa perspectiva, a reconstrução contextual encontra-se sempre em dependência da monitoração reflexiva da conduta do ator social associada à construção processual de dado Significado Acional. Em outros termos, gêneros restringem e facilitam — ou seja, coagem estruturalmente — os atores sociais a reconstruir o que é relevante no contexto.

Assim, a análise genérica deve considerar a *esfera de atividade*, conforme ressaltado nos primeiros capítulos, e a sua interface no que tange à própria teleologia genérica, às motivações sociais e os padrões funcionalmente coesos de recursos linguísticos associados a essas motivações e o modo pelo qual os diversos atores sociais

se apropriam da língua e de seu poder intrínseco para reproduzir socialmente essa determinada estrutura de significação, atuando de modo complacente ou resistente.

Além disso, deve abranger os *modos de textualização*, enfocando não só os meios pelos quais o texto é construído, mas a maneira pela qual ele é estruturado no que tange à mobilização de potencialidades providas de determinado *suporte*. O *suporte*, no entanto, difere da *esfera* em sua natureza coercitiva pelo fato de que este se constitui em um recurso alocativo, em termos estruturacionaistas. Nesse sentido, recursos são mobilizados via regras, de caráter semântico e normativo, associados a estruturas de dominação e, portanto, ao exercício do poder, ou seja, da capacidade de intervenção no curso dos acontecimentos. Como consequência, o domínio das potencialidades do suporte — recurso alocativo — é fundamental no processo de construção de hegemonias acionais no âmbito da configuração estrutural. Ademais, a natureza coercitiva do *suporte* difere dos outros elementos já mencionados, uma vez que assume caráter *material* e não estrutural, limitando e facilitando a ação humana, mas independentemente do que os outros atores sociais fazem e de suas interligações pela integração social ou sistêmica, dado que o *alcance* do que o suporte pode oferecer é estabelecido a partir de sua própria natureza e de seu potencial tecnológico.

Por fim, a análise genérica deve envolver os *modos de negociação intersubjetiva*, ou seja, os diferentes meios pelos quais os atores sociais, integrados sistêmica ou socialmente, interagem no processo de construção do Significado Acional, posicionando-se em coordenadas diferenciadas nos eixos que interseccionam *poder* (vertical) e *solidariedade* (horizontal), de forma a instaurar diversificados padrões de autoridade, credibilidade, comprometimento e intimidade no que se refere aos consumidores textuais. *Negociação intersubjetiva* não diz respeito, portanto, a algum mecanismo de *construção identitária*, muito embora a formação das identidades social e individual correlaciona-se, de um ponto de vista psicossocial, em maior ou menor grau, aos modos pelos quais os atores sociais são posicionados — em termos intersubjetivos — no processo negociativo inerente aos *gêneros*, visto que é possível que determinados posicionamentos associados a alguma coordenada *poder x solidariedade* sejam atualizados para além de dado contexto situacional e acional, abrindo espaço para um processo de inculcação estilística de determinados padrões, originalmente, acionais.

Assim, embora esteja relacionada ao Identificacional, por um lado, e, inegavelmente, ao Representacional, por outro, na medida em que a negociação das relações sociais nos diversos modos de agir discursivos justificam-se e pautam-se nas

representações sociais associadas a determinadas teleologias e à própria capacidade hegemônica da instituição no que tange a possibilitar o alcance de dados objetivos, a *negociação intersubjetiva* consiste em um fenômeno acional, uma vez que agir envolve mobilização de recursos e regras, envolve poder, e este só é exercido, interacionalmente, na necessária presença — mesmo que virtual e projetiva — do outro. Assim, as ações discursivas, processualmente construídas, continuamente reprocessam e reposicionam produção e consumo textual em coordenadas interpessoais de poder e solidariedade, de acordo com parâmetros deontológicos e inclinações institucionais e individuais, de modo que o próprio processo retórico e teleológico do texto encontra-se em direta relação com a maneira pela qual os atores são hierarquicamente construídos por dada significação acional.

Nesse sentido, é especialmente pela análise do processo de negociação intersubjetiva que se pode depreender, de uma perspectiva acional, as relações de poder e solidariedade entre os atores sociais, a instauração de autoridade, credibilidade e intimidade, o comprometimento autoral diante das representações e valores e sua possível relação com os modelos hegemônicos e/ou alternativos de construção da realidade, além das potencialidades teleológicas associadas às posturas autorais diante dos consumidores textuais, posicionando-os em relações retóricas diversificadas, exigindo ou demandando proposições ou bens e serviços variados, a partir de alocações hierárquicas distintas com múltiplos graus de identificação.

Por conseguinte, interessa, para o exame desse processo, a análise da rede de recursos interpessoais, procurando depreender, primeiramente, os diversos padrões de recursos linguístico-discursivos, de caráter probabilístico, associados aos três eixos semântico-discursivos considerados nesta tese — *avaliatividade*, *envolvimento* e *exortatividade* — para, posteriormente, verificar a articulação composicional preferencial desses padrões como meios de engendramento de determinados configurações negociativas mais amplas que, por sua vez, se relacionam a mecanismos gerais de orientação retórico-teleológica intrínsecos à ação discursiva.

Assim, a partir da depreensão de distintos padrões probabilísticos de recursos inerentes a cada subsistema e dos distintos modos pelos quais se articulam, torna-se possível examinar os padrões mais gerais de negociação intersubjetiva, os *modos de negociação intersubjetiva* (MNI), de forma a verificar se esses padrões se configuram em mecanismos intrínsecos de articulação interpessoal no que tange a um dado periódico ou se, de fato, integram a dinâmica do gênero, em relação à sua esfera de

atividade e, portanto, no que se refere ao nível interinstitucional. Nesses casos, torna-se possível, pela análise quantitativa e qualitativa, avaliar os graus de explicitação deontológicos de cada um desses padrões e suas possíveis intersecções com os eixos temático, cronológico, identitário, dentre outros.

Por conseguinte, tal abordagem permite examinar as ações discursivas a partir de um ponto de vista dinâmico, uma vez que o foco reside na apreensão tanto das distinções quanto das intersecções entre os diversos textos associados a dado Significado Acional psicossocialmente reconhecido, de modo que se consiga verificar em que medida os distintos modos de articulação da interpessoalidade podem constituir-se em TD acionais que pluralizam o potencial teleológico e retórico dos gêneros.

No entanto, devido ao caráter interseccionado — e, portanto, integracionista, refratário e dialético — dos MNI, constituídos a partir da associação e da combinação preferencial de padrões de recursos linguístico-discursivos da metafunção interpessoal — que, por sua vez, comporta uma semântica prosódica e categorias graduáveis e contínuas —, não se pode concebê-los como elementos discretos. Em outros termos, a apreensão dos modos negociativos deve ser realizada a partir da noção de *protótipo*. Nesse caso, o *protótipo* consistiria em um exemplar não idealista nem prescritivo, plenamente realizável, mas de atualização improvável, cujas fronteiras epistemológicas e ontológicas associam-se a uma relação preferencial entre, por um lado, uma motivação social e um correlato retórico-teleológico e, por outro, uma funcionalidade discursiva, realizável a partir da combinação de diversos padrões possíveis de recursos de uma determinada metafunção; no caso, a interpessoal.

Nesse sentido, a apreensão dos protótipos possibilita compreender a dinamicidade das práticas discursivas a partir de uma perspectiva de previsibilidade probabilística, e não, de determinismos, de modo que os afastamentos são interpretados como naturais e intrínsecos, apresentando-se, ao mesmo tempo, como volantes e motores da dinamicidade e da alternatividade acional e como mecanismos de flexibilização interdiscursiva, necessários para a própria garantia da integridade das diversas ordens do discurso, tendo em vista a autoconfrontação reflexiva da modernidade pós-tradicional.

Os MNI, como padrões de padrões de caráter *contínuo*, categorizados analiticamente por meio de protótipos, devem ser compreendidos, portanto, como mecanismos intrínsecos à Significação Acional, uma vez que se relacionam com a construção discursiva das relações sociais e da hierarquização entre produção e

consumo textual e, por conseguinte, à atividade retórica e teleológica. Contudo, não estão indissociavelmente atrelados a gêneros determinados, na medida em que diferentes gêneros podem apresentar MNI semelhantes ou idênticos, o que permite postular uma relativa autonomia desse processo de construção acional em relação às formas psicossociais reconhecidas de ação discursiva — os gêneros. Como corolário, deve-se compreender que a negociação intersubjetiva consiste em um dos mecanismos de construção discursiva ligados ao processamento do Significado Acional, e que os MNI constituem-se em padrões probabilísticos tradicionais de negociar intersubjetividade, inscritos na estruturação do Significado Acional em si e, portanto, manifestando-se sempre em determinados gêneros, mas não circunscritos a um gênero específico apenas. Por essa razão, os MNI podem ser concebidos como TD acionais — dado que transcendem a atualização em um único gênero —, o que permite estender essa noção a seus padrões constitutivos — *posturas, vínculos e incitações*, dentre outros possíveis.

A análise da negociação intersubjetiva genérica, portanto, deve ser realizada a partir de duas orientações e duas tarefas metodológicas, sempre considerando um *corpus* extenso¹¹⁹ de caráter multiinstitucional. Em primeiro lugar, o analista deve orientar-se, paralela e processualmente, em perspectiva *top-down* e *bottom-up*¹²⁰, uma vez que se torna necessário depreender os padrões de recursos linguísticos associados a cada subsistema — *envolvimento, avaliatividade e negociação*, por exemplo — e sua interação recíproca, de modo que se possa estabelecer quais padrões tendem a associar-se e quais tendem a não se associar, o que representa uma etapa *bottom-up*. Paralelamente, o analista deve preocupar-se em estabelecer categorias negociativas mais amplas, ou seja, os MNI, a partir tanto da depreensão da associação de padrões citadas quanto das potenciais teleologias ou orientações retóricas dos textos, sempre comparadas aos padrões encontrados. Tal tarefa permite ao pesquisador, posteriormente,

¹¹⁹ Entende-se que o caráter *extenso* do *corpus* esteja menos associado a quantidades de exemplares textuais que à pluralidade da origem dos textos, parâmetro de maior validade, uma vez que se torna possível depreender até que ponto determinados processos negociativos estão relacionados à deontologia da esfera ou à deontologia/inclinação institucional. Entretanto, é óbvio que quanto maior a quantidade de textos, maior a probabilidade da análise quantitativa e estatística aproximar-se da realidade.

¹²⁰ Os termos *top-down* e *bottom-up* referem-se, aqui, unicamente à orientação metodológica do procedimento analítico, e não, aos princípios gerais de concepção das diversas teorias funcionalistas. Além disso, deseja-se já ressaltar que, não obstante as análises tenham sido realizadas nas duas orientações, a exposição dos resultados, no próximo capítulo, será realizada apenas por uma das orientações, a fim de, por um lado, não incorrer em repetições desnecessárias e, por outro, facilitar a organização da disposição dos padrões em face dos modos negociativos.

realizar análises quantitativas associadas aos diversos subsistemas, assumindo como variável dependente os padrões mais amplos, ou seja, os MNI.

No entanto, considerando que MNI são categorias de caráter prototípico, uma vez que sua natureza é *contínua*, poder-se-ia questionar a eficácia ou mesmo a aplicabilidade de um método quantitativo, o que é relevante e significativo. No entanto, defende-se que a abordagem quantitativa pode revelar tendências mais globais associadas aos padrões discursivos subsistêmicos e, nesse sentido, permitir verificar determinadas distribuições de recursos dificilmente visualizáveis apenas pela abordagem qualitativa dos textos. Nesse sentido, a categorização da variável dependente deve ser realizada por meio da noção de dominância — conforme se frisarà no próximo capítulo — e seus resultados devem ser vistos como *indiciais*, e não, absolutos, uma vez que, dado o seu caráter contínuo e a associação diversificada dos padrões que a constituem, sua combinatória deve ser descrita sempre por um olhar qualitativo.

Assim, analisar a negociação intersubjetiva permite um duplo olhar sobre a realidade acional. Por um lado, possibilita depreender os mecanismos interpessoais que engendram potencialidades retóricas e teleológicas à significação acional, de modo a tornar possível depreender os mecanismos de pluralização do gênero e, portanto, de sua dinamicidade, o que está ligado à inclinação individual ou institucional. Por outro lado, permite verificar justamente os processos motivados de estabilização desses padrões, verificando seu potencial caráter tradicional e posicionamento no *continuum* hegemônico/alternativo, de modo a depreender seu estatuto deontológico nas ordens do discurso.

Por conseguinte, a noção de *negociatividade*, apresentada na primeira seção do primeiro capítulo, deve ser retomada a fim de que sejam esclarecidos alguns aspectos centrais acerca da negociação intersubjetiva. Naquele momento, a *negociatividade* foi definida em associação ao conceito de *localidade*, como roteiros centrais da reconstrução contextual, realizada pelos atores sociais, mediante os esquemas interpretativos e produtivos que embasam a monitoração reflexiva da conduta. Assim, a *negociatividade* referia-se aos diversos modos pelos quais as relações sociais são construídas e negociadas no curso das rotinas sociais, envolvendo, assim, identidades e um espectro diverso de direitos, deveres e posicionamentos hierárquicos em um *continuum* de possibilidades. Tal aspecto está, portanto, orientado à própria estruturação, uma vez que as práticas sociais localizadas dos atores sociais, que mobilizam recursos autoritativos e alocativos, associados a regras, para sua interação

nos sistemas sociais, necessariamente envolvem o controle dos aspectos físicos e materiais do entorno assim como a alocação de direitos e deveres entre os atores sociais para a realização da prática. Nesse sentido, toda relação psicossocial associada à estruturação deve, necessariamente, apresentar uma correlação linguístico-discursiva que vincula as requisições das práticas à produção textual, uma vez que o discurso consiste em uma das etapas intrínsecas à própria reprodução social e, portanto, à instanciamento de uma grande parte das práticas sociais. Em outros termos, se a reconstrução contextual dos aspectos negociativos é socialmente válida e necessária para a ação prática humana no processo de estruturação, a produção discursiva, como momento da prática, também atualiza recursos e padrões linguístico-discursivos associados à textualização dos direitos, deveres, hierarquias e interrelações sociais compatíveis com os objetivos comunicativos de cada ator social e os parâmetros deontológicos, de modo a realizar uma compatibilização — maior ou menor, complacente ou resistente — entre a reconstrução contextual da negociatividade e a construção discursiva da intersubjetividade. Tal atividade consiste na fonte ou na origem dos diversos MNI, intrinsecamente ligados — mas não ontologicamente atrelados — aos modos de ação discursiva, os gêneros, uma vez que estes se constituem no correlato linguístico-discursivo da ação, exigindo mobilização de recursos autorais — tanto na produção quanto consumo — para sua construção, configuração e interpretação funcional e motivada.

Nessa perspectiva, a *negociatividade* deve ser entendida como uma propriedade fundamental tanto da estruturação social quanto discursiva. Em outros termos: toda atividade social implica uma reconstrução contextualizada de aspectos negociativos e, por conseguinte, toda atividade discursiva implica um processo de negociação da intersubjetividade, que, no caso de interações de modo “monológico”, consiste em uma construção projetiva da voz autoral acerca dos potenciais posicionamentos dos atores sociais envolvidos no evento discursivo e, em interações dialogais, em uma negociação local de posicionamentos, em que a resistência e a complacência apresentam um desenvolvimento *online*.

Por conseguinte, é possível postular que toda prática discursiva instancia aspectos de, pelo menos, um modo de negociação intersubjetiva prototípico. Quanto mais uma prática discursiva ou gênero sofre coerção hegemônica em seu processo de construção, menor o potencial de surgimento de diferentes formas de negociação interpessoal, reduzindo as possibilidades negociativas àquilo que é prescrito pelas

instâncias de poder, legitimando, ideologicamente, ou reificando, determinados modos de articulação de relações sociais nos textos. Por outro lado, quanto mais aberta e plural a sociedade, especialmente nos casos em que a reflexividade opera, como na contemporaneidade, maiores são os focos de resistência a determinadas ordens do discurso, o que acarreta processos de negociação intersubjetiva diferenciados, pressionando o surgimento de padrões distintos de configurações funcionalmente coesas e regulares de recursos interpessoais que, paulatinamente, originam modos de negociação intersubjetiva diversificados. Estas, por sua vez, constroem graus variados de poder, solidariedade, comprometimento, autoridade e credibilidade nos textos, o que contribui sobremaneira para pluralização teleológica das TD acionais, atuando, portanto, como agentes de dinamização genérica.

O próximo capítulo tratará especificamente da descrição e análise dos modos de negociação intersubjetiva verificáveis nos editoriais da imprensa paulistana de bairro, espaço em que também se discorrerá acerca da metodologia empregada na análise e das categorias utilizadas na computação quantitativa dos dados.

Capítulo 4. O processo de negociação intersubjetiva em editoriais da imprensa paulistana de bairro

A imprensa paulistana de bairro configura-se na maior imprensa regional do país. Abarca cerca de sessenta publicações¹²¹, cuja periodicidade é, em geral, semanal, apresentando tiragens que variam de quinze a setenta e cinco mil exemplares.

Diferente da grande imprensa, as publicações da imprensa de bairro tematizam, na realidade brasileira, os eventos sociais e os fatos pertinentes ao cotidiano¹²² da comunidade a que se dirigem. Essa abordagem do cotidiano abrange, de modo geral, as reivindicações de moradores em relação aos órgãos competentes e às subprefeituras, a cobertura de eventos do bairro — shows de artistas famosos, apresentações e feiras culturais em escolas, inauguração de obras públicas, dentre outras possibilidades —, além de sessões dedicadas a saúde, lazer, educação, escritas por especialistas da região, que procuram orientar positivamente os leitores em suas práticas ordinárias e em sua vida pessoal ou familiar.

De acordo com Sant'Anna (2008:100),

os editores do jornal local se guiam mais, em tese, pelos interesses práticos de seus leitores; os do jornal nacional, ao lidarem com um contingente maior e mais difuso de leitores, e ao mesmo tempo contando com mais espaço e mais recursos de reportagem, investem maciçamente em temas mais universais, que atendem a motivações intelectuais.

A exposição de Sant'Anna é relevante e corresponde a uma realidade central da imprensa de bairro, especialmente no que concerne aos grandes temas de notícias e reportagens verificados nesses veículos. Por outro lado, os textos opinativos e avaliativos, como no caso do editorial, guiam-se por uma multiplicidade de princípios de seleção temática e abordagens, o que, de certo modo, põe em questionamento essa ligação intensa, proposta pelo autor, entre os textos publicados e os interesses práticos dos leitores.

Independentemente de tal ressalva, no entanto, a constatação de uma distinção em termos de abordagem temática entre a grande imprensa e a imprensa local é

¹²¹ Tal número refere-se à quantidade aproximada de periódicos vinculados à AJORB (Associação dos Jornais e Revistas de bairro de São Paulo), conforme dados encontrados no *site* da associação — <http://www.ajorb.com.br> —, consultado em 11 de maio de 2011. A quantidade real de jornais, no entanto, é maior.

¹²² O termo *cotidiano* deve ser compreendido de modo diferenciado nesta questão. Não se trata, nesta exposição, do conceito anteriormente exposto, que se opõe, em um *continuum*, ao conceito de institucional. No caso, trata-se da acepção comum, relativa ao dia a dia dos habitantes, às suas práticas e experiências diárias na região onde moram.

essencial para compreender um dos aspectos idiossincráticos da imprensa paulistana de bairro no contraste com as outras modalidades de imprensa escrita da cidade: o seu papel como mediadora dos interesses da comunidade leitora em relação às instâncias de poder local. No entanto, cabem alguns questionamentos acerca dessa posição. Em primeiro lugar, deve-se questionar até que ponto os leitores de jornal de bairro apresentam uma coesividade identificacional suficiente que permita depreender interesses práticos comuns, o que poderia, de certo modo, sugerir a aplicação do conceito de *comunidade* a tal grupo? Em segundo lugar e ainda em relação à consideração anterior, em que medida a noção de bairro pode ser associada à noção de comunidade?

Mayol (1998, *apud* DORNELLES, 2000: 104) propõe uma noção perspicaz de *bairro*, que permitirá uma reflexão acerca da sua relação com o conceito de comunidade, de modo a se poder traçar um perfil sobre a natureza da imprensa local paulistana. Assim, para o autor,

o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo).

A abordagem de Mayol sobre a natureza do bairro é relevante justamente pelo enfoque *contínuo* que ele atribui à noção, tomando-o como um ponto de articulação e intersecção entre o público e o privado, o que tangencia a noção de comunidade, por um lado, e afasta-se, de outro. Tangencia, na medida em que a comunidade se configura, sim, em um espaço de mediação entre o público e o privado, embora seu estatuto fundamental seja nitidamente coletivo. Por outro lado, afasta-se, na medida em que comunidades são definidas pelo compartilhamento de representações, ações e identidades, de modo a garantir a coesão intragrupo e a segurança ontológica dos atores sociais a ela pertencentes, características que não são facilmente identificáveis e associáveis no que tange a um bairro de uma grande metrópole contemporânea.

Nesse sentido, torna-se bastante questionável a noção de que a imprensa de bairro se volte a uma comunidade de fato, apesar do que propõe o estatuto da AJORB, presente em seu *site* na internet:

Artigo 1.º - A Associação dos Jornais de Bairro de São Paulo (AJORB) é uma sociedade civil, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de S. Paulo, Brasil, e tem por finalidade:

a. promover a aproximação entre proprietários de jornais de bairro, visando estreitar cada vez mais as relações de amizade e a solidariedade entre eles;

- b. criar clima propício à cooperação, à troca de informações e de idéias e, finalmente, à ação conjunta dos jornais associados na solução dos problemas que lhes são peculiares;
- c. **promover esclarecimento da opinião pública sobre as funções econômicas e sociais dos jornais de bairro e sobre os serviços prestados por eles à comunidade;**
- d. cooperar com os poderes públicos, associações de classe e quaisquer outras instituições, em tudo que interesse diretamente aos filiados a AJORB;
- e. promover a realização de cursos e seminários para os filiados à AJORB, assim como permuta de informações visando a melhoria dos conhecimentos técnicos especializados;
- f. realizar serviços que visem fortalecer econômica e tecnicamente os filiados à AJORB;
- g. **elaborar estudos e planos referentes a promover os jornais regionais e comunitários, junto ao grande público e autoridades, mostrando a força e o valor destes órgãos na formação da opinião pública;**
- h. nenhum filiado à AJORB será discriminado por motivo de raça, de cor, de religião e de convicções políticas e a AJORB não terá caráter partidário¹²³. (grifos nossos)

Os segmentos em negrito destacam pontos essenciais acerca do projeto dos jornais de bairro, à luz das noções de *local*, *comunitário* e *opinião pública*. Primeiramente, deseja-se tomar esta última noção. O estatuto refere-se à opinião pública por meio de dois processos nominalizados — o primeiro, referente aos esclarecimentos que lhe são devidos; e o segundo, acerca de sua formação.

Longe de tematizar o complexo e polêmico conceito de opinião pública, quer-se chamar atenção a um aspecto pressuposto pela menção a tal termo: o de que o jornalismo de bairro assume uma missão formadora, de conscientização coletiva, de construção da cidadania reflexiva. Tal pressuposto, no entanto, vem acompanhado de uma realidade subjacente contraditória: a de que os jornais regionais e comunitários ainda não são valorizados pelo grande público e pelas autoridades no que tange a tal papel.

Nesse sentido, apesar da missão, essa imprensa é construída — e por ela mesma — como marginal no processo de formação da opinião pública, o que é importante de se assinalar, especialmente pelo fato de que o estatuto citado data de 28 de abril de 1971, sendo, portanto, anterior ao jornal mais antigo cujos editoriais compõem o *corpus* desta tese. Tal dado é crucial, visto que, já em 1971, notava-se a marginalidade dos jornais de bairro em relação aos grandes jornais. Nesses trinta anos, contudo, o número de publicações aumentou consideravelmente, assim como as tiragens médias de cada periódico, o que também se relaciona ao aumento populacional e ao maior investimento em publicidade local. Por outro lado, nesse mesmo período, os avanços tecnológicos em comunicação foram exponenciais. Em que sentido se pode abordar, então, a questão do impacto do jornalismo de bairro na formação crítica do indivíduo?

¹²³ <http://www.ajorb.com.br/aj-aniversario.htm>, consultado em 30 de março de 2010.

Assim, ao tratar de formação da opinião pública, o estatuto da AJORB só pode estar se referindo a uma mobilização da cidadania reflexiva limitada e restrita. Em outros termos, forma-se a opinião pública em relação a quê e de que modo? Primeiramente, a própria noção de bairro como interface entre público e privado e o privilégio de temáticas regionais — mesmo que apontem, algumas vezes, para o sociopolítico — e cotidianas no corpo do jornal como um todo, permitem questionar se o enfoque nos interesses práticos do leitor, em geral, focalizando uma atitude autoral complacente diante dos valores projetados dos consumidores textuais, realmente permitem referir-se à formação da opinião pública, o que envolve a criticidade, a reflexão, a autoconfrontação e a tomada de posição. Em segundo lugar, pela própria capacidade de penetração dos jornais de bairro, que é mínima se comparada aos grandes jornais ou mesmo aos telejornais, pode-se muito bem indagar acerca do impacto real desses veículos como meios legitimados e discursivamente autorizados de mobilização da atividade crítica dos consumidores textuais, o que estaria diretamente relacionado à questão da formação da opinião pública.

Esta tese não pretende responder a estes questionamentos de modo preciso nem investigará pormenorizadamente tal aspecto. No entanto, cabe ressaltar que, na medida em que a imprensa paulistana de bairro postula a si esta missão, é imperioso reconhecer que se trata de um aspecto relevante em termos da atividade da *esfera* como um todo e, portanto, pode ser tomado, pelo menos hipoteticamente, como um dado *preferencial* da *deontologia representacional* dessa imprensa. Como corolário, *gêneros* que permitam o exercício de tal formação são exigidos e, nesse sentido, os editoriais, como *construtos acionais* que permitem à voz autoral, institucionalizada, avaliar a realidade, configuram-se em um *modo de ação discursiva* essencial para esse projeto formativo mais amplo, o que constitui um aspecto motivacional fundamental do *gênero*.

Isso posto, também é curioso observar que o próprio estatuto categoriza os jornais de bairro por meio de dois epítetos no item g. — *jornais regionais e comunitários* —, o que demonstra o reconhecimento de duas esferas jornalísticas distintas.

Peruzzo (2006) distingue imprensa comunitária de imprensa local. Para a autora, a mídia comunitária está ligada a um projeto de ampliação do exercício de direitos e deveres do cidadão inserido em certa comunidade. Devido a esse enfoque, é constitutiva a participação direta do cidadão na produção do periódico, não só em termos de conteúdo simbólico, mas também no que concerne à sua gestão. Ademais, o jornal

comunitário encontra-se, em geral, circunscrito a um público limitado, apresentando-se de forma autônoma em relação a grupos políticos ou privados da região, o que pressupõe a ausência de finalidade lucrativa. A mídia local, por sua vez, foca tanto na temática regional não abordada pela grande imprensa quanto em assuntos mais globais, analisados partir de uma perspectiva regional, de modo que é o olhar local que se constitui no nicho de mercado de tais veículos. Nesse sentido, trata-se de empresas de comunicação que visam ao lucro tanto quanto outros tipos de mídia. Como corolário, tal tipo de imprensa está sujeita a interesses políticos e econômicos particulares, abrindo um espaço mais amplo para que seus textos apresentem uma explicitação ideológica mais nítida, além de uma potencial maximização do controle e do direcionamento da participação do cidadão nas atividades do periódico como um todo.

Todos os textos analisados nesta tese constituem-se em exemplares de editoriais provenientes dessa última categoria de periódico — a imprensa local. Nesses jornais, não há participação da comunidade em sua gestão ou produção, e a publicidade regional, juntamente com os classificados, consistem nas grandes fontes de receita dos veículos.

Desse modo, a noção de comunidade aplicada a tais jornais deve ser entendida como um construto representacional criado por essa mesma imprensa, que visa a associar a noção de bairro à de comunidade, por meio da criação de laços de identificação do leitor com seus pares — atores sociais próximos, muitas vezes, conhecidos, que, ali, presentes nas páginas do jornal de bairro, tornam-se públicos e “famosos”, num processo de desarticulação do anonimato que solidariza os leitores a se sentirem parte de um mesmo grupo social, coletivamente identificado pelo discurso jornalístico, que constrói, em primeiro lugar, uma comunidade leitora; e, em segundo lugar, uma comunidade potencial e pretensamente discursiva.

Obviamente, tal construção representacional pode não encontrar eco na realidade — e provavelmente não o faz. Em uma cidade como São Paulo, em plena modernidade reflexiva, é, no mínimo, ingênuo pressupor a existência de uma comunidade discursiva — ou um grupo identitário coeso a tal ponto que apresente graus semelhantes de explicitação deontológica no que se refere a representações de mundo *preferenciais* — que corresponda a um ou mais bairros, em geral, heterogêneos em termos de caracteres sociais.

Assim, Sant’Anna (2008) — com ressalvas específicas a determinados gêneros jornalísticos avaliativos ou opinativos — parece estar correto ao afirmar que os editores

de jornais locais se guiam por interesses mais práticos da suposta comunidade. No caso paulistano, tais interesses estão voltados, especialmente, às reivindicações e/ou potenciais preocupações dos cidadãos em relação à sua vida e experiência cotidianas. As seções de Carta do Leitor são praticamente obrigatórias nos jornais locais, que, em geral, trazem reclamações dos moradores acerca de problemas pontuais nos serviços oferecidos ao(s) bairro(s) e, em muitos casos, respostas do jornal quanto ao encaminhamento da reivindicação aos órgãos responsáveis.

Nessa perspectiva, o periódico de bairro assume, de fato, uma função de mediação entre o cidadão e as esferas institucionais privadas ou públicas. Torna-se, assim, um prestador de serviços à “comunidade”, em consonância ao que fica pressuposto no item c. de seu estatuto — *promover esclarecimento da opinião pública sobre as funções econômicas e sociais dos jornais de bairro e sobre os serviços prestados por eles à comunidade*.

Tal função parece orientar a linha-mestra discursivo-textual desse tipo de imprensa. Segundo Dornelles (2000: 106), que se refere à imprensa de bairro como “jornais comunitários” — aspas dela —, o periódico local representa

uma grande série de atividades, valores e aspirações presentes na comunidade e que não são expressas na imprensa diária. Ele fornece um fluxo de notícias específicas para ajudar na adaptação às instituições e comodidades da vida urbana e interpretar, num contexto significativo e afetivo, os acontecimentos externos que são importantes para a comunidade alvo.

A afirmação de Dornelles é significativa. Tal processo colaborativo — tanto na esfera prática da vida urbana, quanto na interpretação dos fatos à luz regional — parece ser, realmente, o cerne do jornalismo de bairro nacional, e o paulistano atualiza essa faceta de modo claro, uma vez que, nos editoriais, a voz autoral se vale de estratégias discursivas que visam a, continuamente, criar e reforçar a imagem de que a instituição está engajada na solução dos problemas da comunidade, aspecto que subjaz a seu processo de captação de audiência.

A autora, ademais, destaca um ponto central: tal interpretação é guiada por um caráter afetivo. Uma das grandes distinções do jornalismo de bairro em relação à grande imprensa reside no fato de que, neste, os anônimos podem fazer-se visíveis. Nesse processo, os jornalistas constroem, de modo geral, uma relação intersubjetiva de maior envolvimento e vínculo afetivo com a esfera leitora. Nos textos opinativos e, dentre esses, especialmente nos editoriais, o periódico deixa transparecer uma preocupação

constante com a comunidade. É, inclusive, comum a atualização de uma tradição idiossincrática dentre os editoriais, tematicamente depreendida, denominada aqui textos de *apresentação de jornal*, que trata justamente de expor ao leitor o papel exercido pelo veículo na comunidade.

Na sequência, encontram-se alguns exemplos:

Somos os primeiros e contamos com você

Há muito tempo que a nossa região necessita de um jornal, de uma imprensa popular que se posicione politicamente diante dos fatos que nos cerca e influem em nossas vidas, muitas vezes direcionando-as para lá e para cá. A periferia de São Paulo em toda a sua existência, sempre foi esquecida pelos poderes públicos, pelos políticos que só aqui vêm em épocas de eleições e inaugurações de obras. [...]

Estamos aqui, não só para tentar cobrir essa lacuna de irmos aos poderes públicos, mas também para podermos discutir as questões que dizem respeito a juventude que talvez sinta no espírito uma dor maior por não ter o que fazer. [...] O **Nosso Jornal** está aqui não para resolver, somos filhos da mesma situação, queremos gritar. Vai resolver? Não sabemos, mas o grito não fica na garganta. (NJ01 – p. 120)

15 anos

Fundada e desenvolvida dentro de princípios profissionais e tendo como metas a defesa da comunidade e o acompanhamento rigoroso do trabalho de líderes e instituições locais, a **Folha** completou nesta semana seu 15º aniversário de existência. [...]

Pluralista, apartidária, democrática e principalmente independente, a **Folha** não pertence a grupo empresarial, não é braço de comunicação velada de políticos e tampouco extensão de igreja ou fé religiosa. Nossos únicos compromissos estão ligados a verdade, aos leitores e anunciantes. Pode até parecer simples e normal este procedimento. Não é. E isso tem nos custado feridas profundas, concorrência desleal e uma luta sem quartel que se renova diuturnamente. Em algumas trincheiras opostas, acantonam-se políticos inescrupulosos que gostariam de ter uma imprensa amordaçada e chapa branca. Há outros que fazem jornal por diletantismo, vaidade ou interesses políticos e empresários de comunicação sem a devida ética para concorrer num mercado livre. [...] (FVP05 – p. 30)

Algo Novo Urbano Lemos

[...] E para informar deste e de muitos “algo novos”, a partir desta semana passo a escrever o editorial do Jornal Nosso Bairro com a idéia de mostrar o que realmente o “nosso bairro” tem a nos oferecer e a revelar. Essa é a grande novidade. Espero que desfrutem do que temos a mostrar, pois o novo não tem dia nem hora para acontecer.

E com isso, juntamente com o Jornal Nosso Bairro, tenho uma meta e uma missão: A transparência entre os anseios da comunidade X imprensa = uma sociedade mais justa, com pessoas mais sérias e unidas pelo bem comum, não só de uma minoria mas de todos. É difícil? Veremos. (JNB01 – p. 02)

Os excertos anteriores, extraídos de editoriais presentes em três semanários diferentes, atestam a construção da imagem de um jornalismo de engajamento comunitário. Os periódicos constroem-se como participativos, transparentes, inclusivos, honestos — todos julgamentos de *sanção social positiva*, a partir dos quais se constrói uma imagem ética.

Tais aspectos — inclusividade, engajamento, participação e transparência — são constantemente reiterados nos editoriais desses periódicos, que constituem, em regra,

um espaço discursivo para a construção da autoridade do veículo diante da comunidade, ou seja, como uma voz legitimada por conhecimento, experiência, identificação e, às vezes, intimidade, no que concerne a poder posicionar-se valorativamente diante da realidade a partir de uma perspectiva regional. Tal multiplicidade autoritativa justifica a pluralidade temática desses textos, uma vez que o olhar local legitimado do editor — em vista de uma interpretação regional dos acontecimentos e da necessidade de esclarecimento sobre o papel público do periódico — acaba sendo constrangido a abranger, em tese, um núcleo muito vasto de assuntos, em diferentes níveis de profundidade de abordagem, o que torna o editorial um espaço de refração dos valores pressupostamente comuns da “comunidade” à luz da realidade imediata que cerca esses mesmos cidadãos.

Nesse sentido, a imprensa de bairro parece, sim, ter evoluído em relação às suas propostas erigidas no estatuto de 1971. O aumento já citado do número de publicações, seguindo uma tendência global de *desmassificação dos meios*, conforme apontam Sant’Anna (2008) e Meyer (2007), configura um primeiro aspecto de tal evolução. Meyer (2007) denomina *desmassificação dos meios* a tendência geral que acomete a contemporaneidade relativa a um deslocamento cada vez maior do consumo de informações do âmbito maciço e global para o regional e específico.

Evidentemente, nenhum dos autores postula que a comunicação em massa esteja definhando. O que parece estar ocorrendo é um processo de deslocamento da motivação do leitor, que passa, cada vez mais, a se interessar por consumir informações acerca dos fatos que o cercam local e pontualmente, consumindo-os de modo mais reiterado e contínuo, o que inclui desde mídias voltadas à saúde, bem-estar ou à família, por exemplo, até periódicos e revistas que abordem o bairro, o cotidiano, sua etnia, sua orientação sexual, dentre outras possibilidades, o que explica a atual proliferação desse tipo de publicação.

Essa maior diversificação de veículos comunicativos, aliada à sensível diminuição no número de exemplares vendidos dos veículos comunicativos da grande imprensa, sinalizam, segundo Sant’Anna (2008), o florescimento dos jornais e revistas locais e de pequeno porte, confirmando a tendência de *desmassificação*, apontada por Meyer (2007).

Ao atingirem um número maior de indivíduos nas mais distintas regiões da cidade, a imprensa de bairro assume uma visibilidade praticamente inédita. Somados

todos os jornais filiados à AJORB, são mais de 5,5 milhões de exemplares por mês. Trata-se de uma cifra impressionante.

Além disso, os periódicos de bairro atuais — publicados em contexto democrático e auxiliados pela divisão, em âmbito político, de capacidade decisória, permitida pela instituição de subprefeituras na capital paulista — adquiriram uma influência muito mais ampla em relação aos órgãos públicos regionais, com sucesso em muitas de suas reivindicações, fato que os editoriais procuram deixar claro para a população. Os exemplos a seguir são significativos:

Luta de todos

Há quatro anos este jornal denunciou a contaminação por diversos poluentes químicos do terreno de 103 mil metros quadrados, situado na Mooca, e utilizado pela Esso Brasileira de Petróleo de 1945 a 2001. [...] A **Folha** levantou na época, que nem a Prefeitura estava ciente do problema. A impressão que se tinha é que estava em andamento uma grande transação imobiliária, que seria realizada tão logo a Cetesb liberasse a área, o que parecia iminente.

Dentro do seu papel, o jornal começou a investigar a fundo o problema. [...]

Concomitante ao protesto que lavrou contra a Esso, a **Folha** passou a reivindicar que aquela área fosse desapropriada para implantação de um parque. Nada mais lógico e justo. Seria uma forma da multinacional Esso retribuir ao bairro tudo que havia feito de errado por mais de 50 anos. A idéia que a princípio foi chamada de quixotesca ganhou repercussão e força na comunidade e tem tudo para vingar. A experiência do jornal em questões semelhantes é positiva. O Parque Lídia Natalício Diogo em vila Prudente é prova eloquente disso. [...] (FVP09 – p. 34)

O Fórum Regional de Santana funciona desde 2002 em um amplo e bonito prédio localizado na Avenida Eng. Caetano Álvares, no bairro de Casa Verde. Depois de muito tempo funcionando na área central de Santana, esquina da Rua Darzan com Avenida Cruzeiro do Sul e próximo ao metrô e ao terminal de ônibus, o aumento natural da demanda obrigou a mudança para um espaço maior.

A necessidade de espaço foi atendida, porém o acesso tornou-se muito difícil. Além da própria localização, realmente distante de Santana, a região não conta com serviço de transporte adequado para tornar o acesso a essa instituição fácil e prático para todos, tanto funcionários quanto usuários do Fórum. [...]

Este assunto já foi abordado pela GZN na edição de 17/9/05 e, apesar de alguma melhora na época, atualmente a dificuldade continua a mesma. Considerando a importância do Fórum Regional de Santana, toda sua abrangência e o movimento diário em suas dependências com cerca de 900 funcionários e seis mil atendimentos, fica aqui registrada a sugestão para a implantação de uma linha própria para atender essa demanda, o que traria melhorias tanto para funcionários quanto para usuários do Fórum Regional de Santana. [...] (GZN12 – p. 52)

Note-se que, em ambos os textos — embora o primeiro seja muito mais contundente —, o periódico constrói a sua atuação como agente de mudanças benéficas na realidade local, o que denota uma preocupação com a comunidade, ao mesmo tempo em que marca e ratifica sua capacidade de influenciar e pressionar as organizações responsáveis pelo atendimento à população a agirem em prol da comunidade¹²⁴.

¹²⁴ Utiliza-se o termo *comunidade* em consonância a construção discursiva realizada pelo periódico em relação ao público, não por uma concordância do autor desta tese em relação à aplicabilidade do conceito para a imprensa local. De modo geral, optar-se-á pelas expressões *consumidores textuais*, *leitores* e, às vezes, *comunidade leitora*, não assumindo, para esta última, alguma vinculação com o conceito pré-moderno de comunidade e suas implicações.

Segundo Peruzzo (2005), a imprensa local deveria operar com a *informação de proximidade*. Para a autora, *informação de proximidade* corresponde àquela que

expressa as especificidades de uma dada localidade, que retrate, portanto, os acontecimentos orgânicos a uma determinada região e seja capaz de ouvir e externar os diferentes pontos de vista, principalmente a partir dos cidadãos, das organizações e dos diferentes segmentos sociais. Enfim, a mídia de proximidade caracteriza-se por vínculos de pertença, enraizados na vivência e refletidos num compromisso com o lugar e com a informação de qualidade e não apenas com as forças políticas e econômicas no exercício do poder (PERUZZO, 2005: 81).

No entanto, a mesma autora relata que tal procedimento não é sempre padrão na imprensa local, que, muitas vezes, peca pela ausência de uma cobertura ampla dos acontecimentos regionais e por uma inconsistência na apuração dos fatos em seu nicho de atuação — o local. Sant’Anna (2008) ressalta uma proporcionalidade curiosa: quanto menor o jornal local, menor a cobertura local. Tal contradição é explicada pelos altos investimentos que tal cobertura requisitaria, o que é, em geral, inviável para a receita do veículo. Nesse sentido, grande parte das notícias regionais acaba sendo adquirida de agências de notícias ou mesmo dos grandes jornais.

Isso posto, é possível depreender que, ao mesmo tempo em que houve uma ampliação na diversidade de publicações e tiragens, assim como uma evolução em sua influência nas decisões dos órgãos públicos em favor da comunidade, o jornalismo de bairro, por carecer de uma estrutura financeira e pessoal — na acepção de profissional — mais forte, acaba, muitas vezes, relegando a segundo plano seu papel de intérprete da realidade local no conjunto de suas notícias.

Não é o que ocorre, contudo, nos editoriais. Esses se constituem exatamente na Tradição Discursiva Acional *preferencial* para a avaliação argumentada de uma dada realidade a partir das representações pressupostas daquela comunidade. É por meio do espaço do gênero *editorial* que a voz autoral se posiciona diante do público-leitor, esclarecendo-o acerca de sua atuação, interpretando os fatos presentes, criando laços interpessoais e vínculos, em geral, afetivos com a instância leitora, de modo que a construção da autoridade e da legitimidade não se dá apenas por poder ou conhecimento, mas também — e, em muitos casos, principalmente —, pela intimidade e afetividade. Em outros termos, trata-se do gênero por excelência em que a *perspectiva local* sobre a realidade desponta.

Este capítulo visa, portanto, a descrever e analisar os editoriais da imprensa paulistana de bairro em sua configuração interpessoal, focando tanto na depreensão dos

diferentes padrões probabilísticos de atualização de recursos de avaliatividade, envolvimento e negociação — no âmbito da exortatividade —, quanto na investigação das suas possibilidades de articulação na composição dos distintos modos de negociação intersubjetiva — exortativo, crítico, exaltativo e informativo — verificados nesse gênero discursivo. Além disso, serão apontadas considerações relevantes acerca de aspectos identitários e temáticos relativos aos editoriais em análise, para que se possa, por fim, apresentar uma proposta de compreensão do gênero, aplicável à imprensa de bairro, tendo em vista uma perspectiva que priorize um olhar para a dinamicidade no confronto com os processos de estabilização, em âmbito negociativo e retórico-teleológico.

Cada seção deste capítulo trará considerações acerca dos procedimentos metodológicos para a análise de cada componente interpessoal, além de dados quantitativos e análises qualitativas. Ao final, apresentar-se-á um quadro resumo dos modos de negociação intersubjetiva, levando em conta os diferentes padrões considerados, e um esquema de previsibilidade acional, que mostrará as *preferências deontológicas* da construção do gênero editorial em relação a diversas variáveis dependentes centrais para a sua constituição.

Iniciar-se-á, no entanto, pela apresentação do *corpus* e dos critérios aplicados para a análise quantitativa e qualitativa. Pormenores relacionados à seleção das subcategorias consideradas em cada parâmetro serão abordados nas respectivas seções pertinentes.

4.1 Apresentação do *corpus*

O *corpus* desta tese é constituído por um conjunto de 118 editoriais da imprensa paulistana de bairro, coletados de duas formas e períodos distintos.

A primeira parcela dos textos abarca jornais distribuídos no século XXI, gratuitamente, em bairros da Zona Oeste, Leste e Norte da capital paulista. Trata-se de um conjunto de 72 textos — que perfazem cerca de 61% do material —, coletados entre os anos de 2005 e 2007 e distribuídos segundo os dados da tabela apresentada na sequência. Referir-se-á a esse material, ao longo da tese, como *corpus do (século) XXI* ou *corpus I*.

Tabela 04: Dados referentes aos periódicos de bairro pertencentes ao corpus I

	Jornal Nosso Bairro	Folha da Vila Prudente	A Gazeta da Zona Norte	SP Norte
Sigla	JNB	FVP	GZN	SPN
Região de circulação	Oeste	Leste	Norte	Norte
Ano(s)	2006	2005-2007	2007	2007
Tiragem média	68 mil	53 mil	57 mil	45 mil
Quantidade de textos coletados	24	15	16	17
Percentual de textos coletados em relação ao <i>corpus do XXI</i>	33,33%	20,83%	22,22%	23,61%
Percentual de textos coletados em relação ao <i>corpus geral</i>	20,34%	12,71%	13,56%	14,41%

Os exemplares do JNB, da GZN e do SPN foram coletados, em geral, de maneira sequencial, mediante a entrega em domicílio ou coleta em banca de jornal. Já a FVP cedeu seu material gratuitamente para esta pesquisa. Os exemplares fornecidos foram doados segundo a disponibilidade de edições recentes excedentes na redação do veículo.

A amostra não pretende ser geograficamente exaustiva. Poder-se-ia questionar a ausência da Zona Sul no *corpus* coletado, por exemplo. Nesse caso, seria necessário não só contemplar a Zona Sul, mas o Centro e as diversas subdivisões da Zona Oeste, Leste, Norte e também da Sul, que apresentam sensíveis diferenças populacionais, econômicas, socioculturais, etc. Para uma cidade tão heteróclita, cosmopolita e populosa como São Paulo, tentar dar conta de toda a sua heterogeneidade, considerando aspectos geográficos, parece ser, no mínimo, questionável — especialmente ao se considerar a complexa interrelação entre global e local na contemporaneidade no que concerne à produção discursiva.

Não se quer afirmar com isso que seja impossível, desnecessário ou irrelevante. Porém, não se crê que substituir um exemplar da Zona Norte por um da Zona Sul ou do Centro, por exemplo, refletiria mais nítida e fielmente o que, de fato, acontece no jornalismo paulistano de bairro contemporâneo. Por essa razão, considerou-se a amostra coletada como significativa e suficiente para os objetivos aqui estabelecidos — descrever os editoriais do ponto de vista de seus aspectos tradicionais, focando nos agentes de organização da dinamicidade, em especial, nos modos de negociação intersubjetiva e nos seus padrões composicionais constitutivos.

A segunda parcela de textos, por sua vez, abarca jornais distribuídos entre a década de 70 e início da década de 90, o que corresponde, em termos gerais, ao período de ditadura militar e aos primeiros anos do retorno à democracia. Optou-se por manter os textos da década de 90 inseridos nesse grupo de editoriais, uma vez que mudanças

sociais capazes de serem refratadas em alterações discursivas não se manifestam no curto prazo, de modo que um espaço de dez anos da deflagração de algum evento social significativo — no caso, o fim do período totalitário — parece configurar-se em um intervalo de tempo seguro para o estabelecimento de uma nova periodização. Além disso, buscou-se considerar a intensificação da tendência de *desmassificação dos meios*, que só se exponencializa a partir do século XXI, com uma maior democratização do acesso à internet e uma maior pluralização das publicações jornalísticas, o que inviabilizaria a alocação de textos do início dos anos 90 ao *corpus I*.

Todo o material concernente a este período — denominado *corpus do (século) XX* ou *corpus II* — fora obtido junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Trata-se de 46 textos, coletados de diversos periódicos, uma vez que há relativa dificuldade em se encontrar exemplares sequenciais de um mesmo jornal de bairro em arquivos paulistanos. A maior parte desses periódicos já não circula mais e não houve, pelo visto, uma preocupação pública em preservar tal material, não obstante sua inegável relevância histórico-comunicativa para a cidade.

A tabela abaixo apresenta os dados referentes aos jornais do período considerado, cujos textos foram utilizados na análise:

Tabela 05: Dados referentes aos periódicos de bairro pertencentes ao corpus II

	Correio da Zona Sul	Gazeta de Pinheiros	Gazeta da Lapa	Gazeta da Vila Prudente	O Parque	Superpapo	Nosso Jornal	O Cerqueira César
Sigla	CZS	GP	GL	GVP	OP	SPP	NJ	OCC
Região de circulação	Sul	Oeste	Oeste	Leste	Centro	Oeste	Leste	Sul
Ano	1973-1974	1979-1980	1980	1982-1983	1983	1983	1984	1991
Tiragem média	n/d	50 mil	n/d	n/d ¹²⁵	75 mil	n/d	10 mil	n/d
Quantidade de textos coletados	23	4	3	9	1	1	3	2
Percentual de textos coletados em relação ao <i>corpus do XX</i>	50%	8,70%	6,52%	19,57%	2,17%	2,17%	6,52%	4,35%
Percentual de textos coletados em relação ao <i>corpus geral</i>	19,49%	3,39%	2,54%	7,63%	0,85%	0,85%	2,54%	1,69%

¹²⁵ Não há dados acerca da tiragem explícita do jornal, mas há referência a 66 mil potenciais leitores.

Todos os textos coletados foram digitalizados e editados em *Word*, com a menção do respectivo jornal e da data de publicação. Fora mantida fielmente a ortografia e a sintaxe dos textos originais, mesmo quando havia desvios em relação à norma culta. Por tal razão, optou-se por não aplicar *[sic]* a cada possível desvio. Nesse sentido, as eventuais inadequações devem-se, salvo raros potenciais casos de falha de edição deste pesquisador, aos próprios produtores textuais.

Não se manteve, no entanto, a disposição original dos textos, geralmente apresentados em colunas, nem se marcou os pontos em que houve mudança de linha, dada a irrelevância de tais elementos para as análises aqui empreendidas.

A maior parte dos textos coletados — 84% — apresentava a rubrica *Editorial*, o que garante, em tese, o seu potencial pertencimento a tal TD acional. Outros — 9% — apresentavam a rubrica *Opinião*, *Ponto de Vista*, *Apresentação* ou *Nossa Opinião*, mas não eram assinados e claramente expressavam o ponto de vista da empresa jornalística em relação a fatos relevantes daquele momento histórico. Poucos textos — os 7% restantes — não apresentavam rubrica alguma, como é o caso de alguns dos editoriais do CZS. No entanto, este mesmo jornal apresenta textos similares, de posicionamento autoral, atualizados no mesmo local geográfico da página, com a inscrição *Editorial*, o que permite ao pesquisador considerá-los, por afinidade discursiva e paratextual, como, no mínimo, exemplares potenciais de editorial.

4.2 Procedimentos metodológicos gerais referentes à quantificação dos dados

Todos os editoriais coletados para esta pesquisa foram codificados e quantificados pelo *software UAM Corpus Tool* — vastamente utilizado em análises e descrições sistêmico-funcionais —, que apresenta ferramentas capazes de organizar os exemplares textuais segundo dois tipos de parâmetros: documentais e segmentais. Os primeiros referem-se aos sistemas e categorias paradigmáticas de refinamento aplicáveis a um texto como um todo, enquanto os últimos concernem aos sistemas e categorias paradigmáticas de refinamento aplicáveis a segmentos textuais, de modo que, em um texto, podem ocorrer diversas instâncias desses elementos, das mais variadas naturezas e distribuições possíveis.

Cabe ao pesquisador criar sistemas de oposição paradigmática, com quaisquer níveis de refinamento, e, então, proceder a uma classificação individualizada de cada

texto ou segmento intratextual segundo os parâmetros estabelecidos. Terminada a categorização dos dados, o programa é capaz de apresentar contagens absolutas e percentuais referentes ao nível de atualização de cada uma das instâncias consideradas, além de realizar — caso seja relevante — comparações entre duas unidades documentais escolhidas em relação a um determinado parâmetro segmental, de modo a determinar se há fundamentação estatística para a distinção da distribuição de um dado fator analisado em relação aos grupos de texto em questão.

Apesar de extremamente significativas, as comparações entre textos não serão plenamente consideradas neste trabalho, salvo raras exceções, dado que tal procedimento pressupõe que as unidades consideradas assumam um caráter discreto — tanto no que se refere aos parâmetros segmentais quanto documentais —, e tal não é o caso de algumas unidades documentais consideradas, como o modo de negociação intersubjetiva (MNI). Em alguns casos, far-se-á menção a tais resultados, mas, em geral, substituir-se-ão os dados relativos a percentagens por dados referentes à densidade de ocorrências por texto, ou seja, à quantidade média de instâncias de determinado recurso no conjunto de textos associados a certo parâmetro documental.

Tal opção fundamenta-se no fato de que esse valor proporciona um melhor teor descritivo, permitindo depreender quais grupos de textos apresentam maior ou menor índice de avaliatividade, exortatividade ou envolvimento. Muitas vezes, o percentual — calculado a partir do nível de instanciação de um dado segmental em relação ao total segmental do mesmo parâmetro — é similar em relação a diferentes parâmetros documentais, mas a densidade por texto é muito diferente. Tal distinção é muito mais importante para os interesses deste trabalho que os percentuais, visto que a possibilidade de se verificar, por exemplo, o teor quantitativo de incidências de padrões interpessoais nos diversos grupos textuais, ligados por parâmetros documentais, como os modos de negociação intersubjetiva, é extremamente significativa para a depreensão dos meios organizadores do dinamismo genérico e, por conseguinte, da potencial pluralização teleológica.

Assim, as densidades foram calculadas e criaram-se tabelas que mostram o nível de atualização de cada opção sistêmica por texto. Para fins didáticos e comparativos no que tange às análises, foram produzidos gráficos a partir das tabelas numéricas, por meio do *software Microsoft Excel*, permitindo uma compreensão e visualização mais fina dos padrões de recursos considerados.

Isso posto, cabe detalhar quais são os parâmetros segmentais e documentais adotados. Assim, expõem-se, na sequência, as categorias documentais consideradas e quantificadas para esta pesquisa:

1. *Jornal*: refere-se ao periódico em que o texto foi publicado. Subdivide-se em doze categorias: JNB, FVP, GZN, SPN, CZS, GP, GL, GVP, OP, SPP, NJ, OCC¹²⁶.

2. *Princípio de Seleção Temática* (PST)¹²⁷: refere-se ao eixo condutor temático que atua como gatilho do comentário e das posições avaliativas instanciadas no editorial e, portanto, não deve ser tomado como sinônimo de *temática*. Subdivide-se em oito categorias: sociopolítico (spo), regional (reg), evento significativo (evs), biográfico (bio), data comemorativa (datc), aniversário de bairro (niver), início de mês (inmes) e apresentação de jornal (apj).

Alguns esclarecimentos são necessários no que tange a tal sistema. Primeiramente, consideram-se *sociopolíticos* os textos cujo gatilho temático consiste em questões políticas, econômicas e sociais que implicam, de algum modo, uma abordagem avaliativa de aspectos decisórios das instâncias de poder público ou do cidadão em sua função de eleitor, desde que não associados ao bairro. Denominam-se *regionais* os textos motivados por problemas ou acontecimentos de âmbito local — sociopolíticos ou cotidianos. Assim, tal categoria superpõe-se à anterior. A categoria *evento significativo* aplica-se a textos cujo teor não é sociopolítico nem regional propriamente dito, mas que abordam fatos relevantes, geralmente de ocorrência única ou rara, para a cidade, estado ou país, e que são avaliados pela instância autoral sob uma perspectiva local. Um exemplo foi a visita do papa Bento XVI ao Brasil em 2007.

A categoria *biográfico*, por sua vez, concerne aos textos em que uma determinada figura proeminente — do âmbito político, artístico, empresarial, dentre outros —, é tematizada em termos comportamentais e pessoais, em geral, devido a falecimento, fim de mandato, etc. Os princípios de seleção temática *data comemorativa*, *aniversário de bairro* e *início de mês* carecem de grande explicitação. Os primeiros referem-se a editoriais que, a partir de um vínculo representacional com uma data comemorativa da cidade, estado ou país, instanciam um posicionamento valorativo autoral em relação a algum aspecto merecedor de atenção que envolva tal realidade. Os

¹²⁶ Todos os parâmetros elencados apresentarão siglas representativas das categorias consideradas para a análise.

¹²⁷ No decorrer da análise, em alguns momentos, tal parâmetro será denominado *temática* apenas para facilitar o encadeamento do texto. Em nenhum momento, pretende-se reduzir o conceito de temática ao seu princípio de seleção.

textos de *aniversário de bairro* são aqueles que tecem avaliações sobre o bairro e descrevem sua origem, dada a proximidade de seu aniversário de fundação, que atua como elemento motivacional; e, por fim, os editoriais de *início de mês* abordam, em geral, as expectativas e características de senso-comum associadas ao começo de um novo mês, fato que funciona como o gatilho textual.

Por fim, o PST *apresentação de jornal* aplica-se aos textos por meio dos quais a voz autoral apresenta o periódico para o público, em geral esclarecendo acerca de sua atuação na comunidade, sua ideologia e seus valores. Costuma ser atualizado na primeira edição do jornal e a cada aniversário de publicação do veículo.

3. *Modo de negociação intersubjetiva* (MNI): refere-se à rede probabilística de padrões interpessoais, ligada, principalmente, aos Significados Acionais, que filtram o potencial de significação linguística sob o escopo de um gênero discursivo, organizando a dinamicidade inerente às relações sociais e identitárias, além das etapas retóricas pertinentes, o que acarreta uma potencial variação nas possibilidades teleológicas da prática.

Apesar de concebido como uma categoria *contínua*, os textos são classificados, no que se refere a este parâmetro, a partir da noção de *dominância*, entendida aqui como uma relação de *maior aproximação* ou *similaridade de uma forma ou modelo textual em relação à manifestação prototípica*. Subcategoriza-se em: exortativo (EX), crítico (CR), exaltativo (XA) e informativo (IN).

Tal parâmetro exige uma exposição prévia. Dada a natureza concomitantemente *top-down* e *bottom-up* das análises do processo de negociação intersubjetiva, o analista deve optar por apresentar os resultados de pesquisa em relação a uma das perspectivas, uma vez que se torna inconsistente apresentar de ambos os modos, incorrendo em repetições desnecessárias e/ou artificialidades de apresentação. Nesse sentido, opta-se, nesta tese, por apresentar os dados em *perspectiva top-down*, o que, em outros termos, significa definir *aprioristicamente* as macrocategorias documentais, no caso, os MNI, para, durante a exposição analítica, expor os diversos padrões probabilísticos que as compõem, acompanhados de dados quantitativos e análises qualitativas que justificam sua vinculação à macrocategoria e permitem descrevê-la em contraste com as outras na mesma rede paradigmática de opções.

Isso posto, expõem-se, na sequência, as características gerais que definem cada um dos MNI considerados nesta tese, a partir da apreensão retórico-teleológica e da composicionalidade paradigmática dos diversos padrões probabilísticos interpessoais

analisados na seção pertinente. De modo geral, os modos de negociação intersubjetiva prototípicos dos editoriais da imprensa paulistana de bairro se fundamentam em uma extensão analógica e metafórica da configuração dos tipos de intercâmbio verificadas no nível do enunciado-oração. No caso dos editoriais da imprensa paulistana de bairro, foi possível depreender quatro grandes eixos de negociatividade, já nominalmente expostos na apresentação deste parâmetro documental:

a. *Exaltativo*: consiste no modo negociativo que privilegia uma *postura laudatória* diante da realidade. Tal eixo negociativo consiste em uma extensão analógica do nível da *oferta* — *oferecimento de bens e serviços*. Nesses textos, a voz autoral constrói um *bem* — em geral, um ator social ou instituição dignos de serem louvados, no que concerne às representações do periódico — ou *serviço* — em regra, algum comportamento tido como exemplar —, passível de ser apreciado e talvez seguido.

b. *Crítico*: configura-se no modo de negociação intersubjetiva que atualiza preferencialmente a *condenação* ou *repúdio* do *status quo*, concebido como realidade presente, por meio da atualização de avaliações negativas sobre o comportamento dos agentes sociais e instituições que, em geral, assumem posições de poder na sociedade. A analogia ao nível do enunciado pode ser encontrada na *pergunta/questão* — *demanda de informação*. Nesses textos, é possível depreender uma tentativa da voz autoral de suscitar uma atitude responsiva de aceitação de seus posicionamentos valorativos e representações, por meio do desenvolvimento de estratégias discursivas e argumentativas relacionadas ao campo do *convencimento* e, portanto, ligada ao eixo das *proposições*, diferente do modo negociativo anterior, que se pauta nas *propostas*. A extensão metafórica da *demanda* refere-se à necessidade de posicionamento do consumidor diante dos valores textualizados; já, no que se tange à *informação*, relaciona-se a uma atitude responsiva precipuamente verbal e cognitiva, e não, prática.

c. *Exortativo*: constitui-se no modo negociativo que privilegia a *persuasão*, na medida em que a construção discursiva de volta à solução de uma potencial situação-problema — que não é necessariamente *condenada* ou *repudiada*, embora possa ser —, realizada por meio da atividade prática de indivíduos exortados pela voz autoral. Nesse sentido, não há *posturas* claramente privilegiadas, mas uma atualização estratégica de uma multiplicidade de *posturas avaliativas* e *vínculos* que possibilitem a construção de uma autoridade diferenciada ao editorialista, capaz de garantir-lhe, pelo menos potencialmente, o poder de *comandar*. A extensão analógica consiste no nível do

comando — demanda de bens e serviços. Em geral, os *serviços* referem-se a alguma ação do consumidor textual ou de terceiros que visem a solucionar a situação-problema discursivamente construída.

d. *Informativo*: trata-se do modo de negociação intersubjetiva que privilegia uma *postura analítica* diante da realidade, com uma minimização do comprometimento autoral diante da valoração do *status quo*, de forma a atualizar recursos linguístico-discursivos que, em geral, *apreciam* a realidade, possibilitando ao editorialista construir-se como uma autoridade que *conhece e recomenda*. Constitui-se no modo negociativo que se situa no limiar entre os textos opinativos, de comentário, e os textos meramente expositivos ou informativos da mídia, dos quais deriva sua denominação. A analogia metafórica encontra-se no nível da *declaração — oferecimento de informação*. *Informação*, no caso, refere-se à predominância da textualização de dados históricos e de depoimentos, além de um simulacro de objetividade avaliativa.

4. *Cronologia*: refere-se à relação de atualização do editorial em análise no que concerne à referência temporal estabelecida por esta tese. Em outros termos, envolve o pertencimento do texto ao *corpus II* — período que corresponde à ditadura militar e aos primeiros anos do retorno à democracia — e ao *corpus I* — período que abrange o século XXI. Subdivide-se, portanto, em: *século XXI* (XXI) e *século XX* (XX).

5. *Agrupamento temático-identitário*: concerne à potencial identificação entre distintos jornais no que se refere ao direcionamento do olhar avaliativo local em relação à realidade comentada nos editoriais. Em outros termos, tal parâmetro permite agrupar diferentes periódicos segundo as preferências dentológicas associadas a princípios de seleção temática e estilística intrínsecos aos editoriais. Tal categoria será explanada pormenorizadamente na seção 4.3. Subdivide-se em: *imprensa local de abordagem global* (glo), *imprensa local de abordagem específica* (esp) e *imprensa local de abordagem plural* (plu).

Em termos de parâmetros segmentais, foram analisadas, de acordo com a teorização exposta no capítulo terceiro, as categorias mencionadas na sequência, cujas especificidades no trato quantitativo e qualitativo serão expostas na respectiva seção pertinente:

1. *Avaliatividade*, com destaque à atitude. Engajamento e gradação não serão analisados pormenorizadamente, mas serão apresentados dados quantitativos. A modalidade será analisada qualitativamente quando pertinente. Excetuam-se, no

entanto, os dados acerca da modalidade em sua interface com a exortatividade, que receberão, sim, trato quantitativo e qualitativo.

2. *Negociação*, com foco nos processos de exortatividade.

3. *Envolvimento*, com destaque aos recursos de coletivização (primeira pessoa), que foram submetidos à análise quantitativa e qualitativa, e abordagem apenas qualitativa dos meios de vinculação e captação.

A seção seguinte apresentará considerações fundamentais referentes à interação entre os parâmetros documentais do *corpus* em análise, imprescindíveis para uma melhor compreensão da formatação dos diversos padrões interpessoais segmentais e de sua combinatória nos editoriais da imprensa paulistana de bairro.

4.3 Considerações deontológicas acerca dos parâmetros documentais

Conforme mencionado na seção anterior, todos os textos coletados foram analisados segundo cinco parâmetros documentais: 1. jornal de origem; 2. princípio de seleção temática; 3. modo de negociação intersubjetiva; 4. cronologia; e 5. agrupamento temático-identitário. Tais parâmetros são essenciais para a análise na medida em que se constituem, com exceção do terceiro, em referência para o exame dos padrões interpessoais e de seu aspecto de tradicionalização nas práticas sociodiscursivas.

O terceiro, concernente ao MNI, por sua vez, constitui-se não só em referência, mas também em alvo e origem do procedimento analítico como um todo, uma vez que a sua categorização permite depreender a distribuição funcional e a densidade de ocorrência dos recursos interpessoais nos textos, do mesmo modo que a análise desses aspectos interpessoais possibilita categorizá-lo.

Assim, um primeiro aspecto relevante a ser levantado sobre os parâmetros documentais refere-se ao estabelecimento de uma possível relação com a deontologia da esfera e possíveis considerações sobre deontologias institucionais e suas inclinações em relação ao domínio discursivo.

As tabelas 04 e 05, presentes na seção 4.1 (pp. 244; 245), já apresentaram tanto a quantidade absoluta quanto relativa da distribuição dos textos em análise no que se refere aos periódicos. Nesse sentido, cabe analisar os outros parâmetros e as possíveis relações entre eles.

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos textos do *corpus*, considerando o *modo de negociação intersubjetiva* em função da *cronologia*, tanto em números absolutos quanto relativos:

Tabela 06: Distribuição do MNI em relação ao eixo cronológico¹²⁸

	Século XXI (61%)		Século XX (39%)		Geral (100%)	
Exortativo	21	29,17%	19	41,30%	40	33,90%
Crítico	37	51,39%	18	39,13%	55	46,61%
Exaltativo (+++)	3	4,17%	9	19,57%	12	10,17%
Informativo (+++)	11	15,28%	0	0%	11	9,32%
Geral	72	100%	46	100%	118	100%

É possível notar, pelos valores da tabela, que o MNI *crítico* apresenta o maior índice de atualização geral dentre os modos negociativos como um todo — 46,61%. No material *do XX*, encontra-se em estreita competição com o MNI *exortativo*, apresentando percentuais bem próximos — 41,30% contra 39,13% dos textos, com vantagem para o eixo *exortativo* —, e, no *corpus do século XXI*, atinge a cifra chamativa de 51,39% dos textos do período — mais da metade das ocorrências —, o que permite categorizá-lo como de um nível de explicitação deontológica, em princípio, *preferencial*.

O mesmo pode ser afirmado, contudo, acerca do MNI *exortativo*. Correspondendo a um total de 33,90% das ocorrências *intercorpora*, é possível afirmar que a sua incidência no que tange à produção de editoriais na imprensa paulistana de bairro é também relevante e *preferível*, o que não ocorre com os outros dois *modos negociativos*.

Note-se como o nível de atualização de textos *exaltativos* diminui sensivelmente, em termos percentuais, do material *II* em relação ao *I*. O nível de atualização percentual dos dados do primeiro período (XX) permite categorizar tal MNI como *permitido*, uma vez que seu nível de atualização é sensivelmente mais baixo que os outros, mas não beira o zero, o que permitiria categorizá-lo como inovador. No material do XXI, no entanto, a situação é diferente.

¹²⁸ O número à esquerda representa a quantidade absoluta de ocorrências do MNI no período cronológico considerado. O valor à direita representa o percentual de incidência desses textos no seio desse mesmo período. As indicações (+), (++) e (+++) referem-se à relevância estatística atribuída à diferença entre o nível de atualização de um MNI em relação às duas cronologias. Em geral, quanto maior o número de (+), mais significativa é a distinção. Todos os cálculos estatísticos foram realizados pelo *software UAM Corpustool*. Obviamente, deve-se ressaltar que tal significação não deve ser considerada sem restrições, uma vez que o *corpus* ainda apresenta limitações numéricas. No entanto, trata-se de índices, indubitavelmente, relevantes.

Observe-se que a produtividade do modo *exaltativo* cai cerca de quatro vezes (de 19,57% para 4,17%), dado tido como extremamente significativo pela análise estatística (significância igual ou superior a 98% por *T-Stat*), o que permite afirmar que tal *modo negociativo* parece não encontrar mais uma motivação social propícia reiterada para sua atualização, relegando-o à inclinação institucional. Note-se que, no caso, referir-se a *inovação* é complexo, uma vez que a forma existia no *corpus* do período imediatamente anterior.

Tal dado é relevante, pois, em geral, as formas *permitidas* ou *inovadoras*, apresentam distinções marcadas em seus aspectos constitutivos em relação aos modelos dominantes, no caso, os textos *críticos* e *exortativos*, uma vez que sua sobrevivência relaciona-se, justamente, a demandas sociais diferenciadas. Por tal razão, requisitam a instanciamento de padrões de recursos linguísticos que instauram relações intersubjetivas bem distintas entre a voz autoral e o consumidor textual, manifestadas por padrões de recursos de valoração, envolvimento e exortação idiossincráticos, conforme será mostrado na análise propriamente dita do *corpus*.

Os textos *informativos*, por sua vez, apresentam uma distribuição curiosa. Não foram encontrados exemplares desse modo negociativo no *corpus do século XX* e, no material *do XXI*, apresentam distribuição no limiar entre o *permitido* e o *inovador*. Deve-se ressaltar que tal constatação pode derivar das restrições numéricas do *corpus*. No entanto, mesmo que o seja, torna-se relevante observar que a sua não atualização no material *do XX* confirma, em tese, a sua produtividade potencialmente baixa (ou nula) no período, por um lado, e reafirma um possível caráter inovador, por outro.

O MNI *informativo* consiste justamente naquele em que a densidade avaliativa encontra-se minimizada, o que parece constituir traço de um modo *negociativo* limite no que tange à concepção do editorial. Nesse sentido, é possível aventar a hipótese, baseada na constatação de que há um decréscimo geral da densidade avaliativa no eixo cronológico — conforme será mostrado nas análises posteriores —, que o MNI *informativo* constitua-se no grau mais alto de tal movimentação dos padrões de avaliatividade do gênero, explicação esta que pode também lançar luz sobre a queda na atualização dos textos exaltativos, que são exatamente aqueles que se constituem nos mais densamente avaliativos.

Tal decréscimo valorativo parece ser resultante de configurações diferenciadas da estrutura social, o que reflete nos princípios que constituem a esfera da imprensa escrita de bairro. Findo o período de ditadura militar, a exaltação de atores sociais

proeminentes e de instituições nacionais torna-se menos motivada, e os periódicos passam a atuar, com a abertura democrática, em um processo maior de acompanhamento da realidade local e de possíveis intervenções junto às subprefeituras e aos órgãos responsáveis em defesa da comunidade, uma vez que tal intermediação não é explorada, contínua e regularmente, pela grande imprensa, passando a se constituir no nicho de mercado desses jornais.

Essa nova configuração social possivelmente acarreta uma mudança na negociação intersubjetiva preferencial dos jornais e redistribui a incidência de modelos alternativos de editorial. A crítica social, por meio desses textos, ao mesmo tempo em que constrói a autoridade do jornal diante da comunidade, refletindo seu engajamento, acaba também suprimindo o papel demandado pela sociedade de reflexão e análise da conjuntura social que a circunda e afeta, por meio do olhar regional, menos massificado.

Tal função parece gerar uma mudança sensível na densidade avaliativa dos textos. Atualizando, em geral, um menor volume de recursos *atitudinais*, a voz autoral vê-se obrigada a justificar-se de modo mais contundente e apresentar mais provas acerca de suas posições valorativas, especialmente se ligadas aos *julgamentos de sanção e estima sociais*. As apreciações tornam-se, por exemplo, meios mais *objetivos* e menos *pessoais* de avaliação, visto que se ligam à relevância, gravidade, correção e adequação, comprometendo de forma menos intensa a voz autoral.

Essa diminuição do comprometimento *atitudinal* autoral — cuja única exceção encontra-se nos textos críticos¹²⁹, que apresentam densidade avaliativa levemente mais alta nos textos mais recentes — acarreta, no limite, o surgimento de textos que, praticamente, prescindem de um posicionamento avaliativo denso e claramente comprometido. Em outros termos, produzem-se editoriais que prezam o *oferecimento de informações* concebidas como relevantes ao leitor — em geral, relativas a exposições, eventos, ou apresentações de dados históricos acerca do(s) bairro(s) em que o periódico circula —, permitindo à voz institucional construir sua autoridade, diante da comunidade leitora, na base do *conhecimento local*.

A emergência desse processo adiciona uma funcionalidade informativa ao editorial, que passa a não necessariamente tornar-se um texto de posicionamento valorativo autoral comprometido contundente e obrigatório — embora esta ainda seja a postura *preferencial* dos outros MNI (com densidade relativamente alta de *julgamentos*

¹²⁹ Hipóteses relativas a tal idiosincrasia do MNI *crítico* serão levantadas em seção pertinente.

e *afetos*) —, mas também uma espécie de veículo de comunicação do jornal em relação àquilo que há de relevante na comunidade, em um papel de autoridade por conhecimento — e não por atuação ou poder —, valendo-se do papel de *informante* ou de *recomendador* e, assim, dando origem a este novo MNI — o *informativo*.

No entanto, não é apenas a relação entre a negociatividade e a cronologia que é relevante. A interação entre os princípios de seleção temática e os eixos cronológicos é extremamente importante, uma vez que ela permite determinar os graus prováveis de explicitação deontológica das temáticas abordadas, o que possibilita uma análise das motivações representacionais¹³⁰ dos textos em questão.

A tabela abaixo explicita o cruzamento desses eixos:

Tabela 07: Distribuição do PST em relação ao eixo cronológico

	Século XXI (61%)		Século XX (39%)		Total (100%)	
Sociopolítico (spo)	32	44,44%	22	47,83%	52	45,76%
Regional (reg) (+)	17	23,61%	5	10,87%	22	18,64%
Evento Significativo (evs)	6	8,33%	5	10,87%	11	9,32%
Biográfico (bio)	1	1,39%	3	6,52%	4	3,39%
Data Comemorativa (datc)	9	12,50%	7	15,22%	16	13,56%
Aniversário de Bairro (niver)	2	2,78%	0	0%	2	1,69%
Início de Mês (inmes)	3	4,17%	0	0%	3	2,54%
Apresentação de jornal (apj)	2	2,78%	4	8,70%	6	5,08%
Total	72	100%	46	100%	118	100%

A distribuição temática é reveladora de aspectos centrais da materialidade representacional do editorial de bairro paulistano. Primeiramente, deve-se notar que o programa estatístico apenas aponta como relevante a distinção no PST regional, uma vez que se pode verificar um alto crescimento de tal princípio do *século XX* para o *XXI*. As diferenças advindas das outras categorias, de teor menos acentuadas, são atribuídas, matematicamente, à aleatoriedade do *corpus*.

Esse ponto revela um aspecto fundamental. Enquanto a distinção negociativa é mais visível, revelando uma dinamização nos modos de inscrição da intersubjetividade autoral em face da comunidade consumidora, o eixo de representação temática, no que

¹³⁰ Como esta tese não visa a analisar o Significado Representacional detidamente, mas sim, as motivações representacionais, uma vez que essas se encontram intrinsecamente ligadas à teleologia do Significado Acional, torna-se mais relevante examinar os princípios de seleção temática — que revelam aspectos da racionalização da ação — do que o desenvolvimento temático propriamente dito.

se refere aos princípios que regulam a escolha dos tópicos a serem abordados nos editoriais, apresenta maior estabilidade.

Veja-se: a estabilidade ocorre na pluralidade inerente ao rol de PST potenciais verificados na imprensa paulistana de bairro, que, em princípio, é variado e parece ser muito mais plural que os verificados nos editoriais hegemônicos da grande imprensa, que se centram em questões sociopolíticas, especialmente no que tange à análise e avaliação de aspectos decisórios das instâncias de poder¹³¹.

Alguns princípios de seleção, como *aniversário do bairro* ou mesmo *início de mês*, não encontram espaço algum na grande imprensa, dado que não há motivação e demanda social para tal abordagem. No entanto, apresentam alguma relevância para a imprensa local, dada a ênfase cotidiana verificada em alguns periódicos. Embora no *corpus* coletado haja poucas instâncias de textos com tal atualização temática e estas se encontram circunscritas a um único periódico, já se verificou — informalmente — que, pelo menos, a temática de *aniversário de bairro*, encontra também espaço em muitos outros jornais locais.

Não obstante, só podem ser considerados deontológicos, em termos da esfera e de uma categorização mais ampla de editorial, os PST que apresentem uma atualização que transcenda um único jornal. Caso contrário, até que se colem novos dados, tais princípios devem ser associados à inclinação institucional na sua relação com o domínio discursivo.

Ainda sobre a tabela anterior, alguns pontos merecem destaque. Conforme mencionado, há uma significativa distinção entre o percentual de textos regionais no século XX e no XXI. Trata-se de um aspecto relevante, na medida em que se pode conceber uma significativa extensão do olhar avaliativo do jornal local para a própria comunidade, exercendo a função de mediador entre esta e as instâncias de poder de um modo mais frequente e contundente. Assim, o jornalismo de bairro passa a direcionar uma quantidade maior de textos à análise do local, do regional e das questões cotidianas que cercam o cidadão — seguindo, portanto, a tendência de *desmassificação dos meios*, conforme propõem Meyer (2007) e Sant'Anna (2008) —, o que não implica, por outro lado, abrir mão da análise sociopolítica. Note-se que o percentual de textos sociopolíticos permanece praticamente inalterado e *preferencial*.

¹³¹ Conferir DISCINI (2004); CHARADEAU (2006); dentre outros.

Por outro lado, apesar de o *software* não considerar relevante a variação na atualização percentual de textos *biográficos* de um *corpus* para outro — ressaltando que o PST *biográfico* sempre se encontra atrelado, no material coletado, ao MNI *exaltativo*, embora o inverso não seja verdadeiro —, pode-se postular que a distinção é significativa, dado seu caráter condicional.

A produção e o consumo textual, no século XXI, parecem rechaçar a exaltação pessoal no jornalismo, uma vez que a atualização de componentes linguístico-discursivos ligados a uma *postura valorativa laudatória* — a ser descrita na próxima seção — pode acarretar possíveis leituras de resistência associadas a proselitismo e bairrismo, atingindo diretamente a autoridade do veículo em face da comunidade, uma vez que os periódicos, em tese, procuram ser concebidos pela população — e constroem-se discursivamente para isso — como veículos objetivos, transparentes, sérios e engajados, conforme já se apontou na seção inicial deste capítulo.

Assim, antes de se poder propor a alocação dos distintos PST no que tange ao grau de explicitação deontológica, é preciso cruzar seus dados em função dos jornais de origem. A tabela abaixo apresenta tais dados:

*Tabela 08: Distribuição percentual do PST em relação ao periódico (%)*¹³²

	JNB	FVP	GZN	SPN	CZS	GP	GL	GVP	OP	SPP	NJ	OCC
spo	20,8	53,3	31,25	82,3	39,1	0	66,7	100	0	0	66,7	0
reg	12,5	33,3	56,25	0	4,3	100	0	0	0	0	0	0
evs	12,5	0	6,25	11,8	8,7	0	33,3	0	0	0	0	100
bio	0	0	0	5,9	13,1	0	0	0	0	0	0	0
datc	29,2	6,7	6,25	0	26,1	0	0	0	100	0	0	0
niver	8,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
inmes	12,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
apj	4,2	6,7	0	0	8,7	0	0	0	0	100	33,3	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Primeiramente, devem-se contrastar os dados desta tabela aos índices das tabelas localizadas nas pp. 244 e 245, uma vez que o conhecimento do número absoluto de textos coletados de cada jornal, especialmente no que se refere ao material *do XX*, é indispensável para uma leitura acurada dos dados em consideração.

Os periódicos GP, GL, OP, SPP, NJ e OCC apresentam menos de cinco exemplares textuais cada, o que inviabiliza a análise de sua deontologia/inclinação temática, ainda que contribuam, significativamente, para um quadro geral dos modelos

¹³² A tabela encontra-se dividida em duas regiões, delimitadas por uma borda mais espessa. Tal procedimento visa a demarcar os limites entre os eixos cronológicos. Os primeiros quatro periódicos — JNB, FVP, GZN e SPN — pertencem ao *corpus do século XXI*, enquanto os outros — CZS, GP, GL, GVP, OP, SPP, NJ e OCC — integram o material do XX.

acionais, representacionais e identitários do gênero editorial no período. Nesse sentido, as altas percentagens, na verdade, representam coerções matemáticas relativas à quantidade absoluta de textos do *corpus*. Por essa razão, será considerada, com maiores detalhes, a distribuição dos PST nos outros periódicos.

Contudo, uma primeira observação deve ser realizada. Note-se que o PST regional apresenta, no material *do XX*, uma baixíssima produtividade, conforme já exposto. Em termos absolutos, há apenas um texto regional atualizado no CZS, enquanto os restantes advêm da GP, dado que permite corroborar, pelo menos, em tese, a conclusão de que a regionalidade não se constituía em *princípio temático preferencial* neste eixo cronológico.

Observando os periódicos restantes — JNB, FVP, GZN e SPN, do *corpus I*, e o CZS e a GVP, do *corpus II* —, é possível levantar uma série de considerações, expostas a seguir:

1. O JNB e o CZS, periódicos que apresentam a maior quantidade de textos coletados, também dispõem da maior pluralidade temática verificada. Embora tal relação possa parecer lógica, tal implicatura não é necessariamente verdadeira. O terceiro periódico com maior índice de textos coletados é o SPN, com 17 editoriais. Neste jornal, 82,3% dos textos (14 exemplares) atualizam temática sociopolítica, o que inviabiliza a implicação necessária e direta entre a quantidade de textos coletados e a pluralidade dos princípios de seleção temática.

Assim, deve-se procurar depreender regularidades no que concerne às preferências temáticas dos editoriais considerados. Nessa perspectiva, a partir dos dados anteriores¹³³, foi possível agrupar os periódicos em três categorias temático-identitárias baseadas em princípios preferenciais de seleção temática circunscritos ao gênero *editorial*, que permitem correlacionar, de modo mais acurado, a realidade jornalística à negociação intersubjetiva. São elas:

A. *Imprensa local de abordagem global*: trata-se de jornais que priorizam a análise sociopolítica a partir do olhar avaliativo regional. Em geral, a temática sociopolítica predomina, com atualizações decrescentes em termos de temáticas regionais, de eventos significativos e datas comemorativas com significado político claro. Como corolário, minimizam a abordagem de temáticas cotidianas. Tal parece ser o caso do SPN, da GVP e, talvez, da FVP.

¹³³ Deseja-se ressaltar que tal proposta não pretende ser exaustiva e dar conta de toda a realidade da imprensa paulistana de bairro.

B. *Imprensa local de abordagem específica*: refere-se aos periódicos que privilegiam a abordagem local, com análises e comentários avaliativos acerca tanto de eventos sociopolíticos quanto cotidianos relevantes na região durante dado período, sem ausentar-se, no entanto, de também analisar a conjuntura sociopolítica mais ampla. Os jornais GZN e, provavelmente, a GP pertencem a este grupo;

C. *Imprensa local de abordagem plural*: concerne aos veículos de comunicação regional que apresentam uma abordagem mais plural e heterogênea da realidade, abarcando temas cotidianos, sociopolíticos e regionais, além de valer-se da construção de uma maior aproximação entre leitor e periódico, exponencializando a tendência de desmassificação dos meios. Em geral, seus textos apresentam uma maior diversificação na distribuição dos MNI e um índice relativamente alto de PST ligados a datas comemorativas. O JNB e o CZS encontram-se vinculados a este grupo.

2. Note-se que os textos de PST *biográfico* encontram-se circunscritos a dois jornais — o SPN e o CZS —, atualizados em períodos distintos. Tal condição torna indicial o fato de que textos desta temática possam se atualizar em vários periódicos, mas com baixa proporção. Assim, parece viável afirmar que tal PST não está diretamente relacionado à deontologia da esfera em termos *preferenciais*, mas sim, *permissivos*, especialmente no que concerne ao material *do XX*. No material mais recente, por sua vez, tendo em vista que se trata de texto único, em um percentual abaixo de 10%, é preferível conceber que tal PST liga-se à *inclinação institucional*.

3. Os textos de *apresentação de jornal*, por sua vez, apesar da baixa proporção geral, atualizam um PST *preferencial*, com possíveis índices de *obrigatoriedade*, no nível de relações entre instituição e esfera. Sua atualização ocorre em diversos periódicos. O baixo percentual decorre do fato de tais textos apresentarem uma motivação social ligada, em geral, ao lançamento ou aniversário do periódico, o que minimiza seu nível de atualização, mas o torna *preferencial ou obrigatório* nesse dado período. Assim, pode-se afirmar, claramente, que tal PST é, de fato, recorrente na imprensa de bairro e constitui-se em um agente motivacional tradicional inerente ao editorial da imprensa local, uma vez que tal princípio encontra-se associado a configurações discursivas idiossincráticas, tanto no plano representacional quanto no valorativo, que pressionam os parâmetros prototípicos dos MNI instanciados nos textos em que ele atua como gatilho motivacional. Tal questão será considerada pormenorizadamente na próxima seção, ao se abarcar a questão das *posturas avaliativas* inerentes aos MNI.

4. Em oposição aos editoriais de *apresentação de jornal*, os princípios *aniversário de bairro* e *início de mês* encontram-se circunscritos a apenas um periódico — o JNB. Embora o primeiro tipo possa ser encontrado, sem grandes dificuldades, em outros periódicos, conforme o contato informal com jornais de bairro permite verificar, a ocorrência do segundo PST é de difícil verificação casual. Assim, tais temáticas devem ser consideradas, na ausência de um *corpus* mais amplo, como pertencentes à *inclinação institucional*, o que inviabiliza atribuir-lhes alguma espécie de estatuto tradicional no nível da esfera.

Nesse sentido, pode-se concluir que, em relação à interação esfera-instituição, são agentes de racionalização e motivação acional tradicionais os seguintes PST (considerados apenas os periódicos JNB, FVP, GZN, SPN, CZS e GVP):

a. *sociopolítico* – grau de explicitação *obrigatório*, dado que todo periódico considerado apresentou um nível considerável de ocorrências de tal princípio — nunca menos de 20%;

b. *regional* – grau de explicitação *preferencial*, uma vez que é atualizado em grande parte dos periódicos, mas sua proporção percentual varia muito, especialmente se considerado o agrupamento identitário a que se coaduna o jornal;

c. *evento significativo* – grau de explicitação *permitido*, tendo em vista que ocorre em diversos periódicos, sempre com baixa proporção — máximo de 12,5%;

d. *data comemorativa* – grau de explicitação *preferencial ou permitido*. A dificuldade na categorização exata decorre do choque entre o percentual de atualização do PST na intensa variedade de jornais que o atualiza. Novamente, trata-se de um parâmetro altamente dependente do agrupamento identitário a que o periódico se vincula;

e. *apresentação de jornal* – grau de explicitação *preferencial ou obrigatório*. Neste caso, a dificuldade na categorização decorre de restrições numéricas do *corpus*, que não permitem verificar se o lançamento e/ou aniversário do jornal se configuram, de fato, como o princípio motor da motivação dessa temática em todos ou na maioria dos periódicos considerados, embora o seja nos jornais em que ocorreu.

De modo análogo aos PST, os MNI também devem ser considerados na sua relação com os periódicos, a fim de que os dados relativos a esse cruzamento possam ser concatenados às conclusões que envolvem os PST. A tabela a seguir expõe o referido cruzamento:

Tabela 09: Distribuição percentual do MNI em relação ao periódico (%)

	JNB	FVP	GZN	SPN	CZS	GP	GL	GVP	OP	SPP	NJ	OCC
EX	45,8	20	12,5	29,4	56,5	0	0	11,1	100	100	33,3	100
CR	16,7	66,6	75	64,7	8,7	100	100	77,8	0	0	66,7	0
XA	4,2	6,7	0	5,9	34,8	0	0	11,1	0	0	0	0
IN	33,3	6,7	12,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

A análise dos dados da tabela permite algumas considerações importantes acerca das deontologias institucionais e da sua relação com os agrupamentos identitários anteriormente elencados. Nesse sentido, é possível verificar que, considerados os seis periódicos quantitativamente relevantes, apenas o JNB e o CZS apresentam um percentual maior de textos *exortativos* em relação aos *críticos*.

Note-se que esses dois periódicos consistem exatamente naqueles em que uma maior pluralidade temática prevalece, abarcando de tópicos cotidianos a sociopolíticos. Em outros termos, trata-se dos dois periódicos que integram o que se denominou *imprensa local de abordagem plural*. Tal confluência parece longe de ser fortuita ou coincidente apenas.

Dado que não se centram apenas na análise sociopolítica ou local, tais periódicos atualizam, de forma mais reiterada, diferentes modos de negociar a intersubjetividade, de maneira que a voz autoral pode instanciar diferentes estratégias de valoração, exortação e envolvimento, gerando MNI diversos compatíveis com as distintas abordagens temáticas.

Tal pluralidade temática, que, muitas vezes, tende ao cotidiano, engendra, probabilisticamente, a produção de textos que projetam e promovem maior aproximação com o leitor e, assim, maior densidade de atualização de estratégias de vinculação e captação. Uma consequência disso verifica-se na potencial instauração de um tipo diferenciado de *autoridade* — a ser analisado pormenorizadamente em seção pertinente —, que se baseia em um estreitamento do laço afetivo e da proximidade entre produção e consumo textual, o que permite à voz autoral exortar o leitor de modo mais frequente e direto, instando-o a agir em contextos¹³⁴ sobre os quais o ator social detém maior capacidade de mobilização de recursos para intervir favoravelmente no curso dos acontecimentos.

¹³⁴ Tais contextos encontram-se, em geral, associados à vida cotidiana, apresentando, apenas em raras instâncias, algum teor sociopolítico explícito.

Note-se, por outro lado, que todos os outros periódicos relevantes apresentam um predomínio do MNI *crítico*. Tanto os jornais de *abordagem global* quanto *específica* tendem a privilegiar esse modo negociativo, por focarem num papel de *arbítrio* entre a comunidade e as instâncias de poder. Nesse sentido, a voz autoral constrói no editorial sua autoridade por *engajamento*, *conhecimento* e *poder*, privilegiando o repúdio ou a condenação das ações e dos comportamentos humanos no *status quo*, e, assim, priorizando o convencimento do consumidor textual acerca da validade de suas posições valorativas e representações em vez da persuasão à ação, que é prototípica dos textos *exortativos*.

Assim, pode-se acrescentar aos agrupamentos identitários características ligadas aos MNI:

a. os jornais que privilegiam temáticas sociopolíticas (*abordagem global*) e locais (*abordagem específica*) tendem a atualizar, *preferencialmente*, o MNI *crítico*, minimizando a funcionalidade do *exortativo* na análise do *status quo* a ser repudiado ou condenado. Textos exaltativos e informativos aparecem em baixa proporção e são mais comuns em relação a temáticas regionais.

b. os jornais que privilegiam a diversidade temática (*abordagem plural*) atualizam, *preferencialmente*, o MNI *exortativo*, minimizando a funcionalidade do *crítico* por privilegiarem a persuasão retórica ao convencimento, dado o potencial estabelecimento de maior proximidade — *vinculação e captação* — em relação à comunidade leitora. Além disso, apresentam maior variedade na atualização de MNI, com distribuição mais alta dos modos *informativo* e *exaltativo*.

Por fim, as tabelas a seguir apresentam o cruzamento entre os dados relativos aos PST e aos MNI, subcategorizados a partir do parâmetro cronologia. A primeira enfoca a distribuição dos PST em função do modo negociativo, o que permite analisar a distribuição das temáticas no seio de cada MNI, enquanto a segunda — mais relevante — apresenta a distribuição dos MNI no seio de cada princípio temático, o que permitirá descrever os graus de explicitação deontológicas referentes à atualização negociativa proporcionada pelos diversos princípios de seleção:

Tabela 10: Distribuição percentual do PST em relação ao MNI (%)

	Século XXI				Século XX				Geral			
	EX	CR	XA	IN	EX	CR	XA	IN	EX	CR	XA	IN
spo	42,9	62,2	0	0	42,1	66,7	22,2		42,5	63,7	16,7	0
reg	23,8	24,3	0	33,3	5,3	22,3	0		15	23,6	0	27,4
evs	14,3	5,4	0	11,1	21	5,5	0		17,5	5,5	0	9
bio	0	0	33,3	0	0	0	33,3		0	0	33,3	0
date	19	5,4	33,3	22,2	21	0	33,3		20	3,6	33,3	18,2
niver	0	0	0	22,2	0	0	0		0	0	0	18,2
inmes	0	2,7	0	0	0	0	0		0	1,8	0	18,2
apj	0	0	33,3	11,1	10,6	5,5	11,1		5	1,8	16,7	9
total	100	100	100	100	100	100	100		100	100	100	100

Tabela 11: Distribuição absoluta e percentual do MNI em relação ao PST¹³⁵

	spo		reg		evs		bio		date		niver		inmes		apj	
Século XXI																
EX	9	28,1	5	29,4	3	50	0	0	4	44,4	0	0	0	0	0	0
CR	23	71,9	9	52,9	2	33,3	0	0	2	22,2	0	0	1	33,3	0	0
XA	0	0	0	0	0	0	1	100	1	11,1	0	0	0	0	1	50
IN	0	0	3	17,7	1	16,7	0	0	2	22,2	2	100	2	66,7	1	50
Século XX																
EX	8	36,4	1	20	4	80	0	0	4	57,1	0	0	0	0	2	50
CR	12	54,5	4	80	1	20	0	0	0	0	0	0	0	0	1	25
XA	2	9,1	0	0	0	0	3	100	3	42,9	0	0	0	0	1	25
IN																
Geral																
EX	17	31,5	6	27,3	7	63,6	0	0	8	50	0	0	0	0	2	33,3
CR	35	64,8	13	59,1	3	27,3	0	0	2	12,5	0	0	1	33,3	1	16,7
XA	2	3,7	0	0	0	0	4	100	4	25	0	0	0	0	2	33,3
IN	0	0	3	13,6	1	9,1	0	0	2	12,5	2	100	2	66,7	1	16,7

Uma primeira observação acerca da relação entre as duas tabelas faz-se necessária. A primeira toma o PST em função do MNI, enquanto a segunda mostra os resultados opostos, ou seja, do MNI em função do PST. Apresentar as duas relações é essencial, na medida em que se torna possível estabelecer até que ponto é o MNI que seleciona PST ou se é mais coerente estabelecer que os PST instanciem MNI.

Iniciar-se-á pela primeira tabela. Note-se, por exemplo, que, atentando-se à última região (total), o MNI *exaltativo* concentra-se em quatro grandes PST, com destaque aos dois primeiros — *biográfico* (de atualização *obrigatória*), *data comemorativa*, *apresentação de jornal* e *sociopolítico* —, mais permeáveis à

¹³⁵ Os valores absolutos encontram-se à esquerda, e os percentuais, à direita, em itálico.

atualização de uma postura *laudatória*, especialmente no que se refere ao *corpus II*, em que o contexto de ditadura militar influi no aspecto de valorização e louvor da identidade nacional.

O *informativo*, por outro lado, de atualização circunscrita ao *corpus I*, parece não instanciar *preferências* temáticas claramente. Observe-se que, não obstante seja o nível de atualização do PST *regional* maior — 27,4% das ocorrências desse modo negociativo —, tal modo negociativo apresenta uma distribuição mais “democrática” em relação aos outros PST. Destaca-se o fato de ele não ser instanciado por textos de temática *sociopolítica*. Uma possível explicação circunscreve-se à motivação e à demanda envolvidas nesse princípio, no que tange a determinados tipos de *postura* que privilegiem *julgamentos negativos*, atitudes não favorecidas pelo MNI *informativo*, conforme se mostrará na seção seguinte.

No entanto, a observação da segunda tabela permite concluir que o MNI *informativo* é o único que instancia textos de PST ligado a *aniversário de bairro*, o que possibilita concluir que se trata do modo negociativo *preferencial* em relação a essa temática. Em outros termos, enquanto a análise da temática em relação ao MNI parece não revelar preferências, analisar o MNI por meio da temática pode revelar graus de explicitação diferenciados.

Tomando-se como referência os textos *exortativos*, a observação da primeira tabela permite verificar um grau relativo de estabilidade cronológica na distribuição percentual das preferências temáticas. É possível notar que a densidade de textos *exortativos sociopolíticos* no *corpus do XX* é bem próxima à que se verifica no *corpus do XXI*. O mesmo ocorre com os textos de *datas comemorativas*. Já os demais princípios apresentaram uma mudança mais sensível. Dentre eles, destaca-se o *regional*.

Veja-se que somente 5,3% dos textos exortativos são *regionais* no período *II*, contra 23,8% no período *I*. A diferença, que poderia ser atribuída a uma especialização temático-negociativa, revelando um *acoplamento discursivo* a um modelo *acional*, deve ser matizada, uma vez que o número de textos de PST *regional* é pífio nesse material — apenas 10,87% do total *intracorporis*, conforme mostra tabela 07, à p. 256 —, o que, realmente, minimiza a relevância do dado percentual que lhe é atribuído. Nesse sentido, torna-se mais confiável verificar os dados da segunda tabela.

Veja-se, por exemplo, que, no que tange ao PST *regional*, 20% dos textos do *século XX* apresentam MNI *exortativo* contra 29,4% no período mais recente, diferença importante, mas de relevância menor em relação à primeira tabela. Por outro lado, é

possível propor, no que se refere ao PST *sociopolítico*, a ocorrência de um potencial *acoplamento discursivo* (ou *temático*) entre tal princípio e o MNI *crítico*, visto que cerca de 72% dos textos associados a tal motivação representacional apresentam negociatividade *crítica*, contra apenas 54,5% no *material do XX*. Tais constatações parecem corroborar um aspecto da abordagem faircloughiana (2007) do discurso.

O autor defende que as representações, manifestadas por meio de *discursos*, instanciam *gêneros* e inculcam *estilos*, cuja origem social se encontra nas ações e nas identidades. Uma *deontologia representacional* confere justificativas a aspectos retóricos e teleológicos, além de proporcionar aos atores sociais maneiras tradicionais de se categorizar a realidade. Nesse sentido, os PST, como gatilhos temático-representacionais associados à ação discursiva consistem em meios de iniciação da conduta comunicativa humana e, por essa razão, estão associados à própria configuração teleológica da prática, de modo que se pode afirmar que a teleologia da prática constrange estruturalmente a seleção de PST. Entretanto, ao mesmo tempo em que há coerção na seleção temática, a estruturação teleológica e retórica, na medida em que se encontra diretamente associada ao tipo de relação estabelecida, em termos posicionais, entre os atores sociais, também promove uma atuação coercitiva sobre o próprio processo de negociação intersubjetiva.

Tal constatação poderia levar à conclusão de que PST e MNI não apresentam uma interrelação, e sim, apenas uma relação de subordinação em termos da estruturação teleológica e motivacional, o que não é, necessariamente, real. PST podem *acoplar-se* a determinados MNI, de forma que a abordagem de determinadas temáticas esteja *preferencialmente* associada a uma forma negociativa específica. Atores sociais assumem atitudes e posturas mediante o contato com diferentes discursos e representações. Os indivíduos não assumem atitudes prévias sem conhecimento acerca das motivações representacionais ou dos tópicos desenvolvidos, a menos que se trate de um aspecto *estilístico*, identitariamente orientado. No entanto, tal caráter extrapola o nível acional e passa a configurar-se em traço de *inclinação (identitária)*, conforme se mostrará na sequência. Assim, parece mais coerente — e lógico — analisar os dados da segunda tabela, uma vez que esta mostra a negociação intersubjetiva em função dos PST, o que pode revelar traços de associação *preferencial* ou *acoplamentos*.

Logo, uma conclusão é central: o agrupamento identitário, responsável pela atualização do componente *estilístico*, parece situar-se em um nível de sobreposição ao Significado Acional, uma vez que, ligado à *inclinação institucional*, as formas de *ser*

discursivas podem relativizar a configuração temática e negociativa *preferenciais*, advindas das coerções deontológicas da esfera, numa consequência direta do processo *reflexivo* moderno, e, como corolário, do dinamismo visível das práticas discursivas contemporâneas.

Assim, pode-se concluir que o eixo temático e, por consequência, o PST deve ser tomado como um gatilho capaz de constranger — parcialmente — a atualização dos MNI, sempre levando em consideração os cerceamentos *identitários* ligados à multiplicidade institucional. Isso posto, pode-se voltar ao exame detido das tabelas anteriores, especialmente da segunda.

Repare-se que o MNI *crítico* é apenas *preferencial* nas temáticas *sociopolítica* e *regional*, o que corrobora a sua relação com princípios de seleção não cotidianos e uma negociação intersubjetiva de autoridade por *engajamento*, *poder* e *conhecimento*, baseada em uma análise *negativa* do *status quo*.

Quase todos os outros PST — com exceção dos idiossincráticos *início de mês* e *aniversário de bairro*, que privilegiam o *informativo*, e o *biográfico*, que privilegia o *exaltativo* — instanciam *preferencialmente* o MNI *exortativo*, o que revela uma valorização da persuasão sobre o convencimento nas outras motivações representacionais, enfocando na capacidade do consumidor textual em intervir nos acontecimentos que circundam sua realidade cotidiana, com privilégio da aproximação entre a instituição e a comunidade leitora.

Isso posto, expõem-se, na sequência, os graus de explicitação deontológicos referentes ao MNI em função do PST, situados no nível de relações instituição-esfera:

a. PST *sociopolítico*: atualiza, preferencialmente, o MNI *crítico*, com percentual estável entre os dois períodos considerados, o que revela uma associação tradicional hegemônica entre esses dois fatores.

b. PST *regional*: também instancia, preferencialmente, o modo negociativo *crítico*. Em tese, há uma queda do XX para o XXI. No entanto, isso deve ser relativizado, na medida em que o grau de atualização desta temática no material II é mínima e extremamente enviesado pelo fato de a maioria de suas atualizações circunscreverem-se à GP, periódico que, aparentemente, assume uma *abordagem específica* e, portanto, atualiza textos *críticos* e *regionais* como *preferenciais*. Além disso, este PST *permite* textos *informativos*.

c. PST *evento significativo*: o MNI *exortativo* é o *preferencial*. Há um certo grau de competição com o *crítico*, o que permite também tratá-lo como *preferencial*. O

informativo ocorreu em apenas um texto — cerca de 9% das ocorrências —, o que permite categorizá-lo como *inovador*.

d. PST *biográfico*: *obrigatoriamente exaltativo*.

e. PST *data comemorativa*: *preferencialmente exortativo*, embora haja intensa competição, no *corpus II*, em relação ao MNI *exaltativo*, devido às demandas sociais advindas de um período totalitário. Trata-se de uma motivação temática muito aberta, passível de abordagem mais cotidiana ou politizada, o que a torna permeável a uma multiplicidade negociativa, com *permissões* a todos os outros modos.

f. PST *aniversário de bairro*: em tese, *preferencialmente e/ou obrigatoriamente informativo*. Escassez de dados não permite conclusões.

g. PST *início de mês*: em tese, *preferencialmente exortativo*, embora a escassez de dados não permita claras conclusões.

h. PST *apresentação de jornal*: escassez de dados dificulta estabelecer parâmetros com clareza. No entanto, parece haver uma instabilidade negociativa, com uma preferencialidade nula. A análise qualitativa, no entanto, parece apontar para possíveis *preferências exaltativas e exortativas*.

Isso posto, pode-se passar à análise dos parâmetros segmentais e dos padrões de recursos linguístico-discursivos diretamente associados à configuração dos diversos MNI verificáveis nos editoriais da imprensa paulistana de bairro.

4.4 Padrões de Avaliatividade

4.4.1 Considerações metodológicas

Conforme exposto em capítulo anterior, a análise da valoração seguirá a proposta teórica sistêmico-funcional, calcada na Teoria da Avaliatividade (MARTIN & WHITE, 2005).

O procedimento analítico foi subdividido em uma etapa quantitativa e qualitativa, em uma abordagem, inicialmente, indicial, em que um tipo de análise fornecia pistas para a busca de padrões funcionalmente coesos e motivados na outra, até que fosse possível chegar a alguma conclusão acerca da natureza funcional e distribucional do fenômeno.

Na análise quantitativa dos dados, foram classificadas e contabilizadas, texto a texto, instâncias relativas aos parâmetros *atitude*, *engajamento* e *gradação*, além de

suas subcategorizações, quando julgadas pertinentes para a descrição dos editoriais da imprensa paulistana de bairro. O gráfico abaixo mostra a rede sistêmica de opções consideradas para a análise quantitativa dos dados referentes a este parâmetro:

A leitura do sistema deve ser realizada do seguinte modo: o parâmetro global é a *Valoração* (à esquerda do gráfico). Os termos em caixa alta constituem-se nas subcategorias pertencentes ao paradigma à esquerda. Somente uma categoria de cada subsistema pode ser escolhida. Assim, no caso do subsistema EXPANSÃO DIALÓGICA, o analista deve marcar *consideração* ou *atribuição*. Caso se opte por *atribuição*, abre-se um novo subsistema, no qual o pesquisador deve assinalar a subclassificação — *reconhecimento* ou *distanciamento*.

Note-se que o sistema constitui-se basicamente de oposições paradigmáticas, embora haja relações sintagmáticas. A *atitude*, por exemplo, apresenta uma complexidade maior. Note-se que ela é circunscrita por uma chave, dentro da qual se encontram três subsistemas. Nesses casos, o analista deve assinalar uma possibilidade dentro de cada um deles, ou seja, uma para *atitude*, outra para *fonte* e outra ainda para *polaridade*, de modo que um item lexical hipotético como *corrupto* fique com a seguinte configuração: *valoração – atitude – julgamento – sanção social – voz autoral – negativa*.

Desse modo, explanados os procedimentos gerais de leitura do sistema, cabem algumas considerações acerca de cada categoria.

O sistema de *atitude* é subdividido em três categorias: 1. a *atitude* propriamente dita, que se subdivide em *afeto*, *julgamento* e *apreciação* (note-se que a categoria

juízo apresenta uma nova subdivisão entre *estima* e *sanção social*), tendo em vista a teorização exposta no capítulo terceiro; 2. a *fonte*, referente ao ator social sobre o qual repousa a responsabilidade ou validação pela posição valorativa; e 3. a *polaridade*, referente ao valor atribuído àquela avaliação em termos tanto de senso-comum quanto da construção de sentidos verificável em dado exemplar textual. A polaridade neutra não é mencionada em Martin e White (2005); no entanto, julgou-se que tal categoria devesse ser postulada em contextos em que a avaliação, de fato, não parece assumir uma semântica positiva ou negativa clara. O número dessas ocorrências foi mínimo; por essa razão, não serão consideradas na análise propriamente dita.

Além disso, a *polaridade* foi assinalada mediante o efeito de contaminação prosódica de outras avaliações e da presença de algum elemento de *negação* na proposição que pudesse alterar seu valor usual. Assim, ainda que o lexema *justo* se constitua em um *juízo de sanção social (propriedade) positivo*, em um contexto potencialmente irônico ou na presença do operador de refutação *não*, em uma estrutura como *Não é justo que...*, atribuiu-se a tal instância a *polaridade negativa*, tendo em vista que permite a perífrase de seu antônimo — *É injusto que...*

Não se optou por assinalar as instâncias de *afeto* e *apreciação* em suas subclassificações por duas razões. No caso das apreciações, a maior parte das incidências consiste em instâncias de *valor social*, dada a natureza dos textos em análise. Há, indubitavelmente, inscrições de apreciações de *composição* e *reação*, mas como se trata de um grau de incidência bem limitado, somado ao fato de a apreciação se configurar no parâmetro de maior incidência latitudinal nos textos, optou-se por desconsiderar tal oposição. Em termos de afeto, considerou-se mais relevante depreender os padrões de inscrição desses elementos nos textos e em que contextos a atualização de tais padrões ocorre do que deter-se nos tipos afetivos propriamente ditos. Não parece que haja uma distribuição padronizada de tipos afetivos pelos modos de negociação intersubjetivos, mas sim, a predominância da inscrição de afetos em um ou outro e, especialmente, de sua polaridade. Tais subcategorizações, no entanto, serão consideradas, quando pertinentes, nas análises qualitativas.

De modo análogo, não se optou por discriminar todas as possibilidades de oposições paradigmáticas do componente gradação, especialmente no que se refere à *força*. Nesse sentido, tratou-se de quantificação e intensificação sob a mesma categoria, apenas opondo *alto* e *baixo*. Além disso, optou-se por não considerar inscrições numéricas, como *milhares*, *dois milhões*, como instâncias de avaliação, visto que

denotam maior objetividade, passível de verificação e advinda de dados concretos. Valores como *muitos*, *poucos*, *vários* veiculam claro posicionamento autoral, na medida em que pode haver discordância de categorização em relação a tais elementos por atores sociais distintos e, por isso, foram anotados como instâncias de gradação.

Na etapa qualitativa, por sua vez, buscou-se depreender a funcionalidade dos recursos de avaliatividade e seus efeitos de sentido mais gerais, em consonância com os padrões de regularidade e distribuição verificados na análise quantitativa, relevantes para uma descrição tanto das etapas retóricas inerentes aos diversos modos de negociação intersubjetiva e, portanto, ao gênero, quanto da instauração de relações sociossemióticas de poder e solidariedade, focando especialmente no comprometimento, na autoridade e na proximidade/identificação instaurada entre produção e consumo textual.

Neste capítulo, não se objetiva analisar as representações instanciadas nos editoriais da imprensa paulistana de bairro, de modo a depreender as possíveis ideologias, a perspectiva com que se aborda determinadas temáticas, ou mesmo o interdiscurso que permeia as posições valorativas dos periódicos. O que se visa é descrever e analisar a constituição desses textos, de um ponto de vista da tradicionalização de seus aspectos formativos, levando em conta uma perspectiva que enquadra o embate entre dinamicidade e estabilidade como mecanismo fundamental da ontologia genérica, especialmente sob o enfoque interpessoal e intersubjetivo.

O procedimento analítico foi realizado em duas vias: do quantitativo ao qualitativo e do qualitativo ao quantitativo. De modo geral, as semelhanças e discrepâncias no tipo e no nível de atualização de recursos obtidos pela análise quantitativa funcionaram como índices para uma possível relevância funcional daqueles elementos em contraste com os mesmos recursos verificados em outros modos de negociação intersubjetiva ou em relação ao gênero como um todo. Com base nisso, procedeu-se a uma análise qualitativa centrada naquele conjunto de textos, de maneira a se depreender e verificar se tais padrões distribucionais realmente apresentavam coesividade do ponto de vista funcional.

De modo análogo, redes de recursos que se mostravam funcionalmente coesas de um ponto de vista qualitativo foram checadas em relação aos cinco principais eixos condutores analíticos de nível textual — modo de negociação intersubjetiva, princípio de seleção temática, jornal, agrupamento temático-identitário e cronologia —, de

maneira a buscar determinar qual dos parâmetros — ou interação de parâmetros — se mostrava mais relevante do ponto de vista explicativo.

Obviamente, a própria definição de dinamismo e a proposta de categorias contínuas minimiza o impacto de possíveis noções determinísticas e associações biunívocas estritas entre dado padrão e dado parâmetro documental. Isso, inclusive, constitui-se em um dos pilares desta tese. O caráter da distribuição e funcionalidade dos recursos é sempre probabilístico, e as interações interdiscursivas, constitutivamente complexas. No entanto, não se trata de um probabilismo caótico. O nível de atualização e sua densidade de instanciamento são diretamente afetadas pela deontologia institucional — e/ou da esfera — em face das inclinações — tanto da instituição quanto dos atores sociais —, de modo que se torna possível entender os desvios — especialmente quando funcionalmente coesos e regulares — como reveladores da inclinação autoral e, portanto, do seu processo de diferenciação e inovação dentro do mercado simbólico.

A avaliatividade, conforme será mostrado, configura-se no principal parâmetro de análise dos editoriais, tendo em vista sua maior importância para a formatação dos modos de negociação intersubjetiva, uma vez que os editoriais da imprensa paulistana de bairro constituem-se em textos que julgam, apreciam e analisam a conjuntura presente a partir de uma perspectiva local. Nesse sentido, os padrões de valoração — e, especialmente, o componente atitudinal — constituem-se em um dos pilares retóricos da constituição negociativo-acional desses textos, passíveis, por sua coesividade funcional e motivação interdiscursiva, de tradicionalização.

4.4.2 Padrões Atitudinais — *Posturas (Stances)* como formas de composição negociativa

A *atitude* constitui-se, indubitavelmente, no parâmetro de maior centralidade na composição negociativa dos editoriais da imprensa paulistana de bairro. Trata-se, justamente, do componente por meio do qual as avaliações acerca da realidade representada se instanciam, configurando-se, portanto, na rede de recursos que cumpre a função mais fundamental dos editoriais ligados ao jornalismo local de modo geral: analisar uma dada realidade social a partir de uma perspectiva regional, o que, necessariamente, envolve uma posição valorativa diante dos fatos representados.

O capítulo terceiro já mostrou, por meio da apresentação teórica, que não há apenas um único modo de avaliar. Os gêneros, em geral, apresentam coerções relativas

a modos preferenciais de valoração, mediante a deontologia da esfera e sua interação com as inclinações/deontologias institucionais. No entanto, em gêneros midiáticos, que, em tese, constituem-se em palco de conflito entre padronização e inovação, tendo em vista uma disputa por mercado simbólico, o filtro dos modos de avaliação encontra-se longe da unicidade. Diversas *posturas* — *stances* — são passíveis de atualização e tornam-se, numa relação dialética, elementos de composição e de realização de padrões negociativos mais amplos que se instauram como meios complexos de organização genérica — os modos de negociação intersubjetiva.

As *posturas* consistem, portanto, em redes de recursos linguísticos interpessoais que congregam padrões de realização atitudinal em textos. Também de caráter probabilístico, as *posturas* atuam coesivamente no que se refere à sua funcionalidade discursiva e formam núcleos-chave de configuração negociativa; afinal, o modo de negociar a intersubjetividade no discurso atravessa, inegavelmente, as diversas maneiras de se posicionar valorativamente diante do mundo. Quem e o que pode ser criticado, admirado, louvado, condenado, analisado ou reconhecido; quem, sobre quem e sobre o quê se pode demonstrar afeição, insatisfação, interesse, confiança; de quem e do quê se pode valorizar a eficiência, a utilidade, a importância — tudo isso perpassa a negociação intersubjetiva e, portanto, relaciona-se a autoridade, poder, solidariedade, comprometimento, credibilidade, proximidade, intimidade e identificação.

Assim, caso se tome novamente o esquema proposto em Martin e White (2005), no que concerne aos níveis gerais de instanciamento, ter-se-á, em relação à avaliatividade o seguinte:

Quadro 06: Níveis de instanciação avaliativo-acionais

1. sistema (potencial de significado generalizado) → 2. registro (subpotencial semântico) → 3. tipo de texto (real generalizado) → 4. texto (ocorrência real) → 5. leitura (significado subjetificado).

1. gênero discursivo ou TD acional (potencial de significado acional generalizado, de caráter probabilístico, relacionado à memória social e às configurações contextuais diversas, sob a égide de deontologias advindas de instituições e esferas) → 2. modo de negociação intersubjetiva (subpotencial semântico-discursivo que abarca padrões probabilísticos de recursos de avaliação, envolvimento e negociação em dado gênero, sancionando diversas possibilidades retóricas e teleológicas a este determinado modo de ação discursiva) → 3. postura (padrões reais de generalização, verificados em exemplares textuais e cuja probabilidade de ocorrência em textos similares instauram diferentes relações de autoridade/credibilidade/proximidade discursiva e posicionamento avaliativo, tendo em vista as demandas e motivações sociais para tal) → 4. avaliação (instanciação propriamente dita de recursos avaliativos inscritos ou invocados) → 5. leitura, reação ou atitude responsiva (significado subjetificado pelo leitor/ouvinte, estreitamente dependente da identificação positiva, negativa, tática ou estratégica do consumidor textual em face das representações e posições valorativas instanciadas pelo/no texto)

Enquanto o primeiro, o segundo e o quinto nível serão os mesmos para todos os componentes linguístico-discursivos analisados nesta tese, o terceiro e o quarto modificar-se-ão de acordo com o padrão de recursos semântico-discursivos considerados — avaliatividade, envolvimento e negociação — e configurar-se-ão, justamente, em foco de análise deste capítulo. Assim, os níveis 3 e 4 do esquema anterior só podem ser aplicados no que tange à análise da avaliatividade.

Isso posto, observem-se os textos seguintes:

Uma Figura Marcante

Encerrou-se nesta data o mandato de um dos Presidentes da Republica, cuja imagem jamais se apagará da lembrança dos brasileiros. Referimo-nos evidentemente ao General Emílio Garrastazu Médici.

Homem simples, afável e acessível, regeu os destinos da Pátria brasileira num clima de grande respeitabilidade. Governou com elegancia.

Não fez milagres. Não foi um demagogo. Mas, aquilo que esteve ao seu alcance, ele o fez com segurança.

Quando foi que em nossas plagas alguém levou em consideração o estado calamitoso do trabalhador rural, sempre postergado e sem direitos? Hoje, graças ao Presidente Médici que situou esses

obreiros dentro do ambarco da lei, pela vez primeira em nossa História eles usufruem direitos e inclusive desfrutam de aposentadoria.

Não foi só. E as domésticas?

Quem se lembrou dessa classe humilde, porém, útil e necessária? Hoje, graças também, a esse Presidente de espírito altamente humano, a sombra benfazeja da lei já abrange essas criaturas contra a canícula do desamparo. Os seus direitos foram, também, acolhidos pela lei que lhes era madrasta ou pura e simplesmente as ignorava. Médici foi criterioso e imparcial. Rasgou o chão brasileiro estendendo sobre ele qual infinito tapete a incrível realidade da Transamazônica; uniu a Guanabara a Niterói com soberba e espetacular ponte, transformando esta última em cidade-gêmea do Grande Rio, facilitando, entre as duas capitais, maior facilidade para a permuta de valores.

Não houve problema que ele não analisasse com carinho e cuidado. Dispensava aos problemas aparentemente pequenos a mesma dedicação que aos de grande envergadura. Acionou usinas, rasgou rodovias, construiu pontes, olhou para a Lavoura, para a Pecuária, para a Saúde e para a Educação. Tudo foi dinamizado. Durante o decorrer do seu mandato o Brasil respirou ares de paz e de concórdia.

O Estado do Rio Grande do Sul, expressiva parcela da Federação deve orgulhar-se de ter servido de berço a um filho desse gabarito que conquistou a simpatia, o carinho e o respeito do Brasil. (CZS 13 – p. 87)

Octavio Frias de Oliveira, o eterno exemplo do empreendedor

Há pessoas que nascem para mostrar ao mundo que todos os momentos da vida existem, para que levemos adiante projetos e ideais. Encontrar pela frente um novo desafio lhes serve para despertar a mente em busca de soluções inovadoras.

Tais seres humanos são pioneiros devido a uma visão especial das possibilidades de um ou outro empreendimento. Para eles, os obstáculos são degraus que os fazem alcançar a realização de seus planos.

Tornam-se onipresentes pelo exemplo que dão ao se dedicarem ao trabalho, buscando a proximidade da perfeição. Não se preocupam em exercer atividades diferenciadas, pois é isto que os impulsiona e lhes dá, a cada dia, uma nova visão de vida.

Octavio Frias de Oliveira provou ser uma dessas pessoas, que se comprometeu em alcançar o sucesso, não só para seu próprio bem, mas também de todos que, de alguma forma, estivessem ligados a ele.

Trabalhou em serviço público, na área imobiliária e financeira até se envolver com a área jornalística, já com 50 anos de idade, e adquirir a **Folha de São Paulo**. Sob sua administração, a Folha se recuperou financeiramente e, com a valorização da área editorial, conquistou a credibilidade de seus leitores e, a partir daí, os grandes anunciantes.

Segundo seu filho, Otávio Frias Filho, “a qualidade editorial conquistada foi nomeada por seu pai de “independência”, tornando-se sua maior preocupação”. Seu pai trouxe para a imprensa da época uma mentalidade empresarial, colaborando para que as empresas jornalísticas deixassem de ser meros instrumentos de poder político e prestígio mundano, para se tornarem efetivamente empresas, voltadas a atender as demandas do público consumidor, a fim de ampliar seus mercados e margens de lucro.

A Folha se fez um jornal mais atuante, mais crítico, mais incômodo. O jornal passou a ter opinião definida, não apenas a sua própria, como era habitual, mas opiniões de todo um elenco de colunistas e colaboradores.

Até a idade em que Octavio Frias de Oliveira faleceu, 94 anos, prova a sua tenacidade em relação à vida e suas realizações sempre servirão de exemplo, não só para empresários ou jornalistas, mas a todos os seres humanos que lutam para alcançar seus ideais, não importando quais sejam, nem a idade e nem quando irão se sentir motivados a buscá-los. Com sua lição de vida, aprendemos que o essencial é estar sempre em busca de novos horizontes, pois sempre há algo novo a ser alcançado. (SPN 07 – p. 63)

O primeiro editorial fora publicado em 1974, pelo *Correio da Zona Sul*, enquanto o segundo foi veiculado em 2007, pelo *SP Norte*. Apesar de pertencerem a *corpora* distintos, ambos os textos apresentam aspectos comuns relativos ao modo pelo qual a voz autoral se posiciona, valorativamente, em relação ao objeto de sentido e ao leitor potencial, negociando sua subjetividade por meio de uma postura que será aqui

denominada *laudatória*, de atualização prototípica associada ao modo de negociação intersubjetiva *exaltativo*.

Tal postura é caracterizada, em termos gerais, por uma alta incidência de recursos atitudinais — afetos, julgamentos e apreciações —, marcados por uma intensa discrepância entre o nível de atualização da polaridade positiva e negativa, uma vez que a primeira apresenta uma densidade de ocorrências intensamente maior que a segunda (cerca de quatro vezes, no *corpus do XXI*; e seis vezes, no *corpus do XX*).

O gráfico seguinte, calculado a partir da divisão do número de ocorrências de cada parâmetro pelo número de textos concernentes a determinado modo de negociação intersubjetiva, permite uma melhor visualização do fenômeno¹³⁶.

¹³⁶ AF = afeto; ES = estima social; SS = sanção social; J = julgamento (J = ES + SS); AP = apreciação; VA = voz autoral; P = positivo; N = negativo; TOTAL = somatório das ocorrências de dado subsistema paradigmático. Dados que comportam hífen representam instâncias de atualização multicategorial. Logo, AF-VA-P representa instâncias de afeto, cuja fonte é autoral e a polaridade é positiva. Optou-se por ignorar as ocorrências de avaliações não autorais, dado seu baixíssimo percentual geral de ocorrência no *corpus* (1,26% do total). O valor EDIT MED (editorial médio) representa a curva média de avaliações de cada tipo no que tange ao editorial em si, como gênero, neutralizados os parâmetros cronologia, modo negociativo e princípio de seleção temática.

Densidade de recursos atitudinais referentes ao MNI *exaltativo* (contraste cronológico)

Note-se como, independente do período considerado, as colunas de exaltação encontram-se em nível sempre superior ao que se verifica na média dos editoriais nos pontos positivos do gráfico. Além disso, deve-se observar como o teor de *julgamentos* — e de ambos seus componentes, *estima e sanção social* — também são superiores à média geral.

No entanto, o que mais chama atenção são os altos valores correspondentes à polaridade positiva geral, que chega, no material *do século XX*, a cerca de 29 ocorrências por texto e, no *XXI*, a, aproximadamente, 17, os maiores valores dentre os modos de negociação intersubjetiva.

Um exame detido dos textos permitirá aprofundar os índices numéricos possibilitados pela análise quantitativa. O primeiro texto, do *Correio da Zona Sul*, já apresenta no título uma apreciação positiva de *valor social* — *marcante* —, antecipando uma posição valorativa elogiosa que será tecida no decorrer do texto.

O primeiro parágrafo é construído por meio de uma pressuposição de complacência do consumidor textual. Note-se que a voz autoral não põe em discussão a questão de Médici realmente ter sido um presidente que jamais se apagaria da mente da população brasileira. Por meio de um recurso de *contração dialógica* do campo da *concordância*, a voz autoral vai além e constrói uma identificação intersubjetiva entre as suas representações e às da comunidade leitora, construindo como *evidente* ou *óbvio* que tal mandato inesquecível só poderia ter sido o do Gal. Médici.

Pressuposta a concordância e a atitude responsiva complacente do consumidor textual, a voz autoral passa a uma sequência de julgamentos que enfocam, principalmente, a personalidade do presidente, por meio de instâncias positivas de *estima social* — *simples, afável, acessível, com elegância, com segurança* — e, posteriormente, acerca de sua atuação ética e honesta, por inscrições de *sanção social* — *não foi demagogo, grande respeitabilidade, criterioso, imparcial, espírito altamente humano, com carinho e cuidado*.

Veja-se que, no segundo parágrafo, há um contraste marcante entre, por um lado, o homem caracterizado pela normalidade, como mais um entre a multidão — as inscrições *simples, afável e acessível* denotam, justamente, valores de *normalidade e tenacidade positivos*, que destacam sua vinculação ao povo, buscando identificá-lo em relação a tal público — e, por outro, como grande político, uma vez que, ao se referir ao governo de Médici, a voz autoral atualiza valores que destacam a *propriedade* e a *anormalidade* positivas de sua atuação política, como *grande respeitabilidade e*

elegância. Em outros termos, o Médici que é oferecido ao leitor é homem *normal* do povo, mas político *ético e destacado*, por isso, *marcante e inesquecível*.

O terceiro parágrafo, por sua vez, assume, por meio de múltiplas instâncias de contração dialógica, uma posição valorativa polêmica, uma vez que rechaça possíveis alternativas dialógicas que concebesssem o ex-presidente como alguém que fez milagres ou que fora um demagogo. No entanto, essa mesma contração por *negação* assume um estatuto laudatório. Negar o fato de ele não ter feito milagres ressalta a sua atuação coerente e funciona como justificativa para a negação de um possível caráter demagógico, julgamento de *sanção social negativo* de extrema relevância para uma pessoa pública no âmbito político, uma vez que sua associação a tal prática pode constituir-se em situação de risco potencial à sua imagem pública (e, em contextos democráticos, diferente do caso sob análise, à elegibilidade propriamente dita). O marcador de *contra-expectativa mas*, que se segue às negações, no entanto, visa a bloquear possíveis ponderações que pudessem ser extraídas da *negação* dos milagres, como à de que o presidente não tivesse feito, então, nada positivo. A voz autoral constrói, assim, uma imagem de um político *tenaz e capaz*, por meio de um *julgamento de estima social positiva* que também instancia um valor de *afeto*, ligado ao *bem-estar ecossocial* — *com segurança*. Veja-se o trecho:

Não fez milagres. Não foi um demagogo. Mas, aquilo que esteve ao seu alcance, ele o fez **com segurança**.

Note-se que o tom é autoritário. A voz autoral contrai o dialogismo de tal forma que acaba, de certo modo, construindo posições valorativas que bloqueiam possibilidades alternativas de concepção e, portanto, negativas do ex-presidente Médici, o que contribui para o quadro geral de *laudação*.

O quarto, quinto e sexto parágrafos, por sua vez, integram uma etapa narrativo-comportamental, de atualização preferencial nos editoriais *exaltativos biográficos*, que torna concreta para o leitor a prática do agente exaltado. Nesse sentido, tal etapa constitui uma espécie de prova que embasa e justifica os posicionamentos valorativos engendrados no texto, o que potencialmente minimiza as possíveis leituras resistentes que associariam o periódico a “proselitismo” político ou partidarismo, algo que é explicitamente combatido no próprio estatuto da AJORB, conforme mostrado anteriormente.

Sobre esta etapa retórica, cabe mencionar o trecho acerca das domésticas, assinalado na sequência:

Não foi só. E as domésticas?

Quem se lembrou dessa classe **humilde**, porém, **útil** e **necessária**? Hoje, graças também, a esse Presidente de **espírito altamente humano**, a **sombra benfazeja** da lei já abrange **essas criaturas** contra a **canícula do desamparo**. Os seus direitos foram, também, **acolhidos** pela lei que lhes era **madrasta** ou pura e simplesmente as ignorava. Médici foi **criterioso** e **imparcial**.

Repare-se que a pergunta retórica que encabeça o parágrafo em destaque apresenta um conectivo de contração dialógica — *porém* — que invoca uma alternativa — *a de que classes humildes, em geral, são inúteis e desnecessárias* — para explicitamente rejeitá-las. No entanto, mesmo que rejeitada, tal núcleo de associação avaliativa é invocado e, dada a natureza dos recursos de *contra-expectativa*, é construído como posição valorativa pressuposta tanto em termos da voz autoral quanto dos seus potenciais leitores.

Tal valoração — que, aos olhos atuais, pode soar como extremamente preconceituosa — revela valores de uma dada época e comunidade discursiva, que justificam, mais uma vez, a postura laudatória em relação ao presidente. Médici age devido a um *espírito altamente humano* — *julgamento de sanção social positiva* (*propriedade, ética*) — e ampara as domésticas na lei. Note-se como a construção discursiva das domésticas é atravessada por recursos linguísticos de polaridade negativa — *criatura, canícula do desamparo, lei que lhes era madrastra*. Médici é a *sombra benfazeja*, é *criterioso, imparcial*; ignora as posições valorativas sociais de exclusão e preconceito e acolhe tal classe, numa atitude, evidentemente, digna de louvor e de não esquecimento, conforme a *postura* do editorialista.

Note-se, portanto, que as valorações negativas podem ocorrer, sim, nos editoriais *exaltativos*. No entanto, elas costumam voltar-se àqueles com quem os referentes louvados interagem em seu processo de integração social ou em relação a seus opositores, de modo a potencializar ainda mais sua construção elogiosa.

Outra marca preferencial importante da postura *laudatória* que integra os textos *exaltativos* concerne à manifestação explícita de inscrições autorais de *afeto*, especialmente no que concerne ao *corpus do XX*, em que a densidade afetiva positiva por texto chega a 7, e a negativa, a 2,13, num total de 9,13 *afetos* por texto, o maior valor dentre todos os MNI, mesmo consideradas as distinções cronológicas. Repare-se no trecho final:

[...] Acionou usinas, rasgou rodovias, construiu pontes, olhou para a Lavoura, para a Pecuária, para a Saúde e para a Educação. Tudo foi dinamizado. Durante o decorrer do seu mandato o Brasil respirou ares de **paz** e de **concordia**.

O Estado do Rio Grande do Sul, expressiva parcela da Federação deve **orgulhar-se** de ter servido de berço a um filho desse gabarito que conquistou a **simpatia**, o **carinho** e o **respeito** do Brasil.

É possível observar que as sensações de *paz* e *concordia* advêm da atuação política de Médici e são construídas de modo a estarem limitadas ao mandato do presidente. Em outros termos, é novamente *graças a ele* que o bem-estar populacional foi mantido e, por isso, o Rio Grande do Sul deve *orgulhar-se*.

O termo *orgulho* consiste em uma inscrição *afetiva* diretamente relacionada à valorização de um comportamento ligado a um *julgamento positivo*, o que, automaticamente, reconstrói o mérito do presidente. O modal *deve*, no caso, apresenta uma ambiguidade interpretativa, variando da probabilidade à obrigação.

No entanto, é bem possível que a leitura preferencial seja a deôntica, uma vez que o texto todo evita a expansão dialógica, que seria inerente ao valor epistêmico do modal, o que ratificaria a postura autoritária subjacente a todo o discurso. Aliás, tal postura permanece até o fim. A construção relativa com Pretérito Perfeito ao final, que introduz as reações afetivas da nação em relação ao ex-presidente, não coloca em questão ou discussão a validade das posições afetivas, mas toma-as como dadas e certas, de modo a criar um quadro de plena satisfação popular em relação ao mandato do General Médici.

Assim, pode-se verificar que a *postura laudatória*, principalmente nos textos do *material do século XX*, manifesta-se por:

1. alta densidade avaliativa, predominando as inscrições atitudinais de *polaridade positiva*. A *polaridade negativa*, em geral, quando inscrita, aplica-se a outros atores sociais ou a quadros afetivos que se dissociam em relação à atuação do referente exaltado.

2. Os *julgamentos* tendem a superar, em termos de densidade, as *apreciações*, marcando uma orientação voltada à análise parcial do comportamento de um indivíduo ou de uma classe de indivíduos.

3. Há alto nível de inscrição *afetiva positiva*, em geral relacionado às sensações de *satisfação* e *felicidade* acarretadas pela ação do referente exaltado.

Por tais razões, tal *postura* encontra-se frequentemente associada a textos que incidem no eixo analógico-metafórico das propostas; no caso dos editoriais da imprensa de bairro, ao MNI *exaltativo*. O referente exaltado acaba configurando-se em uma espécie de *bem*, um ator social cuja imagem é, de certo modo, moldada e que é negociada, intersubjetivamente, com uma comunidade de consumidores textuais que podem ou não aderir a tal configuração valorativa e representacional. Apesar de ligada

ao eixo das *propostas*, tal *postura* parece não ser atualizada nos textos *exortativos*, que, atualizam, em geral, no polo positivo, a *postura de reconhecimento*, menos comprometida, parcial e avaliativa, conforme será exposto posteriormente.

Contudo, a *postura laudatória* apresenta algumas diferenças sensíveis se considerado o parâmetro cronológico. Retornando ao gráfico da p. 277, é possível verificar que, com exceção dos *julgamentos negativos* (e seus subtipos) e da *sanção social positiva*, os valores do *corpus II* superam, e, em muitos casos, em larga medida, o nível de atualização atitudinal dos editoriais mais recentes.

Tal parece ser — e isso será mostrado posteriormente na análise das posturas subsequentes — um traço de mudança sociohistórica nos padrões discursivos da TD acional como um todo. O nível de atualização avaliativa cai sensivelmente com o tempo em todos os MNI, com exceção dos textos *críticos*, de distribuição e configuração negociativas mais estáveis. No entanto, quer-se chamar atenção para o fato de que o que diferencia os textos *críticos* dos demais MNI é o fato de este ser o único modo negociativo em que se privilegia, nitidamente, a *polaridade negativa* em vez da *positiva*, o que permite apontar uma tendência de minimização de traços da *postura laudatória* e um privilégio das posturas *condenatória* e *de repúdio*, preferenciais nos textos de *polaridade negativa*, conforme se argumentará em momento ulterior.

Além disso, deve-se notar a ocorrência de uma inversão geral de preferências por valores de estima social no *corpus II* para valores de *sanção social* no *material I*, o que reflete uma mudança social relevante acerca do jornalismo, talvez relacionada à deontologia da esfera: um foco que sai da análise da personalidade e do comportamento do indivíduo como pessoa — o que é típico das inscrições de *estima social*, reguladas pela cultura oral nos eixos de *normalidade*, *capacidade* e *tenacidade* — para a análise do comportamento do indivíduo como agente social público — o que está diretamente relacionado à *honestidade* e à *propriedade* de suas ações e discursos, parâmetros tipicamente ligados ao eixo de *sanção social*.

Desse modo, torna-se lícito afirmar que os editoriais de periódicos de bairro vão, paulatinamente, desarticulando as análises voltadas à crítica/louvor moral e se voltando as análises relacionadas à ética pública e, nesse sentido, aproximando-se, até certo grau, do modelo de posicionamento valorativo vigente na grande imprensa.

Contudo, não se deseja, com isso, defender que inexistem textos em que haja preponderância de valores de *estima social* no material do XXI. Pelo contrário. Existem e, inclusive, o texto do *SP Norte*, sob exame, é um desses exemplares. O que se busca

assinalar é o fato de que a postura *laudatória* tende, com o passar do tempo, a diminuir de incidência e, nesse processo, passa a incorporar um índice maior de elementos de *sanção social e polaridade negativa*.

Isso posto, cabe analisar o texto publicado no *SP Norte* (p. 275), que permitirá uma abordagem da *postura laudatória* prototípica no *corpus do século XXI*.

Diferente dos textos *exaltativos* do período anterior, que, em geral, assumem como referente os políticos militares e os símbolos nacionais, o texto do *SP Norte* toma como alvo da exaltação o ex-jornalista e administrador da *Folha de S. Paulo*, Octavio Frias de Oliveira.

O título do texto já introduz um julgamento de *estima social* — *exemplo de empreendedor* —, graduado, a partir do recurso de *força alta* ‘eterno’, cujo referente é explicitado pelo sintagma nominal anterior como o próprio Octavio Frias. No entanto, os parágrafos seguintes apresentarão uma série de *julgamentos* — em um nível de atualização inferior ao que se pode verificar nos textos *do XX* — que, diferentemente do que se observa em relação ao texto anterior, não se dirigem explicitamente ao jornalista, mas sim, primeiramente, a uma categoria de homens na qual Frias se inscreve e, posteriormente, à *Folha de S. Paulo*. Tal estratégia discursiva relativiza o impacto da *postura laudatória* e, nesse sentido, ao não atribuir a um único indivíduo todas essas características, a voz autoral dirime o teor parcial da análise, em geral, menos socialmente corroborado no período atual (*século XXI*) no que tange à *polaridade positiva*.

A sequência de julgamentos de *estima social* presentes na primeira etapa do texto — *pioneiros, onipresentes pelo exemplo que dão ao se dedicarem ao trabalho, proximidade da perfeição* — constrói Frias como integrante de uma categoria especial de indivíduos, digna de louvor, de forma que o jornalista assume, por extensão, as propriedades inerentes ao grupo. O caráter laudatório do editorial é, portanto, indireto, fato corroborado, inclusive, pela minimização da inscrição adjetiva, dado que sua alta densidade denotaria um maior comprometimento autoral com a posição valorativa de *exaltação*.

É importante observar que, no trecho em que Frias é, de fato, citado, a avaliação, em vez de inscrita, é apenas invocada — [...] *se comprometeu em alcançar o sucesso, não só para o seu próprio bem, mas também de todos que, de alguma forma, estivessem ligados a ele* [...], o que confirma um posicionamento de comprometimento autoral mais tênue na laudação individual. Assim, por meio de tal estrutura, o caráter potencial

de individualismo é substituído pelo de altruísmo, construindo o referente como um indivíduo ético, passível de um julgamento de *sanção social positiva*.

Há, inclusive, a atualização de posições valorativas atribuídas a terceiros, no caso, o filho do jornalista, Otávio Frias Filho, que atua como voz alternativa que corrobora as avaliações instanciadas pela voz autoral. Nesse sentido, o mecanismo de expansão dialógica funciona como recurso de ratificação do discurso autoral, e não, como recurso alternativo propriamente dito. Por conseguinte, a estratégia enfatiza *poder* em relação à instância leitora e *solidariedade* em relação à voz do filho.

Note-se que os *julgamentos* com os quais a voz autoral mais se compromete se atualizam apenas no penúltimo parágrafo. Observe-se como, nesses casos, o sujeito modal é a *Folha de S. Paulo*:

A Folha se fez um jornal *mais atuante, mais crítico, mais incômodo*. O jornal passou a ter opinião definida, não apenas a sua própria, como era habitual, mas opiniões de todo um elenco de colunistas e colaboradores.

O recurso de gradação, relacionado à *força alta — mais —*, é repetido três vezes, de forma a abarcar sob seu escopo os *julgamentos de estima social* ‘*atuante*’ e de *sanção social* ‘*crítico e incômodo*’, criando um quadro de *propriedade e ética* ainda maior para o jornal, visto que a gradação engendra a leitura de pressuposição de que tais valores existiam anteriormente à entrada de Frias, mas cuja intensificação mostrou-se resultado da atuação do referente exaltado.

Cabe observar, portanto, que, diferente do texto de Médici, em que a atuação do presidente era modificadora de um quadro *negativo*, a atuação do jornalista é apenas elemento exponencializador de um quadro *positivo* prévio, o que mais uma vez matiza a intensidade da *postura laudatória*.

Além disso, diferentemente dos textos *do XX*, esta postura, no eixo cronológico *I*, engendra um índice muito menor de *afetos* por texto — média de 3 contra 9,13 do período anterior. Trata-se de uma grande diferença de densidade, dado que o *afetivo*, no que se refere ao MNI exaltativo no *material II*, abrigava o maior índice de ocorrências dessa opção paradigmática.

Novamente, parece tratar-se de uma mudança mais global do caráter do editorial. Em textos que privilegiam avaliações *positivas*, o número geral de ocorrências de inscrições valorativas tende a cair e, dessas, principalmente as *afetivas*. A justificativa, no que tange à postura *laudatória*, parece estar ligada ao fato de que, minimizadas as instâncias diretas de análise de *estima social* do referente exaltado, a sua construção

modelar individual passa a ser reduzida e o grupo ao qual o referente se vincula ou mesmos as suas atitudes propriamente ditas tornam-se alvo central das posições valorativas, o que implica uma adesão *afetiva* menor em relação ao ator social tematizado. Nesse sentido, negocia-se uma posição intersubjetiva *afetiva* diferenciada com a instância leitora. Nos textos *do XX*, ela é instada a admirar e louvar conjuntamente um referente particularizado; nos editoriais *do XXI*, ela é instada a reconhecer e seguir um modelo de conduta mais coletivo e, talvez, abstrato. Nesse sentido, os textos *exaltativos recentes* entram em uma situação de tangenciamento mais explícito com o MNI *exortativo*.

Repare-se, a esse respeito, no último parágrafo:

Até a idade em que Octavio Frias de Oliveira faleceu, 94 anos, prova a sua **tenacidade** em relação à vida e suas realizações sempre servirão de exemplo, não só para empresários ou jornalistas, mas a todos os seres humanos que lutam para alcançar seus ideais, não importando quais sejam, nem a idade e nem quando irão se sentir **motivados** a buscá-los. Com sua lição de vida, aprendemos que o **essencial** é estar sempre em busca de novos horizontes, pois sempre há algo novo a ser alcançado.

Veja-se, no parágrafo em destaque, que são inscritos apenas três avaliações: um *juízo de estima social — tenacidade —*, uma *avaliação de valor social — essencial —* e um *afeto relacionado a interesse — motivados —*, cujo semantismo remete justamente à realização de ações, no caso, a uma atitude reflexiva diante da atuação do referente exaltado. Por conseguinte, a etapa *afetiva* aparece relativamente minimizada, não instanciando os valores comuns de *satisfação* e *felicidade*.

Por outro lado, é óbvio que, por se tratar de padrões probabilísticos de ocorrências, as *posturas* podem sofrer coerções de caráter ideacional-representacional, que, em termos acionais, encontram-se instanciadas por parâmetros temáticos, capazes de exponencializar ou matizar a incidência de determinados recursos, relativizando os parâmetros médios ou preferenciais. Ou seja, mesmo no *corpus do XXI*, a *postura laudatória* pode ser atualizada de modo denso, de forma semelhante ao que ocorre no primeiro editorial analisado. Tal parece ser o caso de textos de *apresentação de jornal*, que podem ser produzidos a partir de inúmeros MNI, mas que, via de regra, assumem, em algum momento, mesmo que de forma secundária, padrões da *postura laudatória*. Veja-se, na sequência, um trecho extraído do editorial *15 anos*, publicado pela *Folha de Vila Prudente*, em dezembro de 2006.

[...] **Pluralista, apartidária, democrática** e principalmente **independente**, a **Folha** não pertence a grupo empresarial, não é braço de comunicação velada de políticos e tampouco extensão de igreja ou fé religiosa. Nossos **únicos** compromissos estão ligados a **verdade**, aos leitores e anunciantes. Pode até parecer simples e normal este procedimento. Não é. E isso tem nos custado **feridas profundas, concorrência desleal** e uma luta sem quartel que se renova diuturnamente. Em algumas trincheiras

opostas, acantonam-se **políticos inescrupulosos** que gostariam de ter uma **imprensa amordaçada e chapa branca**. Há outros que fazem jornal por **diletantismo, vaidade** ou **interesses políticos** e empresários de comunicação **sem a devida ética** para concorrer num mercado livre. [...] (FVP 05 – p. 30)

A voz autoral atualiza uma série de *juízos de sanção social positiva* associados à Folha — *pluralista, apartidária, democrática, independente, verdade* — e *negativos* em relação a muitos de seus opositores — *políticos inescrupulosos, imprensa amordaçada e chapa branca, diletantismo, vaidade, interesses políticos, sem a devida ética* —, criando um quadro de oposição entre a instituição representada por ela e as outras, de modo que à FVP ficam associados tanto os *juízos positivos* textualizados quanto os *juízos positivos* invocados que se opõem à caracterização negativa dos outros, o que reforça o aspecto *laudatório* do excerto como um todo.

Veja-se que, nesse caso, a *postura laudatória* tem como alvo o próprio periódico, em uma postura autoelogiosa. Tal procedimento, que pode soar propagandista e parcial, torna-se, então, minimizado por focar no repúdio e na condenação do outro, de modo que à *postura laudatória* associam-se traços de uma *postura condenatória*, marcada pela alta incidência de juízos de *sanção social negativos*, como forma de não apenas condenar o outro, mas também e, principalmente, reafirmar o caráter ético, engajado e honesto do próprio periódico.

Note-se que as próprias inscrições de *engajamento*, em geral de *contração dialógica* (sublinhadas), com exceção da instância modal *Pode até parecer*, definem o periódico por *refutação*, criando a possibilidade dialógica de concebê-lo desta maneira negativa para, em sequência, rejeitar tal possibilidade, deixando, no entanto, um espaço representacional aberto para conceber outros jornais desta forma, premissa que será explorada no mesmo parágrafo.

Vê-se, portanto, que, apesar de se tratar de um texto *exaltativo* que privilegia a *postura laudatória*, o eixo temático pode provocar a instanciamento de recursos advindos de outras posturas, como a *condenatória* — ainda a ser analisada pormenorizadamente —, como forma de minimizar o potencial caráter parcial do autoelogio, que poderia engendrar fortes atitudes responsivas resistentes. Assim, o louvor é construído pela identificação contrastiva do objeto discursivo central em relação aos outros — avaliados negativamente —, que, por corolário, não integram o grupo identitário do agente exaltado.

A *postura condenatória*, que se encontra atualizada de modo estratégico neste texto como forma de corroborar a *postura laudatória*, constitui-se, contudo, em uma das

posturas *preferenciais* dos editoriais *críticos*. Os textos vinculados a tal eixo negociativo assumem, em geral, uma relação de oposição e complementaridade em relação aos *textos exaltativos*, sobre a qual cabem algumas considerações.

Há oposição, na medida em que, enquanto o MNI *exaltativo* caracteriza-se pela alta incidência de inscrições valorativas *positivas*, o MNI *crítico* é marcado pela alta incidência de avaliações *negativas*, constituindo-se no único dos modos negociativos em que há preponderância dessa polaridade. Além disso, diferentemente dos outros MNI, trata-se do único eixo negociativo em que os textos *do XXI* apresentam maior densidade avaliativa. Por outro lado, há complementaridade, no sentido de que ambos partilham de um alto teor de *julgamentos*, que, por sua vez, supera a densidade de *apreciações*.

Desse modo, a postura *condenatória* constitui-se no paradigma oposto em relação à *postura laudatória*, embora abarque uma densidade avaliativa relativamente mais baixa, conforme a análise permitirá mostrar.

Observem-se, então, os textos a seguir. O primeiro fora extraído da *Gazeta da Lapa*, de junho de 1980 e, portanto, pertencente ao material *II*, e o segundo, do *SP Norte*, de junho/julho de 2007, que integra o *corpus I*.

No repulsivo caso da venda de 149 milhões de ações da Cia. Vale do Rio Doce na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro por ordem do governo, já está praticamente tudo resolvido: para variar, não vai acontecer nada. Todos terão explicações muito bem elaboradas para apresentar ao público e o máximo que pode acontecer é a punição de algum “bode expiatório” da Bolsa de Valores ou da corretora. Essa é a hipótese mais provável do desfecho do caso, a julgar pelo resultado do inquérito aberto na ocasião, recentemente divulgado, onde não constam depoimentos do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, nem do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni. O ministro mandou e o presidente do Banco Central transmitiu a ordem de venda das ações da Vale, (companhia estatal), por meio da qual o governo “fez caixa”, isto é levantou rapidamente grande soma de dinheiro, não se importando de, para isso, ter que aviltar os preços dos papéis, e, conseqüentemente, desmoralizar o mercado de ações e a responsabilidade do Governo para com ele.

O certo teria sido a corretora Ney Carvalho, executora da venda, ter comunicado à Comissão de Valores Mobiliários, órgãos que fiscaliza as atividades em bolsa no País, o volume a ser negociado. A Bolsa do Rio de Janeiro, na sequência, deveria ter interrompido a negociação imediatamente, pois já estava clara a tentativa de derrubar a cotação do papel para forçar sua venda maciça. Todos elegam, porém, que desconheciam o volume a ser vendido pelo Governo e juram que cumpriam ordens – e, o que é mais grave, ordens do próprio ministro. O que choca sobremaneira é a ascendência plenipotenciária do Poder Central que levou, no caso, tanto a corretora quanto a CVM, a se submeterem, por conivência consciente ou obediência cega — tanto faz, o que importa é que o talante estava erguido através da instrução para se “cumprir ordens”.

Quais as conseqüências disso? Não é difícil perceber. Pois se o próprio Governo pode interferir no mercado de ações forçando baixa de cotações, ou seja, manipular, sem que nada lhe aconteça, toda a credibilidade do mercado de ações passa a ser questionada, ainda mais se cabe a este mesmíssimo Governo fiscalizar a moralidade da coisa. É claro que o germe da desconfiança irá inocular-se naquela poupador que pretender investir na bolsa, porque estará abalada não só a confiança nos intermediários financeiros que se submetem sem limites ao poder (caso da corretora Ney Carvalho), como no próprio Governo a quem cabe, em última instância, a responsabilidade amior na questão. No caso da Vale, os brasileiros assistiram a mais um “show” de uso ilimitado do poder e de impunidade quase absoluta desse mesmo poder. O que é de assustar, quando se sabe que toda a população, menor ou maior grau, é afetada

por esse mesmo Poder cotidianamente, nos mais variados aspectos e de múltiplas maneiras. (GL 03 p. 104)

Os intocáveis

O “caso” Renan Calheiros não mais surpreende depois de uma série de situações parecidas que vemos continuamente estampadas nos dois últimos anos. Se não surpreende, causa desconforto para um povo assustado com a violência e desrespeitado pela corrupção.

Por esta impunidade enraizada na “Família” formada por alguns políticos, os culpados de hoje tornam-se as vítimas de amanhã.

As desculpas de sempre: É a imprensa que os persegue; são os terroristas opositores do governo, aqueles, da outra família, que criam armadilhas aos inocentes e incautos parlamentares, acusados injustamente, que sempre dizem ter provas de inocência; são os fatos, colocados de forma negativa, que são habilmente manipulados, mas, se usam do mesmo recurso, estão sendo estrategistas políticos, geralmente usando alguma causa social para vender sua proteção em defesa de seus eleitores.

Afastamento por motivos de saúde tão frequente aos parlamentares quando envolvidos em crises “familiares” são mais bem aceitos do que em situação inversa, quando, um trabalhador, que realmente necessita usufruir desse direito, que para muitos se tornou um privilégio, não pode se ausentar de seu trabalho ou tem um atendimento de saúde precário. Ao final tornam-se intocáveis, Ah! Os pobres perseguidos.

Os valores éticos estão se resumindo em situações de conveniências, amoldados segundo as mesmas. Cada grupo tem um padrão e quem é de fora e não respeita, poderá ser eliminado da “turma”. Não há mais parâmetros de comportamento pessoal e profissional que sirvam de guia para as boas condutas. Tudo vem se resumindo à necessidade política do momento, afastando valores que mantêm um povo confiante em seus dirigentes.

A existência de tantas famílias políticas só gera confusão ao povo, pois fragmenta e anula a defesa de nossos direitos, espalhando seus pedaços ao sabor da direção de ventos favoráveis para quem for mais esperto e astucioso.

É por isso que a violência cresce, mesmo havendo governos realmente interessados em promover mudanças e resgatar a consideração pelo ser humano. Mas, a nuvem pesada que vem pairando obre todos nós, devido a situações criadas para proteger quem não merece, tem tornado encoberto o céu da liberdade e do respeito. Cabe a nós resgatarmos nossos direitos e continuarmos acreditando em que nossa cidadania vem em primeiro lugar e não se limita aos interesses de partidos políticos ou de pessoas mascaradas de líderes. (SPN 15 – p. 71)

Ambos os editoriais apresentam PST sociopolítico, embora seja possível depreender um teor de denúncia muito mais contundente e densamente argumentado no primeiro texto. No entanto, ambos constituem-se em exemplares textuais que atualizam a *postura condenatória*.

Tal postura caracteriza-se, fundamental e preferencialmente, pela instanciamento de uma rede de recursos avaliativos de *polaridade negativa* focados, essencialmente, em duas atividades: *julgar*, em termos de *sanção social*, uma dada realidade, geralmente a presente — doravante denominada *status quo* —, e asseverar o impacto dessas atitudes condenadas na sociedade ou grupos humanos envolvidos, por meio de inscrições ou invocações *afetivas* também *negativas*.

Conforme mencionado no capítulo terceiro, os *julgamentos* de *sanção social* abarcam dois grandes grupos — a *honestidade* e a *propriedade (ética)*. Indivíduos que, em geral, transgridem tais valores recebem um olhar avaliativo de *condenação* pela sociedade, que, muitas vezes, acaba, inclusive, punindo os transgressores. *Corruptos*, *desonestos*, *ladrões*, *terroristas*, *trapaceiros*, dentre outros, são exemplos de

juílgamentos que implicam transgressões passíveis de punição institucional e/ou legal e, portanto, ligados à *sanção social*.

O primeiro texto apresenta uma denúncia acerca da corrupção e da desonestidade inerentes a um processo de venda de ações da Companhia Vale do Rio Doce em 1980. Em geral, os editoriais da *Gazeta da Lapa* não apresentam título, o que não constitui prática incomum no jornalismo de bairro, embora assumam teor *permissivo*, e não, *preferencial*.

A primeira inscrição avaliativa do texto já é significativa. A voz autoral atribui o epíteto *repulsivo* ao caso da venda das ações da Vale, inscrevendo um recurso de *afeto/apreciação negativa*, que mostra o impacto de insatisfação, descontentamento e até nojo que envolve tal negociação. Prossegue, afirmando que, em consonância a casos anteriores, não ocorrerá punição.

Note-se que a estrutura invoca o julgamento de *sanção social negativa* relativo à *impropriedade*, atualizando possíveis leituras de *impunidade* e *desonestidade*, o que é corroborado pela construção encabeçada pelo recurso de gradação *máximo* — *o máximo que pode acontecer é a punição de algum “bode expiatório” da Bolsa de Valores ou da corretora*. Tal posição valorativa reflete um quadro de corrupção e impunidade generalizada, uma vez que constrói como o valor possível mais alto a punição de um *bode expiatório*, avaliação de *sanção social negativa* relativa à *propriedade*.

Note-se, contudo, que a punição do *bode expiatório* encontra-se circunscrita pela modalidade epistêmica, que atualiza um recurso de *expansão dialógica*, no campo da *consideração*, de modo a colocar mesmo tal condenação em dúvida, abrindo possibilidades de alternativas dialógicas que não prevejam tal situação.

O tom de denúncia é ainda mais visível pela atualização de recursos de *negação* no trecho seguinte, em que a voz autoral abre a possibilidade dialógica de que deveria haver, no inquérito, depoimentos do presidente do Banco Central e do ministro da Fazenda, possibilitando, novamente, uma leitura possível de *impropriedade* — *Essa é a hipótese mais provável do desfecho do caso, a julgar pelo resultado do inquérito aberto na ocasião, recentemente divulgado, onde não constam depoimentos do ministro da Fazenda, Ernâne Galvêas, nem do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni*.

As instâncias de *sanção social* — especialmente de *propriedade negativa* — multiplicam-se pelo texto e, muitas vezes, resultam de formulações verbais que invocam tais julgamentos: *desmoralizar o mercado de ações e a responsabilidade do Governo*

para com ele; convivência consciente ou obediência cega; toda a credibilidade do mercado de ações passa a ser questionada; “show” de uso ilimitado do poder; impunidade quase absoluta desse mesmo poder. Note-se que muitas dessas instâncias, ainda que não se refiram diretamente a um responsável modal do âmbito político ou econômico, invocam as atitudes destes como *negativas*, representando a atuação desse grupo social como anti-ética, de modo a afetar *negativamente* o país como um todo.

Tal procedimento é realizado pela voz autoral por meio de inscrições de *afeto negativo*, de modo a tornar visíveis e concretas as sensações do editorialista e/ou de um público por ele representado — a comunidade leitora — diante de tais comportamentos. Observe-se: *No repulsivo caso da venda de 149 milhões de ações da Cia. Vale do Rio Doce; O que choca sobremaneira é a ascendência plenipotenciária do Poder Central [...]; É claro que o germe da desconfiança irá inocular-se naquele poupador que pretender investir na bolsa [...]; O que é de assustar, quando se sabe que toda a população, menor ou maior grau, é afetada por esse mesmo Poder cotidianamente [...].*

Todas as inscrições de *afeto* atualizadas nos segmentos destacados remetem a sensações *negativas*, em geral, ligadas à *segurança* e à *inclinação*. Repare-se, inclusive, que as estruturas sintáticas das inscrições citadas inserem a *avaliação* em uma posição de relevo no encadeamento enunciativo.

Em *O que choca sobremaneira*, o *afeto*, inscrito pelo verbo, assume uma posição focalizada, intensificada pelo elemento de *gradação alto* ‘*sobremaneira*’, tornando a ascensão do Poder Central algo surpreendente e, ao mesmo tempo, assustador. Fato semelhante ocorre no último parágrafo, quando o verbo *assustar*, que denota um *afeto* de *insegurança*, também assume uma posição verbal focalizada, criando uma representação de um quadro político-social cerceado pelo *medo* de um possível abuso. No terceiro caso, por sua vez, *É claro que o germe da desconfiança irá inocular-se naquele poupador que pretender investir na bolsa*, o destaque se encontra na atualização de um recurso de *contração dialógica* do âmbito da *declaração/concordância*, que exclui as alternativas dialógicas possíveis, calcando a posição valorativa num acordo pressuposto entre leitor/escritor acerca de tal inscrição *afetiva* — *desconfiança* —, o que, em certa medida, maximiza o esforço interpessoal para se resistir a tal ponto de vista, uma vez que ele é construído como *óbvio*.

À semelhança da *postura laudatória*, a *postura condenatória* apresenta um teor relativamente alto de autoritarismo, buscando minimizar a possibilidade de alternativas dialógicas que, de algum modo, se contraponham às posições valorativas assumidas

pela voz autoral. Em geral, as instâncias de *expansão dialógica* não consistem em possíveis enfrentamentos ou dissonâncias em relação ao que se propõe, mas sim, como possibilidades diferenciadas que acarretam uma nova reificação do valor defendido, como ocorre no início do texto em análise.

As inscrições de *consideração* referentes ao *bode expiatório* criam uma alternativa dialógica de não-condenação dos transgressores, a qual, se real, só corrobora ainda mais a avaliação de *impropriedade* e *impunidade* construída pelos recursos da *postura condenatória*.

O segundo texto, proveniente do *corpus I*, atualiza uma *postura* muito semelhante, assumindo também um tom de denúncia política. O título já traz um potencial *julgamento de sanção social negativa*, remetendo à corrupção e à criminalidade e, principalmente, à *impunidade* — *Os intocáveis*.

De modo semelhante ao texto anterior, inscrições de *afeto negativo* são instanciadas no primeiro parágrafo em relação aos comportamentos de transgressão dos políticos, que, também nesse caso, são construídos a partir de uma visão de ausência de punição, fato que acarreta, segundo a voz autoral, a permanência e continuidade de tais práticas negativas. Observe-se o trecho:

O “caso” Renan Calheiros não mais **surpreende** depois de uma série de situações parecidas que vemos continuamente estampadas nos dois últimos anos. Se não **surpreende**, causa **desconforto** para um povo **assustado** com a violência e **desrespeitado** pela corrupção.

Note-se que o elemento de *contração* por *negação* ‘*não mais*’, aplicado ao verbo *surpreender*, que instancia valor *afetivo*, ratifica uma posição valorativa de *normalidade*, de ausência de novidade, reiterada por recursos de gradação — *uma série de situações parecidas* — e advérbios modais de habitualidade — *frequentemente* —, que criam um quadro de *corrupção contínua* para o *status quo*. Tal configuração valorativa acarreta *desconforto*, afeto de *insatisfação/infelicidade*, cujo efeito é exponencializado por uma sobreposição ao atributo afetivo *assustado* — que instancia *afeto de insegurança* —, construído em referência ao povo. Repare-se que o gatilho associado a essa *insegurança* consiste em dois comportamentos de transgressão, que invocam *julgamentos de sanção social negativos* — *violência* e *corrupção*. A própria forma adjetiva *desrespeitado* instancia novo valor *afetivo negativo*, concernente ao *descontentamento/insatisfação* do povo.

Assim, fica possível observar como a voz autoral abusa de instâncias afetivas para construir um *status quo* incômodo, insustentável do ponto de vista das sensações

populares, visto que traz *insegurança, descontentamento, infelicidade e insatisfação* — numa soma de reações emotivas indesejáveis. Tal somatório de sensações é associado à corrupção e à violência, de modo que tais comportamentos sejam representados como a origem dos grandes males sociais. A *postura* é, claramente, *condenatória*.

Os parágrafos seguintes corresponderão às etapas de condenação propriamente ditas e instanciarão uma série de *julgamentos de sanção social negativa* — *impunidade enraizada na família; culpados de hoje tornam-se as vítimas de amanhã; terroristas opositores do governo; inocentes e incautos parlamentares* (irônico); *injustamente; fatos habilmente manipulados; intocáveis; pobres perseguidos* (irônico); dentre outros.

A voz autoral retrata a situação de impunidade por meio de um conjunto de fatores que permitem conceber os políticos como indivíduos que manipulam informações e se utilizam de privilégios para subverter a justiça, o que acarreta potenciais avaliações de *propriedade (ética) negativa*. Tal associação é corroborada pela asserção em modalidade categórica que inicia o quinto parágrafo — *Os valores éticos estão se resumindo em situações de conveniências, amoldados segundo as mesmas*.

Os dois últimos parágrafos, por sua vez, merecem destaque e encontram-se reproduzidos na sequência:

A existência de tantas famílias políticas só gera confusão ao povo, pois fragmenta e anula a defesa de nossos direitos, espalhando seus pedaços ao sabor da direção de ventos favoráveis para quem for mais esperto e astucioso.

É por isso que a violência cresce, mesmo havendo governos realmente interessados em promover mudanças e resgatar a consideração pelo ser humano. Mas, a nuvem pesada que vem pairando obre todos nós, devido a situações criadas para proteger quem não merece, tem tornado encoberto o céu da liberdade e do respeito. Cabe a nós resgatarmos nossos direitos e continuarmos acreditando em que nossa cidadania vem em primeiro lugar e não se limita aos interesses de partidos políticos ou de pessoas mascaradas de líderes.

Note-se que, no penúltimo parágrafo, o editorialista atualiza uma metáfora — analisada, nesta tese, como *recurso de envolvimento* ligado à *captação* — relativa ao vento, que atua, retórica e figurativamente, como elemento que espalha os fragmentos dos direitos do cidadão para os mais *espertos e astuciosos*, valores de *estima social*, em geral, *positivos*, mas cuja polaridade, no contexto, depende, especialmente, da atitude responsiva complacente ou resistente do consumidor textual em relação a tais indivíduos. Crê-se, no entanto, que o efeito de *contaminação prosódica* favoreça uma leitura *negativa* dos *julgamentos*. Independentemente da leitura, no entanto, o quadro de *injustiça social*, dada a distribuição não igualitária dos direitos, mantém-se.

Outro elemento de destaque, no parágrafo, concerne ao cotexto da inscrição *afetiva negativa* ‘*confusão*’, em referência ao povo. Note-se que o recurso de *gradação*

só exclui outras possibilidades dialógicas no que tange à potencial geração de efeitos distintos no povo e, assim, atua também como elemento de *contração dialógica*, de modo a criar um quadro de inexorabilidade no que se refere à *confusão* e à fragmentação e anulação dos direitos do povo — categorizado a partir de *um recurso de vinculação pronominal genérica*.

O caráter inexorável da situação funciona como argumento central para a conclusiva que encabeça o último parágrafo. O crescimento da violência é dado como argumento mais forte, apesar das forças contrárias construídas a partir do conectivo *concessivo*, que contrai o dialogismo, criando uma situação de exceção, cuja alternativa dialógica consiste no fato de que *governos realmente interessados em promover mudanças e resgatar a consideração pelo ser humano deveriam impedir o crescimento da violência*, a qual a voz autoral pressupõe como aceita pela comunidade leitora, mas que é bloqueada pela estrutura de *contra-expectativa*.

Tal situação de exceção, que caracteriza o *status quo* de *transgressão*, acarreta o encobrimento do *céu da liberdade e do respeito*, invocando *julgamentos negativos de sanção social*— *autoritarismo e desrespeito*.

O teor exortativo final atua como uma possível saída para tal situação, mas não chega a constituir-se em um comando à ação prática do ator social, de modo a não configurar força suficiente para conceber o texto como exortativo. O foco encontra-se no *convencimento* do leitor acerca da *impunidade*, do *descaso* e da *corrupção* atuais e não movê-lo a realizar ações concretas contra o fato, em um esforço de *persuasão*. No entanto, tal combinação já permite entrever que a *postura condenatória* está também potencialmente ligada a propriedades exortativas, de maneira que a sua atualização em textos *exortativos* não se torna bloqueada, já que pode atuar como criadora de um quadro de configuração de uma situação-problema, para a qual as exortações podem constituir-se em soluções.

O gráfico a seguir representa a densidade de atualização de recursos atitudinais no que tange ao MNI crítico nos *corpora do XX* e *do XXI*, em contraste com a média dos editoriais.

Densidade de recursos atitudinais referentes ao MNI *crítico* (contraste cronológico)

O gráfico permite observar que os textos *críticos* caracterizam-se por uma densidade quase sempre maior de inscrições negativas, em contraste com as positivas, no que se refere a qualquer um dos eixos cronológicos. Ademais, os valores negativos tendem a superar aqueles apresentados no editorial médio, conforme o contraste entre as duas primeiras colunas, por um lado, e a última, por outro, permite depreender.

Destaca-se também o fato de que a densidade de *julgamentos*, à semelhança dos textos *exaltativos*, é maior que a de *apreciações*, o que não ocorre nos modos de negociação intersubjetiva *exortativo* — no que se refere ao material *do XX* — e *informativo*. Assim, são características prototípicas da *postura condenatória* o alto teor de *julgamentos negativos*, superando o índice de *apreciações*, além de inscrições de *afeto*, em geral, também *negativas*, que corroboram o impacto dos comportamentos transgressores.

No entanto, afirmar que apenas a *postura condenatória* encontra-se atualizada nos textos *críticos* seria falso. Analogamente, seria também inadequado afirmar que tal postura se encontra apenas circunscrita a esse MNI.

Uma simples constatação matemática permite tal conclusão. Observando a relação entre a linha EDIT MED e as outras — XXI e XX —, é possível verificar que, enquanto a densidade positiva geral é bem maior que a verificada em qualquer uma das periodicidades *críticas* — cerca de 10 contra 6,5 e 6, respectiva e aproximadamente —, a distinção verificada na polaridade negativa não é, de modo algum, tão alta — cerca de 7 contra 8,5 e 7,3, respectivamente. Muito embora os textos críticos constituam uma parte percentual considerável dos textos sob análise (cerca de 51% dos textos *do XXI* e 39% do material *do XX*, e, portanto, seu peso na média seja considerável), não se justifica um número total tão próximo de atualização de polaridade *negativa* no XX em relação ao total se outro MNI não atualizasse posturas que também fossem marcadas pela alta densidade *negativa*. Nos textos do *corpus II*, já se constatou que a *postura laudatória*, típica dos textos *exaltativos*, apresenta baixos índices de polaridade *negativa*. Como não há textos informativos no *corpus do XX*, só se pode atribuir tal impacto à densidade média negativa a instâncias de MNI *exortativo*. Em outras palavras, a *postura condenatória* também pode ser encontrada nesses textos.

Além disso, ao mesmo tempo em que o gráfico confirma tal aspecto em relação à polaridade *negativa*, ele também ratifica a minimização da relevância da polaridade *positiva* nos textos críticos. Esses apresentam o menor índice médio de avaliações *positivas* dentre os modos de negociação intersubjetiva.

No entanto, há de se destacar mais um índice quantitativo relevante na análise dos textos *críticos*. Note-se que há uma inversão na densidade de atualização de *juízos de estima social e sanção social* no eixo temporal. Enquanto as inscrições de *estima negativas* são superiores no *corpus II (XX)*, são as de *sanção negativas* que se destacam no *corpus I (XXI)*. Entretanto, o número global de *juízos* permanece muito próximo em ambos os períodos, o que remete a um processo de estabilização funcional dos *juízos* como elementos centrais à teleologia do MNI em questão, mas de dinamização dos valores e comportamentos relevantes a serem julgados no decorrer do tempo.

Isso permite aventar a hipótese de uma outra *postura* inerente aos textos críticos, que, em vez de centrar-se em *juízos de sanção social*, focalize as avaliações de *estima*, mais voltadas à personalidade e ao comportamento pessoal dos indivíduos no que concerne à *normalidade, capacidade e tenacidade*. Assim, embora mais rara, a *postura de repúdio* também pode ser verificada nos textos *críticos*. Não consiste, contudo, na forma *preferencial* de negociação valorativa neste MNI.

Veja-se, na sequência, um exemplar textual em que se pode verificar a presença de tal postura, a fim de contrastá-la com a forma *condenatória* no MNI crítico:

Eleição para administrador é uma incoerência

A eleição para a escolha dos futuros administradores regionais é uma incoerência, como também o são as chamadas listas tríplices ou quádruplas. Não se pode adotar tal prática, pois, só teria razão de ser se o prefeito da cidade fosse eleito através do voto direto.

Não vemos razão para aumentar esta celeuma porque não acreditamos que o futuro governador Francisco Montoro escolha o novo prefeito pelos sistemas propostos para a escolha dos administradores regionais. Caso venham a prevalecer tais sugestões, quem terá direito a voto para escolher os novos administradores?

As sociedades amigos de bairros, irão nos responder. Representam tais sociedades ou conselhos comunitários toda a comunidade? Tem, pelo menos, dez por cento de associados do total de habitantes das áreas que pretendem representar?

As entidades de classes? Os clubes de serviços? As comunidades eclesiais de base? Por mais organizados e representativos que queiram ser da comunidade, não representam a porcentagem necessária para escolher o administrador regional. No caso de Vila Prudente, toda as entidades reunidas não somam 50 mil habitantes, nem de longe, mesmo sendo extremamente otimista, ou seja, dez por cento da população do bairro.

Não será a GPV que tomará posição contrária aos sistemas, caso venham a ser aplicados, pois, o candidato do jornal é o engenheiro Nilo Batista Suguiyama, há quase dez anos desempenhando as funções de administrador regional e trabalhando no bairro desde 1953.

Em 30 anos de bairro o engenheiro Nilo é humilde a ponto de dizer que ainda não conhece todos os problemas da população, embora, todos os dias visita os mais diferentes rincões do subdistrito. Técnico de alto gabarito e larga experiência na administração municipal, ainda assim encontra obstáculos para o melhor desempenho de suas funções e é o melhor da cidade de São Paulo, no cargo, não temos dúvidas.

Um novo prefeito de bom senso não terá dúvidas em manter o engenheiro Nilo em seu cargo. Os demais pretensiosos a tanto, devem ter o mínimo de ridículo necessário para não pleitear um cargo, quando não reúnem condições para ocupá-lo. E tem mais. Caso o prefeito fosse eleito pelo povo, temos certeza que não abriria mão de indicar homens de sua irrestrita confiança para ocupar tais cargos, afinal, se os administradores regionais não forem bons, o prefeito arcará com as responsabilidades e poderá ver seu governo cair em desgraça, muito antes do esperado. (GVP 06 – p. 114)

O texto anterior, publicado na *Gazeta de Vila Prudente*, em 1983, é marcado por uma intensa atualização de *juízos negativos de estima social* que, em alguns casos, chegam a tangenciar a fronteira das *apreciações de valor social*.

Note-se que a avaliação de *incoerência* presente no título encontra-se exatamente neste limiar — entre um sentido de *invalidação*, tipicamente *apreciativo*, e uma instância de *anormalidade/ilogicidade*, potencialmente ligada à *estima social*. Esse mesmo elemento paratextual já deixa explícito o tema do texto e o posicionamento autoral diante dele, circunscrevendo o teor *crítico* inerente ao editorial.

No primeiro parágrafo, a voz autoral reitera a posição valorativa do título e a estende para outros processos eleitorais, justificando-a pelo fato de as eleições para prefeitos não serem diretas. Observe-se que o tom é autoritário, explicitamente marcado por uma interdição — *Não se pode adotar tal prática*. Tal teor será mantido no decorrer do texto, o que demonstra um aspecto de consonância em relação à *postura condenatória*.

As perguntas retóricas que se seguem são exemplos claros de mecanismos que, em vez de expandirem o dialogismo, contraem-no, direcionando o leitor às conclusões inerentes às representações e posições valorativas autorais — ou seja, às de que nenhuma das organizações populares e comunitárias da região representa, de fato, a Vila Prudente.

Observe-se que a *postura* é de *repúdio*. Não se está condenando a atitude de atores sociais, mas sim rechaçando, rejeitando determinados processos e argumentando em relação a tal proposta. Como consequência, atualizam-se valores de *estima e apreciação negativos*, destacando a complexidade e gravidade da questão. Note-se, no quarto parágrafo, como as avaliações potencialmente *positivas* adquirem uma *polaridade negativa* no contexto, dada a expressão da *modalidade de inclinação*:

As entidades de classes? Os clubes de serviços? As comunidades eclesiais de base? **Por mais organizados e representativos que queiram ser da comunidade**, não representam a porcentagem necessária para escolher o administrador regional. No caso de Vila Prudente, toda as entidades reunidas não somam 50 mil habitantes, nem de longe, mesmo sendo extremamente otimista, ou seja, dez por cento da população do bairro.

Veja-se que a organização e a representatividade — inscritas em uma formulação concessiva sob a qual incide a *modalidade de inclinação* — acabam sendo questionadas, uma vez que recebem traços de *insuficiência*, o que as situa em uma linha tênue entre a polaridade *positiva e negativa*, altamente dependente do olhar avaliativo

do consumidor textual e, por isso mesmo, implicando um alto esforço interpessoal da voz autoral.

Apesar disso, a formulação permite ao editorialista um olhar de reconhecimento no que se refere aos possíveis desejos positivos dessas organizações e entidades, de modo que se torna possível ampliar a solidariedade com os leitores que as concebesssem de maneira positiva. A polaridade *negativa* potencial, por outro lado, circunscreve tais organizações a um panorama específico de falta de representatividade real na região. Em outros termos, a leitura *positiva* dessas organizações situa-se em um plano *modal* — do desejo, da inclinação —, enquanto a leitura *negativa* fica alocada à realidade, à factualidade, dividindo, potencialmente, a comunidade leitora.

Repare-se que o valor *afetivo positivo otimista*, ligado ao *interesse/satisfação*, e também à *estima social*, no campo da *tenacidade*, é instanciado — e, por sinal, sob intensificação de um recurso de *gradação alta* — em uma representação discursiva em que tal valor não é necessariamente positivo, uma vez que remete a uma ilusão.

Tal aspecto é ilustrativo do mecanismo de *contaminação*, inerente à avaliatividade. As inscrições negativas de *estima* contaminam o editorial e, associadas a mecanismos de *contração dialógica*, como *negações* e *concessivas*, são capazes de espalhar tal teor pelo texto, exponencializando o caráter de *repúdio* inerente ao discurso autoral.

O quinto e o sexto parágrafos, no entanto, invertem tal *postura* e instanciam traços de um outro padrão, mais comum nos textos *exortativos*, a *postura de reconhecimento*, baseada em valores *positivos* de *estima social*, que atua como uma forma de posicionamento intersubjetivo de embasamento valorativo para exortações posteriores.

No texto em questão, o processo exortativo não se verifica em sua plenitude, mas é possível constatar a instanciação de qualificações admiratórias do engenheiro Nilo, candidato explicitamente apoiado pela GVP para as possíveis eleições para administrador regional — *humilde, técnico de alto gabarito, larga experiência na administração da cidade, melhor da cidade de São Paulo*. Repare-se que a *humildade* do engenheiro é construída a partir de uma estrutura concessiva, que contrai o dialogismo, instaurando um pressuposto, sob o qual se impõe a concordância do leitor, de que *quem visita os rincões do subdistrito todo dia deve conhecer ou conhece todos os problemas da população*. Tal pressuposto enaltece ainda mais a figura de Nilo,

construindo-o como um exemplar de competência — valor de *tenacidade* — e, portanto, digno de *admiração* e *reconhecimento*.

No último parágrafo, no entanto, a voz autoral reinstanciava a *postura de repúdio*, além dos valores *afetivos* tipicamente associados às conclusões dos editoriais da imprensa paulistana de bairro. Observe-se o trecho abaixo:

Um novo prefeito de bom senso não terá dúvidas em manter o engenheiro Nilo em seu cargo. Os demais **pretensiosos** a tanto, devem ter o mínimo de **ridículo** necessário para não pleitear um cargo, quando não reúnem condições para ocupá-lo. E tem mais. Caso o prefeito fosse eleito pelo povo, temos certeza que não abriria mão de indicar homens de sua irrestrita confiança para ocupar tais cargos, afinal, se os administradores regionais não forem **bons**, o prefeito arcará com as responsabilidades e poderá ver seu governo cair em desgraça, muito antes do esperado.

A construção *positiva* do engenheiro Nilo torna-se parâmetro para o critério de *bom senso*, avaliação de *estima positiva*, associada a um novo prefeito potencial. Veja-se que se trata de uma construção autoritária, visto que a não manutenção de Nilo no cargo implica a destituição do *bom senso* — valor de *capacidade* e *normalidade* — que caracterizaria o agente social que ocupasse a prefeitura. Nesse sentido, o *repúdio* constrói-se pela oposição ao ator social *admirado*, em uma interação de posicionamentos avaliativos interposturais.

Os demais candidatos, categorizados como *pretensiosos*, valor de *estima negativa*, uma vez que tal *julgamento* implica a ilusão de capacidade, tornam-se responsáveis modais de um enunciado formulado a partir de uma estrutura *deôntica*, que os constrói na obrigação de possuir senso de *ridículo*, novo valor de *estima negativa*, para não pleitear o cargo, desmascarando a ilusão de capacidade em certeza de incapacidade — *quando não reúnem condições para ocupá-lo* —, processo por meio do qual o *repúdio* se manifesta explicitamente.

O trecho final apresenta duas inscrições de *afeto* — *confiança* e *desgraça*. A primeira encontra-se associada à relação entre um possível prefeito eleito pelo povo e os administradores regionais; a segunda, por sua vez, às consequências de uma escolha de administradores ineficazes para seus cargos. Note-se que a inscrição de *afeto negativo* funciona justamente como reação indesejável acerca da não realização daquilo que o jornal defende — ou seja, a inscrição *afetiva* visa a construir um quadro negativo associado à rejeição da representação do jornal e, por oposição, um quadro positivo associado à sua representação.

Além disso, é central observar que esse quadro é montado a partir de um condicional que estabelece a hipótese de o prefeito ser eleito pelo povo, justamente a prática mencionada no início do texto como aquela que seria necessária para o

estabelecimento da coerência para as eleições voltadas às administrações regionais. Assim, com a associação de prefeitos eleitos pelo povo à escolha sensata de *bons* administradores — valor de *estima social positiva*, no campo da *capacidade* —, vinculados por *confiança*, a voz autoral reforça seu posicionamento valorativo fundamental acerca do processo de eleição dos administradores regionais, conforme enunciado no primeiro parágrafo.

Isso posto, pode-se observar que a relação entre *postura* e *modo de negociação intersubjetiva* não é sempre unívoca, ou seja, é plenamente possível que um único MNI comporte inúmeras *posturas*, desde que estas cumpram as funcionalidades inerentes a tal mecanismo de coerção da construção da intersubjetividade.

Tanto a *postura condenatória* quanto a *de repúdio* cumprem os elementos básicos da negociação *crítica*: 1. a avaliação negativa do *status quo*, por meio de inscrições de *julgamentos* ou *apreciações negativas* da realidade circundante e de seus agentes sociais, além dos seus possíveis efeitos *afetivos* igualmente *negativos*; e 2. constroem um quadro de *indesejabilidade* desse *status quo*, sobre o qual repousam as estratégias argumentativas que visam ao convencimento do consumidor textual acerca da validade das representações e posições valorativas autorais.

Diferentemente de tais posturas, que implicam um tom de alto comprometimento da voz autoral em relação ao comportamento e às ações dos atores sociais e instituições tematizados, os editoriais *informativos* — circunscritos ao material *do século XXI* — apresentam padrões avaliativos opostos. Valorizam a *polaridade positiva* e as *apreciações* em vez de *julgamentos*, assumindo uma postura preferencialmente *analítica*, em que o comprometimento autoral é minimizado por avaliações que se focam no *valor social* das ações, decisões, eventos e locais.

O gráfico a seguir expõe a densidade atitudinal média do MNI *informativo* em comparação à média geral dos editoriais:

Densidade de recursos atitudinais referentes ao MNI *informativo* (contraste cronológico)

Note-se que, à semelhança do MNI *exaltativo*, os textos *informativos* privilegiam, de modo geral, a *polaridade positiva* sobre a *negativa*, tipicamente associada ao modo negociativo *crítico*. Por outro lado, em contraste com os dois protótipos de negociação intersubjetiva anteriores, o editorial *informativo* privilegia as *apreciações* em detrimento dos *julgamentos*, fato de extrema relevância.

As *apreciações* permitem à voz autoral avaliar o *valor social* das ações, comportamentos, decisões e fatos, minimizando seu comprometimento em relação a um possível posicionamento de *condenação/louvor* ou *repúdio/reconhecimento*. Por permitir uma simulação de objetividade maior, as *apreciações* parecem ter assumido parte do papel dos *julgamentos positivos* no decorrer do tempo, revelando uma potencial tentativa de desvincular a voz autoral de *posturas* muito contundentes de *reconhecimento* e *laudação*, calcadas em *julgamentos*, que requisitam um esforço interpessoal intenso, além de exigir um alto comprometimento autoral, o que exponencializa o risco de um olhar avaliativo que sancione tais periódicos como parciais, preocupação reiteradamente construída pelo discurso desses mesmos jornais em seus editoriais¹³⁷.

Nessa perspectiva, torna-se possível depreender uma possível motivação pela opção de minimizar a instanciação de *atitudes negativas*, uma vez que, por seu caráter inerentemente polêmico, acabam comprometendo ainda mais a voz autoral, em termos interpessoais, diante da realidade enunciada em seu discurso, o que pode acarretar resistência em uma imprensa que prima pela identificação com os valores da comunidade discursivamente construída por ela mesma. Note-se que o nível de atualização da *polaridade negativa* é intensamente menor que a média editorial (2,00 x 7,01).

Tais características permitem postular a existência de uma nova *postura*, de caráter *preferencial*, inerente a esse MNI: a *postura analítica*. Denomina-se *analítica* a *postura* que privilegia as *apreciações de valor social*, necessariamente acarretando uma atualização menos densa de *julgamentos*, que permitem à voz autoral construir-se, em face do consumidor textual, como uma autoridade por *conhecimento*, assumindo, em muitos casos, uma atitude de *recomendação*. Nesse sentido, a teleologia inerente ao MNI encontra-se circunscrita ao *oferecimento de proposições e posições valorativas* que destaquem eventos ou acontecimentos relevantes na região em dado período. Por

¹³⁷ Repare-se, por exemplo, em trecho do editorial da FVP, já aqui comentado, às pp. 285-6

isso, a *polaridade positiva*, que, no caso, tende a uma *neutralidade*, acaba sendo privilegiada, e a inscrição *afetiva* torna-se mínima.

Devido a tal aspecto de minimização atitudinal, torna-se realmente difícil conceber que esta *postura* e, por consequência, o MNI em que ela é preferencial, o *informativo*, sejam atualizados no *corpus do século XX*. Nesse período, o editorial da imprensa paulistana de bairro apresentava, em regra, alta densidade avaliativa. A *postura analítica*, marcada pela redução sistemática do comprometimento avaliativo, só pode surgir em um contexto de demanda e motivação social inerente à prática que permita um posicionamento autoral com menor esforço interpessoal, dotado de um teor mais expositivo, no sentido de que o limiar entre o que seria um gênero opinativo/avaliativo, do âmbito do comentário, assuma fronteiras mais ou menos obscurecidas em relação aos modos de ação informativo/expositivo, aproximando-se da notícia/reportagem. Tal contexto parece emergir apenas no período de intensificação da *desmassificação dos meios*, a partir do final do século XX, mas principalmente, no XXI. Em outros termos, nesse último período, espera-se da esfera jornalística maior argumentatividade, informação e análise que posicionamentos autorais explícitos do ponto de vista ético e/ou moral — pelo menos, no que se refere a editoriais.

Vejam-se, na sequência, dois textos que atualizam tal *postura*. O primeiro fora publicado pelo *Jornal Nosso Bairro*, na semana de 07 a 13 de outubro de 2006, e o segundo, n’*A Gazeta da Zona Norte*, em 07 de julho de 2007 (sem título):

Pompéia – Muito além da história
Urbano Lemos

Neste sábado, dia 7 de outubro, o bairro da Pompéia completará 96 anos.

Conhecido como um dos bairros mais tradicionais e históricos da nossa região, a Pompéia comemorará pela primeira vez seu surgimento desde 1910.

A escolha do nome do bairro “Pompéia” seguiu uma temática aplicada pelos desbravadores responsáveis pelo loteamento da “Vila Romana”, qual seja, a de sugerir denominações que lembrassem a história da Itália.

Partindo da história para a atualidade, o bairro da Pompéia hoje é sinônimo de efervescência cultural e religiosa, de um lado é possível encontrar as diferentes formas de expressão e pluralidade (SESC Pompéia) de outro, a tradição religiosa da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Pompéia com seus vitrais e sua linha barroca.

O bairro tem seus atrativos característicos, como a localização privilegiada, próxima ao Centro e de bairros de alto poder aquisitivo, como Higienópolis e Perdizes. Conta ainda com boa infra-estrutura de transporte público e trens nas imediações, além do fácil acesso para outros pontos importantes da cidade.

Neste momento tão memorável, a oficialização da data de aniversário do bairro, a Associação de Preservação Ambiental da Pompéia (APA), tomou para si a organização dos eventos comemorativos, se obrigando a, todos os anos, realizar um projeto de melhoria e resgate do bairro. O principal objetivo da associação é a melhoria do bairro e assim, o seu patrimônio sócio-cultural.

Com o apoio do *Jornal Nosso Bairro*, o projeto escolhido para este ano foi à recuperação do calçamento do Edifício Sumaré, na Avenida Professor Alfonso Bovero com Rua Apinagés, local considerado o “Portal” da Pompéia e que tem alguma notoriedade, pois foi à moradia de vários artistas da Rádio e TV Tupy.

Assim, este é o primeiro aniversário que o bairro da Pompéia comemora, mas, certamente sua história será para sempre lembrada e assim, teremos um resgate anual de um pedaço da história de São Paulo - a história da Pompéia. (JNB 14 – p. 15)

Inaugurado em setembro de 2004, o Parque da Juventude ainda é uma das grandes novidades da região. Com 240 mil m², este parque público reúne quadras poliesportivas, playground, pista de Cooper, uma grande área verde e instalações destinadas a atividades de educação e cultura. A entrega de todo o complexo em etapas diferentes foi ampliando o leque de opções dentre esporte, lazer e cultura para a região. Mesmo assim, a maioria dos moradores da Zona Norte ainda não o conhece ou frequenta.

Esse fato foi comprovado por uma pesquisa recentemente realizada pela administração do parque, que pretende aumentar a frequência de 90 mil pessoas por mês para 150 mil até o próximo ano. Além da divulgação das atividades já realizadas, a administração aposta em novas parcerias e implementações para integrar o Parque da Juventude à população. Entre as principais ações, está prevista a construção de um novo estacionamento com 300 vagas, sendo esta uma das carências mais evidentes do local.

A frequência, ainda baixa, do Parque da Juventude pode estar ligada à recente história da Casa de Detenção, que durante décadas foi uma referência de fugas, rebeliões e violência com repercussão em todo o mundo. Para o morador da Zona Norte, é comum a lembrança da antiga Casa de Detenção ao passar pela Avenida Cruzeiro do Sul e sentir uma certa “surpresa” ao defrontar-se com os pavilhões agora totalmente transformados em espaços para educação e cultura.

Conhecer o Parque da Juventude ou participar das atividades gratuitas é uma das melhores opções da região neste período de férias. A Zona Norte tem outras novas opções que merecem uma visita como o Parque do Trote, na Vila Guilherme. Suas obras não estão concluídas, mas há espaço de sobra para aproveitar os dias de folga. A esses, aliam-se outras boas oportunidades de diversão como o Horto Florestal, o Sesc-Santana e os próprios clubes municipais, comprovando que a Zona Norte vem crescendo também em serviços de lazer, sejam espaços públicos ou empreendimentos particulares.

Nesta edição, destacamos também o programa lançado na última quarta-feira pelo prefeito Gilberto Kassab com o intuito de proteger a Serra da Cantareira, apontada como área de preservação mais depredada na cidade de São Paulo. A crescente ocupação desordenada do entorno da Serra da Cantareira é um fator de altíssimo risco para a preservação que deve ser garantida por uma fiscalização séria e eficiente, e conscientização geral. Tema de muitos discursos em torno das questões ambientais e da qualidade de vida, a Serra da Cantareira é um patrimônio natural que precisa ser respeitado por todos, em prol da cidade de São Paulo e do meio ambiente. Com esse objetivo, esperamos que a Operação Defesa das Águas alcance os resultados esperados e não caia na armadilha dos muitos discursos vazios já criados em torno da nossa bela Serra da Cantareira. (GZN 16 – p. 56)

O primeiro texto atualiza o raro PST *aniversário de bairro*, circunscrito, no material coletado, ao *Jornal Nosso Bairro*, enquanto o segundo texto atualiza temática *regional*, princípio de seleção *preferencial* d'A *Gazeta da Zona Norte*, periódico que prima pela *abordagem específica* em seus editoriais.

Note-se que, diferentemente dos textos anteriores, a voz autoral não condena nem repudia, e tampouco louva algum ator social, comportamento ou decisão tomada. No primeiro texto, o editorialista constrói-se como uma fonte de conhecimento acerca da história da Pompéia e revela participação e engajamento do periódico nas atividades do bairro. No segundo texto, há uma análise do *status quo* do Parque da Juventude — que ocupa a maior parte do texto — e do novo programa da prefeitura relacionado à Proteção da Serra da Cantateira. Não há crítica ou exaltação explícita e, sim, exposição de informações relacionadas aos temas em questão. Não há demanda explícita por posicionamento do consumidor nem requisição de ações práticas, como nos textos

críticos e exortativos, respectivamente. A negociação autoral com a instância leitora revela-se por meio de baixo comprometimento, uma vez que não são largamente instanciadas representações e atitudes que pudessem potencializar leituras resistentes, como é o caso de *julgamentos e afetos*.

Observe-se, no primeiro texto, a densa atualização de *apreciações* — *tradicionais e históricos, efervescência cultural, pluralidade, localização privilegiada, boa infra-estrutura, fácil acesso, outros pontos importantes da cidade, momento tão memorável, o principal objetivo da associação* —, em boa parte, relacionadas, direta ou indiretamente, ao bairro.

Nos três primeiros parágrafos, a voz autoral aponta o aniversário do bairro, o motivo da escolha do seu nome e o avalia como um dos *mais tradicionais e históricos* da cidade, assinalando seu *valor social*. Note-se que tais avaliações apenas destacam a Pompéia por sua relevância histórica, não comprometendo a voz autoral do mesmo modo que julgamentos de *sanção* ou *estima* relacionados a atores sociais, instituições ou mesmo cidades, bairros, fariam.

A partir do quarto parágrafo, o editorialista passa a avaliar a região, marcando-a pela *efervescência cultural e religiosa* e pela *pluralidade*, apontando o SESC Pompéia e a Igreja Nossa Senhora do Rosário como exemplares dessa *efervescência*. A *postura analítica*, inerente aos textos *informativos*, prioriza o apresentar e o ilustrar ao justificar e convencer.

Repare-se, por exemplo, no quinto parágrafo, que as avaliações, em geral, não são justificadas por um desenvolvimento argumentativo. As *apreciações* apresentam-se como factuais pela menção e pela citação de elementos aparentemente “indiscutíveis”. A *localização é privilegiada* por estar perto do Centro e de bairros de alto poder aquisitivo, há *boa infra-estrutura de transporte público e fácil acesso para outros pontos importantes da cidade*.

A voz autoral não discute se realmente estar próximo ao Centro e a tais bairros é realmente algo privilegiado — o que, provavelmente, ocorreria em um MNI *crítico* ou *exortativo* — nem explicita que *pontos importantes* seriam esses. Visto que o editorial é voltado à própria comunidade que reside no bairro, a voz autoral, possivelmente, concebe esses conhecimentos como dados e compartilhados e suprime tais justificativas e menções, em potencial acordo com um leitor *complacente*, que reconheça os valores de sua própria região. Veja-se também que, ao destacar a proximidade a outros bairros

importantes, a voz autoral constrói, por extensão, a Pompéia como uma região igualmente *importante*, valorizando-a socialmente.

Tem-se, portanto, que o MNI *informativo*, por mais que opere com menor densidade avaliativa, suprimindo, em grande parte, a *polaridade negativa*, mais comprometedora, não suprime o estatuto *avaliativo* característico do editorial. A inscrição atitudinal existe e ainda ocupa papel central na negociação intersubjetiva inerente ao Significado Acional e na sua configuração teleológica, o que permite ainda conceber tais textos como exemplares de editorial. A grande diferença reside na forma como tal negociação avaliativa procede. Note-se que, no caso, não se trata de um *convencer* ou *persuadir*, mas de um *ratificar*. O leitor é, pressupostamente, *complacente*.

A *apreciação 'memorável'*, associada ao aniversário do bairro, atualizada no antepenúltimo parágrafo, enaltece ainda mais a região e apresenta a potencial novidade do texto para o leitor — a organização de eventos comemorativos relativos ao aniversário da Pompéia pela APA.

Note-se que a organização é descrita a partir de seu *principal* objetivo — a melhoria do bairro e de seu patrimônio. É relevante apontar que a associação realizada entre a APA e seus objetivos e o apoio do Jornal ao projeto do ano, fato revelado no parágrafo seguinte, situa o periódico no mesmo patamar da associação, como uma instituição engajada no desenvolvimento do bairro.

Por fim, a conclusão não apresenta inscrições *afetivas*, como é o caso, em geral, dos outros MNI. A voz autoral constrói essa etapa a partir de uma contraposição entre a comemoração do primeiro aniversário e a rememoração eterna da história do bairro. Destaca-se que tal eternidade — *sua história será para sempre lembrada* — é construída por meio de duas estruturas de *contração dialógica* contíguas — a *contra-expectativa*, por meio do operador *mas*, que rejeita a alternativa dialógica de que *em geral, as primeiras comemorações não implicam a rememoração eterna da história dos eventos*, e a *concordância*, por meio da forma adverbial *certamente*, que pressupõe a adesão do leitor complacente à posição valorativa assumida, reforçando a rejeição do pressuposto e o caráter excepcional da Pompéia.

Assim, apesar de a inscrição *afetiva* prototípica não se realizar, a voz autoral procede a uma generalização acerca do *valor social* da rememoração, transformando a história da Pompéia em *pedaço da história de São Paulo*, enaltecendo-a e construindo as consequências da comemoração não pelo viés emotivo, mas pelo viés utilitarista.

O segundo texto, por sua vez, extraído da GZN, apresenta algumas idiossincrasias ligadas à identidade do jornal, revelada em um *estilo* editorial bem particular. A GZN sempre assume uma posição metadiscursiva em seus editoriais, avaliando uma dada realidade do *status quo*, em geral, regional, ao mesmo tempo em que apresenta as matérias importantes veiculadas pelo periódico naquela edição, usualmente relacionadas ao comentário e ao procedimento avaliativo realizado. Muitas vezes, são abordados dois ou três assuntos distintos no editorial, visto que a variedade de matérias relacionadas a problemas regionais é intensa nas edições d'A *Gazeta*. Tem-se, no caso, portanto, uma importante variação que concerne à *inclinação* de tal instituição. Trata-se do único periódico que realiza tal procedimento de forma *preferencial*, o que permite aventar a hipótese — de difícil comprovação nesta tese, uma vez que os dados coletados são insuficientes para tal — de que a relação *metadiscursiva* entre editorial e os outros gêneros do jornal consiste em um aspecto *permissivo* da deontologia do domínio discursivo da imprensa local.

O texto em análise inicia-se pela descrição do Parque da Juventude e por sua avaliação como uma das *ainda grandes novidades da região*. Note-se que o recurso de *contra expectativa* 'ainda' contrai o dialogismo, rejeitando a possibilidade alternativa de não ser considerado uma novidade, uma vez que a data da inauguração já ocorrera há três anos e isso, normalmente, acarretaria a rejeição do teor de *novidade* do local. A mesma estratégia é reatualizada ao final do parágrafo, por uma estrutura *concessiva*, e uma repetição da forma de contração *ainda*, ressaltando, novamente, o grau excepcional do desconhecimento do parque e a aparente contradição entre a amplitude de suas opções e a baixa frequência dos moradores, fato que justifica sua associação com o teor de *novidade*. Veja-se, portanto, que o editorialista assume um posicionamento valorativo diante da realidade, mas não condena ou repudia a situação ou mesmo o desconhecimento popular. A voz autoral posiciona-se como um *analista*, expondo as contradições da situação.

No início do segundo parágrafo, a estrutura de *endosso* — que traz ao texto a voz de uma pesquisa externa, assumida de forma comprometida pela voz autoral, contraindo o dialogismo — funciona como uma prova acerca da posição valorativa autoral construída no primeiro parágrafo. *Apreciações* como *principais* e *evidentes* apontam para a análise das medidas previstas para o aumento da frequência do parque, em especial, no que concerne ao estacionamento.

O terceiro parágrafo reitera, pela *contração dialógica*, o pressuposto de que a frequência do Parque tem potencial para aumentar — *A frequência, ainda baixa, do Parque da juventude [...] — e, por meio de uma estrutura de expansão dialógica, encabeçada pelo modal epistêmico — [...] pode estar ligada [...] —*, aventa uma hipótese acerca de tal insucesso — o fato de o local ter sido o terreno de uma Casa de Detenção. Note-se que a única *inscrição afetiva* pode ser encontrada nesse trecho — “*surpresa*”. As aspas, no entanto, marcam uma relação diferenciada da voz autoral com o *afeto*, uma vez que o recurso marca *expansão dialógica* e, por estar sob o escopo do elemento de *foco amenizador* ‘*uma certa*’, minimiza o comprometimento do editorialista com a exposição *afetiva*, tornando-a ambígua quanto a seu aspecto *positivo* ou *negativo*, embora o *negativo*, relativo a *estranhamento*, pareça ser mais provável em uma leitura complacente.

Repare-se como o quarto parágrafo cumpre prototipicamente a funcionalidade *analítica e informativa*:

Conhecer o Parque da Juventude ou participar das atividades gratuitas é uma das **melhores** opções da região neste período de férias. A Zona Norte tem outras novas opções que merecem uma visita como o Parque do Trote, na Vila Guilherme. Suas obras não estão concluídas, mas há espaço de sobra para aproveitar os dias de folga. A esses, aliam-se outras **boas** oportunidades de diversão como o Horto Florestal, o Sesc-Santana e os próprios clubes municipais, comprovando que a Zona Norte vem crescendo também em serviços de lazer, sejam espaços públicos ou empreendimentos particulares.

As *apreciações de valor social* ‘*melhores*’ e ‘*boas*’ assumem como referência as opções de lazer da Zona Norte. O editorialista apresenta os novos espaços para a comunidade leitora e sugere que esta os conheça e frequente, por meio de estruturas de exortação não marcadas — *A Zona Norte tem outras novas opções que merecem uma visita como o Parque do Trote, na Vila Guilherme*.

Note-se que a suposta abundância de opções de lazer permite ao editorialista assumir uma posição de alto comprometimento em relação ao crescimento da região no setor, por meio da forma verbal *comprovar*. No entanto, apesar da valorização da região, a voz autoral não chega a assumir a *postura laudatória*, uma vez que as inscrições *afetivas* são mínimas e os *julgamentos positivos* ocorrem em baixa intensidade. Predomina a *apreciação* da realidade. O produtor textual assume uma autoridade por conhecimento e atribui-se o papel de *recomendação*, típico do MNI *informativo*, o que justifica a incidência relativamente alta de formas de exortação, conforme se mostrará em seção pertinente.

O último parágrafo marca, explicitamente, o elemento de idiossincrasia composicional do periódico. Muda-se o tópico do Parque da Juventude para o programa de proteção da Serra da Cantareira. Fica clara, nesse trecho, a mudança de *postura*. A temática é mais politizada, referente a um aspecto decisório, em termos de impactos ambientais, tomado pela prefeitura paulista. Veja-se como os *julgamentos* são instanciados e as estratégias modais são diferenciadas:

Nesta edição, destacamos também o programa lançado na última quarta-feira pelo prefeito Gilberto Kassab com o intuito de proteger a Serra da Cantareira, apontada como área de preservação *mais depredada* na cidade de São Paulo. A crescente ocupação *desordenada* do entorno da Serra da Cantareira é um fator de altíssimo risco para a preservação que deve ser garantida por uma fiscalização **séria e eficiente**, e **conscientização geral**. Tema de muitos discursos em torno das questões ambientais e da qualidade de vida, a Serra da Cantareira é um patrimônio natural que precisa ser respeitado por todos, em prol da cidade de São Paulo e do meio ambiente. Com esse objetivo, esperamos que a Operação Defesa das Águas alcance os resultados esperados e não caia na armadilha dos muitos discursos *vazios* já criados em torno da nossa *bela* Serra da Cantareira.

Em primeiro lugar, é possível observar que a densidade avaliativa é muito maior, e os *julgamentos* — em negrito — são instanciados em referência a uma necessidade de fiscalização por meio de duas inscrições de *propriedade* — *séria e conscientização geral* — e uma de *capacidade* — *eficiente* —, valores de *sanção e estima social*, respectivamente. As *apreciações* — em itálico — assumem *polaridade negativa*, revelando traços de crítica, que tangenciam a *postura de condenação*. Observe-se que as inscrições de *gradação alta* intensificam o comprometimento autoral e reforçam os posicionamentos valorativos, construindo o jornal como uma autoridade por *engajamento*.

A inscrição de modalidade *volitiva*, por sua vez, atua no sentido de, indiretamente, expor um *afeto autoral*, uma vez que representa as expectativas e interesses do editorialista/instituição. A própria modalidade *deôntica*, veiculando necessidade — [...] *A Serra da Cantareira é um patrimônio natural que precisa ser respeitado por todos* [...] —, aponta para um maior envolvimento autoral em relação ao tópico e para um comprometimento mais contundente. O teor *informativo* se alarga e cede espaço para uma construção de caráter *crítico*, que finaliza o texto, manifestada por uma mudança de *postura*, indicativa, exatamente, do caráter não discreto dos MNI e da dinamicidade possível acarretada pelas diferentes inclinações institucionais, no que tange à composicionalidade paradigmática e sintagmática *postural*, que não chega a descaracterizar os MNI nem as *posturas* e, muito menos, o *gênero*.

A possibilidade de atualização da composicionalidade *postural* sintagmática no seio de um mesmo texto somado ao fato de um mesmo MNI poder comportar inúmeras

possibilidades posturais encontra sua manifestação mais intensa nos textos *exortativos*, marcados por uma pluripotencialidade *postural*, tanto em termos de *polaridade* quanto de predomínio *julgamento/apreciação*. O gráfico a seguir representa a distribuição da densidade atitudinal no que concerne a este eixo negociativo:

Densidade de recursos atitudinais referentes ao MNI *exortativo* (contraste cronológico)

É possível observar que os textos *exortativos* apresentam uma densidade média de *apreciações* que rivaliza com a densidade de *julgamentos*, com predomínio daquelas no XX, e destes, no XXI. Além disso, aproximam-se dos textos *exaltativos*, afastando-se dos *informativos*, na medida em que a inscrição *afetiva* é alta, principalmente no *corpus II*. Por fim, afastam-se dos *críticos*, uma vez que predomina a *polaridade* positiva sobre a *negativa*.

No entanto, o que mais parece destacar-se no gráfico são as diferenças sensíveis na distribuição da densidade *atitudinal* entre determinados parâmetros no eixo cronológico, tais como os *afetos* e os *julgamentos* de *sanção social*. Estes são atualizados em um número relativamente maior no *material do XX* em relação ao *do XXI*, o que permite inferir uma potencial mudança na *motivação social* da instanciación de *afetos* e de *julgamentos* de *sanção* nos períodos. Isso pode constituir-se em um reflexo da minimização avaliativa geral, que atravessou o eixo cronológico, mas também de uma mudança constitutiva nos processos de persuasão básicos para a manifestação da exortatividade no gênero. Talvez seja importante contrastar textos *críticos* e *exortativos* para abordar essa questão.

A grande distinção que pode ser verificada entre os MNI mencionados encontra-se, na verdade, na distinção entre um foco no *convencimento*, no que se refere ao *crítico*, e uma ênfase na *persuasão*, no que concerne ao *exortativo*. Os textos *críticos*, que atualizam preferencialmente as *posturas de condenação* e *repúdio*, apresentam posições valorativas *negativas* acerca do *status quo* e enfatizam estratégias de envolvimento e argumentação que provoquem a adesão do público leitor a essas posições valorativas, de modo que este creia em determinadas representações e assumia certas posições avaliativas. Em outros termos, capta-se mais do que se vincula. Os textos *exortativos*, por sua vez, focam na incitação à ação do público consumidor ou de terceiros. Suas posições valorativas e estágios argumentativos enfocam a realização de alguma ação concreta no mundo, o que pressupõe adesão a uma proposta. As estratégias de envolvimento, argumentação e valoração serão, portanto, diferenciadas. O alto índice de *afetos*, por exemplo, parece ser consequência de uma maior necessidade de envolvimento emotivo como gatilho para a realização da ação desejada e incitada pela voz autoral. Por conseguinte, vincula-se mais do que se capta¹³⁸.

¹³⁸ Tratar-se-á pormenorizadamente acerca da *vinculação* e *captação* na seção 4.5.2, que abordará os *padrões composicionais de envolvimento*.

Entretanto, por estarem intimamente ligados a processos persuasivos, conduzindo, em tese, leitores à ação, os textos *exortativos* são instanciados por temáticas distintas em proporções menos concentradas. São atualizados em textos de PST sociopolítico, regional, evento significativo e data comemorativa e, por isso, constituem-se na forma *preferencial* dos jornais de *abordagem plural*. Assim, integram possibilidades tanto cotidianas quanto sociopolíticas em termos temático-motivacionais, o que abre espaço para maior pluralidade *postural*, dado que a exortação pode se manifestar em relação a um *status quo negativo* ou *positivo*, estimulando mudança ou manutenção.

Em geral, há uma situação-problema, que deve ser solucionada e para a qual a voz autoral, a partir de comandos, apresenta propostas (LONGACRE, 1992). Tal procedimento encontra-se, em princípio, associado a estratégias argumentativas e interpessoais diversas que construam a autoridade do editorialista.

Tal situação-problema diferencia-se, no geral, dos diversos estados presentes *negativos* construídos nos textos *críticos*, na medida em que o *julgamento negativo* do *status quo* não possui atualização obrigatória. Por outro lado, pode e costuma ocorrer. As *posturas condenatória* e de *repúdio*, preferenciais nos textos críticos, não são bloqueadas em textos *exortativos* e são, aliás, bem produtivas, de modo que é possível encontrá-las em uma gama de editoriais associada a este MNI. No entanto, em vez de se configurarem no cerne da própria negociação intersubjetiva, tornando-se alvo de convencimento, os aspectos de *condenação* e *repúdio* voltam-se, no MNI *exortativo*, à constituição de premissas necessárias para que a voz autoral proponha uma mudança social cuja execução e sucesso dependam da comunidade leitora ou de terceiros.

Tal constatação é importante. As *posturas* referem-se aos padrões de avaliatividade inerentes aos diversos MNI. Não são exclusivos de um determinado modo negociativo, uma vez que tal exclusividade tornaria o próprio conceito de MNI questionável. Ao se associar biunivocamente uma *postura* a um *MNI*, estar-se-ia praticamente atribuindo nomes diferenciados a dois conceitos e fenômenos idênticos, o que permitiria tratá-los como um mesmo nível de instanciamento. Este não é o caso, uma vez que, na base, *posturas* e MNI constituem-se em padrões probabilísticos de recursos linguístico-discursivos situados em níveis de instanciamento distintos, assumindo, entre si, relações de recodificação e realização.

Modos de negociação intersubjetiva incluem padrões de valoração, envolvimento e negociação. Como padrões de padrões, congregam diferentes níveis

deontológicos de atualização de recursos coesos associados ao componente semântico-discursivo do interpessoal, e não somente do componente avaliativo. Assim, *posturas* realizam coerções dos MNI, ao mesmo tempo em que compõem o aspecto avaliativo dos MNI. Dado o teor não discreto dos modos negociativos, a composicionalidade paradigmática torna-se possibilidade constitutiva, de modo que o bloqueio de uma *postura* em determinado MNI é rara, embora possível, como é o caso dos editoriais *exaltativos*, que, em termos do material coletado, parecem bloquear a *postura analítica*, por exemplo.

O MNI *exaltativo*, no entanto, constitui-se em um modo negociativo extremamente marcado. O *exortativo*, por sua vez, consiste no padrão menos marcado em termos avaliativos e, por essa razão, apresenta uma dinamicidade *postural* mais intensa, não bloqueando praticamente nenhuma forma de atualização de padrões avaliativos.

Por outro lado, tais textos atualizam um tipo especial de *postura*, caracterizada pela avaliação *positiva* do *status quo* problematizado, em geral, realizada por *julgamentos* ou *apreciações* de caráter não laudatório, a partir da qual se constroem premissas *afetivas* que funcionam como gatilho para o processo de *exortação* que objetiva a persuasão retórica. Tal atitude será aqui denominada como *postura de reconhecimento*.

Vejam-se abaixo dois exemplares textuais em que se verifica tal *postura*. O primeiro fora extraído do *Correio da Zona Sul*, de 12 de julho de 1974, e o segundo, da *Folha da Vila Prudente*, de 29 de setembro a 05 de outubro de 2006.

Ei-nos chegados novamente à realidade das coisas.

No domingo p. passado, em memorável jantar, ficaram definitivamente encerradas as lutas da Copa-74.

Dizer-se que o Brasil fez “papelão”, é injusto. Quando alguém parte para uma guerra, onde defenderá os valores e as tradições de sua Pátria, ainda que com o coração sangrando, segue para vencer. Ninguém admite a derrota.

Numa aguerrida disputa futebolística que empolgou o mundo todo, como a Copa-74, é mais do que lógico aceitar-se a presença dos nossos atletas em gramados estranhos, para vencer. Jamais iríamos aparecer por lá, peito marcado por emblemas nossos, para sermos pura e simplesmente derrotados.

Isto posto, entendemos que o Brasil fez de tudo o quanto pode fazer. Lutou ardorosamente. Pôs à prova todo o seu brio patriótico e lançou mão de todos os recursos do nosso futebol mundialmente conhecido. Positivamente, porém, não era a nossa vez.

Assim, a Alemanha Ocidental conseguiu a vitória sobre o seu forte adversário: a Holanda. Vamos respeitar os vitoriosos. Quem não sabe perder não tem condições de ganhar...

Preparemo-nos para a Copa-78, quando em campos da Argentina, aqui mesmo na América do Sul, mostraremos os nossos valores e, - quem sabe? poderemos trazer de lá o suspirado “caneco”. A verdade é que a presença dos nossos atletas que nos representaram lá fora, nessa última maratona, deveremos mostrar-lhes o nosso respeito e o nosso carinho, pois eles também, queriam ser vitoriosos e tudo fizeram para conseguir uma vitória que não quis sorrir para as nossas cores desta vez. Vamos em

frente. A vitória é dos fortes, é dos que lutam com tanto ardor e desprendimento que sabem, em última instância, transformar em vitória até mesmo uma derrota. (CZS 22 – p. 96)

Eleições

Com as pesquisas indicando que o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra pode se eleger com folga já no primeiro turno e com Geraldo Alckmin ainda mantendo esperanças de ir ao segundo turno na disputa pela presidência da República contra o favorito Lula, os eleitores vão votar no próximo domingo, dia 1º de outubro. O pleito envolve ainda as eleições de senador, deputados estaduais e federais. É uma festa da democracia que somos chamados a participar.

É evidente que são importantes as eleições de governador e presidente, mas, como jornal regional, nossa atenção se volta muito mais para as escolhas dos deputados estaduais e federais, pois serão eles, que junto com os vereadores, terão a obrigação de lutar pelas reivindicações locais. Neste sentido há que se registrar que nem sempre o eleitor tem feito escolhas sensatas, deixando-se levar por discursos demagógicos, propaganda cara e bem feita, afinidade religiosa e até por razões inconfessadas. É necessário que se faça uma reflexão mais profunda antes de optar pelos que vão nos representar.

Algumas qualidades e atributos são absolutamente indispensáveis; que ele conheça as características e as carências da região, seja sensível às injustiças e acessível aos eleitores, tenha competência e espírito público, mas, sobretudo uma vida pautada pela ética e honestidade.

Mesmo num quadro de total desencanto com os fatos desabonadores que vêm se abatendo sobre o mundo político, ainda há nomes que merecem ser considerados a parte. Institutos, ONGs e a própria imprensa (e este jornal em particular) têm divulgado, mesmo que as vezes, em forma reduzida, o trabalho e a seriedade de muitos deles. Basta que o eleitor fique atento e valorize seu voto.

A conquista da cidadania plena, o desenvolvimento do País e uma divisão mais equitativa de renda, aspirações de toda a população, exige participação e empenho. Votar e escolher bem está no topo das atitudes responsáveis. (FVP 02 – p. 27)

No primeiro texto, do *corpus do XX*, é possível depreender um posicionamento autoral voltado ao *reconhecimento* do valor da participação brasileira na Copa de 1974, uma após o tricampeonato mundial. Longe de condenar a derrota, a voz autoral posiciona-se de forma a isentar a culpa dos jogadores e uma possível posição valorativa que considere seu desempenho vergonhoso. O editorial marca-se por uma posição de *acolhimento*, efeito de sentido valorativo intimamente ligado à *postura de reconhecimento*.

Note-se que o editorialista constrói o texto por meio de um uso de primeira pessoa inclusivo, dividindo com a comunidade leitora a responsabilidade modal pelas representações e posições valorativas, de modo a procurar uma vinculação e, assim, maior adesão a seu projeto persuasivo.

As avaliações engendradas não louvam o Brasil, mas bloqueiam possíveis condenações. Logo no terceiro parágrafo, em que o desenvolvimento argumentativo se inicia de fato, a voz autoral já apresenta seu posicionamento avaliativo central — *Dizer-se que o Brasil fez “papelão”, é injusto*. A expressão *fazer papelão*, que atualiza um potencial *julgamento de estima social negativa* — associado à *capacidade/tenacidade negativas* — é inscrita por meio de uma estrutura com verbo elocutivo¹³⁹, por meio da

¹³⁹ Em termos sistêmico-funcionais, trata-se, do ponto de vista *ideacional*, de um *processo verbal*.

qual a voz autoral simula um potencial *julgamento* externo, processo que é, em sua totalidade, avaliado autoralmente como *injusto*, valor de *sanção social negativo*, ligado à *propriedade/ética*.

Nesse sentido, ao posicionar-se em condenação ao potencial repúdio à atuação brasileira, a voz autoral acolhe a seleção, revelando traços de *reconhecimento* que, possivelmente, chocam-se com os da comunidade leitora. Tal análise é possível, dado que o editorialista, na sequência, justifica-se, sendo coerente presumir uma projeção autoral acerca de uma potencial resistência do leitor em relação ao posicionamento do veículo.

Note-se que a justificativa apresenta-se por meio de uma estratégia retórica, uma figura de linguagem, recurso de *captação*, que associa a vontade de vencer uma guerra à vontade de vencer a Copa. Repare-se no alto índice de modalidade categórica — *Quando alguém parte para uma guerra, [...] segue para vencer. Ninguém admite a derrota*. A voz autoral não abre espaço para possibilidades dialógicas, construindo seu posicionamento como verdadeiro, o que é potencializado pelo uso do Presente do Indicativo.

A inscrição *afetiva*, instaurada sob escopo da *concessiva*, recurso de *contração dialógica* — *ainda que com o coração sangrando* —, denota *sofrimento, infelicidade*, ao mesmo tempo em que invoca *julgamentos de tenacidade*, construindo o soldado e, por extensão analógica, o jogador, como *guerreiro*, valorizando sua atuação. Observa-se, portanto, como a instância de *afeto* atua no sentido de estabelecer uma premissa favorável à exortação futura, relacionada à valorização dos atletas nacionais.

A *apreciação positiva* ‘*aguerrida*’, associada à disputa futebolística, no parágrafo seguinte, também atualiza um potencial *julgamento positivo de tenacidade* (*estima social*), numa pressuposição de que, de fato, a Copa tenha sido disputada, competitiva e mais: tenha *empolgado o mundo todo*, numa nova inscrição *afetiva*, esta, no caso, ligado à *felicidade/satisfação*.

O autoritarismo da voz autoral, mascarado pelas estratégias de envolvimento, tanto de *captação* quanto de *vinculação*, e pela temática menos politizada, é premente, e o quarto parágrafo é emblemático de tal procedimento. Observe-se:

Numa aguerrida disputa futebolística que empolgou o mundo todo, como a Copa-74, **é mais do que lógico** aceitar-se a presença dos nossos atletas em gramados estranhos, para vencer. **Jamais** iríamos aparecer por lá, peito marcado por emblemas nossos, para sermos **pura e simplesmente** derrotados.

A forma de *contração* ‘*é mais do que lógico*’, intensificada por um recurso de *gradação alta*, impõe ao consumidor textual um alto esforço interpessoal para resistir à posição valorativa e à representação autoral, uma vez que constrói uma pressuposta obviedade, cuja discordância seria potencialmente arriscada para a imagem do consumidor, uma vez que pode implicar *parcialidade* — *propriedade negativa* — ou *ignorância* — *capacidade negativa*.

O advérbio modal de frequência negativa alta *jamais* reitera a logicidade do jogar para vencer, construindo como bloqueada a representação de jogar para ser derrotado. Note-se, inclusive, que a construção adverbial *pura e simplesmente*, relacionada à gradação, contraem ainda mais o dialogismo, criando a ilusão de que a representação alternativa — *a de que o Brasil jogou para perder ou que não se empenhou para vencer* — é simplista e redutora.

É possível depreender, portanto, que tal estratégia de *contração* constrói a resistência como ilógica e, por conseguinte, a posição autoral como válida, o que minimiza, claramente, a solidariedade discursiva, revelando traços de autoritarismo velado.

O elemento conectivo *Isto posto* no parágrafo seguinte só reitera o procedimento analítico, uma vez que a voz autoral assume, textualmente, que suas premissas são aquelas, o que só pode acarretar, é óbvio, as conclusões do quinto parágrafo, que inscrevem e invocam *juízos de sanção e estima sociais* — *lutou ardorosamente, brio patriótico, lançou mão de todos os recursos do nosso futebol mundialmente conhecido*.

Repare-se que todas essas avaliações *positivas* criam um quadro de potencial sucesso. A *contração* dialógica, encabeçada pelo operador *porém*, de *contra-expectativa*, age, justamente, no sentido de introduzir a contraposição. A representação do *insucesso* é construída como fatalidade, como algo que foge do controle — *Positivamente, porém, não era a nossa vez*. Em outros termos, apesar de tudo ter sido realizado corretamente, simplesmente não era para acontecer. A voz autoral não apresenta argumentos que justifiquem a derrota, numa postura de rejeição da *negatividade*.

Os dois últimos parágrafos iniciarão o processo exortativo propriamente dito, que será analisado pormenorizado em seção pertinente. Entretanto, cabe mencionar que as instâncias imperativas atualizam as atitudes esperadas pela voz autoral em relação ao comportamento dos consumidores textuais diante da seleção e do futebol — *Vamos*

respeitar os vitoriosos; Preparemo-nos para a Copa-78; devermos mostrar-lhes o nosso respeito e nosso carinho; Vamos em frente.

A situação-problema — a derrota na Copa de 74 e a potencial reação negativa da população — é minimizada pela voz autoral, em face da capacidade e da tenacidade da seleção. A *positividade* associada à *postura de reconhecimento* marca uma dissonância entre a visão autoral, que não concebe a derrota como um problema, e a visão externa potencial do consumidor textual, que poderia representar o insucesso como problemático, condenando a atuação da seleção. As soluções propostas, portanto, relacionam-se diretamente à reação positiva da população em face da eliminação e da esperança depositada no próximo evento, a Copa-78, revelando um incentivo autoral no que se refere a uma possível mudança em termos de atitudes práticas da comunidade.

Cabe destacar, a esse respeito, o último parágrafo:

Preparemo-nos para a Copa-78, quando em campos da Argentina, aqui mesmo na América do Sul, mostraremos os nossos valores e, - quem sabe? poderemos trazer de lá o suspirado “caneco”. A verdade é que a presença dos nossos atletas que nos representaram lá fora, nessa ultima maratona, devermos mostrar-lhes o nosso **respeito** e o nosso **carinho**, pois eles também, queriam ser vitoriosos e tudo fizeram para conseguir **uma vitória que não quis sorrir** para as nossas cores desta vez. Vamos em frente. A vitória é dos *fortes*, é dos que lutam com tanto *ardor* e *desprendimento* que sabem, em ultima instancia, transformar em vitória até mesmo uma derrota.

A exortação inicial do parágrafo vincula a preparação para nova Copa a duas representações associadas — *mostrar os valores* e *poder vencer*. Note-se que, em *Mostraremos os nossos valores*, a modalidade atualizada é categórica, e a forma verbal atua no sentido de atribuir um teor factual e verificável, futuramente, a valores pré-existentes. No entanto, a vitória é construída a partir de uma dupla inscrição de *expansão dialógica*, no campo da *consideração* — *quem sabe?* e *poderemos trazer* —, diminuindo o comprometimento com tal representação.

Essa queda de comprometimento é revertida pelo editorialista por uma inscrição de *contração* do campo da *afirmação* — *A verdade é que* —, que destaca o posicionamento autoral contrário às possibilidades distintas, pressupostas como falsas. A formulação sintática do enunciado dificulta seu pleno entendimento, mas é possível inferir que a voz autoral constrói como verdadeiro o dever de receber a seleção com *carinho* e *respeito*, valores que instanciam *afetos*, mas que, ao mesmo tempo, invocam *julgamentos de sanção social* — *ser carinhoso e respeitoso* —, no campo da *propriedade*.

Em outros termos, tais valores positivos são associados à comunidade leitora como possíveis e desejáveis na sua atitude com a seleção, uma vez que foi a *vitória que*

não quis sorrir, atribuindo novamente a responsabilidade modal pela derrota a um agente que não pode validá-la, dado que o termo *vitória* não assume traços animados, isentando, potencialmente, os jogadores da derrota consumada. Tal construção reafirma a tenacidade dos jogadores e, por isso, eles se tornam dignos de acolhimento, assim como o faz a voz autoral.

O enunciado final é emblemático da posição autoral, uma vez que o ato de vencer é relacionada a valores de *estima social* — *força, ardor, desprendimento* —, todos ligados à *tenacidade*, concebida, portanto, como instrumento de transformação de derrotas em vitórias, numa tentativa de reverter o impacto potencialmente *negativo* do insucesso brasileiro na Copa.

Veja-se, portanto, que, diferentemente dos textos *críticos*, a situação-problema não é explicitamente julgada ou avaliada negativamente. Pelo contrário. Tal *postura* relaciona-se a *reconhecer* as potencialidades, apesar da existência de um *status quo*, em tese, negativo, no que se refere à concepção, autoralmente projetada, dos outros. O foco autoral dirige-se às inscrições *afetivas* associadas à situação, de modo que elas atuem como premissas para a realização de determinadas ações, a partir, geralmente, de posicionamentos valorativos *positivos* que confirmem e ratifiquem a desejabilidade de determinados estados de mundo.

De modo análogo, o segundo texto, da *Folha da Vila Prudente*, que também atualizada a *postura de reconhecimento*, ratifica muitas das considerações levantadas acerca do primeiro texto. A distinção temática, no entanto, engendra algumas pressões valorativas relevantes, dado que o PST sociopolítico constrange, de certa maneira, a voz autoral a assumir, nas últimas décadas, traços de *críticidade preferenciais*.

Veja-se que o texto possui um título genérico — *Eleições* —, que sintetiza a temática do editorial. O primeiro parágrafo, embora assuma uma aparente configuração *analítica*, é construído a partir da invocação de uma série de instâncias avaliativas relevantes, especialmente por meio de recursos de *engajamento*. Veja-se:

Com as pesquisas indicando que o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra pode se eleger com folga já no primeiro turno e com Geraldo Alckmin ainda mantendo **esperanças** de ir ao segundo turno na disputa pela presidência da República contra o **favorito** Lula, os eleitores vão votar no próximo domingo, dia 1º de outubro. O pleito envolve ainda as eleições de senador, deputados estaduais e federais. É uma festa da democracia que somos chamados a participar.

A voz autoral apresenta, nesse primeiro parágrafo, um quadro acerca do *status quo* das eleições para governador de São Paulo e para a presidência do país. Note-se, no entanto, que tal construção apresenta invocações valorativas relevantes. Primeiramente,

a vitória de Serra é construída por um *modal epistêmico*, que expandiria o dialogismo, na medida em que não bloquearia alternativas opostas. No entanto, a forma adverbial *com folga*, que marca uma inscrição de *gradação alta*, e que, portanto, amplia o escopo da vitória no primeiro turno, atua no sentido de minimizar o teor expansivo, criando a possibilidade de uma interpretação *dinâmica* do modal. A forma *já* corrobora tal análise, uma vez que *contrai* o dialogismo, instaurando um pressuposto de que tal vitória no primeiro turno não é comum, colocando Serra em uma posição valorativa de destaque.

Alckmin, por sua vez, ex-governador paulista e candidato à presidência, é avaliado diferentemente, por meio de uma inscrição *afetiva* de *esperança*, denotando *interesse/inclinação*. Por outro lado, tal *afeto* encontra-se ligado à forma de contração *ainda*, que novamente *contrai* o dialogismo, atribuindo a essa manifestação *afetiva* traços de *ilusão* e de *perenidade*. Veja-se que o candidato Lula, avaliado como *favorito*, *apreciação de valor social positiva*, não é responsabilizado modalmente por nenhuma das proposições. O foco reside nos candidatos tucanos que, de uma forma ou outra, possuem ligação com a cidade de São Paulo. A perspectiva local é, portanto, predominante.

O segundo parágrafo mostrará aquilo que se afirmou no início deste capítulo — a tendência do jornalismo de bairro em analisar e avaliar a realidade a partir da perspectiva local. A construção de *afirmação/concordância*, seguida da estrutura *refutação/contra-expectativa*, é extremamente produtiva em língua portuguesa como estratégia de engajamento e avaliação, na medida em que se instaura um acordo prévio com o consumidor textual, para, na sequência, expor um posicionamento valorativo não esperado, de forma a justificar as avaliações e representações posteriores, o que revela uma preocupação autoral com a adesão prévia e a solidariedade com a comunidade leitora, que, se não realizada, poderia acarretar *atitudes responsivas resistentes*. Repare-se:

É evidente que são importantes as eleições de governador e presidente, mas, como jornal regional, nossa atenção se volta muito mais para as escolhas dos deputados estaduais e federais, pois serão eles, que junto com os vereadores, terão a obrigação de lutar pelas reivindicações locais. Neste sentido há que se registrar que nem sempre o eleitor tem feito escolhas sensatas, deixando se levar por discursos demagógicos, propaganda cara e bem feita, afinidade religiosa e até por razões inconfessas. É necessário que se faça uma reflexão mais profunda antes de optar pelos que vão nos representar.

Note-se, portanto, que a estrutura anteriormente mencionada atua no sentido de construir a justificação do jornal acerca de não abordar as eleições para o Executivo federal e estadual, apoiando-se na localidade para argumentar a favor de sua atenção

dirigida ao Legislativo. Assim, ganha-se, primeiramente, adesão, ao construir como óbvia a importância das eleições não locais, para, na sequência, quebrar a expectativa e destacar que isso não será realizado, justificando o procedimento e, assim, visando dirimir as possíveis resistências.

Além disso, ocorre, no trecho, um processo de desvinculação estratégico. No primeiro parágrafo, a voz autoral utiliza a primeira pessoa inclusiva/genérica para se referir à *festa da democracia*. Já, para criticar as escolhas eleitorais, o editorialista vale-se do termo *eleitor*, e não da primeira do plural, desvinculando-se da audiência e de tal posicionamento avaliativo, construindo-se como um *eleitor consciente* e relegando aos outros a posição de *insensato*, numa estratégia que, em geral, relaciona-se à seguinte formulação lógica: *Afirma-se que X é p, tal que o consumidor textual se encontre vinculado a X, mas não necessariamente se enxergue como p, levando-o a atribuir aos outros membros de X, que não ele, a característica p*. Tal procedimento, em regra, não atinge negativamente a solidariedade autoral, uma vez que a voz autoral condena ou repudia sem se comprometer. Repare-se que o modal de habitualidade média *nem sempre* contribui para a expansão dialógica e, assim, para a não identificação obrigatória do leitor em relação a esses posicionamentos valorativos.

Veja-se que as avaliações *negativas* são atualizadas a partir de uma variedade de recursos — eleitores com escolhas *insensatas* (*estima social negativa*), discursos *demagógicos* (*apreciação que invoca julgamento de sanção social negativo*), propaganda *cara e bem feita* (*apreciações positivas*, que, devido à contaminação prosódica da avaliação, adquirem traços de *indesejabilidade* ou *nocividade*).

É sobre o peso de tais posições valorativas acerca do eleitor que o editorialista instancia a *exortação deontica positiva indireta* — *É necessário que se faça uma reflexão mais profunda antes de optar pelos que vão nos representar* —, por meio de uma revinculação pronominal, expressa pelo oblíquo *nos*, instando os consumidores textuais a refletirem sobre o voto, muito embora a estrutura *objetiva* da modalidade, associada à nominalização do verbo *refletir*, ainda permitam isentar o leitor real da associação obrigatória com o grupo de quem se requisita conscientização, numa atitude autoral de contratualidade, minimizando possível polemicidade e riscos à solidariedade.

O terceiro e o quarto parágrafos constituem o cerne da *postura de reconhecimento* no editorial em questão. A voz autoral posiciona-se como fonte dos valores que devem corresponder ao que se espera dos políticos nacionais e reconhece o

que há de positivo e negativo. Não há *laudação*, *condenação*, *repúdio* ou *análise* propriamente ditos.

Algumas qualidades e atributos são absolutamente *indispensáveis*; que ele conheça as características e as carências da região, seja **sensível às injustiças** e **acessível** aos eleitores, tenha **competência** e **espírito público**, mas, sobretudo uma vida pautada pela **ética** e **honestidade**.

Mesmo num quadro de total *desencanto* com os fatos *desabonadores* que vêm se abatendo sobre o mundo político, ainda há nomes que merecem ser considerados a parte. Institutos, ONGs e a própria imprensa (e este jornal em particular) têm divulgado, mesmo que as vezes, em forme reduzida, o trabalho e a **seriedade** de muitos deles. Basta que o eleitor fique *atento* e valorize seu voto.

O trecho é rico em instâncias avaliativas e constitui uma nova etapa de premissas valorativas que direcionam os comandos que serão atualizados posteriormente. A voz autoral avalia como *indispensáveis* — *apreciação de valor social neutra/positiva* — os atributos veiculados na forma de *julgamentos* diversos. Repare-se que o operador de *contração* ‘mas’ divide as avaliações em dois grupos, destacando a relevância dos dois últimos — exatamente os valores centrais de *sanção social*, *ética/propriedade* e *honestidade*, o que revela a importância social de tais valores, cuja transgressão, em tese, implica punição na modernidade reflexiva.

Veja-se que os outros valores, em geral, correspondem a instâncias de *estima social*, com exceção da *sensibilidade às injustiças*, que manifesta um *julgamento de sanção social* relativo à *propriedade*.

Apesar da alta densidade de *julgamentos*, é possível verificar como tais avaliações não se voltam a atores sociais reais, mas sim, representam uma lista de atributos desejáveis, que atuam como embasamento para o voto popular. Em outros termos: trata-se de características possíveis e desejáveis. Assim, não há *laudação*. A *postura laudatória* necessariamente volta-se a atores sociais, instituições ou comportamentos reais, não a potenciais. Nesse sentido, o que a voz autoral faz é reconhecer aquilo que é socialmente relevante — *indispensável* — e criar parâmetros para a ação do leitor. Assim, a *postura de reconhecimento* está fortemente associada à parametrização avaliativa, absolutamente necessária para o processo de incitação.

O quarto parágrafo merece destaque na medida em que é nele que se instanciam as inscrições *afetivas* — *desencanto*, relativo à *satisfação negativa*, e *atento*, ligado ao *interesse positivo*. O primeiro associa-se a uma construção *concessiva*, contraindo o dialogismo, na medida em que rejeita a possibilidade dialógica de que *inexistam nomes a serem destacados num quadro de desencanto e fatos desabonadores*.

Repare-se que a menção à divulgação de potenciais políticos sérios, que trabalham, vem acompanhada por uma estrutura de *engajamento* composta — *mesmo*

que às vezes. A forma *mesmo que* contrai o dialogismo, ao passo que o *modal de habitualidade média* ‘às vezes’ o expande. Entretanto, dado o fato de o último estar sob o escopo do primeiro, o efeito da contaminação do primeiro incide sobre o segundo, fazendo prevalecer a *contração* e, portanto, rejeitando a alternativa dialógica de que *tal divulgação fosse constante*.

A voz autoral reconhece o caráter de baixa intensidade de tal divulgação — *em forme [sic] reduzida* —, apesar de se construir, em uma estrutura parentética, como um dos veículos que realiza a divulgação dos indivíduos sérios do âmbito político, num processo que associa o periódico a possíveis valores positivos relacionados a tal tarefa de ‘desocultamento’.

A exortação que finaliza o parágrafo, por conseguinte, só faz sentido se lida como resultado de um trabalho de divulgação, uma vez que a atenção do leitor só pode voltar-se sobre aquilo que ele conhece. O termo *basta* é essencial e aponta para um mínimo de esforço prático, simplificando a solução relativa à situação-problema. *Ficar atento e valorizar o voto* configuram-se, portanto, nos mecanismos capazes de reverter a situação política atual, na medida em que, por meio de tais atitudes, se torna possível eleger os indivíduos dotados das características reconhecidas como relevantes na sociedade, segundo o ponto de vista autoral.

O último parágrafo, destacado na sequência, merece destaque, uma vez que aponta uma representação central da voz autoral e uma hierarquização valorativa. Observe-se:

A conquista da cidadania plena, o desenvolvimento do País e uma divisão mais equitativa de renda, aspirações de toda a população, exige participação e empenho. Votar e escolher bem está no topo das atitudes **responsáveis**.

Note-se que o verbo *exigir* metaforiza a modalidade deôntica, no âmbito da necessidade, camuflando um processo exortativo encabeçado pelas ações de *participar* e *empenhar-se*. É relevante observar como o editorialista, ao coletivizar as aspirações por um recurso de *gradação alta* — *toda a população* — ratifica seu papel como *árbitro* e *conhecedor* dos desejos e interesses da população. Tal estratégia de coletivização parece ser *preferencial* para as conclusões dos editoriais da imprensa paulistana de bairro de modo geral, etapa em que a voz autoral constrói-se, em diversos MNI, como uma autoridade por *conhecimento* e *arbítrio*.

O último enunciado, por sua vez, revela um dado da hierarquização valorativa autoral. A *responsabilidade*, valor de *sanção social de propriedade*, no caso, é

construída em uma graduação hierárquica, de modo que o topo encontra-se associado às atitudes de *votar e escolher bem*. Evidentemente, o advérbio *bem* encontra-se ligado ao âmbito da *capacidade e discernimento* e, nesse sentido, tal avaliação só faz sentido se um determinado conjunto de parâmetros é tomado como critério. Trata-se, justamente, do que a voz autoral realizou durante todo o texto, em especial no terceiro e quarto parágrafos, por meio da instanciamento de recursos da *postura de reconhecimento*. Por conseguinte, a boa atuação encontra-se conectada à adesão às “instruções” editoriais, o que ratifica o caráter persuasivo dos editoriais exortativos.

Tal caráter persuasivo, conforme já mencionado, consiste, portanto, no cerne desse MNI. Assim, apesar de a *postura de reconhecimento* encontrar-se fortemente associada a esse eixo negociativo, o vínculo estabelecido entre eles não é tão intenso quanto o *analítico* em relação ao MNI *informativo*, o *laudatório* em face do *exaltativo*, ou mesmo o *condenatório e de repúdio* no que tange ao *crítico*. A interface *postura-modo de negociação intersubjetiva* é mais frágil nos textos *exortativos*, visto que sua especialização temática é menos rígida e, por concentrar-se em incitar a ação prática, os recursos a eles associados podem variar mediante os objetivos da ação exortada — mudança, manutenção, confrontação. Assim, não é incomum a atualização da *postura analítica* ou mesmo das *posturas condenatórias e de repúdio* nesses textos, embora em grau mais baixo que nos outros MNI.

Isso posto, pode-se organizar a relação entre as *posturas* e os *modos de negociação intersubjetiva* do seguinte modo:

Modos de negociação intersubjetiva e sua interface *postural*

Predomínio gradual de polaridade													
Polaridade Negativa	---	--	-	--	-	-	+	+	++	+++	Polaridade Positiva		
		[+ convencimento]		[+ persuasivo]				[+ persuasivo]					
DEPRECIATIVO		CRÍTICO		EXORTATIVO		INFORMATIVO		EXORTATIVO		EXALTATIVO			
Postura Preferencial Depreciativa (Julgamentos > Apreciações)		Postura Preferencial Condenatória; Posturas possíveis: Analítica e de Repúdio. (Julgamentos > Apreciações)		Posturas possíveis: Analítica, Condenatória e de Repúdio (Apreciação e Julgamentos próximos)		Postura Preferencial Analítica (Apreciação > Julgamento)		Postura Preferencial de Reconhecimento; Postura Analítica possível. (Apreciações e Julgamentos próximos)		Postura Preferencial Laudatória (Julgamentos > Apreciações)			
← [+ Julgamento]		[+ Apreciação]→← [+ Apreciação]										[+ Julgamento]→	
Alta inscrição afetiva		Média inscrição afetiva		Alta inscrição afetiva		Baixa inscrição afetiva		Alta inscrição afetiva		Alta inscrição afetiva			
Hipotético		Baixa distinção cronológica: Século XX: Estima Social > Sanção Social Século XXI: Sanção Social > Estima social Afeto: XXI > XX		Distinção cronológica: Século XX: Sanção Social > Estima Social Século XXI: distinção irrelevante. Afeto: XX > XXI		Sanção Social > Estima Social		Distinção cronológica: Século XX: Sanção Social > Estima Social Século XXI: distinção quase nula. Afeto: XX > XXI		Distinção cronológica: Século XX: Estima Social > Sanção Social Século XXI: Sanção Social > Estima Social. Afeto: XX > XXI			
Hipotético		Maior densidade avaliativa no XXI		Maior densidade avaliativa no XX		Restrito ao XXI		Maior densidade avaliativa no XX		Maior densidade avaliativa no XX			

A observação do esquema permite algumas inferências e considerações:

1. Os modos de negociação intersubjetiva foram agrupados segundo os critérios de *polaridade*, densidade *afetiva* e predomínio entre *apreciação* e *julgamento*, levando em consideração o teor gradual de instanciação desses elementos nos textos, o que levou a considerar o MNI *informativo* como a forma medial. Tal procedimento pode parecer, à primeira vista, ilógico, uma vez que tal modo negociativo só surge no *corpus do XXI*. No entanto, tal fato é de extrema importância para corroborar sua alocação como forma medial.

O fato de ele ter surgido, aparentemente, apenas no material *do XXI* sugere que a sua atualização decorre de mudanças na motivação social que acarretam pressões diferenciadas na funcionalidade dos recursos avaliativos, de modo que a diminuição praticamente geral da densidade avaliativa parece ter criado um contexto propício para a produção de textos que minimizassem a inscrição *avaliativa*, especialmente de *afetos* e *julgamentos*, privilegiando formas menos comprometidas, as *apreciações*.

Obviamente, os *julgamentos* não desaparecem, e a *sanção social*, voltada ao caráter ético e, em geral, privilegiada no *corpus I*, encontra maior espaço que a *estima social*, que se volta, em regra, para a personalidade e o comportamento moral dos atores sociais e instituições.

Os textos *exortativos* apresentam sensíveis diferenças entre os eixos cronológicos. Repare-se na curva do gráfico (p. 311), tanto em termos do seu formato, quanto da diferença na densidade de ocorrências entre os períodos. Tal aspecto revela uma maior instabilidade desse MNI, que apresenta índices avaliativos bem maiores no *corpus do XX*.

Por constituir-se em um MNI que abriga maior potencialidade temática e *postural*, variando do cotidiano ao sociopolítico, pode assumir polaridade preferencial *positiva* ou *negativa*, o que justifica sua alocação em ambas as posições adjacentes ao modo negociativo *informativo*.

Tal alocação apresenta uma outra justificação, que será pormenorizada posteriormente em seção pertinente. Os textos *informativos* apresentam o segundo maior índice de *exortatividade*, perdendo apenas para os textos *exortativos*, uma vez que a autoridade do produtor textual se baseia, em grande parte, na posição de *recomendador*. Tal aspecto corrobora a proximidade entre os dois níveis e possibilita compreender o surgimento dos textos *informativos* como consequência de mudanças

constitutivas no seio dos textos *exortativos*, num processo mais radical de minimização do aspecto *avaliativo*, com manutenção relativa do teor de *incitação*¹⁴⁰.

Os textos *críticos*, por sua vez, apresentam *polaridade negativa obrigatória* e, por isso, só são alocados à esquerda. Eles competem com os *exortativos* em termos de densidade *avaliativa* e, por isso, ambos apresentam densidade baixa (-) e média (--) de inscrições valorativas. No entanto, nos textos *críticos*, o teor de *julgamentos* é maior que o de *apreciações*, o que possibilita inseri-los à esquerda dos *exortativos*, aproximando-os da *extremidade*, em que a diferença entre *julgamento* e *apreciação* é muito mais intensa.

Tal é razão pela qual o MNI *exaltativo* localiza-se à extremidade direita, uma vez que, nele, há predominância da *polaridade positiva*, a partir de uma intensa densidade *avaliativa*, na qual a incidência de *julgamentos* supera, em larga medida, a de *apreciações*. Essa alocação leva à segunda observação.

2. A existência de um MNI com uma alta densidade de *julgamentos* e *afetos* na *polaridade positiva* leva ao questionamento da possibilidade de existir um MNI oposto, ou seja, um modo negociativo *depreciativo*, em que se atualizasse um alto índice de *julgamentos* e *afetos negativos*. Trabalhos, como o de Fraga (2001), apontam uma alta incidência de injúrias e insultos em cartas do leitor do século XIX, o que pode constituir um índice de que os *julgamentos negativos*, em geral, marcadores de condenação ou repúdio, e, portanto, injuriosos, poderiam ser mais comuns em um passado pré-década de 60-70. Evidentemente, trata-se de uma consideração hipotética, visto que o gênero editorial pode ter, desde o início, bloqueado uma possível *postura negociativa* que viabilizasse a organização de um MNI desse naipe, com a alocação de recursos interpessoais diversos subsidiários à tal postura.

No entanto, há um texto relevante, publicado no CZS, durante o ano de 1973, que não consta no *corpus* adotado para a pesquisa em si, por razões de delimitação da noção de editorial. Não obstante, cabe ser mencionado neste momento.

O *Correio da Zona Sul*, em geral, apresenta editoriais na terceira página, no canto superior direito. Algumas vezes, a rubrica *Editorial* identifica o texto; outras vezes, não. Contudo, este encontra-se sempre emoldurado.

No dia 10 de agosto de 1973, é publicado o seguinte texto, no mesmo local do editorial, com o título **A peçonha dos vis e invejosos (Um desabafo sincero, em**

¹⁴⁰ Voltar-se-á a tal aspecto nas seções 4.6.2 e 4.7.5.

homenagem aos amigos e clientes), assinado pelo Comendador José Bonfim, um dos editores responsáveis pelo jornal, o que não ocorre em nenhum outro exemplar textual do periódico, fator que levou a desconsiderar o texto do conjunto de editoriais analisados¹⁴¹.

No entanto, tal texto apresenta características que permitem entendê-lo como um potencial exemplar de editorial *depreciativo*, o que leva ao questionamento da motivação para uma assinatura. Aventa-se a hipótese de que, devido à improdutividade desse modo negociativo no período, a sua atualização requisitasse uma desvinculação do texto à instituição propriamente dita, impelindo um dos editores a assiná-lo, marcando explicitamente a sua responsabilidade pessoal pela produção.

Tal procedimento pode ser indicativo, portanto, de que a *postura depreciativa* e o MNI *preferencial* a ela associado, que também será denominado *depreciativo*, possam ter apresentado algum momento de atualização recorrente e produtiva, que teria, no entanto, com o tempo e a mudança em aspectos estruturais da esfera, passado por um processo de minimização ou bloqueio de sua configuração funcional ou mesmo teleológica, do mesmo modo que a atualidade parece minimizar a ocorrência da postura oposta, a *laudatória*, cujo ritmo de desaparecimento talvez tenha sido freado pelo contexto totalitário. Só a análise de textos de períodos anteriores pode, no entanto, confirmar a hipótese e talvez indicar um caminho evolutivo do gênero.

Veja-se, na sequência, então, o texto. As inscrições de *julgamento negativo* estão em negrito; *apreciações negativas*, sublinhadas; e *afetos negativos*, em *itálico*. As avaliações positivas, em geral voltadas ao periódico, encontram-se, todas, indiscriminadamente, em VERSALETE.

A peçonha dos vis e invejosos

(Um desabafo sincero, em homenagem aos amigos e clientes)

Certas “**cobras**”, muito APRECIADAS pelo Instituto Butantã, expelem, em suas **agressões**, a **peçonha que ofende a moral, a dignidade, o decoro de seu semelhante**, e, muitas vezes, **o veneno é até mortal**, quando a vítima não é socorrida a tempo com a ação da Polícia repressiva ou da Justiça.

É mesmo um **animal repelente e perigoso**, que não mede a extensão de suas **falsidades**, de suas **calúnias**, de suas **injurias**, cujo **procedimento está previsto como crime** pelo Código Penal. São indivíduos **desclassificados**.

Semelhantes à verdadeira **cobra**, como elementos **perigosos e indignos** vivem rastejando na sociedade, tendo como prazer unico e **sádico** atassalhar a HONRA e a REPUTAÇÃO dos outros, **sem consideração, sem pejo, sem medo, sem sensibilidades**.

São uns **miseráveis**, uns **sordidos**, uns **crápulas** – que, **piores** do que as cobras, expelem veneno por todos os poros, **praticando o mal fria e impunemente**, por que ficam acobertados pelas expressões

¹⁴¹ Deve-se ressaltar que a assinatura em si não constitui elemento central para a descaracterização de um texto como editorial; no entanto, a atualização de assinatura em um periódico que sistematicamente não a produz consiste em dado relevante para se questionar o estatuto genérico do texto em questão.

dúbias, próprias dos **covardes**, **que não assumem responsabilidade de seus atos e se escondem do anonimato** ou **se utilizam da inocência de terceiros** para suas atitudes **maquiavélicas**.

Desde quando mudamos de Diadema e fundamos, nesta Capital, o VITORIOSO jornal “Tribuna do Tatuapé” (30.000 exemplares por semana), e, logo depois, com a iniciativa do DIGNO E EMINENTE Comendador Euclides Luiz da Silva, auxiliando-o no “Correio da Zona Sul” (60.000 exemplares por semana), **os inimigos gratuitos** estão **vomitando bílis**, procurando me incompatibilizar com os PREZADOS AMIGOS, FELIZMENTE, estão me prestigiando e me incentivando, na tarefa INGENTE de levar prá frente os dois empreendimentos das Zonas Leste Sul, como EXPRESSÃO VIVA DA CULTURA E COMUNICAÇÃO da grande parte de nossa crepitante Capital.

Os dois periódicos, não obstante o seu curto tempo de existência, já estão com sua MATURIDADE assegurada, pela RECEPTIVIDADE obtida em todas as classes sociais, no comércio, na indústria, entre as autoridades constituídas e no meio do povo. E os dois jornais se impuseram à opinião pública pela HONESTIDADE de seus objetivos, pela SERIEDADE de suas publicações, pela SERENIDADE de seus comentários e BOM-SENSE de seus responsáveis.

Ninguém pode falar da “Tribuna do Tatuapé” e do “Correio da Zona Sul”, quanto à CORREÇÃO E LEGITIMIDADE DE SEUS ATOS, todos dentro de uma conduta IRREPREENSÍVEL, em benefício do povo, para o qual prestem os seus serviços.

É natural, pois que a **peçonha dos vis e dos invejosos** se volte para nós, no desejo de destruir uma OBRA CULTURAL, de um JORNALISMO SADIO E HONESTO, de cunho eminentemente popular, QUE PRETENDE SERVIR A COLETIVIDADE E CONTRIBUIR PARA O ENGRANDECIMENTO DO BRASIL, cuja vida política e economica foi sanada pelo movimento de 31 de março de 1964.

Mas não tememos **as agressões, o veneno, a maledicência, o procedimento tenebroso dos crápulas, a lingua viperina dos detratores**. Nós continuaremos a trilhar nosso caminho e afastaremos dele as pedras, que, **maldosamente** forem lançadas pelo expediente *escabroso* dos **invejosos e impenitentes**, pois temos A CONSCIÊNCIA LIMPA, TRANQUILA e pode-nós, no desejo de destruir uma OBRA CULTURAL, de um JORNALISMO SADIO e gos **que se ocultam no anonimato**.

Comendador JOSÉ BONFIM (CZS00 – p. 74)

Note-se que incidência de *juízos* é intensa, especialmente dos negativos, voltados essencialmente à *condenação* dos opositores ao periódico, em uma extrapolação exacerbada da *postura condenatória*, de modo a incluir *insultos* diretos, o que permite caracterizar tal posicionamento como *depreciativo*. É importante considerar que, diferente da *postura condenatória*, em que, via de regra, se justificam os aspectos negativos do *status quo*, neste texto, os *juízos negativos* se seguem e se contaminam sem grande explanação do que ocorre. As inscrições *positivas* atuam como contraponto, distinguindo e exaltando o jornal em relação aos outros — os inimigos —, instalando um quadro de *combate* entre a *virtude* e a *maledicência*.

Assim, tal texto pode, hipoteticamente, ocupar uma posição *depreciativa* no campo dos MNI, uma vez que se configura em oposição polar ao que se verifica na *postura laudatória*, inerente aos textos *exaltativos*. No entanto, só a atualização de outros textos semelhantes, em outros periódicos, com certa constância, pode levar a uma afirmação categórica. Trabalhos que focalizem editoriais mais antigos podem vir a ratificar ou não a hipótese.

3. Por fim, uma terceira questão. O fato de os editoriais *informativos* terem sua atualização aparentemente circunscrita ao *corpus do século XXI* aponta para a hipótese de que os textos opinativos da imprensa, em especial, o editorial, tenham privilegiado,

inicialmente, as posturas das extremidades, em um caminho evolutivo que parte da alta densidade avaliativa para a média/baixa avaliatividade, com diminuição das inscrições *afetivas* e do predomínio do *julgamento* sobre a *apreciação*. Isso não quer dizer, no entanto, que a tendência seja a da predominância do *informativo*. Pelo contrário. O traço avaliativo inerente aos editoriais tende a provocar maior incidência de textos *críticos e exortativos*, especialmente daqueles, associados à função de *arbítrio* e *denúncia*, intrínsecos à imprensa de bairro no que concerne a sua atuação no nicho de mercado simbólico, fato que justifica, por exemplo, o leve aumento na densidade avaliativa verificado no MNI *preferencial*, o *crítico*, no eixo cronológico. Trata-se de um processo de especialização negociativa, que tende a constituir-se no modelar — temáticas não cotidianas privilegiando o *crítico*; temáticas cotidianas atualizando *preferencialmente* o *exortativo*.

4.4.3 Considerações acerca do engajamento e da gradação

Os padrões de engajamento e gradação apresentam uma estabilidade acional maior que os outros padrões de recursos avaliativos, de modo que sua distribuição se revela de modo muito mais uniforme em um corte transversal dos eixos negociativos. Nesse sentido, apenas apontar-se-á a configuração geral desses recursos, sem apresentar textos para análise, especialmente porque tais parâmetros já foram abordados na seção anterior e ainda serão considerados nas seguintes, visto que se constituem em mecanismos auxiliares da configuração do envolvimento e da exortatividade, estando ligados ao comprometimento autoral diante do que é enunciado.

Apresentar-se-ão, na sequência, dois gráficos que revelam a densidade de instâncias de engajamento por texto. O primeiro arrola os dados correspondentes ao material *do século XXI*, e o segundo, *do XX*.

Densidade de recursos de engajamento no *corpus do século XXI* (contraste negociativo)

Densidade de recursos de engajamento no *corpus do século XX* (contraste negociativo)

A análise dos dois gráficos pode ser realizada conjuntamente, visto que a distribuição das instâncias de engajamento no eixo cronológico não apresenta grandes distinções, com exceção da negociação *exaltativa*.

Primeiramente, note-se que a densidade de recursos de *expansão dialógica* é bem inferior à de *contração dialógica*, o que permite inferir que o editorial da imprensa paulistana de bairro consiste em um modo de ação discursiva que privilegia formas mais altas de comprometimento autoral e um direcionamento retórico mais estrito, uma vez que são bloqueadas, em maior intensidade, as alternativas dialógicas invocadas. Ademais, é possível verificar que a atualização de recursos de *contração* cai sensivelmente do material do XX para o XXI, enquanto a *expansão* permanece estável, excetuando, novamente, os textos *exaltativos*.

Além disso, é possível depreender uma estabilidade intensa na distribuição dos parâmetros de *engajamento*. Note-se como, no eixo da *expansão* (consideração, atribuição, reconhecimento e distanciamento), há, praticamente, uma equivalência na distribuição dos recursos entre todos os MNI, excetuando o *exaltativo*. Por outro lado, no que se refere à *contração*, desconsiderando novamente o *exaltativo*, a *refutação* supera *declaração*, e o *crítico* tende a superar tanto o *exortativo* quanto o *informativo* em termos de *negação*, e o *exortativo* costuma superar o *crítico* nos outros parâmetros, excetuando *endosso*. Destaca-se o fato de que o *informativo* apresenta um dos maiores índices de *declaração* no *corpus* do XXI e a menor densidade de *refutação*, revelando uma postura de maior esforço interpessoal autoral na minimização da leitura complacente de alternativas dialógicas em detrimento do bloqueio explícito pela *refutação*, de teor mais polêmico. Veja-se, ademais, que não há grandes distinções cronológicas verificáveis em termos de proporção na distribuição dos recursos, com exceção do *exaltativo*.

O MNI *exaltativo* apresenta sensíveis diferenças na densidade avaliativa entre o *material* do XX e do XXI, conforme pôde ser verificado na seção anterior, justificado por mudanças constitutivas do papel projetado da imprensa na sociedade atual, de caráter democrático, desvinculada de um contexto totalitário. Nesse sentido, o grau de comprometimento da voz autoral em relação a suas representações e avaliações sofre, em tese, um impacto direto da nova *deontologia representacional* da esfera jornalística de bairro, que acarreta pressões na construção acional do *louvor*, na medida em que se torna complexo para um periódico assumir uma *postura laudatória* e, ao mesmo tempo, procurar manter-se isento de potenciais acusações de proselitismo, partidarismo e

propagandismo, o que, em princípio, o desvincularia do papel de agente de arbítrio entre a comunidade e o poder constituído, abalando sua própria atuação em seu nicho de mercado. Nesse sentido, o próprio louvor deve ser muito mais argumentado e relativizado para que não gere intensa polêmica e possíveis leituras resistentes associadas a *julgamentos de impropriedade*.

Tendo isso em vista, é possível compreender as razões que embasam uma minimização da *expansão dialógica* no material do XX e uma maximização no XXI, uma vez que, naquele período, a *exaltação* podia e, talvez, deveria ser realizada com alto comprometimento, de modo a procurar fechar as alternativas dialógicas que desvinculassem os agentes do poder de uma configuração avaliativa eminentemente positiva e exemplar. Já no XXI, a laudação deve ser relativizada, uma vez que um alto comprometimento implica uma identificação nem sempre desejada entre instituição e objeto de exaltação, o que pode atingir a imagem de neutralidade e engajamento comunitário do veículo, tão reiteradamente construídos nos editoriais da imprensa local, conforme se mostrou na seção anterior.

Poder-se-ia contra-argumentar, contudo, que, contrastando os índices de engajamento entre os MNI, nos diferentes *corpora*, os textos *exaltativos* apresentam maior *contração* no XXI e menor *contração* no XX, o que colocaria em dúvida o que se afirmou anteriormente. Defende-se que não.

A *contração dialógica*, sim, atua, em geral, no sentido de aumentar o comprometimento autoral em relação a dada avaliação e representação, por minimizar as possibilidades de adesão a alternativas dialógicas. No material do XX, a *contração dialógica* consiste em fenômeno de alta atualização, dado um maior índice de polemicidade que se instaura nos textos, em que o teor avaliativo supera o argumentativo, e a voz autoral necessita marcar sua adesão explícita a determinados posicionamentos como forma de instaurar credibilidade e autoridade para persuadir e convencer. O *envolvimento*, conforme se mostrará na próxima seção, a maior rede de recursos responsável pelo estabelecimento de solidariedade, é menos atualizado neste material, o que implica que o *comprometimento* em relação aos posicionamentos deve ser mais explícito para a garantia de adesão. Ao mesmo tempo, a possibilidade de resistência é maior.

No XXI, a *contração dialógica* se aplica muito mais a representações e argumentos que avaliações propriamente ditas e a ênfase no *envolvimento* para solidariedade e identificação permite uma explicitação menor do *comprometimento*,

reduzindo o teor de polemicidade, o que justifica a queda de atualização da *contração* nos eixos negociativos *críticos* e *exortativos*.

Por outro lado, a *postura laudatória* ainda exige um maior *comprometimento* autoral que as outras, uma vez que se trata da construção de um objeto exemplar pela voz autoral, que deve fazê-lo sem que isso seja visto pela audiência como algo duvidoso para o próprio editorialista, o que justifica os altos valores de *contração*. No entanto, veja-se que a densidade é bem semelhante, ao redor de 8 por texto, em ambos os MNI (diferença ao redor de 0,5), o que aponta para uma estabilidade cronológica da *contração* no *exaltativo*, contra um decréscimo das outras, algo que pode passar despercebido em uma primeira observação do gráfico. Já a *expansão* aumenta no sentido de relativizar a possibilidade de concepção do agente ou comportamento exaltado como a única forma possível, reduzindo o autoritarismo, sem, no entanto, minimizar a credibilidade autoral diante da própria teleologia negociativa de *louvor*.

Os gráficos a seguir, por sua vez, apresentam os padrões de *gradação* nos dois materiais coletados:

Densidade de recursos de gradação no *corpus do século XXI* (contraste negociativo)

Densidade de recursos de gradação no *corpus do século XX* (contraste negociativo)

De modo análogo ao *engajamento*, os padrões de *gradação*, que também apresenta duas subcategorizações, vinculam-se, de modo estreito, muito mais a um polo que a outro. No caso, os recursos de *força* são atualizados de modo muito mais intenso que os de *foco* e, em regra, os valores mais *altos* são atualizados em maior densidade que os *baixos*. Uma simples observação do gráfico permite constatar tal fato. Basta observar as diferenças entre *acentuação* e *amenização* e entre *alto* e *baixo*.

Tanto no material *do XX* quanto *do XXI*, os textos *exaltativos*, que atualizam preferencialmente a *postura laudatória*, apresentam os maiores valores de *força alta* e os menores de *força baixa*, o que condiz com a teleologia inerente a tal eixo negociativo, que diz respeito à construção de um objeto discursivo exemplar, em muitos casos, um modelo a ser seguido. Assim, a exacerbação das avaliações consiste em um recurso fundamental para a construção *laudatória*, que, ao aumentar o comprometimento autoral com as representações e avaliações, colabora no processo de vincular o editorialista à realidade exaltada, o que será exponencializado pelas formas de *envolvimento*, tratadas na seção subsequente.

Deve-se atentar também para o fato de que, no material *do XX*, os eixos *exortativo* e *crítico* apresentam distribuições muito próximas nos parâmetros de *força*, enquanto, no *XXI*, o *crítico* tende a superar o *exortativo*. A hipótese anterior se mantém. Como os textos *exortativos* privilegiam padrões mais amplos de *envolvimento*, o *comprometimento* autoral explícito pode ser minimizado pela proximidade, intimidade e identificação construída entre produção e consumo textual como forma de estabelecimento da autoridade necessária para persuadir. Os textos *críticos*, por privilegiarem a *denúncia* e a *condenação*, necessitando lidar com as possíveis leituras resistentes e complacentes e, portanto, com a inerente polemicidade, precisam atualizar, estrategicamente, recursos de *força alta* e *baixa* como forma de não se comprometer diretamente em determinadas avaliações que podem acarretar atitudes responsivas resistentes não projetadas, capazes de ferir a credibilidade e a autoridade do veículo. Repare-se que o eixo *crítico* consiste naquele que mais instancia recursos de *força baixa* no *XXI*.

Além disso, deve-se destacar o fato de que ambos os sistemas — *engajamento* e *gradação* — apresentam, no somatório geral, maior densidade de atualização no material *do XX* em contraste com o *do XXI*, tanto que se refere à *contração dialógica*, quanto no que concerne à *força*, enquanto a *expansão* e o *foco* permanecem razoavelmente estáveis no eixo cronológico, o que novamente reforça uma associação temporal intensa

do privilégio do posicionamento avaliativo marcado nos editoriais *do XX* em relação a uma redução de comprometimento avaliativo no *XXI*, não só em termos das *atitudes* selecionadas, mas de seu enquadramento na multivocalidade e na ênfase. Não obstante, ainda é lícito afirmar que o editorial da imprensa paulistana de bairro consiste em uma TD acional que privilegia o alto comprometimento autoral diante das valorações e representações instanciadas.

Isso posto, analisar-se-ão, na sequência, os padrões de envolvimento, que permitirão compreender as estratégias de solidariedade atualizadas nos editoriais da imprensa paulistana de bairro e suas possíveis relações no que se refere ao comportamento dos recursos de *avaliatividade* como construtores de *comprometimento* e *autoridade*.

4.5 Padrões de envolvimento

4.5.1 Considerações metodológicas

A análise do envolvimento, de acordo com a exposição realizada no capítulo terceiro, seguirá a proposta apresentada neste trabalho, que subdivide seu campo a partir dos eixos de *vinculação* e *captação*. O gráfico abaixo mostra a rede de opções consideradas para a análise dos dados no que tange a esse sistema:

Note-se que as categorias *narrativas pessoais* e *narrativas* foram alocadas aos seus parâmetros dominantes, uma vez que constituem opções situadas no limiar entre a *vinculação* e a *captação*.

Diferente dos sistemas anteriores, no entanto, não se realizou, nesta tese, uma análise quantitativa de todos os parâmetros ligados ao envolvimento. Isso se deve ao fato de algumas de suas categorias não apresentarem fronteiras nítidas, como o *compartilhamento*, diretamente relacionado à noção de pressuposto, por exemplo, ou mesmo a *presença*, ligada à atualização de figuras de linguagem de orientação retórica.

Ademais, a categoria *coletivização* permite a atualização de dezenas de instâncias por texto, enquanto *narrativas* se circunscrevem a uma ou duas por texto, quando ocorrem. Nesse sentido, o eixo da vinculação apresentaria índices numéricos extremamente mais altos que o eixo da captação, o que poderia ofuscar algumas distinções importantes entre os dois subsistemas e sua distribuição entre os MNI.

Em outros termos, torna-se mais lícito quantificar categorias segmentais discretas e analisar seus padrões como indiciais em termos de um parâmetro documental de caráter contínuo, categorizado mediante *dominância*, que quantificar parâmetros segmentais contínuos em face de um parâmetro documental também contínuo, o que poderia resultar em análises plenamente questionáveis.

Nesse sentido, optou-se por analisar quantitativamente apenas a categoria *coletivização*, de teor discreto, e de alta atualização nos editoriais em geral. Como tal categoria está ligada à exclusão ou inclusão da comunidade leitora nas representações e avaliações textuais, tal parâmetro funcionou como um excelente índice para verificar outros tipos de incidência de padrões de envolvimento nos diversos MNI.

Na sequência, expõe-se o subsistema de *coletivização*:

Foram categorizadas como ambíguas as formas de primeira pessoa do plural que não assumiam claramente nenhuma das outras possibilidades classificatórias. Sempre que possível, procurou-se dissolver potenciais ambiguidades, tendo em vista a construção do leitor ideal pela voz autoral.

4.5.2 Padrões de Coletivização e Envolvimento — Vínculos como formas de composição negociativa

O *envolvimento* consiste em um dos parâmetros fundamentais para a análise da negociatividade. Uma vez que o editorial consiste em um texto de caráter avaliativo, ligado, *preferencialmente*, à persuasão e/ou convencimento de uma comunidade de leitores, o grau de estabelecimento de solidariedade com a instância consumidora dos textos assume uma importância central para a construção da autoridade discursiva e, por conseguinte, para a realização dos objetivos retóricos pretendidos.

No capítulo terceiro, foi exposto o sistema considerado nesta tese acerca do envolvimento, que enfoca o ponto de vista do consumo textual. Em outros termos, a abordagem concentra-se, por um lado, nos modos pelos quais a voz autoral constrói uma *vinculação* entre ela e o leitor/ouvinte e, por outro, nos recursos por meio dos quais ela capta a atenção e o interesse do leitor no que tange ao consumo do texto.

Assim como as *posturas*, os *vínculos* — padrões reais de generalização, verificados em exemplares textuais e cuja probabilidade de ocorrência em textos similares instauram diferentes relações de autoridade e intimidade discursivas, tendo em vista as demandas e motivações sociais para tal — também constituem-se em filtros do potencial de significação da linguagem, a partir de uma perspectiva acional e identitária, atuando como elementos de composição e realização de padrões negociativos nos gêneros.

Trata-se de padrões negociativos, uma vez que o modo de construção de solidariedade encontra-se nitidamente ligado à instauração de relações sociais nos textos e à identificação — positiva ou negativa — do consumidor textual no que se refere ao texto e/ou a seu produtor. Nesse sentido, o que representar ou avaliar como aceito ou rejeitado pelo consumidor textual; dividir ou não a responsabilidade ou validação das representações e posições valorativas; dirigir-se diretamente a si ou ao outro no texto; construir um espaço de experiência e de avaliação moral por meio de narrativas; ampliar a capacidade de atração do texto por meio de recursos figurativos — tudo isso relaciona-se à negociação da intersubjetividade e ao posicionamento discursivo projetado que a voz autoral estabelece com o consumidor textual.

Assim, os níveis de instanciação de recursos de envolvimento podem ser resumidos no quadro a seguir:

Quadro 07: Níveis de instanciação de envolvimento no Significado Acional

1. Gênero discursivo ou TD acional → 2. Modo de negociação intersubjetiva →
3. Vínculo → 4. recurso de envolvimento → 5. Leitura, reação ou atitude responsiva.

Isso posto, observe-se o gráfico a seguir, que apresenta a distribuição da vinculação pronominal (ou *coletivização*) em relação ao eixo cronológico:

Densidade de recursos de vinculação pronominal (contraste cronológico)

A observação do gráfico permite verificar que a rede de opções ligada à *exclusividade* tende a ser a maior, impulsionada pelo alto índice de instâncias no material *do XX*. O caráter *genérico* aparece na sequência, uma vez que se trata do valor mais alto no *corpus do século XXI*, embora também apresente um alto de nível de atualização no material do século anterior. Por fim, o gráfico revela que as formas pronominais *inclusivas* são atualizadas de modo menos denso, ainda que com o grau mais alto de estabilidade *intercorpora*. Os dados acerca da ambiguidade, pela irrelevância numérica no contraste com as outras possibilidades, serão desconsiderados.

Os dados suscitam, no entanto, algumas questões. Em primeiro lugar, deve-se indagar acerca das razões que poderiam acarretar a disparidade entre os índices do parâmetro *exclusividade* e *genericidade* no eixo temporal; em segundo lugar, deve-se procurar compreender o que suscita a relativa estabilidade, por outro lado, do parâmetro *inclusividade*. Para dar conta de tais questionamentos, torna-se essencial observar a distribuição de tais recursos, considerando o MNI e a cronologia. Observe-se, a seguir, o gráfico que representa o período *do século XX*:

Densidade de recursos de vinculação pronominal no *corpus do século XX* (contraste negociativo)

Veja-se que, contrastando os diferentes eixos negociativos, a atualização dos recursos de *coletivização* não apresenta uma uniformidade, conforme seria possível subentender do gráfico anterior. Nos textos *exortativos*, predomina o valor *genérico*, enquanto, nos *críticos* e *exaltativos*, predomina a *exclusividade*. Tal diferenciação pode ser compreendida por meio da análise da teleologia inerente a esses MNI e da sua interrelação com o nível *postural*.

Observe-se, na sequência, o texto *Descansa o Grande Soldado*, publicado no Correio da Zona Sul, em 14 de junho de 1974:

Descansa o Grande Soldado

No decorrer desta semana, o Brasil chorou a morte de um ancião venerando, bom, humilde, verdadeira adoração da criança que morava na mesma rua e imediações, no Rio de Janeiro.

Referimo-nos à figura extraordinária do ex-Ministro da Guerra e ex-Presidente da República, o insigne Marechal Eurico Gaspar Dutra. A despeito da sua vastíssima folha dos mais assinalados serviços prestados à Pátria que ele amava com a inteireza do seu coração; não obstante haver sido o condutor maior de todas as nossas briosas Forças Armadas de terra, mar e ar; a despeito de haver sido um dos exponenciais e inesquecíveis vultos como Presidente da República, após exercer o seu mandato – quando conduziu o País por águas tranquilas – recolheu-se como cidadão comum.

É claro que o descortino do grande militar e político dos mais brilhantes levava à sua residência, maxime em horas de perplexidade, inúmeros políticos. Todos admiravam a imensa sabedoria com a qual o Mal. Dutra sabia encontrar equação para os mais intrincados problemas.

O Brasil, como dissemos nas primeiras linhas, chorou essa perda irreparável. O Exército Nacional compungiu-se e os estrondos dos vinte e um tiros de canhão, por assim dizer foram o éco solene da dor que assoberbava aos militares das três Armas. Morrerá o grande Marechal cujo nome honrado passara a integrar a galeria de glórias da nossa Pátria muito jovem, mas que tem já apresentado homens paradigmas de dignidade e cultura. O Marechal Dutra foi um desses. Grande em todos os sentidos.

E a criança miuda, os moços e as moças que viam sempre o amável velhinho, patrimônio e orgulho de uma Pátria inteira, mas envolvido na glória da sua simplicidade. Sempre com um sorriso doce e amigo para todos, certamente que ficaram profundamente consternados. E agora, que ele dormiu o sono tranquilo dos justos, podem e devem guardar sua memória como exemplo. E não de comentar sempre: conhecemos um grande soldado. Conhecemos um ex-Presidente da República. Conhecemos, finalmente, um ancião santo e querido que deixou a mais profunda saudade nos nossos corações (CZS 20 – p. 94).

O editorial apresenta, conforme os parâmetros estabelecidos na seção anterior, *postura laudatória* e, portanto, constitui-se em um exemplar do MNI *exaltativo*. Nesse eixo negociativo, considerando tratar-se de um exemplar textual vinculado ao *corpus do XX*, a voz autoral tende a assumir a responsabilidade e validação das avaliações e representações de modo explícito, marcando a instituição jornalística como a fonte de revelação e reconhecimento dos caracteres exemplares do ator social, instituição ou comportamento exaltado. Por essa razão, predominam as formas de primeira pessoal do plural *exclusiva*, embora, em muitos textos, também haja uma atualização mediana de formas *genéricas*, utilizadas, em geral, como meio de ampliação do escopo das benesses supostamente praticadas pelos atores exaltados, segundo a construção autoral, a uma comunidade que extrapola os limites daquela que consome o jornal.

Note-se que, no segundo parágrafo, a voz autoral assume, como instituição, a identificação do ator social exaltado no primeiro parágrafo por meio de uma rede de julgamentos de *estima* e *sanção social*, além de recursos *afetivos* relacionados à sua perda — *Referimo-nos à figura extraordinária do ex-Ministro da Guerra e ex-Presidente da Republica, o insigne Marechal Eurico Gaspar Dutra.*

A vinculação da forma pronominal *exclusiva* aos elementos laudatórios que constituem a construção da imagem do General Dutra potencializa a solidarização entre a voz autoral e o agente social exaltado, embora, por outro lado, construa polemicidade e crie condições para fortes leituras de resistência, uma vez que a construção como um todo permite pressupor que as avaliações *figura extraordinária* e *insigne* sejam validadas pelo consumidor textual.

Trata-se, portanto, de uma estratégia discursiva ambígua do ponto de vista da solidariedade com o leitor, uma vez que a associação por *exclusividade* vincula diretamente a voz autoral ao objeto exaltado, o qual não é necessariamente reconhecido como tal pelo consumidor textual, mas, por outro lado, proporciona um efeito de ‘desinstitucionalização’, por meio do qual o editorialista, como representante do periódico, simula uma extensão de seu posicionamento a outros atores sociais, mesmo que não identificados com o leitor, permitindo, não obstante, uma proximidade, uma vez que se trata de uma relação entre indivíduos, e não, de atores sociais em contato com instituições. No caso, entretanto, a resistência é potencialmente intensificada pelo fato de a voz autoral ter inscrito enunciados com avaliações e representações positivas pressupostas como *compartilhadas*.

Neste mesmo segundo parágrafo, a voz autoral atualiza uma série de *concessivas*, recurso de *engajamento* por *contra-expectativa* e de *captação* por *novidade*, a fim de chamar a atenção do leitor para uma atitude surpreendente do ator social exaltado. Veja-se o trecho:

A despeito da sua vastíssima folha dos mais assinalados serviços prestados à Patria que ele amava com a inteireza do seu coração; *não obstante* haver sido o condutor maior de todas as nossas briosas Forças Armadas de terra, mar e ar; *a despeito de* haver sido um dos exponenciais e inesquecíveis vultos como Presidente da Republica, após exercer o seu mandato – quando conduziu o País por aguas tranquilas – recolheu-se como cidadão comum.

O contraste entre a exacerbação dos feitos e do caráter do ex-presidente com a atitude de recolhimento como cidadão comum geram um efeito de *novidade*, que colabora para a *captação* do leitor. Além disso, as *concessivas* atuam no sentido de minimizar o teor de destaque interpessoal das exaltações, maximizando o recolhimento

e, assim, buscando chamar atenção do leitor para a *humildade* do general, valor de *sanção social positiva*, e pressupostamente compartilhado como admirável e adequado pela comunidade leitora projetada.

O penúltimo parágrafo, em uma estrutura metadiscursiva, retoma a vinculação pronominal exclusiva, reiterando o suposto *sofrimento* da nação em relação à perda do general. O valor de *afeto negativo* ‘*chorar*’ é coletivizado e reiterado no texto, numa tentativa de associar as reações emocionais construídas discursivamente à realidade afetiva do país, inserindo o leitor em uma comunidade mais ampla, de modo a criar uma potencial identificação de grupo, fenômeno extremamente importante no que tange ao *envolvimento* — *O Brasil, como dissemos nas primeiras linhas, chorou essa perda irreparável* —, e que atua no sentido de marcar a autoridade do editorialista como *conhecedor* e *experienciador*, uma vez que conhece os sentimentos da nação e compartilha com esta a experiência da dor.

O último parágrafo também merece destaque. Observe-o na sequência:

E a criançada miuda, os moços e as moças que viam sempre o amavel velhinho, patrimonio e orgulho de uma Pátria inteira, mas envolvido na gloria da sua simplicidade. Sempre com um sorriso doce e amigo para todos, certamente que ficaram profundamente consternados. E agora, que ele dormiu o sono tranquilo dos justos, podem e devem guardar sua memória como exemplo. E hão de comentar sempre: conhecemos um grande soldado. Conhecemos um ex-Presidente da Republica. Conhecemos, finalmente, um ancião santo e querido que deixou a mais profunda saudade nos nossos corações.

A construção apresenta uma estrutura narrativa que apresenta a juventude como como fonte de validação de uma *profunda consternação*, valor afetivo *negativo*, ampliado pela contração dialógica proposta pelo advérbio *certamente*, minimizando alternativas dialógicas opostas. Conforme já mencionado, trata-se de uma estratégia autoritária inerente ao MNI *exaltativo*, como forma de generalizar um conjunto de *afetos* que estejam de acordo com a teleologia acional — construir um agente social exemplar, digno de ser seguido e louvado.

No trecho, há recursos de *captação* ligados à *presença* — *dormir o sono dos justos* — e um uso de vinculação pronominal *exclusiva* diferenciado, na medida em que não é a voz autoral que assume, isoladamente, a responsabilidade pelos enunciados, mas sim, a juventude, construída textualmente como fonte de validação dos enunciados dotados do verbo *mental* ‘*conhecer*’ — [...] *conhecemos um grande soldado. Conhecemos um ex-Presidente da Republica. Conhecemos, finalmente, um ancião santo e querido que deixou a mais profunda saudade nos nossos corações.*

Por meio desta estratégia, a voz autoral se exime de solidarizar-se diretamente com tais avaliações, uma vez que são atribuídas à juventude, embora haja, obviamente,

uma associação de valores e uma tentativa de estender tal reação afetiva a toda a comunidade leitora. Trata-se de um recurso de dramatização que atua no sentido de criar identificação interpessoal entre o leitor e os supostos jovens que sentem *saudade*, numa potencial tentativa de aumentar a adesão do consumidor textual às avaliações e representações autorais que proporcionam a Dutra uma imagem exemplar.

Assim, pode-se propor que os textos exaltativos atualizam *preferencialmente* um *vínculo exclusivista*, marcado pelo predomínio da *coletivização exclusiva*, da *generalização afetiva* e de recursos de *captação* que visem a destacar a atuação/personalidade do objeto/ator social exaltado, potencializando sua construção atitudinal *laudatória* e marcando a voz autoral como fonte primária de validação e responsabilização pelos enunciados, o que cria um vínculo interpessoal intenso entre o objeto tematizado e a voz autoral.

Os textos *críticos*, por sua vez, apresentam padrões de *envolvimento* diferenciados. Primeiramente, deve-se destacar um seguinte dado. De um conjunto de 118 editoriais, 17 não apresentam nenhuma atualização de vinculação pronominal, o que representa cerca de 14,5% do total. Tal dado permite deduzir que a *coletivização* consiste em um recurso de envolvimento *preferencial* nos editoriais da imprensa paulistana de bairro.

No entanto, o que torna tal dado mais relevante é o fato de que, desses 17 textos em que não ocorre a atualização de vinculação pronominal, 13 estão vinculados ao MNI *crítico*, ou seja, 76% do total de casos. No que se refere aos textos *críticos* como um todo, 31,5% dos textos desse eixo negociativo, no *corpus* do século XX, não apresentam casos de *coletivização*, contra 18,5%, no *corpus* do XXI, o que permite inferir uma mudança significativa nos padrões de atualização de tais recursos.

Essa minimização da *coletivização* é sintoma de uma especificidade dos textos *críticos*, que matizam, em muitos casos, a atualização de recursos de estabelecimento de intimidade ou identificação em prol de um maior distanciamento autoral no que concerne ao foco da *condenação* ou do *repúdio*, uma vez que, por um lado, pressupõe-se, diversas vezes, que o consumidor textual partilhe previamente de tal posicionamento e, por outro, minimiza-se a construção de uma associação mais próxima entre a voz autoral e o alvo da *condenação*, o que poderia potencializar leituras fortes de resistência, em caso de discordância no que tange ao alvo da *crítica*. Nesse sentido, o *compartilhamento* torna-se, em muitos casos, uma estratégia de *vinculação* mais comum, na medida em que proporciona a instauração de pressupostos mais diretamente

relacionados com o senso comum de *ética e moral*, relegando a um papel secundário as outras formas de envolvimento que instaurem maior proximidade e vinculação.

No entanto, quando ocorrem, os textos críticos apresentam uma marcação de envolvimento similar aos *exaltativos*, com predomínio da *exclusividade*, uma vez que, nesses textos, a marcação da voz autoral como fonte da crítica colabora no processo de construção da autoridade discursiva, o que destaca seu papel de agente de *denúncia* da realidade e contribui para a construção representacional de *engajamento comunitário*. A *inclusividade*, por sua vez, tende a ser atualizada nas expectativas projetadas e em alguns contextos de exortatividade fraca.

O texto abaixo, também do *Correio da Zona Sul*, publicado em 29 de março de 1974, sem título, apresenta, no entanto, uma configuração de recursos de *envolvimento* levemente diferenciada, apesar de manter, até certo ponto, as características básicas do MNI crítico. Veja-se:

“Tatuzinho” é o nome de batismo de uma cachaça, muito famosa segundo a opinião de seus consumidores, e que ao ser ingerida – dizem eles – é como se fora “um veludo no gogó”... Vejam os imensos cartazes coloridos nas ruas!

Através do vídeo, homens, mulheres e crianças, de todas as idades, são estimulados a beber “Tatuzinho”, a mais saborosa cachaça que já se fabricou neste País, conforme o afirmam os amantes da “pinga”...

Faz poucos dias, diziamos nesta folha, que maconha e outros venenos lentos infelicitavam seus consumidores, ou melhor, seus escravos, alertando principalmente aos jovens sobre os perigos morais e materiais que o vício oferece aos incautos.

Sem prejuízo daquela advertência, que não nos cansaremos de repetir, hoje voltamo-nos contra a propaganda ostentosa que se faz da cachaça através da televisão, uma vez que esta é veículo de forte penetração em todos os lares e está ao alcance da família, sem distinguir idades...

É lamentável que essa propaganda apareça no televisor, quando se sabe o efeito altamente convincente e estimulante que a promoção ou propaganda movel, falada, cantada, musicada e ilustrada, exerce sobre o espírito dos menos avisados – os jovens em maior número – muitos dos quais são levados a experimentar o “espírito forte” por força da curiosidade quanto à maciez de seu “veludo” na garganta...

Não somos contra “tatu”, “pitu” e outros bichos, e seria alongarmo-nos demasiado e se nos déssemos ao trabalho de citar os diversos nomes dados à “branquinha”, tais como “Chora na Rampa”, “Três Fazendas” e outros, com que se preparam “caipirinhas” “capirissimas” e demais venenos lentos, à guisa de “aperitivo” geralmente para o almoço, sem o que o feijão não desce...

Ninguém ignora que o álcool é um dos mais violentos problemas sociais, razão de ser da desgraça de muitas famílias, responsável direto por acidentes e crimes dos mais brutais... Não obstante, através dos vídeos todos somos convidados a usá-lo, sob os mais variados títulos, através da mais astuciosa e pré-fabricada propaganda.

Há quem seja favorável a uma providência no Lar, contra essa perigosa promoção, qual a de impedir que seja assistida pelos menores, porém isso cairia pela base, pois o televisor teria que ser desligado constantemente e, na prática, a medida seria demasiadamente cansativa.

Resta-nos esperar que possa surgir, talvez a curto prazo, providência oficial que impeça a propaganda televisada da cachaça e outras bebidas alcoólicas.

A televisão, como se vê até agora, promove a aguardente, aconselha o seu uso, destruindo tudo que se tem feito e se faz, até agora, no combate à ingestão dessas bebidas através de entidades que lutam para livrar homens e mulheres desse vício que corrompe, degenera, adoece e mata, responsável por grande número de vítimas internadas nos hospitais. (CZS 14 – p. 88)

Primeiramente, deve-se destacar como, desde o início do texto, a voz autoral procura desvincular-se das avaliações positivas que ela mesma atualiza no texto,

atribuindo-as aos consumidores de bebidas alcóolicas, em uma estratégia de *expansão dialógica* por *distanciamento*, que afasta a posição autoral da veiculada. Trata-se de uma estratégia fundamental, na medida em que consiste na contextualização da situação-problema a ser *condenada* no texto.

A questão é apresentada a partir de uma gama de recursos de *captação* ligada à *contra-prototipicidade*, como as *inserções* — *dizem eles* — e o uso do imperativo não exortativo, em estrutura também parentética, simulando um apelo direto ao leitor — *Vejam os imenos cartazes coloridos nas ruas!*. Tal procedimento pode ser compreendido como uma tentativa de garantir uma adesão prévia, calcada no pressuposto de que a comunidade já teria, de fato, visto os tais cartazes, o que impediria, potencial e posteriormente, uma leitura resistente baseada na ausência de reconhecimento da penetração da propaganda de bebida alcóolica na sociedade.

A partir do terceiro parágrafo, a voz autoral inicia a condenação propriamente dita das bebidas alcóolicas, marcando tal posicionamento de modo *exclusivista* — [...] *dizíamos nesta folha [...], [...] não nos cansaremos de repetir [...], hoje voltamo-nos, [...], não somos contra [...]*, dentre outros. Nesse caso, no entanto, a marcação da *exclusividade* — diferente do que ocorre no MNI *exaltativo* — volta-se à construção de uma voz autoral interessada no bem-estar de sua comunidade, uma voz autoral que denuncia dada realidade negativamente avaliada e que, ao se responsabilizar modalmente pelos enunciados, de forma ‘desinstitucionalizada’, assume para si — como agente social — uma missão de combate, o que ressalta sua capacidade de engajamento e participação social. Assim, verifica-se que um mesmo padrão de *coletivização* pode atuar de modo distinto na instauração de relações sociais, dado haver motivações e funcionalidades diferenciadas para ele, tendo em vista o enquadramento negociativo global de cada MNI.

A análise do quinto parágrafo lança luz ao que foi exposto acima. Veja-se:

É lamentável que essa propaganda apareça no televisor, quando se sabe o efeito altamente convincente e estimulante que a promoção ou propaganda movel, falada, cantada, musicada e ilustrada, exerce sobre o espírito dos menos avisados — os jovens em maior numero — muitos dos quais são levados a experimentar o “espírito forte” por força da curiosidade quanto à maciez de seu “veludo” na garganta...

Primeiramente, deve-se atentar para o fato de que o enunciado é encabeçado por uma estrutura avaliativa centralizada no recurso de *afeto negativo* ‘*lamentável*’, que remete a uma reação a alguma situação *julgada negativamente*. No caso, trata-se da exibição de propagandas sobre álcool na televisão.

Note-se que a construção da propaganda como dotada de *efeito altamente convincente e estimulante sobre o espírito dos menos avisados* é realizada pressupondo acordo com o consumidor textual, como é permitido inferir pela atualização da estrutura *se sabe*. Novamente, a voz autoral não coloca em discussão tal dado da realidade, o que permite inferir que concebe a audiência como passiva, incapaz de resistir aos encantos da propaganda. Trata-se de uma questão importante, pois se refere a uma concepção que ela constrói como *compartilhada*, estabelecendo solidariedade com os leitores que concordam com tal posicionamento. Esse é o leitor ideal.

Outro destaque do parágrafo — embora haja ocorrências similares no parágrafo seguinte também — encontra-se no uso das aspas, recurso de *expansão dialógica*, que, no caso, visam a distanciar a voz autoral das concepções marcadas, deixando explícito que se trata das representações e avaliações dos consumidores de bebida alcoólica. Novamente, tem-se uma estratégia importante no tocante à construção da autoridade discursiva: a voz autoral demonstra conhecer as avaliações, representações e argumentos do grupo consumidor de álcool, mas se posiciona de modo contrário ao colocar tais elementos entre aspas, indicando tanto seu conhecimento quanto sua resistência.

Duas ocorrências de *coletivização não exclusiva* devem ser destacadas:

I. [...] *através dos vídeos todos somos convidados a usá-lo, sob os mais variados títulos, através da mais astuciosa e pré-fabricada propaganda.*

II. *Resta-nos esperar que possa surgir, talvez a curto prazo, providencia oficial que impeça a propaganda televisionada da cachaça e outras bebidas alcoólicas.*

Em I, a presença do quantificador *todos* torna preferencial a leitura genérica, enquanto, no segundo caso, a forma de *exortação finita* parece favorecer uma leitura *inclusiva*, embora a *genérica* não esteja bloqueada. Independente da categorização, a *exclusividade* não é atualizada nessas etapas em favor da extensão da representação. Trata-se de um procedimento estratégico da voz autoral, muito comum nos editoriais da imprensa de bairro como um todo, mas, em especial, nos textos *críticos* e *exortativos*.

A voz autoral generaliza o escopo da representação, incluindo-se na comunidade leitora e/ou na nação, criando, assim, uma ilusão de identificação e pertencimento a um mesmo grupo, o que, em tese, amplia a solidariedade em relação aos leitores complacentes. Ao afirmar que todos seriam convidados a usar álcool por meio dos vídeos, o editorialista também se coloca no rol das potenciais vítimas, igualando-se em termos de posicionamento social à comunidade leitora, abrindo mão, pontualmente, de

um posicionamento mais alto como agente de denúncia (e, possivelmente, imune à propaganda). No segundo caso, de modo análogo ao anterior, o produtor textual constrói-se em consonância com a comunidade como agente incapaz de reverter a realidade diretamente — note-se que há uma intensa modalização que sugere incompetência acional (*volitivo*, no âmbito da esperança; o verbo *restar*, que marca tratar-se da última alternativa possível; a forma verbal *possa*, epistêmica, que indica probabilidade ou possibilidade, assim como o advérbio *talvez*, também de valor epistêmico baixo, expandindo o dialogismo e, portanto, não rejeitando alternativas opostas).

Em outros termos, a voz autoral realiza as denúncias, por um lado, de modo *exclusivista*, marcando-se como fonte de validação e responsabilidade acerca das representações e avaliações negativas acerca do álcool, de seus efeitos e do modo pelo qual se estimula o seu uso; e, por outro, marca-se de modo *não exclusivista* no que se refere à incapacidade de impedir diretamente que a propaganda do produto faça mais vítimas. A autoridade construída relaciona-se, portanto, a denúncia e a conhecimento, mas não a arbítrio ou aconselhamento.

Esses últimos tipos de autoridade discursiva tendem a ocorrer, em geral, em textos que atualizam MNI *exortativo*. Uma vez que estão associados à persuasão, ou seja, ao levar a fazer, a voz autoral, em geral, vale-se de uma gama mais intensa de recursos de *envolvimento*, a fim de intensificar a identificação, a solidariedade e, em diversos casos, a intimidade, como mecanismos facilitadores de adesão, o que favoreceria, em potencial, uma resposta prática do consumidor textual mediante a orientação autoralmente proposta. Nesse sentido, o jogo de construção da autoridade deve ser ainda mais acurado; logo, o elo com o leitor deve ser mais intenso, o que justifica uma tendência a padrões de *coletivização genérica* quantitativamente mais altos que os de *exclusividade* e um nível de *inclusividade* superior aos outros MNI neste período histórico.

O texto abaixo, *Depois do Carnaval eu vou criar juízo*, extraído do jornal *O Parque*, de março de 1983, constitui-se em um exemplar de texto *exortativo* que atualiza, prototipicamente, os padrões anteriormente indicados:

Depois do Carnaval eu vou criar juízo

Novamente aproxima-se o reinado de Momo.

Serão quatro dias de arrasar, e a indústria do carnaval funciona a todo vapor. Em contrapartida, o restante de nossa vida entra em estado letárgico.

Entre marchas e xaxados, de norte a sul, a vida vai-se complicando, numa terra que precisa de trabalho para conseguir sobrepujar as dificuldades. Incentivam-se o ócio e a diversão efêmera, a libertinagem e a ilusão de alegria. Nós bem que poderíamos realizar essa festa para “**inglês ver**”, mas é absolutamente incoerente que todos nós entremos na “**gandaia**” e depois restemos numa anual quarta-feira de cinzas de dificuldades.

Todos devem estar cientes de que os políticos podem fazer bem pouco pelo País; afinal quem trabalha somos nós, e essa nova safra política que aí está vai ser mais desunida e conflitante que qualquer outra anterior.

Resta a alternativa de trabalharmos mais e reclamarmos menos. No mínimo prometermos a nós mesmos que depois do carnaval vamos criar juízo (OP01 – p. 118)

O título do texto já apresenta uma marca de *pessoalização* — *eu* — que antecipa uma construção de envolvimento diferenciada. A própria linguagem informal, ligada à expressão *criar juízo*, e o futuro composto com o verbo *ir*, constituem-se em estratégias de *captação*, visando a uma aproximação do leitor com o texto.

Ainda sobre o título, é importante destacar que a primeira pessoa não necessariamente remete isoladamente à voz autoral propriamente dita, mas pode constituir-se em uma projeção a cada possível consumidor textual, dialogando com o senso comum circulante no país de que tudo só começa a funcionar depois do Carnaval.

O primeiro parágrafo já apresenta uma estrutura de *compartilhamento*, proporcionada pelo advérbio *novamente*, que cria o pressuposto de que o reinado de Momo já se aproximou antes ou sempre se aproxima, vinculando leitor e editorialista.

No segundo parágrafo, a *captação* é instanciada na elaboração inicial da situação-problema, por meio de uma estrutura antitética, correlacionada a uma construção de *contra-expectativa*. Note-se que o editorialista continua atualizando recursos de linguagem informal — *de arrasar, a todo vapor* —, contrapondo-os a elementos de linguagem mais elaborada — *estado letárgico*.

O terceiro parágrafo constitui-se no cerne da situação-problema e deve ser analisado de modo pormenorizado. Observe-se:

Entre marchas e xaxados, de norte a sul, a vida vai-se complicando, numa terra que precisa de trabalho para conseguir sobrepujar as dificuldades. Incentivam-se o ócio e a diversão efêmera, a libertinagem e a ilusão de alegria. Nós bem que poderíamos realizar essa festa para “**inglês ver**”, mas é absolutamente incoerente que todos nós entremos na “**gandaia**” e depois restemos numa anual quarta-feira de cinzas de dificuldades.

A análise do excerto permite depreender que o problema consiste na contraposição entre a realização de festas e a necessidade de trabalhar. Repare-se que a seleção lexical utilizada para se referir ao Carnaval não apresenta valores positivos em termos de senso comum. *Ócio, diversão efêmera, libertinagem e ilusão de alegria* são todos elementos que invocam *juízos negativos*. É importante destacar tal fato,

uma vez que as estratégias de *vinculação* e *captação* que seguem estão relacionadas a esse quadro *negativo* sobre a festa.

A primeira pessoa *genérica*, instanciada durante este parágrafo, inclui a voz autoral e o país como um todo nas representações engendradas, buscando um vínculo de toda a nação no que se refere ao ponto de vista do editorialista. O operador argumentativo *mas* introduz uma estrutura de *captação* por *novidade*, dado o caráter de *contra-expectativa* da construção, que deixa pressuposta a concepção de que, na dificuldade, não se deveriam realizar festas.

As expressões populares *para inglês ver* e *entrar na gandaia* aproximam o leitor do texto e da realidade carnavalesca e, considerando seu caráter de *captação*, contribuem para minimizar o impacto autoritário da construção discursiva da voz autoral. Note-se que o festejar — *todos nós entremos na “gandaia”* — é avaliado sob escopo de um recurso de *gradação alta* por meio de um *julgamento* de *estima social negativa*, ligada à incapacidade/anormalidade — [...] *é absolutamente incoerente que [...] —*, marcando um alto comprometimento autoral com tal valoração, maximizando o esforço interpessoal de discordância, o que pressupõe uma solidariedade intensa com a comunidade leitora sob o risco de forte leitura resistente. Nesse sentido, as estratégias de *envolvimento* encontram-se associadas à garantia de uma adesão prévia por proximidade entre produção e consumo textual ou à minimização do impacto autoritário da construção.

Os dois últimos parágrafos correspondem às etapas de proposta de soluções e comandos, merecendo, portanto, um olhar detalhado:

Todos devem estar cientes de que os políticos podem fazer bem pouco pelo País; afinal quem trabalha somos nós, e essa nova safra política que aí está vai ser mais desunida e conflitante que qualquer outra anterior.

Resta a alternativa de trabalharmos mais e reclamarmos menos. No mínimo prometermos a nós mesmos que depois do carnaval vamos criar juízo.

Note-se que a voz autoral mantém o posicionamento de *vinculação pronominal genérica*, estendendo a si e a todos as implicações da falta de ação dos políticos e exortando, de maneira geral, a intensificação do trabalho e a minimização da reclamação. O tom de oralidade concepcional é mantido — *afinal quem trabalha somos nós, e essa nova safra política que aí está vai ser [...] —*, e o quadro de dificuldades do país é exponencializado pela construção da inação política, o que servirá de permissa para o comando a ser realizado no último parágrafo.

Por meio da análise deste parágrafo, é possível inferir que o título pode, de fato, representar uma projeção da primeira pessoa a cada leitor, uma vez que a expressão *criar juízo*, instanciada neste último parágrafo, encontra-se sob o escopo da forma de *coletivização genérica*. Assim, pode-se deduzir que, nos textos *exortativos*, a voz autoral tende a valer-se de uma gama de recursos de *envolvimento* que visem a integrar suas posições às atitudes e representações pressupostas da comunidade leitora, buscando identificação e proximidade (em muitos casos, até intimidade, como será mostrado posteriormente), de modo que a adesão às condições de realização da situação-problema seja viabilizada para que os comandos e soluções instanciados no texto possam ser legitimados. Assim, tem-se a construção de um *vínculo de identificação*.

No *corpus do século XXI*, os padrões de *envolvimento* não apresentam distinções fortemente marcadas em relação ao material do século anterior. Entretanto, algumas variações distribucionais merecem destaque, especialmente no que se refere a um decréscimo dos recursos de *envolvimento*, de modo análogo ao que ocorrera nas atitudes, conforme já apontado, e, é claro, à necessidade de se destacar o principal padrão de envolvimento instanciado no MNI *informativo*, idiossincrático ao *corpus I*. Veja-se, na sequência, o gráfico que sintetiza as ocorrências de vinculação pronominal no *corpus* em questão:

Densidade de recursos de vinculação pronominal no *corpus do século XXI* (contraste negociativo)

A análise deste gráfico, em contraposição com o anterior, exige algumas considerações. Em primeiro lugar, nota-se a ocorrência de uma queda geral no índice de instâncias de vinculação pronominal. Em segundo lugar, é marcante a redução drástica no nível de atualização da *exclusividade*, o que permite depreender uma tentativa ou necessidade maior de construir, nos textos, identificação e solidariedade entre voz autoral e comunidade leitora. Além disso, excetuando o MNI *crítico*, cuja densidade de atualização de *coletivização* é inferior a 3 por texto em média, a *inclusividade* cresce em todos os outros MNI e constitui-se no maior valor dentre os textos *informativos*. Tal fato pode ser explicado a partir da constatação de um maior enfoque da mídia de bairro no comentário, opinião e avaliação da realidade local, focando na própria comunidade leitora, o que é mais visível nos textos *informativos*, que tendem a apresentar uma construção de autoridade baseada na *recomendação* acerca de um evento local ou na apresentação *apreciativa* de algum fato histórico importante na região. Além disso, a predominância da *inclusividade* aponta para o fato de o MNI *informativo* parecer estar sempre exponencializando a tendência geral de movimentação cronológica de negociatividade neste gênero — substituição de *julgamentos* por *apreciações*, no que concerne às *atitudes*; e privilégio da *inclusividade* no que diz respeito à *vinculação*.

Sobre esse material, destacar-se-ão dois tipos de *vínculo* importantes: o *intimista*, cuja atualização parece estar intimamente ligada a editoriais *exortativos* publicados por jornais de *abordagem plural*; e o *de proximidade*, comum nos textos de caráter *informativo*. Para tal, serão analisados dois textos publicados no *Jornal Nosso Bairro*: o primeiro deles, na semana de 29 de julho a 04 de agosto de 2006, e o segundo, na semana de 21 a 27 de outubro de 2006. Veja-se, na sequência, o primeiro desses editoriais:

Saudade é para lembrar

Urbano Lemos

Saudade é um sentimento? É um pensamento? Uma lembrança? Não sei, mas sei que dói e dói muito... Quem nunca sentiu uma saudadezinha? Todo ser humano que “vive” sente saudades, não importa do que ou de quem, mas sente... No fundinho, sempre sentimos. Não importa, ela está lá, sempre presente...

Muitas vezes, ouço pessoas falarem de um determinado assunto ou pessoa com saudade, o que particularmente acho maravilhoso, mas também ouço pessoas falarem de pessoas e assunto pensando que têm saudades, mas na verdade não vejo como saudade, mas sim uma vontade de voltar ao tempo para poder mudar uma determinada situação.

Sabe aquela pessoa que passou por nossas vidas, tanto nos mostrou, nos ensinou, por vezes brigou, chorou com a gente, e por um motivo qualquer, nunca mais a vimos, nunca mais falamos, - e olha que não se falar, hoje, com tanta tecnologia a nosso favor é difícil! Essas pessoas que por qualquer motivo se perderam de nossas vidas, tantas vezes pessoas tão importantes, tão afetuosas, tão verdadeiras e tão amigas! Dá uma saudade... Sem falar daquelas que estão tão perto e, na verdade, tão longe.

Muitas vezes, sabemos as respostas, outras não, mas a tal da saudade fica lá nos corroendo e mesmo assim não tomamos uma atitude! Sentir saudade de pessoas queridas que já se foram fazem parte de nossas vidas e é até mesmo saudável... As recordações... São tão boas!!! Sentir saudade de nossa infância, da comidinha de nossa infância, de nossa escola, de nossas professoras, sentir saudade de nossa adolescência – sem querer mudá-la...

O fato é que muitas pessoas deixam saudades. No último dia 18, o ator Raul Cortez nos deixou. Mas deixa um legado e uma história que será para sempre lembrada. Esta semana como matéria especial temos uma mostra de saudade que é para ser lembrada: Uma escola estadual batizada com o nome do ator que tanto contribuiu com a dramaturgia brasileira.

Por fim, penso que devemos sempre que possível matar a saudades. Seja como for, o importante mesmo é lembrar que a saudade existe e deve ser lembrada, com carinho e emoção. (JNB04 – p. 05)

Este texto constitui-se em um exemplo prototípico do *vínculo intimista*. Apesar de nenhum outro editorial do *corpus* atualizar este tipo de vínculo de modo tão marcado, acredita-se ser válido analisá-lo a fim de que possam ser depreendidas algumas de suas características na composição do *envolvimento* em outros editoriais.

O *vínculo intimista* é marcado por padrões de *coletivização inclusiva* — ou *genérica*, em alguns casos — e *pessoalização* que favorecem uma identificação por experiência pessoal, ligada à vida cotidiana, entre a voz autoral e o consumidor textual, reforçando a construção de um potencial de *intimidade* e *compartilhamento afetivo* entre ambos. A exortação encontra-se justificada mais pela autoridade construída a partir do reconhecimento do consumidor textual acerca de dados caracteres emocionais ou sentimentais, supostamente partilhados entre ele e a voz autoral, que pela própria argumentação racionalista, que poderia autorizar por conhecimento ou arbítrio. Nesse sentido, trata-se de um padrão de envolvimento que visa ao estabelecimento de um alto grau de solidariedade e uma minimização da esfera de poder, bem diferente de outros padrões verificados em textos *exortativos* ou *críticos*, conforme já analisado.

O fato de o editorial ser assinado contribui sobremaneira para aumentar a probabilidade de instanciação da primeira pessoa do singular, recurso de *pessoalização*, embora a assinatura não consista em fator necessário para tal. Repare-se que o primeiro parágrafo apresenta uma sequência de perguntas retóricas para as quais não há uma resposta definitiva, além de reticências, correções, repetições, marcadores de contra-expectativa, simulando uma atividade de reflexão, em um grau de elaboração que remete à oralidade concepcional. Observe-se:

Saudade é um sentimento? É um pensamento? Uma lembrança? Não sei, mas sei que dói e dói muito... Quem nunca sentiu uma saudadezinha? Todo ser humano que “vive” sente saudades, não importa do que ou de quem, mas sente... No fundinho, sempre sentimos. Não importa, ela está lá, sempre presente...

A voz autoral constrói um leitor ideal que, pressupostamente, já experienciou saudade e que conhece os impactos causados por ela, assim como a frequência e o modo pelos quais ela se manifesta. O editorialista prevê, inclusive, a resistência do consumidor textual, criando alternativas sobre o objeto da saudade (*do que ou de quem, mas sente*) e mesmo sobre sua possível rejeição ou não reconhecimento (*no fundinho, sempre sentimos*), alargando o escopo pressuposto de experimentação do sentimento. A construção é emotiva e, assim, envolve os afetos individuais representacionalmente expandidos de cada leitor, o que proporciona ao produtor criar um efeito de potencial solidariedade em relação a quase qualquer consumidor textual.

A instanciación da intimidade prossegue nos parágrafos seguintes. No segundo, além da *pessoalização* e das instâncias de *contra-expectativa*, que buscam *captar* o leitor pela *novidade*, o editorialista apresenta a situação-problema do texto: tentar voltar no tempo para mudar algo que já ocorreu, o que, na representação da voz autoral, não se constitui em saudade propriamente dita.

O terceiro e o quarto parágrafo atualizam outra série de recursos que merecem destaque. Observe-se o trecho:

Sabe aquela pessoa que passou por nossas vidas, tanto nos mostrou, nos ensinou, por vezes brigou, chorou com a gente, e por um motivo qualquer, nunca mais a vimos, nunca mais falamos, - e olha que não se falar, hoje, com tanta tecnologia a nosso favor é difícil! Essas pessoas que por qualquer motivo se perderam de nossas vidas, tantas vezes pessoas tão importantes, tão afetuosas, tão verdadeiras e tão amigas! Dá uma saudade... Sem falar daquelas que estão tão perto e, na verdade, tão longe.

Muitas vezes, sabemos as respostas, outras não, mas a tal da saudade fica lá nos corroendo e mesmo assim não tomamos uma atitude! Sentir saudade de pessoas queridas que já se foram fazem parte de nossas vidas e é até mesmo saudável... As recordações... São tão boas!!! [...]

O enunciado inicial, encabeçado pela forma verbal *mental* ‘sabe’, simula um diálogo direto com o consumidor textual, instando-o a refletir e buscar na memória uma representação similar à textualizada. A repetição constante da forma pronominal *inclusiva* colabora no sentido de potencializar a solidariedade e a identificação do editorialista com o leitor. Além disso, a seleção lexical *mostrar* e *ensinar* remete a atitudes positivas do ator social que atua como gatilho da saudade, valorizando-o. Em seguida, os valores *afetivos* ‘brigar’ e ‘chorar’ colaboram para ressaltar o laço emocional entre os envolvidos em tal sentimento. A ausência de relação pessoal que é construída na sequência — *nunca mais a vimos, nunca mais falamos* —, justificada pela forma adverbial *por um motivo qualquer*, invoca uma potencial reação afetiva de *culpa*. Tal sensação é potencializada pela estrutura de *contra-prototipicidade* seguinte, uma inserção, que inclusive atualiza um marcador conversacional — *olha*. Tal estrutura atua

no sentido de *captar* o leitor para a realidade de que, atualmente, a alegação de dificuldade de comunicação consiste apenas em um pretexto. Em outros termos, a voz autoral constrói um vínculo de intimidade com o leitor, calcado numa tentativa de criar um quadro de *culpa* que levaria a uma mudança de atitude posterior, mas atuando não no sentido de condenar o consumidor textual, mas sim, identificar-se com ele, generalizando essa condição a toda a comunidade e inclusive a si mesmo, o que ameniza o caráter autoritário intrínseco a uma generalização de uma reação afetiva.

As estruturas de *contração dialógica* abundam e colaboram na construção de um quadro afetivo que *vincula e capta*. Observe-se:

Muitas vezes, sabemos as respostas, outras não, mas a tal da saudade fica lá nos corroendo e mesmo assim não tomamos uma atitude!

Nesse excerto, a voz autoral, por meio de uma vinculação pronominal *inclusiva*, constrói um quadro de dor ligado à saudade, a partir de uma estrutura de contra-expectativa que permite conceber o sofrimento como inexorável à saudade, não importando o conhecimento acerca das possíveis respostas que concernem a tal reação afetiva. Uma nova contra-expectativa marca uma outra *novidade*, recurso de *captação*, apontando que as pessoas não tomam uma atitude, o que implica a rejeição da alternativa dialógica de que quando a saudade corrói, uma atitude deve ser tomada e, com isso, constrói-se uma representação de *inação e sofrimento* coletivizado. O recurso dêitico *lá*, por fim, remonta ao sentimental e à oralidade, potencializando, ainda mais, o quadro de identificação emotiva.

Na sequência, destaca-se o último parágrafo, que apresenta a etapa de comandos:

Por fim, penso que devemos sempre que possível matar a saudades. Seja como for, o importante mesmo é lembrar que a saudade existe e deve ser lembrada, com carinho e emoção.

Esse parágrafo é marcado por uma estrutura exortativa diferenciada, uma vez que o modal deôntico encontra-se sob o escopo do epistêmico *penso*. O trecho — já analisado anteriormente, no que tange à exemplificação do processo de *contaminação*, inerente ao efeito prosódico do interpessoal — deve ser destacado no que concerne ao envolvimento, devido a seu teor de aconselhamento. A exortação, por não ser direta, e sim, intermediada pela visão de mundo da voz autoral, ameniza o aspecto autoritário do comando, contando com a adesão do leitor à reflexão prévia para que a incitação se realize. Fica visível, portanto, como a voz autoral minimiza validar-se por poder para realizar a exortação, valendo-se, assim, da vinculação emotiva e da intensa solidariedade para legitimar seu aconselhamento.

O texto abaixo, por outro lado, enfoca um vínculo que não assume caráter *intimista*, mas busca, de modo análogo, embora menos intenso, matizar a explicitação de poder pela criação de um contexto de *proximidade* que viabiliza a *recomendação*.

Voar é preciso
Urbano Lemos

“As invenções são, sobretudo, resultado de um trabalho teimoso”

Alberto Santos Dumont

Nesta semana recebemos em nosso bairro da Lapa, a ilustre visita do primeiro astronauta brasileiro Marcos Pontes. O evento esclareceu aos participantes qual é o papel do Brasil na exploração espacial, bem como o que representa tal trabalho e os fatores positivos que ele traz para nosso país, abrindo portas para a área de tecnologia espacial e contribuindo para o reconhecimento e o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

O astronauta destacou que sempre teve o sonho de voar. Para ele é importante buscar os sonhos independentes das dificuldades no caminho, mesmo que tudo seja desfavorável a concretização dos sonhos, não se pode desanimar. “Sonhar é realizar” disse Marcos Pontes. E foi exatamente isso que ele fez, concretizou o sonho de milhares de brasileiros.

Outra grande comemoração é o centenário do primeiro vôo de Alberto Santos Dumont, o inventor do 14-Bis e precursor da história espacial brasileira. Em 23 de outubro de 1906, Santos Dumont avançou significativamente no campo das invenções aéreas, sendo assim, hoje comemoramos no dia 23 de outubro o seu dia, o Dia do Aviador.

E para concretizar a passagem, na próxima segunda-feira, 23 de outubro, às 20h30 será lançado em São Paulo o filme “14 Bis”, única ficção produzida para o Centenário do Primeiro Vôo da História, realizado por Alberto Santos Dumont. A obra é distribuída pela UPA Cinema. O evento acontecerá no prédio da Fiesp, no Teatro Popular do Sesi no térreo (avenida Paulista, 1.313). Vale a pena conferir. Pois ‘voar é preciso’ e como diria o nosso astronauta “sonhar é realizar”. (JNB16 – p. 17)

A análise, realizada conforme parâmetros atitudinais, permite inferir que se trata de um texto de *postura analítica*, que não propõe construção de *status quo negativo*, não constrói situação-problema a ser solucionada nem assume uma atitude *laudatória* diante do ator social enfocado. A voz autoral informa o leitor acerca da visita do astronauta brasileiro Marcos Pontes, comenta sobre o centenário do primeiro voo de Santos Dumont e recomenda à comunidade assistir ao filme *14 Bis*. Todas essas características permitem tratar o texto como um editorial de negociação *informativa*.

Assim, a partir de uma configuração negociativa e teleológica diferenciada, com privilégio de *apreciações* sobre *julgamentos*, este MNI apresentará um padrão de *coletivização* diferenciado, de densidade relativamente baixa — se comparado ao *exortativo* ou *exaltativo* —, que enfoca, centralmente, a *inclusividade*, uma vez que tais textos tendem a tematizar o local em detrimento do global.

A *inclusividade* já se manifesta no primeiro parágrafo, no qual a voz autoral divide com a comunidade a validação da recepção do astronauta no bairro da Lapa. O restante do parágrafo, no entanto, minimiza qualquer condução estratégica de *envolvimento*, apenas relatando o foco do evento que trouxe o astronauta para a região.

O parágrafo seguinte tematiza o discurso de Pontes, trazendo instâncias de discurso relatado direto e indireto, todas voltadas à questão dos sonhos e de sua realização. O discurso relatado, como elemento de teor narrativo, contribui na *captação* da comunidade leitora. A concessiva, como recurso de *engajamento* e *novidade*, auxilia nesse processo, por rejeitar a alternativa dialógica de que os obstáculos deveriam desanimar a busca dos sonhos.

Destaca-se, ademais, no trecho, a seguinte afirmação: *E foi exatamente isso que ele fez, concretizou o sonho de milhares de brasileiros*. No caso, o anafórico *isso* remete à fala de Pontes — *sonhar é realizar* —, e o termo *exatamente*, recurso de *foco*, revela o comprometimento da voz autoral em relação a essa associação relacional. No entanto, é o último segmento do enunciado — *concretizou o sonho de milhares de brasileiros* — que veicula um dado interpessoal relevante, uma vez que a voz autoral pressupõe que o fato de haver um astronauta brasileiro consista em um sonho de milhares de habitantes deste país, generalizando um posicionamento afetivo, o que constitui uma estratégia de autoritarismo. Por outro lado, isso é realizado sem que seja *coletivizado* em primeira pessoa, o que poderia potencializar as leituras de resistência. Note-se, portanto, que a voz autoral não mantém o posicionamento de *inclusividade* no trecho, preferindo uma forma impessoal, que permite a exclusão do leitor em relação ao grupo construído no enunciado. Trata-se de um ponto interessante, que revela um aspecto importante dos textos *informativos* — a minimização da necessidade explícita de solidarizar-se afetivamente com a esfera de consumo textual.

Os dois últimos parágrafos pouco contribuem para o desenvolvimento de uma intensificação da solidariedade entre produção e consumo textual. Eles expõem as comemorações associadas ao centenário do primeiro voo de Santos Dumont, destacando o filme *14 Bis*. No final, há uma exortação de recomendação — *Vale a pena conferir* —, justificada em remissão ao título e ao discurso de Pontes.

Assim, é possível depreender que a estrutura de *envolvimento* dos textos *informativos* encontra-se menos marcada que a dos outros eixos negociativos, com exceção, talvez do *crítico*, que até dispensa, em muitos casos, o fenômeno de *coletivização*, tão comum no editorial da imprensa paulistana de bairro, construindo um *distanciamento* entre a voz autoral e o consumidor textual. Nesses casos, destacam-se os fenômenos de *captação* como meios de estabelecimento de solidariedade. Por outro lado, quando a *vinculação* tende a manifestar-se de modo mais amplo, os *críticos* privilegiam a *exclusividade*, enquanto os *informativos*, a *inclusividade*. Nesse caso, a

inclusividade atua como forma de estabelecer identificação com o grupo leitor, geralmente com base na proximidade geográfica e no compartilhamento do cotidiano, permitindo à voz autoral informar o leitor acerca de determinados eventos e acontecimentos locais, recomendando alguma atitude diante dos mesmos, sem necessariamente construir intimidade ou generalização afetiva que sustente o desenvolvimento persuasivo.

O quadro seguinte resume as principais características e padrões de envolvimento verificados no material coletado. De modo análogo ao que se afirmou sobre a *valoração*, o quadro não pretende ser exaustivo, e as fronteiras entre os principais *vínculos* e sua distribuição nos MNI sempre devem ser entendidas como marcadas por um caráter fluido, dinâmico e contínuo. Por outro lado, diferente do que se realizou com a *atitude*, parâmetro passível de quantificação direta, só serão enfocados os padrões preferenciais:

Modos de negociação intersubjetiva e a construção do *envolvimento*

<i>Predomínio gradual de solidariedade discursiva e identificação coletiva</i>					
← [- identificação coletiva]		[+ identificação coletiva] →		← [+ identificação coletiva]	
DEPRECIATIVO	CRÍTICO	EXORTATIVO	INFORMATIVO	EXORTATIVO	EXALTATIVO
<i>Hipotético</i>	<i>Vínculo Exclusivista/ Distanciamento (Predomínio da Coletivização Exclusiva/Ausência de coletivização)</i>	<i>Vínculo de Identificação (Predomínio da Coletivização Genérica)</i>	<i>Vínculo de Proximidade (Predomínio da Inclusividade)</i>	<i>Vínculo de Identificação/Vínculo Intimista (Predomínio da Coletivização Genérica/Predomínio da Coletivização Inclusiva)</i>	<i>Vínculo Exclusivista (Predomínio da Coletivização Exclusiva)</i>
Hipotético	[+ captação]	[+ vinculação]	[+ captação]	[+ vinculação]	[vinculação//captação]
<i>Hipotético</i>	<i>Queda relevante na inclusividade. Queda acentuada apenas na exclusividade Corpus II > Corpus I</i>	<i>Baixa distinção cronológica: Queda acentuada apenas na exclusividade Corpus II > Corpus I</i>	<i>Distinção cronológica não se aplica</i>	<i>Baixa distinção cronológica: Queda acentuada apenas na exclusividade Corpus II > Corpus I</i>	<i>Distinção cronológica: Queda acentuada na exclusividade e na genericidade. Corpus II > Corpus I Aumento na densidade de inclusividade Corpus I > Corpus II</i>
Hipotético	[+ poder/ - solidariedade]	[+ solidariedade/ - poder]	[poder ≡ solidariedade]	[+ solidariedade/ - poder]	[+ poder/ - solidariedade]
<i>Hipotético</i>	<i>Atitudes autorais preferenciais: denúncia/arbítrio</i>	<i>Atitude autoral preferencial: incitação a mudança/arbítrio</i>	<i>Atitude autoral preferencial: recomendação</i>	<i>Atitudes autorais preferenciais: incitação a mudança/aconselhamento</i>	<i>Atitude autoral preferencial: elogio</i>

4.6 Padrões de exortatividade

4.6.1 Considerações metodológicas

O exame da exortatividade, conforme exposto no capítulo terceiro, seguirá as diretrizes propostas nesta tese. Devido a seu caráter discreto, as formas de exortação foram analisadas quantitativa e qualitativamente, a fim de que fosse possível depreender seus principais padrões de atualização e distribuição no que se refere aos modos de articulação da negociatividade.

O sistema abaixo contempla as opções de exortatividade utilizadas na análise quantitativa:

Todas as ressalvas pertinentes à categorização deste componente foram realizadas no capítulo pertinente. Deve-se ressaltar, no entanto, que, diferentemente dos sistemas de *envolvimento* e *atitude*, as instâncias de exortatividade tendem a ocorrer em menor número por texto, apresentando alta atualização apenas nos MNI *informativo* e *exortativo*.

No entanto, tal constatação não minimiza sua importância para a distinção e descrição dos modos negociativos, uma vez que sua ausência/presença constitui fator decisivo para distinção, em muitos casos, entre o caráter *crítico* e *exortativo* de um texto, além do fato de que os diferentes MNI tendem a selecionar e agrupar traços distintos das opções deste sistema para executar seu caráter persuasivo, mesmo nos casos em que tal aspecto não seja central à teleologia potencial de um determinado modo negociativo.

Além disso, deseja-se frisar que o componente *exortatividade* consiste em uma das opções do sistema de *negociação*, conforme Halliday & Matthiessen (2004) e

Martin & White (2005). A opção por excluir as outras opções do sistema reside no fato de que são os comandos envolvidos por uma rede de argumentação que consistem em elemento significativo para a realização de aspectos da teleologia do editorial da imprensa paulistana de bairro, bem como meio de diferenciação entre eixos negociativos, comportando-se de modo complementar aos sistemas de *envolvimento* e *atitude* para a construção da intersubjetividade neste Significado Acional.

De maneira semelhante ao *envolvimento*, as análises enfocarão os padrões preferenciais de exortatividade e serão apontadas as principais distinções cronológicas, quando pertinentes. Entretanto, diferentemente da análise dos outros sistemas, em que se requisitava uma abordagem do texto como um todo, a descrição dos parâmetros de *incitação* discursiva será realizada a partir da análise de trechos dos editoriais. Quando necessário, far-se-á alguma remissão a aspectos de *avaliatividade* ou *envolvimento* que estejam correlacionados.

Por fim, deve-se realizar uma última grande ressalva. Recursos de exortação não costumam ser atualizados em alta quantidade por texto. Além disso, há uma quantidade relativa de editoriais que não instanciam forma alguma de exortação, conforme será exposto na sequência. Isso posto, deve-se entender que as densidades médias de exortação consideradas, mais do que nos outros parâmetros, apresentam apenas importância indicial, uma vez que um valor como 1 (uma) exortação imperativa por texto está longe de ser algo verificável e comum. O mais provável é que poucos textos com mais de uma exortação imperativa ocorram, em detrimento de vários em que tal estrutura não seja atualizada. Por esse motivo, as análises dos padrões de *exortação* serão realizadas com um embasamento numérico menos estrito, o que exige considerações qualitativas mais finas.

4.6.2 Padrões de Exortatividade — a *Incitação* como mecanismo de composição negociativa

A *incitação* consiste em um padrão real de generalização, de teor probabilístico, que instaura diferentes relações de poder e hierarquização discursivo-social, envolvendo formas de exortação de estrutura, polaridade e alvos diversificados, de maneira a explicitar o encaminhamento ideal do direcionamento persuasivo conforme o projeto autoral/institucional.

Assim, tanto a construção discursiva do objeto da incitação e de que modo ele e a voz autoral se relacionam em termos hierárquicos, quanto a estruturação da exortação, na medida em que diferentes formas de composição dos recursos exortativos vinculam-se a níveis distintos de autoritarismo e democratização, e, por fim, a polaridade da exortação, uma vez que implica o estímulo à ação ou o seu bloqueio, o que atinge diretamente a constituição da *face negativa* ou, em outros termos, a liberdade de ação individual em relação a uma representação construída que insta o leitor/ouvinte a posicionar-se — tática, estratégica, complacente ou resistentemente — constituem-se em elementos centrais para o processo de negociação intersubjetiva nos editoriais da imprensa paulistana de bairro e, por isso, validam a análise da exortatividade como componente do interpessoal.

Isso posto, o quadro a seguir explicita os níveis de instanciação considerados para a exortatividade:

Quadro 08: Níveis de instanciação exortativo-acionais

1. gênero discursivo ou TD acional → 2. modo de negociação intersubjetiva → 3. incitação → 4. recurso de exortação → 5. leitura, reação ou atitude responsiva.

Observe-se, na sequência, o gráfico que contrasta, em termos negociativos, as ocorrências de formas exortativas no material *do século XX*:

Densidade de recursos de exortação no *corpus do século XX* (contraste negociativo)

O gráfico consolida as expectativas iniciais de que, de fato, o MNI *exortativo* apresentasse o maior índice de atualização de recursos de exortação do *corpus*. Tal fato, de caráter trivial e óbvio, por si, nada representa, uma vez que a definição do eixo negociativo *exortativo* pressupõe a presença de um mecanismo de comando, que potencialmente solucione uma situação-problema, para a qual se orientou toda uma gama de recursos de argumentação, avaliação e envolvimento. Por essa razão, o que se deve observar são os tipos específicos de formas de exortação atualizados para que se possa depreender que configuração de comandos se encontra mais probabilisticamente associada a dado modo negociativo.

Os textos *críticos* e *exaltativos* também confirmam, por sua vez, a expectativa de baixa exortatividade, o que também é reforçado pelo fato de que, neste *corpus* 60% dos textos *críticos* e 50% dos textos *exaltativos* não apresentam traço de *exortatividade*. Tal constatação confirma a relação estreita entre o caráter *negociativo crítico* e o eixo do *convencimento* em detrimento da *persuasão* e a associação da *exaltação* ao reconhecimento e aceitabilidade de realidades construídas exemplarmente, prescindindo de um estímulo à atitude prática. Em ambos os casos, a atitude esperada é *cognitiva* ou *linguística*.

Repare-se que, independentemente do MNI, as exortações *positivas* superam as *negativas*, do mesmo modo que as *diretas* superam as *indiretas*. No caso dos textos *críticos*, não há, inclusive, atualização de exortações *indiretas*, ao passo que não há *negativas* nos textos *exaltativos*. Além disso, destaca-se o fato de que os textos *exortativos* apresentam cerca de 2,2 ocorrências *positivas* contra, aproximadamente, 0,3 *negativas* por texto. A disparidade entre *diretas* e *indiretas* — 1,9 contra 0,6, aproximadamente — também é grande.

Outro aspecto a ser destacado é a prevalência latitudinal das formas de exortação fortes, como o *imperativo* e a modal *deôntica*, que permitem inferir que o processo de *exortação* deste material apresenta um alto nível de *autoritarismo*.

Uma comparação com os resultados quantitativos do *corpus* do XXI faz-se necessária antes de serem analisados os trechos relevantes dos editoriais de ambos os materiais:

Densidade de recursos de exortação no *corpus do século XXI* (contraste negociativo)

A análise deste gráfico permite realizar, previamente, algumas inferências e conclusões que as análises qualitativas posteriores possibilitarão constatar. Primeiramente, note-se que há uma queda na densidade de *imperativos* no eixo *exortativo* e um acréscimo nos *exaltativos*, ao se comparar esses números com os dados do *século XX*. O decréscimo do *imperativo* não implica, no entanto, uma necessária queda na média de exortações, uma vez que houve um aumento de incidência da estrutura *deôntica* e *finita*. Tal decréscimo, no entanto, pode estar relacionado a uma minimização do grau de autoritarismo, o que é comprovado pelo aumento da incidência de alvos *indiretos*, o que revela uma redução do aspecto confrontacional da exortação e do possível ataque à *face negativa*. Além disso, as ocorrências *negativas*, que já eram mínimas, diminuem, o que pode constituir-se em outro indicador para a queda no autoritarismo¹⁴².

O fator mais relevante, no entanto, pode ser encontrado na descrição do MNI *informativo*. Ausente do *corpus do XX*, o eixo negociativo *informativo* apresenta um grau de *exortatividade* intermediário, decorrente da atividade de *recomendação*, costumeiramente assumida pela voz autoral. Nem todo texto *informativo* assume traços *exortativos*, no entanto. Há, no *corpus*, 2 textos (18% do total *informativo*, aproximadamente) que não apresentam traços de *exortatividade*. Trata-se, portanto, de um padrão *preferencial*, mas não *obrigatório*.

Quando ocorre, no entanto, manifesta-se com um grau de autoritarismo médio, apesar da alta incidência de *imperativos*¹⁴³, uma vez que as formas que prevalecem, latitudinalmente, são as *deônticas* e *volitivas*, de polaridade *positiva*, com alternância entre alvos *diretos* e *indiretos*, o que permite aventar a hipótese de que tal modo negociativo — além do que já fora afirmado acerca da *atitude* —, provavelmente, tenha-se originado a partir de mudanças estruturais no eixo *exortativo*, com gradual substituição de *julgamentos* por *apreciações* como tipo avaliativo privilegiado, minimização do envolvimento, como consequência de uma adoção de postura mais objetiva diante da realidade, e retenção da *exortatividade*, embora com amenização das

¹⁴² No entanto, por essa mesma razão, deve-se tomar cuidado para não se afirmar claramente que se trata de um indicador plenamente confiável, uma vez que o número extremamente baixo de ocorrências de formas negativas pode não conferir uma confiabilidade estatística suficiente para sustentar tal afirmação.

¹⁴³ Uma ressalva importante faz-se necessária para o entendimento do exposto neste parágrafo. Não obstante a incidência de *imperativos* ser alta no MNI *informativo*, tal valor decorre, em grande medida, de uma ilusão numérica proporcionada por um exemplar textual que atualiza quatro *exortações imperativas* em sua conclusão. Por esse motivo, ressaltou-se, nas considerações metodológicas, que os dados numéricos deste parâmetro constituem-se, realmente, em elementos indiciais, não permitindo nenhuma conclusão ampla, apenas apontando para possíveis padrões de *incitação* reais.

formas mais autoritárias, uma vez que a construção de solidariedade é reduzida e se pressupõe uma interface mais direta com o consumidor textual, tendo em vista que textos *informativos* tendem a tematizar aspectos cotidianos ou regionais que diretamente afetam o leitor, associado à voz autoral por vínculos *preferenciais* de *inclusividade*.

Isso posto, expor-se-ão, na sequência, trechos de editoriais¹⁴⁴, seguidos de comentários analíticos que procurarão realizar uma relação entre o procedimento exortativo e a dinâmica interpessoal do MNI referido:

I. Vinte e sete anos depois, a Casa de Detenção não está mais nos trajetos que o Sumo Pontífice deve percorrer, mas o País prossegue castigado pela violência e muitas vezes pela desesperança. Que Bento XVI traga para o Brasil o mesmo desejo de paz e esperança que marcou a presença de João Paulo II em 1980 e posteriormente em 1991. Somente por esse fator, sua visita já terá valido a pena (GZN07 – p. 47; crítico; XXI).

O trecho em destaque corresponde ao último parágrafo de um texto crítico que tematiza a vinda do papa Bento XVI à capital paulista. Conforme já estabelecido, textos *críticos* constroem um *status quo negativo*, em geral, sob o escopo de uma *postura condenatória*, com *vínculo de exclusividade ou distanciamento*, com maior ênfase na *captação* em relação à *vinculação* e com orientação retórica voltada ao *convencimento*.

Nesse sentido, espera-se que o teor exortativo seja, de fato, baixo e que se constitua a partir de uma combinação entre estrutura e alvo que favoreça uma minimização de autoritarismo.

Em termos gerais, formas *imperativas* ou *deônticas*, assim como alvos *diretos*, tendem a ser mais autoritários. No entanto, formas *deônticas indiretas* ou *diretas volitivas* e *optativas* tendem a minimizar aspectos de autoritarismo, construindo um campo de maior liberdade, pluralidade de vozes e mesmo solidariedade.

No caso, ocorre uma *exortação direta*, na medida em que o alvo, *Bento XVI*, encontra-se claramente explicitado. Contudo, a instanciação da estrutura *optativa* relativiza o grau de autoritarismo, uma vez que se trata da construção de um campo de expectativas que não propõe para aquele ator social uma obrigação potencial e discursiva de trazer, de fato, o desejo de paz e esperança ao país. A exortatividade permanece no campo do desejo, que, textualizada, coloca em jogo a relação interpessoal entre voz autoral e seus representados em face do ator social que é alvo da exortação.

¹⁴⁴ Os trechos focarão o parágrafo em que ocorre o recurso de exortação. Em alguns casos, o parágrafo precedente ou subsequente também serão incorporados. Há uma referência, entre parênteses, ao editorial integral nos anexos, que pode ser utilizada para maiores esclarecimentos. Juntamente ao jornal de origem, os parênteses também trarão informações acerca do MNI e da cronologia.

Em geral, tal estrutura posiciona a voz autoral em um nível hierárquico inferior, em termos de poder, ao alvo da exortação, de modo que a construção discursiva acaba revelando um produtor textual incapaz de garantir a execução do comando propriamente dito, estando dependente, em última instância, do ator social de maior poder para que seu desejo seja realizado.

Os textos *críticos*, em geral voltados ao convencimento da população acerca de uma realidade a ser condenada ou repudiada, envolve, diversas vezes, aspectos do poder político ou econômico a que a voz autoral não tem acesso direto, atuando como agente de denúncia, mas não de mudança direta efetiva. Nesse sentido, a exortatividade torna-se baixa e as formas preferenciais de comandos tendem a ser aquelas em que o poder autoral é construído como minimizado, reduzindo, assim, o esforço interpessoal e a emergência de possíveis leituras de resistência associadas à *arrogância*, julgamento de *tenacidade negativa*, tendo em vista a aparente dissociação entre um discurso potencial e a efetiva capacidade da instituição de garantir o resultado proposto pela realização do comando. Ademais, tal construção não acarreta, potencialmente, a projeção discursiva de um esforço interpessoal do agente exortado em não aderir à proposta apresentada. Tem-se, assim, um padrão de *incitação projetiva*.

Fenômeno similar ocorre em um texto *crítico* do material *do século XX*, transcrito na sequência:

II. Como reforço é sempre bom lembrar a propaganda “política do verde”, enfatizada com muita seriedade pelo prefeito, que conseguiu, efetivamente, humanizar mais a cidade, implantando algumas áreas verdes em locais onde já estavam quase sendo extintas. Por isso, é de se esperar que, numa atitude coerente com sua administração, o Executivo se sensibilize com o movimento e possibilite a criação do Parque da Criança. (GP 01 – p. 98; crítico; XX)

O texto em questão tematiza a construção do Parque da Criança e os problemas que envolvem a sua criação. A categorização do texto em *crítico* ou *exortativo* é problemática e consiste em uma das situações em que a dinâmica da negociação intersubjetiva encontra-se no limiar que separa os dois eixos negociativos. Nessas situações, o teor de exortatividade parece constituir-se em um elemento-chave para a categorização da dominância negociativa.

A postura predominante é a *analítica*, que não consiste na preferencial, embora seja *permitida*, em ambos os MNI considerados. Há uma situação-problema, mas não há um desenvolvimento argumentativo que proporcione soluções à questão, que, por sua vez, seriam, então, construídas sob a forma de comandos, o que minimiza a sua categorização como *exortativo*. Por outro lado, o *status quo* não é explicitamente

construído como *negativo*, embora possa ser invocadamente lido sob essa polaridade, o que relativiza seu pertencimento à categoria *crítica*. Não se trata também de texto *informativo*, pois o teor avaliativo e o caráter de convencimento que permeiam o texto bloqueiam tal caracterização.

É, portanto, o teor de *convencimento*, somado ao tipo de *exortação*, que permitirão classificar o texto como *crítico*, levando em conta o critério de dominância. Note-se que a exortação é *volitiva*, *direta* e *positiva*, voltada ao Executivo municipal e relacionada ao campo cognitivo — *sensibilizar-se* — e não prático, o que consiste em uma estratégia de minimização do poder autoral e, ao mesmo tempo, em uma construção que insere o alvo em uma posição de *pseudo-liberdade*, uma vez que não se propõe uma obrigação propriamente dita, mas uma sugestão de caráter fortemente interpessoal, garantida pela avaliação de *coerência* e pela expectativa de que o governo mantenha sua posição anterior diante da nova realidade. Nesse caso, no entanto, o não cumprimento da expectativa construída acarretaria um alto esforço interpessoal de justificativa, o que afetaria diretamente a credibilidade do alvo exortativo, diferentemente do que ocorre na *incitação projetiva*, em que a credibilidade do alvo não é constitutivamente ameaçada pela construção discursiva.

Nesse sentido, tem-se que a forma exortativa *volitiva*, por não apresentar o teor confrontacional explícito das opções *deônticas* e *imperativas*, calca no vínculo interpessoal e na possibilidade de uma perda de credibilidade do alvo o seu potencial de comando e de autoritarismo, que, conseqüentemente, torna-se velado. Trata-se de uma estratégia comum dos textos *críticos*, uma vez que a realidade presente não é representada como diretamente alterável pela voz autoral e pela comunidade leitora que ela, supostamente, representa. Trata-se, assim, de uma *incitação especulativa*.

O trecho abaixo, por outro lado, mostra um dos padrões preferenciais de *exortatividade* no MNI *exortativo*. Repare-se no teor autoritário e na construção de um alvo *indireto*, omitido por uma estrutura passiva. Tal configuração de recursos permite à voz autoral colocar-se como porta-voz de uma norma social, assumindo um posicionamento prescritivo:

III. Nesse contexto, importante é considerar o que temos sempre destacado que, devido à finalidade desses cargos, deve ser feita uma análise das reais intenções dos candidatos, pois o seu desempenho do titular tem duas condições essenciais para que se atinjam resultados, primeiro: ser conhecedor ou atuante nas referidas áreas e segundo: que não utilize o cargo para conseguir favores pessoais ou posições políticas.

Nosso voto, em qualquer eleição, tem que ser respeitado e isto só será conseguido se nós mesmos respeitarmos o valor de nossas escolhas (SPN 11 – p. 67; exortativo; XXI).

O editorial cujo trecho encontra-se sob análise tematiza as eleições de candidatos a postos em Comitês e Conselhos regionais e assume teor *exortativo*, conforme já mencionado. A voz autoral destaca o papel dos conselhos e comitês e argumenta em favor de determinado tipo de candidato, buscando persuadir o leitor a agir segundo suas orientações.

A primeira forma exortativa atualizada apresenta estrutura *deôntica*, polaridade *positiva* e alvo *indireto*, embora seja possível subentender que cada eleitor deva realizar a análise destacada. Note-se que, diferentemente dos casos anteriores, a *exortação* implica uma ação prática propriamente dita, e não apenas cognitiva ou afetiva. Além disso, tal comando é justificado, procedimento comum em textos *exortativos*, ora prospectiva, ora retrospectivamente, a fim de que a solução proposta seja convincente o suficiente para que a persuasão possa ocorrer.

A segunda exortação também assume caráter *deôntico*, *positivo* e *indireto*. No entanto, a forma modal *ter que*, por assumir um valor mais alto que o verbo *dever*, aumenta o teor autoritário. A construção passiva, que omite o alvo, tornando-o *indireto*, não ameniza, no entanto, o caráter diretivo, uma vez que contribui para um efeito prescritivo. O consumidor textual não necessariamente se identifica como alvo da *exortação*, muito embora o enunciado seguinte favoreça uma leitura de identificação, tendo em vista a representação formulada pelo condicional. Independentemente disso, no entanto, a opção pelos alvos *indiretos* e por formas *deônticas*, de caráter autoritário, reforçam uma relação impessoal entre o agente social que incita e o alvo exortado, simulando que tal necessidade de ação prática seja socialmente legitimada, minimizando, portanto, a associação da prescrição à subjetividade autoral. Trata-se, portanto, de um padrão de *incitação normativa*.

O trecho seguinte apresenta outro padrão *preferencial* de *incitação* associado ao MNI *exortativo*. Distingue-se, por um lado, do anterior, na medida em que se trata de um padrão que enfatiza alvos *diretos*, mas assemelha-se, por outro, ao apresentar formas altas de autoritarismo, embora, em muitos casos, esse teor seja minimizado pela construção de *envolvimento* e *solidarização* que as precedem. Note-se a implicação direta do consumidor textual como agente potencial de mudança social:

IV. O racionamento não foi ainda determinado. Talvez nem venha a ser. É até possível que a guerra termine dentro de pouco tempo e tudo volte à normalidade. Mas pode ocorrer que essa guerra estúpida entre duas velhas raças rivais se estenda cruenta, por muito tempo e dessa forma trará consequências imprevisíveis. É hora de nós fazermos uma economia de gasolina por conta própria. Vamos evitar de andar à-toa, sem um motivo imperioso. Com um pouco de sacrifício, podemos fazer uma porção coisas de ônibus, ou a pé, sem precisar gastar gasolina. Ela pode fazer falta para fins mais

importantes. Nossa frota de caminhões que traz suprimentos de outros Estados é imensa e precisará de combustível. Que a menina de colégio utilize o onibus e a dona de casa que levante um pouco mais cedo e leve seus filhos para a escola de onibus. Na melhor das hipóteses será um treinamento para dias difíceis que podem vir (CZS 07 – p. 81; exortativo; XX)

O editorial exortativo do *Correio da Zona Sul*, de outubro de 1973, tematiza o possível racionamento de petróleo e o aumento do preço do barril devido a um conflito no Oriente Médio, episódio que ficará conhecido como *Choque do Petróleo*. O trecho final do texto atua como um alerta ao consumidor textual e encontra-se marcado por uma série de recursos interpessoais atualizados em consonância com as formas exortativas, inscrevendo tanto uma necessidade de mudança do comportamento prático da comunidade em face do novo problema quanto uma minimização de pânico potencial, discursivamente construído e desconstruído pela voz autoral.

A primeira exortação, *finita, positiva e direta*, toma como *alvo* a comunidade leitora e o editorialista, construídos como grupo pela primeira pessoa *inclusiva*, instando-os a uma mudança de atitude prática, construída como *urgente* pela oração matriz *é hora de*. O entorno da formulação exortativa apresenta uma série de formas de *engajamento* e *modalidade* importantes para a minimização do teor autoritário e para a construção de uma *incitação participativa*, ligada ao estímulo autoral da comunidade a atingir uma meta comum.

O primeiro enunciado do parágrafo apresenta dois recursos de *contração dialógica* — *não* e *ainda* —, que, conjuntamente, operam no sentido de construir como factual a determinação futura de um racionamento. Tal inferência é, na sequência, amenizada pela estrutura de *expansão dialógica*, de caráter epistêmico, realizada pelo advérbio *talvez*, que permite tanto a interpretação resistente quanto a complacente em relação ao racionamento. Uma nova estrutura epistêmica de *expansão* é instanciada por meio da oração matriz *é até possível*, que, apesar de deixar textualizada que há possibilidade de que a guerra termine, acaba ressaltando a contingência e improbabilidade de tal ocorrência, tendo em vista o efeito discursivo do marcador *até* que potencializa a força da alternativa dialógica. O enunciado seguinte confirma tal alternativa, por meio do mecanismo de *contração* e *captação* ‘*mas*’, seguido de novo epistêmico, que cria como possibilidade — mais plausível — a extensão do conflito.

Torna-se possível, portanto, depreender a construção de dubiedade e imprevisibilidade atualizada pela voz autoral que, potencialmente, invoca reações *afetivas* ligadas à *insegurança*, considerando o leitor complacente. A construção *afetiva*

invocada atua como mecanismo de envolvimento e argumento motor da exortação, calcada na lógica do *prevenir é melhor que remediar*.

A solução, dada pelo comando já mencionado, construído em caráter de *urgência*, responde à necessidade de ação rápida de prevenção. Nesse sentido, a segunda exortação atua como complemento — *Vamos evitar de andar à-toa, sem um motivo imperioso*. Note-se que ambas as estruturas apresentam recursos de *inclusividade*, o que colabora para a minimização do efeito de autoritarismo e, ao mesmo tempo, contribui, pelo menos, potencialmente, para a aceitabilidade, uma vez que, envolvida na ação, a voz autoral dilui possíveis leituras de *sanção social negativa*, tanto em termos de *impropriedade* quanto *desonestidade*, ligadas à *hipocrisia*, e cria um efeito de mobilização coletiva.

A continuação do parágrafo retoma o teor *afetivo*, ressaltando a necessidade de um *sacrifício* pessoal mínimo voltado a uma causa maior — a do abastecimento de alimentos na cidade. Veja-se que o contraste entre os recursos de gradação relacionados ao sacrifício — *um pouco de* — e a frota de caminhões — *imensa* (também uma *apreciação*) — contribui para o efeito de *captação* associado à representação mencionada.

A última exortação é, no entanto, relativamente mais autoritária, apesar do teor *optativo*, dada a textualização de alvos explícitos que podem desencadear uma leitura de resistência por associar *donas de casa e meninas do colégio* a agentes sociais inconsequentes. Repare-se: *Que a menina de colégio utilize o onibus e a dona de casa que levante um pouco mais cedo e leve seus filhos para a escola de onibus*.

A construção de alvos *diretos* associados a dado gênero social, envolvendo o âmbito escolar, deixa explícito para o leitor aquilo que a voz autoral considera como menos importante, o verdadeiro foco do *um pouco de sacrifício*. A textualização de tal realidade é potencialmente polêmica e se constitui em mecanismo que põe em risco a solidariedade autoral em relação a uma porção relativa da comunidade leitora, que pode identificar-se como possível alvo da exortação. Nesse sentido, ocorre um certo desvio dos princípios da *exortação participativa*, entrando em uma região de limites tênues entre o padrão *participativo* e o padrão *diretivo*, uma vez que aquele privilegia uma mobilização coletiva solidária e relativamente contratual voltada a uma ação prática em que ambos, produtor e consumidor textual, encontram-se unidos, enquanto este tende à polemicidade, ao exercício de poder e ao autoritarismo.

O trecho abaixo exemplifica, justamente, o funcionamento deste último padrão — o *diretivo* —, comum em textos *exortativos*, especialmente no *corpus do século XX*, que privilegia a atualização de formas de exortação com graus de autoritarismo potencial exacerbados:

V. O que ressalta de tudo isso é que a Prefeitura não está cumprindo sua tarefa mais elementar, que é a de manter em funcionamento a infraestrutura já existente, e não está correspondendo às novas exigências da Cidade.

Uma cidade como São Paulo não pode continuar com ruas sujas como estão, sem que os órgãos responsáveis tomem alguma providência, seja executando corretamente o serviço de limpeza, seja punindo os responsáveis pela sujeira. Da mesma forma, a cidade não pode continuar esburacada como está.

Além de tais servicinhos, cujas taxas são cobradas religiosamente, a Prefeitura deve também investir na modernização de todo o complexo de escoamento de água da cidade, sob pena de termos a cada chuva, tragédias maiores (OCC01 – p. 123; exortativo; XX)

O editorial *Inundações até quando?*, cujos parágrafos finais encontram-se sob análise, foi publicado em *O Cerqueira César*, em março de 1991. Trata-se de um texto *exortativo*, que constrói o impacto das enchentes na cidade como uma situação-problema a ser solucionada. A voz autoral assume um papel de agente de denúncia e, em uma postura exortativa de teor autoritário, que permite ao leitor complacente subentender uma reação *afetiva* de *indignação*, constrói discursivamente um comando à Prefeitura, incitando-a a agir na direção proposta e, assim, colocando-se em uma posição hierárquica mais alta.

Novamente, a análise do trecho como um todo faz-se essencial. O antepenúltimo parágrafo é iniciado a partir de uma construção polêmica de *contração dialógica*, marcado por uma confrontação direta com a Prefeitura paulistana. Ao afirmar que *a Prefeitura não está cumprindo sua tarefa mais elementar, que é a de manter em funcionamento a infraestrutura já existente, e não está correspondendo às novas exigências da Cidade*, a voz autoral abre a alternativa dialógica de que ela deveria cumprir tal tarefa e corresponder às novas exigências para, em seguida, rejeitá-las. A crítica é prospectiva e retrospectiva, na medida em que o governo municipal é acusado tanto de não conseguir manter a estrutura anterior, quanto de não atender ao que o futuro exige. Um *juízo* de *capacidade negativa*, ligado à *incompetência*, pode ser invocado em uma leitura *complacente* acerca do trabalho da Prefeitura.

Tal construção de *incompetência* invocada, somada à realidade das inundações, elaborada anteriormente no texto, permite à voz autoral construir, de maneira também invocada, uma reação *afetiva* de *indignação* (valor *afetivo negativo alto*, ligado à *insatisfação*), que possibilita a atualização de formas de exortação *deônticas*, *negativas*

e indiretas — *Uma cidade como São Paulo não pode continuar com ruas sujas como estão [...] e Da mesma forma, a cidade não pode continuar esburacada como está.*

Exortações *negativas* tendem a ser extremamente autoritárias, na medida em que seu caráter de interdição prevê o bloqueio de possibilidades de ação, especialmente quando calcadas na autoridade do produtor textual — sem o teor impessoal típico das incitações *normativas*, com passivas. Ao tornar a exortação negativa subjetiva, devido à modalização, a voz autoral realiza um grande esforço interpessoal, uma vez que tal postura de validação enunciativa envolve potenciais riscos à solidariedade e exposição a fortes leituras de resistência. Nesse caso, no entanto, a temática pode minimizar os riscos, já que a realidade de inundações pode ser concebida como *negativa* em termos de senso comum, e a *indignação* pode ter sido projetivamente antecipada pela voz autoral como reação *afetiva preferencial* da comunidade leitora, pressupostamente complacente, por vivenciar tal experiência em seu cotidiano. No entanto, nada disso atenua o teor autoritário. Apenas o torna menos passível de resistência.

O último parágrafo, reforçando a condenação estabelecida nos anteriores, também esboça uma crítica ao governo, visto que constrói, ironicamente, os serviços centrais para a minimização das enchentes no *diminutivo* — *servicinhos*. Isso é exponencializado pela menção à cobrança religiosa das taxas relativas a esses serviços, que — tendo em vista a representação anteriormente construída de que a Prefeitura não atende às novas exigências nem mantém a infraestrutura — acaba atuando como um novo fator de *indignação*, que invoca um *julgamento negativo* de *sanção social*, ligado tanto à *desonestidade* quanto à *impropriedade*.

Nesse sentido, diante dessa Prefeitura construída de modo tão *negativo* e cuja atuação indevida é denunciada pelo editorialista diante do momento de crise, a voz autoral, *indignada*, pode construir-se em posição de autoridade superior, uma vez que, por oposição, ela se constrói como *engajada*, *participativa*, *preocupada* e *atuante* em face dos problemas da comunidade, o que sanciona, em potencial, sua capacidade de comando diante da Prefeitura, minimizando leituras de resistência. Veja-se o procedimento exortativo: *a Prefeitura deve também investir na modernização de todo o complexo de escoamento de água da cidade, sob pena de termos a cada chuva, tragédias maiores.*

No trecho, a exortação *deôntica*, *positiva* e *direta* direciona a atitude da Prefeitura quanto a um aspecto central, na posição autoral, para a prevenção das enchentes — construídas como *tragédias*, ressaltando o tom *afetivo* — e propõe, diante

da comunidade leitora, uma imagem de *conhecimento e engajamento social*, que, em princípio, legitimam sua construção *diretiva*, calcada em um posicionamento hierárquico pontualmente superior.

O trecho seguinte representa ainda outra possibilidade de exortação. Neste, padrões de *incitação participativa e projetiva* são combinados de forma a reduzir ao máximo o caráter autoritário das exortações:

VI. Por isso e por tudo o que esta data do ano representa para todos, façamos do Natal uma atitude permanente e não uma festa com hora e dias marcados. Que a verdadeira “Estrela de Belém” brilhe em nós, reformulando-nos, fazendo-nos redescobrir a raiz mais profunda de nossa humanidade para que possamos ver o nosso semelhante a partir de nossa própria imagem. Pois este é o começo do fim. É o início do último mês do ano (JNB 22 – p. 23; informativo; XXI).

O editorial do JNB tematiza o início do mês de Dezembro e focaliza o Natal e as atitudes relativas a essa data como motores para uma mudança de atitude do consumidor textual. A *postura* predominante consiste na *analítica*, e o texto tangencia o limiar entre a negociatividade *informativa* e a *exortativa*. Como não há constituição de situação-problema, o modelo dominante é o *informativo*.

As formas de exortação atualizadas reforçam o vínculo com o consumidor textual, e a voz autoral aproveita-se do senso comum ligado ao Natal para incitar uma postura global mais humana. Note-se que a primeira instância exortativa é *imperativa, direta*, apresentando uma faceta *positiva — atitude permanente —* e outra *negativa — festa com hora e dias marcados*. O apoio no significado da data facilita a leitura complacente, induzindo a uma resposta cognitivo-afetiva, e não necessariamente prática.

A exortação *optativa, direta e positiva*, que toma como alvo a “Estrela de Belém”, é metafórica e consiste também em recurso de *captação*, uma vez que a voz autoral atribui a um agente externo, incapaz de ação prática no mundo, a reformulação da humanidade pela sua atuação individual em cada consumidor textual, dotando cada um de caracteres dinâmicos que viabilizem uma visão mais positiva do outro.

O contraste entre o primeiro e o segundo movimento exortativo permite depreender uma certa dissonância, uma vez que, no primeiro, o alvo é a comunidade, que é responsabilizada pela ação; no segundo, no entanto, a comunidade é objeto da exortação, sendo afetada pela atuação de um alvo fantástico, vinculado diretamente a uma fé pressuposta na audiência. Nesse sentido, o grau de autoritarismo é reduzido, uma vez que nenhuma atitude prática propriamente dita é incitada, e a responsabilidade pela reformulação é atribuída a um agente externo transcendental, com capacidades

transformativas, advindo de uma concepção cristã. Nesse sentido, não seria uma imposição, e sim, talvez, uma bênção. Leituras resistentes acabam minimizadas, parecendo vincular-se a dissociações religiosas.

O segmento seguinte apresenta uma variante da *incitação normativa*, instanciada, dessa vez, no MNI *informativo*:

VII. Desta forma, a data instituída constitui uma mensagem histórica, mas também uma diferenciação das demais etnias representativas no Brasil. Destaca-se não só pela sua representatividade e sim como um preço pelas discriminações sofridas ao longo do tempo.

É preciso entender que a desigualdade no Brasil tem cor, nome e história. Esse não é um problema dos negros no Brasil, mas sim um problema do Brasil, que é de negros, brancos e outros mais (JNB 20 – p. 21; informativo; XXI).

O editorial *Dia Negro*, publicado no *Jornal Nosso Bairro*, consiste em um texto do eixo *informativo*, que atualiza *postura analítica* e tematiza a instituição do Dia da Consciência Negra, a realidade demográfica dos negros no Brasil e as razões históricas para a criação do feriado.

Os dois últimos parágrafos diferenciam-se do resto do texto, na medida em que, neles, a voz autoral posiciona-se explicitamente acerca da questão, assumindo uma postura resistente diante das discriminações contra os negros, ressaltando a necessidade de se abordar a questão racial no Brasil.

A exortação do último parágrafo apresenta estrutura *deôntica*, polaridade *positiva* e alvo *indireto*. Trata-se, portanto, de uma estrutura de autoritarismo médio-alto, uma vez que a impessoalização do modal *deôntico* colabora para a construção de uma necessidade social, não calcada na representação da voz autoral exclusivamente. Trata-se, novamente, de um exemplar da *incitação normativa*.

No entanto, o núcleo do processo é *mental*, o que não acarreta a necessidade de uma ação prática propriamente dita, mas ressalta a posição autoral diante da questão e uma tentativa de incitar o consumidor textual a aderir a esse posicionamento de caráter favorável aos negros.

O teor *indireto* da incitação, por sua vez, permite ao consumidor textual não construir-se como alvo da exortação, uma vez que, se for *complacente*, esse entendimento pode ser pressuposto e a exortação atribuída aos outros; em caso de *resistência*, tal entendimento poderia ser rejeitado. Obviamente, o leitor pode ser convencido a aderir a tal posicionamento pela argumentação textual, identificando-se em relação a tal comando. No entanto, a construção exortativa permite a dissociação, e tal aspecto consiste em um dos fundamentos das exortações de textos de dominância

informativa — uma amenização do autoritarismo e uma alta atualização de alvos *indiretos* em competição com alvos *diretos*, com muitos processos *mentais* ou atitudes que não impliquem mudança propriamente dita de dada situação ou mesmo do *status quo*¹⁴⁵.

Na sequência, tem-se o parágrafo final de um editorial *informativo*, publicado n’*A Folha (de Vila Prudente)*, que tematiza o aniversário de São Paulo. Nele, encontra-se atualizado um dos padrões preferenciais dos textos desse eixo negociativo — *a incitação projetiva* —, já abordada em relação aos textos *críticos*, mas que apresenta um certo diferencial nos casos similares ao seguinte:

VIII. Chegamos ao século 21 como a 4ª maior cidade do mundo em população e a 4ª economia do País. É evidente que esse crescimento acelerado e sem planejamento adequado trouxe sérios problemas ao município, que ainda não consegue oferecer serviços básicos, como luz e esgoto, a todos seus habitantes. Faltam também escolas, unidades de saúde, transporte público eficiente, segurança... Enfim, se no passado, a preocupação era tirar São Paulo de uma inexpressiva posição no contexto nacional, hoje, o grande desafio dos atuais governantes (e dos futuros) é oferecer qualidade de vida aos cidadãos. Pessoas que, certamente, amam e se orgulham da cidade em que vivem, mas, pagam um preço caro por isso, como passar horas do dia em congestionamentos sem fim. Em mais um aniversário não poderia faltar o tradicional desejo e o nosso é que as autoridades que têm o poder e o dever de reverter esta situação, concentrem todos seus esforços neste sentido. O povo batalhador de São Paulo merece! (FVP 08 – p. 33; informativo; XXI)

O segmento exortativo insere-se em um entorno textual que valoriza a expansão de São Paulo e a relação afetiva que pode ser apreendida entre a cidade e a sua população, embora, ao mesmo tempo, sejam tecidas ressalvas acerca da ineficiência de uma série de serviços oferecidos pelo governo.

A exortação assume caráter *volitivo*, no sentido que constrói uma *expectativa* e um *desejo* autoral acerca da reversão da situação problemática dos serviços na capital paulista, exigindo uma concentração de esforços. O alvo é *direto*, uma vez que se volta às autoridades constituídas, e a polaridade, *positiva*.

A estrutura se destaca pelo fator de o caráter *volitivo* não impor uma obrigação, e, nesse caso, mesmo a expectativa de ação é menor, uma vez que a voz autoral, diferentemente do que ocorre na instanciamento do verbo *esperar*, não empenha seu potencial vínculo interpessoal com o alvo da exortação objetivando garantir o desenvolvimento persuasivo. A construção do *desejo* cria uma *expectativa* diferenciada, calcada em um posicionamento hierárquico de inferioridade, uma vez que a realização

¹⁴⁵ O texto que tematiza o evento com o astronauta brasileiro é um exemplo. A exortação *Vale a pena conferir* não implica uma mudança do *status quo*, mas apenas uma atitude de *recomendação* da voz autoral quanto à participação em algum evento. Em outros termos, consiste em uma incitação de *manutenção*, aquela que implica ação prática em continuidade e complacência com a realidade textualmente construída. Não há aspecto confrontacional e, por isso, o teor de autoritarismo é mínimo ou nulo. Trata-se, no caso, de uma variável da *incitação participativa*.

do objeto da exortação depende, em última instância, da vontade do alvo em realizar aquilo que a voz autoral propõe, conforme já se afirmara anteriormente acerca desse tipo de padrão incitativo.

Tal tipo de exortação parece não visar exatamente a que o alvo da exortação realmente pratique a ação proposta, mas que o consumidor textual se identifique com a projeção autoral, reconhecendo seu papel de *arbítrio*, *denúncia* e *participação* na comunidade. Com esse tipo de *incitação*, o editorialista constrói-se em solidariedade com os leitores, colocando-se em posição semelhante, buscando identificação com a comunidade. A projeção, mesmo que não realizada, atua como motor de autorização do editorialista, assumindo uma função prospectiva quanto à legitimação autoral na constituição deste modo de ação discursiva na imprensa de bairro.

Por fim, deve-se atentar às formas exortativas que também se encontram atualizadas no eixo negociativo *exaltativo*. O trecho abaixo fora publicado no *Correio da Zona Sul*, extraído de um editorial que tematiza o falecimento do ex-presidente argentino Juan Domingo Perón.

IX. Uma outra prova de que ele era realmente estimado e respeitado pelos seus compatriotas, é que no momento em que a sua viúva, assumindo o cargo de Presidente da República, veio comunicar ao povo o desenlace do caudilho. No vídeo as cenas mais dramáticas, inclusive de homens que não conseguiam sustar o pranto. Muitos choravam convulsivamente e nem procuravam dissimular. Ficou, dessarte, provado o quanto Perón conseguiu ser admirado e quanta dor causou ao povo o seu desaparecimento. Foi o verdadeiro líder argentino, o maior deste século.

Agora que Perón não existe mais, resta-nos fazer votos de que o país irmão consiga a paz pela qual sempre suspirou. Foram incontáveis as agitações, os desgostos e os desencontros. Perguntamos: conseguirá a viúva manter unido o bravo povo da Argentina? (CZS 21 – p. 95; exaltativo; XX)

A voz autoral, neste editorial, constrói um quadro *laudatório* de Perón, destacando, no penúltimo parágrafo, as reações *afetivas* do povo argentino em relação à sua perda, de modo a exaltar sua liderança, o que fica explicitamente marcado pelo recurso de *foco*, no âmbito da *acentuação*, ‘*verdadeiro*’. A construção *afetiva* funciona como fenômeno de vinculação e consiste em procedimento típico da *postura laudatória*, permitindo à voz autoral realizar uma exortação *finita*, *direta* e *positiva*, que assume a perda de Perón como algo intransponível.

A forma verbal *restar*, que encabeça a exortação, incita a comunidade leitora a fazer votos de paz para a Argentina, comportamento que não gera uma mudança social direta ou atitude prática de real mobilização no que se refere ao país-irmão. Além disso, a semântica do verbo constrói tais votos como a última alternativa possível, numa atitude de *apelo* aos alvos da exortação para que algo seja realizado em prol da solução do problema anteriormente explicitado ou pressuposto.

Nesse sentido, trata-se de um padrão que pode ocorrer também em outros MNI, em especial no *exortativo*, associado, em geral, uma construção *afetiva negativa*, que justifique tal *apelo* de última instância. A postura *laudatória* e os recursos de envolvimento associados à *vinculação* podem atualizar tal condicionamento, criando uma estrutura negociativa propícia para a instanciação de formas de exortação ligadas à *incitação apelativa*.

Isso posto, o quadro seguinte resume os principais padrões de *exortatividade* depreendidos dos editoriais da imprensa paulistana de bairro. Ressalva-se, novamente, que ele não pretende ser exaustivo e esgotar todas as possibilidades. Apontar-se-ão preferências, o que não impede que um padrão associado a dado MNI possa ser atualizado em outra em nível de *permissão* no que concerne à deontologia acional nessa esfera.

Modos de negociação intersubjetiva e a construção da exortatividade

<i>Exercício de pode/solidariedade vinculado à atividade persuasiva</i>					
DEPRECIATIVO	CRÍTICO	EXORTATIVO	INFORMATIVO	EXORTATIVO	EXALTATIVO
<i>Hipotético</i>	<i>Incitações preferenciais: especulativa, projetiva e normativa.</i>	<i>Incitações preferenciais: participativa, normativa, diretiva.</i>	<i>Incitações preferenciais: Normativa, projetiva e participativa.</i>	<i>Incitações preferenciais: participativa, normativa e diretiva.</i>	<i>Incitações preferenciais: apelativa e participativa.</i>
Hipotético	Autoritarismo, em geral, associado às formas normativas. É minimizado nas outras opções.	Tende ao autoritarismo.	Tende a amenizar o teor autoritário, estimulando identificação.	Tende ao autoritarismo, embora haja estímulo a identificação em muitos casos.	Minimiza autoritarismo exortativo, pois exerce vinculação afetiva.
<i>Hipotético</i>	<i>Distinção cronológica: somente alvos diretos no XX; predomínio do indireto no XXI. Especialização negociativa constitui hipótese provável.</i>	<i>Privilégio de alvos diretos. Distinção cronológica: aumento do valor indireto no material do XXI.</i>	<i>Paralelismo distribucional de alvos. Distinção cronológica não se aplica.</i>	<i>Privilégio de alvos diretos. Distinção cronológica: aumento do valor indireto no material do XXI.</i>	<i>Predomínio de alvos diretos. Distinção cronológica: exclusividade de alvos diretos no XXI.</i>
Hipotético	Mínima exortatividade.	Máxima exortatividade.	Média exortatividade.	Máxima exortatividade.	Mínima exortatividade.

4.7 O editorial da imprensa paulistana de bairro e sua organização intersubjetiva e teleológica

As seções anteriores do capítulo quarto executaram basicamente três tarefas:

1. situar a imprensa paulistana de bairro no seio da esfera midiática e jornalística, buscando depreender suas características principais e descrever sua prática discursivo-social na modernidade pós-tradicional, com destaque ao editorial;
2. apresentar os parâmetros documentais, ou seja, as categorias macrotextuais e macrodiscursivas que organizam a TD acional editorial nessa imprensa, com destaque ao agrupamento temático-identitário dos periódicos, aos princípios de seleção temática e, principalmente, ao modo de negociação intersubjetiva;
3. por fim, descrever e analisar os padrões linguístico-discursivos responsáveis pela composição do processo de negociação intersubjetiva nos editoriais da imprensa paulistana de bairro, relacionando-os à construção da autoridade, ao processo de persuasão e convencimento e a dinamização teleológica.

Esta última seção objetiva definir, com ênfase nos aspectos negociativos e teleológicos, a prática sociodiscursiva editorial, tal como é organizada e instanciada pela imprensa paulistana de bairro, considerando um intervalo cronológico que data da década de 70 até a primeira década do século XXI.

4.7.1 O editorial da imprensa paulistana de bairro: aspectos teleológicos

Um dos aspectos fundamentais considerados nesta tese refere-se ao binômio *motivação-funcionalidade*, que diz respeito à criação, manutenção, confrontação, reestruturação ou mudança dos padrões linguísticos e discursivos que compõem o Significado Acional nas diversas práticas sociais de que participam os atores sociais.

Assim, os gêneros discursivos — como TD acionais — também encontram-se cerceados pela dinâmica supramencionada e consistem em potenciais de ação intrínsecos aos princípios estruturais de significação que se instalam nos sistemas sociais. A teleologia refere-se, portanto, aos aspectos instrumentais dos gêneros discursivos, na medida em que, por meio deles, os atores sociais mobilizam recursos que permitem a realização de determinadas tarefas e o alcance de objetivos pessoais, coletivos ou institucionais, de acordo com a parametrização deontológica da esfera e das instituições/organizações posicionadas.

Conforme já analisado, os editoriais da imprensa de bairro da capital paulista apresentam uma diversidade teleológica garantida, especialmente, pela pluralidade de processos de negociação intersubjetiva que permitem à voz autoral construir textos que cumprem funções diferenciadas no escopo da esfera jornalística, tendo em vista motivações deontológicas diversificadas.

O editorial de bairro consiste, fundamentalmente, em um gênero discursivo de caráter avaliativo, que assume como objeto da conduta valorativa a realidade presente, em muitos casos, problematizada, a partir do ponto de vista da instituição, personificada ou não pelo editor do jornal.

Nesse sentido, é a avaliação de dada realidade — positiva ou negativamente — que configura o aspecto teleológico básico do editorial. No entanto, muitos outros gêneros discursivos assumem um caráter avaliativo primordial. Assim, cabe diferenciar outros aspectos do funcionamento dessa TD, ainda em âmbito retórico-teleológico.

Além de assumir caráter avaliativo, o editorial atua como um canal de formação de opinião em dada região, tanto no que se refere à realidade local, quanto no que concerne a questões mais globais, analisadas, no entanto, a partir de uma perspectiva regional, uma vez que é esse ponto de vista que constitui seu nicho de atuação mercadológico. Por conseguinte, a voz autoral assume, *preferencialmente*, nesse gênero, um caráter retórico que oscila entre o convencimento e a persuasão. Nesse sentido, tal Significado Acional encontra-se, em geral, vinculado a, por um lado, levar a comunidade leitora a crer em alguma representação ou valoração autoral, mudando sua perspectiva acerca da realidade, mediante uma orientação local, e, por outro, a levar o consumidor textual a agir em sua localidade, de forma a alterar ou manter as condições sociais que o cercam em campos de atividade nos quais a sua capacidade de mobilização de recursos pode ser significativa para alterar o curso dos acontecimentos.

Os quatro principais modos de organização da negociatividade depreendidos — *informativo*, *crítico*, *exortativo* e *exaltativo* — estão diretamente associados à multiplicidade teleológica e atuam no sentido de especificar o caráter avaliativo do editorial. Nesse sentido, informar, recomendar, denunciar, condenar, incitar e exaltar consistem em atitudes autorais motivadas, atualizadas por mecanismos linguístico-discursivo funcionalmente coesos, responsáveis pela instanciação dessa pluralidade acional.

Em suma, trata-se de uma TD que, teleologicamente, pode ser caracterizada por assumir caráter avaliativo, voltada à formação de opinião da comunidade leitora

discursivamente construída, cumprindo, em especial, atitudes de informar, recomendar, denunciar, condenar, incitar e exaltar, em geral, com forte caráter retórico, que varia do convencimento à persuasão, orientados segundo uma perspectiva local, constitutiva do nicho de mercado simbólico dessa imprensa.

4.7.2 O editorial da imprensa paulistana de bairro: aspectos negociativos

A negociação intersubjetiva consiste em um dos parâmetros fundamentais de análise do Significado Acional, na medida em que tal processo é responsável por estabelecer graus variados de autoridade, credibilidade, comprometimento, intimidade, solidariedade e poder entre falante/escritor e leitor/ouvinte. Além da pluralização teleológica anteriormente descrita, os MNI são diretamente responsáveis pela configuração linguística de aspectos interpessoais que são essenciais para o desenvolvimento do processo argumentativo e para o estabelecimento da adesão necessária para o cumprimento dos aspectos da teleologia genérica, que perpassam as motivações pessoais e institucionais de ambas as esferas de produção e consumo de textos.

Em termos negociativos, o editorial da imprensa de bairro consiste em uma TD acional que legitima seu avaliar a partir da autoridade do próprio veículo. Nesse sentido, o *poder dizer* é sancionado pela aceitação que o periódico assume na comunidade. Por se constituir em uma mídia regional, despida de poder político, econômico ou simbólico que se equipare à grande imprensa, a autoridade do jornal advém da construção discursiva de seu engajamento comunitário, de uma leitura complacente de seus consumidores como membros de uma coletividade que, representada pelo periódico, tem seus direitos e desejos, como indivíduos e cidadãos, reivindicados e, quiçá, garantidos pela atuação do veículo de comunicação em relação às instâncias de poder decisório regionais.

Por conseguinte, a principal função negociativa ocupada pelo editorial da imprensa local é a de *arbítrio*. O jornal atua como um intermediário entre os supostos interesses da comunidade e as possibilidades viabilizadas pelas esferas de poder decisório, de modo que o editorial acaba se configurando no espaço em que a voz autoral, representando a instituição, pode avaliar dada realidade e mostrar o papel que o veículo ocupa na denúncia dessa realidade, em geral, negativa. Assim, o editorialista

constrói a instituição como potencial agente de mudança social e como veículo de atendimento das reivindicações populares, enfatizando o convencimento e a persuasão dos consumidores acerca de algum dado da realidade que precise ou não ser manipulado pelas esferas decisórias ou pela própria comunidade.

A partir desse posicionamento preferencial, tal gênero consiste em um dos mecanismos atualizados por essa imprensa para promover o veículo e estabelecer autoridade diante da comunidade, o que dota o editorial de um certo caráter publicitário — isso, inclusive, pode ser verificado nos textos cujo princípio de seleção é a *apresentação de jornal*, nos quais a voz autoral, claramente, promove o veículo, ressaltando a neutralidade, o engajamento, a participação, a idoneidade e outras características assumidas como necessárias para uma visão coletiva de que se trata de uma imprensa de qualidade.

Em resumo, trata-se de um modo de ação discursiva cuja responsabilidade enunciativa é atribuída à instituição em si, variando quanto à sua validação ser personificada ou não pela assinatura do editor. O gênero instancia variados graus de solidariedade e poder e constrói, discursivamente, uma comunidade, para a qual a instituição assume uma função negociativa preferencial de *arbítrio*. Tal funcionalidade negociativa permite ao editorialista, por sua vez, construir uma posição de engajamento comunitário que também atua no sentido de promover a autoridade e a credibilidade do veículo diante do consumidor textual, o que colabora na manutenção da audiência e, é claro, do anunciante.

4.7.3 O editorial da imprensa paulistana de bairro: aspectos representacionais e identificacionais

Em termos representacionais, especialmente no que se refere às temáticas e seus princípios de seleção, os editoriais da imprensa paulistana de bairro são marcados pela pluralidade. Entretanto, tal pluralidade não pode ser concebida latitudinalmente, uma vez que a própria diversidade está diretamente relacionada ao modo pelo qual a instituição se apresenta nos seus editoriais.

Como gênero que se constitui no porta-voz do posicionamento institucional diante da realidade presente, o editorial marca, explícita ou implicitamente, a amplitude da formação de opinião pretendida pela instituição, o que permite ao analista depreender

identidades prototípicas associadas a cada veículo, tendo em vista a extensão da atividade avaliativa e retórica instanciada nos textos.

Conforme já se propôs neste capítulo, a análise dos editoriais permitiu agrupar os periódicos em três grandes identidades jornalísticas, calcadas na amplitude das representações instanciadas nesses textos. Assim, tem-se os jornais de *abordagem global*, que priorizam o olhar avaliativo regional sobre a conjuntura sociopolítica mais ampla; os jornais de *abordagem específica*, que voltam seu olhar avaliativo, preferencialmente, às questões regionais; e, por fim, os periódicos de *abordagem plural*, os quais abordam, avaliativamente, de temas cotidianos a sociopolíticos, enfatizando, no processo, a proximidade entre consumo e produção textual.

De modo geral, os jornais de *abordagem global* e *específica* apresentam editoriais que se aproximam das formas hegemônicas do gênero, enquanto os jornais de *abordagem plural* constituem um modelo mais alternativo de editorial, tanto em termos dos PST que motivam e justificam a produção textual quanto das possibilidades negociativas engendradas.

Em geral, tal modo de ação discursiva enfatiza a avaliação do contexto sociopolítico e das condições de vida locais, denunciando uma dada realidade negativa ou propondo soluções a situações-problema vigentes. Nos casos mais alternativos, apresentam um dado evento ou acontecimento, em princípio, recomendando alguma atitude participativa ao consumidor textual, ou enaltecem algum ator social ou instituição considerados exemplares, buscando a adesão da comunidade ao modelo construído. Esses quatro grandes esquemas negociativos constituem-se nos mecanismos-chave de estruturação textual dos quatro modos de negociação intersubjetiva — *crítico*, *exortativo*, *informativo* e *exaltativo*, respectivamente —, que organizam o desenvolvimento do olhar avaliativo e das representações instanciadas, assim como o percurso retórico-argumentativo do gênero, realizando coerções motivacionais de ordem temático-representacional.

Por fim, o editorial assume, na imprensa de bairro, um papel fundamental na constituição da própria identidade jornalística do veículo, uma vez que se constitui no texto opinativo primordial, ocupando espaço privilegiado na diagramação do jornal, de modo a mostrar ao público-leitor a importância da atuação do veículo no(s) bairro(s) e sua proposta diante da comunidade. De maneira latitudinal, os jornais buscam identificar-se com os valores de *engajamento comunitário*, *participação*, *arbitragem entre população e subprefeituras*, *apartidarismo*, *ética*, *liberdade editorial*, *defesa dos*

direitos da comunidade. Assim, de modo explícito ou implícito, os editoriais buscam, em maior ou menor grau, por meio da *denúncia*, do *louvor*, da *recomendação* ou do *estímulo à mudança social*, dentre outras possibilidades, revelar sua vinculação aos aspectos de *julgamento de sanção social positiva* elencados.

Em suma, o editorial da imprensa de bairro consiste em um gênero de abordagem representacional plural, estreitamente ligada a identidades jornalísticas que se associam a posturas negociativas mais amplas. Apresentam-se em um *continuum* de alternatividade em relação ao modelo da grande imprensa, considerado a forma hegemônica. Tendem a assumir um posicionamento pró-comunidade e constroem-se, em geral, em posição de confronto com o poder constituído, embora haja casos de complacência explícitos. O editorialista parece buscar uma autopromoção institucional ao vincular-se, direta ou indiretamente, a valores de *sanção social positiva*. Além disso, procura assentar seus argumentos e posicionamentos nos valores pressupostamente partilhados pela comunidade e aceitos por ela, minimizando, em geral, a polemicidade com a instância consumidora e reduzindo aspectos de autoritarismo — muito embora haja exceções, especialmente em textos de PST *sociopolítico* e MNI *exortativo* —, como já analisado e constatado neste capítulo.

4.7.4 O editorial da imprensa paulistana de bairro: aspectos motivacionais

A motivação editorial encontra-se ligada à construção discursiva do periódico tanto como agente de formação de opinião quanto de autopromoção do veículo como agente de atuação engajada na comunidade. Assim, a constituição desse modo de ação discursiva vincula-se à tradição do gênero na imprensa escrita como um todo, especialmente no que concerne aos periódicos nacionais, representando, praticamente, um imperativo na mídia atual que, com a ascensão da televisão, do rádio e, mais recentemente da internet, vem se intensificando: a preferenciabilidade do opinar, avaliar, analisar e formar sobre o informar, descrever e relatar, atividades discursivas mais facilmente operacionalizáveis nos meios de comunicação de transmissão mais imediata.

Como a grande imprensa dificilmente consegue analisar e avaliar questões diretamente relacionadas a localidades específicas — a não ser de modo esporádico e, em geral, após os acontecimentos —, a imprensa de bairro assume um papel relevante no

contexto midiático, uma vez que esta se constrói, nos editoriais, como agentes profiláticos. Ao denunciar determinadas realidades e problematizar dadas situações, propondo soluções, por exemplo, a imprensa paulistana de bairro pode construir-se como agente pró-comunidade, assumindo um espaço discursivo e simbólico idiossincrático, não abordado por outras formas midiáticas. Nesse sentido, trata-se de um nicho econômico, político e simbólico de rara concorrência, a não ser da própria esfera em si, que mobiliza recursos semelhantes para sua prática social.

Estimulada pela tendência de desmassificação dos meios e apoiada por anunciantes locais que enxergam nos jornais a possibilidade de expansão de seus negócios, a imprensa de bairro deve procurar garantir sua autoridade, credibilidade e penetração nos lares a fim de preservar sua posição no mercado midiático. O editorial, como gênero porta-voz, atua justamente na construção explícita dessas variáveis sociosemióticas, baseando-se numa elaboração discursiva de identificação com os valores comunitários, de modo a buscar, por meio da construção de um leitor ideal complacente genérico, potencialmente aplicável a toda a rede de circulação do periódico, atribuir um olhar avaliativo regional às questões sociais, cotidianas e políticas relevantes aos bairros.

Tais aspectos idiossincráticos da deontologia da imprensa de bairro acarretam, nos editoriais, a atualização de padrões probabilísticos de recursos linguísticos, funcionalmente coesos, que instanciam modos específicos de construção de *envolvimento*, *comprometimento*, *autoridade*, *credibilidade*, *avaliatividade* e *exortatividade* de modo a se compatibilizar com as demandas desse público e desse tipo específico de interação, conforme já analisado neste mesmo capítulo.

4.7.5 Proposta de previsibilidade composicional do gênero editorial na imprensa paulistana de bairro

A partir da apreensão de padrões de instanciação de recursos linguísticos da metafunção interpessoal e de sua consequente relação com os eixos de poder e solidariedade, além das considerações tecidas acerca dos aspectos teleológicos, motivacionais, negociativos, representacionais e identificacionais do gênero *editorial*, na imprensa paulistana de bairro, os esquemas e gráficos seguintes apresentarão uma proposta de previsibilidade do gênero em análise.

Assim, os esquemas enfocarão as *preferências deontológicas* do gênero, enfatizando os modos de negociação intersubjetiva e os agrupamentos temático-identitários. Não se exporão todas as possibilidades referentes aos PST; apenas apresentar-se-ão as *preferências* relativas aos princípios de seleção de maior atualização. Nesse sentido, os valores associados a PST cujo peso percentual for inferior a 0,1 (ou seja, 10%) não serão discriminados separadamente. Seus índices serão somados e o total será referido como OUTROS.

Ademais, os percentuais que acompanham as *preferências deontológicas* quanto ao PST e ao MNI não devem ser tomados como um parâmetro matemático de caráter realístico, e sim, apenas como um indicador da intensidade de *preferenciabilidade*. Nesse sentido, valores superiores a 0,7 remetem a uma alta probabilidade de atualização da rede de recursos que lhes é associada, de modo a se poder inferir que ela seja potencialmente atualizada (ou atualizável) por todo periódico que prática o gênero referido, tendo em vista o parâmetro documental considerado.

A primeira sequência de gráficos toma como *variável dependente a identidade jornalística* e associa, probabilisticamente, a atualização de PST e MNI *preferenciais* subordinados a tal parâmetro. O esquema deve ser entendido da seguinte maneira: “se algum editorial em questão estiver atualizado em um periódico que assuma uma postura avaliativa e representacional relacionada a uma identidade de abordagem X, seus PST preferencias são *p, q, r*, com destaque a *s* (em cinza), e seus MNI preferenciais são *a, b, c*, com destaque a *d* (em cinza)”.

No final da sequência de quatro gráficos de previsibilidade de parâmetros documentais associados aos editoriais da imprensa paulistana de bairro, encontrar-se-ão os esquemas relacionados aos parâmetros segmentais, ou seja, aos padrões linguístico-discursivos de atualização real generalizada que compõem os diversos MNI.

Esquema de previsibilidade acional 1: enfoque temático-identitário

Pelo primeiro esquema de previsibilidade, é possível depreender que o MNI *crítico* constitui-se no eixo negociativo *preferencial* dos periódicos cujos editoriais estão relacionados a uma *abordagem global* ou *específica* da realidade presente. Os altos valores de tal MNI são acompanhados por altos valores dos PST *sociopolítico* e *regional*. A análise estatística não aponta nenhuma distinção relevante no eixo negociativo entre esses dois tipos de abordagem, embora apresente no que concerne à atualização dos PST referidos (+++).

Já nos editoriais que privilegiam a abordagem plural, verifica-se um predomínio probabilístico do eixo negociativo *exortativo*, com minimização da negociação *crítica*, que surge com o menor percentual de atualização, embora bem próximo ao *exaltativo* e *informativo*, o que, em princípio, só permite afirmar que os três consistem em MNI *permitidos* em termos da inclinação dessas instituições em relação à esfera. Note-se que, concomitante à pluralidade negociativa, existe uma diversidade temática, uma vez que predominam os PST *sociopolítico* e *data comemorativa*, além de um percentual relativamente alto (31%) de princípios temáticos mais alternativos, como *aniversário de bairro*, *início de mês*, etc. A análise estatística corrobora tais constatações e considera de alta ou média relevância as distinções percentuais entre as identidades *plural* e *específica* no que se refere aos MNI *crítico*, *exortativo* e *exaltativo*, e no que concerne aos PST *regional* e *data comemorativa*, e entre *plural* e *global*, no que tange aos eixos *crítico*, *exortativo* e *informativo* e os princípios *sociopolítico* e *data comemorativa*.

Ademais, é possível constatar que, independentemente do agrupamento identitário, o PST *sociopolítico* sempre é instanciado com um dos *preferenciais*, o que permite defini-lo como um dos aspectos hegemônicos e, portanto, mais estabilizados dos editoriais da imprensa paulistana de bairro. De modo análogo, o MNI *crítico*, apesar da baixa incidência na identidade *plural*, parece também constituir-se, dado seu caráter de preferenciabilidade extrema nos outros agrupamentos identitários, no modelo *hegemônico* de editorial da imprensa de bairro da capital paulista.

O esquema seguinte enfoca o modo de negociação intersubjetiva. Nesse sentido, ele é tomado como *variável dependente*, enquanto o PST e o agrupamento identitário são concebidos como *variáveis independentes*. A leitura deve ser a seguinte: “se um

editorial X atualizar um MNI A, é provável que seu PST seja f , g , h , com destaque a i (em cinza) e que seu agrupamento identitário seja t , u , com destaque a v (em cinza)¹⁴⁶”.

¹⁴⁶ Ressalva-se que, nem sempre, o somatório dos índices probabilísticos do parâmetro *agrupamento temático-identitário* (ou *identidade*) resultará em 1 (ou 100%), dado que nem todo exemplar textual pôde ser categorizado no que se refere a este critério.

Esquema de previsibilidade acional 2: enfoque negociativo

O esquema 2, se comparado ao primeiro, permite um olhar diferenciado sobre o fenômeno editorial, muito embora seus dados corroborem muitas das considerações realizadas anteriormente.

Em primeiro lugar, é possível constatar que ambos os MNI *crítico* e *exortativo* atualizam, *preferencialmente*, o PST *sociopolítico*, embora o *crítico* o faça de modo mais intenso e esteja mais fortemente associado à identidade *global*, enquanto o *exortativo* apresenta maior diversidade *temática* e privilégio da abordagem *plural*.

Em segundo lugar, os eixos *exaltativo* e *informativo*, de teor mais *alternativo*, por não se constituírem em modos *preferenciais*, não apresentavam relevância no primeiro esquema; já, neste, podem receber uma descrição devida. É possível constatar que o eixo negociativo *exaltativo* está fortemente associado à *abordagem plural*, parecendo estar dissociado da *abordagem específica*, além de privilegiar a temática *data comemorativa*, ligada à *abordagem plural*, e princípios de seleção *alternativos*, como o *biográfico* e *apresentação de jornal*. Os textos *informativos*, de modo análogo, encontram-se associados à *abordagem plural*, priorizando os PST *regional*, *data comemorativa* e os *alternativos aniversário de bairro* e *início de mês*, restritos a este MNI.

A análise deste esquema permite uma constatação fundamental. MNI *alternativos*, em geral, apresentam maior pluralidade *temática* e permitem a atualização mais intensa de PST também *alternativos*, o que fundamenta sua vinculação a um agrupamento identitário *plural*. O modelo *crítico* consiste no único cuja maior probabilidade de ocorrência se encontra em uma *abordagem não plural*; no caso, a *global*, o que permite depreender que sua atualização encontra-se fortemente associada a temáticas não cotidianas e formas mais autoritárias de avaliação e representação da realidade. Note-se ademais que, apesar do eixo *exortativo* estar associado à *abordagem plural preferencial*, sua temática privilegiada consiste na *sociopolítica*, o que possibilita concluir que a teleologia associada a *convencer* e *persuadir*, inerentes aos modelos *crítico* e *exortativo*, parecem voltar-se à temática *sociopolítica*, o que corrobora sua análise como PST *hegemônico*.

O esquema de previsibilidade a seguir toma os PST *preferenciais* como *variáveis dependentes* e o MNI e o agrupamento identitário como *independentes*. A leitura deve ser a seguinte: “se um editorial atualizar PST X, é provável que apresente MNI *a*, *b*, *c*, com destaque a *d* (em cinza) e pertença ao grupo identitário *p*, *q*, com destaque a *r* (em cinza)”.

Esquema de previsibilidade acional 3: enfoque temático-motivacional

O esquema 3 permite realizar as últimas considerações relevantes das interações possíveis entre a distribuição e a atualização probabilística de parâmetros documentais.

Inicialmente, é possível verificar que as temáticas *sociopolítica* e *regional*, mais intensamente associadas às *abordagens global* e *específica*, respectivamente, atualizam preferencialmente textos *críticos*, seguidos de *exortativos*, conforme o primeiro esquema já tornava nítido.

Os PST *evento significativo* e *data comemorativa*, por sua vez, estão mais associados à *abordagem plural* — repare-se no alto valor 0,81 ligado a essa abordagem no eixo das *datas comemorativas* — e, portanto, ao MNI *exortativo*, embora, no caso deste último PST, seja possível verificar densidades relevantes de atualização dos outros modos negociativos, o que faz desse princípio um dos mais abertos a formas distintas de negociatividade.

Na sequência, encontram-se expostos os esquemas que sintetizam as características dos quatro MNI depreendidos na análise do *corpus*, apresentados em termos de seus padrões preferenciais de atualização probabilística de recursos interpessoais, envolvendo os eixos de *atitude*, *envolvimento*, *exortatividade* e *gradação/engajamento*. Assim, os gráficos anteriores estendem-se aos esquemas seguintes, que contemplam a interface linguística, propriamente dita, da negociação intersubjetiva:

Esquema de previsibilidade linguístico-discursiva do MNI exaltativo

Modo de negociação intersubjetiva exaltativo (XA)		
<i>Postura (Atitude)</i>	<i>Comprometimento (Gradação e Engajamento)</i>	
1. Laudatória + Afeto + Julgamento + Positivo	1. Alto + Força (alta) + Contração dialógica	
<i>Vínculo (Envolvimento)</i>	<i>Incitação (Exortatividade)</i>	
1. Exclusivista + Primeira Pessoa Exclusiva	1. Participativa + Alvo direto + Polaridade Positiva Produtor e consumidor textual em equivalência hierárquica	2. Apelativa + Alvo Direto + Estrutura Finita Desvalorização da capacidade acional prévia do consumidor textual
Vinculação ≡ Captação		

Legenda:

+ = Alto índice de atualização/alta intensidade
 - = Baixo índice de atualização/baixa intensidade
 +/- = Índice mediano de atualização/intensidade média
 Ø = Ausência de atualização/Instanciação irrelevante
 ≡ = Atualização equivalente

Por meio da observação do gráfico, que sintetiza as possibilidades preferenciais de padrões linguísticos do interpessoal associados ao eixo negociativo *exaltativo*, é possível depreender as relações entre as redes de opções proporcionadas pelos sistemas de *avaliatividade*, *envolvimento* e *exortatividade* na sua interface retórico-teleológica.

A *postura laudatória* consiste no padrão mais relevante para o estabelecimento da teleologia *exaltativa*. Por meio de uma alta atualização de *juízos* e *afetos positivos*, a voz autoral constrói um objeto discursivo — ator social, instituição ou comportamento — como *exemplar*, digno de ser *seguido* ou *adorado*, construindo um quadro de reações *efetivas* projetadas que busquem vincular o consumidor textual ao agente social ou realidade exaltada.

Por essa razão, encontram-se atualizadas, de forma significativa, tanto recursos de *vinculação* quanto *captação*. As primeiras procurando justamente vincular o leitor à aceitação complacente da construção exemplar do objeto discursivo, o que é realizado, especialmente, por formas de *compartilhamento* e pela *linguagem afetiva*. A captação enfoca, em princípio, as *figuras de linguagem*, formas de *presença*, em geral, associadas às atitudes do agente social exaltado, o que exponencializa e dramatiza tal comportamento.

Como *reveladora* de uma realidade exemplar, a voz autoral atualiza, preferencialmente, formas de *coletivização exclusiva*, dividindo com a instituição jornalística projetada a responsabilidade e validade das representações e avaliações. Nesse sentido, trata-se de um padrão que constrói o editorialista como uma autoridade capaz de fazer o outro conhecer realidades *positivas*, de forma a orientar a conduta futura do indivíduo e sua visão de mundo acerca de determinados atores sociais, instituições ou comportamentos. Em contextos totalitários, trata-se de *exaltar* instituições militares e seus governantes, construindo um quadro de comportamento louvável, assumido em alto comprometimento pela voz autoral, que se vincula de modo complacente ao *status quo*, projetando um leitor ideal igualmente complacente, de forma a instá-lo a reconhecer as benesses realizadas pelos atores sociais louvados e seu caráter acima de suspeitas, com intensa instanciamento tanto de *estima* quanto de *sanção social positivas*.

Embora raras, as formas de incitação associadas a esse *fazer reconhecer*, em geral, implícito, são realizadas por meio de padrões, preferencialmente, *apelativos* e *participativos*. O *apelativo*, em geral, é justificado pelo próprio caráter exemplar do agente exaltado, cuja ausência é construída como irrecuperável, o que leva à

desvalorização da ação dos consumidores no sentido de reverter o *status quo*. O padrão *participativo*, por sua vez, encontra-se associado tanto à vinculação entre produção e consumo textual no sentido de agir segundo a inspiração proporcionada pelo objeto discursivo louvado, quanto ao reconhecimento, conjunto, do valor de tal ator social ou instituição na realidade construída. Muitas vezes, o objeto da exortação é uma reação *afetiva*, que a voz autoral projeta discursivamente como válida e potencialmente experienciável por toda a gama de leitores do texto.

Por essa razão, tal MNI é produtivo especialmente no *material do século XX* e em jornais de *abordagem plural*, uma vez que, no *XXI*, a exponencialização da tendência de desmassificação, somada aos novos imperativos da imprensa de bairro, vinculados à denúncia da realidade e ao arbítrio entre as reivindicações comunitárias e as instâncias de poder, parece bloquear a atualização de textos que louvem atores sociais de modo premente, que poderiam suscitar avaliações negativas de consumidores textuais, associados a *proselitismo*, *bairrismo*, *partidarismo*, o que agrediria a imagem potencial que os editorialistas procuram construir, em seus textos, acerca da posição ética de seus periódicos.

O esquema seguinte apresenta a rede de padrões preferenciais associados ao MNI *crítico*:

Esquema de previsibilidade linguístico-discursiva do MNI crítico

Modo de negociação intersubjetiva crítico (CR)					
Postura (Atitude)			Comprometimento (Gradação e Engajamento)		
1. Condenatória +/- Afeto + Sanção Social + Negativo	2. Repúdio +/- Afeto + Estima Social + Negativo	3. Analítica - Afeto + Apreciação + Positivo	1. Alto + Força (alta) + Contração dialógica		
Vínculo (Envolvimento)			Incitação (Exortatividade)		
1. Exclusivista + Primeira Pessoa Exclusiva		2. Distanciamento Ø Coletivização	1. Especulativa + Alvo direto + Polaridade Positiva + Estrutura Volitiva	2. Projetiva + Alvo direto + Polaridade Positiva + Estrutura Optativa	3. Normativa + Alvo Indireto + Polaridade Positiva + Estrutura Deontica Produtor textual em superioridade hierárquica em relação ao alvo da exortação
+ Captação			Produtor/Consumidor textual em inferioridade hierárquica em relação ao alvo da exortação		
			+ Esforço interpessoal de resistência implicado	- Esforço interpessoal de resistência implicado	

Legenda:

+ = Alto índice de atualização/alta intensidade
 - = Baixo índice de atualização/baixa intensidade
 +/- = Índice mediano de atualização/intensidade média
 Ø = Ausência de atualização/Instanciação irrelevante
 ≡ = Atualização equivalente

O MNI *crítico* apresenta uma gama de padrões preferenciais mais plural que a verificada no MNI *exaltativo*, tanto em termos de *postura*, quanto de *vínculo* e *incitação*. As *posturas condenatória* e de *repúdio* consistem nos padrões privilegiados, muito embora a ocorrência de *postura analítica* não seja bloqueada. Textos *críticos* enfatizam a construção de um *status quo negativo*, por meio de um alto índice de atualização de *julgamentos negativos* que constroem a ação de determinadas instituições ou atores sociais como dignas de recriminação ou condenação. O enfoque na primeira atitude responsiva liga-se ao padrão *postural* de *repúdio*, em que a voz autoral prioriza os valores de *estima social* (*capacidade, normalidade e tenacidade*). O enfoque na segunda atitude atualiza a postura homônima, de *condenação*, em que se privilegiam os valores de *sanção social* (*honestidade e ética*). Em ambos os casos, a inscrição *afetiva* é mediana e, em geral, encontra-se associada às reações *negativas* projetadas nos consumidores acerca do *status quo*. Quando *positivas*, vinculam-se, em princípio, às reações projetadas acerca da superação desse *status quo*.

Por essa razão, o MNI é atualizado em uma estreita relação com PST *sociopolíticos* ou *regionais*, uma vez que, nesses, a voz autoral pode exercer, de modo mais explícito, seu papel de *arbítrio* entre as instâncias de poder decisório e a comunidade leitora, associando-se a uma imagem de *conhecimento, competência e ética*, uma vez que ela é construída em contraposição aos objetos discursivos *condenados e repudiados*.

Em semelhança ao eixo *exaltativo*, o editorialista também constrói-se como um *revelador*. No caso, no entanto, trata-se daquele que consegue desmistificar a realidade e denunciar aquilo que há de *negativo* na sociedade. Por essa razão, a voz autoral opta ou por um *vínculo exclusivista*, dividindo a responsabilidade das avaliações e representações apenas com a instituição projetada, intensificando a imagem de revelador, ou pelo *distanciamento*, não atualizando formas de *coletivização*, criando textos cuja validação das representações e avaliações não é explicitamente marcada como originária da voz autoral. Em muitos casos, marca-se a instituição jornalística como fonte de validação. Nesse sentido, o editorialista torna-se porta-voz — em um simulacro de não envolvimento pessoal — de uma realidade a ser denunciada.

Os editoriais *críticos* enfocam o *convencimento* e, em consequência disso, prescindem de formas de *vinculação* que construam uma relação interpessoal mais estreita entre produção e consumo textual. Nesse sentido, os recursos de *captação*, que chamam atenção para a própria formulação do texto, em especial aqueles que constroem

novidade, surpresa, urgência são atualizados em maior intensidade, destacando o estado *negativo* do *status quo*.

Além disso, por vincular-se ao polo do *convencimento*, os textos críticos apresentam baixa intensidade de recursos de *exortação*. Assim, os padrões de *incitação* apresentam baixa produtividade e, quando ocorrem, tendem a construir, em termos hierarquicamente inferiorizados, tanto o produtor quanto o consumidor textual, enfatizando sua incapacidade de reverter o *status quo*, uma vez que sua mobilização esbarraria no maior poder das instâncias políticas (*incitação projetiva* e *especulativa*), ou a construir alvos *indiretos* com modalidades *objetivas*, que construam a sociedade como fonte de validação e responsabilização pelo comando, isentando o editorialista (*incitação normativa*), que não se compromete na mudança, e sim, apenas na denúncia da realidade negativa.

O esquema a seguir, por sua vez, mostra os principais padrões negociativos atualizados no MNI *exortativo*:

Esquema de previsibilidade linguístico-discursiva do MNI exortativo

Modo de negociação intersubjetiva exortativo (EX)					
Postura (Atitude)				Comprometimento (Gradação e Engajamento)	
1. Condenatória +/- Afeto + Sanção Social + Negativo	2. Repúdio +/- Afeto + Estima Social + Negativo	3. Reconhecimento +/- Afeto + Julgamento + Positivo	4. Analítica - Afeto + Apreciação + Positivo	1. Alto + Força (alta) + Contração dialógica	
Vínculo (Envolvimento)				Incitação (Exortatividade)	
1. Identificação + Primeira Pessoa Genérica		2. Intimista + Primeira Pessoa Inclusiva + Pessoalização		1. Diretiva + Alvo direto + Polaridade Positiva + Estrutura Deontica/ Imperativa	2. Normativa + Alvo indireto + Polaridade Positiva + Estrutura Deontica
+ Vinculação				3. Participativa + Alvo direto + Polaridade Positiva Produtor e consumidor textual em equivalência hierárquica	
				Produtor textual em superioridade hierárquica em relação ao alvo da exortação	
				Voz autoral assume responsabilidade pela exortação	A validação da exortação é atribuída a normas sociais

Legenda:

+ = Alto índice de atualização/alta intensidade
 - = Baixo índice de atualização/baixa intensidade
 +/- = Índice mediano de atualização/intensidade média
 Ø = Ausência de atualização/Instanciação irrelevante
 ≡ = Atualização equivalente

O MNI *exortativo* apresenta a maior pluralidade de padrões dentre todos os eixos negociativos, fato que está estreitamente relacionado com a sua possibilidade de movimentar-se no eixo gradual de polaridade negociativa, atualizando textos tanto com privilégio da construção *negativa* quanto *positiva* do *status quo*. O que interliga todos os textos deste eixo consiste, então, na apresentação discursiva de uma *situação-problema* para a qual a voz autoral propõe *soluções* e *comanda* os consumidores textuais ou terceiros a agir, segundo seu projeto simbólico, no sentido de reverter o problema construído. Em geral, por essa dinâmica retórico-teleológica, os textos exortativos tendem a apresentar um maior índice de composicionalidade *postural* intratexto.

Nesse sentido, as *posturas*, apesar de centrais e fundamentais para a descrição de qualquer eixo negociativo, não podem ser considerados os parâmetros definidores deste MNI. Nesse caso, a estrutura textual, supramencionada, parece exercer tal função. Em consequência disso, tornam-se significativos os padrões de *exortatividade* e *vinculação*.

Como sua estrutura retórico-teleológico se volta a comandos que atuam no sentido de solucionar uma situação-problema, é comum haver traços da *postura condenatória* ou de *repúdio* na construção da situação-problema e *postura de reconhecimento* na descrição dos esforços empreendidos no sentido de resolver o problema. Além disso, a *postura analítica* também apresenta um relativo índice de atualização, especialmente no que se refere à relevância da situação-problema tematizada e da necessidade de se chegar a uma solução. Nesse sentido, a possibilidade de composicionalidade sintagmática de *posturas* é superior neste MNI.

Em decorrência dessa dinâmica, a argumentação textual tende a voltar-se à construção das *soluções* e, por isso, os textos *exortativos* privilegiam a *persuasão* em detrimento do *convencimento*. Por conseguinte, a voz autoral atualiza uma intensa gama de recursos de *vinculação* como forma de estreitar o vínculo interpessoal com o consumidor textual, construindo uma potencial identificação de valores, experiências e conceitos. *Compartilhamento*, *linguagem afetiva*, *coletivização* e *narrativas* são estratégias reiteradas de construção de solidariedade, de modo que se torna possível inferir que tais redes de recursos configuram-se em opções *preferenciais* de realização de estágios projetados pela voz autoral no sentido de construir autoridade e credibilidade, necessárias para a instanciação de formas de exortação, em geral, localizadas na conclusão do texto.

Essa dimensão de *vinculação* encontra eco no próprio padrão de *coletivização* privilegiado — o de *identificação*, que atualiza, *preferencialmente*, a primeira pessoa do

plural *genérica* —, responsável por criar uma zona de associação/identificação que extrapola os limites da produção e do consumo textual, atingindo a cidade, a nação ou a humanidade como um todo, instando o consumidor textual a projetar-se como membro de um grupo coeso, compartilhado por uma grande quantidade de pessoas, o que valoriza sua mobilização de recursos no sentido de conseguir solucionar a situação-problema.

O *vínculo intimista*, também atualizado neste MNI, apesar de não construir esse pertencimento a uma grande comunidade discursiva projetada, calca na relação interpessoal entre produtor e consumidor textual discursivamente construída a fonte de validação dos comandos propostos. Nesse caso, o padrão de *coletivização* privilegiado é o *inclusivo*, justamente aquele que constrói identidade apenas entre produtor e consumidor. Tal *vínculo* consiste, portanto, naquele em que a tendência de estreitamento da solidariedade discursiva encontra seu ponto mais alto, com alta incidência de recursos de *vinculação* e *captação*, procurando mover o leitor pela projeção de experiências, valores e sentimentos compartilhados. Assim, a *incitação* parece adquirir contornos pessoais, calcando-se no relacionamento projetado entre escritor e leitor.

Desse modo, os padrões de *incitação* preferenciais configuram-se no *participativo*, *diretivo* e *normativo*, exatamente aqueles que valorizam a capacidade dos atores sociais para mobilizar recursos no sentido de intervir no curso dos acontecimentos, revertendo o caráter indesejável do *status quo*.

O padrão *diretivo* só é *preferencial* no MNI *exortativo*, justamente por assumir o maior teor de autoritarismo, na medida em que privilegia a estrutura deôntica e imperativa. É comum que tal padrão apresente alta atualização quando o alvo da exortação são terceiros, como instâncias de poder decisório capazes de solucionar a situação-problema, muito embora não seja bloqueada sua atualização em relação ao consumidor textual, com o qual se estabeleceu solidariedade prévia, o que matiza o teor autoritário.

O padrão *participativo*, no entanto, parece ser o *preferencial* quando se trata da mobilização do consumidor textual, uma vez que, por meio dele, convergem-se recursos de *envolvimento* por *vinculação* com mecanismos de *comando* associados a *alvos diretos*, criando a ilusão discursiva de mobilização tanto da produção quanto do consumo textual no sentido de intervir no curso dos acontecimentos. Trata-se do padrão de *exortatividade* mais associado à solidariedade discursiva.

O padrão *normativo*, por sua vez, é menos comum, mas assume importância nos textos em que a voz autoral se dirige a instâncias de poder ou se vincula a necessidades de ação no mundo para os quais ela projeta uma obrigação cívica ou social concebida, pelos valores institucionais, como indiscutível, pressupondo uma leitura complacente do consumidor textual em relação a esse aspecto apreciativo. Em geral, no entanto, textos *exortativos* enfatizam *solidariedade*. Em consequência disso, esse padrão apresenta menor produtividade, até porque tangencia, ademais, potenciais efeitos de sentido associados à *prescrição* comportamental.

Por fim, o esquema seguinte apresenta os principais padrões instanciados no MNI *informativo*, exclusivo do material do *século XXI*:

Esquema de previsibilidade linguístico-discursiva do MNI informativo

Modo de negociação intersubjetiva informativo (IN)			
<i>Postura (Atitude)</i>	<i>Comprometimento (Gradação e Engajamento)</i>		
1. Analítica - Afeto + Apreciação + Positivo	1. Alto + Força (alta) + Contração dialógica		
<i>Vínculo (Envolvimento)</i>	<i>Incitação (Exortatividade)</i>		
1. Proximidade + Primeira Pessoa Inclusiva	1. Participativa + Alvo direto + Polaridade Positiva Produtor e consumidor textual em equivalência hierárquica	2. Normativa + Alvo Indireto + Polaridade Positiva + Estrutura Deontica Produtor textual em superioridade hierárquica em relação ao alvo da exortação	3. Projetiva + Alvo direto + Polaridade Positiva + Estrutura Optativa Produtor/Consumidor textual em inferioridade hierárquica em relação ao alvo da exortação (- esforço interpessoal de resistência implicado)
+ Captação			

Legenda:

+ = Alto índice de atualização/alta intensidade
 - = Baixo índice de atualização/baixa intensidade
 +/- = Índice mediano de atualização/intensidade média
 Ø = Ausência de atualização/Instanciação irrelevante
 ≡ = Atualização equivalente

O MNI *informativo*, como eixo negociativo *alternativo*, à semelhança do *exaltativo*, partilha com este uma maior simplicidade composicional de padrões de recursos interpessoais. A exclusividade da *postura analítica* consiste em padrão definidor do MNI. Assim, privilegiam-se as *apreciações* sobre os *julgamentos* e os *afetos*, de modo a criar-se um simulacro de objetividade avaliativa, diretamente relacionado ao papel de *recomendação* assumido pelo editorialista e à construção de uma autoridade por *conhecimento* da/na comunidade local.

Justamente por focar os eventos regionais e a história local, o *vínculo de proximidade*, marcado pelo privilégio da primeira pessoa do plural *inclusiva*, configura-se no padrão de *envolvimento* preferencial. Diferentemente do padrão *intimista*, que também privilegia a forma inclusiva, o *vínculo de proximidade* é atualizado no sentido de construir uma comunidade — integrada também pela voz autoral — que partilha de uma vivência geográfica e cotidiana contíguas. Não há densa inscrição *afetiva* nem intensa instanciação de recursos de *vinculação* que construam um elo interpessoal estreito de compartilhamento de valores, experiências e emoções entre escritor e leitor. A proximidade é, em geral, geográfica.

Desse modo, é a *captação* que se constitui no subsistema privilegiado de *envolvimento*, muito embora os textos *informativos*, de modo geral, apresentem baixo índice de instanciação de recursos de *envolvimento* como um todo. *Narrativas*, *contra-prototipicidade* e *novidade* parecem ser mais comuns. A *vinculação* é, portanto, menos recorrente, apesar de esse MNI partilhar com o *exortativo* uma alta densidade de comandos.

Em geral, os comandos associados ao eixo *informativo* não estão ligados à mudança do *status quo* e referem-se a uma recomendação autoral. Nesse sentido, não há polemização ou autoritarismo propriamente dito, mas sugestões relacionadas ao próprio procedimento informativo, muitas vezes, voltadas a eventos na região. Por essa razão, os *padrões participativo* e *projetivo* consistem em opções *preferenciais*. As formas *normativas* tendem a ser atualizadas com verbos mentais ou cognitivos, não enfocando uma atitude concreta e prática diante da realidade.

Devido a essa combinação de características, o MNI *informativo* devia, de fato, apresentar baixíssima produtividade no material do *século XX*. Neste, os editoriais privilegiavam a avaliação contundente da realidade, com *julgamentos* e *afetos* densamente atualizados, além de uma intensificação do comprometimento autoral diante

das representações e avaliações. Os textos *informativos* fazem, praticamente, o oposto, situando-se no limiar entre a opinião, a informação e a sugestão.

A tabela seguinte apresenta um resumo contrastivo dos principais padrões interpessoais relativos a cada MNI:

Tabela 13: Padrões preferenciais de recursos interpessoais nos editoriais da imprensa paulista de bairro

Modo de Negociação Intersubjetiva (MNI)	
<p><u>1. Exortativo</u></p> <p>Atitude: <i>Postura Condenatória/Repúdio/Reconhecimento/Analítica</i></p> <p>Engajamento e Gradação: <i>Alto Comprometimento</i></p> <p>Envolvimento: <i>Vínculo Intimista/Identificação</i></p> <p>Exortatividade: <i>Incitação Diretiva/Participativa/Normativa</i></p>	<p><u>2. Crítico</u></p> <p>Atitude: <i>Postura Condenatória/Repúdio/Analítica</i></p> <p>Engajamento e Gradação: <i>Alto Comprometimento</i></p> <p>Envolvimento: <i>Vínculo Exclusivista/Distanciamento</i></p> <p>Exortatividade: <i>Incitação Projetiva/Especulativa/Normativa</i></p>
<p><u>3. Exaltativo</u></p> <p>Atitude: <i>Postura Laudatória</i></p> <p>Engajamento e Gradação: <i>Alto Comprometimento</i></p> <p>Envolvimento: <i>Vínculo Exclusivista</i></p> <p>Exortatividade: <i>Incitação Participativa/Apelativa</i></p>	<p><u>4. Informativo</u></p> <p>Atitude: <i>Postura Analítica</i></p> <p>Engajamento e Gradação: <i>Alto Comprometimento</i></p> <p>Envolvimento: <i>Vínculo de Proximidade</i></p> <p>Exortatividade: <i>Incitação Projetiva/Participativa/Normativa</i></p>

Assim, a partir das análises realizadas, que categorizaram os padrões preferenciais de atualização de recursos linguísticos instanciados na negociação intersubjetiva inerente ao Significado Acional e da sua relação aos aspectos identitários, teleológicos, motivacionais e representacionais, foi possível construir esquemas de previsibilidade da interface linguístico-negociativa e negociativa-acional, de modo a se poder definir os mecanismos relevantes associados ao embate entre dinamicidade e estabilidade acionais verificados nos editoriais da imprensa paulistana de bairro. Assim, partiu-se de um modelo que concebesse, como central, a análise dos processos de construção discursiva da negociatividade, tomando a composicionalidade paradigmática

e sintagmática dos padrões probabilísticos de recursos linguístico-discursivos e sua possibilidade de tradicionalização como forças centrípetas e centrífugas fundamentais da realidade discursivo-acional, centrada na capacidade humana de agir e intervir no curso dos acontecimentos, por meio de sua conduta monitorada no processo de reprodução social.

Nesse sentido, o procedimento analítico procurou mostrar de que modo a teorização e a metodologia aqui propostas atuam no sentido de descrever os processos constitutivos da composição do Significado Acional e seu caráter contínuo e dinâmico, abolindo o determinismo e propondo a probabilidade, investigada de um ponto de vista funcional e motivacional, como parâmetro primário de estruturação discursivo-acional na modernidade reflexiva, em especial, no que tange à prática social jornalística, inscrita em um campo idiossincrático de embate entre poder político, econômico e simbólico, na tensão entre padronização e inovação.

Conclusão

[...] se pensarmos em termos de como ‘os homens fazem sua própria história’, a grande questão é a seguinte: historicamente, comunidades e sistemas sociais buscaram a estabilização e a reprodução, criando mecanismos para prevenir-se contra saltos perturbadores no desconhecido. Como, então, humanos e sociedades estruturados para resistir a transformações dinâmicas se adaptam a um modo de produção cuja essência é o desenvolvimento dinâmico interminável e imprevisível?

Os historiadores marxistas poderiam beneficiar-se da pesquisa das operações dessa contradição fundamental entre os mecanismos que promovem transformações e aqueles que são voltados a opor resistência a elas.

(Eric Hobsbawm, 2010)

A capacidade humana para fazer e construir sua própria história e, assim, dinamizar a realidade ao seu entorno consiste em uma propriedade fundamental daquilo que o define como ser psicossocial. Dotados intrinsecamente de poder, ou seja, da potência de intervir no curso dos acontecimentos, os atores sociais monitoram-se constantemente, tendo em vista as regras e os recursos disponíveis, mobilizados de forma estratégica e controlada nas práticas em que se envolvem nas mais distintas esferas de atividade, de forma a dar continuidade — complacente ou resistente — ao mundo no qual vivem e operam.

A reprodução social — e por que não discursiva? — constitui-se em uma operação prática humana, resultante de processos (socio)cognitivos e materiais, que, em última instância, garantem segurança ontológica e facticidade, além de uma pseudo-estabilidade à estrutura social, o que não implica, contudo, que os indivíduos ajam conforme os limites impostos pelas coerções estruturais, na medida em que apresentam, constitutivamente, capacidade criativa e inovadora.

O uso de recursos semióticos, da língua à imagem, materializa a capacidade humana de construir sua experiência e suas relações com os outros indivíduos, refratando aspectos de coerções materiais e estruturais de modo a possibilitar, por um lado, o exercício da capacidade intervencionista dos agentes sociais posicionados frente aos sistemas que integram e, por outro, organizar a vida em sociedade em face das demandas e necessidades sociopolíticas, econômicas e culturais que imperam em dado período histórico e localidade.

Assim, não só os historiadores marxistas — como propõe Hobsbawn (2010) — podem — e devem, acrescentar-se-ia — beneficiar-se da pesquisa acerca dos processos de embate entre mecanismos de estabilidade e dinamicidade atualizados nas práticas sociais, mas todo pesquisador em Humanidades que se interesse por investigar o modo pelo qual os seres humanos agem em relação aos outros, exercendo poder e/ou solidariedade, negociando autoridade, credibilidade e comprometimento em sua atividade discursiva e prática frente aos diversos atores sociais com quem interage, considerando sempre a maior ou menor capacidade individual ou institucional de mobilização de recursos alocativos ou autoritativos, mediante regras, em cada coordenada e prática social. Desse modo, torna-se possível examinar e compreender o embate constitutivo entre as forças centrípetas de estabilização e as forças centrífugas de dinamicidade acional que cerceiam a conduta de cada ator social.

Na modernidade pós-tradicional ou reflexiva, a própria estrutura e os sistemas sociais vigentes exponencializam a capacidade e liberdade humana de atuação, uma vez que instam o ator social a constituir um projeto simbólico de identidade e lhe possibilitam agregar recursos de forma a exercer diferentes níveis de poder — econômico, político, coercitivo e/ou simbólico —, intervindo no curso dos acontecimentos, ainda que o alcance dos objetivos individuais — mesmo quando institucionalmente sancionados — esteja, sempre, cerceado pelas diversas formas de controle que os próprios sistemas sociais exercem no que concerne à restrição e facilitação da ação inerente às coerções estruturais.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o capitalismo, a globalização, a democracia, a prevalência da ciência e do sistema de especialistas e a possibilidade de mobilidade social constituem potenciais de liberdade individual e, assim, ligam-se à necessidade de constituição pessoal de um projeto simbólico identitário, essas mesmas propriedades estruturais tornam-se centrais para a configuração dos sistemas sociais e são confirmadas, em maior ou menor grau, mediante a agência humana posicionada, sobre a qual exercem um controle variado, uma vez que as múltiplas instituições inseridas nessa sociedade efetivam formas de legitimação, por meio de normas e sanções, que, combinadas a estruturas ideológicas — e, portanto, de significação —, inculcam, nos esquemas produtivos e interpretativos dos atores sociais, modelos *preferenciais de ser, agir e representar* em sociedade.

Como corolário, o ator social não pode ser concebido nem como plenamente assujeitado nem como totalmente livre. Do mesmo modo, a estrutura social e seus

sistemas e domínios derivados não devem ser vistos como forças naturais que se impõem aos agentes sociais, levando-os a agir de determinada maneira, como se fossem mecanismos de ordem transcendental capazes de destituir os sujeitos daquilo que os definem: seu poder constitutivo e sua subjetividade. Nesse sentido, concorda-se com Giddens (2009) quando este afirma que a noção de *necessidade funcional* deva ser substituída pela de *consequência impremeditada da ação*. A ação humana é sempre potencialmente transformadora e constitutivamente negociativa e, por isso, sempre dual, na medida em que sempre se situa em um *continuum* entre aquilo que é hegemônico e, portanto, mais estabilizado pelas esferas de poder, e aquilo que é alternativo, e, por isso, menos controlado por essas mesmas esferas, o que abre espaço para resultados inesperados e não previstos que podem, por sua vez, causar mudanças, paulatinas, na própria organização dos sistemas e, posteriormente, na estrutura social.

Por conseguinte, a dinamicidade e a estabilidade consistem em facetas de um mesmo fenômeno e, por essa razão, opô-las, diametralmente, configura-se em uma tarefa teórica e metodologicamente equivocada, embora seja possível enfatizar, no procedimento teórico-analítico, uma das duas propriedades. Enfatizar a estabilidade implica dar prevalência ao social sobre o individual, ao estrutural sobre o sistêmico, à deontologia sobre a inclinação, à coerção sobre a capacidade transformadora, à complacência sobre a resistência, ao hegemônico sobre o alternativo. Enfatizar a dinamicidade, por outro lado, relaciona-se a privilegiar o individual sobre o social, o sistêmico sobre o estrutural, a inclinação sobre a deontologia, a capacidade transformadora sobre a coerção, a possibilidade de resistência sobre a complacência, a potencialidade da emergência da alternatividade em face do hegemônico. Entretanto, qualquer que seja a opção, o analista não pode prescindir do diálogo entre esses dois princípios que estruturam as práticas sociais humanas e extrair desse embate uma conclusão necessária e, metodologicamente, inescapável, especialmente do ponto de vista das estruturas de significação: a de que os padrões e tradições de caráter discursivo apresentam teor probabilístico, e não, determinístico, uma vez que sempre se encontram ligadas ao embate entre a dinamicidade e a estabilidade, aos diversos projetos simbólicos individuais e aos imperativos de expansão do poder político, econômico, coercitivo e/ou simbólico das instituições, que, potencialmente, minimizam a plena estabilização e/ou fixação de modelos e esquemas interpretativos e produtivos extremamente rígidos nas práticas discursivas contemporâneas, com poucas exceções contrárias, em geral, ligadas a campos que exacerbam a legitimação.

Assim, em face desse novo cenário social e das implicações teóricas de caráter discursivo-social no que concerne à ação humana, torna-se necessário propor novos modos de conceber e investigar a construção discursiva dos diversos tipos de Significado — *representacional*, *acional* e *identificacional* — e a sua constitutiva interrelação, a fim de que a pluralidade intrínseca à configuração do discurso contemporâneo — de ordem fragmentária, contraditória, multidirecional e compósita — seja abarcada em toda a sua complexidade, o que exige uma abordagem senão transdisciplinar, pelo menos, interdisciplinar, como aqui se procurou desenvolver.

Assim, uma implicação fundamental do exposto consiste na postulação de que todo elemento relevante de caráter discursivo-social apresenta um padrão correlato de teor linguístico-discursivo, em uma relação não necessariamente biunívoca. Trata-se de um princípio que, à primeira vista, parece óbvio, mas que, frequentemente, não é considerado, uma vez que muitas orientações de estudos discursivos parecem negligenciar, por um lado, os avanços nos estudos inerentes à Linguística, como, por exemplo, as abordagens funcionalistas, que procuram, justamente, dar conta da relação entre as estruturas ou as redes sistêmicas de recursos linguísticos e as suas potenciais funções sociais, atravessando a questão (socio)cognitiva, e, por outro, os próprios avanços das ciências que encontram sua especificidade exatamente naquilo que embasa a produção discursiva e o uso da linguagem, ou seja, naquilo que, genericamente, é denominado *condições de produção*: a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, dentre outras, em suas diversas vertentes.

Nesse sentido, o desafio encontra-se não em eliminar os estudos “puristas”, que enfoquem apenas uma das áreas de conhecimento, na medida em que estes são essenciais para o desenvolvimento e para a evolução de cada campo científico, mas estimular a interface no que concerne a fenômenos que são intrinsecamente interseccionados por múltiplas áreas de conhecimento, como é o caso do campo discursivo. Assim, o diálogo interteórico torna-se central e não reconhecê-lo como válido consiste em atitude totalitária e equivocada, que pouco contribui para o desenvolvimento científico.

Nessa perspectiva, procurou-se, nesta tese, integrar — realizando uma convergência teórica já esboçada, em termos, por outros pesquisadores, como Fairclough (2007) e Meurer (2004) — a proposta teórica sociológica da Teoria da Estruturação, de Giddens (2009), o modelo teórico crítico-discursivo, conforme Fairclough (2007) e Kress & Hodge (1993), a abordagem sistêmico-funcional, segundo

Halliday & Matthiessen (2004) e Martin & White (2005). Nesse sentido, tornou-se possível examinar o Significado Acional na articulação tanto discursivo-social quanto linguístico-discursiva.

Essa articulação exigiu um empreendimento mais amplo, pois não só bastou realizar a convergência entre os aspectos teóricos das três propostas citadas, mas, principalmente, tornou-se imperativo suprir as lacunas teórico-metodológicas que o próprio procedimento de articulação acarretava. Por conseguinte, a fim de se abordar a construção discursiva do Significado Acional e os processos de dinamização e estabilização que pautam o seu desenvolvimento, tornou-se necessário refletir acerca do conceito de tradição, analisando-o de um ponto de vista sociológico e antropológico, de modo a associá-lo à noção de Tradição Discursiva, para, posteriormente, examinar sua potencial relação com o polêmico e multiperspectivo conceito de gênero discursivo ou textual.

Por meio desse procedimento, foi possível, em uma articulação com a Teoria da Estruturação, explorar, de modo contrastivo, as características das sociedades pré-modernas e modernas no que concerne ao papel da tradição em termos hermenêuticos, identificacionais, normativos e legitimadores, destacando as mudanças estruturais na configuração da própria tradição nessas duas sociedades, de modo a examinar como a contemporaneidade — entendida por muitos autores como pós-moderna, pós-tradicional ou reflexiva — constitui-se de um ponto de vista psicossocial, orientado para a configuração genérica dos sistemas sociais ocidentais, e de que maneira o fenômeno de tradicionalização encontra espaço nessa nova estrutura social.

A partir dessa reflexão, examinou-se o conceito de TD, proposto pela Romanística Alemã, procurando articulá-lo ao referencial teórico mencionado, de modo que a proposta de análise e conceituação da realidade discursivo-tradicional fosse orientada para a apreensão dos processos de construção do Significado Acional. Tal orientação, portanto, só seria válida se a proposta teórico-metodológica assumisse um duplo enfoque — discursivo-social, por um lado, e linguístico-discursivo, por outro —, de modo a, assim, poder-se retratar o embate constitutivo entre dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas.

Nesse sentido, pôde-se propor — buscando, simultaneamente, fidelidade à proposta original e coerência em relação às teorias linguísticas, discursivas e sociológicas que embasam esta pesquisa — que TD consistem em conjuntos plásticos de regularidades linguístico-discursivas. Em outros termos, em padrões probabilísticos,

latitudinalmente reproduzidos, ou seja, de distribuição e atualização regular, social e interdiscursivamente motivados e funcionalmente coesos, o que implica que a regularização não é necessariamente formal, mas sim teleológica, uma vez que o tradicional encontra-se aplicado à realização de dada funcionalidade mediante objetivos socialmente ratificados, na sua intersecção mínima ou máxima, resistente ou complacente, com os objetivos comunicativos dos atores sociais e instituições posicionadas nos diversos domínios discursivos dos sistemas sociais.

As estratégias de controle, tanto dos atores sociais quanto das instituições, por outro lado, baseadas na capacidade de mobilização de recursos dos indivíduos e organizações, instauram, portanto, um embate contínuo entre as inclinações individuais em face das deontologias institucionais — consideradas como coerções estruturais hierarquizadas que regulam, em maior ou menor grau, os aspectos potencial e projetivamente *obrigatórios*, *preferenciais* e *permitidos* de ação, identificação e representação dos atores sociais envolvidos em dado sistema — e das instituições em face das esferas de atividade humana, em um processo complexo de interação entre forças centrípetas e centrífugas, do qual deriva o carácter probabilístico dos padrões discursivos — passíveis de tradicionalização — e sobre os quais incide o conflito hegemônico.

Nessa perspectiva, as esferas devem ser concebidas como campos reguladores de práticas sociais institucionalizadas, instaladas em sistemas sociais diversificados, atuando como mecanismos virtuais associados, primariamente, a coerções estruturais e apenas, secundariamente, a coerções materiais, de maneira que sua corporalidade em alguma organização apenas assume uma relevância marginal, na medida em que se constituem em estruturas de reconhecimento psicossocial a partir das quais as instituições e os atores sociais criam redes de expectativas acerca de como agir, mediante esquemas interpretativos e produtivos, de ordem sociocognitiva, adquiridos mediante a integração social ou sistêmica. Como corolário, esferas tornam-se, a partir de intersecção interdiscursiva, campos deontológicos dos quais emergem TD *obrigatórias*, *preferenciais* e *permissivas*, diante das quais as instituições devem posicionar-se, complacente ou resistentemente, inovando ou acatando determinados padrões, e, assim, procurando, por um lado, garantir seu espaço no mercado econômico, político e/ou simbólico e, por outro, ratificar ou retificar um funcionamento (pré-) legitimado das práticas sociais.

Em consequência disso, as estruturas de significação, dominação e legitimação não podem ser examinadas sem que se realizem intersecções mínimas. Os princípios estruturais de significação envolvem os aspectos qualitativos das regras, enquanto os princípios estruturais de legitimação abarcam os aspectos normativos das regras, atualizados, complementar e multidirecionalmente, como parâmetros para a mobilização de recursos autoritativos — diretamente associados, em termos discursivos, à negociação intersubjetiva — e alocativos — ligados, discursivamente, ao suporte material e às diversas semioses textualizadas —, constitutivos do uso de poder, que marca e configura o domínio dos princípios estruturais de dominação.

Nesse sentido, os modos de ação discursiva, tradicionalizados ou não, encontram-se metaforicamente associados aos princípios de dominação, uma vez que, por meio deles, os atores sociais e as instituições mobilizam sua capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, mediante sua inclinação e subjetividade, para alcançar objetivos e, nesse processo, efeitos e resultados esperados e inesperados são instanciados, colaborando para a manutenção ou contestação dos princípios normativos — associados à deontologia e, portanto, à legitimação — e qualitativos — ligados à potencialidade mais ampla das ordens do discurso e, portanto, aos tipos de Significado possíveis no interdiscurso de dada esfera.

Em outros termos, o domínio discursivo ou esfera de atividade humana encontra-se, constitutivamente, associada a um caráter ideológico, uma vez que legitima e justifica — por meio da hierarquização deontológica, que atravessa, inclusive, as identidades e representações, embora de modo mais fluido e menos restritivo na contemporaneidade —, os diversos modos de exercício de poder pelas instituições e atores sociais, exercendo um caráter de coerção estrutural sobre a configuração da ação humana e, portanto, da construção discursiva dos gêneros e do Significado Acional como um todo. Assim, esferas ratificam as TD *preferenciais* para dado aspecto teleológico, muitas vezes, ocultando as motivações interdiscursivas e sociais, procurando cristalizar as redes probabilísticas de recursos linguístico-discursivos funcionalmente coesos que podem ser atualizados para cumprir dado objetivo comunicativo ou prático. Nesse sentido, o controle das esferas e, portanto, da fonte de emergência dos esquemas interpretativos e produtivos depende, em última instância, do conflito hegemônico e da capacidade de mobilização de normas e sanções no que concerne à contenção da alternatividade, intrínseca à modernidade pós-tradicional, pelas instituições de maior poder político, econômico e/ou simbólico.

Em consequência disso, o Significado Acional, tanto no que se refere à sua construção na esfera cotidiana quanto nas múltiplas esferas institucionais, apresenta-se sob coerções estruturais diversificadas, o que reflete diretamente na configuração das redes de recursos linguístico-discursivas *preferenciais*, atualizadas em cada instância de interação esquematicamente prevista, de modo que, por um lado, quanto maior o controle institucional e a capacidade de mobilização de recursos de organizações hegemônicas na determinação de *preferências* significacionais, menor a possibilidade de emergência e fixação de redes alternativas de recursos e, por outro, quanto mais a ação discursiva se vincula à esfera cotidiana, menor é o índice de controle das *preferências* de significação da prática, de modo que, nestas, preponderam as coerções estruturais do contexto situacional e da própria inclinação autoral, potencializando as possibilidades de negociação intersubjetiva.

A imprensa de bairro situa-se em um ponto intermediário desse *continuum* entre o cotidiano e o institucional. É claro que ela se constitui de organizações com fins lucrativos e, portanto, ao estarem ligadas à esfera midiática e jornalística, produzem textos informativos, opinativos e publicitários, dentre outros, segundo as demandas de seu público potencial e as necessidades advindas do mercado. Por outro lado, trata-se de uma imprensa cujo nicho de mercado é o regional e o cotidiano, agindo no sentido de dar um corpo e voz públicos a atores sociais potencialmente relegados ao anonimato. Em outros termos, a imprensa de bairro consiste em uma subesfera jornalística que se nutre do fenômeno da *desmassificação dos meios* para crescer e pluralizar seu mercado, procurando intermediar a relação entre público e privado, entre os desejos e reivindicações da comunidade que ela mesma constrói em face das instâncias de poder decisórios regionais, construindo-se em complacência no que se refere às representações e valores projetados da comunidade como modo de estabelecer vinculação e captação em relação ao público, para, assim, garantir seu espaço tanto no mercado econômico quanto simbólico.

São, especialmente, essas as características que distinguem a imprensa local da imprensa nacional ou de grande porte. A imprensa local apresenta público mais homogêneo e, por isso, torna-se mais fácil depreender seus valores e representações *preferenciais*, de modo a, com ele, estabelecer uma relação de complacência projetada e desejada, diferentemente do que propõe, em regra, a grande imprensa, que, em textos opinativos ou avaliativos, tende, diversas vezes, a polemizar. Além disso, tal esfera jornalística constitui-se em um nicho de mercado idiossincrático, focando no regional —

embora não deixe de comentar e analisar acontecimentos e eventos nacionais ou mesmo internacionais, quando pertinentes, embora orientados pelos valores comunitários — e na sua capacidade de arbitrar e intermediar a relação entre o indivíduo e as instâncias de poder decisório, ou seja, entre o privado e o público. Por conseguinte, a rede de recursos linguístico-discursivos responsáveis pelo processamento multidirecional e compósito da negociação intersubjetiva e da estruturação textual apresenta aspectos particulares que distinguem essa modalidade de imprensa de outras análogas.

Em outros termos, a imprensa de bairro constitui-se em *alternatividade* no que concerne à grande imprensa e, portanto, os gêneros a ela vinculados — especialmente aqueles que assumem teor avaliativo e opinativo, uma vez que, nesses, exponencializam-se a necessidade de construção de complacência e a autopromoção do veículo — apresentam propriedades temáticas e negociativas que se orientam a partir de representações e valores diferenciados em relação à imprensa nacional, muito embora haja periódicos que se constroem projetivamente em uma atitude de complacência no que tange aos parâmetros deontológicos da imprensa global.

Por conseguinte, analisar a imprensa de bairro implica dissecar um conjunto heteróclito de periódicos que se constituem em um *continuum* de complacência ou resistência em relação aos parâmetros *deontológicos* não só da própria esfera de bairro, como também da imprensa nacional, com a qual ela, interdiscursivamente, se confronta e se constitui. Nesse sentido, torna-se necessário conceber tais periódicos a partir de agrupamentos identitários, temática e atitudinalmente orientados, de modo que se possa compreender o grau de emergência da *alternatividade interdiscursiva* nessa esfera e em que medida esses jornais apresentam coesão estilístico-representacional suficiente para que possam ser tratados como membros de um mesmo grupo.

As propostas identitárias apresentadas nesta tese — *jornais de abordagem global, específica e plural* — não assume nenhuma pretensão de exaustividade e vincula-se, exclusivamente, à apreensão de características gerais do posicionamento institucional diante da realidade e da comunidade leitora por meio do gênero *editorial*, entendido como modo de ação discursiva *preferencialmente* associado a formar opinião e construir autopromoção e captação da esfera leitora, uma vez que se constitui no gênero em que a voz institucional encontra espaço *legitimado* para apresentar-se explicitamente, orientando, por conseguinte, o consumidor textual em face daquilo que a instituição, projetivamente, objetiva com tal publicação.

Assim, pareceu sensato e viável subdividir a multiplicidade de periódicos em grupos, categorizados a partir da atitude diante da realidade *avaliada* pelo editorial, o que permitiu abordar, de forma mais global e organizada, a heterogeneidade constitutiva de um parâmetro individualizado, como o jornal de origem. Além disso, procurou-se realizar tais agrupamentos a partir de uma lógica de gradientes e *contínuos*, em consonância ao que se propôs reiteradamente nesta tese.

De fato, *jornais de abordagem global* tendem a apresentar editoriais que se assemelham negociativa e tematicamente aos modelos hegemônicos da grande imprensa, que, em larga medida, também se constituem nos modos *preferenciais* da esfera de bairro. Os *jornais de abordagem específica*, por sua vez, atualizam, nos editoriais, aspectos de estruturação discursiva associados à *desmassificação*, embora o façam de modo menos intenso que os *periódicos de abordagem plural*, que exponencializam tal tendência. Nos primeiros, a alternatividade encontra-se vinculada, de modo mais estreito, aos princípios de seleção temática, que tendem ao regional, enquanto, neste último grupo, não só os princípios temáticos, mas também a pluralidade negociativa encontra-se intensificada, com maior distribuição quantitativa de MNI alternativos e maximização da atualização de padrões de recursos interpessoais que constroem solidariedade.

Em outros termos, estilos, gêneros e discursos — multidirecionalmente construídos pelos atores sociais engajados em atividade discursiva — estão em constante processo de integração e confrontação, de modo que se torna tarefa do analista que estuda os fenômenos discursivo-textuais em relação à esfera criar condições para depreender, com a maior acurácia possível, os elementos interdiscursivos que se encontram vinculados a cada um desses níveis, sem ignorar as possíveis intersecções, sobreposições, influências e coerções de um dos tipos de Significado sobre o outro. Caso contrário, corre-se o risco de agrupá-los todos sob uma denominação e um conceito comum — em geral, o de gênero —, atribuindo-lhe toda a carga coercitiva da dinâmica discursiva, categorizado, por um lado, por traços que pouco explicam e cuja correlação linguístico-discursivo-social é frágil, ou, por outro, por configurações excessivamente estáveis e restritivas de estruturas temáticas, estilísticas e composicionais de teor determinístico, que tendem, em última instância, a enxergar cada variação como uma mudança de padrão global.

A partir do momento em que se compreende que os níveis do interdiscurso estão dialeticamente relacionados e são compósita e multidirecionalmente construídos na

atividade discursiva, mas são, por definição, teórico-metodologicamente isoláveis, visto que se originam de aspectos diferenciados da estrutura social e são realizados por recursos funcionais diversificados — ora díspares, ora semelhantes —, torna-se possível enxergar a complexidade do uso linguístico na construção da realidade e, assim, explicar, com maior pertinência, a produção discursiva. Nessa perspectiva, portanto, torna-se possível abordar o embate entre inclinações e deontologias, entre TD *preferenciais*, *potencialmente obrigatórias* e *permissivas* e o espaço de *inovação*, que faz emergir protótipos sociocognitivos, instalados em esquemas produtivos e interpretativos de interação entre atores e sistemas sociais, a partir dos quais os seres humanos iniciam tanto seu processo de ação e apresentação no mundo quanto de representação da realidade.

Assim, deseja-se frisar o fato de que os atores sociais instanciam, constitutivamente, os aspectos coercitivos do interdiscurso de modo criativo e, portanto, não atualizam um modelo engessado de produção em suas diversas atividades interacionais, salvo exceções relacionadas a esferas que exacerbam legitimação, como a jurídica, de caráter diferenciado, em que a complacência ao modelo hegemônico é menos reflexiva e mais coercitiva. Apesar disso, é comum observar que muitos analistas do discurso ou linguistas textuais — ou mesmo sociólogos, antropólogos e psicólogos, em geral — atentam, de modo mais enfático, para os produtos de forma a depreender regras e coerções pretensamente determinísticas, universais ou trans-históricas e não concentram, da mesma maneira, esforços no sentido de depreender o próprio processo de construção da ação de um ponto de vista da interação entre as forças causais dos agentes e dos sistemas sociais estruturados e reproduzidos pelas práticas humanas situadas e posicionadas.

Se as práticas sociais são sócio-historicamente posicionadas e são processual e multidirecionalmente construídas pelos diversos atores sociais, em uma infinidade de contextos, a partir de esquemas plásticos garantidos pela integração social ou sistêmica, em que medida é válido propor que determinados modos de conceber a ação discursiva — e, nesse caso, faz-se referência a diversas abordagens sobre a questão dos gêneros discursivos ou textuais — possam partir de um pressuposto de universalidade ou atemporalidade, válido para qualquer sociedade? Se as práticas são socio-históricas e a ação está submetida às regras e recursos da estrutura social e, portanto, aos princípios estruturais dos sistemas sociais, os próprios conceitos explicativos dos fenômenos devem ser avaliados e propostos mediante essa disparidade. Não existem leis trans-

históricas de reprodução social ou atividade social. Não consiste em desserviço à ciência admitir que conceitos podem ter prazo de validade e escopo de capacidade explanatória limitado, de modo a só serem aplicados a determinados contextos e sistemas sociais.

Nesta tese, deixou-se explícito que a abordagem proposta refere-se à modernidade reflexiva, ao período pós-tradicional, relativo à segunda metade do século XX até esse início de século XXI. Um novo contexto social, com novas configurações associadas a processos de integração sistêmica e social, em que regras e recursos apresentem modificações quanto à sua interpretação, legitimação e mobilização, acarretará a necessidade de se repensar determinados conceitos discursivos. Em outros termos, a questão da estabilidade ou dinamicidade do gênero e da articulação, necessária ou não, entre seus elementos constitutivos, sejam eles estrutura composicional, temática, estilo, negociação intersubjetiva, multimodalidade, etapas retóricas, atos de fala, dentre outros, não devem ser tomadas como um dado *a priori*, mas sim como uma questão empírica, em relação à qual cabe uma investigação contínua.

Se, em algum contexto sócio-histórico e situacional, há uma correlação estreita entre estrutura composicional, determinadas etapas retóricas, estilo, temática, dentre variadas possibilidades, que permitam ao analista depreender um padrão de padrões funcionalmente coesos e socialmente motivados, mais ou menos rígidos, cabe a este pesquisador verificar quais as condições sociais — e talvez psicossociais — que permitem a emergência de uma concatenação de padrões interdiscursivos desse nível, em um processo de reificação que legitima determinadas associações entre padrões linguísticos potencialmente autônomos em uma estrutura global que os instancie conjuntamente, de forma preferencial. Caso isso não ocorra — como se pode verificar no *corpus* analisado nesta tese —, cabe ao analista investigar também as razões para que a relativa independência dos padrões discursivos se mantenha e em que contextos ocorre concatenação e reificação. Pressupor uma integração *apriorística*, no entanto, parece não se ajustar à realidade contemporânea, uma vez que toma como ponto de partida uma questão teórica que cabe ser investigada, o que constitui, em muitos casos, um raciocínio falacioso, derivado de uma premissa equivocada de análise.

Nesse sentido, talvez seja mais pertinente, teórica e metodologicamente, abordar a questão da ação discursiva pelo enfoque de seu processo de construção, propondo, pela análise empírica de uma gama de textos diferentes, produzidos nas mais distintas esferas, contextos e instituições, categorias discursivo-sociais e linguístico-discursivas

que permitam descrever e analisar os diversos mecanismos envolvidos na estruturação do Significado Acional. Com a atenção voltada ao processo, podem-se definir os possíveis padrões sociocognitivamente relevantes, com olhar focado para os esquemas produtivos e interpretativos, a partir dos quais se pode depreender, por análise quantitativa e qualitativa, em que medida os sistemas sociais e os campos de atividade humana agem coercitivamente em relação aos atores sociais e qual o peso das inclinações autorais nas inovações e na resistência em relação aos parâmetros deontológicos. Além disso, a abordagem permitiria verificar em que textos e contextos, sob quais domínios institucionais, ocorrem reificação e concatenação de padrões e quais os critérios sociais que se relacionam à necessidade de denominação de alguns fenômenos discursivo-acionais em detrimento de outros, processo que colabora para o reconhecimento psicossocial de determinados modos de agir discursivos, orientados teleologicamente, segundo parâmetros advindos dos processos de integração social e sistêmica.

Por essas razões, nunca se afirmou, nesta tese, que se pretendia analisar o gênero discursivo *editorial* como um todo ou mesmo que se pretendesse descrevê-lo plenamente. Afirmou-se, sim, que se trata de teorizar e propor uma metodologia para a análise da construção do Significado Acional na modernidade reflexiva, atentando para os processos de tradicionalização dos padrões composicionais de significação discursiva, tendo em vista o processo de estruturação e reprodução social, enfocando a negociação intersubjetiva.

Assim, o procedimento analítico foi direcionado à depreensão e descrição dos modos prototípicos de negociação intersubjetiva e de que maneira os diversos recursos do interpessoal constituíam redes e padrões linguísticos que se concatenavam em padrões de padrões discursivos vinculados à instauração de relações de poder e solidariedade — assim como autoridade, credibilidade, identificação, intimidade e comprometimento —, a partir dos quais se poderiam deduzir posicionamentos hierárquicos e atitudes discursivas voltadas à realização de distintas teleologias globais, associadas a um conjunto de textos, reconhecidos, de um ponto de vista psicossocial, como *editoriais*, uma vez que apresentam, conforme já mencionado, coesividade funcional e motivação social e interdiscursiva para sua continuidade na reprodução da vida social.

Assim, as análises puderam mostrar que há, de fato, uma intensa heterogeneidade acional no que se refere aos editoriais da imprensa de bairro paulistana,

quando se toma como referência o nível da *esfera de atividade humana*. Assim, o procedimento quantitativo, realizado por meio dos *softwares UAM Corpus Tool e Microsoft Excel*, possibilitou contabilizar as ocorrências de recursos de cada subsistema do interpessoal considerado — avaliatividade, envolvimento (no que se refere à coletivização) e exortatividade —, permitindo depreender pistas, valores indiciais de possíveis padrões qualitativos de recursos funcionalmente coesos, associados a teleologias compatíveis com os objetivos institucionais associados ao gênero sob análise.

Por essa razão, optou-se por apresentar as redes de padrões separadamente e relacioná-las aos MNI prototípicos em vez de apresentar um MNI prototípico, elencando suas categorias pertinentes, na medida em que tal procedimento não favoreceria o olhar para o processo em si. A depreensão dos distintos padrões, associando-os às potenciais teleologias e hierarquizações projetadas pelos editorialistas no que tange à funcionalidade deste gênero que porta a voz institucional, constituiu-se em ferramenta para que se pudesse descrever a construção negociativa do gênero *editorial* a partir de uma orientação probabilística, compósita e multidirecional, que não engessasse o conceito e permitisse propor um esquema de previsibilidade acerca das prováveis e preferenciais associações de padrões tradicionalizados que, combinados, atuassem de modo a compor padrões de padrões *preferenciais tradicionais* relacionados a domínios retóricos e motivações sociais específicas, em uma abordagem tanto discursivo-social quanto linguístico-discursiva.

Por meio de tal percurso, tornou-se possível depreender quatro grandes modos de articulação da negociatividade — os MNI *crítico, exortativo, exaltativo e informativo* —, analisados tanto na sua composição prototípica interna, o que corresponde ao aspecto linguístico-discursivo da negociatividade, quanto na sua possível intersecção e interrelação com os princípios temáticos do gênero, os agrupamentos identitários jornalísticos, o período socio-histórico de publicação e as idiossincrasias mercadológicas do jornalismo local, o que equivale ao aspecto discursivo-social da negociatividade acional enfocado nesta pesquisa.

A análise quantitativa de cada subsistema do interpessoal considerado permitiu avaliar tanto o aspecto distribucional quanto probabilístico de incidência de cada padrão em relação ao material coletado e sua convergência na composição dos diversos MNI, segundo uma parametrização deontológica que enfatizou o nível *preferencial*, ou seja,

aquele que, projetivamente, equivale às formas interdiscursivamente hegemônicas no nível da *esfera*, no que concerne à caracterização de cada articulação negociativa.

Concluiu-se que a *atitude* se constituía no parâmetro fundamental para a configuração deste Significado Acional em específico, uma vez que a prevalência de determinados padrões associados a modos de avaliar a realidade contribuíam para uma pluralização da autoridade institucional e dos posicionamentos projetados entre produção e consumo textual, dinamizando a potencialidade teleológica desse modo de ação discursiva. Assim, foram apreendidas cinco grandes *posturas* — desconsiderando a hipotética *postura depreciativa* —, que podem ser concebidas como TD acionais de composição genérica: a *laudatória*, a *condenatória*, a *analítica*, a de *repúdio* e a de *reconhecimento*.

Marcada pelo alto índice de *afetos* e *julgamentos*, privilegiando a polaridade *positiva* em detrimento da *negativa*, a *postura laudatória* torna-se um padrão definidor do MNI *exaltativo*, que apresenta maior incidência distribucional no *corpus do século XX*, favorecida pelo contexto totalitário, no qual a exaltação dos valores, instituições e personalidades representativas de um ideal de nação e coletividade — no caso, trata-se da figura dos militares e de suas instituições — consiste em forma de dominação, numa tentativa de legitimar representações de mundo por meio de uma exaltação que pressupõe um leitor ideal complacente. Nesse sentido, há uma forte determinação ideológica nesses textos, que parece reduzir-se, quantitativa e qualitativamente, no material *do XXI*, em que o espaço da *exaltação* diminui e a imprensa de bairro procura vincular-se a uma imagem de *arbítrio*, *apartidarismo* e *correção*, minimizando o espaço da *postura laudatória*, extremamente comprometida em relação a um objeto discursivo, o que poderia gerar atitudes responsivas resistentes e possíveis invocações avaliativas de *proselitismo*, *propagandismo* ou *panfletagem*.

As *posturas condenatória* e de *repúdio*, por outro lado, consistem nas TD preferenciais de composição *atitudinal* do MNI *crítico*, uma vez que privilegiam *julgamentos negativos* de *sanção* e *estima social*, respectivamente, diferindo, portanto, na ênfase da *crítica*. Na primeira postura, enfoca-se o comportamento do alvo da *condenação* no que se refere às suas atitudes em face daquilo que a lei e a sociedade recrimina ou louva em termos de honestidade e de ética individual ou institucional, ao passo que a segunda postura enfatiza caracteres da personalidade do ator social, da sua normalidade, capacidade e tenacidade, não passíveis de punição legal, dado que é o comportamento do indivíduo, não como cidadão, mas como pessoa, que se torna alvo de

avaliação e escrutínio. O MNI *crítico* consiste em um dos modelos *preferenciais* de negociatividade no editorial da imprensa paulistana de bairro, compartilhando tal nível *deontológico* com o modo *exortativo*. Uma vez que, nesse MNI, prioriza-se a *condenação* ou o *repúdio*, torna-se central convencer o consumidor textual acerca da validade das representações e avaliações instanciadas, numa busca pela adesão da comunidade diante dos valores projetados pela instituição na voz do editorialista. É, em geral, nos textos *críticos* que a voz autoral encontra espaço privilegiado para a formação de opinião.

Atualizando tanto as duas *posturas* anteriores — *condenação* e *repúdio* — quanto as *posturas analítica* e *de reconhecimento*, o MNI *exortativo* também se apresenta como padrão *preferencial* de construção acional no seio dos editoriais da imprensa paulistana de bairro. Diferente das outros dois MNI, no entanto, o modo *exortativo* pode encontrar-se vinculado a *polaridades* distintas, muito embora haja uma preferência pela *polaridade negativa*. Caracteriza-se pela construção de uma situação-problema, para a qual a voz autoral propõe soluções e comandos para que a realidade seja alterada mediante aquilo que ela considere válido, adequado ou satisfatório. Por essa razão, o editorialista pode enfatizar tanto uma construção *negativa* do *status quo*, atualizando as *posturas* prototípicas do eixo *crítico* ou focar os esforços já realizados e as atitudes positivas e adequadas já tomadas em face da situação problematizada, assumindo, assim, uma *postura de reconhecimento*. No entanto, tanto em uma atitude ou outra, a dimensão retórica implícita desloca-se do convencimento para a persuasão, na medida em que a voz autoral constrói-se, projetivamente, como uma autoridade que conhece as soluções potenciais para o problema e insta o consumidor textual ou terceiros a agir segundo seu projeto. Em outro termos, as avaliações não consistem no alvo explícito da negociação, como ocorre no MNI *crítico*, mas nas premissas para uma ação coordenada no mundo, essa sim, alvo explícito da negociação e da teleologia acional.

Por fim, a *postura analítica* consiste na TD composicional *preferencial* do eixo negociativo *informativo*, não obstante seja passível de atualização tanto nos textos *críticos* quanto *exortativos*, como padrão *permitido*, especialmente no *material do século XXI*. Tal *postura* privilegia as *apreciações*, com minimização *afetiva* e privilégio da *polaridade positiva*, uma vez que o destaque se encontra vinculado ao *valor social* dos eventos e acontecimentos, ligados a *risco*, *importância* ou *validade*. Trata-se da postura que menos compromete a voz autoral, uma vez que se trata de avaliações que simulam objetividade. Por essa razão, constitui-se em aspecto definidor do MNI

informativo, que enfoca avaliações de teor mais objetivo e uma atitude autoral de *recomendação* diante do consumidor textual, informando-o acerca do que há de relevante na região naquele momento ou destacando algum fato ou comemoração históricos a serem rememorados no período em questão.

Pelo exposto, pode-se inferir, portanto, que *posturas* não equivalem a MNI, mas constituem-se em padrões composicionais destes últimos. Em outros termos, MNI são atravessados por uma série de padrões de recursos linguísticos distintos, oriundos dos diversos subsistemas do interpessoal, construindo autoridade, credibilidade, intimidade, comprometimento, poder e solidariedade. Além disso, deve-se considerar o fato de que uma mesma configuração *postural* pode exercer funcionalidade e/ou motivação diferenciadas em práticas distintas, conforme relatado acerca do papel *posturas condenatória e de repúdio* no que concerne aos eixos *crítico* e *exortativo*, de modo que não se torna válido reduzir um conceito ao outro. Por conseguinte, *posturas*, assim como *vínculos* e *incitações*, são padrões referentes ao real generalizado que codificam modos negociativos, enquanto esses se constituem em subpotenciais semânticos realizados por diversos padrões interpessoais.

Para tratar da questão de *comprometimento*, analisaram-se, quantitativa e qualitativamente, os subsistemas de *gradação* e *engajamento*, que, por sua vez, apresentaram a maior estabilidade internegociativa no material coletado, o que permitiu inferir que o *alto comprometimento*, com privilégio de formas de *contração dialógica*, especialmente no âmbito da *refutação*, e da *gradação alta*, principalmente no que tange à *força*, constituem aspectos hegemônicos *projetivamente obrigatórios* no que concerne à parametrização deontológica do gênero em relação à *esfera*, assimilados de forma *complacente* pela pluralidade de editorialistas desde a década de 70 até o século XXI, muito embora tenha havido um decréscimo na média de atualizações no *material do XXI* em contraste com o *do XX*. Tal fato fora acompanhado por uma redução geral nas instâncias avaliativas como um todo, provavelmente por uma tentativa autoral de minimização de potenciais leituras resistentes, por um imperativo contemporâneo de maior argumentatividade e menor valoração explícita, além de um possível esforço, cada vez maior, do editorialista em vincular-se a uma imagem de *retidão*, *apartidarismo*, *objetividade*, *arbitragem*, que pode ser negativamente atingida — ou desconstruída — por uma confluência exacerbada de recursos de *alto comprometimento* somados a uma alta densidade de *avaliações*, especialmente *afetos* e *julgamentos*, como tendia a ocorrer em textos da década de 70 e 80.

Em termos de *envolvimento*, no entanto, a configuração de padrões *preferenciais* mostrou-se variada. Foram contabilizadas as instâncias de *vinculação pronominal* ou *coletivização*, que atuaram como pistas para a apreensão de padrões mais amplos, ligados à *captação* ou *vinculação* como um todo. De modo geral, a hipótese era que quanto maior a intensidade de identificação coletiva que a *vinculação pronominal* propiciasse, maior deveria ser a intensidade de atualização de recursos de *vinculação* em dado eixo negociativo e, inversamente, quanto menor a intensidade de identificação coletiva, maior seria o predomínio da *captação*. Entretanto, os resultados surpreenderam e só puderam ser explicados na sua relação com a *atitude*, o que mostra a necessidade de se analisar os padrões e sua composição na complexidade de sua interação na construção do Significado Acional.

Textos *exaltativos* e *críticos*, devido ao alto teor de esforço interpessoal exigido pelo índice elevado de *juízos*, extremamente *polarizados*, tendem a apresentar padrões *exclusivistas*. A voz autoral divide apenas com a instituição projetada no texto a responsabilidade pela validade das representações e avaliações, construindo-se como uma autoridade diante do consumidor textual. Por conseguinte, a voz autoral age no sentido de *revelar* um aspecto do mundo ao leitor, calcando na instituição e em si mesma a validade e a responsabilidade pelos enunciados, de modo a posicionar-se, em tese, em uma coordenada hierárquica de maior poder em relação ao consumidor, ainda que não seja *interditada* uma possibilidade de construção contrária. Nesse sentido, haveria, segundo o que fora hipotetizado, uma minimização da *vinculação* e uma intensificação da *captação*, focando a atenção, a novidade, a surpresa e o envolvimento do leitor em relação ao texto.

No entanto, os textos *exaltativos* apresentam uma incidência relativamente considerável de outros fenômenos de *vinculação*, especialmente de *compartilhamento* e *pessoalização*, uma vez que se constrói a realização das atitudes positivas do agente exaltado como pressupostas, para, então, poder louvá-lo, e abusa-se de instâncias *afetivas* para vincular o leitor ao objeto discursivo construído e à própria voz autoral, capaz, portanto, de conhecer os valores afetivos de uma coletividade. Nesse sentido, é devido a uma composição com a *postura laudatória* que o *vínculo exclusivista* acaba fornecendo um contexto para a emergência de outras formas de *vinculação*, e não apenas de recursos de *captação*. Já nos textos *críticos*, que focalizam o convencimento acerca dos valores *negativos* associados ao comportamento de instituições e atores sociais, acentua-se, de fato, a *captação* em detrimento da *vinculação*, como modo de

chamar atenção do leitor para o próprio texto, ressaltando os aspectos *condenáveis* ou *repudiáveis* do objeto discursivo construído, por meio de estruturas de *novidade* e *presença*, por exemplo.

Os textos *exortativos*, por sua vez, devido ao privilégio da persuasão, requisitam uma construção mais elaborada de *vinculação* e *identificação*, a fim de que o consumidor textual possa reconhecer a *autoridade* do editorialista e, assim, realizar as ações projetadas por ele. Nesse sentido, a *coletivização genérica*, que insere voz autoral e comunidade em um grupo maior, o qual excede a comunidade, podendo até associar-se à nação, por exemplo, consiste em estratégia de *envolvimento* fundamental. Construir uma coletividade mobilizada na solução de uma situação-problema promove uma visão do indivíduo como agente capaz de intervir no curso dos acontecimentos, valorizando seu poder e dividindo a responsabilidade da mudança com outros atores sociais, o que, em teoria, minimiza o esforço interpessoal de resistência, intensifica a identificação com as representações de mundo idealizadas pelo discurso do jornal e potencializa a adesão do leitor aos comandos e soluções propostas.

Por fim, os textos *informativos* apresentaram uma configuração, de fato, imprevista, caso só se observasse o subsistema de *envolvimento*. Em princípio, a *inclusividade* consiste na forma mais intensa de *envolvimento*, uma vez que constrói produtor e consumidor textual como mobilizados nas mesmas representações, avaliações e atividades. Trata-se de um elo interpessoal de aproximação de grupo que exacerba a coesão identitária local, na medida em que se estende, no máximo, à comunidade leitora como um todo. Esperar-se-ia, portanto, que, por exponencializar a identificação, outros recursos de *vinculação* abundariam. Raciocínio falso. A *captação* é premente nos textos *informativos*, e isso parece ser derivado da sua integração com a *postura analítica*, que ao privilegiar *apreciações* e minimizar *afetos*, numa atitude *preferencial* de *recomendação* e construção autoral de *conhecimento*, favorece o destaque ao próprio conteúdo informativo, em vez da ligação interpessoal entre produtor e consumidor.

Nesses textos, conforme já destacado, tal elo interpessoal não consiste em aspecto teleológico central. Convencimento e persuasão voltados à solução de problemas não constituem elementos fundamentais da negociação *informativa*. A *inclusividade* apenas identifica voz autoral e consumidor como envolvidos numa mesma realidade tematizada, comum aos indivíduos de uma dada região, sem demandar dos leitores esforço interpessoal em agir conforme o projeto autoral. Em geral, não se

propõe uma alteração do *status quo*. As atitudes recomendadas apontam, em regra, para agir no sentido de garantir a manutenção de uma realidade, na maioria das vezes, não problemática, ou talvez, ainda melhor, não passível de problematização, segundo a projeção autoral que pode ser depreendida. Assim, torna-se possível prescindir de uma grande incidência de recursos de *vinculação*.

Por fim, o último subsistema considerado na análise do *corpus* consistia na *exortatividade*. Trata-se da rede de recursos linguísticos que abarcam os comandos retórica e argumentativamente orientados, a partir dos quais a voz autoral incita outros atores sociais a agirem mediante seu projeto simbólico, construindo, nesse processo, diferentes posicionamentos hierárquicos em relação aos variados alvos da exortação.

Em regra, as *incitações projetiva* e *especulativa* encontraram-se vinculadas a uma construção minimizada de poder e autoridade da voz autoral em relação ao alvo da exortação, diferenciando-se, principalmente, pela projeção de esforço interpessoal pressuposta na potencial rejeição ou não submissão do agente exortado em realizar o comando. Assim, o *padrão especulativo* caracteriza-se pela explicitação de tal condição, na medida em que constrói o vínculo interpessoal entre a fonte e o alvo do comando como garantia da execução da ação demandada, enquanto a forma *projetiva* minimiza ou bloqueia esse esforço interpessoal projetado. Por essa razão, ambas as formas apresentam baixo teor autoritário e são atualizadas, em maior número, em MNI que não priorizam a atitude dos consumidores textuais na mudança do *status quo*, dada a construção autoral de incapacidade dos agentes ou da irrelevância do próprio procedimento de transformação da realidade, como ocorre nos textos *informativos* e *críticos*.

As *incitações participativa*, *normativa* e *diretiva*, por sua vez, valorizam a ação dos consumidores textuais ou de terceiros, apresentando-os como agentes com capacidade de mobilização de recursos suficiente para a mudança do *status quo*. A primeira diferencia-se das duas últimas na medida em que, naquela, a voz autoral divide a responsabilidade pela ação com os consumidores textuais, gerando identificação e vinculação, em geral, voltadas a alguma causa construída de modo positivo diante do leitor. Nas duas últimas, o comando é autoritário e não se estimula identificação. Na *normativa*, a fonte da exortação é construída de modo objetivo, isentando a voz autoral da responsabilidade ou validade pelo objeto do comando, enquanto, na *diretiva*, ela assume a responsabilidade pela ação exortada, em uma postura modal subjetiva.

Em consequência disso, *incitações participativas* tendem a igualar produtor e consumidor textual em termos hierárquicos e, por conseguinte, costumam ser atualizadas em quase todos os MNI, com exceção do *crítico*. No *informativo*, é atualizada em decorrência de uma atitude de *recomendação*, voltada a eventos regionais, dos quais a voz autoral potencialmente participa ou participará. No *exaltativo* e no *exortativo*, por sua vez, relaciona-se à valorização da *vinculação* como forma de envolvimento entre escritor e leitor.

Incitações normativas e diretivas, por sua vez, não costumam ser instanciadas no MNI *exaltativo*, uma vez que, neste, a voz autoral não precisa comandar, autoritariamente, alguma mudança no *status quo*, uma vez que sua orientação retórico-teleológica volta-se à consagração idealizada de um agente social, instituição ou comportamento, ao qual se deve aderir de modo não resistente. Nesse sentido, os dois padrões mencionados dificilmente encontrariam espaço de articulação nesse eixo negociativo.

O padrão *diretivo* parece estar vinculado, *preferencialmente*, apenas ao MNI *exortativo*, uma vez que apresenta forte teor autoritário e é marcado por intenso comprometimento modal autoral, o que implica uma construção anterior de uma situação-problema, intensa *vinculação* e reconhecimento de autoridade por parte do consumidor textual. O padrão *normativo*, no entanto, é verificado tanto em textos *críticos* e *informativos* quanto em exemplares *exortativos*. Ao atribuir a responsabilidade exortativa a uma norma social, ou seja, a uma instância de legitimação externa, a voz autoral constrói autoritarismo, mas não se implica interpessoalmente no comando. Em geral, tal *incitação* tende a enfocar necessidades práticas — alto teor *deôntico* — e, por isso, o consumidor textual pode não associar o comando a uma atitude prática em que ele deva estar implicado, permitindo uma leitura resistente de *afastamento*. Em ambos os casos, no entanto, a voz autoral posiciona-se em superioridade, de um ponto de vista hierárquico, em relação aos alvos da exortação.

Por fim, a *incitação apelativa* consiste no padrão mais raro de exortatividade, atualizado *preferencialmente* no MNI *exaltativo*. Ressalva-se, no entanto, que a exortatividade é mínima nesse eixo negociativo, de modo que a insuficiência de ocorrências pode ser tomada como um fator de relativização do estabelecimento do grau de explicitação deontológica de tal padrão no que concerne ao MNI mencionado. Em outros termos, talvez seja preferível tratá-lo como um padrão *permitido* nos variados eixos negociativos. Nele, a voz autoral constrói a atitude exortada como a última

alternativa possível de mobilização acional, o que denota urgência e desvaloriza a capacidade dos alvos no sentido de alterar o *status quo*, dado o pressuposto prévio de insucesso.

Assim, por meio da análise de cada padrão tanto no que tange à sua distribuição nos textos quanto de sua operacionalidade qualitativa no material coletado em face das teleologias potenciais verificadas, pôde-se depreender os modos prototípicos de articulação da negociatividade — os MNI — e, assim, propô-los como uma categoria documental que serviu de parâmetro para uma computação estatística ulterior, a partir da qual foram gerados os gráficos que atuaram como índices significativos e valiosos para a parametrização *deontológica* do gênero *editorial* no que se refere à *esfera* da imprensa paulistana de bairro.

Tal procedimento permitiu a geração de esquemas de previsibilidade genérica capazes de proporcionar um quadro global do processo de construção do Significado Acional e de sua tradicionalização no que se refere ao gênero sob análise, apresentando resultados compatíveis com a proposta de se considerar dinamicidade e estabilidade como processos complementares, integrados e correlacionados, orientados a partir de uma ótica probabilística que procurasse depreender os distintos padrões que potencializavam a teleologia acional e permitiam aos diversos periódicos construir um espaço de alternatividade no seio de um mercado simbólico, que, por definição, opera na tensão entre padronização e inovação.

Esta tese procurou mostrar, portanto, que a construção do Significado Acional pode ser analisada de um ponto de vista multidirecional e processual, tomando como ponto de partida a necessidade de observação empírica dos textos para que sejam, posteriormente, propostas as categorias pertinentes que possam ser aplicadas para a descrição de tal processo e do seu resultado — o gênero discursivo.

Além disso, buscou-se ressaltar a importância de a caracterização discursivo-social encontrar-se constitutivamente associada a uma descrição e uma análise linguístico-discursiva. Nesta tese, enfocou-se, justamente, essa correlação, na medida em que se analisou o processo de negociação intersubjetiva, entendido como o espaço de articulação dos posicionamentos sociais e discursivos entre produção e consumo textual, ou seja, entre os coenunciadores, em contextos de copresença ou não, realizados por meio de padrões de recursos linguístico-discursivos pertinentes à metafunção interpessoal — em especial à avaliatividade, ao envolvimento e à exortatividade, no que concerne ao material selecionado para o *corpus* — de forma a se poder depreender, em

primeiro lugar, os modos de composição da autoridade, da credibilidade, da intimidade, da identificação e do comprometimento e, em segundo lugar, as possibilidades de articulação entre *posturas*, *vínculos* e *incitações* na instauração de potencialidades teleológicas variadas em relação à ação discursiva empreendida, tendo em vista os parâmetros estruturalmente coercitivos das instituições e esferas, por um lado, e as inclinações dessas mesmas instituições e de seus atores sociais, por outro.

Outros processos de construção acional, com certeza, existem — em especial, no que concerne à função textual, não abordada nesta tese, mas de importância significativa no que se refere à estruturação das etapas retóricas e da organização lógica dos textos. Do mesmo modo, há processos de construção representacional e identificacional que, se analisados de um ponto de vista discursivo-social, por um lado, e linguístico-discursivo, por outro, com base quantitativa e qualitativa, podem revelar, empiricamente, aspectos essenciais do uso linguístico pelos atores sociais e, por conseguinte, quais seriam os elementos que estruturam os esquemas interpretativos e produtivos dos agentes, para que se possam verificar as coerções estruturais associados aos diversos sistemas sociais.

Desse modo, acredita-se que um olhar atento aos processos deve orientar a pesquisa relativa às representações, identidades e ações discursivas, para que sejam produzidas abordagens sociológica, psicológica, cognitiva, discursiva e linguisticamente pertinentes a um fenômeno intensamente complexo, que é a geração de sentido, promovida pela atividade discursiva.

Pesquisas em cada uma dessas áreas individualmente são essenciais para os avanços necessários de cada uma dessas ciências, no sentido de fornecer ferramentas mais acuradas para as pesquisas inter ou multidisciplinares, que, por sua vez, buscarão integrar essas novas descobertas, postulados teóricos e recursos metodológicos com o objetivo de analisar a produção linguageira na sua interface com o mecanismo de reprodução social, o que exige uma abordagem interteórica.

Somente assim, com um olhar voltado aos processos — concebidos em sua dinamicidade, multidirecionalidade e composicionalidade — e à sua relação com as coerções estruturais e materiais, o que perpassa múltiplos campos científicos, será possível compreender, de fato, os fenômenos que estão envolvidos na produção de sentido humana e na construção de relações sociais entre os agentes posicionados.

Nesse sentido, defende-se que concepções dicotômicas não encontram mais espaço epistemológico válido no que se refere aos estudos discursivos, uma vez que as categorias psicossociais apresentam-se, em geral, sob a forma de *continuums*. A

realidade não é apreendida pelos seres humanos de forma rigidamente discreta. Por que as categorias teóricas devem, necessariamente, assumir tal contorno? Dinamicidade e estabilidade consistem em forças sociais produzidas por agentes individuais no processo de estruturação e, portanto, apresentam-se como faces complementares de um mesmo fenômeno. Desconsiderar tal interação equivale a ignorar, por um lado, a capacidade causal dos atores sociais em intervir no curso dos acontecimentos e, por outro, o poder que os princípios estruturais, por meio de suas modalidades, podem exercer como potenciais geradores de complacência nos atores sociais, que, por sua vez, escolhem e decidem como agir em face dos parâmetros hegemônicos, motivados por segurança ontológica, recompensa, facticidade ou manutenção da autoconcepção nuclear.

Assim, ao analisar-se o processo e depreenderem-se os padrões constitutivos da construção da significação, de um ponto de vista semântico-discursivo, o analista pode compreender e visualizar tanto a dinamicidade — na medida em que os padrões promovem composicionalidade paradigmática e sintagmática, são relativamente autônomos e podem se combinar, de modo distinto, na geração de posicionamentos hierárquicos diferentes e potencialidades teleológicas variadas, conforme os projetos simbólicos autorais e institucionais pertinentes —, quanto a estabilidade — uma vez que esses mesmos padrões podem encontrar-se tradicionalizados, sendo, portanto, praticados por variadas instituições, revelando a adesão a parâmetros deontológicos da esfera. Além disso e em consequência de tal abordagem, torna-se também possível enxergar a atualização distribucional e/ou qualitativa distinta de alguns padrões linguístico-discursivos em diferentes instituições, o que permite depreender agrupamentos identitários interinstitucionais significativos, relacionados à construção da alternatividade e à inovação pelos atores sociais.

Nesse sentido, assumiu-se, nesta tese, e assume-se, como pesquisador, uma atitude responsiva *estratégica* das posturas científicas relativas à área:

1. por um lado, apresenta-se uma atitude resistente diante do purismo teórico e da rejeição do diálogo interteórico, da análise discursiva socialmente orientada sem uma sustentação sociológica adequada aos pressupostos discursivos adotados e de procedimentos analíticos que tomem conceitos sociodiscursivos como dados e inquestionáveis, como se todos os fenômenos sociais e discursivos fossem atravessados pelas mesmas leis e princípios trans-históricos, em uma contradição primordial entre a uma concepção aceita e pacífica acerca do caráter histórico e socialmente situado das práticas e a postulação de conceitos universalmente válidos sobre a realidade discursiva,

o que só se justifica a partir do negligenciamento do fato de que forças sociais não equivalem a forças naturais;

2. por outro, assume-se uma atitude complacente diante do desenvolvimento intrateórico não purista e do diálogo interteórico estruturado e adequado em termos de princípios norteadores de abordagem dos objetos de análise, a fim de se dar conta da realidade complexa do uso linguístico, o que pressupõe uma análise discursiva sociológica, psicológica e/ou sociocognitivamente orientada. Além disso, ressalta-se a necessidade de se compreender que — em analogia ao fato de que as estruturas e forças sociais diferem das estruturas e forças naturais, na medida em que aquelas consistem em meios de iniciação das práticas, e não em obrigações coercitivas de um ponto de vista material — os conceitos devem servir de ponto de partida para a análise empírica, que, por sua vez, deve possibilitar ao pesquisador mensurar a validade do ponto de vista teórico adotado e propor uma rearticulação ou revalidação conceitual quando adequado, o que não resulta numa anulação propriamente dita da perspectiva teórica, mas no avanço dos conceitos e métodos científicos pertinentes. Se a sociedade muda, os conceitos explicativos do uso social da linguagem, com certeza, também apresentarão, em maior ou menor grau, alguma reestruturação.

Espera-se, portanto, que esta tese atue como uma pequena incitação a uma mobilização voltada à análise dos processos constitutivos de construção discursiva, de modo a estimular uma reflexão mais profunda acerca da dualidade dinamicidade/estabilidade e da necessidade de se conceber a conduta monitorada dos atores sociais, tanto em contextos institucionais quanto cotidianos, como princípio motor da reprodução social e, portanto, como ponto de articulação e desenvolvimento do embate hegemônico/alternativo que se processa nas práticas discursivo-sociais contemporâneas, caracterizadas pelo teor probabilístico de seus padrões linguístico-discursivos constitutivos e pela interrelação complexa entre as estruturas interdiscursivas de significação.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail & MEDVEDEV, Pavel (1978) **The formal method in literary scholarship: a critical introduction to sociological poetics**. Baltimore: Johns Hopkins.

BAKHTIN, Mikhail (1993) O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: **Questões de literatura e estética: A teoria do romance**. Trad. A. F. Bernadini et al. 3. ed. São Paulo: Unesp, pp. 13-70.

_____ (2003) Os gêneros do discurso. **Estética da criação verbal**. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, p. 261-306.

BAZERMAN, Charles, DIONISIO, Ângela & HOFFNAGEL, Judith (orgs.) (2005) **Gêneros textuais, tipificação e interação**. In: São Paulo: Cortez.

BECK, Ulrich. (1997) A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich et al. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pp. 73-133.

BRETON, Philippe (2003) **A argumentação na comunicação**. 2. ed. Bauru: EDUSC.

BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen (1978) **Politeness: Some universals in language use**. Cambridge: Cambridge University Press.

CARVALHO, Gisele de (2005) Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J. L., BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2010) **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto.

CHAFE, Wallace (1985) Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D.R. et al. (org). **Literacy, Language and Learning: the nature and consequences of reading and writing**. Cambridge: Cambridge University Press.

CHARAUDEAU, P. (2006) **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto.

COHEN, Ira J. (1999) Teoria da Estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, pp. 393-446.

COSERIU, Eugenio. (1988) **Sprachkompetenz**: Elemente einer Theorie des Sprechens. Tübingen, Narr.

DISCINI, Norma (2004). A imagem do enunciador na mídia. In: BASTOS, N. B. (org.) **Língua portuguesa em calidoscópio**. São Paulo: EDUC/FAPESP, pp. 133-141.

DORNELLES, Beatriz (2000). Imprensa comunitária: jornais de bairro de Porto Alegre. In: HAUSSEN, Doris Fagundes (org.) **Mídia, imagem e cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 103-126.

FAIRCLOUGH, Norman (1997) **Critical Discourse Analysis**: papers in the critical study of language. London and New York: Longman.

_____ (2007). **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge.

FRAGA, Rose Mary (2001) **Cartas de leitores em jornais do século XIX**: marcas de envolvimento. Dissertação de Mestrado: UFPE/PE.

FREIRE, Otávio (2009) **Comunicação, Cultura e Organização**: um olhar antropológico sobre os modos de comunicação administrativa na perspectiva da comunicação integrada. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes — ECA/USP.

GIACOMINI FILHO, Gino & SANTOS, Roberto Elísio dos (2008) Convergências conceituais e teóricas entre comunicação e inovação. . In: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.) **Comunicação e inovação**: reflexões contemporâneas. São Paulo, Paulus, pp. 13-33.

GIDDENS, Anthony (1991) **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP.

_____ (1997) A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich et al. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pp. 73-133.

_____ (2009). **A constituição da sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

GOFFMAN, Erving (1970) **Ritual de la interacción**. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo.

GRAMSCI, Antonio (1971) **Selections from the prison notebooks**, edited and translated Q. Hoare and G. Nowell Smith, Lawrence & Wishart.

GRICE, Paul (1982) Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. **Fundamentos metodológicos da Linguística, vol. IV. Pragmática**. Campinas: IEL, Unicamp.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. (2005) A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso. **Revista da Anpoll**. N. 19, p. 151-184, Campinas, jul.-dez./ 2005.

GUMPERZ, John (1982) **Discourse Strategies**. Cambridge University Press.

HABERMAS, Jürgen (1984) **Theory of Communicative Action, vol. 1**. London: Heinemann.

HALLIDAY, Michael (1978). **Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold.

HALLIDAY, Michael & MATTHIESSEN, Christian (2004) **Introduction to Functional Grammar**. 3ª ed. London: Hodder Arnold.

HOBBSAWN, Eric. (1997) Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (org.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 09-23.

_____ (2010) Política externa. Entrevista à “New Left Review”. **Mais!** Folha de S. Paulo. Trad. Clara Allain, 18 abr. 2010.

HODGE, Robert & KRESS, Gunther (1993) **Language as ideology**. 2. ed. London and New York: Routledge.

HOYE, Leo. (1997) Adverbs and Modalities in English. London and New York: Longman.

KABATEK, Johannes. (2004) Tradições discursivas e a mudança linguística. In: Tânia Lobo (ed.): **Para a História do Português Brasileiro VI**, Salvador: EDUFBA (no prelo). Texto apresentado no encontro PHPB em Itaparica, Bahia, setembro de 2004. <http://www.kabatek.de/discurso/itaparica.pdf>

KABATEK, Johannes. (2005): "Zur Historizität von Texten", versão em português: "Sobre a historicidade de textos", tradução de José da Silva Simões, **Linha d'água** (São Paulo) 17, 2005, <http://www.kabatek.de/discurso> (página consultada em 21 de junho de 2005).

KOCH, Ingedore Grunfeld. Villaça. (2002) **Argumentação e linguagem**. 7ª ed. rev. São Paulo: Cortez.

KOCH, Peter. (1997). Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: Barbara Frank/Thomas Haye/Doris Tophinke (Hrsg.), **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tübingen: Narr 1997 (ScriptOralia, 99), 43-79. Trad.: COSTA, Alessandra Castilho Ferreira da.

KRESS, Gunther (1997) Considerações de carácter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.) **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Editorial Caminho.

LONGACRE, R. (1992) The discourse strategy of an appeals letter. In: MANN, T. & THOMPSON, S. (eds.) **Discourse description: diverse linguistic analysis of a fund-raising text**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

LYONS, John (1977) **Semantics, vol. 2**. Cambridge: Cambridge University Press.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (2008) **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial.

MARTIN, James & WHITE, Peter (2005) **The language of evaluation: appraisal in English**. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan.

MAYOL, Pierre (1998). Morar (O Bairro, A Conveniência). In: De CERTAUEU, Michel, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.31-69.

MEURER, José Luiz (2004) Ampliando a noção de contexto na linguística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 133-157.

MEURER, José Luiz (2005) Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L., BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial.

MEYER, Philip (2004). **The Vanishing Newspaper: saving journalism in the information age**. Columbia: University of Missouri Press.

MIRANDA, Neusa Salim (2005) Modalidade: O Gerenciamento da Interação. In: MIRANDA, Neusa Salim & NAME, Maria Cristina (orgs.) **Linguística e Cognição**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, pp. 171-195.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (2002). **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado das Letras.

MOITA LOPES, L. P. da (2006) ‘Falta homem até pra homem’: A construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: HEBERLE, V. M., OSTERMANN, A. C. & FIGUEIREDO, D. C. (orgs.) **Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Ed. da UFSC.

MORIN, Edgar. **Culturas de Massas no século XX: neurose 1**. Rio de Janeiro; Editora Forense.

MOTTA-ROTH, Desirée & HEBERLE, Viviane Maria (2005) O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruqayia Hasan. In: MEURER, J. L., BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial.

NEVES, Maria Helena de Moura (2007). **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto.

OESTERREICHER, Wulf (1996) Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In: KOTSCHI, T.; OESTERREICHER, W. y ZIMMERANN, K. (eds.) **El español hablado y la cultura oral en España y Hispanoamérica**. Madrid: Vervuert, pp. 317-340.

OESTERREICHER, Wulf (1997) Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: HAYE, Thomas & TOPHINKE, Doris (org.) **Gattungen Mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tübingen: Narr, pp. 19-41.

_____ (2002) Aspectos teóricos y metodológicos del análisis del discurso desde una perspectiva histórica: el coloquio de Cajamarca 1532. In: TOVAR, José Jesús de Bustos, CHARADEAU, Patrick, ALCONCHEL, José luís Girón, RECUERO, Silvia Iglesias & ALONSO, Covadonga López (org.) **Lengua, discurso, texto**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid/Visor Madrid, pp. 159-199.

_____ (2006) Mudança linguística e recursos de expressividade na língua falada. In: CIAPUSCIO, Guiomar, JUNGBLUTH, Konstanze & KAISER, Dorothee (eds.) **Sincronía y Diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica**. Madrid: Iberoamericana/Vervuert, pp. 253-281.

_____ (2007). Gramática histórica, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas — esbozo programático. **Revista de Historia de la Lengua Española**. Arco/Libros, S.L., fev. 2007, pp. 109-128 (separata).

_____ (s/d) **Centração de texto e recontextualização**. Cópia xerox.

PALMER, Frank Robert (1986) **Mood and Modality**. London, New York, Melbourne: Cambridge University Press.

PEDRO, Emília Ribeiro (org.) **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Editorial Caminho.

PERELMAN, C. (2004). **Retóricas**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. (2002) **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling (2005) Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo dos Campos: Póscom-Umesp, a. 26, n.43, pp. 67-84.

_____ (2006) Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. **Anuário internacional de comunicação lusófona 2006**, vol. 4, n. 1, pp. 141-169. Disponível em:

<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/issue/view/107>

POYNTON, Cate (1985) **Language and Gender: Making the Difference**. Geelong, Vic: Deakin University Press.

REBELO, Neiva Maria Soares (1999) **Análise do processo persuasivo no gênero editorial**. Dissertação de Mestrado. UFSM/RS.

REBOUL, Olivier (2004) **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes.
RESENDE, Viviane & RAMALHO, Viviane (2006). **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto.

ROSSETTI, Regina (2008) Visões teóricas acerca das confluências entre comunicação, sociedade e inovação. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.) **Comunicação e inovação: reflexões contemporâneas**. São Paulo, Paulus, pp. 63-82.

SÁ-CARNEIRO, Mário de (1978). **Poesias II. Obras Completas de Sá-Carneiro**. Lisboa: Ática.

SANT'ANNA, Lourival. (2008) **O destino do jornal: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de S. Paulo na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Record.

SCOLLON, Ron & SCOLLON, Suzie Wong (1983) Face in interethnic communication. In: RICHARDS, I.C. & SCHMIDT, R. W. (eds) **Language and Communication**. London: Longman.

_____ (1995) **Intercultural Communication**. Oxford: Blackwell.

SEARLE, John Rogers (1969). **Speech acts: an essay in the philosophy of language**. Cambridge.

TANNEN, Deborah (2007) **Talking voices: Repetition, Dialogue, and Imagery in Conversational Discourse**. 2nd edition. New York; Cambridge University Press.

THOMPSON, John (2008) **Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. 10 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

URBANO, Hudinilson (2006). Usos da linguagem verbal. In: PRETI, Dino (org.) **Oralidade em diferentes discursos**. São Paulo: Humanitas, pp. 19-55.

VAN DIJK, Teun A. (2006) **Ideologia**: uma aproximación multidisciplinaria. Segunda reimpressão. Sevilla: Gedisa Editorial.

VIAN JR., Orlando & LIMA-LOPES, Rodrigo (2005) A perspectiva teleológica de Martin para a análise de gêneros textuais. In: MEURER, J. L., BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial.

VAN LEEUWEN, Theo (1997). A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.) **Análise Crítica do Discurso**. Editorial Caminho: Lisboa, pp. 169-222.

WHITE, Peter. (2001). **An introductory tour through appraisal theory**. www.grammatics.com/appraisal, consultada em 13 nov. 2007, pp. 01-31.

WHITE, Peter. (2004) Valoração — a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 178-205.